



Universidad de Valladolid

ESCUELA TÉCNICA SUPERIOR DE ARQUITECTURA

DPTO. DE TEORIA DE LA ARQUITECTURA Y PROYECTOS ARQUITECTÓNICOS

TESIS DOCTORAL:

**OBRA PÚBLICA DE ROGÉRIO DE AZEVEDO
OS ANOS DO SPN/SNI E DA DGEMN**

**Presentada por Jorge Miguel de Faria da Cunha Pimentel para
optar al grado de doctor por la Universidad de Valladolid**

**Dirigida por:
Maria Helena Teixeira Maia
Ramón Rodríguez Llera**

Agradecimentos:

Ao Pedro Vieira de Almeida, saudoso companheiro de viagem; à Helena Maia, pela amizade, atenção, pragmatismo, sentido prático e pertinência das suas observações durante o resto do percurso; ao Ramón Llera por estar presente desde o princípio; ao Centro de Estudos Arnaldo Araújo e todos os seus membros pelo espaço aberto ao debate e à troca de ideias; à Alexandra Trevisan, pela amizade, disponibilidade e total desprendimento com que sempre partilhou comigo conhecimentos da sua própria investigação; à Fátima Sales, à Isabel Matias e à Susana Milão pela voluntária cedência de documentos escritos ou visuais.

À minha família, pela preocupação constante e apoio incondicional, e em particular às minhas irmãs Madalena e Paula que sempre me acompanharam e sempre disseram presente em todas as ocasiões.

Índice

INTRODUÇÃO	
INTRODUCCIÓN	7
ROGÉRIO DE AZEVEDO	
ROGÉRIO DE AZEVEDO	17
NOTAS BIOGRÁFICAS	
NOTAS BIOGRÁFICAS	19
ARQUITECTURAS PRIVADAS / PROJECTOS PÚBLICOS	
ARQUITECTURAS PRIVADAS / PROYECTOS PÚBLICOS	49
INFLUÊNCIAS E APROPRIAÇÕES	
INFLUENCIAS Y APROPRIACIONES	61
A DERIVA REGIONALISTA	
LA DERIVA REGIONALISTA	77
PROGRAMAS DE OBRAS PÚBLICAS NOS ANOS 30	
PROGRAMAS DE OBRAS PÚBLICAS EN LOS AÑOS 30	79
EQUIPAMENTOS DE ENSINO	
INSTALACIONES DE ENSEÑANZA	103
Antecedentes e o início da actividade da DGEMN	
Antecedentes e inicio de la actividad de la DGEMN	103
Projectos-tipo Regionalizados	
Proyectos-tipo Regionalizados	121
Escolas dos Centenários	
Escuelas de los Centenarios	131
EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	
INSTALACIONES TURÍSTICAS	139
Do Palace Hotel á Pousada	
Del Hotel Palace a la Posada	139
Pousadas do SPN/SNI – O Plano dos Centenários	
Posadas del SPN/SNI – El Plan de los Centenarios	156

ESTUDOS E INTERVENÇÕES NO PATRIMÓNIO	
ESTUDIOS E INTERVENCIONES EN EL PATRIMONIO	187
DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS	
DIRECCIÓN GENERAL DE LOS EDIFICIOS Y MONUMENTOS NACIONALES	189
Teorias e práticas do restauro correntes na época	
Teorías y prácticas de restauración habituales en la época	189
Reintegração dos monumentos nacionais	
Reintegración de los monumentos nacionales	205
Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (1929-1960)	
Dirección General de Edificios y Monumentos Nacionales (1929-1960)	219
Rogério de Azevedo e a DGEMN	
Rogério de Azevedo y la DGEMN	234
OBRAS PARADIGMÁTICAS	
OBRAS PARADIGMÁTICAS	249
Capela de S. Frutuoso de Montélios	
Capilla de S. Frutuoso de Montélios	249
Igreja de S. Pedro de Rates	
Iglesia de S. Pedro de Rates	262
Paço dos Duques de Bragança	
Palacio de Los Duques de Bragança	276
CONCLUSÕES	
CONCLUSIONES	327
FONTES E BIBLIOGRAFIA	
FUENTES Y BIBLIOGRAFIA	335
RESUMO	
RESUMEN	359
ANEXOS	
ANEXOS	425
ÍNDICE	
INDICE	427
IMAGENS	
IMAGENS	459
ÍNDICE	
INDICE	461
REPRODUÇÕES	
REPRODUCCIONES	501

INTRODUÇÃO

O tema e objectivos deste trabalho tiveram como ponto de partida para a sua definição uma frase escrita por Pedro Vieira de Almeida na sua história da arquitectura moderna em Portugal, publicada em 1986, em que constatava que tendo Rogério de Azevedo realizado um número significativo de projectos num período relativamente curto de tempo e em que, tal como nas obras de muitos dos arquitectos da sua geração, “é particularmente sensível a diversidade de maneiras e uma surpreendente versatilidade de linguagens, o caso de Rogério de Azevedo chega a ser perplexante”¹.

Ora aquilo que para Pedro Vieira de Almeida era motivo de perplexidade tinha uma clara justificação, de conotação negativa, para Nuno Portas. No seu texto sobre a evolução da arquitectura moderna em Portugal, de 1986, ‘acusava’ Rogério de Azevedo de aparentemente ter esgotado a sua capacidade criativa com o projecto da Garagem do Jornal *O Comércio do Porto*, equacionando como um problema crítico difícil de explicar o “milagre” dessa “obra portentosa, de que Mendelsohn talvez não desdenhasse”, vindo o arquitecto a seguir “a ‘sentir remorsos’ pelo esquecimento a que estava votada a tradição” e, após viajar pela

¹ Pedro Vieira de ALMEIDA; Maria Helena MAIA – “O «arrabalde» do céu” in *História da Arte em Portugal, Vol. 14 – A Arquitectura Moderna*. Direcção de Pedro Vieira de ALMEIDA e José Manuel FERNANDES. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 121.

província, projectar “algumas das primeiras Pousadas do SNI e sugestões para as escolas dos Centenários...”².

Um ano mais tarde, no mesmo sentido e seguindo as pisadas de Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira considerava que Rogério de Azevedo, que se tinha destacado através de obras numa linha de clara modernidade, fora também capaz de uma espontânea atitude de colaboração e adesão à arquitectura pretendida pelo Poder, “sendo autocrítico relativamente a obras anteriores”³.

A mesma ideia anatematizadora é por outras palavras reafirmada por autores como Sérgio Fernandez⁴ ou José Manuel Fernandes⁵ nas suas publicações e no mesmo sentido tratada ou mesmo repetida por outros, anos mais tarde, como José Fernando Gonçalves⁶ ou João de Sousa Rodolfo⁷ quando escreve sobre Luís Cristino da Silva, outro arquitecto da geração de Rogério de Azevedo e que tem de Nuno Portas direito a quase idêntico tratamento.

Na verdade a afirmação de Pedro Vieira de Almeida constata algo que é transversal à geração de arquitectos nascidos nos anos 90 do século XIX, quer pela formação que tiveram, quer pelos escassos contactos com as vanguardas

² Nuno PORTAS – “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação”, in Bruno ZEVI – *História da Arquitectura Moderna*, vol. II. Lisboa: Arcádia, 1986, p. 713.

³ Nuno Teotónio PEREIRA; José Manuel FERNANDES (colab.) – “A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959” in *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*, Vol. II. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987, p. 326.

⁴ Sérgio FERNANDEZ – *Percurso. Arquitectura portuguesa 1930-1974*. Porto: FAUP, 1988.

⁵ José Manuel FERNANDES – *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003 e *Arquitectura Modernista em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2005 (2ª edição).

⁶ José Fernandes GONÇALVES – *Ser ou não ser Moderno. Considerações sobre a Arquitectura Modernista Portuguesa*. Coimbra: Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2002.

⁷ João de Sousa RODOLFO – *Luís Cristino da Silva e a arquitectura moderna em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002.

internacionais a que acederam, quer pelas oportunidades que se lhes apresentaram de realizarem obra, entre a encomenda privada e a obra pública. E se a diversidade de maneiras na obra de Rogério de Azevedo de algum modo o destaca, já o arquitecto Januário Godinho, seu estagiário e por diversas vezes colaborador, era categórico em 1988 ao afirmar, segundo Fernando Lisboa, que essa diversidade “era sinal de talento”⁸, confiante que era nas capacidades instrumentais e de construtor de Rogério de Azevedo, mais do que, segundo Teresa Fonseca, “no exercício gráfico de projecto, em que era directo, imediato (...) e facilitado por um talento inato”⁹.

O comentário de Nuno Portas é fruto de um *golpe de asa*, que escamoteia e baralha tempos e factos, encurralando Rogério de Azevedo ao criar falsamente a impressão de uma demarcação e, conseqüentemente, de um corte com o seu passado – um passado diferente daquele que por ele foi realmente vivido – e, simultaneamente, um corte com a geração seguinte de arquitectos modernos, aquela que começa a trabalhar ainda nos anos 30 do século passado. De resto, segundo Fátima Sales, Januário Godinho representa o exemplo contrário¹⁰, pela conciliação de valores e práticas de construção tradicionais com um sentido moderno, deixando claro, para André Tavares, uma “linearidade na transmissão geracional de certas práticas de projecto, não apenas nos registos de desenho

⁸ Fernando LISBOA (*Arquitecturas do Porto, uma análise historiográfica*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Relatório de Estágio, 1989, p. 39) citado por André TAVARES – *Duas obras de Januário Godinho*. Porto: Dafne Editora, 2012, p. 47.

⁹ Teresa FONSECA – “Rogério de Azevedo 1898-1983” in *Desenhos de Arquitectura. Património da Escola Superior de Belas Artes do Porto e da Faculdade de arquitectura da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 1987, pp. 54-55.

¹⁰ Ver a este propósito Fátima SALES – *Januário Godinho na Arquitectura Portuguesa (1910-1990), ou a outra face da modernidade*, 2 vols. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Universidad de Valladolid, 2000.

mas também nos modos de concepção da arquitectura”¹¹. Duas gerações de arquitectos modernos que, na opinião de Nuno Portas, entre 1925 e 1935, numa situação entre guerras, afirmam “o único momento em que se repercute neste país, e quase sem atraso, um movimento de vanguarda internacional, entendido em algumas das suas motivações profundas e não apenas epidémicas ou de moda”¹².

Quer Pedro Vieira de Almeida quer Nuno Portas praticamente reduziram nas suas análises a obra de Rogério de Azevedo a dois momentos: o final dos anos 20 e início da década de 30 com os edifícios de *O Comércio do Porto* (sede e garagem), salientando as suas disparidades como se se tratasse de trabalhos realizados simultaneamente e sujeitos a idênticas restrições para a sua execução, nomeadamente municipais, e o início dos anos 40 com as Escolas-tipo dos Centenários e as Pousadas do SNI, equivocando-se aqui quer nas datas quer mesmo na autoria das primeiras. Ambos deixaram bem claro que desconheciam grande parte da obra de Rogério de Azevedo, amarrados que estavam no seu juízo a praticamente uma só obra, que por mérito se destaca, e ao conjunto de obras públicas realizado com as Escolas-tipo, na sua expressão final e mais pobre, mesmo depauperada, e com as Pousadas do SNI, pelo que o seu programa regionalista e a sua concretização implicam. Reconhecia apenas Pedro Vieira de Almeida a necessidade de um estudo mais detalhado e potencialmente esclarecedor de toda a obra do arquitecto.

¹¹ André TAVARES – *Dois obras de Januário Godinho*. Porto: Dafne Editora, 2012, p. 35.

¹² Nuno PORTAS – “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação”, in Bruno ZEVI – *História da Arquitectura Moderna*, vol. II. Lisboa: Arcádia, 1986, p. 708.

No trabalho de Dissertação de Mestrado *A Arquitectura Artes Déco no Porto*¹³ Alexandra Trevisan estuda uma parte significativa da obra de encomenda privada que Rogério de Azevedo realiza maioritariamente na cidade do Porto, nos contextos específicos da sua realização num quadro mais vasto de enquadramento da época, suas influências e referências, as linguagens e suas evoluções conceptuais e formais e os modos como se expressaram.

Outros estudos mais ou menos parcelares, temáticos (como o de Filomena Beja ou os trabalhos académicos de Maria João Baptista Neto, Miguel Tomé e Susana Lobo) ou de âmbito mais geral, em regra de escassa investigação documental, ou referências esporádicas e pequenas notas e comentários estabelecidos de forma genérica e apressada, vão surgindo em livros, catálogos e outras publicações temáticas.

Estava por fazer o trabalho de investigação relativo à obra pública de Rogério de Azevedo no seu todo, uma obra tão vasta quanto a de encomenda privada e com ela realizada de forma paralela e simultânea desde o início. Um estudo não baseado apenas em imagens e muito menos num conhecimento empírico ou replicado mas que teve na pesquisa documental a sua base. Uma investigação fundamental e que continuava a carecer de ser feita, com o objectivo de conhecer os serviços e instituições no âmbito dos quais as obras foram realizadas, os momentos históricos, os princípios e valores que regiam o trabalho desses organismos e seus protagonistas, os processos das obras e seus intervenientes, contribuindo para clarificar as questões ainda hoje suscitadas pela observação realizada em 1986 por Pedro Vieira de Almeida

¹³ Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, Dissertação de Mestrado, FLUP, 1996.

sobre a diversidade de maneiras que a obra de Rogério de Azevedo no seu conjunto revela e que, passados tantos anos, mantêm a sua pertinência.

As balizas temporais de estudo do trabalho de investigação estabeleceram-se naturalmente a partir do conjunto da obra de Rogério de Azevedo e da análise dos processos documentais: 1928 (projecto do antigo edifício da Faculdade de Medicina do Porto, primeira obra pública do escritório de Rogério de Azevedo e Baltazar de Castro) e 1948 (ano de inauguração da Pousada de São Lourenço, Manteigas, Serra da Estrela, última obra pública projectada por Rogério de Azevedo a ser concluída, construída pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, neste caso num trabalho com a colaboração de Januário Godinho).

Um intervalo temporal de vinte anos que nos propusemos conhecer através de fontes documentais escritas e gráficas a que recorreremos, nomeadamente da já extinta Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), hoje em parte integrada no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), procurando ter rigor no seu registo e na sua análise. Vinte anos de uma obra feita de equipamentos e intervenções de restauro, espalhada por todo o norte e parte do centro do país, até 1936 em simultâneo com a obra de encomenda privada na cidade do Porto, mas também na Póvoa de Varzim e em Viana do Castelo, e que depois se continua a concretizar até 1948 essencialmente a partir da DGEMN, mas também em ligação com o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) / Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), e em que ecletismo, modernismo, historicismo e tradição se encontram no mesmo tempo e modos de concepção da arquitectura.

O objectivo inicial foi conhecer as datas dos projectos, a história das suas realizações, os seus programas, os seus intervenientes e decisores. Para tal tivemos que recorrer à pesquisa de processos administrativos, processos de obras, processos fotográficos e desenhos, livros de licença de obras e actas camarárias existentes e acessíveis à consulta, de modo a alicerçarmos a nossa análise em dados credíveis.

Tais processos permitiram datar com rigor os projectos, conhecer os seus autores, atribuir responsabilidades em relação aos seus programas, orientações e vicissitudes na sua concretização.

Partindo da análise das fontes já referidas e complementando a informação com a análise de registos publicados na imprensa periódica, o nosso objecto de estudo centrou-se, a par de intervenções urbanísticas e de projectos para os mais diversos tipos de equipamentos, em três grandes núcleos de obras públicas e respectivas linhas programáticas que se destacam na obra de Rogério de Azevedo e determinam a estrutura do trabalho realizado: as Escolas Primárias (incluindo numerosos projectos para além dos das Escolas-tipo regionalizadas), as Pousadas do SNI e seus antecedentes e os estudos e intervenções no património histórico edificado.

As Escolas Primárias em geral e as Pousadas do SNI e seus antecedentes têm em comum o carácter regionalista dos seus programas pelo que são estudadas numa segunda parte do trabalho sobre a deriva regionalista da arquitectura quer na obra de Rogério de Azevedo quer no contexto à época das obras públicas em geral.

Quanto aos estudos, intervenções e actos de gestão do património histórico edificado realizados entre 1936 e 1940, anos em que Rogério de Azevedo

trabalhou na DGEMN, quer pelos antecedentes na prática do restauro do património arquitectónico, quer pelo contexto institucional da sua realização, quer pela sua especificidade de princípios e valores, são analisados na terceira parte do estudo, a essa temática dedicada. Três casos paradigmáticos são analisados nesta parte do trabalho porque se destacam das obras de intervenção no património em geral à época, caracterizam três formas diferentes de abordagem à intervenção e, simultaneamente, são as três obras em que Rogério de Azevedo teve um papel activo efectivo como autor dos projectos e responsabilidade na condução dos mesmos enquanto trabalhou na DGEMN.

As segunda e terceira partes do trabalho são naturalmente precedidas por uma primeira parte em que o autor Rogério de Azevedo, o homem e o arquitecto que marcou de forma indelével o Porto, com uma forte presença no centro da cidade, é objecto do conhecimento e análise da sua vida e obra em geral e das múltiplas facetas e interesses em que se desdobrou.

Sem ter esgotado outras vertentes de investigação passíveis de serem realizadas a partir da análise dos processos, foi através deles que foi possível compreender o peso do Ministério das Obras Públicas e seus titulares, da DGEMN, dos seus executivos e da sua estrutura burocrática na elaboração dos programas para os projectos, na orientação e administração das obras, do espaço autoral e autonomia que era dado aos arquitectos que com eles trabalhavam, quer como elementos dos seus quadros quer como externos contratados, e das relações de poder que eram estabelecidas com as Câmaras Municipais.

A vontade de conhecer a vida e obra de Rogério de Azevedo, e em particular a sua obra pública em toda a sua diversidade, levou-nos a

compreender e precisar, à medida que fomos desenvolvendo o trabalho, algumas das relações que se estabeleceram entre a arquitectura produzida e outros factores que nela se reflectiram, nomeadamente as directivas institucionais, os contextos locais envolventes ou o próprio percurso e experiência profissional do autor.

Quer as peças desenhadas, um contributo importante para o desenho de arquitectura que então se praticava e para a compreensão da expressão gráfica de Rogério de Azevedo em particular, quer as fotográficas foram essenciais à abordagem realizada às obras, pelo que se encontram incluídas no trabalho como complemento ao texto.

Em anexo, pela sua importância documental, são apresentados na íntegra dois documentos relacionados com a deriva regionalista e a ausência de unanimidade acerca dos programas e das soluções dentro da DGEMN.

ROGÉRIO DE AZEVEDO

NOTAS BIOGRÁFICAS

Rogério dos Santos Azevedo nasce no Porto, na freguesia de Cedofeita, a 25 de Junho de 1898, numa família de origem transmontana de Santa Marta de Penaguião e, com a morte dos pais, recebe instrução no Real Colégio dos Órfãos.

Em 1912 ingressa no curso de arquitectura na antiga Academia de Belas Artes do Porto, enquanto residente no Colégio dos Órfãos. Com a reforma do ensino de 1911 o curso que frequenta passa a conciliar a aprendizagem prática do desenho e da composição, saberes de natureza artística, com uma formação teórica de natureza humanística e científica. Concluídos os estudos em 1917, inicia o tirocínio no escritório do arquitecto Marques da Silva (1869-1947), seu professor de Arquitectura Civil, em todos os anos curriculares, e mestre de quem recebe uma forte formação *Beaux-Arts*. Uma formação que tem eco na escola parisiense e em que Marques da Silva combina rigor e conhecimento nas suas preocupações pedagógicas:

“(...) Nunca me preocupou o modo particular como cada aluno interpreta o assunto que tem a tratar. Deixo-lhe, nesse ponto de vista, a maior liberdade de acção. Mas não se pense que essa liberdade... é o arbítrio incondicional... No estudo da planta há a aplicação de todas a Arte e o conhecimento profundo do assunto a tratar, a fim de que ela corresponda, na sua aplicação, às necessidades a que tem de satisfazer (...)”¹⁴.

¹⁴ Palavras de Marques da Silva, a 25 de Abril de 1928, na Homenagem dos alunos da Escola de Belas Artes do Porto (EBAP). Citado por Maria José Marques da Silva em António CARDOSO

Uma vez terminado o curso, e ao contrário de muitos dos seus colegas, não viaja para estudar em França nem se lhe conhecem viagens ao estrangeiro antes de 1939, ano em que no mês de Agosto, nas vésperas da II Guerra Mundial, faz uma viagem de estudo a França no âmbito dos trabalhos de reintegração do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, projecto que a essa data está a desenvolver.

Em 1920 funda a Sociedade dos Arquitectos do Norte¹⁵, conjuntamente com Marques da Silva (seu sócio n.º 1 e Presidente Honorário desde 23), Correia da Silva, Baltazar de Castro, António Peres Guimarães, Francisco de Oliveira Ferreira e Leandro Morais entre outros. Em 1938 é Presidente da Direcção da agora Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos e, dois anos depois, preside à sua Mesa da Assembleia Geral.

Ainda em 1920, com a reforma curricular do ensino artístico, volta à Escola de Belas Artes, matriculando-se no curso especial da nova organização, que conclui em 1922.

Terminando a sua colaboração com o arquitecto Marques da Silva¹⁶, Rogério de Azevedo monta em 1926 o seu primeiro escritório, situado na Rua Formosa, em frente à casa do futuro sogro, em associação com o arquitecto

(coord.) – *J. Marques da Silva. Arquitecto, 1869-1947*. Porto: Secção Regional do Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1986, p. 29.

¹⁵ Reconhecida por alvará da Presidência da República de 14 de Julho de 1920. A comissão organizadora dos estatutos era constituída por J. Marques da Silva, presidente, António Correia da Silva, vice-presidente, V. Borges de Oliveira e Baltazar de Castro, secretários, A. Peres Dias Guimarães, tesoureiro, e pelos seguintes vogais: F. de Oliveira Ferreira, Leandro de Morais e Rogério de Azevedo. Ver Ana Isabel de Melo RIBEIRO – *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa, 1863-1953*. Porto: FAUP, 2002, p. 148.

¹⁶ Rogério de Azevedo terá trabalhado com Marques da Silva, enquanto colaborador do seu escritório, em alguns projectos como o do Liceu Alexandre Herculano (1914-1931) e o do Liceu Rodrigues de Freitas, actual D. Manuel II (1918-1932), ambos no Porto.

Baltazar de Castro com quem vem a assinar muitos dos seus projectos dos primeiros anos de actividade¹⁷. É minha convicção que Baltazar de Castro fundamentalmente dava o seu nome ao escritório e, como tal, assinava os projectos executados por Rogério de Azevedo. Na verdade, e tendo em consideração os cargos públicos que desempenhou ligados aos Monumentos Nacionais no Norte do país desde 1927 e as actividades em que estava envolvido, nomeadamente na revista *Ilustração Moderna*, funcionava mais como um angariador, canalizando trabalhos para o escritório, do que como um arquitecto que efectivamente projectava.

O escritório inicia desde logo a sua actividade com algumas obras de grande vulto e responsabilidade. Encomendas como a da Faculdade de Medicina do Porto¹⁸ (hoje Instituto Abel Salazar) no antigo Largo da Escola Médica, em substituição da antiga Escola Médico-Cirúrgica, com projecto aprovado em 1925 (era então Ministro da Instrução Pública o Prof. Alfredo de Magalhães), e cujas obras foram concluídas dez anos mais tarde. No projecto do edifício (figs.1-3), construído em duas fases, houve a preocupação de, através do recurso a uma expressão neoclássica, o adequar ao estilo neopalladiano inglês do Hospital de Santo António, tanto nos materiais e na linguagem como na escala.

¹⁷ Por exemplo: Faculdade de Medicina do Porto, actual Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar (1925-35); Hospital-Asilo de Vila Seca de Armamar, Viseu (1927-31); Garagem do Jornal *O Comércio do Porto* (1930-32); Creche do Jornal *O Comércio do Porto* (1930); projectos especiais para escolas infantis e creches (Bragança, Águeda, etc.), para escolas primárias (Viana do Castelo, Vila-Mou, Gândra, Soajo, etc.) e para escolas-cantina (Alijó e Novelas), todas dos anos 1930 e 31.

¹⁸ Veja-se a este propósito Maria Eugénia Matos FERNANDES (coord.) – *A Universidade do Porto e a cidade. Edifícios ao longo da História*. Porto: Universidade do Porto, 2007, p.54.

Seguiram-se os projectos para o edifício Sede do jornal *O Comércio do Porto* (1928-30) na Avenida dos Aliados, fortemente condicionado pelas necessidades de funcionamento de um jornal, por alterações que o proprietário resolveu realizar e, principalmente, pelas “determinações municipais específicas tuteladas pela Comissão de Estética da Cidade”¹⁹ devido ao local da sua implantação, o edifício da Garagem do jornal *O Comércio do Porto* (1930-32) e edifício da Filial n.º 2 (Bonfim) das Creches *O Comércio do Porto* (1930), as *Escolas Dr. Alfredo de Magalhães* (1927-1933), uma série de edifícios escolares no distrito de Viana do Castelo.

Este conjunto de encomendas é reveladora do círculo de clientela particular e oficial e da rede de contactos em que se movimentam, muito fruto do trabalho anteriormente realizado no atelier de Marques da Silva – arquitecto com uma relação privilegiada com os Comerciantes do Porto e conseqüentemente com o Palácio da Bolsa –, dos contactos de Baltazar de Castro, da relação que mantêm com o grupo da revista *Ilustração Moderna* (1926-1932), da importância do cliente *O Comércio do Porto*, da aceitação e divulgação dos seus projectos em jornais e revistas²⁰ e de uma grande capacidade de diálogo e conciliação com o cliente. Paralelamente demonstra no trabalho uma maleabilidade com as condicionantes eventuais dos locais e na resolução dos programas, levando também neste caso a obra do escritório “a oscilar entre o modernismo, no qual se incluem as *artes déco*, e um certo regionalismo ou provincianismo mais

¹⁹ Veja-se a este propósito Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, Vol. I. Dissertação de Mestrado, FLUP, 1996, pp. 63-67.

²⁰ São exemplo disso: José LUSO – “Faculdade de Medicina do Porto, o Instituto de Anatomia”, *Ilustração Moderna*, N.º 21, Março de 1928, 3º ano, pp. 63-67; “Expansão de o Comércio do Porto”, *O Comércio do Porto*, 1 de Janeiro de 1931, p. 4; “Creches de a Filial do Bonfim”, *O Comércio do Porto*, 28 de Janeiro de 1931, p. 2.

conservador”²¹, numa diversidade de programas e estilos que marcou também a produção arquitectónica no Porto entre 1925 e 1935. Esta diversidade é em grande parte fruto da formação que os arquitectos nascidos na última década do século XIX tiveram, a da reforma do ensino de 1911 cuja base clássica não foi inibidora de uma adesão significativa ao modernismo e que poderá explicar o seu “fácil acesso (...), não só aos modelos do movimento moderno, como também às novas técnicas que o século XX generalizou”²², mas também aos percursos algo irregulares destes arquitectos, transitando com facilidade pelos diversos estilos que o cliente vai solicitando.

Em 1930, depois de uma passagem por um escritório na Rua de Santa Catarina, por cima da Farmácia Birres, muda-se para o prédio no gaveto das Ruas de Santa Catarina e Firmeza, cujo projecto é da sua autoria, tendo o arquitecto Januário Godinho colaborado como tirocinante²³ nestes diferentes escritórios até 1933, ano em que abre o seu próprio escritório. Durante a década de trinta Rogério de Azevedo realiza alguns projectos com a sua colaboração²⁴. Para além desta colaboração, Viana de Lima, Arménio Losa, Cassiano Barbosa,

²¹ Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, Vol. I. Dissertação de Mestrado, FLUP, 1996, p. 74.

²² Gonçalo Esteves de Oliveira do Canto MONIZ – *O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011, p. 97.

²³ De acordo com a versão corrigida, e firmada por Januário Godinho a 15-7-1988, do trabalho académico realizado na FAUP pelos alunos António Neves, Fernando Lisboa, Paulo Cortez e Vítor Seabra, do qual consta uma cronologia da vida e obra do arquitecto Rogério de Azevedo (Cópia de documento do espólio Januário Godinho cedido por Fátima Sales).

²⁴ Por exemplo; Urbanização para as Termas do Gerês, (1930); Escolas-Cantina de Alijó (1930) Habitação Ferreira Alves, rua Álvares Cabral, Porto (1930/31); Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso (1937); Pousada de São Gonçalo, Serra do Marão/Amarante (1938); Pousada de S. António de Serém, Vale do Vouga/Águeda (1938); Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas (1938).

Pereira Leite e Abílio Carvalho são alguns dos arquitectos que também passam pelo escritório de Rogério de Azevedo.

Curiosamente, foram os então jovens arquitectos Januário Godinho e Joaquim Areal que levaram para o escritório e deram a conhecer a Rogério de Azevedo os primeiros números da revista *L'Architecture d'Aujourd'hui* (n.º 1, Nov. 1930). Até então as influências chegavam ao Porto principalmente através de Marques da Silva²⁵, docente e Mestre determinante na formação dos jovens arquitectos na Escola de Belas Artes do Porto, mas também através de visitas realizadas por alguns arquitectos à Exposição das Artes Decorativas e Industriais Modernas realizada em Paris em 1925 e de algumas publicações.

Em 1931, numa altura em que desponta no Porto um certo ambiente de tertúlia contestatário do ensino e de práticas artísticas clássicas e onde se exaltam Picasso, Calder, Corbusier e Frank Lloyd Wright²⁶, Rogério de Azevedo participa na *I Exposição dos Arquitectos no Porto*²⁷, evento organizado pela Sociedade dos Arquitectos do Norte no Palácio da Bolsa (Associação Comercial), réplica portuense da Exposição dos Independentes.

A exposição teve como mote “A Arquitectura em Portugal deve ser só para os arquitectos portugueses”. Estas mesmas palavras proferidas por um dos

²⁵ Marques da Silva fez viagens a Paris e Londres em 1925, e “à Exposição de Sevilha e Barcelona em 29. Em Paris vira o pavilhão de Mallet-Stevens, reencontrara Perret; de Dudok tivera notícia em 26, através dos *Cahiers d'Art* (a escola Dr. Bavink); em Barcelona estava Mies van der Rohe como paradigma racionalista”. António CARDOSO (coord.) – *J. Marques da Silva, Arquitecto 1869-1947*. Porto: Secção Regional do Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1986, p. 22.

²⁶ Ver a este propósito Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, Vol. I. Dissertação de Mestrado, FLUP, 1996, p. 54.

²⁷ Participaram: Carlos Ramos, Jorge Segurado, Adelino Nunes, Rogério de Azevedo, Amoroso Lopes, Manuel Marques, Manuel Pereira, Ricardo Spratley, Ernesto Korrodi, José Moreira, António Janeira, Agostinho da Fonseca, Ferreira Peneda, Júlio de Brito, António de Brito, Fernandes da Silva e António de Azevedo.

organizadores, o arquitecto Licínio Pinheiro Perdigão, no final da sua conferência na noite da inauguração são traduzidas no jornal *O Comércio do Porto* como “o conferente afirmou que a arquitectura em Portugal deve ser para os arquitectos portugueses, principio nacionalista que representa, de resto, as aspirações mais legítimas”²⁸. Do que se diz e escreve sobre a exposição fica a ideia que o seu propósito, para além da mostra das obras dos arquitectos, é “a reafirmação da arquitectura nacional e a reprovação da ingerência estrangeira neste campo”²⁹.

No entanto, uma outra notícia, publicada no *Notícias Ilustrado*, dá sobre esta questão uma leitura bem diversa: “Os veterinários vêm-se substituídos pelos alveitares, os médicos pelos curandeiros, os engenheiros pelos habilidosos e os arquitectos por improvisados mestres d’obras, sem proveito para ninguém e por um motivo de economia que quasi sempre resulta em prejuízo”³⁰.

Esta questão é anterior à exposição e prende-se com o projecto de lei do regulamente para o exercício da profissão de arquitecto, datado de 1930 e proveniente da Delegação do Norte³¹, em consonância com os anseios e ideias que a Sociedade dos Arquitectos, a partir de Lisboa, pugnavam neste domínio, considerando que “apesar da importância artística, cultural e social” que a classe representava, se encontrava “inteiramente desacompanhada de leis que a

²⁸ “Exposição dos Arquitectos Portugueses”, *O Comércio do Porto*, 22 de Março de 1931, p. 4. Citado em Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, Vol. I. Dissertação de Mestrado, FLUP, 1996 (texto policopiado), p. 55.

²⁹ Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, Vol. I. Dissertação de Mestrado. FLUP, 1996, p. 55.

³⁰ “1ª Exposição dos Arquitectos Portugueses”, *Notícias Ilustrado*, n.º 146, 29 de Março de 1931, p. 10. Citado em Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, Vol. I. Dissertação de Mestrado. FLUP, 1996, p. 55.

³¹ Ana Isabel de Melo RIBEIRO – *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953*. Porto: FAUP, 2002, p. 159.

regulamentem, defendam e possam fomentar o seu florescimento, como convém e se impõe ao bom nome da Nação”³². Após estas considerações iniciais, o documento define, entre outros aspectos, em que consiste a profissão de arquitecto, quais as funções das entidades responsáveis pela aprovação de projectos e quais os limites e confinamentos da actividade profissional³³.

Dois anos mais tarde Rogério de Azevedo projecta e constrói na Av. Do Marechal Gomes da Costa (N.º 1385 – 1411), no Porto, duas casas geminadas para habitação própria e de Baltazar de Castro (figs.4-6), compostas de dois pisos e cave, formando um todo “com plantas e alçados iguais diferindo apenas do que resultou do declive do terreno pelo que a do talhão”³⁴ que lhe é destinado apresenta uma cave em toda a sua superfície, uma parte da qual destinada a uma oficina de desenho. Construídas em granito e com elementos estruturais em betão armado, revelam racionalidade na sua depuração formal e numa grande economia de meios.

No ano de 1934 sendo então Presidente da Câmara Municipal do Porto o Dr. Alfredo de Magalhães, Rogério de Azevedo é nomeado para o Conselho de Estética e Urbanização da Cidade³⁵. Neste órgão, composto por um Presidente, Dr. Aarão de Lacerda (Professor da Escola de Belas Artes do Porto - EBAP), e por dois vogais, Manuel Marques (Professor da EBAP) e ele próprio, ocupará o

³² Citado em Ana Isabel de Melo RIBEIRO – *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953*. Porto: FAUP, 2002, p. 160.

³³ Ver sobre este assunto Ana Isabel de Melo RIBEIRO – *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953*. Porto: FAUP, 2002, pp. 159-160.

³⁴ Projecto a que se refere o requerimento dos Arquitectos Rogério Azevedo e Baltazar de Castro para a Avenida do Marechal Gomes da Costa (talhões n.º 1391 e 1405) – Memória. AHCMP. Livro de Licenças de Obras D-CMP/9(678), licença n.º 157 de 6 de Abril de 1933, fl. 432.

³⁵ AHCMP. Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, 1 de Março de 1934, livro 45, fl. 101.

lugar até Fevereiro de 1938³⁶. Compete-lhes emitir pareceres sobre os pedidos de licenciamento de obras. É no exercício dessas competências que Rogério de Azevedo, a par de Manuel Marques, desenvolve com os pareceres que redige uma acção “muito concreta e de carácter pedagógico”³⁷, argumentando de forma muito mais detalhada do que os seus antecessores tanto do ponto de vista estético como construtivo, nomeadamente, defendendo processos de construção mais modernos e mais consentâneos com o desenvolvimento arquitectónico europeu, o que contribuirá para a passagem de uma arquitectura na qual os aspectos decorativos são fundamentais, de que os edifícios da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra são exemplo, para uma outra, presente na Avenida do Marechal Gomes da Costa, onde o despojamento decorativo e o diálogo com o movimento moderno trazem consigo uma outra realidade arquitectónica³⁸.

Para a Av. dos Combatentes da Grande Guerra, que teve a sua abertura aprovada em 1925 e se manteve sempre exclusivamente residencial, os primeiros pedidos de licenciamento de obras começam em 1928. Já para a Av. do Marechal Gomes da Costa, cujo rasgamento aparece em notícias de 1929, os primeiros pedidos de licenciamento de obras surgem em 1933. Tendo em consideração que um bom número de arquitectos projectou para as duas

³⁶ AHCMP. Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, 23 de Fevereiro de 1938.

³⁷ Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, Vol. I. Dissertação de Mestrado, FLUP, 1996, p. 37.

³⁸ Ver Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, Vol. I. Dissertação de Mestrado. FLUP, 1996, p. 36.

Avenidas³⁹, a mudança no tipo de arquitectura praticada, já visível a partir dos licenciamentos de 1932 na Av. dos Combatentes demonstrando “uma aproximação à arquitectura desenvolvida por Auguste Perret, Tony Garnier e Rob Mallet-Stevens”⁴⁰, poderá ter resultado da informação que chegava através de viagens realizadas ao estrangeiro pelos seus arquitectos, de revistas especializadas que circulavam, mas também, e talvez sobretudo, pela acção que Rogério de Azevedo e Manuel Marques desenvolveram no Conselho de Estética e Urbanização.

Exemplo dessa mudança, e na mesma linha das já referidas casas geminadas para habitação própria na Av. do Marechal Gomes da Costa, é a casa na Rua de Júlio Dinis que Rogério de Azevedo projecta em 1934, hoje já demolida (figs.7-8). Um projecto cuja disciplina e organização funcional, baseada num volume implantado numa pequena área de topografia particular, se concretizou numa “composição quase cinética (des)simulada na simetria e organização espaço-arquitectónica”⁴¹.

Por iniciativa da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, e juntamente com o escultor António de Azevedo e Baltazar de Castro, Rogério de Azevedo ainda integra uma outra Comissão, também ela presidida por Aarão de Lacerda. Tem como objectivo “proceder ao inventário de todos os prédios da

³⁹ São exemplo disso: Manuel Marques, Amoroso Lopes, Aucíndio dos Santos, José Ferreira Peneda e o próprio Rogério de Azevedo.

⁴⁰ Alexandra TREVISAN, Jorge PIMENTEL – “Persistências e apropriações no espaço urbano e arquitectura do Porto na década de 40” in *Apropriações do Movimento Moderno. Livro de Actas*. Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo, 2012, p. 347.

⁴¹ Manuel MENDES – “Unifamiliar e Moderno”, in *PORTO 1901/2001. Guia de Arquitectura Moderna*. Porto: Ordem dos Arquitectos/Livraria Civilização Editora, 2001.

cidade que [devessem] ser classificados como de interesse público, sob o ponto de vista artístico e histórico, para devidos efeitos de restauro e conservação”⁴².

Em 1936 Rogério de Azevedo pede a demissão dos cargos que exerce no Ensino Técnico desde 1925⁴³ e ingressa, por convite da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), no quadro da Direcção dos Monumentos Nacionais. Permanece à frente da 1ª Secção – que, em 1938 passou a 2ª Secção –, no Porto, como arquitecto de 3ª Classe, até 1940, ano em que sai para ocupar o lugar de Professor interino da 8ª cadeira – Desenho arquitectónico, construção e salubridade das edificações – do Curso de Arquitectura da Escola de Belas Artes do Porto⁴⁴, lugar para que foi proposto em Conselho Escolar pelo próprio Director da EBAP, o historiador Aarão de Lacerda⁴⁵. Criada em 1931, a cadeira tinha sido regida em acumulação com a de Arquitectura pelo arquitecto Marques da Silva⁴⁶. Após a jubilação deste, em Outubro de 1939, não foi provida e só em 17 de Outubro de 1940 é proposto o

⁴² AHCMP. Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, 6 de Dezembro de 1934, livro 47, fl. 96. Citado em Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, Vol. I. Dissertação de Mestrado, FLUP, 1996, p. 74.

⁴³ “Foi durante 9 anos professor do ensino técnico regendo as cadeiras de desenho de construção, projecções e tecnologias, respectivamente nas Escolas de Faria Guimarães e do Infante D. Henrique no Porto e de Azevedo Neves em Viseu, onde também foi secretário”. In Curriculum vitae entregue por Rogério de Azevedo na Escola de Belas Artes do Porto em 1945 (ver Anexo 3). FBAUP, *Processo Individual do Professor Rogério dos Santos Azevedo*.

⁴⁴ Os desacordos sobre decisões da sua autoria no restauro do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães e a insatisfação por não ser promovido motivaram o seu pedido de exoneração do cargo na DGEMN, alegando para o efeito não poder acumular lugares em dois serviços. O pedido é deferido e o contrato é rescindido pelo Despacho Ministerial de 2 de Novembro de 1940, publicado no Diário do Governo N.º 264, 2ª Série, de 13 de Novembro de 1940. “Mais tarde soube que essa promoção estava pensada e ser-lhe-ia atribuída num prazo curto, de mais ou menos um ano”, in Alexandra Lage Dixo de SOUSA – *Casa do Infante / Intervenções*. Dissertação de Mestrado em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 88.

⁴⁵ Aarão de Lacerda toma posse como Director da EBAP a 7 de Novembro de 1939, tendo dirigido a Escola até Fevereiro de 1945.

⁴⁶ Marques da Silva foi professor da Escola de Belas Artes do Porto de 1907 a 1939. Também foi seu Director entre 1913 (2 de Abril) e 1916 (29 de Abril). Em 1929 (2 de Outubro) é nomeado Director interinamente e em 1931 é nomeado definitivamente até 1939, ano em que se jubila.

arquitecto Rogério de Azevedo para a sua regência. Das restantes cadeiras vagas a 1º cadeira, Geometria Descritiva e Estereotomia, é entregue a António Brito, a 4ª cadeira, Arquitectura, é entregue ao arquitecto Carlos João Chambers Ramos e para a 7ª cadeira, Escultura, entra Pinto de Couto.

A consolidação do corpo docente e a atribuição de um professor a cada cadeira permite consolidar a transição da *escola* de Marques da Silva para um outro momento, evitando vazios.

Enquanto Carlos Ramos, isoladamente, procura desde o início implementar na sua cadeira alterações de ordem pedagógica relacionadas com a cultura moderna, quer no método de projecto, quer nas metodologias de ensino, quer mesmo nos objectivos da cadeira e seu funcionamento, Rogério de Azevedo e os outros dois novos professores, sem experiência pedagógica, optam num primeiro momento por dar continuidade às suas próprias experiências como estudantes.

Neste período da direcção de Aarão de Lacerda (1939-1945) o curso de Arquitectura, em consequência da Reforma de 1931⁴⁷, apresenta uma estrutura bipartida, Curso Especial com quatro anos e o Curso Superior, organizada por catorze cadeiras – aparece a Arqueologia, a Construção e a História Geral, onde se inclui a Geografia – num plano de estudos muito próximo do modelo parisiense, “desvalorizando, pelo menos do ponto de vista dos objectivos, a

⁴⁷ Para preparar esta reorganização do ensino artístico Cordeiro Ramos, então Ministro da Instrução Pública, cria uma Comissão, conciliando personalidades das três Artes, constituída pelos Directores das duas Escolas de Belas-Artes, João António Piloto e José Marques da Silva, pelo Director do Museu Nacional de Arte Contemporânea, Adriano Sousa Lopes e por três personalidades: D. José Pessanha, professor da cadeira de História de Arte da EBAL, que seria eleito o Presidente da Comissão, Porfírio Pardal Monteiro, arquitecto e chefe de obras do Instituto Superior Técnico, e Diogo de Macedo, escultor e escritor.

formação científica ou técnica dos arquitectos, já reivindicada nas outras reformas”⁴⁸.

A prática exaustiva do desenho nas suas diversas abordagens (geometria, cópia de ornamento, modelo, desenho à vista e cópia de estampa) introduz o aluno no universo artístico e, simultaneamente, dá-lhe instrumentos que lhe permitem dominar os sistemas de representação. Na cadeira de Desenho Arquitectónico, Construção e Salubridade das Edificações de Rogério de Azevedo é estimulada a cópia de estampa e o estudo das ordens clássicas no 1º ano, disciplina em que marca os seus alunos não só pela exigência no rigor do desenho mas também pelo “anacronismo dos trabalhos relacionados com a cópia das estampas de Vignola, Palladio ou Scamozzi e pela composição de trechos arquitectónicos a partir de elementos clássicos da construção”⁴⁹. Uma prática metodológica em que Rogério de Azevedo procura que os estudantes compreendam a relação entre as partes e o todo, os sistemas de proporções e de escala e, ainda, a racionalidade do clássico e que, no essencial, segue a do seu mestre Marques da Silva:

- 1.ª parte - Ordens e Trechos Arquitectónicos (Desenho a traço e aguarelado), do 1º ano
- 2.ª parte - Prática da Construção e Salubridade das Edificações (Estudos parciais e pequenos projectos de conjunto), do 4º ano
- 3.ª parte – Projectos de Construção Geral, do Concurso do Curso Superior

⁴⁸ Gonçalo Esteves de Oliveira do Canto MONIZ – *O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011, p. 103.

⁴⁹ Gonçalo Esteves de Oliveira do Canto MONIZ – *O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011, p. 240.

e que mantem até 1967, tanto no 1º ano como no 4º ano, não alterando substancialmente os exercícios que propõe aos alunos, convicto que está da validade do ensino do antigo como fundamento da teoria e da construção. Para os alunos são exercícios de rigor, tendo no professor alguém que através do clássico procura transmitir-lhes a importância da racionalidade. A sua atitude não é passiva e corresponde a uma convicção: a importância da aprendizagem das leis ideais nos primeiros anos de formação para depois ser possível livremente interpretar.

Em 1947 Rogério de Azevedo é nomeado Professor efectivo da 8ª Cadeira⁵⁰, sendo reconduzido definitivamente na sua regência em Sessão Especial do Conselho Escolar, reunido para o efeito a 7 de Março de 1951, com a presença dos arquitectos Raul Lino e Porfírio Pardal Monteiro, como vogais designados pela Junta Nacional da Educação.

Em 1946 é designado, por decisão do Conselho Escolar da Escola de Belas Artes do Porto, para fazer parte do Conselho de Estética Urbana da Câmara Municipal do Porto.

Em 1942 acumula, como professor interino, a 4ª cadeira (Arquitectura) leccionada pelo professor Carlos João Chambers Ramos e, a partir de Março de 1948, e até 1952, também como professor interino, a 3ª cadeira (Desenho de Figura do Antigo e do Modelo Vivo) que anteriormente era leccionada pelo professor Acácio Lino de Magalhães. A partir de 1957 é professor das disciplinas de Materiais, do 3º ano, de Higiene e Equipamento I e de Edificações, ambas do 4º ano.

⁵⁰ Portaria de 27 de Setembro de 1947, publicada no Diário do Governo N.º 287, 2ª Série, de 10 de Dezembro de 1947.

Sendo as cadeiras de Arquitectura e Construção os espaços privilegiados de formação do arquitecto, naturalmente é sensível a diferente postura assumida pelos seus professores, Carlos Ramos e Rogério de Azevedo. Efectivamente, Carlos Ramos tinha vindo a empenhar-se na renovação da actividade pedagógica assumindo uma atitude de grande proximidade com os alunos e promovendo o ensino individual no acompanhamento dos trabalhos ao estirador e o ensino colectivo, envolvendo grupos de alunos na crítica do projecto, numa orientação moderna que procura estimular a reflexão crítico-teórica e promover a experimentação num curso ainda fortemente vinculado ao ensino *Beaux-Arts*. Posteriormente, a partir de 1952, já como Director da Escola, lutou por tornar a escola num centro de irradiação artística, procura a exposição pública do curso, valorizar as múltiplas facetas da formação do arquitecto como artista e técnico e fixar uma genealogia da Escola que estabeleça uma filiação entre diversas gerações, tanto pedagógica como arquitectónica, organizando em 1953, à imagem das exposições Magnas onde se relacionam os trabalhos dos professores e dos discípulos, uma exposição de homenagem a Marques da Silva⁵¹ em que no discurso de inauguração elogia a acção do arquitecto, profissão em que concilia o artista e o construtor, e do pedagogo como exemplo de dedicação à arquitectura.

Por seu lado, Rogério de Azevedo opta pela consolidação de uma prática pedagógica clássica e a 8ª cadeira não sofre quaisquer actualizações significativas nos seus conteúdos nem nas metodologias de ensino ao longo da

⁵¹ Marques da Silva. *Exposição conjunta das principais obras do mestre e de alguns dos seus discípulos. Homenagem promovida pela Escola Superior de Belas Artes do Porto, com a colaboração da Academia Nacional de Belas Artes e do Sindicato Nacional dos Arquitectos*. Porto: ESBAP, 1953.

sua regência, constituindo assim um elo de ligação ao ensino *Beaux-Arts* “e um elemento de resistência ao ensino Moderno”⁵² que, na Escola do Porto e em consequência do cerceamento técnico-científico da Reforma de 31, tem uma matriz mais cultural que científica.

Não se conhecendo qualquer texto de Rogério de Azevedo sobre o ensino ou sobre a prática pedagógica, ele é no entanto um dos poucos da sua geração que produz obra teórica sobre arquitectura, sendo mesmo, “aparentemente, o primeiro arquitecto a citar Le Corbusier”⁵³. Fá-lo na sua conferência *A Arquitectura no Plano Social*, proferida no salão nobre do Clube Fenianos Portuenses em 18 de Maio de 1934, integrada na 3ª série de Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, e posteriormente publicada nas respectivas actas e em opúsculo em 1936⁵⁴. Nele refere-se explicitamente ao texto *Analyse des éléments fondamentaux du problème de la Maison Minime*, texto publicado pela primeira vez, em francês, numa revista alemã de 1930, retomado com outro título nas revistas *L’Architecture Vivant* e *Grand’route* e, finalmente em 1935, publicado em *La Ville Radieuse*⁵⁵.

Entendendo o *gosto* como uma noção intimamente ligada ao entendimento da Arquitectura como uma Arte que educa, Rogério de Azevedo distingue nela,

⁵² Gonçalo Esteves de Oliveira do Canto MONIZ – *O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011, p. 276.

⁵³ Michel TOUSSAINT Alves Pereira – *Da Arquitectura à Teoria e o universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura. Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, 2009, p. 266.

⁵⁴ Rogério de AZEVEDO – *A Arquitectura no Plano Social*. Porto: Imprensa Social, 1936.

⁵⁵ Segundo o levantamento efectuado por Michel Toussaint. Le CORBUSIER; Pierre JEANNERET – “Analyse des éléments fondamentaux du problème du logis minimum” in *La Ville Radieuse*. Paris: Éditions Vincent, Fréal & C^a, 1935.

no plano social, dois grandes grupos: a Arquitectura monumental (os edifícios de carácter público em geral e os traçados das cidades, ambos normalmente valorizados) e a Arquitectura doméstica (todos os problemas da habitação e seus anexos, que “pouco ou nenhum interesse mereceu, a-pesar-de ser hoje por ela que se aquilata o grau de civilização de cada povo”⁵⁶); revelando assim um entendimento mais amplo da Arquitectura que o normalmente assumido pelos seus pares. Para Michel Toussaint esta equiparação entre arquitectura monumental e doméstica “não deixa de lembrar o que Le Corbusier escreveu no seu livro *Une Maison - un Palais, a la recherche d'une unité architectural* publicado em 1928”⁵⁷. Nele Le Corbusier escreve que “Uma casa, um palácio... Para dizer a verdade, produtos de uma mesma actividade; um só produto. Uma casa é *para servir*; servir para quê? Abrigo, frio, calor, etc.? Também para satisfazer as necessidades superiores que estão em cada um (sensíveis, é precisamente você que nega a sensibilidade!). Que mecânica despoletará este “*prazer*” para além do terra a terra? A harmonia”⁵⁸. Segundo Michel Toussaint a tese principal de Le Corbusier neste livro é que uma casa deve ser um palácio, porque este foi o exemplo da excelência, um exemplo que agora a casa deve ter ao serviço de todos.

⁵⁶ Rogério de AZEVEDO – “A Arquitectura no Plano Social” in *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*. Porto: Imprensa Social, 1936, p. 4.

⁵⁷ Michel TOUSSAINT Alves Pereira – *Da Arquitectura à Teoria e o universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura. Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, 2009, p. 268.

⁵⁸ Citado em Michel TOUSSAINT Alves Pereira – *Da Arquitectura à Teoria e o universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura. Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, 2009, p. 268.

Sendo a habitação um dos temas centrais da vanguarda do Movimento Moderno, Rogério de Azevedo ao colocar a Arquitectura no plano social evoca o direito de uma habitação condigna para todos. Reconhece o problema de desequilíbrios que o crescimento das cidades pode provocar ao nível da habitação e, argumentando que “urbanizar o centro sem atender à periferia dá resultado idêntico ao barco que, concentrando todo o peso da sua carga num dos lados, se submerge por falta de equilíbrio”⁵⁹, alerta para a falta de “escolas próprias onde êsse ensino [do urbanismo] se ministre”⁶⁰, lamentando a pouca generalização desta arte.

Reivindicando uma renovada atenção às questões de higiene na habitação numa sociedade moderna, chama a atenção para a situação que se vive na cidade do Porto. Rogério de Azevedo associa a esta preocupação questões de construção ao propor que a “ciência aplicada à Arquitectura doméstica pode transformar, pela redução de despesas, o ambiente económico da casa”⁶¹. E cita então Le Corbusier: “A habitação é um fenómeno biológico, portanto os vazios, os locais e espaços que ela comporta são limitados por um invólucro obedecendo a um regime estático”⁶²; ou seja, nas palavras de Rogério de Azevedo, “procurar o equilíbrio dentro das funções que se demandam às

⁵⁹ Rogério de AZEVEDO – “A Arquitectura no Plano Social” in *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*. Porto: Imprensa Social, 1936, p. 5.

⁶⁰ Rogério de AZEVEDO – “A Arquitectura no Plano Social” in *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*. Porto: Imprensa Social, 1936, p. 15.

⁶¹ Rogério de AZEVEDO – “A Arquitectura no Plano Social” in *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*. Porto: Imprensa Social, 1936, p. 13.

⁶² Le CORBUSIER; Pierre JEANNERET – “Analyse des éléments fondamentaux du problème de la Maison Minime”, citado em Rogério de AZEVEDO – “A Arquitectura no Plano Social”, in *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*. Porto: Imprensa Social, 1936, p. 9.

diferentes peças de que é formado o todo da casa”⁶³. Em consequência disso, prossegue a sua exposição escrevendo, numa analogia entre biologia e arquitectura, que “não devem os órgãos duma casa obedecer a um capricho ou palpite, mas sim a uma ideia útil, premeditada dentro da função biológica que se lhes exige”⁶⁴ e que o arquitecto “tem de atender à circulação interna, aos nervos, ao sistema arterial completo de tubos, de fios, etc., etc., isto é, à fisiologia completa da edificação”⁶⁵.

Ainda neste texto, para além de questões sobre o *gosto*, em que reconhece que é sempre do interesse colectivo o que hoje se ergue, “interêsse insofismável, e por isso evidente” e que, portanto, “o que se fizer (e que não seja para entreter), se faça bem, para educar o gôsto em vez de o perverter”⁶⁶, Rogério de Azevedo aborda ainda a questão do *estilo*, entendendo-o como a disciplina com as “diversas regras que em profundidade se observam na (...) composição, na forma de construir ou de estrutura do seu *processus*”⁶⁷. Refere ele que se a Arquitectura monumental “define pelo seu valor material (...) uma época da Arte”, a Arquitectura doméstica “não deve andar menos ligada ao tempo em que se vive”⁶⁸. Mas o *estilo* é um resultado “e como tal se dilata pelo mundo; transforma-

⁶³ Rogério de AZEVEDO – “A Arquitectura no Plano Social”, in *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*. Porto: Imprensa Social, 1936, p. 9.

⁶⁴ Rogério de AZEVEDO – “A Arquitectura no Plano Social”, in *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*. Porto: Imprensa Social, 1936, pp. 9-10.

⁶⁵ Rogério de AZEVEDO – “A Arquitectura no Plano Social”, in *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*. Porto: Imprensa Social, 1936, p. 10.

⁶⁶ Rogério de AZEVEDO – “A Arquitectura no Plano Social”, in *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*. Porto: Imprensa Social, 1936, p. 4.

⁶⁷ Rogério de AZEVEDO – O Paço dos Duques de Guimarães (preâmbulo à memória do projecto de restauro). Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942.

⁶⁸ Rogério de AZEVEDO – “A Arquitectura no Plano Social”, in *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*. Porto: Imprensa Social, 1936, p. 12.

se e transforma-o dando ao orbe o aspecto plástico pelo qual se deduzirá a sua história”⁶⁹.

Como nenhum dos conceitos está desligado da história e para que não haja nela “lapsos desnorteantes, faz-se mister que a imitação obscura do passado, isto é, a cristalização da forma, não prolongue as épocas falseando-as, subtraindo à tradição o património da inteligência”⁷⁰. E conclui considerando que nenhum dos grandes estilos é português e que, apesar “de não termos propriamente um estilo fundador, criado por nós, qualquer dos estilos importados, ao chegar ao nosso contacto, criou pelo envelhecimento qualquer coisa de imponderável que o adaptou e transformou”, encontrando-se todos eles “representados em monumentos que têm a marca de nacionais...”⁷¹, encontrando assim um factor de atemporalidade na nação que se vem a reflectir nos seus projectos das Escolas-Tipo Regionalizadas de 1933-35, nas Pousadas Regionais do SNI de 1939-40 ou nos projectos de recuperação/reintegração de edifícios de interesse patrimonial que realizou nos quatro anos (1936-1940) em que esteve na DGEMN.

A partir dos anos 50 Rogério de Azevedo dedica-se aos estudos histórico-arqueológicos e antropológicos, tendo no *Boletim Cultural* editado pela Câmara Municipal do Porto o lugar privilegiado para a sua publicação, e desempenha vários cargos municipais, nomeadamente o de vogal efectivo eleito no novo

⁶⁹ Rogério de AZEVEDO – “A Arquitectura no Plano Social”, in *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*. Porto: Imprensa Social, 1936, p. 13.

⁷⁰ Rogério de AZEVEDO – “A Arquitectura no Plano Social”, in *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*. Porto: Imprensa Social, 1936, p. 13.

⁷¹ Rogério de AZEVEDO – “A Arquitectura no Plano Social”, in *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*. Porto: Imprensa Social, 1936, p. 13.

executivo camarário, tomando posse a 5 de Dezembro de 1954⁷². Com a constituição dos Conselhos de Administração é nomeado para a Comissão do Plano dos Centenários por delegação da Presidência na Comissão Concelhia⁷³.

O gosto pelos estudos, investigação e escrita terá surgido na sequência do trabalho realizado à frente da 2ª Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais, Serviço da DGEMN dirigido por Baltazar de Castro.

Desde muito cedo Rogério de Azevedo acompanhou a actividade de intervenção nos monumentos nacionais desenvolvida por Baltazar de Castro, seu amigo e colega de escritório, conjuntamente com o grupo de intelectuais cujo trabalho era divulgado pela revista *Ilustração Moderna* (1926-1932) editada no Porto pelo fotógrafo Marques Abreu⁷⁴. Do grupo faziam parte o Dr. Alfredo de Magalhães, então Ministro da Instrução Pública, de 1926 a 1928, e Director da Faculdade de Medicina do Porto, de 1923-1928, o arquitecto Adães Bermudes, Director do Serviço de Monumentos Nacionais da Direcção-Geral das Belas Artes, de 1926-1929, o engenheiro Gomes da Silva, Director-Geral da DGEMN desde a sua criação em 1929, o arquitecto José Vilaça, responsável por muitos dos projectos de reconstituição de monumentos divulgados pela revista e os arqueólogos Cónego Aguiar Barreiros e J. Monteiro de Aguiar.

Com uma extensa formação no campo artístico, Baltazar de Castro (1891-1967) foi uma das figuras de proa do restauro monumental em Portugal na

⁷² AHCMP. Acta da reunião de posse do novo executivo camarário, 5 de Dezembro de 1954. Boletim da Câmara Municipal do Porto, nº 977.

⁷³ Constituição dos conselhos de Administração – Comissão do Plano dos Centenários, delegação da Presidência na Comissão Concelhia: Arq. R. de Azevedo (Boletim da Câmara Municipal do Porto, nº 979, Acta da Reunião).

⁷⁴ Marques Abreu desenvolveu a sua actividade como editor, gravador e fotógrafo, dando especial atenção à arquitectura românica, criando um arquivo largamente utilizado pela DGEMN nos seus trabalhos e publicações.

primeira metade do século XX, e um dos principais responsáveis pela linha de acção desenvolvida pela DGEMN, quer a nível técnico quer a nível teórico. A ele se devem muitos dos restauros da arquitectura românica de Entre Douro e Minho realizados a partir de 1927, ano em que foi colocado na Direcção-Geral das Belas Artes, 3ª Repartição – Monumentos e Palácios Nacionais, secção do Norte, não se lhe conhecendo estudos prévios ou projectos de intervenção, “antes se dizendo que os desenhava – com a ponta da bengala ou a biqueira do sapato – na própria poeira dos estaleiros de obras”⁷⁵.

Baltazar de Castro foi, desde o início, um membro activo do grupo formado em torno da revista *Ilustração Moderna*. Caracterizada por uma quase total ausência de artigos sobre política, a revista publicou artigos de divulgação e elogio de personalidades da cena cultural e artística e constituiu-se como uma plataforma de divulgação das múltiplas iniciativas desenvolvidas a favor dos monumentos pré-românicos e românicos no norte do país, sendo escassa a informação nela publicada sobre a arquitectura contemporânea. Em artigos ou imagens legendadas e descontextualizadas, e sem qualquer continuidade na sua publicação, algumas das obras que foram referenciadas, louvadas ou propagandeadas – o Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto⁷⁶,

⁷⁵ Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento. FLUL, 1995, p. 411. Pude identificar, na DGEMN, dois projectos assinados por Baltazar de Castro: desenhos do levantamento e do restauro da Igreja do Antigo Mosteiro de Leça do Balio (1934-1935) de que foi responsável, publicados em *Igreja de Leça do Bailio. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 1, Setembro de 1935; projecto não datado para a ampliação do Edifício dos CTT, em Arcos de Valdevez, sendo que as respectivas obras de ampliação só foram adjudicadas em 1953. Também, e de acordo com a versão corrigida e firmada por Januário Godinho, a 15-7-1988, do trabalho académico realizado na FAUP pelos alunos António Neves, Fernando Lisboa, Paulo Cortez e Vítor Seabra, do qual consta uma cronologia da vida e obra do arquitecto Rogério de Azevedo (Cópia de documento do espólio Januário Godinho cedido por Fátima Sales), Baltazar de Castro terá sido o autor do projecto da Pousada de Alijó, de 1934.

⁷⁶ A Faculdade de Medicina do Porto, actual Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, foi projectada por Rogério de Azevedo/Baltazar de Castro, em 1925. Era então seu Director e

a Maternidade de Júlio Dinis no Porto⁷⁷ ou a Escola Primária de Lourosa⁷⁸ – tiveram Rogério de Azevedo como autor do projecto ou responsável pela direcção das obras.

Rogério de Azevedo teve uma carreira intensa caracterizada pela recusa da modernidade como único paradigma em que basear a procura formal. Refiram-se como exemplos de obras que se caracterizaram por uma clara modernidade, o edifício sede do jornal *O Comércio do Porto* – projectado em 1928 e 1930, que traduz um esforço de modernização relativamente ao ecletismo classicizante em que se formara –, a Garagem do jornal *O Comércio do Porto* – contígua ao edifício sede e com projecto de 1930-1932, obra prima do arquitecto e do Movimento Moderno na cidade do Porto, “com um magnífico sentido de massas, uma exploração formal de grande coerência e manifesta força plástica”⁷⁹, nela confrontando tradição e inovação –, a Creche de *O Comércio do Porto* (de 1930) ou o Edifício “Maurício Rialto” datado de 1941-1945, inovador quer pela sua concepção em altura quer pela relação que estabeleceu então com o espaço público.

Ministro da Instrução Pública o Dr. Alfredo de Magalhães. José LUSO – “Faculdade de Medicina do Porto, o Instituto de Anatomia”, in *Ilustração Moderna*, N.º 21, Março de 1928, 3º ano, pp. 63-67.

⁷⁷ Da autoria do Arq. George Épitau, foi mandada construir pelo Ministro da Instrução Dr. Alfredo de Magalhães, sendo Rogério de Azevedo o responsável pela direcção das obras de construção em 1930. *Ilustração Moderna*, N.º 29; *Ilustração Moderna*, N.º 38, Dezembro de 1929, 4º ano, pp. 472-473; *Ilustração Moderna*, N.º 55, Março/Abril de 1932, 7º ano, p. 421.

⁷⁸ Motivada pela necessidade de libertar a Igreja de Lourosa então em fase de sondagens e estudo da sua reconstituição, trabalhos iniciados por ordem do Dr. Alfredo de Magalhães, o Eng. Henrique Gomes da Silva (Director-Geral da DGEMN) encomendou o projecto da nova escola a Rogério de Azevedo, ficando Baltazar de Castro (Director do Monumentos do Norte) responsável pela direcção da construção. “Melhoramento importante”, *Ilustração Moderna*, N.º 46, Agosto de 1930, 5º ano, pp. 191-192; “Uma Escola em Lourosa”, *Ilustração Moderna*, N.º 58, Novembro/Dezembro de 1932, 7º ano, pp. 502-503.

⁷⁹ Pedro Vieira de ALMEIDA; Maria Helena MAIA – “O «arrabalde» do céu”, in *História da Arte em Portugal, Vol. 14 – A Arquitectura Moderna*. Direcção de Pedro Vieira de ALMEIDA e José Manuel FERNANDES. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 121.

A obra de Rogério de Azevedo foi igualmente marcada pela pesquisa de uma linguagem regionalista para a arquitectura, de que são exemplo as Escolas-tipo Regionais para o centro e norte do país, frequentemente referidas como “Escolas dos Centenários” – englobando-se assim sob a mesma designação os Projectos-tipo Regionalizados para as escolas primárias por ele realizados em 1933-35, e os respectivos edifícios construídos, e as escolas-tipo construídas pela Estado nos anos 40 –, a Escola-Cantina Salazar, em Santa Comba Dão de 1938, as Pousadas Regionais do Marão, Serém e Serra da Estrela – todas com projectos de 1938-1939, mas só concluídas durante a década de 40 e normalmente designadas como Pousadas do SNI – e o Hotel Infante de Sagres, de 1945, este último já com o figurino da arquitectura Português Suave claramente assumido.

Entre a modernidade da Garagem do Comércio do Porto (1930) e a linguagem Português Suave do Hotel Infante de Sagres (1945), Rogério de Azevedo desenvolveu uma carreira marcada acima de tudo pela encomenda privada na cidade do Porto⁸⁰, por obras públicas em toda a região norte do país – nomeadamente no distrito de Viana do Castelo⁸¹, na Póvoa de Varzim⁸² e na

⁸⁰ Por exemplo: Edifício do Jornal *O Comércio do Porto* (1928); Garagem do Jornal *O Comércio do Porto* (1928-32); Habitação unifamiliar para Francisco Ribeiro Cepêda, Av. dos Combatentes (1930); Prédio no gaveto das Ruas de Santa Catarina e Firmeza (1930); Edifício n.º 20, Rua Alvares Cabral (1930/31); Casas germinadas para habitação própria e de Baltazar de Castro, Av. Marechal Gomes da Costa (1933); Edifício na Rua de Fernandes Tomás, n.º 137 (1933); Casa unifamiliar, Rua de Júlio Dinis (1934); Conjunto Habitacional, Rua do Campo Alegre (1935).

⁸¹ Por exemplo: Capitania do Porto (anos 30); Edifício dos CTT (1930-33); Escola Alfredo de Magalhães (1927); Ante-projecto do Bairro-jardim, Abelheira (1932).

⁸² Por exemplo; Casino (1931-34); Palácio Hotel (1938); Projecto de remodelação e ampliação do Teatro Garrett (1938).

Vila de Alijó⁸³ – e por projectos realizados no âmbito do Ministério das Obras Públicas e do SPN/SNI⁸⁴ e executadas através da DGEMN, em que a colaboração com outros arquitectos foi frequente, conciliando desejo criativo e ofício, “arte e política, classicismo e modernismo, restauro e inovação, provincianismo e internacionalismo”⁸⁵.

Na década de 40, já autor de uma obra com visibilidade pública, resultante de duas décadas de uma continuada publicação de artigos, projectos e entrevistas, tanto em revistas da especialidade como em diversos jornais, Rogério de Azevedo sofre uma doença prolongada após a qual tenta retomar a sua actividade e o ritmo de trabalho que antes tinha tido mas, entretanto, uma nova geração de arquitectos, com novas ideias, estava instalada e este não a consegue acompanhar.

Tal como Marques da Silva, Rogério de Azevedo cultivava a Arquitectura como uma profissão e o entusiasmo pelos seus mais antigos instrumentos, “o Desenho como possibilidade de descoberta e transfiguração do espaço”⁸⁶.

Para ele, que sempre entendeu a profissão como uma Arte, embora reconhecendo que para o exercício da mesma era necessária “uma grande soma

⁸³ Por exemplo: Escola-Cantina “José Rufino” (1930); Capela Funerária do Hospital (1933); Ampliação do Cemitério e seu muro de vedação (1933); Arranjo da Avenida Central (1933); Abrigo dos Pequeninos (1933).

⁸⁴ Dirigido por António Ferro, o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) foi criado em 1933 pelo governo de Salazar. Remodelado em 1944 passou a designar-se como Secretariado Nacional de Informação (SNI). Desenvolveu a sua acção divulgando um ideário nacionalista e promovendo a cultura e as artes do regime.

⁸⁵ Teresa FONSECA – “Rogério de Azevedo, 1898-1983” in *Desenho de Arquitectura*. Porto: UP, 1987, p.54.

⁸⁶ Beatriz MADUREIRA – “Senhores, Mestres, Arquitectos” in António CARDOSO (coord.) – *J. Marques da Silva - Arquitecto 1869-1947*. Porto: Secção regional do Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1986, p. 25.

de conhecimentos técnicos, de cultura geral e até especializada”⁸⁷, e que pensa que na análise de um projecto “convém em primeiro lugar saber se a obra realizada ou a realizar é conveniente ao sítio, porque ela é, foi e será sempre relativa e circunstancial; a seguir se ela caracteriza alguma coisa ou se preenche o fim a que se destina e por último deslindar o valor da obra”⁸⁸, dadas as circunstâncias atrás referidas vai concentrar a sua actividade na docência, transmitindo aos alunos uma prática de rigor. As suas disciplinas e os conteúdos, que pareciam a alguns castradores e antiquados, na verdade deram aos seus alunos regras de trabalho, uma forma de estar na profissão.

Homem firme, de espírito aberto e consciência crítica, durante toda a sua vida defende com convicção as suas ideias, seja nas instituições por onde passa seja nos diversos cargos que desempenha, sem nunca fugir às polémicas que por vezes surgem, revelando erudição, tanto no que escreve e publica como nos debates em que se envolve ou se vê envolvido, e uma ironia fina, por vezes bastante mordaz, que lhe é própria.

Exemplo disto mesmo é a polémica sobre educação que trava com o vereador Dr. Paulo Sarmiento durante as reuniões ordinárias da Câmara Municipal do Porto de 18 de Fevereiro e de 20 de Março de 1956. Tendo antes defendido que se tomassem medidas em defesa da educação da juventude – de

⁸⁷ Entrevista a Rogério de Azevedo publicada no *Jornal de Notícias* de 7 de Novembro de 1944. Citada em Maria Adriana Pacheco Rodrigues GRAVATO – *Trajecto do Risco Urbano. A arquitectura na cidade do Porto, nas décadas de 30 a 50 do século XX, através do estudo do conjunto da Avenida dos Aliados à Rua de Ceuta*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal, Arquitectura do século XX, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 125.

⁸⁸ “Arquitectura de Amanhã”, entrevista a Rogério de Azevedo publicada no *Diário da Manhã* de 31 de Janeiro de 1944. Citada por Maria Adriana Pacheco Rodrigues GRAVATO – *Trajecto do Risco Urbano. A arquitectura na cidade do Porto, nas décadas de 30 a 50 do século XX, através do estudo do conjunto da Avenida dos Aliados à Rua de Ceuta*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal, Arquitectura do século XX, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 124.

uma educação tida “como unidade”⁸⁹ – “com alguma coisa mais do que o cinema que *ensina tudo*, do que a rádio que *ensina nada*, do que a bola que *excita a paixão*”, confrontou o “espectáculo vibrante de sentimentos que é a Ópera, com todos os seus acessórios e, o espectáculo vibrante de sensações que é a bola, com todas as suas consequências”⁹⁰. Pela singularidade das suas ideias é confrontado com críticas e objecções a que opõe o facto de muitos países incluírem a formação estética no seu plano de educação. E explicita a sua opinião. Dirigindo-se a Arte “aos sentimentos, qualquer das suas expressões é sempre necessária, como auxiliar na educação do indivíduo que, no caso dos jovens, dará a oportunidade de se descobrir o justo valor humano da *vocação*”⁹¹. Mas para isso é necessário deixar tempo ao pensamento e à experiência, a uma aprendizagem que é longa e que fatiga. É preciso notar “a desvantagem do difícil sobre o fácil, da teoria plástica ou sonora sobre o pontapé, em suma, da inteligência sobre o instinto”⁹². Ora “sendo o instinto uma rotina que a inteligência destrói, cultivando aquele degradamos esta”⁹³. Se a educação é uma unidade, faltando-lhe uma fracção, por muito pequena que seja, a unidade não está completa. O desporto, ainda que necessário à educação – “a bola é sobretudo o

⁸⁹ AHCMP. Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal do Porto, de 20 de Março de 1956, Boletim da Câmara Municipal do Porto, nº 1044, p. 607.

⁹⁰ AHCMP. Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal do Porto, de 18 de Fevereiro de 1956, Boletim da Câmara Municipal do Porto, nº 1036, p. 222.

⁹¹ AHCMP. Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal do Porto, de 18 de Fevereiro de 1956, Boletim da Câmara Municipal do Porto, nº 1036, p. 223.

⁹² AHCMP. Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal do Porto, de 18 de Fevereiro de 1956, Boletim da Câmara Municipal do Porto, nº 1036, p. 224.

⁹³ AHCMP. Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal do Porto, de 18 de Fevereiro de 1956, Boletim da Câmara Municipal do Porto, nº 1036, p. 224.

futebol, não é desporto genérico é antes uma especialidade”⁹⁴ –, para formar unidade faltam-lhe fracções para que fique completo. Para Rogério de Azevedo educar é criar, ensinar, transmitir conhecimento, formar “a criança, domesticá-la em todos os elementos educativos e não apenas em alguns ou algum”⁹⁵ e a Arte, não ensinando, educa.

Paralelamente ao trabalho docente Rogério de Azevedo mantém uma actividade regular como autor de um abundante número de estudos histórico-arqueológicos e antropológicos publicados em revistas culturais⁹⁶ e desempenha diversos cargos em vários Conselhos e Comissões Municipais.

Dotado de uma forte consciência profissional e regional, Rogério de Azevedo, quer pelo trabalho no seu escritório quer pela acção que desenvolveu no Conselho de Estética na Câmara Municipal do Porto, possibilitou “a continuidade entre os pioneiros do modernismo e as seguintes gerações de arquitectos modernos”⁹⁷ ao permitir com os seus pareceres que se aprovassem os processos de licenciamento de obras com uma linguagem nova e diferente da por ele usada, como é o caso do Edifício Parnaso (1954-56) dos arquitectos Carlos Loureiro e Pádua Ramos.

⁹⁴ AHCMP. Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal do Porto, de 20 de Março de 1956, Boletim da Câmara Municipal do Porto, nº 1044, p. 607.

⁹⁵ AHCMP. Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal do Porto, de 20 de Março de 1956, Boletim da Câmara Municipal do Porto, nº 1044, p. 607.

⁹⁶ Ver Anexo 2.

⁹⁷ Nuno Teotónio PEREIRA; José Manuel FERNANDES (colab.) – “A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959”, in *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959) – volume II*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987, p. 335.

Já em 1957 é nomeado Vogal da Delegação da Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, lugar no qual realiza a sua última colaboração nos processos de restauro levados a cabo pela DGEMN.

Aposentado em 1968, mantém até ao fim uma forte actividade como investigador, com a publicação de numerosos trabalhos, vindo a falecer a 24 de Fevereiro de 1983.

ARQUITECTURAS PRIVADAS / PROJECTOS PÚBLICOS

Um possível atrito iniciado em 1934 entre Marques da Silva e Baltazar de Castro, seu antigo aluno e Director do Serviço de Monumentos do Norte da DGEMN, a propósito da conclusão das obras do novo edifício dos Paços do Concelho de Guimarães, então paradas e em conflito com o programa que previa a instalação de serviços camarários no edifício do Paço dos Duques de Bragança, então em vésperas de ser iniciado o seu projecto de restauro, é posteriormente alargado a Rogério de Azevedo que, apesar de ser o arquitecto responsável pelas obras nele realizadas nos quatro anos em que esteve na DGEMN, mantém uma ligação de amizade com seu Mestre, continuando a frequentar a sua casa e ser presença nas temporadas que a família Marques da Silva passa no Concelho de Barcelos.

Em Dezembro de 1953, Carlos Ramos organiza uma exposição/homenagem a Marques da Silva, seu antecessor na direcção da Escola Superior de Belas Artes do Porto, referenciada como *Marques da Silva, exposição conjunta das principais obras do Mestre e de alguns dos seus discípulos, homenagem promovida pela Escola Superior de Belas Artes do Porto, com a colaboração da Academia Nacional de Belas Artes e do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, pelo 84.º ano do seu nascimento. Rogério de Azevedo, foi um dos participantes nesta exposição, quer como membro da Comissão Organizadora quer expondo fotografias, um modelo e desenhos de alguns dos seus projectos.

Anos mais tarde, em 1969, num artigo de homenagem que publica na revista *O Tripeiro*, pelo centenário do nascimento do arquitecto Marques da Silva, e eventualmente também se referindo a si próprio, Rogério de Azevedo escreve que “era a originalidade da criação que ele respeitava em cada um” já que “entendia que o espírito não tem limites que o coarctem e que a tradição não é estagnação mas continuidade na pesquisa para encontrar o termo válido da renovação. A tradição é uma herança que veio até nós e reclama acrescentamento para os que hão-de vir”⁹⁸.

Esta vontade de renovação, que Rogério de Azevedo refere, está presente na sua obra desde os primeiros projectos, num processo de conciliação entre modernidade e tradição, sem que com isso haja da sua parte uma qualquer atitude política ou militante. Nem há nele qualquer compromisso ou um combate ao “desenvolvimento de tendências tidas como dissolventes do ‘espírito-nacionalista’”⁹⁹. Há, isso sim, uma livre interpretação do modernismo, articulada à volta do lugar, da arquitectura tradicional portuguesa e da história.

Se é verdade que a partir de certa altura, possivelmente mesmo desde os primeiros anos do Estado Novo e por aqueles que talvez se tenham julgado intérpretes do pensamento de Salazar¹⁰⁰, houve da parte institucional, através

⁹⁸ Rogério de AZEVEDO – “Mestre Marques da Silva”, *O Tripeiro*, VI Série, Ano IX, n.º 11, Novembro de 1969, p. 343.

⁹⁹ Maria de Fátima Alves SALES – *Januário Godinho na Arquitectura Portuguesa (1910-1990) – ou a outra face da modernidade*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Universidad de Valladolid, 2000, p. 395.

¹⁰⁰ Vejam-se as entrevistas de António Ferro a Salazar realizadas no final de 1932 (António FERRO – *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, prefácio de Fernando ROSAS. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2003). Com Duarte Pacheco à frente do Ministério das Obras Públicas foram implementadas diversas organizações, dirigidas por pessoas da sua confiança, criando-se assim uma administração paralela que, para além de centralizar os departamentos antes dispersos por outros Ministérios, contornava a estrutura burocrática existente no próprio Ministério e acelerava a execução dos planos da política de Obras Públicas, nuclear na transmissão de uma imagem de progresso e renovação promovida pelo SPN de António Ferro. Veja-se Sandra Vaz COSTA –

dos programas-regulamentos, um condicionalismo nacional-regionalista, também é verdade que Rogério de Azevedo desde muito cedo, e antes de qualquer condicionamento, tinha assumido outras prioridades na sua forma de pensar a arquitectura. Se os programas no final da década de vinte e início da de trinta, dando por vezes seguimento a programas anteriores e fundamentando-se (ou justificando-se) em necessidades de ordem prática e económica, muitas vezes partindo da iniciativa local, puderam condicionar a expressão individual dos autores, Rogério de Azevedo não se terá sentido condicionado ou pressionado, respondendo de forma genuína aos trabalhos que lhe foram encomendados, encontrando neles convergência com as suas preocupações e valores.

Não parece credível pensar-se que Rogério de Azevedo alguma vez fez qualquer discriminação positiva ou negativa em relação a qualquer proposta de trabalho por ele aceite. Havendo no seu percurso profissional uma maior concentração de projectos de encomenda privada nos primeiros anos de actividade do escritório, nomeadamente para edifícios de habitação, de escritórios ou mistos, edifícios cuja responsabilidade, até porque citadinos e de grande visibilidade, poderiam fazer sentir sobre o arquitecto o peso da responsabilidade, Rogério de Azevedo nunca desvalorizou o projecto para uma pequena escola ou para um equipamento público a construir em vilas e aldeias, longe dos focos, dedicando-se-lhes com igual profissionalismo.

Se nos grandes centros urbanos tinha à sua disposição meios técnicos modernos, materiais e equipas de construtores capazes de darem corpo aos

O país a régua e esquadro. Urbanismo, arquitectura e memória na obra pública de Duarte Pacheco. Lisboa: IST Press, 2012.

projectos por ele criados, já no interior do país os recursos técnicos disponíveis, e mesmo viáveis, restringiam-se à pedra e a equipas de construção que com ela sabiam trabalhar. Quer pelas distâncias, quer pelos meios de comunicação e mobilidade existentes, quer pelas limitações de custos, não era imaginável deslocar para o interior materiais e homens e construir em betão armado e tijolo nesses locais. As próprias condicionantes das encomendas e dos encomendantes de tais obras, muitas vezes beneméritos locais ou pequenas Câmaras Municipais com baixos orçamentos, não o permitiam. Estas duas vertentes de uma mesma obra decorreram desde o início em paralelo.

É verdade que, ao contrário do que realiza no resto da sua obra, Rogério de Azevedo introduz no projecto da Garagem do jornal *O Comércio do Porto* uma inusitada “ruptura, semântica e sintática”¹⁰¹, e confirma a “sua versatilidade como autor na hora de manipular diversos códigos”¹⁰². O momento de ruptura fica patente no modo como desenvolve no projecto uma concepção estrutural do edifício como um todo, articulando os volumes exteriores e a organização do espaço de forma expressiva e singular “na força do gesto, mas também no corte deliberado com o edifício contíguo”¹⁰³, projectado também por ele: o edifício Sede do jornal *O Comércio do Porto* (figs. 9-10), no gaveto na Av. Dos Aliados com a sua radial, a Rua Elísio de Melo acabada de abrir. Rogério de Azevedo estava plenamente consciente do carácter inovador desta sua obra, quer do

¹⁰¹ Nuno PORTAS – “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação”, in Bruno ZEVI – *História da Arquitectura Moderna*, vol. II. Lisboa: Arcádia, 1986, p. 709.

¹⁰² Ana TOSTÕES – “Edifício «Garagem do Comércio do Porto», 1928-1932” in *Equipamentos II. Ocio, deporte, comercio, transporte y turismo. Registro DOCOMOMO Ibérico, 1925-1965*. Fundación Caja de Arquitectos/Fundación Docomomo Ibérico, 2011, p. 300.

¹⁰³ Ana TOSTÕES – “Edifício «Garagem do Comércio do Porto», 1928-1932” in *Equipamentos II. Ocio, deporte, comercio, transporte y turismo. Registro Docomomo Ibérico, 1925-1965*. Fundación Caja de Arquitectos/Fundación Docomomo Ibérico, 2011, p. 300.

ponto de vista funcional quer no formal, como revela a Memória Descritiva que acompanha o seu processo de licenciamento:

“[a] feição moderna da ‘Garage’, que nada tem de comum com a antiga cocheira, deve ser o espelho da juventude do motor de explosão, tendo dum lado o utilitarismo prático do edifício e do outro a amplidão das instalações donde possam resultar o máximo rendimento, pois que enquanto a cocheira abrigava os carros dum, a ‘garage’ abriga os carros de muitos.

Procuramos no estudo presente ligar o utilitarismo da sua aplicação com a imponência agradável e simples do conjunto. O terreno embora de dimensões razoáveis, não podia, devido à sua situação no centro da cidade seguir a norma vulgar da construção térrea.

Sem pretendermos ter a primazia num estudo desta natureza, pois que nos países progressivos onde o automóvel entrou nos hábitos da vida, não é já a primeira nem a segunda vez que as edificações deste género se erguem, ufanamonos de apresentar uma iniciativa desta importância, coada por nos mercê de circunstâncias várias”¹⁰⁴.

Respondendo ao programa inédito para um edifício de garagem urbana, em vários pisos, e simultaneamente de escritórios num enorme gaveto no centro da cidade (figs. 11-16) formado pelas Ruas do Almada e Elísio de Melo – uma situação urbana muito diferente da actualmente existente e bem anterior à da abertura da Praça D. Filipa de Lencastre –, Rogério de Azevedo joga com o desnível da rua e justapõe uma caixa com iluminação na parte superior, organizada através de “uma rampa helicoidal apoiada em arrojada estrutura central fungiforme”¹⁰⁵, e uma fachada funcionalista de escritório tratada como um

¹⁰⁴ AGCMP, Livro de Licenças de Obras, 529, licença n.º 941 de 6 de Junho de 1932, fl. 215-222. Citado por Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, Vol. I. Dissertação de Mestrado, FLUP, 1996, p. 70.

¹⁰⁵ Nuno PORTAS – “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação”, in Bruno ZEVI – *História da Arquitectura Moderna*, vol. II. Lisboa: Arcádia, 1986, p. 709.

volume saliente com os dois planos articulados por uma torre cilíndrica, numa composição em simetria, cujo eixo coincide com a esquina, “fazendo-a surgir como expressão de uma necessidade funcional”¹⁰⁶. A expressividade do jogo volumétrico, praticamente livre de qualquer ornamentação, é acentuada pelo grande vazio da entrada, aberto no ângulo do edifício a que se sobrepõe uma pala, e a rampa helicoidal de circulação no parque de estacionamento, revelando uma utilização hábil e inovadora do betão armado. Ora, o que torna este projecto europeu é a concepção estrutural do edifício como um todo “em que as técnicas de construção, as «caixas» exteriores e a organização do espaço se articulam com imaginação e singularidade, no sentido em que não são reduções ou aculturações de imagens de revistas superficialmente vistas”¹⁰⁷. No entanto, encontrando-se no edifício elementos suficientes para descortinar um projecto moderno com referências europeias é, ao mesmo tempo, “possível constatar tratar-se de uma composição simétrica desenhada com colunas e capitéis à moda clássica”¹⁰⁸.

Só anos mais tarde, com as demolições começadas em 1943 e concluídas um ano depois (figs. 17-20) e que, na continuidade à Rua Elísio de Melo, iniciaram a abertura da Praça D. Filipa de Lencastre (a poente da Avenida da Liberdade), num prolongamento da Rua Passos Manuel e em contraponto à Praça D. João I (ambas a nascente da Avenida), rasgando-se para o efeito a Rua do Almada e as Travessas da Picaria e da Fábrica, se veio a modificar para

¹⁰⁶ João Vieira CALDAS – “Cinco Entremeios sobre o Ambíguo Modernismo” in *Arquitectura do Século XX. Portugal*. Organização de Annette BECKER, Ana TOSTÕES e Wilfried WANG. Lisboa/Frankfurt: Deutsches Architektur-Museum/Prestel/Centro Cultural de Belém, 1997, p. 29

¹⁰⁷ Nuno PORTAS – “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação” in Bruno ZEVI – *História da Arquitectura Moderna*, vol. II. Lisboa: Arcádia, 1986, p. 708.

¹⁰⁸ André TAVARES – *Dois obras de Januário Godinho*. Porto: Dafne Editora, 2012, p. 37.

sempre o modo como passámos a ler e a perceber o edifício da Garagem, agora completamente exposto, e a intuir a importância e o impacto que teriam tido na época da sua concretização os dois planos cegos articulados com a torre cilíndrica e o grande vazio da entrada e respectiva pala no que era então um gaveto entre ruas estreitas¹⁰⁹. Estas condições urbana e de programa do projecto de Rogério de Azevedo foram únicas e não mais se viriam a repetir.

Contemporâneo dos projectos do Edifício Sede e da Garagem do jornal *O Comércio do Porto*, e anterior a qualquer Comissão que tipificasse os edifícios a construir dos CTT, é o projecto para o edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT), de Viana do Castelo (figs. 21-24). Tal como eles, também ocupa um gaveto. Situado na Av. Dos Combatentes da Grande Guerra, uma nova artéria recta, larga e moderna de Viana do Castelo, começada a rasgar em 1917 na sequência da construção da nova estação de caminho-de-ferro, com edifícios dos anos 20, 30 e 40, e para onde Rogério de Azevedo já havia projectado em 1927-1933 a Escola Primária (Escola Alfredo de Magalhães), foi inaugurado em 1934. Composto por vários corpos escalonados em altura, o conjunto, que na sua evolução quis sóbrio e de linhas simples, apresenta um desenvolvimento vertical que culmina num corpo torreado, charneira dos corpos laterais e eixo de simetria, apresentando um plano elevado e cego de esquina como suporte de um enorme relógio e todo este volume rematado com uma enorme esfera armilar¹¹⁰. Nele encontramos algum do léxico formal no

¹⁰⁹ A este propósito ver Anni Günther NONELL – “Garagem do Comércio do Porto” in *PORTO 1901/2001. Guia de Arquitectura Moderna*. Porto: Ordem dos Arquitectos /Livraria Civilização Editora, 2001.

¹¹⁰ Foi-me trazido ao conhecimento a existência de um desenho, depositado no Arquivo da câmara Municipal de Viana do Castelo, em que é visível a proposta de alteração ao corpo torreado que, não pondo em causa o seu remate com a torre/esfera armilar, reduz substancialmente a

tratamento dos volumes utilizado quer na Sede quer na Garagem de *O Comércio do Porto* mas na sua aplicação, assim como na relação que se estabelece entre o corpo central e os dois corpos laterais, há uma evidente preocupação de monumentalidade. Salvaguardadas as diferenças programáticas e contrariamente ao edifício da Garagem de *O Comércio do Porto* que foi projectado para um gaveto numa radial da Av. dos Aliados e edificado entre ruas estreitas, sem qualquer hipótese de recuo para observação, o edifício em gaveto dos CTT de Viana do Castelo encontra-se exposto a uma leitura global na nova montra da cidade.

Em qualquer destes projectos houve a utilização de uma composição baseada na simetria. Esta solução compositiva vai-se esbatendo à medida que se afirma o tema da horizontalidade na obra de Rogério de Azevedo, um tema presente desde o início do seu trabalho nos projectos que desenvolve para o interior norte do país sendo já plenamente assumido na Escola-Cantina Salazar de 1938 (Vimieiro, Santa Comba Dão), obra que precede os projectos das Pousadas Regionais. A composição baseada na simetria não foi apenas utilizada como solução nos edifícios de gaveto, mas foi a opção dominante mesmo para pequenos equipamentos projectados no final dos anos 20 e princípio da década de 30 no norte do país, como são o Hospital-Asilo de Vila Seca de Armamar (com a construção iniciada em 1927 e inaugurado em 1931) (fig. 25), as Escolas do Distrito de Viana do Castelo (de 1927-1930), a creche Filial n.º 2 (Bonfim) de *O Comércio do Porto* (1930), o edifício dos Paços do Concelho de Vila Flor (1930-33), a Capitania do porto de Viana do Castelo (1932), o edifício principal do Asilo

sua altura ao cortar a parte do volume cego da torre e reformular a leitura do edifício através dos remates em cornija dos três corpos principais.

de Prozelos (Lar Soares Pereira), Prozelos, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo (1937), ou mesmo o Edifício “Maurício Rialto” (1941) e o Hotel Infante de Sagres, ambos na cidade do Porto e já da primeira metade dos anos 40.

Por coincidência, alguns dos projectos que Rogério de Azevedo realiza têm por terreno de implantação um gaveto que ele resolve com composições simétricas através de um volume charneira, a rótula que resolve a dobra do plano, a peça que articula planos numa composição centralizada, ao eixo, à simetria. Mas em algumas obras tanto com a mesma condicionante do terreno como noutros projectos em que tal implantação não acontece sente-se a procura de soluções que a recriam, *inventando* uma concavidade nas condicionantes do terreno ou invertendo a convexidade da organização dos volumes e procurando uma organização volumétrica gerada a partir da organização da planta que o exprima.

Seja por convicção, seja um traço distintivo do autor mais do que pela sua formação, a esta sistemática *dobra/charneira* que Rogério de Azevedo introduz nos seus projectos – nomeadamente nas escolas primárias Dr. Alfredo de Magalhães, no distrito de Viana do Castelo, ou na Escola-Cantina de Alijó, em que as composições são clássicas, simétricas, de entrada centralizada e com escalonamento de volumes –, contrapõem-se outros projectos, com implantação em gaveto ou não, em que a procura vai no sentido oposto. São exemplo disso mesmo numerosas escolas que projecta entre 1930 e 1935, os casos do Palácio Hotel na Póvoa de Varzim, a casa da Rua de Júlio Dinis, no Porto, a Escola-Cantina Salazar, em Santa Comba Dão ou as Pousadas do SNI.

Sendo um dos autores de uma obra de referência incontornável no modernismo em Portugal, refiro-me à Garagem do jornal *O Comércio do Porto* (1930-32), Rogério de Azevedo trabalhou durante mais de uma década para o Ministério das Obras Públicas, quer como arquitecto contratado/convidado para desenvolver os projectos-tipo regionalizados para as Escolas Primárias a serem construídas em série na década de 30, quer como arquitecto contratado/convidado no programa das Pousadas do SNI, inauguradas ao longo dos anos 40, quer ainda como arquitecto responsável da Direcção dos Monumentos do Norte, da DGEMN, lugar que ocupou entre 1936 e 1940.

Importa aqui sublinhar que apesar ligação às estruturas administrativas do Estado Novo que se tem vindo a identificar, Rogério de Azevedo nunca foi um arquitecto do regime e muito menos praticou uma arquitectura comprometida com valores de representação do Estado, pelo menos não na forma que este enunciado contém de depreciativo.

Foi dos poucos arquitectos da sua geração que escreveu e reflectiu sobre o papel da arquitectura e, ao contrário de muitos dos seus colegas, não colaborou ou assumiu convictamente qualquer papel na arquitectura pretendida pelo regime, particularmente a partir de 1938 como, a propósito do projecto para o Conjunto Habitacional junto ao Campo 24 de Agosto, mais à frente teremos oportunidade de verificar.

Rogério de Azevedo seguiu um percurso autónomo, onde clássico, tradicional e moderno se misturam, nunca se sentindo encurralado mesmo quando postas em causa as suas opções, renovando-se continuamente no reconhecimento das suas capacidades instrumentais e na sua preparação como construtor. Um percurso difícil de arrumar em categorias operativas discursivas

ou formais mas capaz de dar continuidade a uma transmissão geracional de certas práticas de projecto, de que o arquitecto Januário Godinho é exemplo.

Sendo certo que características como “a qualidade da concepção global”¹¹¹ das propostas das Pousadas Regionais, “a organicidade com que se articulam os seus espaços e a correcta apropriação de materiais locais parecem atestar o grau de intervenção”¹¹² de Januário Godinho, tudo conceitos que, nas palavras de Sérgio Fernandez, e concluindo o seu raciocínio, ele já expressara em 1941 no projecto da casa Afonso Barbosa, em Famalicão, a verdade é que essas mesmas características estão já presentes nos projectos de equipamentos realizados por Rogério de Azevedo desde o final dos anos 20, e que os projectos das Pousadas Regionais, sendo do final dos anos 30, são anteriores ao projecto de Januário Godinho que, efectivamente, terá colaborado na execução de pelo menos parte dos mesmos.

¹¹¹ Sérgio FERNANDEZ – *Percurso. Arquitectura portuguesa 1930/1974*. Porto: FAUP, 1988 (1ª edição, 1985), p. 41.

¹¹² Sérgio FERNANDEZ – *Percurso. Arquitectura portuguesa 1930/1974*. Porto: FAUP, 1988 (1ª edição, 1985), p. 41.

INFLUÊNCIAS E APROPRIAÇÕES

Para além da sua formação *Beaux-Arts*, da utilização de uma linguagem arquitectónica influenciada pelas *Arts Déco*, particularmente visível em algumas das obras de encomenda privada realizadas na cidade do Porto nos primeiros anos de trabalho na década de 30, e de aproximações à obra de alguns arquitectos franceses já anteriormente mencionados, outras referências e apropriações se fazem sentir, anos mais tarde, na obra de Rogério de Azevedo, como a seguir veremos.

Encontrando-se o Plano Geral de Urbanização e Expansão do Porto em desenvolvimento e ainda sem aprovação prevista e visando substituir um aglomerado de construções industriais situadas junto ao Campo 24 de Agosto e início da nova Avenida de Fernão de Magalhães, numa zona de futura expansão da cidade destinada à habitação e ao comércio, Rogério de Azevedo requer em 1941, à Câmara Municipal, o licenciamento para o projecto de iniciativa privada de um Conjunto de Habitações de Casas Económicas destinado à classe média.

Trata-se de um projecto que revela algumas influências e a assimilação de alguns aspectos das propostas para a reorganização urbana do centro do Porto, focalizadas nos espaços e na circulação entre a Praça da Liberdade, a Avenida da Ponte e o Morro da Sé, que os arquitectos italianos Marcelo Piacentini e Giovanni Muzio realizaram entre 1938 e 1940.

O projecto abrange sete tipologias de habitação, garagem para os carros de todos os inquilinos, uma estalagem de 15 quartos, estúdios para pintores e

escultores, uma piscina descoberta para os mais pequenos, um campo de ténis, um mercado, uma piscina coberta aquecida de dimensões olímpicas e um cinema. Os dois últimos equipamentos, ainda não desenhados, já se encontram previstos.

O Conjunto (figs. 26-28), implantado entre a Rua de Santos Pousada, a poente, e a Avenida de Fernão de Magalhães, a nascente, ocupa toda a rua que abre ligando o Jardim da Morêda ao Campo 24 de Agosto, prolongando assim a Rua da Firmeza. Ao meio desta nova rua uma praça de 50 metros em que, tal como em alguns projectos da arquitectura de Piacentini e de Muzio, os respectivos cantos são fechados e “definidos pelo movimento dos edifícios, sublinhando a forma”¹¹³ da mesma, como escreveu Margarida Sousa Lôbo a propósito do Anteprojecto de Urbanização de Santo Tirso (fig. 29), de 1944 e igualmente de Rogério de Azevedo, em que soluções idênticas para as praças são aplicadas e onde é possível identificar edifícios porticados que evocam um misto de academismo e de racionalismo muito à maneira de Muzio. A referida praça é ela própria o remate ou a origem de um novo eixo central de circulação, aqui apenas esboçado, paralelo à Avenida de Fernão de Magalhães. O Conjunto esboça mesmo uma nova malha de arruamentos ortogonais e novos quarteirões, em crescimento para norte, entre a rua e a avenida que balizam a sua implantação.

No projecto são propostas zonas comerciais cobertas em todos os ângulos da praça e nos extremos da rua principal em que amplas estruturas porticadas cobrem parcialmente as áreas de peões, revelando um cuidado especial com os

¹¹³ Margarida Souza LÔBO – *Planos de Urbanização a época de Duarte Pacheco*, Porto: FAUP, 1995, p. 148.

espaços públicos. Todos os gavetos na rua principal são curvos e as coberturas desses edifícios, assim como a dos que definem a praça, apresentam-se planas. Tal como planas são as coberturas dos edifícios que marcam o novo eixo central traçado.

Aparentemente “critérios de monumentalidade”¹¹⁴ parecem ter presidido à organização de todo o conjunto proposto. Com uma hierarquia bem definida nas composições volumétricas, na posição das torres e no rítmico simétrico e alternado das varandas e janelas criando uma dinâmica de acentuada verticalidade ou horizontalidade na expressão dos volumes, o projecto revela uma procura de um espaço encenado de edifícios e vias que, propondo uma nova ordem àquela zona da cidade, sujeita o conjunto volumétrico à ideia de praça, rua e exteriores e não a uma ideia de organização de fogos, de comércio e de equipamentos.

Este modo de fazer em Rogério de Azevedo tem afinidades com outras propostas, como as que Piacentini e Muzio terão deixado no Porto e que mais à frente teremos oportunidade de analisar, com as quais terá tido contacto enquanto arquitecto na Direcção dos Monumentos do Norte¹¹⁵ e faz eco de um outro projecto, o edifício “Maurício Rialto”, por ele realizado no mesmo ano.

Tais propostas e sua influência surgem na sequência da construção da Ponte D. Luís I, em 1886, que dá início a um conflito entre o Morro da Sé, lugar

¹¹⁴ Sérgio FERNANDEZ – *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: FAUP, 1988 (1985), p. 40.

¹¹⁵ Serviço da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – DGEMN.

do conjunto monumental da Sé e do Paço Episcopal, e a mobilidade viária Norte-Sul através da chamada Avenida da Ponte.

Na primeira metade do século XX sucedem-se os estudos para a reformulação da zona central do Porto: Gaudêncio Pacheco (1913), Barry Parker (1916), Ezequiel de Campos (1932), Marcelo Piacentini (1938) e Giovanni Muzio (1940). Todos estabelecem a relação entre a cidade e Vila Nova de Gaia, a Sul, através da Ponte D. Luís I.

Com os Planos Gerais de Urbanização e Expansão para as cidades tornados obrigatórios em 1934 (Decreto-Lei n.º 24802 de 21 de Novembro), Portugal passa a ter um novo enquadramento legal. O novo diploma, entre as diversas condições que impõe, consigna que, de futuro, “nenhuma obra de urbanização se realizará que não seja parte integrante de um plano geral de urbanização devidamente concebido”¹¹⁶, passando as Câmaras a terem plenos poderes para assumirem a transformação do seu território como agentes activos e intervenientes através de uma política real de solos.

Não tendo a Câmara Municipal do Porto uma organização apropriada e capaz de responder a tal objectivo, nem técnicos preparados para dar resposta a um tal desafio, decidiu, com a concordância do Ministro das Obras Públicas, contratar consultores externos. Primeiro, o arquitecto e urbanista Marcelo Piacentini que, sem nunca se deslocar ao Porto, envia dois dos seus colaboradores, o arquitecto Giorgio Calza Bini e o engenheiro Vincenzo Cívico, daí resultando uma colaboração conturbada, em parte devido à Guerra, que durou de 1938 a 1940, tendo realizado diversos estudos da rede de

¹¹⁶ Nuno Teotónio PEREIRA – “A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959”, in *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959, Volume II*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987, p. 361.

comunicações viária e de espaços diversos no centro da cidade, nomeadamente o estabelecimento de uma ligação directa entre o Município e a Sé.

Em 1940 é contratado o arquitecto Giovani Muzio, também italiano, o qual mantém com a Câmara e particularmente com o engenheiro responsável Antão de Almeida Garrett um contacto mais eficaz, que se irá prolongar até 1943. Através de visitas ao Porto e da troca de correspondência preparam-se os estudos encomendados e procura-se obter respostas mais céleres e conclusivas, já que havia prazos a cumprir, centrando a sua atenção na rede viária e na expansão urbana e desenvolvimento industrial.

Embora o Plano Geral de Urbanização se tenha estendido no tempo e só tenha sido concluído em 1954 sob a responsabilidade do Engenheiro Antão de Almeida Garrett com a designação de *Plano Regulador*, algumas das soluções e dos esquemas propostos por Piacentini e Muzio foram objecto de análise, de aprendizagem e de apropriação parcial, particularmente no que se refere às questões viárias – estudo geral das comunicações – e ao zonamento da cidade.

Mas também foram encomendados, quer a Piacentini quer a Muzio, estudos particulares, sendo exemplos fundamentais, em número e variantes, as diversas propostas de ligação da Praça da Liberdade à Ponte D. Luís I, atribuindo ao espaço envolvente à Sé o papel de nó distribuidor de acessibilidades¹¹⁷ (figs. 30-31), e o arranjo da Praça do Município para a implantação do Palácio dos Correios¹¹⁸, chegando mesmo a haver uma proposta concreta de Piacentini para

¹¹⁷ Ver sobre esta questão Teresa Pires de CARVALHO; Carlos GUIMARÃES; Mário Jorge BARROCA – *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*. Porto: Câmara Municipal do Porto; CRUARB/CH, 1990.

¹¹⁸ Antão de Almeida GARRETT – *História da Evolução dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto*, Secção de Planeamento Urbanístico, Centro de Estudos de Engenharia Civil - I.A.C., Faculdade de Engenharia - Universidade do Porto, Boletim N^o14, 1974, p. 24.

um Palácio dos Correios (fig. 32) de um traçado misto de clássico e racionalista, com piso térreo porticado e rematado por uma elevada torre, a nascente da Igreja da Trindade.

As propostas que realizam para o centro histórico são concebidas no sentido de libertar os monumentos, em particular a Sé, da envolvente de construções consideradas menores, e de criar através de uma nova ordem e novos edifícios uma monumentalização das novas vias¹¹⁹, em prol de valores simbólicos. Nas suas propostas Muzio (figs. 33-36) cria uma praça monumental no renovado Largo da Cividade (antigo Corpo da Guarda), a norte do Terreiro da Sé e no eixo da Avenida da Ponte, onde novos e grandiosos edifícios públicos pontuam e articulam, através de uma torre ou de edifícios simétricos, as novas axialidades¹²⁰, encenando uma nova ordem.

Estes estudos urbanos foram também importantes como modelo de arquitectura, clássica e monumental, aos quais os arquitectos que trabalhavam na Câmara, em organismos a ela ligados, ou na DGEMN tinham acesso, potenciando este processo uma possível via de influência.

É no entanto sob o impulso das Comemorações dos Centenários¹²¹ e em nome da higienização, das novas acessibilidades e da monumentalização dos edifícios-chave do burgo antigo, que a DGEMN procedeu, no final dos anos 30

¹¹⁹ Sofia Thenaisie COELHO – “O Cosmopolitismo – Entre a aproximação a modelos estrangeiros e a identidade urbana portuense” in *A Ponte e a Avenida. Contradições Urbanísticas no Centro Histórico do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto – Departamento de Arquivos, 2001, p. 75.

¹²⁰ Rute REIMÃO – “A Ideia – As propostas de um novo eixo viário” in *A Ponte e a Avenida. Contradições Urbanísticas no Centro Histórico do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto – Departamento de Arquivos, 2001, pp. 45-47.

¹²¹ Coube ao Porto organizar um Acto Medieval, integrado nas festas comemorativas do 8º centenário da Fundação de Portugal (1140) e do 3º centenário da Restauração da Independência (1640). Os festejos tiveram lugar a 7 de Junho de 1940, no recém-urbanizado Terreiro da Sé.

e início dos anos 40, a um conjunto de demolições (figs. 37-39) que tiveram essas propostas como referência, abrindo “um geometrizado e ‘limpo’ Terreiro envolvendo a Sé e o Paço Episcopal”, então sede provisória do poder municipal, “num gesto urbanizador que cria acessos e implanta mobiliário simbólico”¹²².

Tais obras são realizadas na sequência da intervenção de restauro da Sé Catedral realizada pela DGEMN entre 1932 e 1936, e têm como objectivo desafogar os dois edifícios monumentais da cidade e criar o Terreiro da Sé. São demolidas as velhas construções e ruelas de cariz marcadamente medieval existentes no espaço fronteiro aos monumentos, alterando de forma significativa a fisionomia construída do Morro da Sé, sem que tais obras “correspondessem a um projecto integrado de renovação urbana e sem o acompanhamento de acções arqueológicas e de registo do que foi demolido”¹²³.

No âmbito do *Projecto de Melhoramentos do Largo da Sé*, de 1 de Dezembro de 1939, que prevê a melhoria das “suas condições de trânsito, libertando-o de certos prédios inestéticos”¹²⁴, Arménio Losa¹²⁵, arquitecto responsável pelo Gabinete de Estudos do Plano de Urbanização da Câmara Municipal, assina uma planta e uma Memória Descritiva que, no final de 1939,

¹²² Alexandre Alves COSTA; Jorge FIGUEIRA – “Terreiro da Sé – ideias e transformações”, in *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, Março de 2001, p. 73.

¹²³ Teresa Pires de CARVALHO; Carlos GUIMARÃES; Mário Jorge BARROCA – *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*. Porto: Câmara Municipal do Porto; CRUARB/CH, 1990, p. 94.

¹²⁴ *Projecto de Melhoramentos do Largo da Sé*. Serviço de Obras e Urbanismo CMP, 1 Junho de 1939. Arquivo Histórico Municipal do Porto, 642/2. Citado em Alexandre Alves COSTA; Jorge FIGUEIRA – “Terreiro da Sé – ideias e transformações”, *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, Março de 2001, p. 75.

¹²⁵ Arménio Taveira Losa (1908-1988). Diplomado pela ESBAP, em 1932, foi um dos fundadores da ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos do Porto, 1947-1952), tendo-se igualmente dedicado ao planeamento urbanístico. Foi o primeiro responsável pelo Gabinete então formado na Câmara Municipal do Porto (1939-45).

reafirma esses propósitos. O estudo (fig. 40) é aprovado pelo Presidente da Câmara, definindo-o como o “descongestionamento do aglomerado citadino que cerca a remota catedral e o antigo Paço Episcopal do Porto”, acrescentando que “ao estudo presidiu o mais louvável intuito de respeitar-se, tanto quanto possível, o carácter histórico e pitoresco desta zona”¹²⁶.

Na *Memória Descritiva*, Arménio Losa sublinha “o mau estado de acessos à actual sede dos Paços do Concelho, o aspecto desagradável do Casario que circunda a Catedral” e, ainda, “o desejo de valorizar e proteger dois dos mais valiosos edifícios da cidade”, afirmando o propósito de dar àquela zona um interesse turístico, “limpando-a e cuidando das suas muitas belezas, rasgando vistas sobre os pontos mais curiosos da cidade ao mesmo tempo que se cuidaria da salubridade das habitações”¹²⁷.

A convergência de objectivos da DGEMN, dos Serviços de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal do Porto e das propostas de Arménio Losa, é de sublinhar. Por um lado, o expurgar de um edifício de valor patrimonial de alterações estranhas à sua origem e, conseqüentemente, o seu isolamento, a sua objectualização; por outro, a preocupação higienista que leva às demolições em nome de uma posterior eficácia nesse campo.

Arménio Losa refere que “para o embelezamento e arranjo dos dois (...) monumentos prevê-se a demolição de três quarteirões de casas na quase

¹²⁶ *Projecto de Melhoramentos do Largo da Sé*. Serviço de Obras e Urbanismo CMP, 19 de Dezembro de 1939. Arquivo Histórico Municipal do Porto, 642/2. Citado em Alexandre Alves COSTA; Jorge FIGUEIRA – “Terreiro da Sé – ideias e transformações”, *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, Março de 2001, p. 76.

¹²⁷ Arménio LOSA – *Memória descritiva e justificativa do Projecto de Arranjo da Zona Histórica da Sé e dos Paços do Concelho*, 12 Dezembro 1939. Arquivo Histórico Municipal do Porto, 642/2. Citado em Alexandre Alves COSTA; Jorge FIGUEIRA – “Terreiro da Sé – ideias e transformações”, *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, Março de 2001, p. 76.

totalidade em péssimas condições de higiene. Para melhorar a entrada estreita por onde se faz o acesso ao edifício da Câmara, há também que demolir algumas casas; as que se conservam, a norte, serão reformuladas ou reconstituídas em novos alinhamentos com estilo apropriado”¹²⁸.

Para além desta convergência objectiva, Rogério de Azevedo, amigo pessoal de Losa, era então responsável pela apreciação dos projectos municipais enquanto chefe de secção dos Monumentos Nacionais no Norte, da DGEMN, pelo que pôde conhecer as propostas que estavam em discussão e a sua influência pode ter-se feito sentir na concepção da proposta¹²⁹.

As demolições realizadas concretizaram uma parte do projecto de Arménio Losa: a geometrização do espaço a poente, a abertura de um percurso a eixo da fachada da Sé e um arruamento a nascente refazendo com outro ângulo o anterior acesso.

O traçado do terreiro junto ao Paço Episcopal e a rampa frente à Sé, desenhados no projecto de Losa, aparecem nos já mencionados estudos de 1940 e seguintes de Muzio, eles próprios dando sequência às propostas de igual sentido realizadas por Piacentini em 1939. Estudos esses elaborados em pleno processo de demolições, e que visavam uma reformulação monumental

¹²⁸ Arménio LOSA – *Memória descritiva e justificativa do Projecto de Arranjo da Zona Histórica da Sé e dos Paços do Concelho*, 12 Dezembro 1939. Arquivo Histórico Municipal do Porto, 642/2. Citado em Alexandre Alves COSTA; Jorge FIGUEIRA – “Terreiro da Sé – ideias e transformações”, *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, Março de 2001, p. 76.

¹²⁹ Ver a este propósito Miguel Jorge Biscaia Ferreira TOMÉ – *Património e restauro em Portugal: 1920-1998*. Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal, Universidade do Porto, 1998, pp. 64 -65.

articuladamente com o sistema viário, havendo assim “uma aceitação dos seus pressupostos e uma convergência tácita entre os dois esquemas”¹³⁰.

É de referir ainda a existência no projecto de um conjunto de casas destinadas a urbanizar o novo acesso nascente e que nunca foram construídas. Arménio Losa considera que “estas casas definidas já pelo projecto em planta, devem obedecer em fachada ao estilo de qualquer um dos monumentos próximos. O grupo de prédios que marginam o principal acesso e que por força de projecto devem avançar para o novo alinhamento, serão reconstruídos com as pedras dos edifícios demolidos”¹³¹.

Apesar de vários escombros mantidos em aberto, a área envolvente ao conjunto monumental, urbanizada e estabilizada pela realização do Terreiro da Sé, vai ser entendida como uma estação arqueológica¹³². Efectivamente há a ideia de criar uma estação arqueológica constituída por vários elementos que foram efectivamente implantados no Terreiro da Sé, nomeadamente “um pelourinho reconstituído segundo desenhos do século XVIII”, mandado construir pela Câmara Municipal em 1945, “a balaustrada de remate dos muros de

¹³⁰ Alexandre Alves COSTA; Jorge FIGUEIRA – “Terreiro da Sé – ideias e transformações”, *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, Março de 2001, p. 76.

¹³¹ Arménio LOSA – *Memória descritiva e justificativa do Projecto de Arranjo da Zona Histórica da Sé e dos Paços do Concelho*, 12 Dezembro 1939. AHCMP, 642/2. Citado em Alexandre Alves COSTA; Jorge FIGUEIRA – “Terreiro da Sé – ideias e transformações”, *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, Março de 2001, p. 78.

¹³² Alexandre Alves COSTA; Jorge FIGUEIRA – “Terreiro da Sé – ideias e transformações”, *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, Março de 2001, p. 73.

suporte”¹³³ e um fontanário “que actualmente se encontra no largo de S. Sebastião, donde será deslocado”¹³⁴.

É no meio deste processo que integra demolições, reconstituições e transladações, “forjando uma história ficcional que é apresentada como autêntica”¹³⁵, que Rogério de Azevedo assina o ante-projecto da Casa-torre medieval¹³⁶, a ser construída no final da rampa em frente à Sé, acrescentando dados formais e alterando o plano volumétrico que Arménio Losa elaborara dois anos antes.

Construída em 1941, no final da rampa que desce do Terreiro da Sé para o começo da Rua de S. Sebastião, a Casa-torre – também conhecida por Torre da Cidade ou Torre da Rua de D. Pedro Pitões – interpreta uma ruína então demolida (figs. 41-44). Trata-se da ruína da Torre dos Alões¹³⁷, edifício medieval descoberto na área dos quarteirões demolidos e que foi reimplantado e reconstruído como remate da rampa aberta a eixo da fachada da Sé por Arménio Losa, para aí se instalar o Gabinete de História da Cidade, edifício que ocupou até à sua transferência para a Casa do Infante em 1960.

¹³³ Arménio LOSA – *Memória descritiva e justificativa do Projecto de Arranjo da Zona Histórica da Sé e dos Paços do Concelho*, 12 Dezembro 1939. Arquivo Histórico Municipal do Porto, 642/2. Citado em Alexandre Alves COSTA; Jorge FIGUEIRA – “Terreiro da Sé – ideias e transformações”, *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, Março de 2001, p. 78.

¹³⁴ *Aditamento ao Arranjo Urbanístico do Largo da Sé*. Serviços de Obras e Urbanismo CMP. Arquivo Histórico Municipal do Porto, 642/2. Citado em Alexandre Alves COSTA; Jorge FIGUEIRA – “Terreiro da Sé – ideias e transformações”, *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, Março de 2001, p. 78.

¹³⁵ Alexandre Alves COSTA; Jorge FIGUEIRA – “Terreiro da Sé – ideias e transformações”, *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, Março de 2001, p. 78.

¹³⁶ AHCMMP, Processo n.º 1, livro D-cmp/5(2), fls. 41-43.

¹³⁷ É possível ainda ver a sua primitiva implantação na Planta Topográfica do Porto, de 1892.

Originalmente a Torre encontrava-se no ângulo sudoeste do quarteirão onde se localizavam outrora os Açougues e que, tendo sido deslocada alguns metros, foi reconstruída na sua nova implantação.

Na reconstrução foram utilizados todos os silhares provenientes da Torre dos Alões, entre eles as pedras de um postigo e duma porta ou janela. De estrutura quadrangular, a Casa-torre está dividida em dois pisos, apresentando vários elementos de feição gótica de construção recente, nomeadamente uma porta ogival no lado sul e um balcão de pedra a norte, constituindo “um exemplo claro da facilidade com que as ruínas são reinventadas e manipuladas para servirem o presente, mantendo a verosimilhança do ‘histórico’, característica que é marca distintiva da condição do Terreiro da Sé”¹³⁸.

Paralelamente aos processos do Terreiro da Sé e da Torre Medieval, ainda de 1941, é o já referido projecto para o Edifício “Maurício Rialto” que Rogério de Azevedo realiza para o lado sul da Praça D. João I, um espaço a nascente da Avenida da Liberdade então em discussão e de traçado ainda indeterminado. Inovador à época pela sua concepção em altura, chegando mesmo a ser designado por arranha-céus, e pela relação que estabelece ao nível da rua com o espaço público, apresenta uma área comercial parcialmente coberta por uma ampla estrutura porticada. Com dez pisos, dois dos quais são a cave e o rés-do-chão, o edifício apresenta oito andares, os três primeiros destinados a escritórios e os restantes cinco a habitação.

¹³⁸ Alexandre Alves COSTA; Jorge FIGUEIRA – “Terreiro da Sé – ideias e transformações”, *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, Março de 2001, p. 78.

O projecto tem duas versões. A primeira¹³⁹ (figs. 45-50), e afastando-se de qualquer aproximação ao projecto do Conjunto de Habitações junto ao Campo 24 de Agosto, é desenhada com três corpos e terraços de cobertura, elevando-se e destacando-se o corpo central sobre os laterais e apresentando uma composição assimétrica ao nível dos pisos térreo e de escritórios. Rogério de Azevedo procura marcar as diversas utilizações dos diferentes andares dando um carácter próprio e diferenciado tanto à fachada dos três pisos de escritórios como à dos pisos de habitação. Acredita que com este “artifício vamos aliviar um pouco a impressão de altura, pelo corte a meio da fachada, provocada pela pequena saliência envidraçada dos três andares dos escritórios”¹⁴⁰. Acresce referir que também se propõe obter essa mesma diferenciação através dos materiais de revestimento: granito polido para a galeria comercial e escritórios, argamassa de cal hidráulica para os pisos de habitação.

Mas o tratamento dos planos e volumes é mais complexo do que aquele que a memória descritiva do projecto deixa transparecer. Ao ritmo contínuo e rasgado horizontalmente das aberturas que percorrem os pisos de escritórios e se prolongam pelos corpos laterais contrapõem-se planos lisos de ritmo vincadamente vertical nos cinco pisos de habitação, com apenas uma abertura por piso. Para além destes detalhes, Rogério de Azevedo propõe varandas fechados para as fachadas laterais e respectivas esquinas laterofrontais, destacando para fora os planos laterais do corpo central ao nível dos quatro últimos pisos de habitação e projectando-os frontalmente de molde a formarem

¹³⁹ Com pedido de licenciamento de 26 de Agosto de 1941. AGCMP, licença 272/42.

¹⁴⁰ Memória acerca do projecto a que se refere o requerimento do Sr. Maurício Macedo & C.ª, Praça D. João I. AGCMP, licença 272/42, fl. 3.

volumes cilindros salientes e, simultaneamente, mimetizando os ritmos e a expressão das fachadas dos pisos de escritórios, quebrado assim o contraste compositivo separador entre os três primeiros pisos e o resto do edifício. Tais opções compositivas não podem deixar de nos remeterem, por analogia, para temas da obra de Eric Mendelsohn, como seja o edifício dos Armazéns Cohen Epstein (Duisburg, 1926-1927) e, particularmente, os Armazéns Rudolf Petersdorff, (Breslavia, 1927-1928) (fig. 51). Para além dos aspectos já referidos, esta criação no corpo central de uma outra dimensão tem como consequência uma evidente diferenciação dos ângulos laterofrontais nos diferentes níveis do edifício, incluindo o piso térreo comercial, tornando o todo muito mais complexo do que a sua *Memória* parece dar a entender.

Esta primeira versão teve parecer negativo dado pelo Conselho de Estética e Urbanização da Cidade do Porto, na Sessão de 6 de Outubro de 1941, não me tendo sido possível verificar se tal se deveu à proposta de implantação no quarteirão existente, se pela volumetria do edifício, se pelo seu traçado arquitectónico ou quaisquer outras questões, se por todas as razões em conjunto.

Uma segunda versão (figs. 52-57) é apresentada como aditamento à primeira a 19 de Novembro do mesmo ano¹⁴¹ e é aprovada em parecer do Conselho de Estética e Urbanização em Sessão de 21 de Novembro, dois dias depois da sua apresentação.

Nesta nova proposta o edifício adapta-se à configuração do quarteirão existente continuando a resolver de forma assimétrica os gavetos com as Ruas

¹⁴¹ Aditamento ao projecto com n.º de registo 17226/41, apresentado em 19 de Novembro de 1941. AGCMP, licença 272/42, fl. 20.

do Bonjardim e de Sá da Bandeira. Mantendo uma linguagem compositiva ainda no cruzamento de elementos clássicos com elementos modernos, o edifício continua a apresentar três corpos, terraços de cobertura e uma hierarquia dos volumes numa composição simétrica. O ritmo e a alternância das janelas e varandas existentes nesta segunda versão acentua a verticalidade no corpo central, pelas marcações aditivas e subtractivas que as varandas centrais e laterais introduzem no plano de fachada, bem como a horizontalidade nos corpos laterais. Deixa de haver qualquer tipo de diferenciação ao nível de revestimentos entre pisos. Aos volumes curvos *Mendelsohnianos* Rogério de Azevedo contrapõe um ritmo vertical produzido por varandas abertas em esquina entre as fachadas laterais e frontal do corpo central ao nível dos cinco pisos de habitação.

Estas são também soluções compositivas e opções no desenho das fachadas idênticas às que Rogério de Azevedo aplica no acima referido Conjunto de Habitações de Casas Económicas junto ao Campo 24 de Agosto, de 1941. Desta forma o Conjunto apresenta-se-nos como um ponto de encontro de experiências e somatório de referências directamente apreendidas por Rogério de Azevedo dos estudos e propostas para novos espaços e edifícios públicos realizadas pelos já referidos arquitectos italianos.

Ao requerimento apresentado por Rogério de Azevedo à Câmara Municipal do Porto, para o licenciamento do projecto do Conjunto de Habitações de Casas Económicas junto ao Campo 24 de Agosto, Arménio Losa, então responsável pelo Gabinete de Urbanização da Câmara e considerando a falta de um Plano Geral de Urbanização que oriente a política urbanista e o tempo necessariamente moroso para os estudos que ainda são necessários fazer e que

possivelmente será superior ao requerido para a completa realização do conjunto apresentado, responde em 30 de Novembro do mesmo ano que “a proporção entre área livre e área coberta é, neste projecto, inferior ao que se aconselha e se procurou regulamentar nas ‘normas’ técnicas elaboradas neste Gabinete. Como porém estas ‘normas’ ainda estão em discussão, não é possível informar sobre o assunto senão com o risco de proceder arbitrariamente”¹⁴². Inviabilizava assim toda e qualquer possibilidade de revisão ou aditamento ao projecto, pondo um ponto final no processo, gorando a hipótese do Porto conhecer um projecto arquitectónico e urbanístico no qual a influência italiana teria tido a sua maior e mais clara concretização.

¹⁴² AHCMP, Processo n.º 17, livro D-cmp/5(17), fl. 3.

A DERIVA REGIONALISTA

PROGRAMAS DE OBRAS PÚBLICAS NOS ANOS 30

A par de um vasto programa de intervenção e restauro no património histórico edificado, o Estado Novo desenvolveu numerosos programas de construção de infraestruturas e equipamentos na década de 30, a que foi chamada a “Década de Ouro das Obras Públicas”¹⁴³.

Nesses anos o país fortemente carenciado, maioritariamente rural e com um baixo desenvolvimento económico, foi objecto de uma política metódica e estruturante de obras públicas levada a cabo pela vontade e o poder de Duarte Pacheco, Ministro da Obras Públicas e Comunicações e homem de acção de Salazar.

Para além de um programa de melhoramentos rurais, urbanos e de saneamento foi implementada a construção de infraestruturas necessárias à circulação de pessoas, bens e serviços, nomeadamente de estradas, portos, aeroportos, gares marítimas, estações de caminho-de-ferro, edifícios dos CTT, mas também de escolas primárias, liceus, hospitais e outros edifícios de assistência, cadeias, tribunais, bairros de casas económicas e demais equipamentos, a que os serviços do Ministério e o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) souberam ir dando visibilidade, em particular e de forma organizada a partir de 39, através de uma continua propaganda da obra feita, de

¹⁴³ Ana TOSTÕES – “Arquitectura Moderna Portuguesa: os Três Modos” in *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Coordenação de Ana TOSTÕES. Lisboa, IPPAR, 2003, p. 113.

modo a evidenciar uma política de sucesso, celebrada em 1948 com a realização da exposição *15 Anos de Obras Públicas*¹⁴⁴ em balanço comemorativo.

Nesta azáfama de restauro do património histórico e de renovação e construção de equipamentos públicos que o governo, através da tutela, coordenação, unidade e eficiência do Ministério das Obras Públicas, empreende por todo o país nos anos 30, autores como Cristino da Silva, no Liceu de Beja, Cottinelli Telmo, nos Caminhos-de-ferro, Adelino Nunes, nas Estações dos Correios, e, em Lisboa, Jorge Segurado, na Casa da Moeda, Pardal Monteiro, no Instituto Nacional de Estatística, nas Estações Marítimas de Alcântara e Rocha do Conde de Óbidos e na Igreja de Nossa Senhora de Fátima, entre outros, “constroem o novo panorama das obras do regime”¹⁴⁵, explorando sem constrangimentos linguagens de um modelo internacionalista por eles já experimentadas na construção privada, apoiados nos novos métodos construtivos de cujas potencialidades já tinham sabido e souberam continuar a tirar ilações formais, resolvendo os programas inovadores de obras singulares que lhes iam sendo propostos, mas sem terem a possibilidade de fundamentarem a expressão modernista da sua produção na experimentação ou, na ausência de uma reflexão teórica, no debate teórico necessários à sua consolidação.

¹⁴⁴ Vejam-se, por exemplos, as publicações: *Portugal 1934*. Lisboa: SPN, 1934; *Os Novos Edifícios para os CTT*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1940; *O Estado Novo. Princípios e Realizações*. Lisboa: Edições SPN, 1940; *Cadernos do Ressurgimento Nacional. Obras Públicas*. Lisboa: SNI, s/dat.; *Casas Económicas*. Lisboa: SPN, 1943; *15 Anos de Obras Públicas, 1932-1947*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas/Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1948; *15 Anos de Obras Públicas, 1932-1947. Livro de Ouro*, vol. I. Lisboa: Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1948.

¹⁴⁵ Ana TOSTÕES – “Arquitectura Moderna Portuguesa: os Três Modos” in *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Coordenação de Ana TOSTÕES. Lisboa, IPPAR, 2003, p. 113.

Paralelamente muitos dos programas de equipamentos nesses anos desenvolvidos, com expressão a nível do território nacional, são executados com o recurso a projectos-tipo de matriz regionalista. Projectos cuja realização, por condições imperativas dos seus programas, se encontra “ligada à memória e experiência colectivas de um território concreto”¹⁴⁶, as diferentes regiões do país, com recurso e destacando certos elementos e materiais das suas formas tradicionais de um modo consciente e intencional, retirando as novas formas arquitectónicas de uma arquitectura da vida quotidiana enraizada nos contextos físicos desses territórios.

Tal como nos outros projectos, o Ministério das Obras Públicas entrega a execução dos programas de projectos-tipo a arquitectos modernistas, externos aos seus serviços, contornando desta forma as insuficiências das suas estruturas ao mesmo tempo que garante um maior controlo dos custos, uma planificação, uma maior eficácia e capacidade de intervenção, e acelera a execução dos seus planos.

As preocupações de índole regionalista que nestes anos, em regra, acompanham estes programas de edificação com o recurso a projectos-tipo estão assim associadas a uma estratégia de construção e intervenção em todo o território nacional, realizada de forma disseminada e, muitas das vezes, em grande quantidade e num curto espaço de tempo, não parecendo estarem ainda vinculadas a uma postura ideológica de quem encomenda ou a modelos

¹⁴⁶ Alex TZONIS; Liane LEFAIVRE – “El Regionalismo Crítico y la Arquitectura Española Actual”. A&V. Madrid: 1985, Vol. 3, p. 4. Citado por João Paulo MARTINS – “Portuguesismo: nacionalismos e regionalismos na acção da DGEMN. Complexidade e algumas contradições na arquitectura portuguesa” in *Caminhos do Património*. Lisboa: DGEMN / Livros Horizonte, 1999, p. 115.

inspiradores de desenho pretensamente nacionalista, até porque à data ainda não existiam.

Estas preocupações regionalistas contrastam, isso sim, pela aparente contradição que tal facto acarreta, com os projectos de edificação de equipamentos singulares anteriormente referidos, também encomendados a arquitectos da mesma geração, igualmente de traço modernista, igualmente os mais talentosos e inovadores da sua geração, aos quais é dada total liberdade de concepção e risco, sem quaisquer imposições regionais ou locais para a sua execução, numa aparente “adequação do modernismo às expectativas oficiais”¹⁴⁷ e suspensão da procura historicista e regionalista por parte do Estado.

Por um lado, a opção pelo moderno nesta geração de arquitectos de embrionária formação modernista, alternando nas suas práticas com o regionalismo ou o ecletismo historicista, não é uma questão ideológica, social ou filosófica. Esta postura não implica da sua parte qualquer reflexão teórica sobre o projectar arquitectura. É uma opção pontual, dependente do programa do edifício, da sua localização, dos materiais a utilizar na sua construção. Para eles o moderno é apenas mais um estilo disponível, uma nova maneira de construir integrando uma concepção funcionalista e racionalista da arquitectura¹⁴⁸. É uma atitude geracional, de formação revivalista e eclética, apostados na renovação

¹⁴⁷ À imagem da arquitectura modernista então praticada “podiam associar-se ideias como progresso, eficácia, sobriedade, clareza, racionalidade, solidez e economia”. João Paulo MARTINS – “Portuguesismo: nacionalismos e regionalismos na acção da DGEMN. Complexidade e algumas contradições na arquitectura portuguesa” in *Caminhos do Património*. Lisboa: DGEMN / Livros Horizonte, 1999, p. 120.

¹⁴⁸ Ao recusarem-se a aceitar a “exclusão absoluta da tradição, obrigatória segundo a ortodoxia moderna”, esta geração de arquitectos revelava “a sua desconfiança no carácter universal do modernismo tal como ele lhes era proposto pelos modelos mais acessíveis, procurando modos de os aculturar com os meios, práticos e teóricos, que encontravam ao seu dispor”. João Paulo MARTINS – “Portuguesismo: nacionalismos e regionalismos na acção da DGEMN. Complexidade e algumas contradições na arquitectura portuguesa” in *Caminhos do Património*. Lisboa: DGEMN / Livros Horizonte, 1999, p. 121.

linguística “sem integrar os princípios ideológicos do movimento moderno internacional”¹⁴⁹, geradora de ambiguidades e que se presta a todos os equívocos.

Por outro lado, a crescente utilização de modelos internacionais na construção de equipamentos públicos modernistas é entendida pelo poder como mais um “estilo”. Um estilo moderado pela monumentalidade e por valores de dignidade integrantes do sentido da obra pública. E a ideia de modernidade associada à de progresso fortalece, nesta fase, a imagem do poder.

Rogério de Azevedo não foge às aparentes contradições dos seus colegas de geração e também ele contribui, embora de forma modesta, para a edificação de alguns equipamentos públicos singulares. Disso são exemplo os projectos que realiza das Câmaras Municipais de Vila Flor e da Póvoa de Lanhoso e da Capitania do porto de Viana do Castelo.

Construída em 1933, a Capitania do porto de Viana do Castelo (figs. 58-62) é pensada como um edifício ribeirinho, junto à marginal do porto. De aspecto austero e com uma escala adequada ao local, encontra-se isolado do meio urbano circundante. Fazendo a síntese do tradicional com a modernidade, o edifício é composto em duas partes: um grande volume cúbico coberto por telhado onde está centralizado o programa em termos funcionais e espaciais, e uma outra parte, mais baixa, que se apresenta e relaciona com a praça fronteiriça num jogo de forte axialidade e simetria, composta por corpos paralelepípedicos numa organização escalonada e cujas linhas rectas são apenas quebradas pelos

¹⁴⁹ Ana TOSTÕES – “Arquitectura Moderna Portuguesa: os Três Modos” in *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Coordenação de Ana TOSTÕES. Lisboa, IPPAR, 2003, p. 110.

arcos de volta perfeita dos três janelões que rasgam o plano frontal e as paredes curvas nos flancos.

Também de vincada axialidade e simetria é o projecto para o edifício da Câmara Municipal de Vila Flor (figs. 63-67), em Trás-os-Montes, distrito de Bragança. Com projecto provavelmente do início dos anos 30, anterior ao da Capitania, nele Rogério de Azevedo recorre a uma linguagem expressiva claramente inserida no meio, construindo em pedra um edifício de dois pisos composto por três corpos, criando uma massa edificada que contrasta claramente pela sua escala com o aglomerado urbano envolvente e é o fulcro da avenida e jardim fronteiros.

O corpo central do edifício apresenta um pórtico na entrada, aproveitado como varanda nobre no piso superior, que por sua vez é coroado com um frontão e pináculos. Já os corpos laterais apresentam ao nível do piso térreo uma varanda/terraço com colunata e plano de fachada recuado, dando assim uma continuidade lateral ao pórtico da entrada e uma unidade material e formal a todo o piso da entrada e, simultaneamente, monumentalidade ao conjunto do edifício.

Do projecto original não foi construída a torre-relógio, de linhas robustas e rematada com um coruchéu piramidal revestido a telha. Situada mesmo a meio do edifício, prolongaria na vertical e visualmente o corpo central, no que seria uma sucessão piramidal de massas.

Com outro grau de complexidade é o projecto da Câmara Municipal e Tribunal da Póvoa de Lanhoso (figs. 68-71). Com o processo iniciado em 1929, a obra é construída em duas fases: em 1942 terminam as obras na ala sul, destinada a diferentes repartições públicas (Finanças, Tribunal e Registos), enquanto a ala norte, a Câmara Municipal propriamente dita, só em 1943 pode

começar a funcionar apesar das obras só serem dadas como concluídas em 1950.

Rogério de Azevedo aparece ligado ao processo em 1937, primeiro como autor da planta topográfica da Vila e, meses depois, com um ante-projecto do edifício dos Paços do Concelho.

Em reunião camarária destinada à análise crítica do ante-projecto, Rogério de Azevedo defende a alteração do terreno de implantação previsto para o edifício por permuta directa com o local no centro da povoação destinado à edificação das escolas primárias da Vila, de cujo projecto também é autor¹⁵⁰. Aceite a proposta, as obras iniciam-se em Maio de 1938, tendo para o efeito sido escolhidos materiais da região: o granito e a madeira.

O edifício, ainda anterior ao modelo monumentalista de influência classicizante para os Palácios da Justiça imposto nos anos 40, é construído em alvenaria de granito e aparece isolado abrindo para um largo frontal, numa zona de acentuado declive vencido por uma escadaria central. As duas alas do edifício encontram-se articuladas por uma torre “de evocação medievalista”¹⁵¹ rematada por um coruchéu piramidal em granito. Enquanto a ala sul (a do Tribunal) apresenta ao meio uma colunata verticalizante, quase uma grelha sobre a fachada, criando assim um espaço de entrada austero e impositivo, a ala norte apresenta arcos de volta perfeita no piso térreo e um andar nobre com vãos de sacada corrida. As janelas nas duas alas são de modelo solarengo,

¹⁵⁰ Ver a este propósito *Mais – a Póvoa e a sua Herança*, www.povoaheranca.com/13.pdf, de 8 de Outubro de 2012, 23h00. Adaptado de José Abílio COELHO – “Edifício dos Paços do Concelho da Póvoa de Lanhoso”, *Boletim Municipal da Póvoa de Lanhoso*.

¹⁵¹ José Manuel FERNANDES – *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003, p. 100.

apresentando-se o conjunto com uma linguagem eclética e historicista, reforçada pelos elementos decorativos.

São exemplo de programas de obras promovidos pelo Ministério das Obras Públicas e realizados através de projectos-tipo regionalizados as construções prisionais, os edifícios dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT), os Dispensários (e Sanatórios) da Assistência Nacional aos Tuberculosos ou os Bairros de Casas Económicas. Rogério de Azevedo, pelos projectos que desenvolve, está de alguma forma presente nos três últimos grupos.

Com o intuito de construir em vez de arrendar edifícios para os CTT, Duarte Pacheco encarrega em 1932 a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones de estudar uma série de programas-tipo dos edifícios a construir, cabendo à DGEMN a “confeção dos respectivos projectos, estabelecendo uma série de plantas-tipo e desenvolvendo cada uma delas em diversos alçados de harmonia com as características arquitectónicas e artísticas próprias das diversas regiões do país”¹⁵².

Há razões de ordem prática e funcional para esta tomada de resolução. O desenvolvimento das redes telefónicas e telegráficas nacionais implicam a construção de edifícios com condições especiais próprias para albergarem as centrais telefónicas.

Na sequência do Despacho é elaborado um estudo em que na análise então realizada sobre a situação dos edifícios dos CTT – dos 665 edifícios

¹⁵² Despacho de Duarte Pacheco, de 22 de Setembro de 1932, citado em Carlos BÁRTOLO – *1937-1952, Arquitectura e Equipamento do Modernismo ao Estado Novo. As Estações de Correios do Plano Geral de Edificações*. Lisboa: Fundação Portuguesa de Comunicações, 1998, p. 7.

existentes apenas 92 eram da sua propriedade e só 16 se encontravam em bom estado e 38 em condições que se poderiam considerar aceitáveis – e as diversas tentativas de resolução do problema da sua adequação, entretanto levadas a cabo sem êxito, se conclui que “estas tinham sido causadas pela descoordenação total entre a entidade responsável pelo projecto e construção dos edifícios estatais (DGEMN) e a entidade necessitada (CTT)”¹⁵³. Mesmo as necessidades óbvias não tinham sido consideradas no planeamento das obras, o que tornava “obsoletos alguns dos edifícios ainda antes do final da sua construção”¹⁵⁴. É o caso do edifício dos CTT de Braga e também do de Viana do Castelo, situado num gaveto na Av. dos Combatentes da Grande Guerra e já estudado no capítulo anterior. Projectado em 1932-33 por Rogério de Azevedo e construído pela DGEMN em 1933, o edifício de Viana do Castelo foi inaugurado a 1 de Dezembro de 1934. Numa vistoria realizada nesse mesmo ano verificou-se que apresentava deficiências do ponto de vista de instalação telefónica.

Reconhecendo a inadequação das propostas já elaboradas às necessidades reais, Duarte Pacheco cria em 1934 a Comissão dos Novos Edifícios para os CTT com o objectivo de “organizar projectos-tipo dos novos edifícios dos correios e telégrafos de forma a assegurar a economia e unidade das obras a construir” e de “estabelecer um plano geral das novas construções a executar em anos sucessivos em todo o País”¹⁵⁵, tarefa a realizar em conjunto

¹⁵³ Carlos BÁRTOLO – *1937-1952, Arquitectura e Equipamento do Modernismo ao Estado Novo. As Estações de Correios do Plano Geral de Edificações*. Lisboa: Fundação Portuguesa de Comunicações, 1998, pp. 11-13.

¹⁵⁴ Carlos BÁRTOLO – *1937-1952, Arquitectura e Equipamento do Modernismo ao Estado Novo. As Estações de Correios do Plano Geral de Edificações*. Lisboa: Fundação Portuguesa de Comunicações, 1998, p. 13.

¹⁵⁵ *Diário do Governo*, 6 de Dezembro de 1934, II Série, n.º 286. Citado por Carlos BÁRTOLO – *1937-1952, Arquitectura e Equipamento do Modernismo ao Estado Novo. As Estações de*

pelas DGEMN e os CTT, cabendo ao arquitecto Adelino Nunes, antigo colaborador do arquitecto Carlos Ramos, a tarefa de organizar os projectos, pelo que passa a integrar os quadros da DGEMN.

Com o relatório final que a Comissão entrega em Abril de 1936 com os programas-tipo realizados pela Administração-Geral dos CTT, após uma cuidada consideração do funcionamento dos serviços e das respectivas necessidades, são apresentados quatro projectos-tipo de edifícios a construir, com duas variantes para as versões de menores dimensões, e um plano geral de trabalho que viria a servir de base à organização do Plano Geral de Edificações. Quer o relatório quer os projectos-tipo são aprovados pelo Conselho Superior de Obras Públicas e com a aprovação da Lei n.º 1959, em Agosto de 1937, a sua aplicação efectiva-se no quadro da realização do Plano Geral de Edificações projectado inicialmente para durar cinco anos.

Na elaboração dos projectos-tipo foram tidos em consideração princípios funcionais, económicos e de organização racional da construção e sua adaptabilidade a situações futuras. Ao contrário dos projectos-tipo elaborados em outros planos, nestes não é imposta uma configuração dos edifícios a construir mas sim “programas gráficos suficientemente pormenorizados”¹⁵⁶ que com celeridade e segurança permitam a elaboração de projectos definitivos de construção que terão de ter em consideração as características locais dos serviços dos CTT – daí a diversidade de edifícios construídos –, bem como as

Correios do Plano Geral de Edificações. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 1998, p. 13

¹⁵⁶ *Reorganização Financeira, do Material e Instalações*. Vol. 2. Lisboa: Publicidade e Propaganda dos CTT, 1938, p. 137. Citado em Carlos BÁRTOLO – *1937-1952, Arquitectura e Equipamento do Modernismo ao Estado Novo. As Estações de Correios do Plano Geral de Edificações*. Lisboa: Fundação Portuguesa de Comunicações, 1998, p. 17.

características dos terrenos de implantação, da paisagem ou da arquitectura local e o aproveitamento dos recursos materiais locais.

Apenas os edifícios projectados para localidades de pequena dimensão não se apresentam predominantemente modernistas mas como propostas tradicionalistas ou historicistas nos seus elementos superficiais (casos de Alcobaça, Abrantes, Loulé, Estremoz, Grândola, Fafe, Santo Tirso, entre outros) sem com isso alterarem a organização e definição dos espaços ou as funções das diferentes partes do edifício no seu conjunto, que se mantém claramente funcional, evitando assim o desfasamento que edifícios enfatizadamente modernistas poderiam provocar em pequenas vilas do interior.

Os edifícios dos CTT nas cidades, vilas próximas de grandes vias rodoviárias e nas zonas turísticas, pelo seu maior cosmopolitismo, são na sua concepção claramente modernistas e definem-se pela “associação de volumes geométricos, as coberturas em terraço, a marcação dos corpos das escadas, a disposição das janelas em longas bandas horizontais, a sinalização e marcação das entradas principais do edifício, quer pelo uso gráfico do logótipo, quer pela volumetria arquitectónica usada ou pela localização das mesmas, a pontuação da horizontalidade dos edifícios por corpos verticais, torres ou mastros”¹⁵⁷. São disto mesmo exemplos, entre outros, os edifícios dos CTT das Caldas da Rainha, de Setúbal, do Estoril, da Figueira da Foz, de Leiria, de Vila Nova de Gaia ou de Beja.

Este quadro de expressão arquitectónica muda no princípio dos anos 40. Os elementos modernizantes nos volumes exteriores, no tratamento das

¹⁵⁷ Carlos BÁRTOLO – 1937-1952, *Arquitectura e Equipamento do Modernismo ao Estado Novo. As Estações de Correios do Plano Geral de Edificações*. Lisboa: Fundação Portuguesa de Comunicações, 1998, p. 26.

fachadas e nos espaços interiores acessíveis ao público desaparecem dos novos edifícios dos CTT, como na Covilhã ou em Matosinhos. A expressão de “funcionalidade, eficiência, rigor e organização caracteristicamente racional e progressista” que caracterizava os edifícios concebidos anteriormente foi “substituída pela expressão do poder, história, tradição e celebração nacionalista”¹⁵⁸.

O Plano Geral de Edificações, executado ao longo das décadas de 30 e 40, teve no número de projectos realizados quase a sua concretização plena. Dos 110 previstos foram projectados 106 e efectivamente construídos 89. Ao contrário de outros planos, como o dos Projectos-tipo Regionalizados de Escolas Primárias Oficiais ou o das Escolas dos Centenários, na sua execução nunca foi repetido o mesmo projecto.

Caminho menos tortuoso e menos prolífico é o seguido pelos Dispensários e Sanatórios da Assistência Nacional aos Tuberculosos.

Situado a meia-encosta na vertente sul do Monte da Virgem em Vila Nova de Gaia, no meio de um denso pinhal, o Sanatório de D. Manuel II apresenta-se constituído por um conjunto de edifícios dispersos ordenadamente no terreno de modo a tirar o melhor benefício do microclima.

O complexo edificado entre 1933 e 1949 destina-se a prestar assistência aos numerosos tuberculosos pobres da cidade do Porto, “terra das mais

¹⁵⁸ Carlos BÁRTOLO – *1937-1952, Arquitectura e Equipamento do Modernismo ao Estado Novo. As Estações de Correios do Plano Geral de Edificações*. Lisboa: Fundação Portuguesa de Comunicações, 1998, p. 29.

insalubres do País”¹⁵⁹ e muito carenciada de leitos para tratamento dos seus doentes.

A obra, constituída por vários edifícios principais (Pavilhão Principal, Pavilhão das Mulheres e Crianças, Pavilhão dos Homens) e outros de apoio e logística, tem na perfeita separação dos adultos por sexos uma das principais preocupações na sua concepção geral.

Este novo equipamento vem juntar-se a dois outros que o precederam, ambos situados na Freguesia de Valadares, Concelho de Vila Nova de Gaia: o Sanatório Marítimo do Mar, construído em 1916, e o Sanatório Heliântia, com os primeiros estudos iniciados em 1926 e inaugurado em 1930. Ambos tiveram como mentor o Dr. Ferreira Alves e como autor dos projectos o arquitecto Francisco de Oliveira Ferreira.

O processo da edificação do Sanatório de D. Manuel II é da iniciativa da Assistência Nacional aos Tuberculosos (A.N.T.) e tem início em 1933 com a aquisição de uma parcela de terreno para a construção de um pequeno pavilhão que, para além dos serviços gerais, comportará meia centena de doentes. O seu projecto é encomendado pela A.N.T. a Rogério de Azevedo nesse mesmo ano.

A construção do pequeno pavilhão do Sanatório, com execução a cargo do Ministério das Obras Públicas e custos assumidos pelo A.N.T. com participação do Estado, tiveram início em 1934, um ano após o lançamento da primeira pedra. Foram-no a pedido da A.N.T. que, no decorrer das mesmas, foi introduzindo diversas alterações, atrasando-as e elevando os seus custos. Como consequência da sua acção, as obras paralisaram a meio do ano de 1935, já

¹⁵⁹ *Sanatório de D. Manuel II, Vila Nova de Gaia, Junho de 1949*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas/Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1949, p. 12.

perto da sua conclusão. Nesse mesmo ano é adquirido o restante terreno destinado ao Sanatório e respectivo parque envolvente.

A construção do Sanatório vem a inserir-se, pelo menos arquitectonicamente, no plano de acção definido pela A.N.T., elaborado na sequência do desenvolvimento de uma estratégia de luta à tuberculose desenvolvida pelo médico Lopo de Carvalho, com a criação de uma rede de intervenção dispersa no território, configurada a partir da análise das taxas de mortalidade por concelho e assente na construção de sanatórios em lugares isolados suficientemente afastados de agregados populacionais, como instrumentos fundamentais de cura, e de dispensários, equipamentos menos onerosos e mais eficazes, inseridos nos meios urbanos e peças fundamentais no controlo e assistência pública.

Para a sua concretização foram elaborados os projectos-tipo de Dispensários e Sanatórios do A.N.T. em 1934. Coube ao arquitecto Carlos Ramos a elaboração dos projectos-tipo dos dispensários (figs. 72-73): um dispensário concelhio (o mais pequeno, com apenas três salas – tratamento, consulta e farmácia) e um dispensário distrital (maior, complementado por uma sala de raio x e instalações sanitárias).

Idênticos quer na linguagem formal, quer em termos funcionais, são edifícios de pequena dimensão e de uma arquitectura de feição tradicional, com telhados e beiradas sobre um frontão triangular que marca o eixo de uma composição simétrica, sem conflitos de linguagem e onde “a simplicidade do edifício coincide com a simplicidade do programa”¹⁶⁰, não se conhecendo adequações regionalistas à arquitectura e paisagens locais.

¹⁶⁰ André TAVARES – *Arquitectura Antituberculose*. Porto, FAUP Publicações, 2005, p. 219.

Já os projectos-tipo dos Sanatórios foram realizados pelo arquitecto Vasco Regaleira (figs. 74-76). Quatro projectos desenvolvidos numa lógica de tamanhos em função da importância administrativa regional (distrital, concelhio,...).

Em todos mantem o mesmo tipo de linguagem formal e de conceito funcional, retomando em cada projecto os mesmos temas (*bay-window*, destaque do volume das escadas), também aqui numa composição simétrica que, ao contrário dos dispensários, resulta próxima de uma arquitectura de estilo internacional, numa aparente contradição em que as linguagens arquitectónicas encontradas para os projectos-tipo dos dispensários e dos sanatórios se encontram *trocadas* em função dos lugares a que se destinam.

Constatada a enorme desproporção entre as necessidades e a exiguidade do pequeno pavilhão em obra do Sanatório de D. Manuel II, o Ministério das Obras Públicas, através do Ministro Duarte Pacheco, decide imprimir uma nova orientação e manda elaborar em 1935 o projecto de um novo edifício. Estudado o “pavilhão distrital da A.N.T., ordenou que com ele e com o pavilhão começado pela A.N.T., fosse composto o projecto do actual pavilhão principal”¹⁶¹.

O estudo do projecto é confiado ao arquitecto Vasco Regaleira, autor do projecto-tipo do Sanatório Distrital, ficando o pavilhão principal constituído por três corpos: o corpo central (um pavilhão-tipo distrital do A.N.T.), o corpo lateral esquerdo (o pequeno pavilhão projectado por Rogério de Azevedo e quase concluído) e o corpo lateral direito (igual ao esquerdo mas espelhado). A unir os três corpos, integrando-os num todo edificado coerente, dois corpos estreitos ou

¹⁶¹ *Sanatório de D. Manuel II, Vila Nova de Gaia, Junho de 1949*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas/Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1949, p. 17.

galerias de comunicação¹⁶². Com este novo projecto a capacidade de internamento sobe para os 250 doentes.

Na impossibilidade, por características do terreno, de continuara a obra com um alinhamento em harmonia com a implantação do pequeno pavilhão lateral esquerdo quase concluído, é decidido poligonal o pavilhão, jogando com a flexibilidade oferecida pelas duas galerias que articulam os três corpos (figs. 77-79), mantendo-se o conjunto com uma feição marcadamente utilitária, criando um “ambiente de aconchego”¹⁶³ no lado da fachada principal, para onde dão as galerias de cura, e na posterior o escalonamento de massas e planos.

A partir de 1938, com a Guerra, as obras sofrem nova paragem, sendo apenas retomadas já no final de 1942. Os trabalhos de construção civil só ficam concluídos no decurso do ano de 1945. O pavilhão principal, concluído e equipado, é entregue à A.N.T. em Setembro de 1947.

Entre 1946 e 1947, com a decisão de duplicar a lotação de camas do projecto hospitalar, inicia-se a construção de outros dois pavilhões (o dos Homens e o das Mulheres e Crianças) e restantes instalações logísticas para o funcionamento de todo o conjunto.

As obras deste complexo, com novos edifícios e o alargamento dos serviços gerais no pavilhão principal, a que se juntam algumas alteração em

¹⁶² Não tendo tido nem acesso nem conhecimento do projecto para o pequeno pavilhão da autoria de Rogério de Azevedo, é-me de todo impossível tecer qualquer consideração, mesmo que especulativa, sobre a adequação ou inadequação do mesmo ao *casamento forçado* com o pavilhão-tipo distrital projectado por Vasco Regaleira. É de supor que Rogério de Azevedo foi afastado da obra com a decisão do Ministério das Obras Públicas de entregar a Vasco Regaleira o projecto do Pavilhão Principal e que este, naturalmente, procedeu às alterações necessárias à integração dos diferentes corpos que o constituem, constatada a unidade linguística que os mesmos apresentam.

¹⁶³ *Sanatório de D. Manuel II, Vila Nova de Gaia, Junho de 1949*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas/Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1949, p. 19.

dependências onde são detectadas deficiências funcionais, são levadas a cabo entre 1945 e 1947 sob a responsabilidade do engenheiro-arquitecto Manuel Fernandes de Sá, da DGEMN.

Concluído em Maio de 1949, o Sanatório de D. Manuel II é entregue ao Ministério do Interior em Junho de 1949.

Já com o Programa das Casas Económicas, em 1933, o Estado Novo define a sua política em matéria de habitação social.

É uma política inovadora em dois sentidos; primeiro porque opta pela imagem da cidade-jardim inglesa em termos de conceito de cidade e, em segundo lugar, porque institui um novo tipo de vínculo contratual do locatário com a sua habitação: o casal de família. Competindo ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações, através da DGEMN, a concretização deste programa, a atribuição e gestão do seu parque habitacional é da responsabilidade do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social.

Para estes efeitos são criados os Serviços de Construção de Casas Económicas junto do Ministério das Obras Públicas e Comunicações e a Secção das Casas Económicas junto do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

O programa vigora por quase quatro décadas, de 1933 até 1972, chegando ao seu termo com a extinção dos serviços existentes no Ministério das Corporações e a transferência do património da DGEMN para o recém-formado Fundo de Fomento da Habitação¹⁶⁴.

¹⁶⁴ A coordenação da política de habitação passou a fazer-se, desde 1969, através do Fundo de Fomento da Habitação (Decreto-Lei n.º 49 033, de 28 de Maio de 1969), mas a extinção dos serviços existentes no Ministério das Corporações só se concretiza em 1972, com a passagem das suas competências para o Ministério das Obras Públicas, para o referido instituto (FFH) (Decreto-Lei n.º 578/72, de 30 de Dezembro de 1972).

Já desde a viragem dos séculos XIX para o XX que se faz sentir a necessidade de intervenção pública na habitação da população urbana de menores rendimentos. Esta é concretizada através da promoção de um regime de habitação social multifamiliar. É a este conceito que se vem contrapor o de casa económica, de custos mais controlados e com um novo estatuto de ocupação de fogos, o regime de renda resolúvel, que promete a plena propriedade a longo prazo (20 anos) a famílias de baixos e muito baixos rendimentos, algo só possível em edifícios unifamiliares.

De acordo com o diploma que instaura o Programa das Casas Económicas¹⁶⁵ a habitação é definida como “moradia de família com quinta”¹⁶⁶, ocupando pequenos lotes com áreas de 100 a 200 m². Adota-se assim uma tipologia habitacional que é cara ao pensamento de Salazar¹⁶⁷, um modelo anti-colectivista “mais em harmonia com o carácter nacional, mais higiénica e mais própria para o fortalecimento material e moral da família”¹⁶⁸.

¹⁶⁵ *Diário do Governo*, I Série, Decreto-Lei n.º 23 052, de 23 de Setembro de 1933. É ele que vai estruturar toda a actuação administrativa consequente.

¹⁶⁶ Decreto-Lei n.º 23 052, de 23 de Setembro de 1933. Citado em *Casas Económicas*. Lisboa: SPN, 1943, p. 16.

¹⁶⁷ “A intimidade da vida familiar reclama aconchêgo, pede isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a casa própria, a nossa casa. Há impossibilidade, haverá mesmo em muitos casos inconveniente, em que o trabalhador possua os meios de produção e em deixar dividir a terra por minúsculas parcelas dando-se a todos um pedaço para a cultura. Mas é utilíssimo que o instinto de propriedade que acompanha o homem, possa exercer-se na posse da parte material do seu lar. É naturalmente mais económica, mais estável, mais bem constituída a família que se abriga sob o teto próprio. Eis porque não nos interessam os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária, com os seus restaurantes anexos e a sua mesa comum. Tudo isto serve para os encontros casuais da vida, para as populações já semi-nómadas da alta civilização actual; para o nosso feitio independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada, nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família”. Palavras de Salazar citadas em *Casas Económicas*. Lisboa: SPN, 1943, p. 16.

¹⁶⁸ *Casas Económicas*. Lisboa: SPN, 1943, p. 16.

É com este modelo que se criam muitos dos pequenos aglomerados habitacionais na periferia das cidades, em que se define um espaço urbano diferenciado que aproxima o bairro do modelo da cidade-jardim. Mas, dadas as suas pequenas dimensões, a concepção dos Bairros de Casas Económicas “identifica-se mais com o subúrbio-jardim”¹⁶⁹, conjuntos habitacionais suburbanos, na periferia das grandes cidades, com a morfologia e o desenho de bairros-jardim, sendo este o modelo que consistentemente é aplicado desde o início do programa, em 1933, até aos anos 70.

Inicialmente são estabelecidas duas classes de casas (A e B) segundo o rendimento disponível das famílias, subdivididas em três tipos atendendo à diversidade da composição dos agregados familiares: A estas classes e tipos correspondem diferentes áreas de espaço (todas as casas têm além dos quartos de dormir, uma pequena cozinha, uma sala de estar ou sala comum, uma casa de banho e, nas moradias de classe B mais uma sala de jantar), estando desde o início previsto que estas habitações possam ser evolutivas através da sua ampliação para as tipologias seguintes.

Estas Casas Económicas, distribuídas em regime de propriedade resolúvel¹⁷⁰, destinam-se inicialmente aos chefes de família com mais de 21 e menos de 40 anos, empregados, operários ou outros assalariados, sócios dos sindicatos nacionais, funcionários públicos, civis e militares e operários dos quadros permanentes de Serviços do Estado ou das Câmaras Municipais,

¹⁶⁹ Margarida Souza Lôbo HOWELL – “Casas Económicas. Um programa emblemático da política habitacional do Estado Novo” in *Caminhos do Património – DGEMN 1929-1999*, Lisboa, DGEMN, 1999, p. 152.

¹⁷⁰ É estabelecida uma prestação mensal a pagar pelo morador-adquirente que não exceda 1/5 dos proventos normais da família. Mediante o pagamento de 240 prestações mensais, decorridos vinte anos, os adquirentes tornam-se proprietários.

devendo os beneficiários constituir obrigatoriamente, com a casa que venham a ocupar, um «casal de família».

Este regime, já regulamentado em 1930¹⁷¹, visava inicialmente a propriedade agrícola, como meio de fixar os agricultores à terra. Com o Programa das Casas Económicas, ele passa a ser também aplicado à propriedade urbana.

Para além deste regime, à prestação mensal para a compra de habitação estão associados seguros de vida, de invalidez permanente, de doença, desemprego e incêndio para suprir a eventual incapacidade de efectuar o seu pagamento e perder o direito à casa. Constitui-se assim toda “uma arquitectura institucional para garantir o máximo de segurança aos ocupantes destes bairros, que tinham como contrapartida exigências de *bom cumprimento dos seus deveres familiares e sociais, com perfeita moralidade e respeito de todos os preceitos de sanidade e higiene*, conforme o consignado no modelo de contrato”¹⁷².

¹⁷¹ O “casal de família” encontra-se regulado pelo Decreto n.º 18 551, de 3 de Julho de 1930, de que se transcrevem algumas disposições que mais interessam às casas económicas:

Art. 1.º É permitido a qualquer chefe de família instituir, pela forma prescrita no presente decreto, um casal de família indivisível e inalienável voluntária ou coercivamente.

Art. 3.º Para os efeitos deste decreto são considerados chefes de família os cidadãos portugueses dum ou doutro sexo, no pleno exercício dos seus direitos civis, que sejam casados, ou que, embora o não sejam, tenham a seu cargo a sustentação de um ou mais descendentes, irmãos ou descendentes destes.

Art. 19.º O casal de família é inalienável voluntária ou coercivamente, não sendo por isso também susceptível de penhora ou arresto.

¹⁷² Margarida Souza Lôbo HOWELL – “Casas Económicas. Um programa emblemático da política habitacional do Estado Novo” in *Caminhos do Património – DGEMN 1929-1999*, Lisboa, DGEMN, 1999, p. 153.

Em 1943 são criadas mais duas classes (C e D), destinadas aos estratos sociais mais altos, que passam a constituir os níveis superiores de qualidade e custo.

A intenção segregativa do programa exprime-se no facto de ser proibido, por lei, reunir no mesmo bairro de casas económicas mais do que duas ou três categorias. Só excepcionalmente, a construção de casas de todas as classes num mesmo conjunto residencial, podia ser autorizada. Todavia, “neste caso, o bairro tinha de ser subdividido em sectores distintos, reproduzindo assim, no seu próprio seio, a estratégia de *zoning* social oficialmente defendida”¹⁷³.

De início o Estado Novo dava maior ênfase à casa do que ao bairro. A referência à construção de unidades de residência dotadas de equipamentos só passou a ser corrente a partir da década de 40. Só com o Decreto-Lei n.º 33 278, de 1943, artigo 1.º, al. 2, é estipulado que “os agrupamentos de casas económicas (...) compreenderão construções de interesse geral como: escola, centro de educação moral e social, igreja, lugares de venda e de recreio para as crianças”.

No entanto, os agrupamentos de Casas Económicas construídos na segunda metade da década de 30, por exemplo no Porto – Bairros do Ameal, Azenha, Condominhas, Ilhéu, Paranhos, Ramalde e São Roque da Lameira – ou em Bragança, viriam a incluir na sua construção a edificação de Escolas Primárias tipo Douro, dos projectos-tipo regionalizados de 1935, da autoria de Rogério de Azevedo.

¹⁷³ Marielle Christine GROS – “‘Pequena’ história do alojamento social em Portugal”, *Sociedade e Território*, n.º 20, Maio de 1994, p. 87.

Trabalharam na elaboração dos projectos-tipo das moradias das várias classes, podendo todas apresentarem um ou dois pisos, arquitectos como Raul Lino, Eugénio Correia, Rebelo de Andrade, Couto Martins, Alberto Cruz ou Rogério de Azevedo, entre outros. Com a execução do programa são construídos novos bairros em Bragança, Braga, Covilhã, Lisboa, Porto, Portimão, São João da Madeira e Vila Viçosa.

Os primeiros, os construídos na periferia ocidental de Lisboa a partir da primeira metade da década de 30 – Bairros da Serafina, Alto da Ajuda e Terras do Forno –, são da autoria de Raul Lino, então funcionário da DGEMN, que projecta tanto os planos de conjunto como os edifícios. Projectos de arquitectura modestos, com “casas de um só piso, ruralizantes, com um ligeiro sabor modernista”¹⁷⁴ que são repetidamente utilizados nos três bairros.

À imagem do que acontece em Lisboa, os projectos-tipo a construir nos novos bairros no resto do país vão adoptar soluções que os aproximam, independentemente da sua realização ter sido concretizada em várias fases e épocas de construção.

O tipo de construção tem de ser de “sabor português, caracteristicamente regional, podendo adaptar-se aos sistemas construtivos e materiais de construção das diferentes regiões do País”¹⁷⁵, deixando muito pouco espaço de manobra à intervenção do arquitecto, alheio que fica da possibilidade de utilização de uma linguagem moderna.

¹⁷⁴ Margarida Souza Lôbo HOWELL – “Casas Económicas. Um programa emblemático da política habitacional do Estado Novo” in *Caminhos do Património – DGEMN 1929-1999*, Lisboa, DGEMN, 1999, pp. 153-154.

¹⁷⁵ *Casas Económicas*. Lisboa: SPN, 1943, p. 17.

É seguindo estes preceitos que os bairros de Casas Económicas construídos na cidade do Porto (figs. 80-85), tendo expressão no seu tecido urbano, se apresentam constituídos por moradias com quintal nas traseiras e jardim junto à fachada principal; alçados rebocados e pintados em diversas cores; alpendre simples com tijolo aparente nas colunas ou marquise com três vãos rematados por arcos de volta perfeita com aproveitamento, nas casas de dois pisos, para varanda no piso superior; coberturas de duas, três e quatro águas, quebrando-se assim a ideia de uniformidade.

Ainda da década de 30 é o ante-projecto de 1932 do plano de Rogério de Azevedo para um bairro-jardim na periferia de Viana do Castelo (figs. 86-87), na Abelheira¹⁷⁶.

Localizada junto à linha do caminho-de-ferro, é o projecto de um pequeno subúrbio operário de traçado regular, geométrico, e quase fechado sobre si próprio, apresentando ao meio uma configuração circular, com um centro cívico e integrando alguns equipamentos.

Apesar de assumido por Rogério de Azevedo como uma cidade-jardim, pela morfologia do seu traçado aproxima-se mais das *Siedelungen* alemãs do que da cidade-jardim inglesa. Infelizmente, nenhum dos equipamentos se chegou a concretizar, tendo a sua unidade sido destruída pelo aproveitamento de todo o espaço disponível para a construção de mais algumas habitações.

¹⁷⁶ “Delineou (...) o primeiro bairro social com a respectiva organização que se fez no país, em Viana do Castelo (Abelheira)”. Atento às correntes artísticas do seu tempo é com esta referência, e consciência do que então realizou, que Rogério de Azevedo se refere ao bairro-jardim da Abelheira no curriculum vitae que entrega como docente, em 1947, na Escola de Belas Artes do Porto (ver Anexo 3). FBAUP, *Processo Individual do Professor Rogério dos Santos Azevedo*.

Mas talvez o caso mais paradigmático dos programas concretizados através do recurso a projectos-tipo seja o dos Projectos-tipo Regionalizados de Escolas Primárias Oficiais de 1935 a construir em série e a sua evolução para as Escolas dos Centenários, em 1944, de que se tratará mais à frente.

O programa das Pousadas Regionais do SNI, de 1938-1939, não sendo um programa de projectos-tipo, tem como condições prévias o regionalismo, *beneficiando* das mesmas limitações das Escolas Primárias Oficiais, e a ideia de um modelo de edifício, uma opção já claramente política e corolário de um percurso de afirmação de valores consentâneo com o espírito das Comemorações Centenárias de 1940 em cujo programa está integrado.

Se, tal como vimos, Rogério de Azevedo tem alguma participação ou ligação, ainda que em alguns casos remota, na execução dos programas anteriormente analisados, já no caso dos programas das Escolas Primárias Oficiais e das Pousadas Regionais do SNI o seu envolvimento é particularmente profundo. Quer pelas suas especificidades quer pelos contextos das suas realizações, estes programas são objecto de estudos individualizados neste capítulo.

EQUIPAMENTOS DE ENSINO

Antecedentes e o início da actividade da DGEMN

No século XIX, a partir dos finais da década de 70, com a tomada de consciência das necessidades de instrução, sobretudo nos meios operários, começou-se a delinear um grande esforço em prol da educação popular, surgindo cursos de alfabetização e de valorização profissional em várias cidades e vilas industriais promovidos por diversas colectividades.

É também desde meados do século XIX que as creches e os jardins-de-infância vêm a ser objecto de alguma atenção no país, no contexto desta nova forma de encarar a educação. Nas escolas para crianças é aplicada a pedagogia de Froebel, método já então centenário conhecido no país.

Esta tomada de consciência permitiu estruturar de maneira diferente os meios destinados à educação.

Em consequência dos projectos que se vinham a desenvolver, o ensino infantil virá a ter um ponto alto em 1911 com a inauguração em Coimbra da primeira escola-infantil, promovida pela Associação dos Jardins-Escola João de Deus e cujo projecto foi conjuntamente elaborado por João de Deus Ramos e Raul Lino. De João de Deus Ramos são as bases pedagógicas, as exigências funcionais e de programação e alguns conceitos de estética e até de inserção urbanística. A Raul Lino coube a concepção arquitectónica e o desenvolvimento

do projecto. Desta experiência resultaram novos projectos e a construção de edifícios para outros Jardins-Escola como os da Figueira da Foz e Alcobaça.

É igualmente de assinalar que também em 1911 o Governo da República, por decreto de 29 de Março, torna oficial o ensino infantil.

Em 1876 foi publicada a *Cartilha Maternal* da autoria de João de Deus com um novo método de ensinar a ler. O método tornou-se oficial e perdura até aos nossos dias. Mas ao novo método não correspondeu uma melhoria nas condições dos edifícios já existentes, nem sequer se procurou cumprir o que já estava anteriormente estipulado, mantendo-se a rede pública muito degradada até aos últimos anos do século XIX, sendo escassa e as suas carências agravadas por uma má distribuição geográfica.

Seria apenas em 1898 que se viria a perspectivar um incremento na construção de escolas primárias com a entrada no Ministério das Obras Públicas, a 10 de Janeiro, dos “programmas do concurso para apresentação de projectos de edifícios destinados a escolas de instrução primária e o respectivo relatório”¹⁷⁷.

A expectativa era grande e os documentos apresentados para apreciação foram elaborados na Associação dos Engenheiros Portugueses, tendo colhido elogios pela sua qualidade técnica. Para além do conhecimento e influências de origem estrangeira (nomeadamente inglesa, americana, francesa, alemã e austríaca), a equipa de técnicos dispunha para o estudo do caso português do relatório da Inspecção Extraordinária às Escolas, realizado em 1897, em que as

¹⁷⁷ Jornal *O Século* de 11 de Janeiro de 1898. Citado por Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. I – Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação, 1990, p. 75.

carências gerais e regionais da rede de ensino primário tinham sido inventariadas.

A 2 de Março de 1898 foi oficialmente aberto o concurso para a admissão de projectos concorrentes. No programa constavam as áreas a contemplar: um vestiário, uma ou mais salas de aula no piso térreo, pátio com recreio coberto, habitação do professor no primeiro andar, retretes e urinóis. Também era estipulado, pela primeira vez, que “cada um dos typos de edifícios deverá ser projectado, tendo em atenção o systema de construção e a natureza dos materiais nas seguintes regiões do paiz: Minho e Douro, Traz-os-Montes, Beiras, Estremadura, Alentejo, Algarve, Ilhas Adjacentes”¹⁷⁸.

Cerca de oito meses depois, a 31 de Outubro de 1898, o júri conclui a apreciação dos projectos tendo aprovado o trabalho do architecto Adães Bermudes, único candidato a apresentar-se ao concurso público. Adães Bermudes era, desde Janeiro de 1897, architecto da Direcção Especial de Edifícios Públicos e Pharoes, do Ministério das Obras Públicas.

Tendo como ponto de partida um programa preliminar pouco esclarecedor quanto aos espaços e necessidades funcionais, foram projectados edifícios escolares simples mas que correspondiam às necessidades da época, quer em termos pedagógicos quer quanto à higiene: salas de aula térreas apresentando três janelas para a fachada principal, a habitação do professor a desenvolver-se em dois pisos (primeiro andar e sótão) e, no caso de escolas com duas salas de aulas, a ocupar a parte central do edifício.

¹⁷⁸ *Programa do concurso para apresentação de projectos de edifícios destinados a escolas de instrução primária*. Lisboa, 10 de Janeiro de 1898. Publicado no jornal *O Século* de 11 de Janeiro de 1898 e reproduzido em Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. I – Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação, 1990, pp. 285-286.

Os aspectos de regionalização dos edifícios, constantes do programa, são aqueles a que Adães Bermudes menos dá importância, sendo os edifícios construídos de norte a sul do país com pequenas variantes a que não se pode chamar regionalização. As superfícies das janelas mantêm-se inalteradas em todas as variantes, não são construídas lareiras nas salas de aula das regiões mais frias, não se variam os tipos de cobertura e não há um uso de materiais à semelhança das casas de cada região.

Com o intuito de dar seguimento ao processo de construção das 200 salas estimadas, a Direcção-Geral da Instrução Pública avança com um inquérito, através dos governos civis de todos os distritos, encontrando resistência por parte do poder local, sobretudo das freguesias rurais, onde na falta de edifício próprio era prática corrente o aluguer de casas para o funcionamento das escolas. Assim, em 1902, apenas 120 salas são programadas.

Estima-se que 180 edifícios terão sido construídos até 1936 segundo o projecto-tipo de Adães Bermudes e que em 1961 existiriam 300 edifícios desse tipo a funcionarem¹⁷⁹.

Com a 1ª República, proclamada a 5 de outubro de 1910, e os ideais republicanos de educar para desenvolver, são introduzidas profundas reformas nas estruturas do ensino infantil, primário e normal, exigindo novas soluções à

¹⁷⁹ “Número indicado no *Registo Biográfico do Arquitecto Adães Bermudes* e que consta do seu *Processo Individual*, encerrado em 1936 e depositado no Arquivo Histórico da Divisão de Documentação, da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas. Na *Proposta de Lei do Plano de Construções para o Ensino Primário* que, em Janeiro de 1961, baixou à Câmara Corporativa para «parecer», são referidos 300 edifícios construídos segundo o projecto-tipo Adães Bermudes. Neste número estarão incluídos edifícios de traça semelhante, e também projectos de outros arquitectos, que vieram a ser construídos no âmbito dos vários departamentos de que Adães Bermudes foi responsável, nos Ministérios do Reino, do Fomento e da Instrução Pública”. Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. I – Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação, 1990, p. 82.

arquitetura escolar e pressionando a construção, remodelação e reparação dos equipamentos educativos.

O poder de iniciativa das camadas populares gerou um grande surto de entusiasmo. Nas aldeias, em bairros urbanos, moradores anónimos, artistas, intelectuais pretenderam dinamizar a construção de edifícios para as escolas, enquanto a nível governamental era nítida a preocupação com a higiene escolar e a construção de edifícios, produzindo um considerável volume de legislação com o intuito de melhorar as condições dos espaços escolares e, simultaneamente, criar uma nova orgânica responsável pelas questões da instrução.

A descentralização do ensino primário e a atribuição de competências às Câmaras Municipais são regulamentadas em 1913¹⁸⁰, estabelecendo requisitos mínimos de higiene e salubridade para os cerca de 3000 estabelecimentos de ensino primário público que funcionavam em instalações próprias.

Na sequência da situação existente, o Ministério do Fomento (Direcção-Geral de Obras Públicas e Minas) já tinha nomeado, por portaria de 13 de Julho de 1912, uma Comissão para fixar normas técnicas, higiénicas e pedagógicas a que devem obedecer os novos edifícios escolares.

Dessa Comissão faz parte o arquitecto Adães Bermudes. A sua presença não deixa de ser relevante uma vez que ele é o autor do projecto-tipo de construção escolar cuja avaliação, ao longo de quinze anos, poderia ajudar a definir as bases para os novos edifícios de acordo com os preceitos higiénicos, de condições de trabalho e alojamento dos professores, abertura da escola oficial à população e à cultura local, e o recurso a tecnologias inovadoras.

¹⁸⁰ Decreto n.º 134, de 15 de Setembro de 1913.

O trabalho desta equipa só veio a ser aprovado provisoriamente em 20 de Janeiro de 1917¹⁸¹ pelo Ministério da Instrução Pública¹⁸², possibilitando a aplicação do estipulado na Lei n.º 563, de 6 de Junho de 1916, que criava o Fundo das Construções Escolares, com o objectivo de auxiliar a construção dos novos edifícios destinados ao ensino primário, infantil, elementar e complementar, que satisfizessem as normas técnicas, higiénicas e pedagógicas.

Embora não aprovadas definitivamente, as normas eram no entanto conhecidas através da sua publicação no *Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública*, números 6 a 12 de 1916.

Nas *Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas a que devem satisfazer os novos edifícios escolares*¹⁸³, aprovadas em 1917, são definidos programas para tipos de edifícios escolares primários e infantis, onde cada espaço é tratado de forma sucinta segundo critérios de dimensão, características de materiais, acabamentos, elementos acessórios, aspectos que no programa de 1898 eram muito vagos.

Nas suas Condições Gerais é de novo evidenciado o aspecto da regionalização dos edifícios ao determinar que “o edifício escolar deve ser de sólida construção, de aspecto simples, mas atraente, e acomodado ao clima e ao carácter da respectiva região” e que quanto aos materiais escolhidos, numa

¹⁸¹ Decreto n.º 2947, de 20 de Janeiro de 1917.

¹⁸² “O Ministério da Instrução Pública fora criado pela Lei n.º 12, de 7 de Julho de 1913, já com atribuições no domínio da elaboração de projectos de construção e reparação de escolas, consignando-se, no orçamento de cada ano, a quantia de 200 mil escudos para construção de edifícios para escolas primárias”. Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. I – Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação, 1990, p. 95.

¹⁸³ Reproduzidas em Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. I – Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação, 1990, pp. 293-298.

lógica eminentemente prática e de controlo de custos, deve “utilizar-se de preferência os que mais facilmente se possam obter na localidade”¹⁸⁴.

A terminar o documento os autores elaboram a hipótese de nas principais cidades do país e noutros centros de maior população se poderem vir a estabelecer “zonas e construir-se para cada uma o respectivo «Bairro Escolar», constituído pelos edifícios escolares e anexos, uma vez que para ele se organizem transportes fáceis e gratuitos para as crianças e pessoal escolar, à maneira do que, com tanto proveito higiénico e pedagógico, se pratica noutros países”¹⁸⁵.

A aplicação das *Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas...* tornou-se problemática com a situação de Guerra Mundial e a instabilidade política no país. É com o Dr. Alfredo de Magalhães como Ministro da Instrução Pública que há uma nova dinamização com as alterações orgânicas que estabelece em 1918 no seu Ministério, sendo criada a Repartição de Sanidade Escolar da Secretaria de Estado da Instrução Pública¹⁸⁶. Posteriormente a Secção de Construções Escolares é elevada à categoria de Repartição¹⁸⁷, competindo-lhe gerir e coordenar a nível nacional a renovação e conservação do parque escolar, cujo património e responsabilidade de provimento estava atribuído às Câmaras

¹⁸⁴ *Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas...* in Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. I – Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação, 1990, p. 293.

¹⁸⁵ *Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas...* in Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. I – Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação, 1990, p. 298.

¹⁸⁶ Decreto n.º 4615, de 14 de Julho de 1918.

¹⁸⁷ Criada pelo Decreto n.º 5.373 de 5 de Abril de 1919.

Municipais, chegando mesmo a elaborar projectos-tipo para escolas do ensino primário segundo o disposto nas *Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas...*

No entanto, as circunstâncias dos primeiros 10 anos da República nunca permitiram que fosse definido em concreto um plano de construção de edifícios que enfrentasse as carências do país.

Em 1920 o Ministério da Instrução Pública encarrega a Repartição das Construções Escolares de proceder ao estudo e elaboração de projectos para escolas a construir consoante as necessidades e estabelece um mapa com a distribuição por freguesias de 87 edifícios escolares cuja construção é prioritária, e um outro de edifícios já em construção cuja conclusão é urgente. Mas as dificuldades de resposta dos empreiteiros no pós-guerra são um factor de estrangulamento para as construções escolares.

Com a mudança de regime pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926 dá-se uma reorientação na política.

Até 1929, ano em que com a criação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) as competências atribuídas à Repartição das Construções Escolares, organismo do Ministério da Instrução Pública, são incorporadas na nova Direcção Geral¹⁸⁸, não tinha sido possível construir, nem renovar, grande parte das escolas primárias planeadas no início da década para suprirem as grandes carências e deficientes condições de trabalho que o parque escolar vinha revelando desde o pós-guerra. Esse património e a sua manutenção tinham sido até aí da responsabilidade das Câmaras Municipais. A

¹⁸⁸ A Repartição das Construções Escolares é extinta a 30 de Abril de 1929, pelo Decreto n.º 16791 que cria a DGEMN.

dificuldade em encontrar empreiteiros com condições de pessoal e de materiais de construção para a execução das obras e a grave situação económica do país não o permitiram. Com a extinção da Repartição todos os serviços e alguns funcionários (como é o caso dos arquitectos Adães Bermudes e Jorge Segurado) transitam para o novo organismo.

Durante os seus 10 anos de existência a Repartição das Construções Escolares tinha elaborado projectos-tipo de edifícios para as escolas primárias¹⁸⁹, no entanto, adiados por questões conjecturais, alguns destes projectos só vieram a ser concretizados na década de 30, por todo o país e já pela mão do novo organismo, não sendo raras as alterações aos traçados originais.

Entre 1929 e 1935, a DGEMN atribui a estes projectos a designação informal de *projectos dos tipos aprovados oficialmente*, codificando-os consoante o caso que contemplavam, tendo mais tarde passado a serem referidos como *projectos antigos*.

Os edifícios construídos segundo estes tipos viram por vezes o seu projecto inicial modificado ou adaptado às possibilidades locais de construção, outras vezes foram substituídos “por soluções menos dispendiosas ou mais de acordo com as novas directrizes a que se submetia o ensino”¹⁹⁰.

¹⁸⁹ Estes projectos obedeciam às *Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas...* de 1917, reformuladas a 25 de Março de 1927, pelo Decreto n.º 13.337 que definia a *Zona de Protecção* das escolas primárias proibindo a construção de qualquer edifício num raio inferior a 10 metros de distância das escolas e suas dependências, e estipulando uma distância mínima de 500 metros para a existência de cemitérios, nitreiras ou fábricas, cujas emanações fossem incómodas ou doentias. A preocupação com as condições dos locais para as escolas não terá sido alheio o facto de ser então Ministro da Instrução Pública o Dr. Alfredo de Magalhães, político empenhado na educação e cientista preocupado com as questões de higiene pública. No essencial estas disposições vigoraram até 1949, ano em que foram alteradas.

¹⁹⁰ Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. I – Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação, 1990, p. 106.

Não tendo a DGEMN, entre 1929 e 1931, elaborado projectos para escolas primárias¹⁹¹, apenas aplicou as verbas de que dispunha na concretização dos trabalhos da anterior Repartição e em edifícios de projectos especiais concebidos em gabinetes particulares de arquitectura.

Entre os projectos com que os serviços da DGEMN iniciaram a sua actividade encontram-se as *Escolas Dr. Alfredo de Magalhães*, uma série de edifícios escolares no distrito de Viana do Castelo. São assim designados porque a sua construção foi autorizada em 1927 pelo então Ministro da Instrução Pública, Dr. Alfredo de Magalhães, antigo Governador Civil de Viana do Castelo (1910-11) e ele próprio natural do Minho (Gandra, Valença do Minho). Na sua maioria são edifícios muito ricos em pormenores de acabamentos, em elementos decorativos, apresentando diferenças no seu traçado e um número variável de salas de aula.

Rogério de Azevedo realiza, em autoria conjunta com Baltazar de Castro, o projecto da Escola Central de Viana do Castelo (1927-33) para a Av. Dos Combatentes da Grande Guerra (figs 88-89), então uma nova artéria aberta entre a estação dos Caminho-de-ferro e o rio Lima e montra da cidade. Dominantemente horizontal, com dois pisos e 8 salas de aula (quatro por piso), uma disposição simétrica das fenestraçãoes, um corpo central ligeiramente avançado com um alpendre poligonal e entrada ao eixo e escadas laterais, o edifício “projectado para ilustrar o (...) palmarés histórico-cultural”¹⁹² da cidade

¹⁹¹ “Data de 6 de Agosto de 1932 a *Circular n.º 3* em que se faz saber, nos serviços do Ministério da Instrução Pública, que a D.G.E.M.N. tinha montado uma secção para a elaboração de projectos para edifícios escolares”. In Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. I – Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação, 1990, p. 163.

¹⁹² José Pedro Martins BARATA; José Manuel Pedrosa BOTAS (orgs.) – *Património Escolar Português: preservação e salvaguarda*. Lisboa: Ministério da Educação, 2003, p. s/n..

apresenta um carácter revivalista, acentuado por um frontão entre pináculos sobreposto ao eixo da entrada e outros elementos decorativos clássicos e neo-manuelinos presentes nas fachadas principal e laterais.

Ainda com projectos dos mesmos arquitectos, e fazendo parte da mesma série de edifícios, são as Escolas de Alvarães (projecto de 1930) (fig. 90), de Fonte Grossa, Portuzelo (1930) (figs. 91-92), de Lanheses (1930/31) (figs. 93-95), de Vila-Mou (1930) (figs. 96-97), e de Gandra (ante-projecto de 1930) (fig. 98). Refletindo nestes projectos o conhecimento apurado que detinha do património escolar edificado na década de 20, Rogério de Azevedo tem em todos eles a preocupação de os integrar localmente e jogar com detalhes de carácter tradicional e/ou revivalista, ora dando aos edifícios um cunho mais urbano ora mais rural consoante os casos.

Com excepção da Escola da Gandra, todas estas escolas apresentam composições que articulam horizontalmente um conjunto de volumes poligonais escalonados de forma simétrica, definidos a partir da organização da planta e tendo por eixo o corpo de entrada ou um espaço, por vezes alpendrado, de transição entre a rua e o interior do edifício, solução que Rogério de Azevedo vai repetir, como veremos mais tarde, na entrada da Escola-Cantina “José Rufino” e na creche Abrigo dos Pequeninos, ambas em Alijó.

Os outros edifícios das *Escolas Dr. Alfredo de Magalhães* foram construídos ainda segundo projectos-tipo da antiga Repartição das construções Escolares.

Com a destruição da Escola Primária, motivada pela necessidade de libertar a Igreja de Lourosa (Oliveira do Hospital) de todas as construções anexas para a realização de sondagens e estudo para a sua reconstituição – trabalhos iniciados por ordem do Dr. Alfredo de Magalhães e profusamente acompanhado

pela revista *Ilustração Moderna* –, o engenheiro Henrique Gomes da Silva (Director-Geral da DGEMN) encomenda o projecto da nova escola a Rogério de Azevedo, ficando Baltazar de Castro (Director do Monumentos do Norte) responsável pela direcção da construção¹⁹³.

Este projecto de um edifício escolar (figs. 99-101) de duas salas de aula, vestíbulo, vestiário, sala de professores e átrio coberto, é composto por dois corpos escalonados organizados segundo dois eixos ortogonais, um corpo central de articulação de todos os espaços e recreio coberto na concavidade da composição volumétrica, virá a contaminar ou ser repetidamente utilizado por Rogério de Azevedo e Baltazar de Castro noutros projectos de escolas primárias que realizam na década de 30, com variações, introduzindo alterações na implantação e nos elementos de fachada, de que são exemplo alguns dos edifícios escolares a analisar ainda neste capítulo.

Nos primeiros anos da década de 30 o regime procura implantar-se na sociedade rural, onde a realização de melhoramentos locais assume uma grande importância¹⁹⁴.

¹⁹³ A revista *Ilustração Moderna* dedicou dois artigos ao projecto da escola. No primeiro, “Melhoramento importante”, publica o projecto e refere-se a ele como uma obra “de linhas sóbrias mas correctas e elegantes, sem grande aparato, que se não compadeceria com as relativamente escassas exigências do meio a que se destina, o novo edifício oferecerá, com tudo, um aspecto muito agradável e obedecerá às mais rigorosas prescrições higiénicas de ventilação e de luz, devendo ser, com certeza, uma das melhores e mais belas construções escolares das Beiras”, in *Ilustração Moderna*, N.º 46, Agosto de 1930, 5º ano, pp. 191-192; No segundo, “Uma Escola em Lourosa”, refere que o “sr. Rogério de Azevedo (...) delineou uma obra que, dentro das escassas possibilidades orçamentais, se destaca, no entanto, pela simplicidade e elegância das suas linhas arquitectónicas”, in *Ilustração Moderna*, N.º 58, Novembro/Dezembro de 1932, 7º ano, pp. 502-503.

¹⁹⁴ O Decreto n.º 19.502, de Março de 1931 (publicado em 24/3/31), definia a política de *Melhoramentos Rurais*, estipulando um regime para a *Construção, reparação e adaptação de estradas e escolas*, permitindo a atribuição de subsídios do Orçamento Geral do Estado.

É estabelecido um esquema de articulação entre o Ministério das Obras Públicas e o da Instrução¹⁹⁵, distribuindo as competências na construção escolar e remetendo para as autarquias, e para as populações, uma comparticipação nas obras de 50% do seu valor, o que inviabiliza muitas das aspirações das populações em pequenas povoações.

Desta forma, nas localidades com certo poder de influência, e à margem do levantamento de necessidades realizado pelo Ministério da Instrução¹⁹⁶, constroem-se alguns edifícios escolares a partir de projectos especiais, assim designados por não estarem incluídos num plano e resultarem de encomendas directas e avulsas a gabinetes de arquitectura exteriores aos serviços públicos.

É neste contexto que surge, entre outros, o estudo de Rogério de Azevedo para o edifício em gaveto da Escola Primária de Barrô, Águeda (1930) (figs. 102-103) que, por ser uma proposta demasiado cara para as disponibilidades da Câmara Municipal, é substituída no ano seguinte por um projecto mais simples e de execução mais barata.

Da mesma altura, e com destino idêntico, é o projecto que Rogério de Azevedo desenvolve, com Baltazar de Castro, para a Escola Primária do Soajo (figs. 104-106), Concelho de Arcos de Valdevez (1931). Do projecto inicial de um edifício de 2 pisos, com 6 salas de aula (das quais uma era destinada ao ensino infantil) e uma sala de professores, só é construído o piso térreo. Apenas com 4 salas, sem a valência infantil, começou a funcionar em Outubro de 1939. Tratou-se de um projecto especial, com a preocupação da sua integração no ambiente

¹⁹⁵ Decreto n.º 21.697, de 19 de Setembro de 1932 (publicado a 30/9/32).

¹⁹⁶ Em 1928 o Ministério da Instrução Pública tinha organizado uma carta escolar destinada a indicar as escolas existentes e a definir a localização das escolas a construir, número de salas de aula e zonas de influência de umas e outras.

serrano, de construção robusta em granito. Registe-se a sua implantação junto ao maciço rochoso em que está implantado um dos mais impressionantes conjuntos de espigueiros da região.

Outras escolas são construídas com projectos especiais de Rogério de Azevedo, algumas das quais com a colaboração de Baltazar de Castro. É o caso da Escola-Cantina de Novelas, Penafiel (1931) (figs. 107-110). Apresentando uma arquitectura sóbria e com uma rigorosa aplicação dos materiais, encontra-se localizada no centro do aglomerado urbano. O traçado da sua planta inclui a solução para o piso térreo que Rogério de Azevedo aplica mais tarde no anteprojecto da Escola Infantil de Bragança (1933) (figs. 111-112).

Nos primeiros cinco anos da década de 30 a Direcção Geral aprovou e/ou concretizou projectos expressando conceitos diversos realizados por diferentes autores. Entre eles o arquitecto Jorge Segurado¹⁹⁷ desenvolve uma intensa actividade nas construções escolares, mas sem as preocupações de inserção regionalistas reveladas nos projectos de Rogério de Azevedo. Efectivamente Rogério de Azevedo é um autor com um léxico próprio e uma aparente facilidade no trabalho em colaboração com outros arquitectos mas que não deixa de interpretar e interrogar o património escolar edificado e a tradição de cada lugar com espírito de abertura e nunca os tomando como valores estagnados, como de resto já anteriormente se detectara nos projectos das *Escolas Dr. Alfredo de*

¹⁹⁷ Jorge de Almeida Segurado (1898-1990). Diplomado na Escola de Belas Artes de Lisboa, prestou serviço na Repartição das Construções Escolares do Ministério da Instrução Pública, tendo transitado para o Ministério das Obras Públicas – Direcção dos Edifícios Nacionais do Sul em 1929. Desenvolveu vários projectos de edifícios escolares, nomeadamente para a cidade de Estremoz (1931) e para a vila de Pombal (1932); projecto-tipo para as Escolas Primárias do Concelho de Cascais (1931); edifício para as Escolas do Bairro Social do Arco do Cego, Lisboa (1932); Escola Central Infante D. Henrique, Angra do Heroísmo (1933). É ainda o autor dos edifícios da Carris, em Santos, Lisboa (1927) e da Casa da Moeda (1933) entre muitos outros. Ver José Manuel PEDREIRINHO – *Dicionário dos Arquitectos*. Porto: Edições Afrontamento, 1994, pp. 216-217.

Magalhães e posteriormente continuadas nos projectos da Escola Primária de Lourosa e seguintes, mas agora sem marcas revivalistas.

Muitos dos edifícios escolares são construídos por iniciativa popular, outros doados (ou participados) por beneméritos mais ou menos altruístas. Este gesto é incentivado pelo Estado¹⁹⁸ que concede aos doadores de edifícios o direito de indicarem a(s) pessoa(s) para a primeira colocação de professores no(s) lugar(es) criado(s) para o funcionamento da escola. Fazendo-se obedecer a construção dos edifícios às normas técnicas e pedagógicas vigentes, a DGEMN vistoriava e dava parecer sobre as mesmas antes da sua doação ser aceite, havendo por todo o país exemplos destas “escolas de tipo indefinido”¹⁹⁹, construídas segundo o gosto e as possibilidades dos seus doadores.

É para ser construído num terreno de gaveto doado por José Rufino, um benemérito da terra, que Rogério de Azevedo desenvolve, em colaboração com Januário Godinho, o projecto da Escola-Cantina “José Rufino”, em Alijó (1930) (figs. 113-122), a primeira deste tipo a ser construída no país²⁰⁰. Implantado num gaveto, o conjunto edificado de escola-cantina-residência é inaugurado, pelo menos nas suas duas primeiras vertentes, a 28 de Janeiro de 1934. Com uma matriz espacial muito clara, apresenta uma composição predominantemente horizontal e assimétrica, marcada pelo alpendre da entrada e articulando

¹⁹⁸ Decreto n.º 19.531, de 30 de Março de 1931.

¹⁹⁹ Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. I – Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação, 1990, p. 184.

²⁰⁰ De acordo com a versão corrigida, e firmada por Januário Godinho a 15-7-1988, do trabalho académico realizado na FAUP pelos alunos António Neves, Fernando Lisboa, Paulo Cortez e Vítor Seabra, do qual consta uma cronologia da vida e obra do arquitecto Rogério de Azevedo, Januário Godinho terá colaborado no desenvolvimento deste projecto (Cópia de documento do espólio Januário Godinho cedido por Fátima Sales).

diversos volumes poligonais em torno de um corpo central torreado de planta hexagonal, simultaneamente entrada e átrio distribuidor e de articulação de todos os espaços do edifício, inclusive do recreio coberto situado na concavidade posterior do conjunto. É uma arquitectura construída em granito e ferro (caixilharias), robusta, espessa e de formas maciças, em diálogo com os materiais e a paisagem transmontana, em que, tal como noutros trabalhos de Rogério de Azevedo, as diversas peças são “volumetricamente caracterizadas a partir da organização da planta” definindo a volumetria exterior “num processo aditivo de unidades/peças” que através do seu tratamento “assumem a expressão desejada”²⁰¹ e onde a disposição dos *módulos* salas de aula se encontram claramente refletidos no seu exterior.

Este edifício será o primeiro de vários projectos realizados por Rogério de Azevedo para a mesma avenida *nova* onde se virão a concentrar os equipamentos e serviços da Vila de Alijó.

Em Novembro de 1933 o Fundo de Desemprego concede à Santa Casa da Misericórdia de Alijó uma comparticipação para a construção de uma creche. Este *Abrigo dos Pequenininos* (figs. 123-125) é projectado por Rogério de Azevedo tirando partido do desnível existente entre a rua o terreno a uma cota mais baixa. Construído em granito com valores expressivos próximos do projecto anterior, a simetria da sua composição volumétrica é quebrada pela assimetria das fenestraçãoes num máximo aproveitamento da luz solar, e pelo reflexo nas paredes exteriores da organização dos seus espaços interiores. Este aspecto é ainda reforçado pelo acesso assimétrico desde a entrada no muro de vedação ao volume do edifício cuja entrada se faz pelo piso superior. Construído na

²⁰¹ André Tavares – *Duas obras de Januário Godinho*. Porto: Dafne Editora, 2012, p. 35.

proximidade da Escola-Cantina, o *Abrigo dos Pequeninos* só é inaugurado em 1945²⁰².

Dois anos depois José Rufino, à altura Provedor da Santa Casa da Misericórdia, propõe à DGEMN que a obra iniciada seja aumentada com a construção de uma casa de trabalho para a aprendizagem de ofícios por parte dos alunos sem possibilidades de continuarem os seus estudos e sem perspectivas de trabalho. A proposta tem despacho favorável do Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, ficando Rogério de Azevedo incumbido da elaboração do projecto, que passa a contemplar instalações para oficinas de serralharia, carpintaria e alfaiataria. A obra não chega a ser concretizada²⁰³.

Também de 1933, por iniciativa da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, é o projecto de Rogério de Azevedo para outro Abrigo dos Pequeninos: a Creche e Dispensário da Praça da Alegria (figs 126-128), Fontainhas, no Porto²⁰⁴. Esta obra destina-se a servir “especialmente os bairros das Fontainhas e de S. Vítor, tristes viveiros de miséria – como alguns que

²⁰² “A arte dos nossos excelentes arquitectos não deixou de embelezar notavelmente o novo edifício – que é hoje, com as suas linhas modernas, um dos mais admirados ornamentos da zona urbana de Alijó”. In *Boletim do Comissariado do Desemprego*, n.º 5, Jan/Mar 1935. Lisboa: MOP. Citado por Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. I – Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação, 1990, p. 187.

²⁰³ Desconheço se chegou a existir um projecto.

²⁰⁴ Na sessão camarária de 3 de Agosto de 1933 o vereador Engenheiro Homem de Melo refere que, quanto à deliberação tomada na sessão anterior de se proceder ao estudo de um edifício para creche, dispensário e parque infantil a construir na Praça da Alegria às Fontainhas, fora escolhido o da autoria do “distinto arquitecto Rogério de Azevedo, que muito gentilmente e generosamente o ofereceu”. AHCMP. Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, 3 de Agosto de 1933, livro 44, fl. 55. Citado em Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, Vol. I. Dissertação de Mestrado. FLUP, 1996, p. 71.

infelizmente abundam em Lisboa – onde a taxa de mortalidade infantil, sempre tão grande no nosso país, atinge índices verdadeiramente confrangedores”²⁰⁵.

Assente numa plataforma elevada num espaço em declive e ampla vista panorâmica, a creche-dispensário desenvolve-se em dois patamares e é marcada por uma forte axialidade e uma aparente simetria, distribuindo-se os diferentes espaços e funções de forma articulada ao longo de um percurso longitudinal, verdadeira *coluna vertebral* do edifício. Com um jardim próprio o edifício inclui, entre outros serviços, dormitórios espaçosos, refeitório, uma grande sala de brinquedos, um balneário com piscina numa explanada virada ao rio e um consultório médico anexo no extremo oposto²⁰⁶.

Anteriormente Rogério de Azevedo tinha projectado uma outra creche para a cidade, a Filial n.º 2 (Bonfim) de *O Comércio do Porto* (1930) na Av. Fernão de Magalhães (figs. 129-130), esquina com a travessa de Carlos Passos²⁰⁷. Já nesta obra, em que as artes decorativas marcam presença, há uma acentuada axialidade, desde logo definida por um volume triangular saliente e envidraçado que se articula com os restantes volumes.

²⁰⁵ “Arquitectura”, *Cerâmica e Edificação*, ano 1º, n.º 12, Dezembro de 1933, p. 281.

²⁰⁶ Num artigo publicado no número de Dezembro da revista *Cerâmica e Edificação* dedicado a esta obra, de iniciativa da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, o projecto é apreciado pela “invulgar elegância arquitectónica do edifício. A sua estrutura representa a nosso ver uma criteriosa fusão de três fontes artísticas: a moderna orientação, algumas directrizes do estilo português, e certas reminiscências da construção vasca. Rogério de Azevedo extraiu uma obra profundamente pessoal, que afirma o seu lugar entre os nossos arquitectos de primeira linha”. “Arquitectura”, *Cerâmica e Edificação*, ano 1º, n.º 12, Dezembro de 1933, pp. 281-282.

²⁰⁷ O terreno na Av. Fernão de Magalhães tinha sido “bizarramente cedido pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal” (“Creches da a Filial do Bonfim”, in *O Comércio do Porto*, 28 de Janeiro de 1931, p. 2). Este facto pode ser confirmado pelas actas deste organismo municipal que, em 1930, apresentou um projecto que foi aprovado para “a cedência de uma superfície de terreno municipal a *O Comércio do Porto* na Avenida Fernão de Magalhães e Travessa da Póvoa” (AHCMP. Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, 21 de Março de 1930, livro 37, fl. 20-21). Ambos citados em Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, Vol. I. Dissertação de Mestrado. FLUP, 1996, p. 67.

Com uma escala infantil “bem entendida, entre volumes e baixos-relevos simbolicamente «infantis»”²⁰⁸ e, tal como propõe para a Creche e Dispensário da Praça da Alegria, o projecto incluía um jardim pois “um edifício destinado a crianças, sem um jardim onde se cultivam flores, torna o edifício triste e, reflexivamente, as crianças. Deixamos, por isso, a parte do terreno voltada ao vértice, convenientemente ajardinada”²⁰⁹.

Projectos-tipo Regionalizados

Tendo verificado que o recurso a projectos especiais representa um considerável atraso e encarecimento das obras, e pretendendo um tipo de arquitectura diferente da concebida pela Repartição das Construções Escolares, os serviços da DGEMN procuram, pelos seus próprios meios, obter novos projectos que possam ser aplicados na construção de novas Escolas Primárias Oficiais a serem construídas em série caso o Governo assim o viesse a determinar. Esperavam que, na tentativa de responder aos inúmeros pedidos de projectos e ao grave problema de analfabetismo, o Governo decidisse avançar com um vasto plano de obras de escolas primárias, de uma forma integrada e através de um plano de conjunto.

²⁰⁸ José Manuel FERNANDES – *Arquitectura Modernista em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2005 (2ª edição), p. 117.

²⁰⁹ *Memória Descritiva*. AGCMP. Livro de Licenças de Obras, 511, licença n.º 402 de 27 de Setembro de 1930, fl. 11-21. Citado em Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, Vol. I. Dissertação de Mestrado. FLUP, 1996, p. 68.

Efectivamente, desde 1932 que existia na DGEMN uma secção de arquitectura pronta a elaborar esses projectos – a 5ª Secção da Direcção dos Edifícios Nacionais do Sul, chefiada pelo arquitecto Guilherme Rebello de Andrade.

Apesar da falta de apetrechamento material e humano da Secção dá-se início ao trabalho de preparação dos novos projectos. Desse esforço resulta a apresentação em 1933 de uma *Memória*²¹⁰ em que Rebello de Andrade define os vários conceitos – entre eles o da regionalização – a que devem obedecer os edifícios escolares a construir em série pelo governo²¹¹. Como exemplo é apresentado um *desenho esquemático de uma escola rural de um lugar* (fig. 131).

Na *Memória* que Rebello de Andrade realiza respeitando as *Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas...* de 1917, ainda em vigor, e sem contradizer os preceitos anteriormente organizados que o precederam, encontram-se concretizadas algumas regras para projecto que anteriormente não tinham sido definidas.

Segundo estas novas regras, os projectos devem ser concebidos “de harmonia com as características da arquitectura regional, impostas, não só pela aplicação dos materiais próprios dessas regiões, como também pelas variações do clima”²¹². A justificação para esta imposição baseia-se na pretendida

²¹⁰ Ver Anexo 4.

²¹¹ *Ante-projecto do Plano Geral de Tipos-Regionaes de Escolas Primarias Officiais a Construir em Série – Memória*. Lisboa, 14 de Dezembro de 1933. Ass. O Arquitecto Chefe da Secção Guilherme Rebello de Andrade. Arquivo da DGCE – *Processo de Expediente-Geral*, da DGEMN.

²¹² *Ante-projecto do Plano Geral de Tipos-Regionaes de Escolas Primarias Officiais a Construir em Série – Memória*. Lisboa, 14 de Dezembro de 1933, p. 1. Arquivo da DGCE – *Processo de Expediente-Geral*, da DGEMN.

assimilação das novas construções pelo povo, não se ferindo assim “a sua sensibilidade étnica” com “elementos exóticos que aparecendo a substituir illogicamente os elementos locais não impõem a aceitação de um «racionalismo» forçado, desprezando a tradição, fonte inexgotável dos conceitos de Pátria, a Grande Família”²¹³. Por oposição entende-se que o tal «racionalismo», bem compreendido, aproveita “os elementos locais, conjugando-os com os novos recursos constructivos”, daí resultando “uma melhoria económica” conjugada com a “assimilação de nova[s] formas provenientes de tendências modernas da Arte” e a “satisfação das constantes e renovadoras exigências da pedagogia”. Ou seja: “a realização de escolas concebidas por evolução da tradição, escolas para a sua época”²¹⁴.

Para a concepção das plantas são estabelecidas três condições principais:

- “1ª - Com a planta de uma escola para um ‘logar’ escola-unidade, resolver as plantas das restantes escolas, para efeitos de facilitar ampliações futuras.
- 2ª - Conceber essas plantas a poder-se aproveitar todos os terrenos seja qual for a exposição a Norte.
- 3ª - ‘Standardisação’ da construção das escolas, por grupos, mesmo que nesses grupos entrem escolas de diferentes números de ‘logares’”²¹⁵.

²¹³ *Ante-projecto do Plano Geral de Tipos-Regionaes de Escolas Primarias Officiais a Construir em Série – Memória*. Lisboa, 14 de Dezembro de 1933, p. 1. Arquivo da DGCE – *Processo de Expediente-Geral*, da DGEMN.

²¹⁴ *Ante-projecto do Plano Geral de Tipos-Regionaes de Escolas Primarias Officiais a Construir em Série – Memória*. Lisboa, 14 de Dezembro de 1933, p. 1. Arquivo da DGCE – *Processo de Expediente-Geral*, da DGEMN.

²¹⁵ *Ante-projecto do Plano Geral de Tipos-Regionaes de Escolas Primarias Officiais a Construir em Série – Memória*. Lisboa, 14 de Dezembro de 1933, p. 2. Arquivo da DGCE – *Processo de Expediente-Geral*, da DGEMN.

De seguida é descrita uma divisão do território continental em seis regiões²¹⁶, não coincidentes com os limites das províncias, uma vez que se tinha pretendido agrupar as diferentes zonas tendo em consideração as “afinidades em recursos de materiais de construção, em mão d’obra e em processos de construção e ainda em afinidades climáticas”, a saber: Região A – Algarve; Região B – Alentejo; Região C – Estremadura; Região D – Beira-Litoral; Região E – Beira-Baixa, do Sul; Região F – Beira-Baixa, do Norte; Beira-Alta; Minho; Trás-os-Montes²¹⁷.

Rebello de Andrade considera que para além das cidades, das capitais de distrito, sedes de concelho ou mesmo para algumas vilas mais importantes, os edifícios escolares não deveram ter mais que “2 aulas de pavimento contíguos, mas totalmente destituídos da cantaria, quando este material constituir um luxo ou que, pelo menos, encareça a obra”, sendo que a sua construção se deve limitar aos “moldes correntes da construção rustica”²¹⁸.

Refere ainda a necessidade de se fazer “o estudo de um projecto-tipo campesino, dentro de cada expressão regional; a pequena escala da freguesia inspirada na casinha rústica”²¹⁹. Para este projecto-tipo os espaços a considerar serão: “a sala de aula, o vestíbulo, o vestiário e o gabinete do professor, e,

²¹⁶ Inicialmente Trás-os-Montes constituiria a Região G (a 7ª região) mas, posteriormente, foi incluída na Região F.

²¹⁷ *Ante-projecto do Plano Geral de Tipos-Regionaes de Escolas Primarias Officiais a Construir em Série – Memória*. Lisboa, 14 de Dezembro de 1933, p. 2. Arquivo da DGCE – *Processo de Expediente-Geral*, da DGEMN.

²¹⁸ *Ante-projecto do Plano Geral de Tipos-Regionaes de Escolas Primarias Officiais a Construir em Série – Memória*. Lisboa, 14 de Dezembro de 1933, p. 6. Arquivo da DGCE – *Processo de Expediente-Geral*, da DGEMN.

²¹⁹ *Ante-projecto do Plano Geral de Tipos-Regionaes de Escolas Primarias Officiais a Construir em Série – Memória*. Lisboa, 14 de Dezembro de 1933, p. 3. Arquivo da DGCE – *Processo de Expediente-Geral*, da DGEMN.

possivelmente, as retretes”²²⁰, pelo que a sua planta possivelmente não virá a diferir muito da “planta-unidade”²²¹ apresentada com o documento, ou seja: o *desenho esquemático de uma escola rural de um lugar*.

Este documento virá a constituir a base de trabalho para os novos projectos-tipo regionalizados começados a desenvolver desde logo pelos arquitectos Raul Lino e Rogério de Azevedo, e que serão superiormente aprovados em 1935.

A entrega da execução dos projectos aos arquitectos Rogério de Azevedo e Raul Lino ter-se-á devido provavelmente à combinação de vários factores. Ambos tinham prestígio e o seu trabalho era conhecido pela DGEMN.

Rogério de Azevedo tinha uma grande prática na realização de projectos de edifícios escolares para o norte e centro do país e sabia como esboçar pormenores e empregar o granito, o xisto ou o tijolo, integrando o projecto na zona envolvente.

Raul Lino era um defensor da arquitectura tradicional portuguesa e era o autor do projecto dos Jardins-Escola João de Deus, entre outros que realizou, e a sua opinião sobre a estética nas escolas era conhecida desde 1916²²².

Ambos os arquitectos dispunham do conhecimento *in loco* das regiões que iriam trabalhar e, para além de serem contratados pelo Ministério das Obras

²²⁰ *Ante-projecto do Plano Geral de Tipos-Regionaes de Escolas Primarias Officiais a Construir em Série – Memória*. Lisboa, 14 de Dezembro de 1933, p. 6. Arquivo da DGCE – *Processo de Expediente-Geral*, da DGEMN.

²²¹ *Ante-projecto do Plano Geral de Tipos-Regionaes de Escolas Primarias Officiais a Construir em Série – Memória*. Lisboa, 14 de Dezembro de 1933, p. 6. Arquivo da DGCE – *Processo de Expediente-Geral*, da DGEMN.

²²² Tinha então redigido, a convite da Sociedade de Estudos Pedagógicos, um trabalho intitulado *Considerações sobre a estética nas escolas*. Nele defende uma educação alicerçada em coisas concretas e estabelece exigências de qualidade quer estéticas quer funcionais para os edifícios escolares.

Públicas no período em que desenvolveram os projectos-tipo regionalizados (de 1933 a 1935), ambos tinham gabinetes pessoais para o exercício da profissão liberal, apetrechados com os meios necessários ao grande trabalho de anteprojecto do Plano Geral de Tipos-Regionais de Escolas Primárias Oficiais a construir em série – aspectos considerados indispensáveis para a realização dos trabalhos e razão pela qual os serviços da Direcção Geral consideram não reunirem as condições para eles próprios darem resposta ao projecto.

A tarefa é-lhes entregue em regime de ajuste particular, sem quaisquer formalidades de concurso.

Os projectos para os distritos de Faro, Beja, Évora, Portalegre, Setúbal, Lisboa, Santarém e Leiria são da responsabilidade de Raul Lino.

Nos projectos-tipo deste arquitecto é repetida a mesma planta para um mesmo número de salas de aula.

Por outro lado, os aspectos de arquitectura regional são agrupados em três tipos diferentes (12 soluções): Algarve – soluções para 1, 2, 3, e 4 salas; Estremadura (cantaria) – as mesmas soluções; Alentejo e Ribatejo (tijolo) – as mesmas soluções (figs. 132-137). A atribuição dos tipos regionais, concelho a concelho, assim como as áreas de terreno desejáveis para cada uma das soluções são definidas pelo próprio Raul Lino.

Para os distritos do Norte e Centro os projectos são da responsabilidade de Rogério de Azevedo que fundamenta o predomínio da aplicação de granito, assim como das variantes de tijolo, xisto e outras pedras, nos dados da *Carta Geológica de Portugal*, de J. F. Delgado e Paul Choffat, de 1899²²³.

²²³ Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. I – Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação, 1990, p. 212.

Tendo muito provavelmente usado o projecto desenhado em 1930 para a Escola de duas salas de aula de Lourosa (Oliveira do Hospital) como modelo base de trabalho, Rogério de Azevedo opta agora por simplificá-lo quer na sua estrutura quer no modo de circulação entre espaços.

No desenvolvimento deste processo, partindo do projecto da Escola Primária de Lourosa e da ideia da sala de aula como uma célula espacial, já então presente e consequentemente utilizada nos projectos seguintes, e seguindo uma orientação funcionalista, Rogério de Azevedo desenvolve uma proposta em que apresenta uma série de variações do mesmo tipo básico através da adição na composição de células/salas que se repetem, tendo como princípio algumas ideias básicas: simplicidade dos edifícios e estabelecer o máximo de standardização, a que o programa obriga, com todas as variações possíveis dentro dos limites requeridos.

À semelhança da solução encontrada por Raul Lino, também Rogério de Azevedo prevê a repetição das plantas relativas a cada solução e a normalização dos aspectos regionais de arquitectura que agrupa em seis tipos, cada um deles com soluções para 1 sala, 2 salas sobrepostas, 2 salas térreas, 3 e 4 salas, num total de 30 soluções distribuídas por seis regiões: Minho (tijolo), Alto Minho (cantaria de granito), Douro (cantaria de granito), Beira alta (cantaria de granito), Beira Litoral (cantarias), Trás-os-Montes (xisto) (figs. 138-147). Rogério de Azevedo define igualmente a aplicação de cada um dos seis tipos regionais e as áreas de implantação.

Para além destes projectos-tipo, e afastando-se claramente do *desenho esquemático de uma escola rural de um lugar* de Rebello de Andrade, Rogério de Azevedo leva ao extremo a ideia de sala de aula como célula espacial

quando, em complemento, também apresenta o projecto-tipo [Minho] Rural de 1 e 2 salas (figs. 148-149) destinado “unicamente às regiões montanhosas ou muito afastadas de qualquer centro urbano, podendo ser aplicado em regiões idênticas de Traz-os-Montes e Beiras desde que seja aplicado o material próprio de cada localidade”²²⁴.

Seguindo as orientações que a *Memória* de Rebello de Andrade determinava, os espaços considerados nos projectos de ambos os arquitectos são reduzidos a um mínimo indispensável: a(s) sala(s) de aula, o átrio e as instalações sanitárias exteriores (ausentes no projecto-tipo Rural). Não são considerados os espaços do gabinete do professor (muitas vezes utilizado também para biblioteca ou como gabinete para atendimento dos pais) ou do vestiário. O espaço central da escola, aquele que é verdadeiramente valorizado pelos arquitectos, é a sala de aula. Nos projectos-tipo Rural esta situação é mesmo levada ao extremo: a redução do programa à(s) sala(s) de aula e um telheiro.

Com a elaboração de um mapa de orçamentos para todas as soluções dos 9 tipos regionais, algumas escolas começam a ser construídas em resposta a pedidos atendidos caso a caso, segundo o critério da necessidade local, não havendo um programa global de empreendimentos²²⁵.

²²⁴ Ofício n.º 739, de 1 de julho de 1935, da Direcção dos Monumentos Nacionais. In Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. I – Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação, 1990, p. 331.

²²⁵ Foi possível estimar “pelos dados de que dispomos, (...) que foram concluídos 32 edifícios Raul Lino – 3 tipo Algarve, 17 tipo Alentejo-Ribatejo, 12 tipo Estremadura (total 71 salas de aula), e 56 edifícios Rogério de Azevedo – 10 tipo Trás-os-Montes, 12 tipo Alto Minho, 2 tipo Minho (tijolo), 16 tipo Douro, 9 tipo Beira Alta, 8 tipo Beira Litoral (total 105 salas de aula)”. In Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. I – Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação, 1990, p. 236. Ver também Alexandra Cabeçadas Arsénio Nunes ANÍBAL – *A expansão do ensino primário durante o Estado Novo (1930-1970): uma política de voluntarismo minimalista*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Nova de Lisboa, 1999.

Durante os seis anos em que todo este processo decorreu (1929-1935), um elevado número de pedidos pressionou o lançamento de obras na Região Norte. Como recurso, e pretendendo dar resposta a um elevado número de projectos, Rogério de Azevedo terá utilizado por diversas vezes o projecto da Escola de duas salas de aula de Lourosa como modelo, introduzindo em cada projecto alterações na implantação e nos elementos da fachada do edifício.

São os casos da Escola Primária de S. Salvador do Souto (Guimarães, projecto de 1931), da Escola Primária de Frechas (Mirandela, projecto de 1933) e da Escola Primária de Mar (Esposende, projecto de 1934). Para além destas, a Escola Primária de Barrô (Águeda, projecto de 1931) revela também uma proximidade à concepção espacial e volumétrica da Escola “José Rufino”, em Alijó, igualmente projectada para uma situação de gaveto.

Só em 1938, com Duarte Pacheco de volta ao cargo de Ministro das Obras Públicas, o processo das escolas-tipo regionais é relançado. Pretende-se começar a construção de edifícios para escolas primárias no âmbito de um grande plano geral de realizações. Por tal razão é “expressamente” proibida a construção de novos edifícios “até à aprovação do plano geral”²²⁶ que estava a ser ultimado, admitindo-se como única excepção a construção de escolas primárias nos agrupamentos de casas económicas, nomeadamente no Porto e em Bragança²²⁷. É ainda consentida a conclusão de 230 escolas primárias já em

²²⁶ Decreto-Lei n.º 29011, de 19 de Setembro de 1938, *Diário do Governo*, I Série, n.º 218.

²²⁷ Por exemplo: na cidade do Porto (tipo Douro, 4 salas) – bairro de Ilhéu, Paranhos, Azenha e Ramalde; em Bragança (tipo Trás-os-Montes, 4 salas) – bairro da Estação, Loreto e S. Sebastião; em Tomar (tipo Estremadura – Cantaria, 4 salas) – bairro de além da Ponte; na vila do Entroncamento (tipo Estremadura, 4 salas) – Bairro Novo.

construção, listadas em documento posteriormente publicado²²⁸. Na sua maioria de uma ou duas salas de aula, algumas são projectos-tipo regionalizados (figs. 150-155), outras, mais antigas, são projectos especiais, projectos da DGEMN e projectos da Repartição das Construções Escolares.

O projecto especial da Escola-Cantina Salazar (Santa Comba Dão, Vimeiro, Viseu) (figs. 156-172), datado de 19 de Março de 1938, é um dos que vê autorizada a sua conclusão. A par da Escola Masculina de Santa Comba Dão²²⁹ (figs. 173-175) este é o segundo projecto de Rogério de Azevedo com Baltazar de Castro para a aldeia onde nasceu Oliveira Salazar.

Edificada em 1946 por iniciativa de um grupo de beneméritos, a escola encontra-se numa zona peri-urbana, implantada a meia encosta, adaptando-se à morfologia do terreno que apresenta um declive acentuado. Construída em granito e apresentando uma planta rectangular, composta e irregular, e uma disposição horizontal das massas, é constituída por volumes e cobertura de telhados diferenciados, arcadas no pátio de recreio coberto e uma relativa ausência de elementos de decoração, oferecendo no entanto dois rostos. O alçado principal refere em continuidade os projectos das escolas-tipo regionais, sendo que a extensão do alçado e a articulação dos volumes se encontra reflectida no beiral da cobertura. Já o alçado posterior, com algum distanciamento e liberdade criativa em relação à imagem dos tipos regionais, e tirando partido do declive, do espaço de recreio e da disposição das salas de

²²⁸ No Diário do Governo de 26 de Setembro de 1938 foi publicada a *Relação dos novos edifícios de escolas primárias em construção* que o governo permitia concluir.

²²⁹ Escola primária de 7 salas de aula, gabinetes e cantina. Com projecto de 1932, e iniciada a sua construção dois anos depois, aproveitava a antiga Escola Conde de Ferreira. Baltazar de Castro presidiu à comissão fiscalizadora das obras.

aula que, a exemplo dos projectos-tipo regionalizados, se continua a referir ao projecto da Escola Primária de Lourosa, apresenta uma composição quase orgânica, forte e profundamente expressiva na relação entre massas e aberturas.

Escolas dos Centenários

A interdição de construção de novos edifícios de escolas primárias só virá a ser levantada em 29 de Julho de 1941²³⁰, após um despacho do Presidente do Conselho de Ministros Oliveira Salazar, onde as condições de execução do Plano dos Centenários são definidas²³¹. Terão por bases pedagógicas a consagração do princípio legal da não coeducação dos sexos a ser “fielmente seguido quanto às salas e sempre que possível quanto aos edifícios, mesmo nos meios rurais”²³²; a lotação normal de cada sala de aula não deverá exceder os quarenta alunos; com excepção dos grandes centros urbanos, nenhum edifício deverá possuir mais de quatro salas de aula.

No mesmo despacho os projectos-tipo regionalizados são considerados pertinentes para a concretização do Plano pela modicidade dos custos sem

²³⁰ Publicação no Diário do Governo n.º 174 dos mapas da rede de escolas do ensino primário do Plano dos Centenários com a estimativa das despesas e a previsão do número de salas de aula necessárias e do número de edifícios a construir, concelho a concelho e totais por distrito.

²³¹ Despacho do Conselho de Ministros de 15 de Julho de 1941. Reproduzido em Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. II – Edifícios para o ensino infantil e primário anos 40 – anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação, 1996, pp. 291-293.

²³² Ponto 4 do Despacho do Conselho de Ministros de 15 de Julho de 1941. Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. II – Edifícios para o ensino infantil e primário anos 40 – anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação, 1996, p. 291.

prejuízo das exigências higiénicas e pedagógicas, pela “extensibilidade dos edifícios” – a possibilidade do aumento futuro do número de salas até ao máximo admitido, integrando-se o edifício noutra do mesmo tipo igualmente estudado – e por permitirem “integrar o mais possível o pequeno edifício escolar na paisagem que o cerca, como exemplo de vida local e de bom gosto” já que, pela diversidade regional que o território nacional apresenta, “não havia desculpa para a implantação por toda a parte de um tipo abstracto”²³³.

Este despacho reitera assim os mesmos princípios e valores já apresentados por Rebello de Andrade na sua *Memória* e indo ao encontro dos valores defendidos pelo Presidente do Conselho de Ministros e pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), dirigido por António Ferro.

A prossecução do Plano fica dependente da elaboração de um mapa, com a distribuição dos edifícios e salas de aula atribuídos a concelhos, freguesias e lugares, a ser elaborada por uma comissão conjunta dos Ministérios do Interior, Obras Públicas e Comunicações e da Educação Nacional.

Já no final de 1941, e por ordem de Duarte Pacheco, a DGEMN avança com a construção de 200 edifícios escolares em todo o país. Equipas da DGEMN são as responsáveis pela execução dos trabalhos e nem Rogério de Azevedo nem Raul Lino virão a ter qualquer participação na elaboração dos projectos das Escolas dos Centenários²³⁴. A região Norte irá construir os tipos projectados por

²³³ Despacho do Conselho de Ministros de 15 de Julho de 1941. In Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. II – Edifícios para o ensino infantil e primário anos 40 – anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação, 1996, pp. 291-292.

²³⁴ Apesar de não constarem no plano de obras públicas das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal de 1940, a sua designação como Escolas dos Centenários tornou-se oficial com a publicação do Art.º 7 da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 1941 (Lei n.º 1985, de 17 de Dezembro de 1940 – Ministério das Finanças): “O Governo iniciará em 1941 a execução do plano geral da rede escolar, que será denominado «dos Centenários» e em que serão fixados os números, a localização e tipos de escolas a construir para completo apetrechamento do ensino primário, inscrevendo-se no orçamento as verbas

Rogério de Azevedo em 1935, mas com a modificação da entrada dos edifícios Tipo Douro, realizada pelos serviços da Direcção de Edifícios Nacionais do Norte, para um desenho híbrido entre a entrada dos edifícios Tipo Minho (tijolo) e o desenho em relevos trabalhados na pedra do seu traçado original (figs. 176-179). A região Centro, para além do Tipo Beira Litoral para os distritos de Aveiro e Coimbra, construirá o Tipo Estremadura-Cantaria de Raul Lino no distrito de Leiria.

Com as mudanças de orientação pedagógica é necessário construir edifícios e recreios independentes para cada sexo²³⁵. Mas sem recorrer à geminação, até por causa do agravamento dos preços e das dificuldades da guerra, não é possível obter em nenhum dos tipos uma satisfatória separação dos mesmos ou alguma poupança nos custos da construção. Assim, nos casos em que pela pequena dimensão das escolas ou por razões económicas isso não é possível, geminam-se os edifícios. Um edifício único, simétrico, com entradas independentes e recreios separados. Caso não seja possível fazer a geminação, o mesmo edifício terá dois turnos ou seja: uma escola dupla²³⁶.

necessárias para as obras a realizar em participação com os corpos administrativos ou outras entidades”. Citado por Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. II – Edifícios para o ensino infantil e primário anos 40 – anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação, 1996, p. 14.

²³⁵ Com a Lei n.º 1969, de 20 de Maio de 1938, fica definido que “as instalações escolares obedecerão, tanto quanto possível, aos seguintes princípios: atribuição de edifícios e recreios independentes a cada sexo (...)”. Citado por Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. II – Edifícios para o ensino infantil e primário anos 40 – anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação, 1996, p. 29.

²³⁶ A Portaria n.º 9389, pretendendo pôr um fim à coeducação no ensino primário, determina que nos casos em que há um só edifício para a frequência dos dois sexos seja estabelecido um regime de funcionamento em dois turnos. Estas escolas seriam denominadas de “Duplas”. Citado por Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. II – Edifícios para o ensino infantil e primário anos 40 – anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação, 1996, p. 29.

Estas questões já tinham sido levantadas quando da construção das Escolas dos Bairros de Casas Económicas do Porto (1939-40). Com a atribuição de 8 salas de aula à Escola do Bairro de Ramalde construíram-se dois edifícios Tipo Douro de 4 salas separados por uma faixa de terreno (fig. 180). Já nos Bairros da Azenha e de Paranhos seriam necessárias apenas 4 salas (figs. 181-182). De início foi proposta a construção de um único edifício, no entanto o arquitecto Manuel Fernandes de Sá apresentou uma solução que permitia tornar o r/c independente do 1º andar do edifício e assim separar os sexos (fig. 183).

Desconhecendo a evolução que os projectos-tipo irão ter, os serviços vão casualmente ensaiando várias modalidades de geminação dos projectos-tipo elaborados por Rogério de Azevedo (1 sala e 2 salas sobrepostas, tipos Alto Minho, Douro e Beira Litoral) e Raul Lino, experimentando diferentes eixos de simetria (figs. 184-190).

Para edifícios com mais de uma sala de aula Raul Lino desenhara plantas com dois eixos paralelos e Rogério de Azevedo desenhara plantas com dois eixos ortogonais, o que prejudica a orientação de uma das fachadas.

Para além disso, o trabalho destes dois arquitectos é volumetricamente muito diverso. Tal facto compromete a possibilidade de uma imagem uniforme e reconhecível em todo o país, apesar do cunho regional dado pelo uso de materiais diferentes.

Os edifícios resultantes dos estudos casuais de geminação são muito diferentes dos projectados em 1935, tanto em volume como em planta (2 e 4 salas de aula). São estas novas plantas e estes novos volumes que vão prevalecer nos projectos futuros.

Com a publicação pela DGEMN do *Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias: Plano dos Centenários*²³⁷, no princípio de 1943, dá-se início ao cumprimento do Plano.

Na sequência da determinação do Ministro Duarte Pacheco para que as soluções dos projectos-tipo regionalizados, quer pelos seus custos quer pelas novas exigências funcionais, sejam revistos, a Direcção de Edifícios do Norte (DEN) vê os seus projectos anteriormente elaborados para a construção de edifícios gémeos de 2 e 4 salas, com as alterações aos traçados originais já adoptadas, servirem de base à elaboração dos projectos definitivos das Escolas dos Centenários a construir por todo o País.

Baseando-se todos nas mesmas plantas já elaboradas pela Direcção de Edifícios do Norte, as Direcções de Edifícios²³⁸ ficam limitadas nas suas propostas de remodelação dos projectos ao desenho de novos alçados com as características das várias regiões, “obedecendo a dois tipos determinados: a um só sexo ou com a separação para os dois sexos”²³⁹, e a simetria que caracterizara os edifícios gémeos passa a ser também uma marca dos edifícios simples de 2 e 4 salas de aula, o que implica que todas as janelas e entradas principais tenham a mesma orientação (figs. 191-232). A preocupação com os

²³⁷ *Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias: Plano dos Centenários*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943.

²³⁸ Os arquitectos responsáveis pelos novos projectos-tipo foram: pela Direcção de Edifícios do Norte (DEN) – Manuel Fernandes de Sá (Minho, Alto Minho, Douro e Trás-os-Montes), pela Direcção de Edifícios do Centro (DEC) – Joaquim Areal (Beira Alta, Beira Baixa e Beira Litoral), pela Direcção de Edifícios de Lisboa (DEL) – Eduardo Moreira Santos (Ribatejo e Estremadura) e pela Direcção de Edifícios do Sul (DES) – Alberto Braga de Sousa (Alentejo e Algarve).

²³⁹ Parecer n.º 1727, de 2 de Dezembro de 1943. *Processo Novos Projectos de Escolas Primárias*. Arquivo ex-Direcção Geral das Construções Escolares (Núcleo DGEMN). Publicado em Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. II – Edifícios para o ensino infantil e primário anos 40 – anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação, 1996, p. 44.

custos está presente em todos os pormenores e acentuar-se-á nos anos vindouros.

Com a morte de Duarte Pacheco, a 16 de Novembro de 1943, os novos projectos-tipo virão a ser aprovados a 9 de Março de 1944 por João Pinto da Costa Leite, o novo Ministro das Obras Públicas.

Comparadas as respectivas obras, constata-se que enquanto Raul Lino projectou os seus edifícios escolares para a planície, Rogério de Azevedo desenvolveu um modelo com grande adaptabilidade às diferentes condições dos terrenos.

Enfrentando a necessidade de responder a um elevado número de projectos num curto espaço de tempo e socorrendo-se da experiência obtida nos projectos anteriores, Rogério de Azevedo criou, a partir de elementos base (módulo: sala de aula, alpendre/recreio, sala de professores, cantina, sanitários), tipos cuja adaptabilidade e flexibilidade de soluções encontram expressão máxima no projecto especial da Escola-Cantina Salazar em Santa Comba Dão, obra que sintetiza os valores definidos nos projectos-tipo regionalizados que lhe são anteriores.

Efectivamente, com os projectos-tipo regionalizados deu-se início a um processo de depuração dos espaços constitutivos dos edifícios escolares.

Até finais dos anos 60 a evolução dos edifícios escolares será feita sem rupturas, sendo que apesar das alterações técnicas e funcionais os projectos apresentarão sempre o mesmo conceito espaço-escola.

Os novos edifícios-tipo (Projectos-tipo das Escolas do Plano dos Centenários), aprovados em 1944, baseavam-se nos projectos-tipo

regionalizados de 1935, mas “a introdução de outros conceitos e requisitos modificaria, e diluiria, a linguagem expressa pelos dois arquitectos”²⁴⁰, alterando profundamente o carácter muito próprio dos edifícios dado pelos traços de Rogério de Azevedo e de Raul Lino, acabando mesmo por, na sua evolução nas duas décadas seguintes, os reduzir a meros *contentores* empilhados, “pequenas casinhas onde se ministrará elementarmente a cultura da exaltação dos valores da história pátria”²⁴¹.

Perante uma longa e continuada incapacidade dos serviços públicos responderem produzindo projectos que colmassem a carência gritante do país em construções escolares, tornou-se prática recorrente a procura de respostas junto de escritórios de arquitectura exteriores aos serviços.

Em consequência desta situação nunca foram desenvolvidos projectos, e ainda menos projectos-tipo, que pudessem ser organizados e sistematizados em função de quaisquer critérios, fossem eles de natureza conceptual ou funcional, geográfica ou territorial, do tipo de populações a servir ou mesmo de número de salas de aula. O resultado foi uma enorme colecção de projectos, com os mais diversos conceitos, utilizados de acordo com critérios de oportunidade ou de adequação, e que foram sendo classificados sem qualquer tipo de sistematização, sendo-lhes atribuídos números-tipo mais ou menos sequenciais para efeitos cadastrais.

²⁴⁰ Filomena BEJA; Júlia SERRA; Estella MACHÁS; Isabel SALDANHA – *Muitos anos de escolas: vol. I – Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação, 1990, p. 248.

²⁴¹ Sérgio FERNANDEZ – *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: FAUP, 1988 (1985), p. 35.

A partir de 1935, um olhar mais atento sobre os desenhos leva-nos a concluir que os serviços do Ministério das Obras Públicas, presos entre a necessidade política de responderem a uma carência premente, a necessidade económica de baixar os custos, a vontade política de normalizar e controlar e a incompreensão ou a não vontade de compreenderem o que Raul Lino e Rogério de Azevedo trouxeram de único e pessoal aos projectos-tipo regionalizados, levaram a cabo um trabalho de despersonalização dos mesmos, senão mesmo de anulação dos traços distintivos individuais neles impressos pelos seus autores, reduzindo-os, através dum processo de progressivo empobrecimento das soluções implementadas, a construções estandardizadas vazias de expressão, com laivos de um pitoresco regional estagnado e decorativo, até transformarem os espaços-escola num único tipo: um átrio(s)/telheiro(s) e sala(s) de aula(s).

Apesar deste percurso os projectos-tipo regionalizados de Rogério de Azevedo e de Raul Lino, e seus sucedâneos de 1943, são parte da nossa herança arquitectónica e mantêm-se ainda hoje como uma referência social e comunitária, marcando a paisagem de todo o país, apesar das reconversões funcionais ou do abandono a que têm sido sujeitos muitos dos edifícios.

EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS

Do Palace Hotel á Pousada

Em entrevista de António Ferro (1895-1956) a Salazar, realizada em 1934²⁴², e a propósito “das obras da nova escola primária” de Santa Comba Dão, “duma arquitectura simpática, larga, mas francamente cosmopolita”, Salazar terá comentado:

“– É pena que os novos architectos portugueses, onde se contam rapazes de tanto valor, não se empenhem em criar um tipo de construções para edifícios públicos, que esteja dentro da nossa época, mas, simultaneamente, dentro da nossa raça e do nosso clima. Suponho que eles seguem, com demasiada subserviência, os figurinos lá de fora, sem se preocuparem com a sua adaptação ao nosso meio. O resultado, daqui a poucos anos, é que não poderemos olhar para eles com prazer. Chego a supor que esses artistas tomam por motivos decorativos e modernos o que não passa duma defesa necessária em certos climas. (...) Este problema da arquitectura preocupa-me bastante, quando me lembro das verbas inscritas no orçamento destes anos para obras públicas (...). Não seria uma ocasião excelente para dar uma certa unidade à arquitectura oficial?

Concordo e vou mais longe:

– Seria mesmo a oportunidade rara para oferecer aos nossos vindouros a imagem definitiva, própria do momento de renascença que estamos vivendo.

²⁴² As cinco primeiras entrevistas de António Ferro a Salazar, realizadas em finais de Novembro ou princípios de Dezembro de 1932, e publicadas no *Diário de Notícias* entre os dias 19 e 23 de Dezembro desse mesmo ano, foram reunidas no livro *Salazar: o homem e a sua obra*, editado pela Empresa Nacional de Publicidade em 1933. Na 2ª edição, publicada em 1934, foi acrescentada uma “6ª Entrevista – Depois da Conferência de Londres”, realizada nesse mesmo ano, logo após a Conferência Económica de Londres.

A Itália assim o está fazendo. Há hoje uma arte monumental fascista, discutível, mas inconfundível...

E Salazar, modestamente:

– Não peço tanto... Longe de mim a pretensão ridícula de criar um estilo ou de inspirar um estilo. Contento ficarei se as obras a realizar forem portuguesas e simplesmente belas...

Observo:

– Nessa indispensável superintendência, que torne possível a criação duma unidade arquitectónica, só vejo um perigo: a anulação da personalidade desses arquitectos ousados que marcham na vanguarda...

E o dr. Salazar, com irresponsável bom senso:

– A personalidade não é copiar, mais ou menos, o que se faz lá fora: é criar alguma coisa de novo dentro do clima nacional...²⁴³

Com o intuito de transmitir uma imagem de progresso e renovação e de simultaneamente “combater por todos os meios ao seu alcance a penetração no nosso País de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unidade e interesse nacional”²⁴⁴, o Estado Novo cria, em 1933, o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Remodelado em 1944, passa a intitular-se Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI).

Liderado por António Ferro, e com o objectivo de mobilizar as artes e as letras para a visualização do regime, contribui para a afirmação dos artistas plásticos e arquitectos modernistas durante a década de trinta²⁴⁵. No entanto, os

²⁴³ António FERRO – *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, prefácio de Fernando ROSAS. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2003, pp. 134-135.

²⁴⁴ Do texto introdutório do Regulamento do Concurso “A Aldeia mais Portuguesa de Portugal”, de 1938. *Monsanto*. Lisboa: Edições SNI, 1947, p. s/n

²⁴⁵ Às observações de António Ferro, feitas no final de 1932, em que, tendo por base o seu artigo “Política do Espírito” publicado no *Diário de Notícias* de 21 de Novembro desse mesmo ano e tomando como exemplo a política cultural de Mussolini, ele critica a estagnação e a falta de uma política cultural que não esteja apenas centrada na conservação do património artístico, mas que seja dinamizadora e enriquecedora do país, “uma arte viva que deve acompanhar a nossa evolução, que deve ser a expressão do nosso momento” e dar oportunidade aos novos artistas, Salazar tinha respondido: “Diga, (...), a esses rapazes que tenham confiança e que saibam esperar...”. “3ª Entrevista – A Ditadura e o seu contacto com a Nação”, in António FERRO –

mais inovadores já estavam ligados a intervenções importantes cuja concepção era anterior à criação do SPN (casos de Rogério de Azevedo com o projecto da Garagem do Comércio do Porto, de Cristino da Silva com o Cinema Capitólio ou de Carlos Ramos com o Pavilhão de Rádio do instituto de Oncologia). Simultaneamente o Eng. Duarte Pacheco (1890-1943), então Ministro das Obras Públicas, inicia um vasto programa de obras canalizando o desejo de renovação dos arquitectos.

Com a “grande missão” de “eivar o espírito da gente portuguesa no conhecimento do que realmente é e vale”²⁴⁶, a *política do espírito*, então criada por António Ferro, desenvolve-se de um modo estruturalmente globalizante e integrador²⁴⁷. Nela, procurando abarcar várias áreas de uma forma multidisciplinar e com o intuito de revelar o país nas suas vertentes cultural e popular, o turismo vai ser usado pelo Estado Novo para lançar a imagem do país no exterior.

António Ferro terá contado com o apoio de Salazar ao ser por ele nomeado Comissário-Geral das representações nacionais nas Exposições de Paris (1937), Nova Iorque e S. Francisco (1939), assim como Secretário-Geral das Comemorações Centenárias de 1940 – funções a que o organismo oficial do turismo normalmente estaria associado – não tendo havido qualquer

Entrevistas de António Ferro a Salazar, prefácio de Fernando ROSAS. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2003, p. 59.

²⁴⁶ Discurso inaugural de Salazar, in *Diário de Notícias*, 27 de Outubro de 1933, recolhido em *Secretariado Nacional de Informação – Um Instrumento do Governo, 25 Anos de Acção*. Lisboa: SNI, 1958. Citado por Margarida ACCIAIUOLI – *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998, p. 14.

²⁴⁷ “É uma política global, integrada, de propaganda, de já acção psico-social, de lição estética, de transformação sócio-cultural: o cinema, o teatro, o jornal, a rádio, a festa, o cartaz, a montra, a exposição, a decoração, o ‘bom-gosto’, as artes gráficas, a publicidade, o turismo, a invenção do rosto cultural moderno do regime”. Artur PORTELA – *Salazarismo e Artes Plásticas*. Lisboa: ICALP, 1982, p. 59.

contestação visível por parte de Mário Pais de Sousa, Ministro do Interior, à época responsável pelos assuntos do turismo. Como corolário desta situação, o Decreto n.º 30 251, de 30 de Dezembro de 1939, retira a tutela do turismo ao Ministério do Interior e entrega-a ao SPN. Esta alteração orgânica e as medidas práticas que António Ferro procurará implementar vão ao encontro das preocupações expressas pelo sector, em 1936, no I Congresso Nacional de Turismo. Entendia o Congresso que era urgente remodelar os serviços, “criando-se um organismo único central e directivo, de carácter administrativo e técnico com o máximo de poderes e autonomia”, e que “dada a interdependência que o turismo mantém com todos os serviços públicos, seria da maior conveniência que o novo organismo ficasse adstrito à Presidência do Conselho”, competindo-lhe “superintender em todos os assuntos referentes a turismo”, designadamente: “a) Criação de hotéis, em condições higiénicas e económicas; b) Promoção das mais largas facilidades aos turistas nacionais e estrangeiros; c) Fiscalização dos serviços das agências de viagens; d) Criação de postos de informações em Lisboa, Porto, etc., e nas gares fronteiriças; e) Fiscalização sobre todos os reclames turísticos, postais, filmes, etc., para o que conviria que nele houvesse uma comissão técnica de publicidade turística; f) Fiscalização activa de todos os centros de turismo e da sua actividade local”²⁴⁸. Assim, capitalizando o descontentamento geral do sector, a acção de António Ferro será essencial na utilização do turismo como um instrumento ao serviço da propaganda do Estado, atribuindo-lhe “o altíssimo papel de encenador e decorador da própria Nação”²⁴⁹.

²⁴⁸ Paulo PINA – *Portugal. O Turismo no Século XX*. Lisboa: Lucidus Publicações, 1988, p. 83.

²⁴⁹ Palavras do discurso pronunciado por António Ferro na sede do SPN, a 13 de Fevereiro de 1940, diante dos representantes das Juntas e Comissões de Turismo. António FERRO – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, p. 34.

Com a inauguração a 11 de Outubro de 1933 da exposição itinerante do “Hotel Modelo” (figs. 233-234), constituída pela apresentação de oito projectos arquitectónicos de hotéis regionais elaborados por oito jovens architectos convidados²⁵⁰, culminar de uma campanha sobre os problemas do turismo nacional lançada pelo magazine *O Notícias Ilustrado*, dirigido por Leitão de Barros, e com o apoio do Conselho Nacional de Turismo e da CP (Caminhos de Ferro Portugueses) e um programa-regulamento elaborado por Raul Lino²⁵¹, ter-se-á pretendido fornecer à iniciativa privada modelos de orientação para a edificação de estruturas hoteleiras que tivessem o carácter de “grandes pousadas familiares, muito confortáveis, mas destituídas de todo o falso luxo”²⁵², segundo o princípio regionalista, tanto a nível formal como na vivência dos edifícios²⁵³, numa tentativa de estabelecer uma pedagogia para os novos

²⁵⁰ Manuel Marques – Minho; Adelino Nunes – Douro, Raul Tojal – Trás-os-Montes, Luís Benavente – Beira Alta, António Lino – Beira Baixa, Ernesto Camilo Korrodi – Estremadura, Jorge Segurado – Alentejo e Faria da Costa – Algarve. PINA, Paulo – *Portugal. O Turismo no Século XX*. Lisboa: Lucidus Publicações, 1988, p. 63.

²⁵¹ Veja-se “O Nosso Jornal e o Turismo. Uma Grande Iniciativa. A Exposição do Hotel Modelo”, *O Notícias Ilustrado*, 2ª série, n.º 267, 23 de Julho de 1933, p. 9, e os números seguintes: n.º 268, 274, 275, 276 e 278 (Julho a Outubro de 1933). O programa impunha para cada unidade hoteleira a existência de 25 quartos de hóspedes (15 para casal e 10 individuais), dos quais 10 teriam casas de banho privativa, casas de banho para uso geral de hóspedes e criados, um grande átrio ou sala de estar com aquecimento, sala de leitura e escrita, sala de jantar com capacidade para o dobro da lotação do estabelecimento, cozinha devidamente isolada, copa para serviço, despensas, frigoríficos, garrafeira, arrecadações, refeitório a acomodações com acesso independente para o pessoal efectivo, alojamento junto aos aposentos dos hóspedes para as criadas de quarto, anexo para recolha de automóveis com quartos para os motoristas. Para além destes dados objectivos, pretendia-se que os projectos dos edifícios explorassem “as relações com a paisagem através de amplas galerias sobre o cenário natural e de pátios, arcarias, ou eirados que permitissem servir refeições no exterior. Era também de prever a possibilidade dos edifícios virem a ser ampliados”. Susana LOBO – *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 22.

²⁵² “O Nosso Jornal e o Turismo. Uma Grande Iniciativa. A Exposição do Hotel Modelo”, *O Notícias Ilustrado*, 2ª série, n.º 267, 23 de Julho de 1933, p. 9.

²⁵³ “Acima de tudo importava procurar os motivos arquitectónicos na tradição ou no carácter regional, dando-se preferência ao emprego de materiais da localidade, de forma a garantir o respeito pelos elementos da paisagem, da tradição regional, do pitoresco”. João Paulo MARTINS

empreendimentos no sector, contrariando a tendência para a realização de “falsos e pretensiosos ‘Palaces’”²⁵⁴ construídos fora dos grandes centros urbanos.

Não será certamente indiferente o facto de, na mesma altura e paralelamente a esta iniciativa, Raul Lino ter publicado o seu livro *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples*²⁵⁵ com a pretensão de idênticos objectivos pedagógicos.

Estas preocupações e a influência desta exposição e do seu modelo programático subjacente, contemporâneos da *Memória* de Rebello de Andrade para o *Ante-projecto do plano Geral de Tipos-Regionais de Escolas Primárias Oficiais a Construir em Série* (na origem das chamadas Escolas dos Centenários), terão acompanhado António Ferro nos anos seguintes, sendo a sua presença constante na política para o turismo por ele desenvolvida, vindo mesmo, apesar das diferenças de escala, a marcar o plano das Pousadas Regionais (também chamadas Pousadas do SNI).

Como exemplo acabado de resposta às preocupações com o sector, quanto à capacidade e qualidade das realizações da iniciativa privada, surge o Hotel Turismo de Castelo Branco (já demolido) (figs. 235-236). Iniciado o processo por uma Comissão de Iniciativa local, continuado pelas Comissões de Turismo que lhe sucederam, e concluído pela Câmara Municipal, com projecto

– “Portuguesismo: Nacionalismos e Regionalismos na acção da DGEMN. Complexidade e algumas contradições na Arquitectura Portuguesa”, in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 125.

²⁵⁴ Palavras proferidas por António Ferro a 16 de Agosto de 1940, em Óbidos, na inauguração da Estalagem do Lidador. António FERRO – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, p. 48.

²⁵⁵ Raul LINO – *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1933.

do arquitecto. Veloso Reis Camelo, foi “posto a funcionar, sem qualquer subsídio, ainda que sob a fiscalização superior do S.N.I.”²⁵⁶, e inaugurado a 30 de Maio de 1945. Referido como tendo sido concebido na sequência e com total adesão aos valores defendidos no programa da exposição do “Hotel Modelo”²⁵⁷, o seu projecto é no entanto anterior à mesma, tendo mesmo sido publicado na revista *Cerâmica e Edificação* em Fevereiro de 1933²⁵⁸. Tal relação dever-se-á, muito provavelmente, ao facto de o mesmo também ter sido publicado n’*O Notícias Ilustrado* de 5 de Novembro de 1933²⁵⁹, depois da publicação dos projectos da exposição, e de a Comissão de Iniciativa de Castelo Branco ter prontamente aderido à iniciativa da exposição, tendo sido a primeira capital de distrito a ser visitada pelo vagão-exposição do “Hotel Modelo”. Já outra questão é o facto de o seu programa se enquadrar no espírito da mesma²⁶⁰ e ter sido assumido por António Ferro, e também pel’*O Notícias Ilustrado*, como um exemplo de boas práticas a dever ser seguido por outros promotores.

Mas a questão do regionalismo era anterior à exposição do “Hotel Modelo”. No artigo “O Regionalismo e a Arquitectura”, publicado no n.º 5 da revista

²⁵⁶ Palavras do discurso de António Ferro, escrito para ser pronunciado na inauguração do Hotel de Turismo de Castelo Branco a 30 de Maio de 1945. António FERRO – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, p. 90.

²⁵⁷ Susana LOBO – *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 24.

²⁵⁸ “A Arquitectura em Castelo Branco”, *Cerâmica e Edificação*, 1º ano, n.º 2, Fevereiro de 1933, pp. 42-43.

²⁵⁹ “Um Hotel para Castelo Branco”, *O Notícias Ilustrado*, 5 de Outubro de 1933.

²⁶⁰ “Destinando-se o magnífico hotel a uma região montanhosa da Beira Baixa, onde o granito é o elemento principal da construção, e tendo sido prescrita ao arquitecto a adopção do estilo regional das Beiras, conseguiu êle, a despeito da forma um pouco ingrata do terreno, e de um programa complicado, harmonizar um conjunto perfeito, agrupando elementos modernos com notas de cunho regional, por forma a criar uma unidade estética no soberbo edifício, e a fundir êste com o ambiente local”. “A Arquitectura em Castelo Branco”, *Cerâmica e Edificação*, 1º ano, n.º 2, Fevereiro de 1933, p. 42.

Arquitectura, em Maio de 1927, Luís Cristino da Silva²⁶¹, considerando o lugar como determinante do espaço e da forma construídos, condena o estrangeirismo do traçado dos edifícios que invadiram a Costa do Estoril e afirma o regionalismo como a alternativa, uma vez que ele “nasce da preocupação natural de que o arquitecto se sente possuído quando, ao estudar um projecto pitoresco para determinada região, o procurava casar com o ambiente dela”²⁶². E explicita: “a adaptação da arquitectura à região não consta só da aplicação de elementos que dizem ser portugueses: alpendres, beirados, vasos à janela, azulejos, etc., distribuídos ao acaso pelas fachadas, não! Isso é arquitectura de bric-à-brac! O regionalismo é qualquer coisa de mais profundo e rasgado: atender, sim, aos elementos nacionais, mas antes de mais nada formar um sentido do conjunto deixando para depois a pormenorização”²⁶³.

Outros projectos seguiram as pisadas do Hotel Turismo de Castelo Branco. O projecto do Hotel Turismo da Guarda (1936-1947) (fig. 237), de Vasco Regaleira²⁶⁴, também situado no centro da cidade e com uma profusa expressão

²⁶¹ Luís Cristino da Silva (1896-1976). Diplomado pela ESBAL em 1918, segue para Paris e Roma como bolseiro, regressando a Lisboa em 1925. Projecta o Cine-teatro Capitólio (inaugurado em 1931), uma das primeiras obras modernas em Portugal, e o novo liceu de Beja. É autor de numerosas obras que são referências da imagem da arquitectura oficial do Estado Novo: Praça do Areeiro (1938-43-49); Pavilhão de Honra e de Lisboa da Exposição do Mundo Português (1940); Agências da Caixa Geral de Depósitos da Guarda (1939), Castelo Branco e Leiria (1941) entre muitas. Ver José Manuel PEDREIRINHO – *Dicionário dos Arquitectos*. Porto: Edições Afrontamento, 1994, pp. 225-226.

²⁶² Citado por João de Sousa RODOLFO – *Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002, p. 68.

²⁶³ Citado por João de Sousa RODOLFO – *Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002, p. 69.

²⁶⁴ Vasco de Moraes Palmeiro Regaleira (1897-1968). Diplomado pela Society of Architects de Londres em 1926. Trabalhou na Exposição dos Centenários de 1940. Autor de numerosos projectos de sanatórios e de edifícios religiosos. Usando uma linguagem ecléctica de referências regionais projectou, entre outros, o Museu Etnográfico de Beja, o Hotel na Guarda e numerosas moradias. Foi autor das Igrejas do Santo Condestável (1946-51) e de São João de Brito (1951-55), em Lisboa, da Catedral de Huambo/Nova Lisboa e da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, ambas em Angola. Foi ainda autor de numerosas outras obras em África, principalmente em

regionalista²⁶⁵. O projecto do Grande Hotel do Luso (1938-1946) (figs. 238-239), de Cassiano Branco²⁶⁶, situado na zona termal do Luso, próximo da mata do Buçaco, com uma imagem tradicionalista “de «fortaleza» do campo”²⁶⁷, onde se justapõe “o «historicismo» português à cultura arquitectónica internacional”²⁶⁸. E também o projecto do Palácio Hotel da Póvoa de Varzim, de Rogério de Azevedo.

Chamado a substituir, em 1931, o arquitecto José Coelho na direcção das obras do Casino da Póvoa de Varzim²⁶⁹, sendo possivelmente o autor das fachadas principal e laterais do edifício, de influência neoclássica, Rogério de Azevedo acompanha a obra até 1934, ano da sua abertura ao público.

Ainda em 1934, e numa época de contínuo crescimento da Póvoa de Varzim como estância balnear frequentada por gentes do Norte do país, quer para gozo de férias, quer por questões de saúde, Rogério de Azevedo realiza dois projectos particulares: uma casa de habitação e comércio, na Rua 5 de

Angola, para onde projectou o edifício do Banco de Angola, em Luanda. Ver José Manuel PEDREIRINHO – *Dicionário dos Arquitectos*. Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 203.

²⁶⁵ Projecto a que José Manuel Fernandes se refere como um “denso repositório do formulário decorativo regional-traditionalista, a roçar o *kitsch*”. José Manuel FERNANDES – *Português Suave. Arquitectura do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003, p. 92.

²⁶⁶ Viriato Cassiano Branco (1897-1970). Diplomado pela ESBAL, foi um dos mais importantes representantes da arquitectura modernista praticada nas décadas de 30 e 40, tendo realizado inúmeras obras, principalmente em Lisboa: numerosos projectos de edifícios de habitação, remodelação do Éden Teatro (1929-31), Hotel Victória (1934), Cinema Império (1948), entre muitas outras. Mas também do Coliseu do Porto (1939), do Portugal dos Pequeninos (1937-44) em Coimbra, de estudos de urbanismo para a Costa da Caparica (1930) e para a Cidade do Filme em Cascais (1930). Ver José Manuel PEDREIRINHO – *Dicionário dos Arquitectos*. Porto: Edições Afrontamento, 1994, pp. 72-73.

²⁶⁷ Paulo Tormenta PINTO – *Cassiano Branco. 1897-1970 – arquitectura e artifício*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, p. 92.

²⁶⁸ Paulo Tormenta PINTO – *Cassiano Branco. 1897-1970 – arquitectura e artifício*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, p. 95.

²⁶⁹ O projecto inicial, de 1930, é do arquitecto José Coelho e do engenheiro Alberto Vilaça.

Outubro (actual Rua da Junqueira, próxima do Casino)²⁷⁰ (fig. 240), e uma loja num edifício de habitação²⁷¹ (fig. 241), na Av. Mouzinho de Albuquerque n.º 7, uma via perpendicular à praia, ao Passeio Alegre, aberta no final do século XXI e remodelada em 1931.

Na mesma altura terá tido início o processo para a construção do Palácio Hotel da Póvoa de Varzim (actual Hotel Mercure), por iniciativa da Empresa de Turismo Praia Póvoa de Varzim (figs. 242-248), também responsável pela construção do Casino, que através de uma encomenda directa entrega o projecto a Rogério de Azevedo. Processo que culminará com a conclusão das obras em 1938-39²⁷².

Virado para o Oceano Atlântico, na marginal junto à zona ajardinada do Passeio Alegre, próximo da Praia de Banhos, e alinhando com construções de

²⁷⁰ Pedido de licenciamento de 2 de Maio de 1934. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, POP/74 (21).

²⁷¹ Pedido de licenciamento de 22 de Maio de 1934. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, POP/72 (150).

²⁷² Vejam-se as Actas das reuniões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de 25 de Fevereiro e de 2 de Dezembro de 1930 (Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, CMPV/0047), de 20 de Fevereiro de 1938 (Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, CMPV/0049). Não conhecendo a data exacta do projecto, sei que em 25 de Fevereiro de 1930, em reunião da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, foi decidida a venda do terreno público municipal, sito no Largo Cego do Maio, à Empresa de Turismo Praia Póvoa de Varzim para aí construir o Casino; que a mesma Comissão, em reunião de 2 de Dezembro desse mesmo ano, decidiu, a pedido dessa Empresa, dar novo alinhamento à Rua Tenente Valadim, uma vez que sem ele não era possível verificar que terreno ficava para o Hotel e conseqüentemente realizar o seu projecto; que o Hotel se encontrava em construção em 20 de Fevereiro de 1938, verificando a nova Comissão Administrativa que na frente para o Passeio Alegre o edifício em obra alinhava pelas velhas casas e não pelas novas edificações daquele largo, facto que era da responsabilidade da antiga Comissão que o tinha permitido quando da construção dos alicerces, e que segundo o parecer da Repartição Técnica, e em harmonia com o arquitecto autor do projecto, não merecia alterar o alinhamento já dado; que nessa mesma reunião foi decidido propor à Empresa de Turismo, uma vez que se ia dar início à ampliação do Largo Cego do Maio [no Passeio Alegre], e que não tendo ainda o projecto do Hotel sido aprovado, que o seu autor a tivesse em consideração no desenho do alçado a apresentar para apreciação. Fotos do exterior e das salas de jantar e de estar do Hotel, plantas do rés-do-chão e dos andares do projecto de Rogério de Azevedo e parte da respectiva Memória Técnica são publicados em 1939 no artigo "O novo Hotel da Póvoa do Varzim", *Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (reunidas)*, n.º 54, pp. 10-15.

volumetria reduzida características de uma zona balnear, o edifício do hotel cria uma nova escala e remata os gavetos na extremidade sul da frente urbana do Passeio Alegre, na marginal da Póvoa, num quarteirão contíguo ao Casino²⁷³.

Privilegiando a relação com o exterior ao criar um terraço coberto com uma pala imediatamente por cima de uma área comercial no piso térreo, visível nas portas e envidraçados no embasamento em pedra que se destaca nos alçados norte e poente, e privilegiando também a perspectiva a partir do Passeio Alegre, quer na relação que os volumes do edifício estabelecem com o Casino, quer criando um falso remate do gaveto com o corpo torreado, Rogério de Azevedo implanta a entrada do hotel, ao nível do 1º andar, com a mesma orientação do alçado principal (oeste), mas claramente projectada sobre o alçado sul, secundarizando-a, como se de uma simples entrada de habitação unifamiliar se tratasse.

Numa linguagem que actualiza a empregue no Casino, o edifício do hotel apresenta uma composição de volumes e espaços dinâmica e coberturas em terraço, num jogo “mais pesado e decorado”²⁷⁴ que em projectos anteriores. O seu escalonamento na vertical e as formas curvas remetem para uma influência francesa, já presente na Garagem do Jornal *O Comércio do Porto* (1928-32) e no Edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT) de Viana do Castelo (concluído em 1933). As platibandas nos terraços de cobertura, o coruchéu piramidal rematando o corpo torreado do alçado principal, a pérgula e os arcos

²⁷³ O terreno de implantação do Hotel é limitado a Norte pela Rua dos Cafés, a Sul pela Rua Tenente Valadim, a Nascente por vários prédios e a Poente pelo Passeio Alegre.

²⁷⁴ José Manuel FERNANDES – *Arquitectura Modernista em Portugal*. Lisboa: Gradiva, (2ª ed.) 2005, p. 117.

redondos nas molduras das aberturas do terraço do 1º andar acrescentam referências regionalistas à composição modernista²⁷⁵.

Também de 1938, ano das obras do Palácio Hotel, é o projecto de ampliação do Cine-Teatro Garrett²⁷⁶ (fig. 249-256). Um grande teatro da época, inaugurado em 1890, e situado no centro da Póvoa de Varzim (Rua José Malgueira, nº 9-15, com acesso nas traseiras pela Av. Mouzinho de Albuquerque), cujas obras nunca se concretizarão.

Num registo completamente diferente dos do Casino e do Hotel na Póvoa, até porque se tratava de intervir num edifício termal do final do século XIX (1899?) situado no coração da Peneda-Gerês, Rogério de Azevedo realiza em 1935 o projecto de ampliação do Balneário de 1º Classe das Caldas do Gerês (figs. 257-258), cujas obras não se vieram a concretizar. Com a criação de mais um piso nos três corpos do edifício de planta rectangular, o alçado principal é profundamente alterado. Mantendo a separação dos corpos com pilastras, propõe um novo remate para o corpo central com uma empena brasonada, beiral arqueado e pináculos.

Em 1938, com a integração do turismo no programa preliminar das Comemorações Centenárias, em cuja Comissão Organizadora Raul Lino participa com o pelouro do Turismo, o projecto sectorial a ser desenvolvido por

²⁷⁵ Em 1946 iniciou-se a reforma do Hotel com projecto do Arq. Alfredo A. De Magalhães. O projecto foi aprovado em 1949. As alterações propostas dão-se fundamentalmente no piso térreo e na entrada do hotel. Vejam-se o Processo do Palácio Hotel, Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim e a Acta da reunião da Câmara Municipal de 16 de Janeiro de 1946, Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, CMPV/0052. Já as sucessivas remodelações posteriores vieram alterar significativamente a relação dinâmica dos volumes da composição original de Rogério de Azevedo.

²⁷⁶ Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim.

António Ferro começa a ganhar expressão na política do SPN. Para além dos circuitos turísticos historicistas (castelos, mosteiros, palácios) e dos populares (festas e romarias), outras redes são consideradas indispensáveis: a dos postos de turismo e a das pousadas estatais. Devendo cumprir o objectivo essencial de propaganda turística, é concebido o plano de uma rede de Pousadas Regionais distribuídas pelo país, “dentro de uma concepção então inovadora, que aliava um patente dinamismo modernizador – por via do novo conforto e do carácter sistémico/nacional da iniciativa – com um sentido conservador e regionalista que apelava para um ‘regresso ao tradicionalismo’”²⁷⁷.

A transferência em 1940 das competências do Conselho Nacional de Turismo, organismo do Ministério do Interior dirigido pelo Brigadeiro Silveira e Castro, para o SPN²⁷⁸, ficando assim na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, permite a António Ferro explicitar as suas ideias chave para o sector. A uma necessária uniformização da actividade turística, expressão de um país turisticamente “concebido como um grande desenho”, contrariando “o demónio do individualismo” e a acção de “arquitectos e pintores amadores”²⁷⁹, António Ferro associa o conceito de diferença: um país em paralelo e diferente dos outros, enfatizando os recursos de cariz popular (o tipicismo das vilas e aldeias, o artesanato, o folclore, a hospitalidade e a culinária regional), procurando incuti-los nos seus interlocutores – Comissões e Juntas de Turismo tutelados pelas Câmaras Municipais.

²⁷⁷ José Manuel FERNANDES – “Pousadas de Portugal. Obras de raiz e em monumentos” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 159.

²⁷⁸ Decreto n.º 30.289, de 3 de Fevereiro de 1940. *Diário do Governo*, 1ª série, de 03-02-1940.

²⁷⁹ Palavras do discurso pronunciado por António Ferro na sede do SPN, a 13 de Fevereiro de 1940, diante dos representantes das Juntas e Comissões de Turismo. António FERRO – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, pp. 40-41.

Estes diferentes aspectos encontram-se sintetizados na campanha do *reaportuguesamento de Portugal* inspirado “no ideário integralista do ruralismo mítico, saudoso das origens campesinas, e que foi aplicado pela encenação regionalista do Estado Novo”²⁸⁰, num processo de transmutação da imagem do país, dando “unidade a todos estes países diferentes dentro do mesmo país, uma vida puramente nacional, dum alto pitoresco, em cores fortes e sólidas, e, acima de tudo, um povo admirável, aristocrata por instinto, que pode às vezes não saber ler mas que sente e entende como poucos”²⁸¹. Salazar tinha dado o mote: “Nem sei em que o trabalho de *reaportuguesamento* das nossas instituições sociais e políticas, e o culto das boas, sãs, fecundas tradições nacionais, tão próprias para nos darem originalidade e carácter, hão-de levantar dificuldades de monta e não ser preferidos à cópia servil de quanto se pensa e faz em país estrangeiro, inspirador máximo da nossa actividade desde há muito tempo. Além do mais este esforço é homenagem ao espírito criador da raça lusitana e ao seu poder de iniciativa, que será fecundo se o trabalho persistente da descoberta *interior* não ceder o passo à preguiçosa imitação de estranhas criações”²⁸².

António Ferro reforça e explicita esta ideia ao interpelar directamente os portugueses numa *Carta Aberta* publicada em 1938:

²⁸⁰ Daniel MELO – *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001, p. 252.

²⁸¹ Palavras do discurso pronunciado por António Ferro na sede do SPN, a 13 de Fevereiro de 1940, diante dos representantes das Juntas e Comissões de Turismo. António FERRO – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, p. 36.

²⁸² Citado por Paulo PINA – *Portugal. O Turismo no Século XX*. Lisboa: Lucidus Publicações, 1988, p. 151.

“(…) É necessário (…) que todos se compenetrem de que o ano das comemorações não será um ano saudosista, mas o ano triunfal dos portugueses de hoje! Para atingir esta finalidade, esta vitória, urge mobilizar tôdas as fôrças materiais e espirituais da Nação! Cada um de nós deve trazer assim, para o fulgor da apoteóse, uma pedra, um gesto, uma simples palavra! Todos, mas todos, podemos ser úteis quanto mais não seja pelo nosso trabalho interior, pela fé que soubermos transmitir!... Os operários das comemorações de 1940, numa síntese, devem ser todos portugueses – homens, crianças, mulheres!

(…) Como podem e devem, então colaborar, praticamente, nas festas de 1940 os portugueses que não fôrem chamados à sua realização objectiva? A resposta é fácil.

(…) Os artistas – que devem ser os príncipes das comemorações porque dêles dependerá, em grande parte, o seu êxito – farão o possível para chegar ao aparente impossível: criar, na pintura, na escultura e na arquitectura, o estilo português de 1940, não um estilo arte-nova mas um estilo moderno, forte, novo, saudável, que venha do passado sacudindo a poeira do caminho.

(…) Em 1940, Portugal abrirá as suas portas ao mundo, mas viverá exclusivamente dentro de si próprio, dentro da sua consciência de velha e nova grande nação”²⁸³.

Quebrava-se definitivamente com o aparente *espírito* de abertura dos primeiros anos do SPN em que a necessidade de fazer obra tinha permitido experiências nas linguagens utilizadas.

Apesar da prioridade dada às pousadas, são os Postos²⁸⁴ e a Agência Oficial de Turismo os primeiros a serem lançados. A 16 de Agosto de 1940 é inaugurada a primeira pousada estatal, a Estalagem do Lidador (Óbidos), uma

²⁸³ António FERRO – “Carta Aberta aos Portugueses de 1940”, *Diário de Notícias*, 17 de Junho de 1938 e *Revista dos Centenários*, Ano I, n.º 1, 31 de Janeiro de 1939, pp. 19-23.

²⁸⁴ O Posto de Propaganda em Vilar Formoso é inaugurado por António Ferro a 19 de Novembro de 1939.

antiga pensão reconvertida pelo arquitecto Jorge Segurado. Desta forma, e através de uma “lição prática”, fica definido o modelo para a hotelaria de pequena dimensão, numa “demonstração, com um exemplo vivo”, do que pode ser a adaptação de alguns hotéis e pensões já existentes aos princípios de um “turismo saudável, campesino”, com instalações “muito claras, muito limpas, confortáveis mas sem luxo, construídas e arrançadas ao gosto de cada região, simples floração da vida e dos costumes das províncias aonde se encontram”²⁸⁵. Ao mesmo tempo, são criadas as Brigadas Hoteleiras²⁸⁶ com a missão de fornecerem ante-projectos, orientação decorativa e indicações práticas para construir ou “melhorar arranjos, conseguir (...) apreciáveis modificações na fisionomia de certos hotéis e pensões”²⁸⁷.

Convertido que está o SPN no tutor do “bom gosto” nacional²⁸⁸, é inaugurada no dia 10 de Abril de 1942 a primeira de sete pousadas construídas

²⁸⁵ Palavras proferidas por António Ferro a 16 de Agosto de 1940, em Óbidos, na inauguração da Estalagem do Lidador. António FERRO – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, pp. 48-49.

²⁸⁶ Uma para a zona Norte, constituída pelos Arq. Luís de Melo Correia, a decoradora Vera Leroi e o capitão Martins (funcionário do SPN). Outra no Sul, constituída pelos Arq. Gonçalo de Melo Breyner, a decoradora Júlia de Melo Breyner e Manuel de Melo (funcionário do SPN).

²⁸⁷ Palavras proferidas por António Ferro a 16 de Agosto de 1940, em Óbidos, na inauguração da Estalagem do Lidador. António FERRO – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, p. 52.

²⁸⁸ Em Junho de 1941, e na sequência das actividades que vinha desenvolvendo, o SPN lançou a revista periódica *Panorama* (1941-1974), uma “Revista Portuguesa de Arte e Turismo”, referida no seu Editorial de Apresentação com “um lugar onde possa evocar-se o que há de mais vivo e característico no País”, sendo a “Campanha do Bom Gosto” anunciada desde logo no seu primeiro número. *Panorama*, n.º 1, ano I, 1941. Outras iniciativas relacionadas com arquitectura e paisagem tiveram igualmente divulgação na revista: o concurso das “Estações Floridas”, o das “Janelas Floridas”, o da “Aldeia mais Portuguesa de Portugal” e as “Casas Panorama”. Ao mesmo tempo iam sendo divulgadas as pousadas, conforme elas iam sendo inauguradas. Este órgão oficial de propaganda do SPN/SNI pugnava por uma qualidade editorial que, nas palavras de António Ferro pronunciadas na reunião no SPN dos membros das Comissões Municipais do Turismo em 13 de Fevereiro de 1940, não podia ser deixada “à mercê de artistas de acaso ou de tipografias de fracos recursos gráficos” (António FERRO – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, p. 41). Anos mais tarde, numa reunião no SNI das Juntas de Turismo em 11 de Outubro de 1948, insurgia-se contra “a lamentável, de um primarismo aflitivo” (António FERRO – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, p. 19), propaganda gráfica realizada pelas Comissões e Juntas de Turismo, continuando a defender

de raiz: a Pousada de Santa Luzia, em Elvas. A primeira de sete pequenos hotéis que não se devem parecer com hotéis, “maquetes animadas” espalhadas pelo país, com os interiores arranjados pelos Serviços de Turismo e técnicos do SPN, e onde os hóspedes se devem sentir “constantemente” na região onde se encontram, sem quebra da “continuidade entre o interior e o exterior, entre a casa e o campo”²⁸⁹. E as inaugurações vão-se sucedendo até 1948²⁹⁰.

Com a publicação pelo SNI do livro *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*²⁹¹, recolha de discursos de António Ferro realizados entre 19 de Novembro de 1939 e 11 de Outubro de 1948, e do livro/roteiro *Pousadas do S.N.I.*²⁹² – verdadeiras montras do realizado, do seu ideário subjacente e de antevisão do futuro –, fecha-se um ciclo da *política do espírito* referente ao turismo em Portugal e, em particular, o programa das Pousadas Regionais, culminar de um processo iniciado na primeira metade da década de trinta.

uma uniformidade da linguagem utilizada, “em conformidade com as exigências de qualidade e controle ideológico do regime”. Emília TAVARES – *A fotografia ideológica de João Martins (1898-1971)*. Porto: Mimesis, 2002, p. 53.

²⁸⁹ Palavras pronunciadas por António Ferro na inauguração da Pousada de Elvas, em 10 de Abril de 1942. António FERRO – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, pp. 68-69.

²⁹⁰ Pousada de Santa Luzia, Elvas – projecto de Miguel Jacobetty Rosa, 1939, decoração de Vera Leroi e Ane-Marie Jauss, inaug. 19 de Abril de 1942; Pousada de São Gonçalo, Serra do Marão/Amarante – projecto de Rogério de Azevedo, 1939, decoração de José Luís Brandão de Carvalho, inaug. 29 de Agosto de 1942; Pousada de Santo António, Serém (Vale do Vouga) – projecto de Rogério de Azevedo, 1939, decoração de Carlos Botelho, inaug. 24 de Setembro de 1942; Pousada de São Martinho, Alfeizerão/São Martinho do Porto – projecto de Veloso Reis Camelo, 1939, decoração de Veloso Reis Camelo, inaug. 25 de Agosto de 1943; Pousada de São Brás, São Brás de Alportel/Loulé – projecto de Miguel Jacobetty Rosa, 1939, decoração de Vera Leroi e Ane-Marie Jauss, inaug. 11 de Abril de 1944; Pousada de São Tiago, Santiago do Cacém – projecto de Miguel Jacobetty Rosa, 1939, decoração de Vera Leroi e Ane-Marie Jauss, inaug. 10 de Fevereiro de 1945; Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas – projecto de Rogério de Azevedo, 1939, decoração de Maria Keil, inaug. 14 de Março de 1948.

²⁹¹ António FERRO – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949.

²⁹² *Pousadas do S.N.I.* Lisboa: Edições SNI, 1949. O livro recolhe as reportagens sobre as diversas Pousadas publicadas na revista *Panorama*.

Pousadas do SPN/SNI – O Plano dos Centenários

Após a inauguração em 1928 do Parador de Gredos, o Patronato Nacional de Turismo, em Espanha, criara a *Junta de Paradores y Hosterías del Reino* com o propósito de vir a dar hospedagem aos excursionistas e de melhorar a imagem internacional do país através do seu património paisagístico e da escolha, e aproveitamento, de monumentos histórico-artísticos a restaurar e adaptar para instalar novos *Paradores*.

Simultaneamente, o Patronato Nacional de Turismo criou uma rede de *Albergues de Carretera*. Concebidos numa perspectiva de rentabilização de custos, o que determinou que se encontrasse “um projecto comum que pudesse ser aplicado em diversas localidades”²⁹³, estes “pequenos hotéis refúgio”²⁹⁴ direccionados para os viajantes e seus automóveis, e as suas novas necessidades, distribuía-se estrategicamente por todo o território espanhol dividindo em várias etapas os percursos entre as principais cidades na nova rede de estradas que vinha sendo desenvolvida após a I Guerra Mundial.

Ao contrário dos *Paradores*, em que cada edifício era único, aqui o que importava era a economia de meios na construção e manutenção destes *Albergues* e o seu fácil reconhecimento pelos condutores em viagem, pelo que

²⁹³ Victor Pérez ESCOLANO – “En los orígenes del turismo moderno. Arquitectura para el ocio en el tránsito a la sociedad de masas”, p. 21, in *Arquitectura Moderna y Turismo: 1925-1965, Actas*, IV Congreso Fundación DOCOMOMO Ibérico, Valencia, 2003, pp. 69-73.

²⁹⁴ Luis PEYPOCH – *Memoria sobre la organización del Turismo en España*. Madrid, 1926. Archivo General de la Administración (Alcalá de Henares-Madrid), Cultura, Caja/legajo n.º 11981. Citado por Salvador Guerrero LÓPEZ – “Carreteras, turismo y arquitectura moderna: los albergues de automovilistas del Patronato Nacional de Turismo (1928-1946)”, p. 69, in *Arquitectura Moderna y Turismo: 1925-1965, Actas*, IV Congreso Fundación DOCOMOMO Ibérico, Valencia, 2003, pp. 69-73.

foi estabelecido um programa base e lançado um concurso nacional para o seu ante-projecto arquitectónico²⁹⁵ (figs. 259-261).

Com o desenvolvimento das infraestruturas de transportes a rede de *Paradores* e de *Albergues* foi-se estendendo por todo o território até 1936, ano do deflagrar da Guerra Civil. Entretanto, nesse mesmo ano, realizava-se em Portugal o já anteriormente referido I Congresso Nacional de Turismo, onde a assembleia se insurgiu contra o que entendia ser o desinteresse por parte do Governo (Ministério do Interior) quanto ao turismo, uma indústria nacional por organizar, reduzida ao atavismo de uma hotelaria convencional.

Entre as várias comunicações apresentadas surge a tese *Pouzadas*, de Francisco de Lima. Tratava-se do estudo para a criação de um novo tipo de equipamento turístico que não é Hotel, mais apropriado para hóspedes “ilustres e para meia dúzia de afortunados” e incompatível para a maioria das terras de província, num país que tem “uma diversidade de admiráveis paisagens, de sítios históricos, de riqueza monumental, quási desconhecida, que merecem e precisam de ser compreendidos na lista de excursões possíveis, e que não foram até hoje, à míngua de instalações adequadas, à míngua do seu conhecimento e

²⁹⁵ Tendo por base uma estimativa do número de viajantes em automóvel, foi definido um programa com três funções diferenciadas (viajantes, automóveis, garagem) para os *Albergues de Carretera*. Previa dois pisos. No piso térreo o vestíbulo ou sala de estar, uma recepção, serviços sanitários, um refeitório, os escritórios da administração e os aposentos particulares do administrador. Nesse piso também se situavam a cozinha, despensas e armazéns frigoríficos, um refeitório para mecânicos e aposentos para os mecânicos. No piso superior um mínimo de quatro quartos com duas camas cada, dois quartos-de-banho, um deles comunicando directamente com um dos quartos. Adossado ao edifício uma garagem para três automóveis e uma pequena oficina para reparações. O concurso foi ganho pelo ante-projecto dos arquitectos Martín Domínguez e Carlos Arniches, propondo uma construção cuja chave é: “a função como programa de necessidades, e conforto nos aposentos e serviços interiores”. Doze lugares são seleccionados e o primeiro Albergue a ser construído e inaugurado é o de Mazanares (1929-31). Salvador Guerrero LÓPEZ – “Carreteras, turismo y arquitectura moderna: los albergues de automovilistas del Patronato Nacional de Turismo (1928-1946)”, pp. 70-73, in *Arquitectura Moderna y Turismo: 1925-1965, Actas, IV Congreso Fundación DOCOMOMO Ibérico*, Valencia, 2003, pp. 69-73.

da sua propaganda”²⁹⁶. Um tipo de equipamento “mais simples, e económica, de irrepreensível limpeza, em que o excursionista, o turista, possa ficar, alimentar-se numa atmosfera de repouso, de conforto, sóbrio, mas sobretudo economicamente”, pensado “para a grande massa, para o viajante mais modesto, para o empregado público, para o industrial que deseja conhecer o seu país e instruir-se, para o estudante”²⁹⁷. E esse equipamento “que não é nem o «Palace» nem o «Hotel» deve ter sempre o cunho *nacional e regionalista*”, quer na sua construção quer no seu mobiliário, podendo mesmo “aproveitar construções antigas que tenham condições de adaptabilidade às exigências actuais de conforto e de vida, sem lhes retirar o seu cunho ou as deformar”²⁹⁸, será o que batiza de *Pouzada*.

A inspiração para o conceito e para o programa do novo equipamento vem dos congéneres *Parador* e *Albergue de Carretera* espanhóis e é uma abordagem regionalista próxima da expressa n’*O Notícias Ilustrado*, onde a experiência espanhola também foi referida, e do Hotel Modelo, quer em aspectos como a localização, sempre um pouco afastada da estrada ou dos aglomerados das povoações e de preferência em locais um pouco elevados e com um bom panorama ou vista; quer no tipo de construção ou nas instalações, quase

²⁹⁶ “Pouzadas. Tese apresentada por Francisco de Lima. I Congresso Nacional de Turismo, IV Secção, Lisboa, 1936”, transcrito em Susana LOBO – *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa Universitária de Coimbra, 2006, encarte de 6 páginas entre as pp. 28-29, s/n..

²⁹⁷ “Pouzadas. Tese apresentada por Francisco de Lima. I Congresso Nacional de Turismo, IV Secção, Lisboa, 1936”, transcrito em Susana LOBO – *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa Universitária de Coimbra, 2006, encarte de 6 páginas entre as pp. 28-29, s/n..

²⁹⁸ “Pouzadas. Tese apresentada por Francisco de Lima. I Congresso Nacional de Turismo, IV Secção, Lisboa, 1936”, transcrito em Susana LOBO – *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa Universitária de Coimbra, 2006, encarte de 6 páginas entre as pp. 28-29, s/n..

decalcadas do programa para o *Albergue*; quer no mobiliário, no tipo de refeição e na exploração, a ser entregue a um casal e fiscalizada pela Comissão de Turismo e Câmara Municipal. Vem ao encontro das linhas de acção que António Ferro vinha a trilhar e irá desenvolver, e tem um eco directo no ponto 2 da alínea a), relativa ao turismo, do *Relatório sobre os projectos das comemorações de 1939-1940*²⁹⁹, de 24 de Fevereiro de 1938, preparatório do programa a realizar, onde consta que deverão ser construídas “dez pousadas-tipo, em diversos locais do país, com características regionais. Essa construção poderá ser feita pelo Estado e a sua exploração entregue a particulares, posto que sempre fiscalizada por ele. Cada uma das pousadas não deverá ter mais de 10 a 15 quartos e o orçamento para cada uma delas não deverá exceder trezentos mil escudos, se tanto. Apontam-se alguns locais que parecem indicados para as situar: fronteira de Vilar Formoso, Elvas, Serra da Estrela, Arrábida, Sagres, Faro, etc”³⁰⁰.

O Programa das Comemorações do Duplo Centenário de 1940 é divulgado em Nota Oficiosa da Presidência do Conselho publicada no *Diário de Notícias* de 27 de Março de 1938 e posteriormente, sob o título *Independência de Portugal*, no n.º 1 da *Revista dos Centenários*³⁰¹, datada de 31 de Janeiro de

²⁹⁹ O *Relatório*, de 24 de Fevereiro de 1938, é assinado pelos engenheiros Duarte Ferreira, Armando Marques Guedes e Francisco Gentil. Sérgio Palma BRITO – *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do Turismo*, vol. 2. Lisboa: Medialivros, 2003, p. 655.

³⁰⁰ Sérgio Palma BRITO – *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do Turismo*, vol. 2. Lisboa: Medialivros, 2003, p. 655.

³⁰¹ Revista editada pela Comissão Nacional dos Centenários entre 31 de Janeiro de 1939 e 31 de Dezembro de 1940, tendo sido publicados ao todo vinte e quatro números. Foi, nos termos do seu estatuto editorial, um instrumento privilegiado de propaganda e informação da Comissão Executiva dos Centenários, criada pelo Decreto N.º 2987 de 28 de Outubro de 1938, da qual António Ferro era Secretário-Geral. Foi seu objectivo dar divulgação e cobertura jornalística à Exposição do Mundo Português que decorreu em Lisboa de 23.6.1940 a 2.12.1940 e teve múltiplas manifestações um pouco por todo o País.

1939. Salazar traça um programa minucioso do que iriam ser as Comemorações, seus objectivos, suas actividades e obras públicas a concretizar. O ponto 5 refere-se em concreto ao turismo:

“5. Não devemos querer que os estrangeiros nos visitem em multidão, nem nós desejamos orientar as celebrações centenárias no sentido da exploração turística, digamos claramente a palavra. Mas não há dúvida de que tais solenidades terão – nós desejamos que tenham – repercussão internacional. Por dever, por curiosidade, por interêsse, muitos estrangeiros visitarão Portugal, e a primeira coisa é saber como poderão ser recebidos e como poderá ser preparada a nossa casa para os acolher.

À volta desta primeira preocupação devem ser postos, estudados e resolvidos um certo número de problemas, entre os quais apontarei, como exemplo, os que se referem à entrada no País ou na capital, à facilidade de circuitos turísticos, à vida nas cidades ou nos locais mais apetecidos e apetecíveis, pelo interêsse artístico, da paisagem ou de quaisquer características regionais. E há um mundo de coisas, pequenas umas, outras grandes, que têm aqui lugar: o melhoramento das estações ferroviárias fronteiriças; a construção de uma estação marítima, pelo menos no porto de Lisboa; o aeródromo da Portela de Sacavém; algumas, se não tôdas, as estradas de acesso imediato à capital; o aperto de certas malhas na rêde de estradas, com o qual se completariam ou arredondariam passeios de grande comodidade e beleza; a melhoria de instalações e o aperfeiçoamento dos serviços dos hotéis de Lisboa e da província; estabelecimento de certo número de pousadas em recantos provincianos, onde a iniciativa privada não cuidou até hoje das necessidades de quem viaja ou passeia; maior vigilância na repressão da mendicidade; maior cuidado na limpeza das casas e das ruas, e muitas outras coisas que comissões especiais podem facilmente estudar e promover, desde que estejam compenetradas desta primeira necessidade de estarmos em condições de receber as pessoas que nos visitam. (...)”³⁰²

³⁰² *Revista dos Centenários*, Ano I, 31 de Janeiro de 1939, pp. 3-4.

O mote estava lançado e António Ferro não se cansou de o proparar, abordando estes temas de forma sistemática em todos os discursos que proferiu, em todos os encontros que teve com entidades e responsáveis nas diferentes áreas relacionadas ou relacionáveis com o turismo.

Concluído o trabalho de elaboração das grandes linhas do Programa das Comemorações do Duplo Centenário, a Comissão Nacional³⁰³, nomeada por portaria da Presidência do Concelho de 11 de Abril e 2 de Junho de 1938 e encarregada de promover as Comemorações, passa a ser designada por Comissão Nacional dos Centenários³⁰⁴. Tem como primeira função fixar o programa definitivo das comemorações. Com a tarefa de levar a efeito o programa das Comemorações aprovado pela Comissão Nacional é criada a Comissão Executiva³⁰⁵, sendo que todas as obras a realizar ou a concluir que

³⁰³ Constituída pelo Embaixador Alberto de Oliveira (Presidente); José Capêlo Franco Frazão (Vice-Presidente), Director da Escola Superior Colonial e Presidente da Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa; António Ferro (Secretário), Director do Secretariado Nacional de Propaganda; e pelas seguintes individualidades: Adriano de Sousa Lopes (Director do Museu de Arte Contemporânes), Afonso de Ornelas (Secretário da Academia Portuguesa de História), António Augusto Mendes Correia (Presidente da Câmara Municipal do Porto), António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (Presidente da Academia Portuguesa de História), Duarte Pacheco, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Francisco Nobre Guedes, Director Geral do Ensino Técnico; Gustavo de Matos Sequeira, Escritor; Henrique Galvão, Director da Emissora Nacional; Henrique Gomes da Silva, Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; Henrique Linhares de Lima, Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal; Henrique Quirino da Fonseca, Investigador de arqueologia naval; João do Couto, Director dos Museus Nacionais de Arte Antiga; João Providência e Costa, Professor da Faculdade de Letras de Coimbra; José Cotinelli Telmo, Arquitecto; Júlio Caiola, Agente Geral, interino, das Colónias; Júlio Dantas, Presidente da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa; Luiz Pastor de Macedo, Secretário Geral do Grupo «Amigos de Lisboa»; Manuel Múrias, Director do Arquivo Colonial; Manuel Silveira e Castro, Presidente da Junta Autónoma das Estradas e do Conselho Nacional de Turismo; Paulino Montez, Arquitecto; Porfírio Pardal Monteiro, Presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos; Raul Lino, Arquitecto e Secretário da Academia Nacional de Belas Artes; Reinaldo dos Santos, Presidente da Academia Nacional de Belas Artes. *Revista dos Centenários*, Ano I, 31 de Janeiro de 1939, pp. 25-26.

³⁰⁴ Decreto N.º 2987, de 28 de Outubro de 1938. *Revista dos Centenários*, Ano I, n.º 1, 31 de Janeiro de 1939, pp. 26-29.

³⁰⁵ Com Júlio Dantas como Presidente e António Ferro como Secretário Geral, é constituída pelos Directores das Secções e pelo Comissário Geral da Exposição do Mundo Português. Decreto N.º 2987, de 28 de Outubro de 1938. *Revista dos Centenários*, Ano I, n.º 1, 31 de Janeiro de 1939, pp. 26-29.

fazem parte do plano de realizações ficam a cargo dos serviços competentes do Ministério das Obras Públicas e Comunicações e das Câmaras Municipais³⁰⁶.

Só em Junho de 1939 as obras de construção de Pousadas, a executar em 1939 e 1940, viriam a ficar consignadas na legislação³⁰⁷. Com um programa “que então se entendia como muito pouco urbano, antes e sobretudo virado para os espaços regionais, com predominante carga rural, do país”³⁰⁸, os projectos das pousadas a serem construídas pela DGEMN, sete no total, são entregues ainda em 1938 a três dos arquitectos da geração modernista que já tinham demonstrado capacidade de diálogo com os valores tradicionalistas. Ao arquitecto Miguel Jacobetty Rosa³⁰⁹ são encomendadas as três pousadas do Sul do país: Santa Luzia em Elvas (figs. 262-265), Santiago em Santiago do Cacém (figs. 266-268) e São Brás em São Brás de Alportel (figs. 269-273). A Rogério de Azevedo são entregues as três pousadas a construir no Norte: São Gonçalo na Serra do Marão (figs. 274-304), São Lourenço na Serra da Estrela (figs. 305-324) e Santo António em Serèm, Vale do Vouga (figs. 325-342)³¹⁰. A pousada do

³⁰⁶ Decreto N.º 2987, de 28 de Outubro de 1938. *Revista dos Centenários*, Ano I, n.º 1, 31 de Janeiro de 1939, pp. 26-29.

³⁰⁷ Decreto-lei N.º 29.663, de 6 de Junho de 1939. É um aditamento ao artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 28.797, de 1 de Julho de 1938, incorporando novas obras e melhoramentos a realizar no plano e torna extensiva às restantes Câmaras as competências já atribuídas às Câmaras de Lisboa e do Porto para esse efeito. *Revista dos Centenários*, Ano I, n.º 7, 30 de Julho de 1939, p. 26.

³⁰⁸ José Manuel FERNANDES – “Pousadas de Portugal. Obras de raiz e em monumentos” in *Caminhos do Património*. Lisboa: DGEMN/Livros Horizonte, 1999, p. 160.

³⁰⁹ Miguel Simões Jacobetty Rosa (1901-1970) – foi um dos mais próximos colaboradores de Duarte Pacheco em obras como as do viaduto e da estrada marginal, autor do projecto do Estádio Nacional, colaborou com a Hidroeléctrica do Zêzere (barragens do Castelo do Bode, Cabril e Bouça). Ver José Manuel PEDREIRINHO – *Dicionário dos Arquitectos*. Porto: Edições Afrontamento, 1994, pp. 207-208.

³¹⁰ Januário Godinho terá colaborado com Rogério de Azevedo no desenvolvimento destes projectos, de acordo com a versão corrigida, e firmada por Januário Godinho a 15-7-1988, do trabalho académico realizado na FAUP pelos alunos António Neves, Fernando Lisboa, Paulo

centro do país (São Martinho em Alfeizerão, S. Martinho do Porto) (figs. 343-345) é entregue ao arquitecto Veloso Reis Camelo³¹¹.

As suas localizações são pensadas como uma estratégia de intervenção no território (figs. 346-347). Têm por objectivo dotar o país de modernas estruturas hoteleiras e procuram responder às necessidades, não de uma forma abstracta mas actuando objectivamente sobre o território nacional, “construindo uma

Cortez e Vítor Seabra, do qual consta uma cronologia da vida e obra do arquitecto Rogério de Azevedo (Cópia de documento do espólio Januário Godinho cedido por Fátima Sales). Facto este igualmente atestado pelos inúmeros desenhos de estudo e documentação fotográfica das Pousadas do Marão e da Serra da Estrela, encontrados por Maria de Fátima Alves Sales no espólio de Januário Godinho, e que se encontram publicados na sua dissertação de doutoramento *Januário Godinho na Arquitectura Portuguesa (1910-1990) – ou a outra face da modernidade*. Universidad de Valladolid, 2000. Segundo a autora esses desenhos, que constituem os “projectos base para as Pousadas de Serem, Manteigas e Marão (...) que Januário Godinho entrega a Rogério de Azevedo” (p. 389), datariam de 1937 e, portanto, os projectos teriam sido encomendados por Duarte Pacheco durante o primeiro período que esteve à frente do Ministério das Obras Públicas (1932-1936). Acontece que é o próprio Januário Godinho que, no já acima referido trabalho académico, deixou anotada a dúvida/hipótese de os projectos-base das pousadas desenvolvidos por ele e por Rogério de Azevedo serem de 1937/38. Mais tarde, no artigo “Regionalismo versus Internacionalismo. Uma reformulação da sua relação”, publicado no n.º 2 da revista *Vinte e um por vinte e um* (Porto: Escola Superior Artística do Porto, 2006, pp. 46-53), Fátima Sales refere-se às Pousadas do Estado – Marão, Serra da Estrela e Serém – como sendo as “que Duarte Pacheco (Ministro das Obras Públicas) encomenda a Rogério de Azevedo em data ainda não confirmada mas que se situará muito provavelmente entre 1932 e 1936, período da primeira actuação de Duarte Pacheco no governo de Salazar” (p. 48). E vai mais longe ao escrever que “os projectos base das Pousadas do Marão e Manteigas fazem parte do espólio do arquitecto Januário Godinho e datam de 1937, o que nos leva a concluir que muito provavelmente Rogério de Azevedo entregou a Januário Godinho os referidos projectos numa altura em que este estagiava no seu atelier” (p. 49). Fátima Sales antecipa assim a data dos projectos de modo a fazê-la coincidir com o início da carreira de Januário Godinho, quando nos anos 1930-33 ele estagiava no atelier de Rogério de Azevedo, período este em que o atelier tinha em carteira um grande número de projectos, nomeadamente os das muitas escolas que realizou antes dos projectos das escolas-tipo regionais, como é o caso da Escola-Cantina de Alijó em que Januário Godinho terá colaborado. Todas estas hipóteses não são corroboradas pela documentação constante no processo geral das Pousadas à guarda do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), organismo do Estado que herdou todo o espólio documental da extinta DGEMN, demonstrando, isso sim, que os ante-projectos de todas as Pousadas então encomendadas, como consequência da execução do plano de realizações do programa dos Centenários, são de finais de 1938, e que os projectos finais são de 1939, tendo sido aprovados por Duarte Pacheco nos meses de Fevereiro e Março desse mesmo ano. Os próprios documentos que estabelecem a necessidade e a vontade de construir pousadas em Portugal e que o programam e dão força de lei à sua construção são de 1938 e 1939.

³¹¹ António Maria Veloso Reis Camelo (1899-1985). Autor de diversos projectos de prédios em Lisboa distinguidos com o Prémio Valmor (1931, 1942, 1945), do Hotel Turismo de Castelo Branco, de numerosas agências da Caixa Geral de Depósitos (de que foi funcionário e responsável pelo serviço de obras), entre muitos outros. Participou na *Exposição do Mundo Português*, em 1940, com os projectos do Pavilhão de Arte Popular e uma porta de entrada monumental junto ao Mosteiro dos Jerónimos. Ver José Manuel PEDREIRINHO – *Dicionário dos Arquitectos*. Porto: Edições Afrontamento, 1994, pp. 78-79.

estrutura coerente e racional”³¹² e dando de certa forma continuidade às teses anteriormente defendidas para este tipo de equipamentos.

A Pousada de Elvas, situada junto à Estrada Nacional N.º 18, que ligava Borba a Badajoz, ou Lisboa a Sevilha e Madrid, vai servir um dos principais itinerários de ligação a Espanha. Já a de Serém (Vale do Vouga), próxima da Estrada Nacional N.º 1, que liga Lisboa ao Porto, vai servir com a de Alfeizerão (Alcobaça) o principal itinerário nacional e encontra-se no ponto em que a EN1 entronca com a estrada que ligava Aveiro a Vilar Formoso e Salamanca. Próximo desta ligação fica a de Manteigas (Serra da Estrela). Em extremos opostos, a do Marão, a Norte, vai servir a estrada do Porto para Bragança, entre Amarante e Vila Real, e a de São Brás de Alportel, a Sul e próximo do mar, vai servir o principal itinerário para o Algarve e a ligação a Sevilha por Vila Real de Santo António. Por último, a de Santiago do Cacém (Arrábida), próximo da costa, situa-se a meio do percurso entre Lisboa e Sagres.

Em ofício de 7 de Setembro de 1938, e dada a natureza especial e a urgência na execução dos trabalhos, a DGEMN solicita a Duarte Pacheco autorização para mandar elaborar os estudos e projectos para a construção das sete pousadas sem formalização de concurso público e de contratos escritos³¹³, repetindo o mesmo procedimento já anteriormente verificado quando da contratação para a elaboração dos projectos-tipo regionalizados para o plano de construção das novas escolas primárias.

³¹² Susana LOBO – *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa Universitária de Coimbra, 2006, p. 44.

³¹³ Pedido de autorização do Engenheiro Director Geral da DGEMN, Gomes da Silva, ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações, 7 de Setembro de 1938, IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

Com o objectivo de se instruir o processo para aprovação pelo Ministério das Obras Públicas os sete ante-projectos das pousadas são enviados a Raúl Lino³¹⁴, Arquitecto Chefe da Repartição de Estudos e Obras de Monumentos, na DGEMN, para emitir o seu parecer. O que ele faz a 22 de Outubro de 1938, no mais completo desconhecimento do programa e da orientação fixados à DGEMN pelo Governo, ou seja por Duarte Pacheco, tendo tido apenas por base a análise dos referidos ante-projectos³¹⁵.

Conforme já antes foi referido, do confronto dos princípios orientadores da exposição do “Hotel Modelo” de Raúl Lino com o plano das Pousadas, apesar das diferenças quer na escala e no tipo de edifícios, quer na lógica das suas localizações, quer nos serviços a prestar e público-alvo, é possível afirmar que houve uma influência directa ou mesmo uma continuidade de pensamento. No entanto Raúl Lino não podia estar mais em desacordo com a estratégia, as

³¹⁴ Susana Lobo, no seu livro *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006), refere que inicialmente, em 1938, apenas cinco dos projectos foram entregues para estudo. Santiago de Cacém, de Miguel Jacobetty Rosa, ficou para mais tarde e São Lourenço, de Rogério de Azevedo, só lhe foi entregue em 1942 (p. 43). Já o tinha escrito (pp. 86-87) no seu texto “1942-1970. 60 Anos de Pousadas”, publicado no livro *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Coordenação de Ana TOSTÕES. Lisboa: IPPAR, 2004, pp. 81-101.

³¹⁵ Não tendo tido conhecimento ou acesso a qualquer documento onde constasse um programa ou uma orientação elaborada por Duarte Pacheco ou outros para os projectos das pousadas, baseio a minha observação no texto do *Parecer* elaborado por Raul Lino, em que afirma que a “apreciação dos interessantes projectos que nos foram apresentados” é feita na condição de “desconhecedores do programa concreto que determina este trabalho” (*Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer*. Lisboa, 22 de Outubro de 1938, p.1. *Pousadas. Processo Geral*. IHRU: SIPA.), e no texto do Despacho de Duarte Pacheco, de 8 de Novembro de 1938, sobre os ante-projectos das Pousadas a construir. Nele escreve que “quanto ao valioso parecer emitido pelo Snr. Arquitecto Chefe de Repartição de Estudos e Obras de Monumentos, terão de considerar-se prejudicadas muitas das interessantes considerações e conclusões nele contidas, em consequência do problema de ter sido encarado sobre um aspecto muito diferente daquele que fôra considerado pelo Governo”, o que não era de estranhar uma vez que Raúl Lino estava “desconhecedor do programa concreto que fôra por mim fixado à Direcção Geral”. *Pousadas. Processo Geral*. IHRU: SIPA.

opções e o modelo traçados, com as linhas orientadoras defendidas para as Pousadas Regionais.

No *Parecer* que emite³¹⁶, Raul Lino inicia as suas considerações com uma nota negativa ao observar que, em sua opinião, não está garantida de um modo absoluto “a condição fundamental dos estabelecimentos projectados deverem poder sustentar-se economicamente apenas com o resultado da sua própria exploração”³¹⁷. Esta questão prende-se com a opção, por ele considerada errada, por uma localização afastada de cidades importantes. Tal opção, para além das questões de sustentabilidade, constitui uma perda de oportunidade de se poder vir exercer uma acção pedagógica junto da indústria hoteleira. E explicita o seu raciocínio:

“Tendo em vista a deficiente qualidade que caracteriza os nossos estabelecimentos hoteleiros, as condições económicas gerais da população, o padrão do seu nível de vida e a psicologia variada dos que jornadeiam no nosso país, parecia-nos prudente escolher os locais das Pousadas atendendo a tôdas aquelas circunstâncias que porventura possam motivar uma frequência de clientela quanto possível constante durante o inverno inteiro, assegurando-se de algum modo para a manutenção dêstes estabelecimentos um rendimento médio aceitável. São talvez desta ordem as seguintes condições: proximidade de uma cidade importante e onde não existem razoáveis condições hoteleiras; conveniência do local para interrupção (quer pernoitando, quer tomando qualquer refeição) dos itinerários de longo curso mais frequentados; finalmente, a beleza paisagística do ponto escolhido ou quaisquer outras atrações locais.

A proximidade de uma cidade importante é conveniente para que se torne possível a utilização das Pousadas, mesmo durante as quadras de mau tempo, por todos aqueles que, habituados a algum conforto ou apreciadores deste regalo,

³¹⁶ Ver Anexo 5.

³¹⁷ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer*. Lisboa, 22 de Outubro de 1938, p. 1. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

se vejam obrigados a permanecer no local por qualquer espaço de tempo, quando nesse local não se encontrem outras condições agradáveis de alojamento. Tem ainda esta circunstância a vantagem de estimular a indústria hoteleira existente a querer melhorar as suas instalações e os seus métodos de receber hóspedes”³¹⁸.

Em consequência, Raul Lino considera como justificada a escolha de pontos de repouso entre os troços de estrada de grandes itinerários muito frequentados, nomeadamente os de Lisboa ao Porto e destas cidades a Espanha, e de locais de interesse artístico (paisagem, monumentos ou costumes populares), de uma boa praia de banhos ou estação de altitude, principalmente se, nestes segundos casos, estas condições não forem consideradas de forma isolada.

Para Raul Lino tal não se verifica com as localizações escolhidas para as Serras da Estrêla e do Marão e para o Vale do Vouga, as três localizações das pousadas com ante-projectos de Rogério de Azevedo, “certos de que tôdas representam pontos soberbos quanto a beleza da paisagem” e de que têm a favorecê-los o facto “de se não acharem muito distantes dos grandes centros urbanos, nem separadas deles por regiões desérticas”³¹⁹. Como “projectos destinados a servir o turismo puro, na relativa importância material das suas construções”, e tendo em consideração o estado de atraso que verifica nos estabelecimentos de hospedagem, Raul Lino é tentado “a pensar se por enquanto o género destes estabelecimentos isolados no meio das serras não

³¹⁸ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer.* Lisboa, 22 de Outubro de 1938, pp. 1-2. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral.*

³¹⁹ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer.* Lisboa, 22 de Outubro de 1938, pp. 3-4. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral.*

deveria antes ser o de uma espécie de pavilhões muito resumidos e rústicos, semelhantes porventura às «Alpenhütten», aonde se iria tomar uma refeição ou passar uma noite”³²⁰.

Quanto à análise dos sete ante-projectos, e a pretexto das plantas relativas à Pousada de S. Martinho (Alfeizerão), de Veloso Reis Camelo, em que algumas das soluções na organização espacial presentes nas plantas lhe parecem problemáticos, não deixando de ressaltar outros que considera positivos, Raul Lino tece algumas considerações sobre o problema do alojamento de um modo geral e nas Pousadas em particular. Para ele, um dos “elementos essenciais de que se compõem os estabelecimentos hoteleiros é o tipo de quarto com seus cómodos anexos”³²¹. Continuando o seu raciocínio, constata que a qualidade heterogénea do público, a diversidade da educação, dos hábitos e das exigências das pessoas que trabalham e que viajam pelo país, “torna muito difícil entre nós a determinação exacta do tipo de alojamento mais conveniente nas nossas Pousadas”³²². Após uma análise pormenorizada dos diferentes hábitos de higiene das pessoas, conclui estarem reunidas “circunstâncias especiais” que o levam “a tentar a criação de um tipo de alojamento próprio e correspondente à presente época entre nós, que chamaremos de transição”³²³. Termina o seu

³²⁰ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer*. Lisboa, 22 de Outubro de 1938, p. 4. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

³²¹ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer*. Lisboa, 22 de Outubro de 1938, p. 5. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

³²² Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer*. Lisboa, 22 de Outubro de 1938, p. 5. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

³²³ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer*. Lisboa, 22 de Outubro de 1938, p. 5. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

raciocínio permitindo-se apresentar a tentativa de um tipo de unidade de alojamento: três quartos de cama (de uma e duas camas) e um de banho, com banheira. Esta unidade possibilita várias disposições, cinco modalidades de utilização do quarto de banho na sua relação com os diferentes quartos, que se obtêm pelo simples encerramento ou abertura de diferentes portas, podendo-se assim satisfazer as mais variadas exigências sem sobrecarregar os custos de construção.

É com esta proposta e considerações prévias, e tendo sempre presente que uma capacidade de alojamento reduzida deve “ser compensada pela extrema simplicidade da construção”, que Raul Lino passa à análise dos ante-projectos apresentados.

Da leitura conjunta que faz dos ante-projectos das Pousadas de S. Martinho (Alfeizerão), de Veloso Reis Camelo, e de São Tiago (Cacém), de Miguel Jacobetty Rosa, Raul Lino aprecia a “simplicidade das plantas”³²⁴, questiona a adopção de um reduzido número de quartos e elogia a resolução dos aspectos exteriores, como seja o seu carácter semi-rústico.

Sobre o ante-projecto da Pousada de S. Brás de Alportel, de Miguel Jacobetty Rosa, considera que a planta é “demasiado movimentada para a relativamente pequena capacidade do estabelecimento”, não deixando no entanto de reconhecer que tal facto é aproveitado pelo autor para “tirar o melhor efeito dos aspectos exteriores que são cheios de sedução”³²⁵. Apreciação que

³²⁴ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer.* Lisboa, 22 de Outubro de 1938, p. 7. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral.*

³²⁵ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer.* Lisboa, 22 de Outubro de 1938, p. 7. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral.*

repete quanto ao ante-projecto da Pousada de Elvas, do mesmo architecto, não deixando também aqui de realçar que os alçados “têm encanto, tratados como são com excelente gôsto”³²⁶.

Quanto ao ante-projecto da Pousada de São Lourenço (Serra da Estrela), de Rogério de Azevedo, considera-o bem concebido, com uma “disposição compacta, aproveitando hàbilmente tôda a capacidade da construção e em que as abas do telhado descem em ar protector dando à Pousada uma expressão forte de agasalho”³²⁷. Acrescenta ainda que ao estilo rústico, como convém, se junta o “agradável e bem proporcionado (...) conjunto das divisões onde os hóspedes permanecem durante o dia”³²⁸.

Já quanto ao ante-projecto da Pousada de São Gonçalo (Marão), também de Rogério de Azevedo, e encontrando nele os mesmos defeitos e qualidades do ante-projecto anterior, Raul Lino considera que “está bem justificada a expressão adoptada para os aspectos exteriores”³²⁹.

Por último, e em relação ao ante-projecto da Pousada de Santo António (Serém, Vale do Vouga), ainda do mesmo autor, uma vez que ele se liga

³²⁶ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer.* Lisboa, 22 de Outubro de 1938, p. 8. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral.*

³²⁷ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer.* Lisboa, 22 de Outubro de 1938, p. 8. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral.*

³²⁸ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer.* Lisboa, 22 de Outubro de 1938, p. 8. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral.*

³²⁹ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer.* Lisboa, 22 de Outubro de 1938, p. 8. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral.*

“perfeitamente no género e nas características às duas precedentes”³³⁰, mereceu-lhe as mesmas observações e os mesmos elogios, afirmando assim aquilo que percebe como uma coerência própria no conjunto dos três ante-projectos de Rogério de Azevedo.

No final do *Parecer*, e em síntese, se os ante-projectos das Pousadas suscitam a Raul Lino algumas dúvidas isso deve-se principalmente às condições estabelecidas pelos programas, pelo que deles se pôde aperceber. Considera mesmo ser seu dever afirmar que em todos eles “os aspectos exteriores foram sempre resolvidos com mestria” e que todas as “soluções arquitectónicas, principalmente nos alçados, (...) testemunham do talento seguro e do bom critério artístico dos seus autores”³³¹.

Na sequência deste parecer Duarte Pacheco é taxativo ao reafirmar que “os projectos devem ser elaborados de harmonia com as directivas dadas ao Exm^o. Director Geral”, e que, para esse efeito, devem ser tomados como base “os ante-projectos apresentados pelo Snr. Architecto Rogerio d’Azevedo que correspondem, de um modo geral, ao programa e orientação definidos pelo Governo”³³². Por outro lado não deixa de considerar como pertinentes as críticas aos projectos efectuadas por Raul Lino, pois “há no seu trabalho observações e

³³⁰ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer*. Lisboa, 22 de Outubro de 1938, p. 9. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

³³¹ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer*. Lisboa, 22 de Outubro de 1938, pp. 9-10. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

³³² Despacho de 8 de Novembro de 1938, sobre os ante-projectos das Pousadas a construir. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

reparos que deverão ser tomados em consideração na elaboração das propostas definitivas”³³³.

Em resposta aos ofícios que então lhes são enviados, Miguel Jacobetti Rosa, Veloso Reis Camelo e Rogério de Azevedo comprometem-se por carta a entregarem à Direcção Geral os ante-projectos revistos até ao final de Janeiro de 1939³³⁴.

O Conselho Geral da DGEMN, chamado a emitir pareceres, pronuncia-se um mês depois, a 28 de Janeiro, sobre os ante-projectos. Neles enaltece as soluções encontradas para os exteriores em ambas as Pousadas de Elvas e de S. Martinho, e ao traçado da planta em relação ao forte desnível do terreno na segunda, mas também faz alguns reparos às soluções em planta encontradas para os quartos de banho em ambos os projectos³³⁵.

Não tendo tido acesso a outras Memórias Descritivas que não à do projecto da Pousada da Serra do Marão, sou no entanto levado a crer que Rogério de Azevedo terá tido um papel importante na escolha das localizações exactas das pousadas por ele projectadas em colaboração com Januário Godinho (Marão, Serra da Estrela e Vouga). Tal hipótese surge das palavras escritas por Raul Lino no seu *Parecer* quando refere a Pousada no Vale do Vouga como um ante-projecto que se apresenta “um pouco mais pretensioso que os dois congéneres, como que na convicção de que o ponto agora escolhido garante maior frequência

³³³ Despacho de 8 de Novembro de 1938, sobre os ante-projectos das Pousadas a construir. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

³³⁴ Cartas de 24 de Dezembro de 1938, 4 e 9 de Janeiro de 1939, respectivamente. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

³³⁵ Não me foi possível ter acesso ou encontrar os pareceres relativos aos restantes ante-projectos das Pousadas. Parecer “Pousada do Alentejo”, n.º 50/39; Parecer “Pousada de S. Martinho”, 53/39. Conselho Central, Secção Administrativa, DGEMN. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

de freguesia, dado que é de obrigatória passagem – conforme se diz na *Memória*³³⁶. Por outro lado, na *Memória* do projecto da Pousada do Marão, Rogério de Azevedo escreve, ao explicar a opção pelo lugar chamado «Curva da Morte», a meio da Serra, que a “localização neste ponto obedeceu a duas causas: a primeira seria a do panorama que deste ponto se goza”, uma perspectiva espectacular do vale que a estrada acompanha com a sua curva, “podendo considerar-se o ponto, acessível por estrada, de maior altitude; a segunda seria a meia distância do percurso entre Amarante e Vila Real além de ficar junto da parte norte da Serra, que no inverno costuma cobrir-se de neve o que daria mais possibilidades a que o viandante parasse para fazer a sua refeição”, atendendo a que em Amarante e Vila Real “há instalações hoteleiras ou restaurantes que servem bem o que não acontece por exemplo na Serra da Estrela”³³⁷.

Para além destes aspectos relacionados com a localização, Rogério de Azevedo assume claramente na *Memória* o recurso aos materiais extraídos dos próprios locais de construção para a edificação da Pousada. Muito provavelmente é também esta a sua opção para as outras duas Pousadas de que também é autor. Para Rogério de Azevedo a “Serra do Marão tem rochas diversas desde granito vulgar até ao xisto metamórfico preto com a dureza do granito dando na lavra, pedras com dimensões suficientes para se erguerem algumas parêdes em silharia. Estas paredes teriam partes levantadas em

³³⁶ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer*. Lisboa, 22 de Outubro de 1938, p. 9. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

³³⁷ Rogério de AZEVEDO – *Pousada para Serra do Marão. Memória*. Porto, 15 de Fevereiro de 1939, s/n.. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

alvenaria e outras partes em silharia” e a parte “das paredes correspondendo aos quartos seriam revestidas a telha nacional convenientemente pregada e argamassada”³³⁸, apresentando-nos assim o todo como uma sua opção esclarecida e não como uma resposta possível a um qualquer condicionamento programático imposto à realização do projecto.

A continuidade com o traçado curvo da estrada na paisagem, valorizado por Rogério de Azevedo na *Memória*, tem o seu equivalente na força horizontal dos telhados e na “hierarquização, desde o piso-embasamento muito sólido – com pequenas janelas –, passando pelas aberturas grandes da sala, até ao piso recuado caracterizado como um acrescento”³³⁹.

Estimavam os Serviços da DGEMN que a conclusão da construção de seis das Pousadas, mesmo depois de revistas as previsões iniciais, para os meses de Maio a Agosto de 1940, excepção feita para a Pousada de S. Tiago do Cacém cuja obra ainda não tinha sido adjudicada³⁴⁰. Os contractos de adjudicação para a construção das Pousadas nas Serras da Estrela e do Marão e a do Vale do Vouga, com um prazo para a execução das obras de duzentos e cinquenta dias, são lavrados ainda em Junho de 1939 e a sua autorização é publicada em Decreto-Lei³⁴¹.

³³⁸ Rogério de AZEVEDO – *Pousada para Serra do Marão. Memória*. Porto, 15 de Fevereiro de 1939, s/n.. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

³³⁹ Annette BECKER, Annette BECKER; Ana TOSTÕES; Wilfried WANG (orgs.) – *Arquitectura do Século XX. Portugal*. Lisboa/Frankfurt: Deutsches Architektur-Museum / Prestel / Centro Cultural de Belém, 1997, p.192.

³⁴⁰ DGEMN. Quadro dos Prazos previstos para a construção das Pousadas, 18 de Janeiro de 1940. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

³⁴¹ Adjudicação da construção das Pousadas do Marão, da Serra da Estrela e do Vale do Vouga pelo Decreto-Lei N.º 30.259, de 4 de Novembro de 1939. *Revista dos Centenários*, Ano 1, n.º 11, 30 de Novembro de 1939, p. 25.

Rogério de Azevedo deve ter acompanhado as obras no seu início, se não nos locais pelo menos junto dos técnicos da DGEMN. Pude identificar um número significativo de folhas de desenhos, treze no total, na sua maioria assinadas e algumas datadas, que produziu em 1940, e onde se misturam traçados à mão levantada com desenhos rigorosos, procurando esclarecer os projectos através do recurso a diferentes sistemas e escalas de representação, a diferentes níveis de pormenorização e a notas manuscritas sobre os mais diversos pormenores e detalhes construtivos. Sete dessas folhas de desenhos referem-se à Pousada do Marão (figs. 287-293) e neles encontram-se pormenores sobre a sala de jantar e seu fogão de sala, a galeria, as caixilharias da sala de jantar e varanda, as portas e escadas, a chaminé principal, os gradeamentos, os tectos, as coberturas, os revestimentos exteriores, etc. Cinco folhas são sobre pormenores da Pousada da Serra da Estrela (figs. 321-324) e apenas uma folha diz respeito à Pousada de Serém (fig. 342). Todos apresentam um traço expressivo, solto, por vezes espontâneo e incisivo, chegando mesmo, em alguns apontamentos, a procurar o realismo ou mesmo uma representação naturalista³⁴². Nestes aspectos o seu grafismo afasta-se bastante do tratamento gráfico feito de gestos sistematizados e repetitivos, densos, pesados, que expressam mais as massas do que procuram uma tradução gráfica naturalista, de alguns dos desenhos rigorosos que acompanham os projectos, com o intuito de os ilustrar inseridos no contexto natural das suas localizações. Essa diferença

³⁴² As suas qualidades gráficas aproximam-nos de desenhos feitos, igualmente à mão levantada, no projecto especial de Rogério de Azevedo para a Escola-Cantina Salazar (Santa Comba Dão, Vimeiro, Viseu), de 1938, já referido anteriormente, mas também do tratamento gráfico de alguns dos desenhos rigorosos por ele realizados nos processos dos restauros da capela-mor da Igreja de S. Pedro de Rates (Póvoa de Varzim), também de 1938, ou no Paço Ducal de Guimarães e seu parque envolvente, de 1939, de que falaremos mais à frente e onde o desenho rigoroso por vezes se mistura com o desenho/tratamento à mão levantada, revelando uma forte identidade e coerência gráfica no seu processo de trabalho.

no carácter do gesto, do registo faz-me atribuí-los não à mão de Rogério de Azevedo mas ao arquitecto Januário Godinho, seu colaborador nestes projectos.

Enquanto o SPN começa a estudar a decoração dos novos edifícios, na Comissão dos Centenários reconhece-se a necessidade de instalar aquecimento em todas as Pousadas em construção pelo Ministério das Obras Públicas, ao qual solicita que tal resolução seja transmitida aos arquitectos autores dos projectos³⁴³. Três meses depois já o SPN detinha projectos para as Pousadas da Serra da Estrela, da Serra do Marão e do Vale do Vouga³⁴⁴.

Entretanto, e no decurso dos trabalhos levados a cabo no terreno, sob a responsabilidade da Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte, verifica-se a necessidade de obras suplementares nas Pousadas do Marão, da Serra da Estrela e do Vale do Vouga quer no exterior, nos terrenos que circundam os edifícios, quer no interior, na conclusão das caves³⁴⁵. As obras são justificadas pelos Serviços devido ao “acidentado dos terrenos de implantação dos três edifícios, ser maior do que o previsto nos projectos”³⁴⁶. Tal facto levou a que houvesse “escavações a mais, das quais se tirou partido para uma maior ampliação das caves”³⁴⁷. Criada esta situação, são apresentados novos desenhos com as alterações propostas para as caves e para o arranjo dos

³⁴³ Ofício n.º 65 da Secção de Turismo da Comissão Executiva dos Centenários, 28 de Agosto de 1940. Ass.: Manuel G. da Silveira de A. E Castro. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral.*

³⁴⁴ Ofício n.º 20 (D) JS/GM, Secretariado da Propaganda Nacional, 20 de Novembro de 1940. Ass.: António Ferro. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral.*

³⁴⁵ Pousadas de Turismo. Marão – Serra da Estrela – e Vale do Vouga. Obras Suplementares. Orçamento e Memória Descritiva, DGEMN, 3ª Secção, 25 de Março de 1941. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral.*

³⁴⁶ Ofício n.º 694, Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte, 4 de Abril de 1941. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral.*

³⁴⁷ Ofício n.º 694, Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte, 4 de Abril de 1941. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral.*

terrenos envolventes dos três edifícios e da esplanada da Pousada da Serra da Estrela. Desconheço a autoria destes desenhos com as alterações. Muito provavelmente são da responsabilidade dos Serviços da Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte, organismo que submete à apreciação superior o conjunto das obras suplementares.

Para a Pousada do Marão, cuja cave teria originalmente duas dependências de arrumos e dois quartos para o hospedeiro, sendo que um deles seria sem janela visto toda a parte posterior da cave se encontrar encostada ao terreno, propõe-se agora “que a sujeição do terreno à execução da obra permite um maior aproveitamento”³⁴⁸, que fique com três quartos e quarto de banho, adega, garrafeira e despensa.

Quanto à Pousada da Serra da Estrela, a cave mantém a mesma loja, quarto de hospedeiro e despensa já anteriormente previstas. Como “ao muro da esplanada foi dado um novo traçado, criou-se uma vasta quadra designada (...) como «espaço a aproveitar», e que pode ter diversas aplicações”³⁴⁹.

Por último, na Pousada de Serém, “a cave embora com disposição diferente, obrigada pelo terreno”³⁵⁰, mantém as mesmas dependências previstas no projecto.

Em Parecer, emitido dez dias depois, pelos Engenheiros Chefes das Repartições de Estudos de Edifícios da DGEMN, justificando as obras suplementares anteriormente referidas, e com o intuito de “se evitar a rápida

³⁴⁸ Ofício n.º 694, Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte, 4 de Abril de 1941. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral.*

³⁴⁹ Ofício n.º 694, Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte, 4 de Abril de 1941. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral.*

³⁵⁰ Ofício n.º 694, Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte, 4 de Abril de 1941. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral.*

deterioração destes edifícios tão expostos às intempéries, como já tivemos ocasião de informar em relação à Pousada de Elvas”, advertem o Ministro das Obras Públicas para a absoluta necessidade de que os edifícios “sejam entregues à guarda do Subsecretariado da Propaganda Nacional, logo que terminem êstes trabalhos”³⁵¹.

Despachando sobre o próprio parecer, Duarte Pacheco decide que as pousadas do Marão e do Vale do Vouga devem ser entregues dentro de um mês ao SPN³⁵². Facto que se verificou.

É mesmo dado força de Lei a tal facto, de forma extensível a todos os edifícios das Pousadas, já que uma vez concluída a sua construção, tarefa da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, debaixo da orientação pessoal de Duarte Pacheco e concretizada através da DGEMN, elas devem ser imediatamente entregues à tutela do SPN, entidade a quem compete a exploração, inspecção e adjudicação a concessionários privados através de uma relação contractual prevista em legislação que regula o regime da sua exploração e, simultaneamente, explicita de forma muito clara quais os objectivos atribuídos pelo Estado/SPN às Pousadas Regionais: “alojar forasteiros e sobretudo fornecer-lhes alimentação, devendo, pelo seu estilo e cor local, integrar-se tanto quanto possível no pitoresco das regiões, tendo em vista o objectivo essencial da propaganda turística, de forma que constituam, pelo exemplo do modelar funcionamento dos seus serviços, elementos de orientação

³⁵¹ Parecer. Pousadas do Marão, Serra da estrela e Vale do Vouga (Ofº da D.E.N., n.º 694 de 4-IV-1941). DGEMN, Repartição de Estudos de Edifícios, 14 de Abril de 1941. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

³⁵² Despacho N.º 2218, 23 de Abril de 1941. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

da pequena industria hoteleira”³⁵³. Na verdade palavras já anteriormente proferidas e que, à força de serem repetidas, se vão tornando doutrinárias, integradoras, homogeneizadoras da actividade turística e diferenciadoras pela ênfatização no pitoresco e nos recursos de cariz popular, quer no presente quer já a pensar num alargamento futuro.

Com a passagem da tutela para o SPN das Pousadas do Marão, da Serra da Estrela e de Serém, vários pedidos de obras de reparação e de construção de anexos vão-se sucedendo. No caso da Pousada do Marão, entre muitas obras de reparação, é solicitada a realização de obras para a “protecção da varanda circular da casa de jantar com um envidraçado que permita a sua utilização durante a estação dos frios, mas que na época de bom tempo possa ser completamente aberto”³⁵⁴. Já quanto à Pousada da Serra da Estrela é referida a necessidade urgentíssima de “obras de consolidação e de protecção (...) antes que outro inverno passe e continue a danificar muito seriamente o edifício como tem acontecido nos anos anteriores”³⁵⁵

O plano para a construção de sete Pousadas de Turismo Regionais vai-se concretizando, passo a passo, ano após ano, com as sucessivas conclusões das construções e consequentes entregas à tutela do SPN. A primeira Pousada a ser inaugurada é de Santa Luzia, em Elvas (a 19 de Abril de 1942), verdadeiro

³⁵³ Decreto n.º 31.259, de 9 de Maio de 1941. *Diário do Governo*, 1ª série, n.º 106, de 09-05-1941, p. 411. Citado em Ema Cláudia PIRES – *O baile do turismo. Turismo e propaganda no Estado Novo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2003, p. 72.

³⁵⁴ Ofício Ref. 020 JS/GM, Secretariado da Propaganda Nacional, 7 de Julho de 1943. Ass. António Ferro. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

³⁵⁵ Ofício Ref. 020 JS/GM, Secretariado da Propaganda Nacional, 7 de Julho de 1943. Ass. António Ferro. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

culminar do pensamento de António Ferro, finalmente tornado coisa realmente real³⁵⁶, “um verdadeiro poema vivo”³⁵⁷.

Contrariando as melhores estimativas dos serviços ministeriais, os nove anos que decorrem desde o início do processo até que Ministério das Obras Públicas e o SPN possam ver concluído o seu projecto não resultam de atrasos na elaboração dos ante-projectos ou mesmo dos projectos finais por parte dos seus autores. Devem-se à conjugação de diversos factores: uma teia hierárquica de poderes de decisão, as disponibilidades orçamentais, os problemas com a execução das obras, a constante necessidade de reparações e manutenção dos edifícios, a necessidade de melhorar as condições de comodidade oferecidas aos hóspedes e, principalmente, os constantes estragos e a destruição provocada pelas condições meteorológicas, uma variável impossível de controlar, de que a Pousada de S. Lourenço na Serra da Estrela, a última a ser inaugurada (14 de Março de 1948), é exemplo.

Das sete pousadas, todas projectadas ao mesmo tempo e com construções iniciadas na mesma altura, excepção feita à de Santiago do Cacém (a penúltima a ser inaugurada, a 10 de Fevereiro de 1945), podemos destacar do conjunto dos edifícios os de Elvas e do Marão. São edifícios que apresentam claramente uma ideia que os afasta da casa simples, da escala doméstica da habitação quer pelo modo como neles foi interpretado o programa, quer pelas suas composições formais, quer pelo modo como foram implantados no terreno. De certo modo

³⁵⁶ A primeira pousada estatal, a Estalagem do Lidador (Óbidos), inaugurada a 16 de Agosto de 1940, era uma antiga pensão reconvertida, como já foi anteriormente referido.

³⁵⁷ Palavras do discurso pronunciado por António Ferro na inauguração da Pousada de Elvas, em 10 de Abril de 1942. António FERRO – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, p. 71.

Raul Lino já se tinha apercebido disso mesmo quando no seu *Parecer*, e em relação à Pousada de Elvas, refere que com o “intuito compreensível de criar um pátio interessante, cheio de sedução, o arquitecto viu-se obrigado a alongar numa disposição menos económica a alas dos quartos dos hóspedes”³⁵⁸, procurando assim uma monumentalização que contraria a ideia de uma organização mais compacta do espaço, valor que Raul Lino parece presar em todos os ante-projectos de Rogério de Azevedo. Quando à Pousada do Marão, e na continuidade do que Raul Lino já tinha escrito sobre a Pousada da Serra da Estrela quando dela refere, para além da sua disposição compacta, o aproveitamento hábil de toda a capacidade da construção, característica que vê como um denominador comum a todos os ante-projectos de Rogério de Azevedo, e mais à frente evidência as “complicações que podem surgir da adopção com paredes curvas em planta”³⁵⁹, reconhece indirectamente o carácter excepcional de um programa que “permite prescindir de uma monumentalização em pequena escala”³⁶⁰ e, simultaneamente, reforça a abertura dos espaços interiores para a paisagem.

Quanto aos restantes edifícios verifica-se que os das Pousadas de Santo António de Serém (Vale do Vouga) e de S. Brás de Alportel são aqueles que mais se aproximam da ideia de um tipo em comum, próximo da escala

³⁵⁸ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer*. Lisboa, 22 de Outubro de 1938, p. 8. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

³⁵⁹ Raul LINO – *Ante-projectos de Pousadas para as Regiões de Alcobaça, Arrábida, S. Braz de Alportel, Elvas, Serras da Estrêla e do Marão, e Vale do Vouga. Parecer*. Lisboa, 22 de Outubro de 1938, pp. 8 e 10. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

³⁶⁰ Annette BECKER, Annette BECKER; Ana TOSTÕES; Wilfried WANG (orgs.) – *Arquitectura do Século XX. Portugal*. Lisboa/Frankfurt: Deutsches Architektur-Museum / Prestel / Centro Cultural de Belém, 1997, p.192.

doméstica, sendo de destacar em ambos o volume cilíndrico das salas de jantar panorâmicas. Já o edifício da Pousada de São Lourenço (Serra da Estrela), pelo seu aspecto depurado, compacto e com um forte embasamento, quebra essa possível identidade e escapa à procura de monumentalização, característica perceptível no edifício da Pousada de Santiago do Cacém que, apresentando também um embasamento, é marcado por uma forte axialidade. O edifício da Pousada de São Martinho do Porto é o que mais se aproxima da ideia de um *bloco* de habitação sem relação com o terreno.

O facto de as Pousadas de Elvas e do Marão terem sido as duas primeiras a serem concluídas, inclusive nos arranjos e decoração dos seus interiores, e portanto inauguradas, mesmo que tal tenha acontecido por opção do Ministério das Obras Públicas, ou do SPN, não pode ser lido como uma vontade deliberada de as tornar num “modelo de referência para as seguintes”³⁶¹. Todas as outras Pousadas também estavam a serem construídas pelo Ministério das Obras Públicas, ou encontravam-se mesmo já em fase de acabamentos e decoração de interiores pelos serviços do SPN, pelo que tal ideia só faria sentido num quadro de referências dirigido aos promotores no âmbito da iniciativa privada ou a outras entidades públicas que não o MOP ou o SPN. Basta lembrar a prioridade dada à concretização de todo o programa e à estimativa optimista de prazos para a sua cabal conclusão.

Da mesma forma, não é possível encontrar entre as restantes cinco Pousadas uma que definida “um padrão tipológico que se irá repetir nas

³⁶¹ Susana LOBO – “1942-1970. 60 Anos de Pousadas” in Ana Tostões (coord.) – *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa: IPPAR, 2004, p. 88. Susana LOBO – *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 45-46.

outras”³⁶², nem quanto ao tipo de edifício projectado, nem quanto às opções individualmente assumidas pelos seus autores nas respostas que deram ao programa que lhes foi proposto. A menos que nos queiramos referir ao facto de apesar de não tendo sido criado um edifício-tipo, o programa que terá sido elaborado para a execução dos projectos das Pousadas nos surgir como muito próximo daquele que, em Espanha, o Patronato Nacional de Turismo definiu para os Albergues de Carretera.

Cumpria-se o regionalismo do programa através de sete pequenos edifícios projectados por arquitectos de uma geração modernista mas que também revelaram capacidade de trabalharem com conceitos tradicionalistas. Edifícios formalmente muito diversos, com a escala de uma habitação particular ou de um pequeno hotel, jogando com a “distribuição programática dos pisos”³⁶³ e com a sala de jantar panorâmica, compostos de volumetrias puras articuladas, cilíndricas e prismáticas, de referência modernista, escamoteadas sob o peso dos beirais, das arcadas, dos alpendres e das pérgulas, dos telhados e beirais, revestida a pedra ou reboco caiado, ao sabor das regiões.

Em edifícios, como o *gesto* da Pousada do Marão, a *estabilidade* de Serém e a *depuração* da Serra da Estrela, o dinamismo da composição volumétrica, a articulação orgânica dos volumes espaços com a topografia, a escala controlada

³⁶² Susana LOBO – “1942-1970. 60 Anos de Pousadas” in *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Coordenação de Ana Tostões. Lisboa: IPPAR, 2004, p. 88. Susana LOBO – *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 46. Com ou sem um padrão tipológico reconhecível no programa das Pousadas, Susana Lobo entra em contradição com a afirmação a que se refere a nota anterior, confundindo as datas de inauguração das várias pousadas com uma cronologia do desenvolvimento dos seus projectos e sua posterior construção, mesmo se pensarmos que o *Parecer* de Raul Lino e o despacho de Duarte Pacheco influenciaram e levaram a alterações significativas nos projectos.

³⁶³ Susana LOBO – “1942-1970. 60 Anos de Pousadas” in Ana Tostões (coord.) – *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa: IPPAR, 2004, p. 89.

e o emprego dos materiais típicos de cada região usados na sua construção reflectem-se no expressionismo das suas texturas e expressões tácteis, numa sólida ancoragem ao solo, fortemente acentuada pela cuidada implantação no terreno numa ligação contínua com a topografia, e que, estrategicamente dominando o território à sua volta e usufruindo de uma insolação privilegiada, se deixam envolver pelo panorama numa expressiva abertura dos espaços interiores à paisagem. São edifícios que revelam “esquemas conceptuais que antecedem partidos formais”³⁶⁴, designadamente o reconhecimento/*escolha* do lugar como ponto de partida para a definição de uma estratégia. Um trabalho que, fundamentalmente, assentou “na articulação, relacionamento e hierarquia dos espaços entre si e em relação ao exterior revelando com esta preocupação, que antecede opções de linguagem e escolha de materiais, um profundo conhecimento da essência da arquitectura”³⁶⁵, seguido da definição dos ambientes a consolidar, numa síntese ordenada e coerente de sistemas construtivos e sugestões formais de diversas origens.

Nas décadas seguintes algumas destas pousadas Regionais virão a ser ampliadas pelos seus próprios autores. Exemplos disso são a Pousada de Elvas (ampliada em 1964), a Pousada de Santiago do Cacém (ampliada em 1969) e a Pousada do Marão (figs. 294-304), a primeira das três a ser ampliada (1958/59). Rogério de Azevedo refere-se à ampliação como estando subordinada “ao existente de cujo conjunto deverá fazer parte, perfeitamente integrada, para que na ampliação se não venha a notar qualquer desequilíbrio que oponha o novo

³⁶⁴ André TAVARES – *Duas obras de Januário Godinho*. Porto: Dafne Editora, 2012, p. 49.

³⁶⁵ Manuel BOTELHO – “Os anos 40: A ética e a estética da ética”, *rA, revista da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*, n.º 0, Outubro de 1987, p. 17. Citado por André TAVARES – *Duas obras de Januário Godinho*. Porto: Dafne Editora, 2012, p. 49.

ao velho, procurámos continuar o estilo da antiga Pousada, que não nos foi difícil por nos pertencer o seu primeiro projecto, cujo desenvolvimento futuro havíamos então previsto, sem nos ser pedido”³⁶⁶.

Apesar da Guerra, a abertura das Pousadas é um êxito. Por todo o lado se descobrem condições únicas para a instalação de novas Pousadas e as Comissões ou Juntas de Turismo pedem a António Ferro, “de quando em quando, como se nos pedissem uma simples brochura, a construção duma Pousada aqui, ali ou acolá”, o que o leva a ter de dizer a estes organismos, numa reunião conjunta com os seus delegados, que é “evidente que gostaríamos de semear Pousadas nos lugares onde ainda são necessárias, se bem que não se deva confundir Pousadas com Miradoiros”³⁶⁷. E adianta uma solução por ele idealizada, no que pode ser considerada uma antevisão do Turismo de Habitação dos anos setenta, e que constitui uma alternativa a ser concretizada pelos próprios organismos de Turismo e o “auxílio de algumas boas vontades locais”³⁶⁸: as mini-pousadas, ou seja, os *Casalinhos*. E explica-se: é “útil dizer que nem todos os sítios pitorescos, mas pouco visitados, exigem *Pousadas*. Uma singela casa limpa, com dois ou três quartos e as indispensáveis instalações higiénicas, poderia servir esses lugares onde *lá vem um...* Para esse efeito

³⁶⁶ Rogério de AZEVEDO – *Projecto de ampliação da Pousada de S. Gonçalo – Serra da Marão. Memória Descritiva e Justificativa. Menória Técnica*. Porto, 11 de Março de 1959, p.1. IHRU: SIPA. *Pousadas. Processo Geral*.

³⁶⁷ Palavras do discurso de António Ferro pronunciado no Secretariado Nacional da Informação, em 13 de Dezembro de 1947, perante os Delegados das Comissões e Juntas de Turismo. António FERRO – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, p. 105.

³⁶⁸ Palavras do discurso de António Ferro pronunciado no Secretariado Nacional da Informação, em 13 de Dezembro de 1947, perante os Delegados das Comissões e Juntas de Turismo. António FERRO – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, p. 106.

encarregamos os Serviços Técnicos de elaborar dois projectos de *Casalinhos*, (...) pouco maior do que moinhos, espécie de abrigos, recantos que tornariam ainda mais características a nossa paisagem e o nosso turismo”³⁶⁹.

Com projecto já realizado³⁷⁰, a concretização destes equipamentos, que não decorre por conta nem do Ministério das Obras Públicas nem do SNI, nunca é posta em prática.

O círculo fecha-se, ouvidas que foram algumas das palavras de Raul Lino escritas no seu *Parecer* de 22 de Outubro de 1938.

³⁶⁹ Palavras do discurso de António Ferro pronunciado no Secretariado Nacional da Informação, em 13 de Dezembro de 1947, perante os Delegados das Comissões e Juntas de Turismo. António FERRO – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, p. 106.

³⁷⁰ Projecto da responsabilidade dos Serviços Técnicos do SNI, desenhado por Gonçalo de Mello Breyner, 1947.

ESTUDOS E INTERVENÇÕES NO PATRIMÓNIO

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

Teorias e práticas do restauro correntes na época

Normalmente, até ao século XIX, as intervenções de restauro realizadas sobre monumentos eram apenas uma tentativa de dar resposta, através da prática profissional, a problemas muito concretos, não se fazendo acompanhar de legislação respectiva. Com o início do novo século surgem, em vários países da Europa, políticas de salvaguarda do património monumental apoiadas em legislação.

As alterações políticas verificadas na Europa tiveram influência na defesa dos patrimónios artísticos nacionais. Para além dos edifícios monumentais serem o reflexo da história de cada país, “a defesa do património converteu-se numa ferramenta política, uma vez que o respeito contínuo pela história e pelas tradições que estes regimes demonstravam com a sua atitude criava a ideia de legitimidade política dos governos revolucionários”³⁷¹.

Em França, depois da Revolução e da destruição do património arquitectónico do país, e com a Restauração da monarquia, o estado assumiu a sua defesa e valorização. Para o efeito foi criada a Comissão dos Monumentos Históricos cujos primeiros directores foram Louis Vitet e P. Merimée. Foram eles, juntamente com Quatremère de Quincy, que possibilitaram a passagem de uma

³⁷¹ José Maria CALAMA; Amparo GRACIANI – *La restauración decimonónica en España*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1998, p. 21.

etapa empírica para uma outra doutrinal representada por Viollet-le-Duc. Reinvidicava-se a arte gótica como o estilo da nação, do cristianismo e da racionalidade. Vitet defendia o restauro “como uma operação de integração estilística através da qual o arquitecto deverá tentar alcançar no monumento a unidade que coincida com o seu estado primitivo”³⁷².

Em 1835, Vitet foi substituído no cargo por Merimée. A questão da autenticidade ao intervir nos monumentos é modelada. Eram a técnica e a linguística que davam o carácter de autenticidade ao monumento restaurado, encontrando-se a solução nos estudos arqueológicos com o fim de descobrir com exactidão a época da construção, assim como edifícios da mesma época e estilo na mesma província ou região. Era considerado legítimo, para se conseguir o estilo unitário, a demolição de acrescentos ou alterações renascentistas, barrocas e neoclássicas em monumentos antigos e medievais, com o fim em exclusivo de reconstruir estas partes no estilo original, sem distinguir o antigo do novo, uma vez que todas as partes contribuía para a autenticidade.

Foi neste ambiente técnico e doutrinal que surgiu Viollet-le-Duc (1814-1879), jovem arquitecto que ganhou crédito como técnico e teórico do restauro dos monumentos góticos.

A França detinha uma tradição de visão mecanicista da arquitectura que veio a culminar nas teorias de Viollet-le-Duc. Antes deste, os critérios de intervenção caracterizavam-se por uma dispersão de métodos e por falta de coerência e justificação teórica. A concepção que Viollet-le-Duc tinha da história era, em parte, o resultado do interesse dos românticos pela Idade Média. Para

³⁷² Javier RIVERA – “Restauracion arquitectonica desde los origenes hasta nuestros dias. Conceptos, teoria e historia” in *Teoria e Historia de la Restauracion*, vol 1. Madrid: Editorial Munilla-Leria, 1997, p. 122.

ele o gótico de meados do século XIII era o culminar do desenvolvimento artístico, interpretando o Renascimento como um período de decadência³⁷³.

Viollet-le-Duc sentia nostalgia pelo futuro e não pelo passado, sendo um dos primeiros a sublinhar a importância das dimensões social e económica da arquitectura³⁷⁴, considerando-a como uma expressão directa de uma determinada estrutura social.

Viollet-le-Duc procurou conhecer o modo de construir do estilo gótico que, na sua opinião e entendendo-o como um estilo nacional, não era apenas a manifestação da “alma do país”, mas um “princípio de unidade” e de “desenvolvimento regular e lógico”³⁷⁵. A partir das experiências tecnológicas realizadas nos monumentos que restaurou, criou teorias construtivas e estilísticas do estilo medieval, publicadas na obra em 10 volumes *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture* (Paris, 1854-71).

Entendendo o restauro arquitectónico como uma disciplina autónoma do projecto arquitectónico de raiz, Viollet-le-Duc procurou racionalmente pôr em evidência os valores estruturais e a perfeição material do gótico, que entendia como dotado de uma coerência absoluta entre a forma e o seu comportamento mecânico, como matéria, em que tudo está equilibrado de modo que qualquer modificação de um elemento obrigava à modificação do todo³⁷⁶.

³⁷³ Hanno-Walter KRUFT – *Historia de la teoría de la arquitectura*, vol. 2. Madrid: Alianza Editorial, 1990, p. 496.

³⁷⁴ Françoise CHOAY – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 132.

³⁷⁵ VIOLLET-LE-DUC – *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture française du Xie au XVIe siècle*, vol. I. Paris: 1854, p. III, citado por Hanno-Walter KRUFT – *Historia de la teoría de la arquitectura*, vol. 2. Madrid: Alianza Editorial, 1990, p. 496.

³⁷⁶ Antón CAPITEL – *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*. Madrid: Alianza Editorial, 1988, p. 19.

Animado por um pensamento “idealista” unido, em aparente contradição, a uma rigorosa análise arquitectónica enquanto questão material e concreta, procurará a perfeição formal de cada edifício “em relação com a sua própria arquitectura”, independentemente da sua verdadeira história, propondo “o resgate de uma obra ‘ideal’, de estilo unitário, de completa estrutura formal e de natureza isenta”³⁷⁷. Dando valor à coerência interna, defendeu o restauro estilístico com a reconstrução dos monumentos “tal como deveriam ter sido na sua completa idealidade formal”. Assim, restaurar um edifício “não significa conservá-lo, repará-lo ou refazê-lo, mas sim restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento”³⁷⁸. O restaurador devia meter-se na pele do autor e completar o edifício conforme o provável plano original, imaginando ornamentos e estruturas que não tinham sido feitas, mas que julgava estarem previstas, e destruindo acrescentos e alterações de outras épocas.

Mantendo uma relação aberta entre pensamento e acção e pondo em evidência as possíveis contradições entre a teoria e a prática, entre os princípios gerais e a especificidade dos casos individuais, desenvolveu um “método”³⁷⁹ para enfrentar o restauro de um monumento, Apesar de a sua teoria estar baseada na noção de unidade de estilo, é possível extrair dela várias implicações metodológicas prévias ou simultâneas a esse conceito: o restauro deve apoiar-

³⁷⁷ Antón CAPITEL – *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*. Madrid: Alianza Editorial, 1988, p. 19.

³⁷⁸ VIOLLET-LE-DUC – *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du Xie au XVIe siècle*. Paris: s/ed., tomo VIII, p. 14. Citado por Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p. 78.

³⁷⁹ Ao seu interesse pela história das técnicas e dos materiais de construção, aliava o método de inquérito *in situ* e os levantamentos fotográficos.

se com um levantamento planimétrico realizado de modo científico e com a ajuda de documentos e investigações arqueológicas, recorrendo ao uso da fotografia; o restauro não deve ficar pela aparência do monumento, mas estender-se até à sua estrutura construtiva; uma vez que todos os edifícios em que se realiza um restauro cumprem uma função, estão destinados a um uso, deve ser concedida uma especial atenção à funcionalidade do monumento³⁸⁰; as modificações antigas devem ser conservadas, no entanto devendo serem eliminadas as transformações que comprometam a estabilidade ou a conservação do edifício, que perturbem o seu valor de testemunho histórico ou que comprometam a recuperação da unidade de estilo do monumento³⁸¹.

Os seguidores do princípio de unidade de estilo, sofrendo de influências historicistas e nacionalistas, tornaram-se arquitectos-restauradores-criativos, caindo inevitavelmente em excessos ao procurarem reconstruir e completar os monumentos segundo hipotéticos planos teoricamente imaginados³⁸².

A unidade de estilo, como doutrina intervencionista, foi seguida um pouco por toda a Europa durante o século XIX, prolongando-se em alguns países pelo início do século XX, e reaparecendo em situações conjecturais concretas como nos períodos de pós-guerra para recuperar edifícios gravemente danificados.

³⁸⁰ Defendendo que a melhor forma para conservar um edifício é encontrar-lhe um destino, Viollet-le-Duc adverte para a necessidade de que o destino funcional do monumento respeite o edifício e seja compatível com o seu carácter e disposição.

³⁸¹ Ignacio GONZÁLEZ-VARAS – *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999, pp. 160-161.

³⁸² Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 78-79.

As críticas a Viollet-le-Duc surgiram rapidamente e uma oposição crescente começou a fazer-se sentir.

Em Inglaterra a descentralização da actividade restauradora foi favorável à discussão de princípios e doutrinas intervencionistas. As primeiras vozes críticas surgiram entre os círculos eclesiásticos e arqueológicos medievalistas. Gradualmente essa atitude crítica foi-se alargando a outros meios eruditos, com tomadas de posição mais firmes e claras. A polémica girava em torno de três sistemas de restauro: o *destrutivo*, em que as diversas partes do monumento não eram consideradas e a reconstrução era feita de acordo com um princípio de preferência; o *conservador*, onde o antigo era reproduzido como um novo *fac-símile*; e o *ecléctico*, onde os outros dois sistemas se combinavam³⁸³.

No meio deste ambiente surge John Ruskin (1819-1900), escritor e esteta, crítico de arte e autor de uma nova concepção de salvaguarda dos monumentos, contrária aos princípios da unidade de estilo.

Rejeitando a industrialização e os seus efeitos e defendendo o retorno às formas góticas, Ruskin desenvolveu a ideia de uma sociedade comunitária neo-medieval³⁸⁴. Para ele, o elo de ligação ao passado encontrava-se na arquitectura. Ruskin considera que existem três momentos na vida de um a obra de arte: o inicial ou projectual, a função de uso e o momento da conservação³⁸⁵.

³⁸³ Sistemas de restauro distinguidos por Edward Augustus Freeman na sua obra *Principles of Church Restoration*, de 1846, referidos em Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 79-80.

³⁸⁴ Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 80-81.

³⁸⁵ Ignacio GONZÁLEZ-VARAS – *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999, p. 206.

Para ele só existe um acto de criação, o acto inicial que já deve ter presente a vida inteira da obra de arte. Considerando que “a glória de um edifício está na sua idade”³⁸⁶ e que o trabalho das gerações passadas confere aos edifícios que elas nos legaram um carácter sagrado³⁸⁷, empenha-se e entusiasma-se com a preservação dos monumentos como forma de impedir o esquecimento e assegurar a identidade de um povo.

Ruskin encara o restauro numa perspectiva moral e ética. A arquitectura é vista como uma pedra angular da história e o monumento como uma dádiva à qual nos compete, apenas, administrar e assegurar a sua transição para a geração seguinte. No sentido estético, paisagista-pitoresco, também vê os monumentos como parte integrante da natureza, cabendo ao homem admirar o conjunto sem intervir.

Para Ruskin o verdadeiro sentido da palavra *restaurar* significa “the most total destruction which a building can suffer: a destruction out of which no remnants can be gathered: a destruction accompanied with false description of the thing destroyed”³⁸⁸. Restaurar é falsificar e destruir, e nesta questão ele é radicalmente contra pois que é tão impossível restaurar como é impossível dar vida a um morto³⁸⁹. Para ele, a conservação da autenticidade do objecto histórico

³⁸⁶ John Ruskin, *Unto this Last*, 1862, e *The Crown of Wild Olive*, 1866. Citados por Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p. 81.

³⁸⁷ Françoise CHOAY – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 130.

³⁸⁸ John RUSKIN – *The seven lamps of architecture* (1880). New York: Dover Publications, 1989, p. 194.

³⁸⁹ Javier RIVERA – “Restauracion arquitectonica desde los origenes hasta nuestros dias. Conceptos, teoria e historia” in *Teoria e Historia de la Restauracion*, vol 1. Madrid: Editorial Munilla-Leria, 1997, pp. 131-132.

é a garantia da conservação e transmissão das suas qualidades morais³⁹⁰. Não deixa no entanto de reconhecer a necessidade de se conservarem os imóveis, evitando assim o restauro e impedindo a sua degradação. Mas, em defesa da autenticidade e do respeito pela obra de arte, opõe-se aos métodos arqueológicos e racionalistas dos restauradores que considera inseguros e com falta de rigor científico.

A dimensão universal que Ruskin atribui aos monumentos, como memória colectiva da humanidade, leva-o a conceber a protecção dos monumentos à escala internacional e a lançar a noção de *bem europeu*³⁹¹. O seu pensamento seria continuado por um seu seguidor, William Morris (1834-1896), um político, crítico de arte e filósofo que desenvolveu novos conceitos como o da conservação dos ambientes históricos junto dos monumentos como símbolo da sua recuperação espiritual³⁹². Preferindo a manutenção à restauração, aceita que se intervenha desde que se distinga claramente o novo do velho.

Foi, no entanto, em Itália que o pensamento de Ruskin frutificou, ainda que de forma híbrida, através do arquitecto Camilo Boito (1836-1911), que estudou na Alemanha, Polónia, na Academia de Veneza e nas Matemáticas de Pádua.

Na sua obra arquitectónica de raiz, Boito era um historicista. De acordo com a cultura do seu tempo, defendia o românico como o estilo nacional italiano.

³⁹⁰ Ignacio GONZÁLEZ-VARAS – *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999, pp. 204.

³⁹¹ Françoise CHOAY – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 123.

³⁹² Javier RIVERA – “Restauracion arquitectonica desde los origenes hasta nuestros dias. Conceptos, teoria e historia” in *Teoria e Historia de la Restauracion*, vol 1. Madrid: Editorial Munilla-Leria, 1997, p. 134.

Mas as suas ideias sobre o restauro monumental levaram ao desprestígio do historicismo eclético e ao aparecimento de uma nova sensibilidade³⁹³.

Como estudioso do mundo medieval admira Viollet-le-Duc, mas rejeita os restauros efectuados pelos seus seguidores por considerar a sua metodologia já antiquada no final do século XIX. Também se entusiasma com as teorias de Ruskin, mas inicia uma via nova a meio caminho entre a do francês e a do inglês: defender a memória histórica do monumento e, simultaneamente, recuperar a imagem antiga do mesmo numa obra de restauro arqueológica e projectual, recuperando o edifício de uma cultura morta para o cumprimento de uma necessidade contemporânea e respondendo, assim, à sua restituição estética, histórica, espiritual e material, sem renunciar ao diálogo entre o antigo e o presente.

Mas Camilo Boito nunca defende em primeiro lugar o restauro, nunca o considerando prioritário entende que a conservação e consolidação dos monumentos se garante através da sua contínua manutenção. Considerando o edifício como um objecto documental e arqueológico, também se opõe às integrações e ao completar de obras inacabadas, aceitando apenas uma acção restauradora mínima. Condena a destruição de acrescentos ou alterações não unitárias com a obra, pois todas as fases da sua construção são-no de cada um dos momentos da sua existência, pelo que devem ser respeitadas. Se por estas ideias se aproxima de Ruskin e se opõe aos seguidores de Viollet-le-Duc, Camilo Boito também era anti-ruskiano quando à passividade pois que, para ele, sob

³⁹³ Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p. 87.

nenhum pretexto se podia deixar morrer um edifício³⁹⁴. Perante uma situação de ruína, de absoluta necessidade de restaurar ou completar, e em que já não é possível consolidar ou reparar, admite a intervenção de restauro segundo os princípios que propôs.

Expostos no III Congresso de Arquitectos e Engenheiros Civis, de Roma, em 1883, são o resultado de toda a experiência de Boito e constituem uma nova concepção intervencionista. São oito os princípios propostos por Boito:

- “1 – Diferenciação de estilo entre o antigo e o novo.
- 2 – Diferenciação de materiais e seu emprego.
- 3 – Supressão de molduras e decoração nas partes novas.
- 4 – Exposição das partes materiais que foram eliminadas, num espaço contíguo ao monumento restaurado.
- 5 – Incisão de uma marca convencional nas partes novas onde se trabalhou, para facilitar a identificação.
- 6 – Memória descritiva de todo o processo de intervenção no monumento.
- 7 – Descrição e fotografias das diversas fases dos trabalhos depositadas no próprio monumento ou num lugar público próximo ou ainda a publicação de todo o material.
- 8 – Notoriedade visual das acções realizadas”³⁹⁵.

Estes oito princípios científicos são genericamente formulados como doutrina de restauro de monumentos. No entanto Camilo Boito estabeleceu três tipos ou métodos de restauro tendo em consideração três classificações

³⁹⁴ Javier RIVERA – “Restauracion arquitectonica desde los origenes hasta nuestros dias. Conceptos, teoria e historia” in *Teoria e Historia de la Restauracion*, vol 1. Madrid: Editorial Munilla-Leria, 1997, pp. 139-140.

³⁹⁵ Transcrito de Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 88-89.

cronológicas: para os monumentos da Antiguidade (importância arqueológica), um *restauro arqueológico* de consolidação técnica e de acção restrita para a máxima preservação do valor documental e da autenticidade do fragmento; para os monumentos da Idade Média (aparência pitoresca), um *restauro pictórico*, respeitador da condição ambiental e pitoresca do monumento exercido sobretudo ao nível estrutural; para os monumentos do renascimento e seguintes (beleza arquitectónica), um *restauro arquitectónico* tendo em consideração critérios de unidade formal e compositiva e envolvendo o edificado na sua totalidade³⁹⁶.

A sua teoria de consolidação, reparação e restauro segundo oito pontos, em que são conservados os valores históricos do edifício, assim como os espirituais e estéticos sem renunciar ao uso material contemporâneo, provocou em toda a Europa um debate, tendo o governo italiano publicado uma lei para a conservação dos monumentos segundo as normas e conselhos estabelecidos por Camilo Boito e arquitectos europeus iniciaram uma cruzada para salvar e respeitar o património artístico, histórico e monumental nos seus respectivos países³⁹⁷.

Não deixa, no entanto, de haver alguma ambiguidade e contradição no pensamento de Camilo Boito. Se por um lado não admite os complementos estilísticos, mesmo quando a sua primitiva existência está documentada de forma segura, por outro autoriza sem hesitação novas inserções com fins

³⁹⁶ Ignacio GONZÁLEZ-VARAS – *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999, pp. 231-233.

³⁹⁷ Javier RIVERA – “Restauracion arquitectonica desde los origenes hasta nuestros dias. Conceptos, teoria e historia” in *Teoria e Historia de la Restauracion*, vol 1. Madrid: Editorial Munilla-Leria, 1997, p. 140.

estáticos de sustentação ou suporte da estrutura do edifício, não sendo estas, muitas vezes, visíveis à superfície. Na medida em que a natureza artística da arquitectura não se esgota na superfície visível, sendo inseparável da concepção interna e material, cria-se uma mistificação da autenticidade do imóvel. E Antón Capitel acusa: “Entender la autenticidad como algo que afecta estrictamente a la condición visual de la arquitectura antigua y no tanto, o menos, a su condición material y real, es una completa tergiversación de la disciplina”³⁹⁸.

A ambiguidade, e mesmo as contradições, nas matérias relacionadas com o restauro monumental devem-se à própria complexidade do conceito de monumento histórico. Sobre esta questão, o vianense Alois Riegl (1858-1905), conservador do Museu de Artes Decorativas de Viena e presidente da Comissão de Monumentos Históricos, contribuiu com uma reflexão sobre a natureza do valor artístico e histórico dos monumentos. Na sua obra *Der moderne Denkmalkultus (O culto moderno dos monumentos)*, publicada em Viena em 1903, analisa os valores monumentais através de duas categorias: uns, “ditos ‘de rememoração’, estão ligados ao passado e fazem intervir a memória”, os outros, “ditos ‘de contemporaneidade’, pertencem ao presente”³⁹⁹. Dentro dos primeiros, Riegl inscreveu um valor que emergiu na Segunda metade do século XIX a que chamou “antiguidade”⁴⁰⁰, próximo do valor de *devoção* de Ruskin. No entanto, enquanto Ruskin procurava impor a sua concepção moral dos monumentos, Riegl parte de uma constatação da realidade. A facilidade com que

³⁹⁸ Antón CAPITEL – *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*. Madrid: Alianza Editorial, 1988, p. 35.

³⁹⁹ Françoise CHOAY – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 139.

⁴⁰⁰ Diz respeito à idade do monumento e às marcas que o tempo não deixa de lhe imprimir.

o valor de “antiguidade” é apropriado pelas massas deixa prever que ele será o valor dominante do monumento histórico no século XX. No segundo conjunto de valores, pertencentes ao presente, Riegl distingue ao lado do “valor de arte”⁴⁰¹, fundamental para determinar a linha a ser seguida na conservação dos monumentos, o valor de “utilização”, englobando as condições materiais de utilização prática dos monumentos, históricos ou não, quer tenham conservado o seu memorial original e as suas antigas funções, ou numa reutilização posterior, incluindo funções museológicas.

Quanto à questão do restauro, consoante a categoria do monumento, apresenta atitudes e critérios diferentes. Para os monumentos antigos, pretende-se a não intervenção no curso natural das alterações no seu ciclo de vida. Nos monumentos históricos, interessa a obra na sua forma original, sem mutilações, tal como saiu da mão do seu criador, mas o grau do seu valor histórico é proporcional à menor alteração da sua forma original. Propõe que “o historiador deve reparar os vazios que a natureza produziu na forma original, mas através de cópias ou trabalhos escritos, sem tocar no monumento para o não falsificar para a investigação histórica futura”⁴⁰². Por último, para os monumentos com valores de contemporaneidade, incluindo o valor instrumental, exige-se um aspecto novo, acabado e não afectado pela destruição natural. Assim se justifica o restauro, necessário para a sua reutilização e bem-estar físico dos seus utentes, valores que prevalecem sobre a ideia de antiguidade.

⁴⁰¹ Composto pelo “valor de arte relativo”, respeitante à parte das obras artísticas antigas tornada acessível à sensibilidade moderna, e o “valor de novidade que diz respeito à aparência fresca e intacta dessas obras. Françoise CHOAY – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 140.

⁴⁰² Ana M.^a Macarrón MIGUEL; Ana González MOZO – *La conservación y la restauración en el siglo XX*. Madrid: Editorial Tecnos, 1998, p. 141.

A análise de Riegl expõe as exigências simultâneas e contraditórias dos valores de que o monumento histórico foi investido ao longo de séculos, fundando uma concepção não dogmática e relativista dos monumentos históricos de acordo com o relativismo que introduziu nos estudos de história da arte⁴⁰³.

A percepção dos conflitos latentes no interior da noção de monumento histórico explica a ambiguidade das teorias e práticas do restauro. Ainda assim, os aspectos positivos do pensamento de Camilo Boito tiveram uma grande difusão internacional, consagrando o princípio da conservação, enunciado por John Ruskin, em detrimento da restauração em unidade de estilo. Praticamente um século depois de Ruskin ter exposto as suas ideias sobre o restauro monumental e ter proposto uma europeização das iniciativas de protecção do património artístico, realizou-se em Atenas, em 1931, a Conferência de Peritos para a Protecção e Conservação de Monumentos de Arte e História. Como conclusão da Conferência saiu um documento, a *Carta de Atenas*, reconhecendo formalmente a existência de um Património Cultural Mundial, consagrando princípios postulados por Boito, Giovannoni e Torres Balbás⁴⁰⁴, e que constitui o primeiro documento internacional a formular os princípios e normas gerais para a conservação e restauro de monumentos: tendência geral de abandonar das

⁴⁰³ Françoise CHOAY – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 141.

⁴⁰⁴ Destacado pelo seu pensamento avançado na afirmação do critério de “conservação”, o arquitecto espanhol Leopoldo Torres Balbás (1888-1960) contribuiu, juntamente com o arqueólogo Gómez-Moreno, para formalizar a especialidade de arte hispanomuçulmana. Com critérios similares aos estabelecidos por Boito, criticou a teoria de restauro de Viollet-le-Duc e o eclectismo historicista. Defendeu como valores a salvaguardar o pitoresco e o arquelógico e condenou os restauros radicais que eliminavam o valor arquelógico através do acabamento dos edifícios e da substituição de pedras gastas pelo tempo, eliminando o valor pitoresco. Para ele, o monumento era um documento que tinha que ser conservado como era. Ignacio GONZÁLEZ-VARAS – *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999, pp. 298-302, e Ana M.^a Macarrón MIGUEL; Ana González MOZO – *La conservación y la restauración en el siglo XX*. Madrid: Editorial Tecnos, 1998, pp. 150-151.

restituições integrais, o restauro em estilo, em favor da conservação regular e permanente como medida mais eficaz para assegurar a conservação dos monumentos, assim como a utilização dos monumentos para assegurar a sua continuidade vital; no tratamento de bens arqueológicos impõe-se uma conservação escrupulosa em que a inserção de novos materiais deve ser sempre reconhecível; podem ser empregues materiais e técnicas modernas, como o betão armado; os meios de reforço, os elementos estruturais, em geral devem ser dissimulados para não alterarem o carácter do edifício a restaurar; recomendação de respeitar, na construção de edifícios, o carácter e a fisionomia da cidade, em especial nas proximidades dos monumentos antigos; igual respeito deve ser tido com determinadas perspectivas especialmente pitorescas⁴⁰⁵.

Boito “conseguiu instituir um sentimento de ruptura entre os tempos ‘históricos’ e os ‘modernos’” que se fez sentir, também, em termos de conjuntos urbanos, “através da prática obrigatória de diferenciar o moderno, possibilitando, sem choque, a coexistência digna deste com o antigo”⁴⁰⁶. É precisamente o aspecto urbanístico e a união do monumento com a sua envolvente que motivará os seus continuadores na escola italiana.

⁴⁰⁵ Ignacio GONZÁLEZ-VARAS – *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999, pp. 467-469. Entre as conclusões da Conferência sobressai a seguinte posição: “Au cas où une restauration apparait indispensable par suite de dégradation ou de destruction, elle [La Conférence] recommande de respecter l’oeuvre historique et artistique du passé, sans proscrire le style d’aucune époque “. *La Conservation des Monuments d’Art et d’Histoire* – Paris: Office International des Musées, publication de l’Institut de Coopération Intellectuelle, s.d.. Citado por Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p. 94.

⁴⁰⁶ Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p. 95.

Viollet-le-Duc ao considerar o monumento sob o prisma ideal da sua unidade e perfeição entendia-o como um objecto isolado, independente, afastado do papel urbano que desempenhava. Gustavo Giovannoni (1873-1947), engenheiro civil italiano, especializado em história da arquitectura e teoria do restauro e seguidor de Boito, reage contra este isolamento urbano dos monumentos, efectivado para se conseguir a sua unidade.

Criando o conceito de *ambiente*, como definição urbana visual do monumento enquanto constitutiva da sua própria natureza, defendeu a conservação das implantações urbanas reais dos monumentos e as suas relações históricas com a envolvente⁴⁰⁷ e estendeu o conceito de monumento ao de *conjunto histórico*, considerando os tecidos urbanos como organismos estéticos, igualmente portadores de valores artísticos e históricos materializados nas suas configurações espaciais.

Com uma formação múltipla e uma declarada filiação boitiana, Giovannoni sistematizou os princípios do *restauro científico*, entendido como a conservação do monumento enquanto documento, e estendeu-os à natureza urbana dos monumentos e à conservação da cidade histórica. Não considerava a arquitectura moderna apta para se integrar nos bairros antigos e não apoiava a reforma dos mesmos, tomando como referência as reformas dos bairros praticadas em Roma na primeira metade do século XX e conhecidas por *sventramenti*⁴⁰⁸.

⁴⁰⁷ Antón CAPITEL – *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*. Madrid: Alianza Editorial, 1988, p. 39.

⁴⁰⁸ Antón CAPITEL – *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*. Madrid: Alianza Editorial, 1988, p. 39.

Ao solicitar uma protecção total tanto para os monumentos e suas envolventes como para os conjuntos urbanos, Giovannoni foi obrigado a alargar o conceito de restauro a limites difíceis, produzindo algumas ambiguidades. Para as resolver criou o conceito de *diradamento*, que consistia no saneamento e restauração de toda uma área urbana, eliminando as reformas inadequadas e as degradações, de modo a que o casco recupere a sua condição primitiva, resultando assim higiénico e funcional. Com este conceito de perfeição primitiva voltam os ecos das velhas reivindicações higienistas e o ideal boitiano já não é exactamente seguido⁴⁰⁹.

Apesar da ambiguidade de algumas das suas posições, logrou difundir a nível internacional o respeito pelo envolvimento histórico dos monumentos, expresso na Carta de Atenas.

Reintegração dos monumentos nacionais

O restauro de monumentos e o desenvolvimento dos estudos histórico-arqueológicos no século XIX em Portugal são, por si sós, demonstrativos do isolamento do país em relação à cultura artística da época quando comparada com a dos outros países europeus. A situação dos monumentos e a consciência necessária à sua preservação como parte integrante do património cultural e artístico só se alterará no início do século XX.

⁴⁰⁹ Antón CAPITEL – *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*. Madrid: Alianza Editorial, 1988, p. 40.

Com a extinção das Ordens Religiosas e a sequente desamortização dos seus bens em 1834, o Estado Liberal ficou subitamente na posse de um número considerável de imóveis com valor histórico e artístico.

Todos aqueles que se interessavam pelas questões nascentes da arqueologia e das artes adoptaram uma posição anti-clerical, dominados que estavam pelos ventos revolucionários, responsabilizando os frades “pelo estado de degradação dos imóveis e pela deturpação da sua unidade estilística”⁴¹⁰.

É então que em 1836, ainda antes da Revolução de Setembro, se esboça uma primeira preocupação com os monumentos do reino com o objectivo de classificar esses imóveis. À Academia Real das Ciências de Lisboa, a quem compete a conservação dos monumentos, é atribuída a incumbência de elaborar uma relação dos conventos extintos. Muitos deles tinham sido transformados em quartéis, enquanto outros vieram a albergar as instituições culturais criadas pelo Setembrismo: Conservatório, Academia, Bibliotecas, Museus e a Instrução Pública.

Alexandre Herculano, cujo espírito românico exaltava o estilo gótico na sua identificação mística, religiosa e nacionalista, desempenhou um papel pioneiro ao publicar em 1838-39 *Os Monumentos*, uma série de artigos onde, pela primeira vez entre nós, o património arquitectónico e artístico era entendido como uma expressão privilegiada da identidade cultural do país, “lançando um verdadeiro manifesto” pela arquitectura erudita do passado, como uma herança

⁴¹⁰ Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p. 105.

cultural a preservar”⁴¹¹ e insurgindo-se contra a vaga demolidora dos monumentos do passado apela para a defesa da “história, da arte, da glória nacional que todos os dias vemos desabar em ruínas”⁴¹².

Aos poucos dão-se os primeiros passos para a formação de um organismo que defenda os imóveis com valor histórico e artístico, primeiro através da Inspeção de Obras Públicas do Ministério do Reino e, depois de 1852, do Ministério das Obras Públicas, então criado.

Procurava-se, então, realizar um levantamento e classificação dos monumentos e constatar o seu estado de conservação, mas “o desinteresse e falta de dados impedia o conhecimento real do valor e do estado dos imóveis”⁴¹³. As intervenções nos Mosteiros da Batalha⁴¹⁴ e dos Jerónimos eram casos isolados.

No domínio dos estudos histórico-arqueológicos a situação era idêntica, sendo sobretudo obra de “amadores, sem discernimento crítico e com poucos conhecimentos histórico-artísticos”⁴¹⁵. Apenas algumas monografias eram casos isolados neste contexto cultural. A ideia desenvolvida por Herculano, de que nos

⁴¹¹ João Paulo MARTINS – “Portuguesismo: Nacionalismos e Regionalismos na acção da DGEMN. Complexidade e algumas contradições na Arquitectura Portuguesa” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 117.

⁴¹² Alexandre HERCULANO – “Monumentos Pátreos” (1838), in *Opúsculos*, 2ª edição, t. II. Lisboa: Bertrand e Carvalho, 1880, p. 8. Citado por Lucília Verdelho da COSTA – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 63.

⁴¹³ Maria João Baptista NETO – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal, 1929-1999” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 23.

⁴¹⁴ Circunstâncias como o valor simbólico do monumento justificaram o pioneirismo do restauro, que decorreu sob orientação do Ministério das Obras Públicas. Veja-se, sobre este assunto, Maria João Baptista NETO – *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

⁴¹⁵ Lucília Verdelho da COSTA – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 69.

monumentos se torna visível a história das nações, vai dominar os estudos histórico-arqueológicos a partir dos anos 70, ligada ao positivismo e ao projecto nacionalista do Partido Republicano. Em 1886 Vilhena Barbosa publica *Monumentos de Portugal*⁴¹⁶, corolário de uma vida consagrada ao estudo e divulgação do património arquitectónico nacional. A arquitectura, que nele tem por missão satisfazer “as necessidades do corpo social, determinadas pelas ideias e pelos costumes, nas suas contínuas evoluções e também pela natureza do clima e do solo”⁴¹⁷, atravessa, como a Humanidade, diversas fazes de evolução. Para o autor, nesta perspectiva, também os monumentos e a sua ornamentação se tornam reveladores das ideias e dos impulsos de um povo e de uma civilização numa determinada fase do seu desenvolvimento, de declínio ou de apogeu. Esta espécie de lei natural, condicionante do devir da Arte, é “o resultado de uma interpretação mecanicista da totalidade social”⁴¹⁸. Segundo Vilhena Barbosa “o desenvolvimento moral” e o impulso das ideias” explicavam a arte da civilização grega e romana, enquanto a desagregação do Império originou o estilo bizantino, “inspirado pela arte oriental” e o latino, no Ocidente, ambos os estilos constituindo “o primeiro período da arquitectura, desde o estabelecimento do Cristianismo até aos meados do século XII”⁴¹⁹. A partir de meados do século XI, e como consequência do progresso, surgia o “estilo romão”, ainda muito influenciado pelo “espírito de desordem”; o isolamento geográfico do nosso país justificaria o seu “atraso” em relação a este movimento

⁴¹⁶ Vilhena BARBOSA – *Monumentos de Portugal*. Lisboa: Castro Irmãos Editores, 1886.

⁴¹⁷ Vilhena BARBOSA – *Monumentos de Portugal*. Lisboa: Castro Irmãos Editores, 1886, p. I.

⁴¹⁸ Lucília Verdelho da COSTA – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 70.

⁴¹⁹ Vilhena BARBOSA – *Monumentos de Portugal*. Lisboa: Castro Irmãos Editores, 1886, p. IV.

de ideias, e o seu desenvolvimento apenas meio século depois; a partir da segunda metade do século XI, o estilo ogival tornar-se-ia a expressão máxima do “espírito do Cristianismo”. No início este estilo, em Portugal e segundo o autor, oferecia apenas exemplos de “construções mesquinhas”, mas a sua adopção plena no templo da Batalha demonstra que se “amoldava exactamente ao estado de desenvolvimento moral da nação”, a sua “degeneração”, iniciando-se no reinado de D. Afonso V, consumou-se com o chamado estilo “manuelino”. Neste processo de decadência introduziu-se entre nós o estilo da Renascença. Por entrar em oposição com as ideias, os usos e os costumes do nosso país, não puderam ser adoptadas as formas “esbeltas” e “imbricadas” que o caracterizavam, sendo por isso modificado logo de imediato.

Este historicismo positivista aplicado às teorias da Arte, parecia entrar em contradição com a valorização do manuelino, como um período de decadência do “estilo” gótico. Esta oposição seria teoricamente ultrapassada pela via do evolucionismo e da adaptação ao meio natural. A Batalha surgiria, desta forma, “como a flor desconhecida de uma planta exótica”⁴²⁰. O manuelino, pelo contrário, encontrava a sua justificação na adaptação de um sistema arquitectónico às “condições de clima e da paisagem, à natureza dos materiais empregados, à flora, à fauna, à concepção religiosa, à história, à poesia, ao temperamento e à psicologia dos artistas, em cada região”⁴²¹. É sobretudo a

⁴²⁰ Ramalho ORTIGÃO – *O Culto da Arte em Portugal*, 2ª edição. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d., pp. 30-34-41. Citado por Lucília Verdelho da COSTA – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 71-72.

⁴²¹ Ramalho ORTIGÃO – *O Culto da Arte em Portugal*, 2ª edição. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d., pp. 164-165. Citado por Lucília Verdelho da COSTA – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 72.

preservação da sua identidade cultural que Ramalho Ortigão, no seio da teoria evolucionista, se esforça por assimilar⁴²².

Este movimento de ideias teve repercussão na protecção e conservação dos monumentos. A falta de verbas para as reparações mais urgentes e de técnicos aptos para efectuar o restauro dos monumentos, acrescido da ausência de um inventário dos Monumentos Nacionais, manteve-se até à reforma das Academias de Belas-Artes, em 1881, tendo em consideração que a Academia de Lisboa devia “promover o desenvolvimento das Belas-Artes e dos estudos arqueológicos, principalmente em relação com a História e a Arte nacionais”, sendo-lhe atribuída responsabilidade na “restauração e conservação dos monumentos”⁴²³.

Em 1880, o Ministério das Obras Públicas solicita à Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses⁴²⁴ a realização de um inventário sobre os edifícios que deveriam ser considerados Monumentos Nacionais. A tarefa da Comissão eleita para o efeito foi bastante dificultada pela falta de conhecimentos histórico-artísticos das entidades regionais do país, que tinham de responder aos inquéritos sobre os monumentos locais, base de trabalho para a elaboração do *Relatório* que apresenta uma classificação dos monumentos

⁴²² Ver sobre estas questões Lucília Verdelho da COSTA – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 70-73.

⁴²³ *Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, p. 41. Citado por Lucília Verdelho da COSTA – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 73-74.

⁴²⁴ Por iniciativa do arquitecto da Casa Real, Joaquim Possidónio da Silva, foi fundada em 22 de Novembro de 1863 a Associação dos Architectos Civis Portugueses que obtém do Estado, a 15 de Fevereiro do ano seguinte, a cedência do Convento do Carmo para aí instalar a sua sede e um Museu de Arqueologia. Primeira sociedade voltada para a defesa do património arquitectónico nacional, desenvolveu uma reflexão sobre os princípios técnicos de intervenção nos monumentos históricos. Em 1872 a associação, apadrinhada por D. Fernando II, passa a denominar-se Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses.

obedecendo a uma ordenação em seis classes: a 1ª e a 2ª classes relacionam-se com as “memórias históricas” e os “primores artísticos” ou a “magnificência dos edifícios”; a 3ª classe inclui os monumentos militares, castelos e torres “mais ou menos ricos de tradições históricas”; seguem-se, por ordem decrescente, os monumentos comemorativos – os padrões importantes para a “história e para as artes”; a 6ª classe contém os monumentos pré-históricos⁴²⁵.

Entretanto inicia-se uma disputa de competências na salvaguarda do património entre o Ministério das Obras Públicas e o Ministério da Instrução Pública e Belas Artes, criado a 7 de Agosto de 1890, cuja 1ª Repartição de Belas Artes tinha como atribuição a competência de “inventário, guarda e exposição dos monumentos históricos nacionais e superintendência sobre a sua conservação e restauração”⁴²⁶.

A dinâmica da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses era favorável à fermentação de preceitos e à discussão de ideias. A unidade de estilo, apesar das influências românticas, historicistas e nacionalistas que sofria, participava de um conceito lógico e estrutural. Estas características contribuíram para que as teorias de Viollet-le-Duc fossem seguidas por um grande número de architectos e teóricos de restauro “sem, contudo, terem absorvido e compreendido o pensamento do architecto francês por inteiro, derivando em preceitos radicais e sem critério artístico coerente”, limitando-se muitas vezes a acções de demolição de elementos artísticos de

⁴²⁵ *Relatório e Mappas Acerca dos Edifícios que devem ser classificados Monumentos Nacionais*. Lisboa: Lallement Frères Typ., 1881, pp. 4-7. Citado por Lucília Verdelho da COSTA – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 77.

⁴²⁶ Maria João Baptista NETO – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Architectónico em Portugal, 1929-1999” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 24.

qualidade e à construção de outros “sem qualquer critério histórico-artístico, evocando, no entanto, as sólidas teorias do mestre”⁴²⁷.

Com a acção levada a cabo pela Real Associação desenvolve-se uma forte corrente de opinião em favor dos monumentos e, em 1894, é criada uma Comissão permanente anexa ao Ministério das Obras Públicas, competindo-lhe classificar e inventariar os Monumentos Nacionais, assim como propor as providências necessárias à sua conservação e restauro⁴²⁸. São considerados Monumentos Nacionais todos os “edifícios, construções, ruínas e objectos artísticos, industriais ou archeológicos” que testemunhem a evolução da História nacional, ou comemorem factos notáveis, ou ainda os que constituam “vestígios dos povos e civilizações anteriores à formação da nacionalidade”⁴²⁹.

A Comissão, impotente para actuar no seio do Conselho Superior das Obras Públicas, maioritariamente constituído por engenheiros, extingue-se e é substituída, em 1898, por um Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Trata-se de uma “corporação técnica consultiva” formada para apreciar os projectos de obras em monumentos “sob o ponto de vista estético exclusivamente (...) por forma que seja conservada a pureza do [seu] carácter

⁴²⁷ Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p. 240.

⁴²⁸ Esta Comissão dos Monumentos Nacionais no seio do Ministério das Obras Públicas recebe as incumbências resgatadas à 1ª Repartição de Belas Artes. Maria João Baptista NETO – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal, 1929-1999” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 24.

⁴²⁹ *Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, pp. 101-102. Citado por Lucília Verdelho da COSTA – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 80.

histórico e do estylo (...)”⁴³⁰. Paralelamente a uma actividade legislativa começa, então, um período em que se inicia o restauro de alguns monumentos (Sés de Coimbra, da Guarda e de Lisboa), mas depressa as verbas se revelam insuficientes para as necessidades.

Apesar de os arquitectos e outros técnicos possuírem um espirito mais arreigado às concepções práticas “em que o aspecto histórico ou artístico podia ser sublevado por reconstituições arqueológicas, sob preciosismos de hipotética pureza de estilo, que impunham demolições e construções de elementos ao sabor, muitas vezes, da imaginação e criação dos seus autores”⁴³¹, em 1904 ia sendo concretizada uma actualização com a política de conservação dos monumentos seguida pelos “paizes civilizados”⁴³². Rosendo Carvalheira, então Presidente da Real Associação, participou no 6º Congresso Internacional de Architectura que se realizou em Madrid. Nele foi aprovado um conjunto de normas internacionais que deveriam ser seguidas no restauro dos monumentos. O Congresso estabeleceu a distinção entre “‘Monumentos Mortos’ e ‘Monumentos Vivos’; os primeiros, aqueles que já não se adequam aos fins para

⁴³⁰ *Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899, p. 923. Citado por Lucília Verdelho da COSTA – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Architectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 82.

⁴³¹ Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Architectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p. 251.

⁴³² Gabriel PEREIRA – “Restaurar e conservar” in *Monumentos Nacionais II*. Lisboa: Typ. Do “Dia”, 1902, pp. 15-18. Este texto inicialmente publicado na *Arte Portuguesa (Revista de Archeologia e Arte Moderna*, n.º 6, Junho de 1895, p. 121.) defendia as posições de Camillo Boito em detrimento das teorias de Viollet-le-Duc, afirmando o autor que entre nós “tem-se praticado outra habilidade: fazer tudo novo, fazer desaparecer até o tom antigo, tão lindo, tão nobre, que o tempo dá aos marmores e cantarias” (p. 17). No 4º Congresso Internacional de architectura (Bruxelas, 1897), enunciavam-se algumas questões fundamentais relativas ao restauro dos Monumentos, e que tinham sobretudo a ver com a sua reconstrução: deve optar-se por um estilo único? Se estão incompletos, é legítimo completá-los? Podem corrigir-se erros?”. Lucília Verdelho da COSTA – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Architectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 85.

que foram construídos, devem ser conservados; os segundos devem restaurar-se para continuarem a servir; o restauro deve fazer-se no estilo primitivo dos monumentos, a fim de preservar a sua unidade estilística, mas deveriam respeitar-se todas as partes executadas em outros estilos sempre que apresentem mérito artístico”⁴³³.

Em Portugal não se verificou uma situação idêntica à dos outros países europeus que, desde meados do século XIX, intensificaram uma acção sistemática de protecção e restauro dos seus monumentos históricos através de entidades especificamente criadas para esse fim. Às Comissões instituídas em Portugal incumbiu proporem a classificação dos monumentos e as medidas necessárias à sua protecção, mas era o Ministério das Obras Públicas quem realmente podia delinear uma política em relação aos Monumentos.

Depois de 1852, o Ministério das Obras Públicas assumiu o controlo dos restauros através de diferentes organismos. O Estado procurava centralizar todas as acções de intervenção no património arquitectónico nacional, não rejeitando o contributo dos particulares. A maioria das obras realizadas, “sem preocupações estético-artísticas, destinava-se a promover a reutilização dos imóveis, para fins distintos aos da sua construção”⁴³⁴. Procurava-se, então, realizar um levantamento e classificação dos monumentos e constatar o seu estado de conservação, mas “o desinteresse e falta de dados impedia o

⁴³³ Lucília Verdelho da Costa cita a revista *A Construção Moderna*, n.º 93 e 133, respectivamente de 20-4-1903 e 1-6-1904. Lucília Verdelho da COSTA – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 86.

⁴³⁴ Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p. 178.

conhecimento real do valor e do estado dos imóveis”⁴³⁵. Os poucos monumentos que tiveram uma intervenção destinada a salvá-los da ruína, foram seleccionados em função da sua identificação histórico-simbólica, sendo privilegiada a época medieval e o tempo das descobertas marítimas (Mosteiro da Batalha⁴³⁶, Torre de S. Vicente e Mosteiro de St.^a Maria de Belém).

Com a reforma administrativa de 1892 modifica-se a rede de classificação e distribuição de muitos Concelhos, passando os monumentos a servir de símbolos referenciais da importância e da tradição histórica dos lugares como modo de afirmação regional-concelhia. A catedral assume, assim, a identificação da vivência histórica da região⁴³⁷. Este movimento em torno das catedrais teve na Sé Velha de Coimbra a sua primeira acção prática, iniciada em 1893. Seguem-se as catedrais de Lisboa e da Guarda, mas depressa as verbas se revelam insuficientes para as necessidades.

Com o regime republicano, a situação verificada em 1834 repete-se⁴³⁸. Com a *Lei da Separação do Estado da Igreja*, de 20 de Abril de 1911, a Igreja

⁴³⁵ Maria João Baptista NETO – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal, 1929-1999” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 23.

⁴³⁶ Circunstâncias como o valor simbólico do monumento justificaram o pioneirismo do restauro, que decorreu sob orientação do Ministério das Obras Públicas. Veja-se, sobre este assunto, Maria João Baptista NETO – *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

⁴³⁷ “O movimento restaurador, em torno das catedrais francesas, desenvolvido por Viollet-le-Duc e seus seguidores, influenciou naturalmente os nossos técnicos e os intelectuais locais que viam nas respectivas catedrais a expressão do poder e da história do lugar”. Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 184-185.

⁴³⁸ Com a extinção das Ordens Religiosas e a sequente desamortização dos seus bens em 1834, o Estado Liberal ficou subitamente na posse de um número considerável de imóveis com valor histórico e artístico.

Católica vê-se privada de personalidade jurídica e fica impedida de possuir qualquer bem.

A 26 de Maio de 1911, mais ou menos um mês depois da lei da Separação, é publicado um decreto reformador estabelecendo um programa ordenado de defesa do património artístico e “procurando aproveitar o lugar deixado vago pela Igreja, no campo mecenático e de protecção das artes e artistas, para fazer sobressair a instituição estatal”⁴³⁹. Numa perspectiva descentralizadora, e extinguindo-se o Conselho de Monumentos Nacionais, o país é dividido em três circunscrições (Lisboa, Coimbra e Porto). Em cada uma das circunscrições passa a funcionar um Conselho de Arte e Arqueologia com atribuições consultivas e deliberativas. Mas, a participação de Portugal na primeira Guerra Mundial e as dificuldades orçamentais então vividas não favoreciam a execução de intervenções nos monumentos, apesar do estado precário de alguns deles. Por outro lado, a falta de eficiência devido às dificuldades burocráticas e à falta de funcionários com competência no domínio do restauro monumental dentro do Ministério das Obras Públicas⁴⁴⁰, continuando a não existir uma reflexão séria sobre os Monumentos, leva à criação de um novo organismo dentro do Ministério do Comércio e Comunicações, com o estatuto de Administração Geral e vocacionado para os estudos e obras nos edifícios e monumentos Nacionais⁴⁴¹.

Esta nova Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais tinha os seus serviços divididos em internos e externos, sendo que os externos

⁴³⁹ Maria João Baptista NETO – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal, 1929-1999” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 24.

⁴⁴⁰ Entre as quatro repartições existentes na Direcção de obras Públicas, criada a 9 de Maio de 1919, existia uma com atribuições específicas relativas a Edifícios e Monumentos Nacionais.

⁴⁴¹ Decreto n.º 7 038 de 17 de Outubro de 1920.

estavam confiados a duas Direcções, uma em Lisboa e outra no Porto. O cargo de administrador geral era ocupado por um engenheiro inspector ou civil de 1ª classe, coadjuvado por um arquitecto; o quadro de pessoal técnico era composto por engenheiros civis, arquitectos e desenhadores.

No clima de prosperidade do pós-guerra realizaram-se intervenções em alguns monumentos: Sé de Lisboa, Mosteiro de Odivelas, Palácios de Belém e Sintra, Castelo de Leiria, Mosteiro dos Jerónimos, Convento de Cristo em Tomar. Adães Bermudes, arquitecto adjunto do Administrador Geral entre 1920 e 1926, dirige uma equipa de arquitectos que mais tarde vão integrar a DGEMN, entre os quais se encontra Baltazar de Castro⁴⁴².

Em 1924, no sentido de clarificar a dispersão de serviços e competências sobre o património arquitectónico nacional – a nova Administração Geral e os Conselhos de Arte e Arqueologia criados pelo decreto de 1911 – o governo decide proceder a uma nova reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos, consistindo a principal alteração na concentração no Ministério da Instrução de todos os serviços relativos a Monumentos e Palácios Nacionais. É criado, com funções consultivas e deliberativas, um Conselho Superior de Belas-Artes, enquanto a 3ª Repartição da Direcção-Geral das Belas Artes recebe o encargo de dirigir os serviços de Monumentos e Palácios Nacionais, incluindo o serviço de obras, antes da competência do Ministério das Obras Públicas.

A nova lei confirma o regime de classificação anteriormente fixado pelo diploma de 1911, e prevê uma nova categoria classificativa, a de imóvel de reconhecido interesse, e torna o conceito de salvaguarda extensível à

⁴⁴² Maria João Baptista NETO – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal, 1929-1999” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, pp. 24-25.

envolvência do imóvel. A reutilização dos monumentos fica dependente de parecer do Conselho Superior de Belas Artes⁴⁴³.

As alterações são mais nominais que orgânicas. Na prática os serviços continuaram instalados no mesmo lugar e o corpo técnico permaneceu inalterado. O arquitecto Adães Bermudes é nomeado Chefe da 3ª Repartição da Direcção-Geral de Belas Artes, sendo secundado pelos arquitectos António do Couto e Baltazar de Castro. É dada sequência aos projectos de obras já empreendidos⁴⁴⁴.

Em 1928 dá-se uma nova reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos⁴⁴⁵. Numa altura em que “era importante acentuar a mudança política operada a partir do movimento militar de 1926” e, no domínio das Belas Artes e Património, “demonstrar competência e renovação”⁴⁴⁶, dá-se uma nova reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos.

Esta última alteração seria de curta duração. Em Abril de 1929 o governo presidido pelo General José Vicente de Freitas, também responsável pela pasta do Comércio e Comunicações, criava a Direcção-Geral dos Edifícios e

⁴⁴³ Sobre a Lei n.º 1700, de 18 de Dezembro de 1924 e a sua posterior regulamentação pelo Decreto n.º 11 445, de 13 de Fevereiro de 1926, ver Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 220-221.

⁴⁴⁴ A 3ª Repartição de Belas Artes apoiava-se na iniciativa de um ou outro ministro e em alguns intelectuais. O interesse pelos monumentos, sobretudo da região norte do país, demonstrado pelo Dr. Alfredo de Magalhães, ministro da Instrução do Governo da Ditadura (1926-1928), é referenciado na 2ª série da revista portuguesa *Ilustração Moderna*, dirigida pelo fotógrafo Marques Abreu. A partir dessa revista surge uma acção sensibilizadora para a defesa do património artístico da região, particularmente dos monumentos românicos.

⁴⁴⁵ Decreto n. 15 216, de 14 de Março de 1928.

⁴⁴⁶ Maria João Baptista NETO – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal, 1929-1999” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 26.

Monumentos Nacionais (DGEMN), devolvendo às Obras Públicas o serviço de obras em monumentos.

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (1929-1960)

A criação da DGEMN pelo Decreto n.º 16 791, de 30 de Abril de 1929, teve como objectivo a reunião num único organismo dos serviços de obras dos edifícios e monumentos nacionais e dos edifícios particulares onde funcionavam serviços públicos⁴⁴⁷. Esta reunião inicial dos serviços de obras em edifícios e monumentos implicou a extinção dos serviços que antecederam a DGEMN, herdando assim as competências e, como aconteceu com a Repartição dos Monumentos Nacionais da Direcção-Geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico do Ministério da Instrução Pública, os respectivos funcionários e as obras iniciadas antes de 1929⁴⁴⁸. O Serviço de Monumentos recebeu os funcionários que já haviam transitado entre a 3ª Repartição de Belas Artes e a DGEMN.

Cabia ao Serviço de Monumentos elaborar projectos completos para obras de reparação, restauro e conservação de monumentos e palácios nacionais, e respectiva execução (por administração ou empreitada, exercendo uma rigorosa fiscalização sobre os trabalhos). Também competia a este serviço promover a cooperação entre o Estado e as entidades particulares possuidoras de imóveis

⁴⁴⁷ A par de uma Repartição Central e de duas Direcções de Edifícios Nacionais (do Norte e do Sul), era constituída por uma Direcção de Monumentos Nacionais.

⁴⁴⁸ Deste modo, algumas das obras continuaram a ser dirigidas pelos mesmos técnicos. Foi o caso da Igreja de Paço de Sousa ou da Sé de Lisboa.

classificados, assim como proceder à actualização do inventário geral dos imóveis classificados (incluindo a organização do catálogo e o arquivo iconográfico dos monumentos nacionais). Era também responsável pela formulação dos preceitos técnicos e de todas as regras a serem observadas, quer no tratamento e conservação, quer na execução de obras de reparação ou restauro de imóveis. Anualmente tinha de organizar e submeter à aprovação superior, antes do fim de cada ano económico, o plano geral de obras de conservação, reparação ou restauro a realizar no ano económico seguinte.

Para o cargo de Director-Geral da DGEMN foi escolhido o Engenheiro Militar Henrique Gomes da Silva. Para o lugar de Director do Serviço de Monumentos foi designado o arquitecto Adães Bermudes.

Foi ao sabor da conduta do novo regime, que procurava o equilíbrio financeiro e uma definição política, que a DGEMN entendeu a sua acção. Em 1930 os Serviços de Monumentos Nacionais são divididos em duas Direcções dos Monumentos Nacionais, a do Norte e a do Sul, extinguindo-se a anterior Direcção dos Monumentos Nacionais. No Porto, a nova Direcção de Serviços é assumida pelo arquitecto Baltazar de Castro, possuidor de uma prática alcançada em iniciativas por ele lideradas e que contava com o apoio de alguns intelectuais locais reunidos no culto à arquitectura românica em torno da revista *Ilustração Moderna* (1925-1932)⁴⁴⁹. As obras iniciadas antes de 1929: Paço de Sousa, Leça de Balio, *Domus Municipalis* de Bragança, Colegiada de Barcelos, Cete, S. Pedro de Lourosa, entre outras, são continuadas pelo novo organismo.

⁴⁴⁹ O gosto pelo mediavalismo, o regionalismo latente e o elevado número de imóveis românicos na região norte atraíram a atenção dos estudiosos locais que tudo fizeram pela sua salvaguarda por parte das autoridades. Foi em grande parte sob a orientação de Baltazar de Castro que foram realizadas as intervenções de restauro acompanhadas pela revista *Ilustração Moderna*.

Com a morte, em 1932, de António Augusto Gonçalves, responsável pelo restauro monumental da Sé de Coimbra, a concepção das obras de Santiago, de Santa Clara-a-Velha e da Sé Velha de Coimbra passam integralmente para Baltazar de Castro que vê assim a sua acção estender-se à região centro do país. Enquanto isto, os serviços em Lisboa concentram-se na intervenção no Mosteiro de Santa Maria de Belém e, sobretudo após o afastamento de Adães Bermudes e sua substituição por António do Couto Abreu, na Catedral de Lisboa.

Em Novembro de 1935, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações reorganiza os seus serviços. Na DGEMN são diferenciados os serviços internos e os serviços externos. Dentro dos internos é criada uma Repartição de Estudos e Obras de Monumentos. Nos externos, com uma perspectiva centralizadora, volta a existir apenas uma Direcção de Monumentos.

Entretanto o país assistia à institucionalização do Estado Novo com Oliveira Salazar à frente da Presidência do Conselho de Ministros desde Julho de 1932. Os efeitos da crise financeira de 1929 fizeram-se sentir até 1933-34. Duarte Pacheco, então Ministro das Obras Públicas, dá corpo ao desafio do regime respondendo a um dos binómios mais importantes do Estado Novo: modernidade *versus* tradição. A par do “desenvolvimento do sector das obras públicas e infra-estruturas, estandarte de mudança, progresso, eficácia e prosperidade, procura-se com particular cuidado levar a cabo a tarefa de preservação do património arquitectónico nacional, no quadro de uma das principais apostas culturais-ideológicas do regime”⁴⁵⁰.

⁴⁵⁰ Maria João Baptista NETO – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal, 1929-1999” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 30.

Condicionados pela perspectiva de triunfalismo na evolução histórica da Nação, os valores nacionalistas do Estado Novo encontram nos momentos de triunfo da História de Portugal o testemunho da grandeza do passado e a justificação do presente que pretende assumir o mesmo estatuto. Como forma de autenticar esses momentos o regime encontrou nos antigos mosteiros, catedrais e castelos os documentos vivos, por excelência, comprovativos da acção heróica dos nossos primeiros monarcas na conquista e defesa do território nacional⁴⁵¹. A par de alguns monumentos nacionais consagrados, como os Mosteiros da Batalha e de Santa Maria de Belém ou o Paço de Vila Viçosa, o regime explorou o valor simbólico de outros monumentos no âmbito de comemorações e exposições evocativas, veículo ideal da sua acção propagandística. Não era todo o passado histórico que se pretendia recuperar. Interessava apenas “aquele que potencialmente trouxesse as marcas de um reconhecimento activo onde o presente se poderia integrar como se dele fosse um efeito”⁴⁵².

Estes condicionalismos formaram um campo particularmente favorável para que a unidade de estilo imperasse no Estado Novo, proporcionando a sua sobrevivência em Portugal nos meados do século XX, através de uma “leitura

⁴⁵¹ “Nesta perspectiva, a filiação intemporal de crenças servia o elemento constitutivo da tradição (...). No padrão de sequência temporal radicava com efeito a estrutura da percepção: uma descontinuidade contínua. Esta não foi no entanto uma bandeira descoberta pelo Estado Novo. A ideia de que a identidade nacional era forjada na mitologia, podendo – por intermédio da disciplina histórica, alfobre do culto patriótico – prolongar-se até à actualidade, vinha fazendo percurso seguro no sistema de ensino já desde finais do século XIX. Todavia, com advento daquele regime político, de súbito se criaram condições para uma acumulação: o assunto transformar-se-ia no eixo dos processos auto-reprodutivos do campo cultural”. Ó, Jorge Ramos do – *Os Anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito”, 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000, pp. 73-74.

⁴⁵² Margarida ACCIAIUOLI – *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998, p. 13.

apressada do que se fazia em França e, mais precisamente, do que se retirara do pensamento de Viollet-le-Duc, sem análise nem crítica”⁴⁵³.

A DGEMN toma para si “a interpretação das partituras compostas pelo poder político. As intervenções projectadas respondem a critérios de selecção muitas vezes estranhos às necessidades reais e às dimensões artísticas dos imóveis”⁴⁵⁴, pretendendo fazer a reposição dos imóveis no seu estado primitivo, expurgando-os dos acrescentos posteriores e facilitando, assim, a mensagem simbólica.

O ambiente então vivido foi imperativo nos critérios de actuação da Direcção Geral. Apesar de não lhe serem estranhas as questões teóricas que então se debatiam internacionalmente, na verdade a Direcção Geral nunca sentiu a necessidade de elaborar um corpo teórico definindo princípios concretos de intervenção em monumentos, ficando-se pelo enunciar de certos preceitos de acção em textos dispersos editados pelos serviços e contendo, por vezes, perspectivas contraditórias.

Os *Boletins* da DGEMN – 131 números publicados a um ritmo de quatro por ano até 1960, e depois de forma menos sistemática até 1990 – revelam o espírito patriótico que orientava a Direcção dos Monumentos Nacionais, em que textos e intervenções eram anónimos, “a bem de um *desígnio superior* nacional, onde

⁴⁵³ Margarida ACCIAIUOLI – *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998, p. 12.

⁴⁵⁴ Maria João Baptista NETO – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal, 1929-1999” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 31.

são bem patentes as carências ao nível dos estudos de história da Arte e, por outro lado, o carácter empírico das intervenções”⁴⁵⁵.

Salvo raras excepções, os *Boletins* não apresentam uma preocupação nítida em defender ou justificar os critérios utilizados. Constituem-se como pequenas monografias históricas sobre os edifícios intervencionados, sem procurarem determinar as várias campanhas de obras e dispensando uma investigação documental e uma análise arqueológica ou artística, seguidas do enunciado das obras realizadas pela Direcção Geral. Os textos são acompanhados por uma série de elementos visuais documentando gráfica e fotograficamente todos os passos da actividade dos restauradores, mostrando a decadência do *antes* e a dignidade recuperada do *depois* nos monumentos restaurados.

Cada *Boletim* surgia sob a responsabilidade global dos serviços, cuja obra acreditavam ter sido empreendida segundo critérios certos e seguros. A memória histórica era encomendada a personalidades exteriores à Direcção Geral, enquanto o resumo das obras e o levantamento gráfico era da autoria dos técnicos que orientaram a intervenção⁴⁵⁶, seguindo “escrupulosamente” as ideias da unidade de estilo de Viollet-le-Duc. Ideias que os levam a “reconstruir – ou mesmo *construir*” em alguns casos limite – “não como *tinha sido*, mas como

⁴⁵⁵ Jorge RODRIGUES – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 72.

⁴⁵⁶ A elaboração das notícias históricas foi entregue, de início, ao dramaturgo D. João de Castro que assim assumiu a feitura de praticamente todas elas até à data da sua morte ocorrida em 1955. Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p. 435.

deveria ter sido”, colocando-se o restaurador na pele de Autor e interpretando “de forma imperfeita, dadas as suas evidentes carências de conhecimento artístico”, as intenções originais dos mestres e arquitectos medievais⁴⁵⁷.

A publicação dos *Boletins* revestia-se de um carácter propagandista, procurando divulgar a obra grandiosa projectada pelo regime. Os monumentos medievais seriam objecto de particular atenção em detrimento dos séculos XVII e XVIII, identificados como “épocas de decadência”⁴⁵⁸, tendo sido necessário aguardar pelo *Boletim* n.º 24 para ver documentado o restauro de um templo renascentista⁴⁵⁹.

Seguindo o mesmo princípio das Notícias Históricas, os textos que expressam uma filosofia de acção são sempre anónimos, excepto a introdução publicada em 1935⁴⁶⁰, no *Boletim* n.º 1, assinada pelo Director Geral, Eng. Gomes da Silva, Engenheiro Militar próximo de Duarte Pacheco e seguidor do sentido de triunfalismo histórico da Nação, e que reflecte os princípios anunciados havia quase um século por Viollet-le-Duc. Nele, Gomes da Silva, declarando que os critérios usados no restauro do património assentam em “princípios irrefutáveis” e que a orientação técnica seguida se justifica pelo “estudo meticoloso dos monumentos” e pela “verdadeira devoção patriótica” dos

⁴⁵⁷ Jorge RODRIGUES – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, pp. 72-73.

⁴⁵⁸ Henrique Gomes da SILVA – “Monumentos Nacionais. Orientações técnicas a seguir no seu restauro”, *Igreja de Leça do Bailio. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 1, Setembro de 1935, p. 7.

⁴⁵⁹ Nem todos os imóveis classificados onde se realizaram obras de restauro foram objecto de edição. São os casos da Sé de Lisboa, da Igreja de Santa Engrácia, do Mosteiro de Alcobaça, entre outros.

⁴⁶⁰ O texto tinha constituído uma comunicação apresentada, em 1934, no 1º Congresso da União Nacional.

seus intervenientes, norteia a acção da DGEMN por critérios de validação histórica que visam a reintegração arquitectónica do monumento na sua “beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores e reparando as mutilações sofridas, quer pela acção do tempo, quer por vandalismo dos homens”, e acrescenta de seguida, contraditoriamente, que “serão mantidas e reparadas as construções de valor artístico existente, nitidamente definidas dentro de um estilo qualquer, embora se encontrem ligadas a monumentos de caracteres absolutamente opostos”⁴⁶¹.

Numa situação em que a maioria dos monumentos estava condenada ao seu desaparecimento breve, eles são restaurados enquanto traduzem factos significativos da história de Portugal, em detrimento do seu valor artístico e, sobretudo, da sua vivência. Quanto aos arquitectos ao serviço da Direcção Geral, com uma formação e prática que se ajusta às solicitações ideológicas do momento, eles são mais “os intérpretes que propriamente os mentores desta linha de actuação”⁴⁶².

De facto, muitos dos restauros não tiveram suficientemente em conta “o valor *documental* dos monumentos restaurados, (...) mas antes o seu sentido *simbólico*”, privilegiando-se “o seu valor histórico em detrimento da sua

⁴⁶¹ Henrique Gomes da SILVA – “Monumentos Nacionais. Orientações técnicas a seguir no seu restauro”, *Igreja de Leça do Bailio. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 1, Setembro de 1935, pp. 20-21. Esta espécie de “união natural entre a definição de uma política patrimonial e as práticas de conservação utilizadas” a partir de um princípio de devolução integral dos monumentos à pureza da sua traça primitiva, tendo como “horizonte ideológico preciso” o “ideário político de Salazar, enquanto procura insuperável de devolução do país a uma essência ‘perdida’”, esclarece-nos sobre a não observância das directrizes que no resto da Europa se tinham começado a seguir, como resultado das linhas programáticas que a Conferência Internacional de Atenas, em 1931, tinha recomendado. Margarida ACCIAIUOLI – *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998, p. 13.

⁴⁶² Maria João Baptista NETO – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal, 1929-1999” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 32.

historicidade”⁴⁶³. Como num cenário irrealista, os edifícios antigos surgiram como novos, “aparecendo como fantasmas de outros tempos e passaram a abrir-se na sua nova ‘pureza original’ a supostos usos em primeira mão”⁴⁶⁴, estabelecendo assim a confusão entre o passado e o presente⁴⁶⁵. Também, em muitos casos, não era suficientemente acautelada a utilização dos monumentos religiosos com intervenções que dificultavam a prática dos ofícios religiosos “pela *limpeza purificadora* que efectuavam nos interiores e nas dependências utilitárias”⁴⁶⁶, com a retirada ou a descontextualização dos altares e imagens, geralmente barrocos, necessários à prática litúrgica.

Gomes da Silva, respondendo às críticas que algumas vezes vão levantando sobre a forma de actuação da DGEMN, publica, num texto anónimo introdutório ao *Boletim* n.º24, de Junho de 1941, uma resposta aos argumentos dos contestatários:

“Ao ser iniciada a reintegração dos Monumentos recebeu-se que uma obra de demolição antecederesse a do restauro e, em tão alto grau que não se poupava qualquer construção nitidamente definida dentro de um estilo qualquer.

⁴⁶³ Jorge RODRIGUES – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 73.

⁴⁶⁴ Margarida ACCIAIUOLI – *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998, p. 12.

⁴⁶⁵ “Tentado a agrupar o que exprimisse a singularidade da sociedade lusa, o patriotismo salazarista fez acentuar a *distinção entre o histórico e o colectivo*. A valorização dos vestígios naturais da actividade humana no passado tornou inevitável o triunfo do monumento sobre o documento. Aquele funcionava como símbolo ilustrativo do potencial nacional. Por esta razão, o Estado Novo ficava constantemente satisfeito com os seus trabalhos de salvaguarda e conservação”. Jorge Ramos do Ó – *Os Anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito”, 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000, p. 73.

⁴⁶⁶ Jorge RODRIGUES – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 73.

O problema não tinha passado despercebido àqueles que, merecendo a confiança do Governo, se tornaram responsáveis pela renovação dos nossos monumentos e foi posto com toda a clareza (...) para evitar entusiasmos que conduzissem aos restauros integrais (...), não hesitando alguns críticos em classificar de 'fúria demolidora' tudo quanto se tem feito. (...)

É muito interessante dizer que se deve, simplesmente, conservar os Monumentos, não lhes mexendo, sequer, para evitar o desaparecimento do pitoresco que lhes dão as ervas, os musgos, (...). (...)

De que nos vale o pitoresco se, como tantas vezes tem acontecido, o desmoronamento das paredes, das muralhas, e das coberturas têm sido por vezes de tal natureza que só ruínas ficam restando da construção?

Há quem defenda a tese de que as construções posteriores, anexas aos Monumentos, mostram uma obra do seu tempo, e, por consequência, não devem ser demolidas. (...)

Há, contudo, a distinguir, entre os trabalhos executados aqueles que, na verdade, representam obra de real valor (...) e outros que foram feitos, por conveniência, sem se atender às boas regras de construção e com a aparência de terem sido orientados por simples curiosos. (...)

E (...) não é verdade ter-se seguido o mesmo critério que 'no meado do século XIX com os trabalhos do arquitecto erudito Viollet-le-Duc em que veio a época dos restauros integrais e então, a pureza do estilo que foi desgraça de muitos Monumentos'. (...)

Um critério único não é possível impor-se na reintegração de todos os Monumentos.

As construções anexas que foram adossadas não são todas da mesma natureza; se há, de facto, partes de Monumentos que foram substituídas por outra de estilo diverso, mas de real valor architectónico, que devam ser mantidas, há, contudo, aquelas que nenhum valor têm e, a manterem-se, só redundariam em prejuízo do Monumento. (...)

É, sem dúvida, muito interessante e de bom efeito a frase já corrente: deve-se 'manter as ruínas'.

Mas o que será 'manter as ruínas' no nosso País? É deixar cair, arruinar, perder-se para sempre todo o Património Artístico da Nação?

Se uma ruína está a cair, só há uma forma de a manter: consolida-la. Se se trata de uma muralha, tem de ser apeada e reconstruída; se se trata da cobertura de uma igreja tem também de ser apeada e reconstruída e a

seriedade da obra de restauro está em fazer, escrupulosamente, as reintegrações, dispensando-lhe uma cuidadosa atenção para que os trabalhos sejam realizados em conformidade com os elementos existentes.

Fora disto é tudo poesia com a qual só se conseguiu que, durante mais de um século, os Monumentos ficassem abandonados e no estado de ruína em que estavam os que têm sido restaurados e se encontram ainda aqueles que aguardam a obra de salvação para lhes dar autenticidade, evocação, utilidade prática e pitoresco”⁴⁶⁷.

A única voz discordante que emergiu no seio dos serviços foi a do arquitecto Raul Lino⁴⁶⁸, formado numa escola diferente da generalidade dos outros técnicos e que, tendo estudado em Inglaterra e na Alemanha, possuía uma sólida formação de História da Arte e defendia, contra as ideias de restauro de Viollet-le-Duc, as ideias de conservação ou recuperação de John Ruskin em que noções como a importância do Natural – a paisagem, o pitoresco – eram claramente valorizadas, em defesa de “uma *poética* da intervenção que respeitasse um *compromisso* sensível com a realidade dos objectos artísticos intervencionados”⁴⁶⁹. Esta atitude contrastava com o laconismo dos outros dirigentes, mais habituados com as práticas do estaleiro de obras, “onde o empirismo vencia a erudição e a sensibilidade pessoal encontrava soluções”⁴⁷⁰. É-lhe atribuído o único texto crítico publicado nos Boletins, precisamente no

⁴⁶⁷ “A reintegração dos Monumentos”, *Igreja da Atalaia. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 24, Junho de 1941, pp. I-XIV.

⁴⁶⁸ Raul Lino (1879-1974). Integrou os quadros da DGEMN em 1934. Foi Chefe de Repartição de Estudos e Obras de Monumentos e Director do Serviço dos Monumentos Nacionais, cargo que ocupou por breves meses, entre 1949 e 1950.

⁴⁶⁹ Jorge RODRIGUES – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 74.

⁴⁷⁰ Maria João Baptista NETO – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal, 1929-1999” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 32.

Boletim que comemora os *15 Anos de Obras Públicas*, editado em 1948, e onde se pode ler:

“(…). A Arte de conservar os monumentos não podia deixar de se tornar bastante complexa. Conservar é o resultado de considerações da mais variada espécie: interesse histórico, arqueológico ou arquitectónico, pictural, simplesmente sentimental. Razões de ordem secundária também influem – circunstâncias práticas ou económicas. – Por vezes é tão importante o monumento em si como o quadro geral em que ele se situa, - quantas vezes a paisagem mais interessante que a obra do Homem. – Mas, as mais das vezes é o conjunto de elementos – arquitectónicos, paisagísticos, pinturescos, sentimentais, que é preciso respeitar. Por isso, o cuidar dos monumentos não pode ser obra de um arqueólogo ferrenho, de um técnico despótico, de um pintor, nem mesmo de um poeta... O conservador de monumentos antigos há que participar de todas estas qualidades e a sua tarefa é cheia de subtilidades, só havendo, para a complexidade dos problemas, soluções de compromisso.

Quem se atreveria hoje a despir a charola dos Templários em Tomar dos ouropéis que D. Manuel lhe acrescentou? Quem teria a audácia de propor a substituição da capela mor dos Jerónimos por nova obra, ainda que aparecesse agora o respectivo risco primitivo? – A noção perigosa do *reintegrar* já causou grandes prejuízos artísticos, grandes danos na sensibilidade da gente. Admitamos que Viollet-le-Duc no seu tempo nutrisse uma ideia do *restaurar* diferente da dos nossos dias, o que nunca lhe perdoaremos é que da sua concepção do restauro dos monumentos houvesse resultado uma tal batalha de verdade e artifício que nos destruiu para todo sempre não poucas fontes de profunda emoção.

Artisticamente, os monumentos são jóias engastadas na paisagem ou nos centros urbanos; documentalmente, são focos de interesse que guardam os arcanos da História. – Menosprezar estes testemunhos do passado, seria ter a noção mesquinha de que o presente é um momento desligado das épocas que nos antecederam, seria encarar com uma indiferença animalesca as gerações que atrás de nós hão de vir. (...)

Assim como arquitecto, também o conservador-sacerdote há de ter as suas sete lâmpadas, as sete lâmpadas do Ruskin, à luz das quais cumprirá

a missão que o destino lhe impôs: a lâmpada da probidade, a da proficiência, a do respeito, a lâmpada da verdade, as da estese e do entusiasmo, e a do sacrifício, que é o abandono das próprias preferências, o renunciamento à exibição pessoal... (...)⁴⁷¹.

As suas ideias, inspiradas nos textos de John Ruskin, não tiveram consequências práticas recebendo mesmo uma resposta, já ensaiada na introdução do *Boletim* n.º 24, de Junho de 1941, e completada no *Livro de ouro* das Comemorações dos 15 Anos, pela mão do próprio Eng. Gomes da Silva⁴⁷² onde reafirma sem equívocos os critérios adoptados pela DGEMN.

O momento político, pretendendo exhibir os testemunhos do passado segundo perspectivas históricas criteriosamente traçadas para servirem a propaganda ideológica do regime, favoreceu esta linha de actuação. A natureza ideológica e celebrativa dos trabalhos de restauro teve como momentos altos as festividades cuidadosamente organizadas e devidamente exploradas das Comemorações Centenárias de 1940, da tomada de Lisboa aos Mouros, em 1947, ou nas exposições evocativas da acção do *Estado Novo: Ano X da Revolução Nacional* (1936) e *15 anos de Obras Públicas, 1932-1947*.

Coincidindo com uma certa estabilidade económica, a política de intervenção em monumentos é reforçada com a decisão tomada por Oliveira Salazar, em 1938, de celebrar dois anos depois o VIII Centenário do Nascimento de Portugal e o III Centenário da Restauração da Independência Nacional

⁴⁷¹ *15 Anos de Obras Públicas, 1932-1947. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: DGEMN, Maio de 1948, pp. 7-9.

⁴⁷² Henrique Gomes da SILVA – “Edifícios e Monumentos Nacionais” in *15 Anos de Obras Públicas, 1932-1947. Livro de ouro*, vol. I. Lisboa: Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1948, pp. 53-57.

através de uma “realização cerimonial, ou ritual de actualização histórica, que procurava tivesse uma dimensão de grandiosidade”⁴⁷³.

Mediante as coordenadas estabelecidas pelo próprio Oliveira Salazar, e com Duarte Pacheco no Ministério das Obras Públicas, Baltazar de Castro à frente da Direcção do Serviço de Monumentos e Raul Lino na Repartição de Estudos e Obras de Monumentos e responsável pelo arranjo dos Palácios Nacionais, dá-se início à preparação de um projecto grandioso e inicia-se um período áureo da Direcção Geral.

Tendo como premissas o nascimento e consolidação do reino de Portugal e a independência da Nação, depois de 60 anos de domínio espanhol, com a evocação da figura de D. João IV, constituem-se núcleos de actuação à volta da cidade de Guimarães, o *berço da nacionalidade*, com intervenções no Castelo, Capela de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança e, também, em Vila Viçosa, no palácio e no castelo.

Um pouco por todo o país os castelos são objecto de campanhas de obras, “que procuravam activar-lhes uma fisionomia medieval, retractor dos tempos da Reconquista”⁴⁷⁴, exemplos vivos da ancestralidade da Nação. O mesmo se passa com as catedrais, símbolos do poder episcopal e núcleos de organização comunitária. Muitas das cerimónias religiosas das Comemorações Centenárias tiveram como palco “natural as catedrais, que deviam espelhar a época da sua

⁴⁷³ Jorge Ramos do Ó – *Os Anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito”, 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000, p. 74.

⁴⁷⁴ Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p. 460.

instituição, para que a identificação simbólica pretendida fosse assumida em pleno”⁴⁷⁵.

São os monumentos medievais os que em maior número sofrem a intervenção dos restauradores. Para além de castelos e catedrais, um grande número de antigos conventos e igrejas é objecto de campanhas de obras norteadas pela importância dos imóveis muitas vezes em detrimento do seu valor estético e da sua função e vivência religiosa⁴⁷⁶, numa altura em que a Igreja vê goradas as perspectivas de reaver alguns desses imóveis com a assinatura da *Concordata*, em 1940.

As Comemorações, em 1960, do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, figura emblemática dos Descobrimentos Portugueses, são o último acto celebrativo e propagandístico do Estado Novo associado à expressão legitimadora dos monumentos, cuidada pela DGEMN. Os imóveis entre Lagos e o Cabo de S. Vicente, que a história ligava à figura do Infante, são alvo de intervenções. A eles se junta a Casa do Infante, no Porto, local de realização de uma grande exposição comemorativa.

É, também, em 1960 que termina a vigência do Eng. Henrique Gomes da Silva à frente da Direcção Geral, ponto de chegada de uma interacção laborativa entre a perspectiva da História da nação tida pelo regime e a acção prática dos técnicos da DGEMN.

⁴⁷⁵ Maria João Baptista NETO – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal, 1929-1999” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 34.

⁴⁷⁶ Ver, sobre esta questão, Paulo Varela GOMES – “Arquitectura de mulheres, mundo de homens, intervenções da DGEMN em edifícios de mosteiros femininos extintos (1930-1950)” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, pp. 83-98.

Rogério de Azevedo e a DGEMN

Com a criação da DGEMN, em 1929, Baltazar de Castro foi para a Direcção dos Monumentos do Norte, tendo sido nomeado seu Director interino em 1930. Seis anos depois assumiu o cargo efectivo de Director dos Monumentos Nacionais, em Lisboa, deixando livre o anterior lugar que viria a ser ocupado por Rogério de Azevedo até 1940. Com a reforma orgânica da DGEMN de 1947 Baltazar de Castro foi nomeado Director do Serviço de Monumentos Nacionais. Em Dezembro desse mesmo ano abandonou o cargo para Raul Lino, então em fim de carreira, indo ocupar o lugar de Inspector Superior de Obras Públicas, deixando de depender da DGEMN.

A saída de Baltazar de Castro da DGEMN coincidiu com uma onda de críticas à Direcção Geral pela forma como esta tinha orientado muitos dos restauros efectuados nos anos 30 e 40. Com os seus critérios postos em causa, numa altura difícil para o regime, o engenheiro Gomes da Silva terá optado pelo seu afastamento.

A permanência de Rogério de Azevedo à frente da Direcção dos Monumentos do Norte coincidiu com um momento imperativo na política do património arquitectónico do Estado Novo. Quando assumiu o cargo à frente da 1ª secção na DGEMN, coordenando e realizando projectos de intervenção nos monumentos e o arranjo urbanístico das suas envolventes, a definição das suas zonas de protecção e das áreas vedadas à construção, a análise dos projectos de intervenção em imóveis particulares ou municipais situados dentro das zonas de protecção assim como dos projectos de arranjo urbanístico dessas zonas desenvolvidos pelas Câmaras Municipais, muitas campanhas de obras em

monumentos estavam em curso, umas dando continuidade à actividade iniciada antes da Direcção Geral, outras já iniciadas pelos serviços.

A sua acção como projectista e homem de obra, sob a direcção e orientação de Baltazar de Castro, inscreveu-se no decorrer de várias acções de reintegração em imóveis de estilos e épocas bem diversificados, sendo um elo entre muitos. Colaborou no restauro da Capela de S. Frutuoso de Montélios, já depois de um longo e conturbado processo de intervenção iniciado no começo dos anos 30 e do qual Baltazar de Castro fez parte; desenvolveu o projecto para a abside da Igreja de S. Pedro de Rates e dirigiu as obras de sondagens e intervenção no templo. Foi também o responsável pelo estudo, projectos e co-direcção das obras de reintegração do Paço dos Duques de Bragança, do parque envolvente e do Monumento a D. Afonso Henriques, em Guimarães, palco privilegiado para as Comemorações Centenárias, constituindo talvez o único exemplo de projectos cuja realização se pode dizer serem *inteiramente* da sua responsabilidade mas que, mesmo neste caso, devido ao prolongar das suas obras por várias décadas, se tornaram em projectos a várias mãos. Três exemplos de intervenções, três casos paradigmáticos da sua acção na DGEMN e que são objectos de estudo pormenorizado no capítulo seguinte.

Mas a sua acção na DGEMN não se cingiu à direcção e gestão de obras e à realização de projectos de intervenção no património edificado. Exemplo disso é a reelaboração do projecto para a Igreja Paroquial de São Mamede (Madail, Oliveira de Azeméis) (figs. 348-354), uma construção de raiz, em meio rural, implantada numa encosta em terreno aberto e adro murado.

O projecto surge na sequência do desabamento parcial da antiga igreja que se situava na proximidade da actual e consequente desenvolvimento de um

projecto e orçamento para uma nova igreja realizado pelas entidades locais. Esse projecto não merece a aprovação de Baltazar de Castro, motivo pelo qual o Director-Geral, Engenheiro Gomes da Silva, pede à Direcção dos Monumentos Nacionais para “organizar um projecto simples”⁴⁷⁷ para a construção da nova igreja. Baltazar de Castro entrega tal tarefa a Rogério de Azevedo que lhe solicita de imediato o projecto original “que foi reprovado para poder avaliar das dimensões e mais condições para a elaboração do novo estudo”⁴⁷⁸ e, seis meses mais tarde entrega-o “com as alterações devidas”⁴⁷⁹, ou seja: uma igreja *naturalmente* românica modernizada.

Outro exemplo, neste caso demonstrativo da lógica e modo de actuação da DGEMN nas suas intervenções sobre o património, é o projecto de deslocalização do cemitério da Igreja de Bravães (Ponte da Barca) (figs. 355-356) tendo em vista libertar a igreja do velho cemitério “a fim de o transformar num adro arborizado”⁴⁸⁰, na sequência da sua reintegração (1928-1947). Um processo à imagem do que se passou com a já referida Escola Primária de Lourosa, também na sequência de obras de restauro na sua Igreja Matriz, entre 1927 e 1947. O projecto para o novo cemitério, concluído em 1939, é entregue a Rogério de Azevedo que fica também responsável por encontrar um terreno

⁴⁷⁷ O. S. n.º 05236, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 11 de Julho de 1938. *Igreja Paroquial de São Mamede, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010113070019

⁴⁷⁸ Ofício n.º 687, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 1 de Agosto de 1938. *Igreja Paroquial de São Mamede, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010113070019

⁴⁷⁹ Ofício n.º 146, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 13 de Fevereiro de 1939. *Igreja Paroquial de São Mamede, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010113070019

⁴⁸⁰ O. S. n.º 346, Direcção dos Monumentos Nacionais, 18 de Fevereiro de 1938. *Igreja de Bravães, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT011606030001

junto à estrada adequado para a sua localização⁴⁸¹. Ainda na sequência das obras de reintegração do monumento, Rogério de Azevedo teve que projectar um novo campanário para ser edificado num terreno separado da Igreja (fig. 357).

Um terceiro e último exemplo é o do projecto de arranjo do Monumento a D. António Barroso, de modo a integrá-lo no Conjunto de monumentos em que se destacam a Igreja Matriz e as ruínas do Paço dos Duques de Bragança, em Barcelos, solicitado em 1936 a Rogério de Azevedo na sequência de Ordens de Serviço sequenciais da DGEMN e da Direcção dos Monumentos Nacionais⁴⁸², às quais ele responde apresentando um esquema do arranjo (figs. 358-360) e a respectiva memória descritiva cerca de dois anos depois⁴⁸³.

Acontece que o projecto do pedestal para a obra realizada pelo escultor José de Sousa Caldas é da autoria do arquitecto Marques da Silva, cuja solução esteve dependente da decisão definitiva do local de implantação para o Monumento, e também da sua autoria é o projecto do arranjo que, neste caso, adquire o “duplo significado de inscrição urbana e de releitura de um espaço”⁴⁸⁴, a Praça Municipal, sendo ambos datados de 1930. A entidade promotora da homenagem foi a Câmara Municipal de Barcelos.

⁴⁸¹ Veja-se a este propósito *Igreja de Bravães, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT011606030001

⁴⁸² O. S. n.º 7236, DGEMN, 25 de Setembro de 1936; O. S. n.º 1161, Direcção dos Monumentos Nacionais, 28 de Setembro de 1936. *Igreja Matriz de Barcelos, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010302140007

⁴⁸³ Ofício n.º 514, Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte, 16 de Junho de 1938. *Igreja Matriz de Barcelos, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010302140007

⁴⁸⁴ António CARDOSO – “O Monumento a D. António Barroso” in *Marques da Silva em Barcelos*. Coordenação de Inês SARMENTO. Porto: Instituto Arquitecto José Marques da Silva da Universidade do Porto, 2005, p. 17.

As Ordens de Serviço de 1936 têm como razão de ser a discordância da DGEMN com a solução em escadaria do arranjo e seus remates laterais. Sem nunca identificar o autor do projecto e tratando todas as questões com o arranjo relacionadas directamente com a Câmara Municipal, Rogério de Azevedo também não concorda com a solução da Praça. Considerando-a muito acidentada e estreita e, contrariando o arranjo existente, propõe uma simplificação do seu traçado, reduzindo quer o seu alongamento quer as escadas a dois simples patamares, “um junto do Monumento e outro mais em baixo para melhor enquadrar a sua base”⁴⁸⁵, com o intuito de dar outras escalas ao Monumento e à Praça, de anular o efeito de muralha e de facilitar a circulação local. Em vez dos muros laterais em granito propõe dois canteiros arrelvados simétricos com árvores formando alas. A sua proposta não teve seguimento e ainda hoje o traçado do Monumento é o que foi projectado por Marques da Silva.

Fora da DGEMN, mas neste mesmo período, realizou o ante-projecto da Casa-Torre Medieval, futura casa do Gabinete de História da Cidade [do Porto], integrado num processo de renovação urbana do Morro da Sé, levado a cabo pela DGEMN e autarquia, na sequência do restauro da Sé do Porto, ambos da responsabilidade do Arq. Arménio Losa e, igualmente, palco para as Comemorações Centenárias, e já objecto de estudo no primeiro capítulo.

Nas campanhas de obras de restauro dos Monumentos Nacionais da DGEMN a inexistência de projectos prévios de restauro, assim como de estudos arqueológicos, constituía uma prática comum nas intervenções realizadas. Na ausência de uma metodologia de trabalho, e de critérios de intervenção

⁴⁸⁵ Rogério de AZEVEDO – *Memória acerca do esquema do arranjo do Monumento a D. António Barroso, em Barcelos*, 16 de Junho de 1938. *Igreja Matriz de Barcelos, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010302140007

normalizados, as programações dos trabalhos eram feitas à medida que estes iam evoluindo, ao sabor da disponibilidade de meios financeiros ou do interesse manifesto de titulares de cargos políticos, sendo executadas através de empreitadas parcelares e consecutivas.

São exemplo disso mesmo – e apenas referindo projectos a que Rogério de Azevedo esteve ligado – a Capela de S. Frutuoso de Montélios que foi *resolvida* como um enorme puzzle de pedras depois da sua quase total desmontagem pela equipa que fez a investigação histórico-arqueológica e iniciou os trabalhos de restauro; a Igreja de S. Pedro de Rates em que foi destruída a abóbada artesoadada da nave lateral sul mas, simultaneamente, houve o cuidado de marcar todas as pedras antigas, distinguindo-as assim de toda a reconstituição moderna; o Paço dos Duques de Bragança que teve para o seu alçado principal um desenho completamente original devido à inexistência do mesmo à época do restauro e à falta de documentação e de estudos aprofundados, tudo isto conjugado com um programa de utilização do edifício como um equipamento e um curtíssimo espaço de tempo para a sua execução.

Paralelamente à procura da reutilização dos materiais antigos provenientes de escavações, sondagens e demolições efectuadas em obra, da investigação possível da história e documentação existentes sobre cada monumento e de um conhecimento histórico e empírico sobre os materiais e as técnicas utilizadas, foram por vezes executadas estruturas de betão armado, *mascaradas* com revestimentos de madeira ou pedra, não tanto com a intenção de não se alterar visualmente o carácter dos monumentos mas mais por uma questão de percepção visual, numa interpretação algo livre de princípios incluídos na Carta de Atenas de 1931.

A desornamentação, a clareza e univocidade de leitura, o predomínio das vistas e do espaço vazio, o gosto pela exposição de espaços e volumes prismáticos e um considerável ressentimento contra tudo o que veio sobrepor-se a essa matriz ideal, eram referências presentes na ideologia do regresso às origens, do estabelecimento do aspecto primitivo dos edifícios na sua clareza fundacional que o tempo teria destruído, e marcaram a actuação da DGEMN nas primeiras décadas da sua existência.

Sem se vincular às preocupações de natureza ideológica, Rogério de Azevedo encarnou com alguma liberalidade, desde o início, os critérios definidos pela DGEMN e escrupulosamente seguidos pelo seu Director e amigo arquitecto Baltazar de Castro. O gosto pelos estudos histórico-arqueológicos leva-o a procurar orientação nas sondagens que realiza nos monumentos a intervencionar e na documentação que sobre eles investiga, num processo de trabalho em que projectar e concretizar em obra se misturam no tempo.

Autor de diversos relatórios, eles mostram uma sensibilidade consentânea com a instituição em que estava inserido. Mas neles, por vezes, não são definidos critérios de análise e a superficialidade das palavras não deixa vislumbrar as soluções a adoptar. Já o conjunto dos seus esboços e desenhos de projecto são de uma maneira geral detalhados e acompanhados por pormenores decorativos elaborados, denotando-se o gosto pelas texturas e pelo claro-escuro, mas na verdade muito do trabalho final realiza-se em obra.

Nos três casos paradigmáticos do seu trabalho acima referidos, Rogério de Azevedo adopta diferentes metodologias de aproximação e concretização dos respectivos projectos de restauro, revelando uma consciência do carácter formal da imagem pública dos edifícios a intervencionar e da respectiva organização

espacial (no caso do Paço Ducal) baseada em critérios puramente funcionais. Deixa também entender que para ele cada caso tem premissas, contingências e condicionantes diferentes, o que *naturalmente* lhe exige formas de abordagem diversas.

Ao encarar a prática do restauro como um exercício eminentemente estetizante, um exercício que assume a primazia do carácter plástico das formas independentemente da sua historicidade, Rogério de Azevedo tende a valorizar a memória do objecto arquitectónico em detrimento do sentido histórico e documental do monumento, não deixando no entanto de profissionalmente encarnar “na perfeição a definição boitiana de arquitecto restaurador como síntese entre o historiador, o construtor e o artista”⁴⁸⁶.

Na sequência da sua saída da DGEMN em 1940, e até pela sua natureza e carácter, Rogério de Azevedo manteve uma longa e profícua actividade, quer por gosto pessoal quer inserido em actividades ligadas ao Gabinete de História da Cidade [do Porto], como estudioso e investigador publicando regularmente estudos histórico-arqueológicos em várias revistas.

É com o aproximar das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, a realizar em 1960, que Rogério de Azevedo tem uma última participação nos trabalhos de intervenção e restauro da DGEMN realizando o estudo de reconstituição da Casa do Infante, no Porto, projecto que concretiza em 1958.

Situada na encosta ribeirinha do Douro, numa zona fortemente marcada pela expansão trecentista e quatrocentista da cidade, a Casa do Infante,

⁴⁸⁶ Miguel TOMÉ – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP, 2002, p. 77.

consagrada pela tradição oral do povo como berço do infante D. Henrique, é bem mais do que uma simples moradia.

Na sequência da disputa entre a Coroa e o Bispado sobre o controle marítimo e fluvial, D. Afonso IV adquire várias propriedades na zona ribeirinha, decide promover a construção de um armazém destinado a Alfândega, cuja construção se iniciou em 1325, e aí instalar os oficiais da Coroa que inspeccionam os produtos transaccionados e cobram os respectivos direitos. Nesta mesma área ficava também localizada a Casa da Moeda, já em funcionamento no reinado de D. Fernando.

Enquanto armazém, sofre obras de ampliação nos séculos XV e XVIII.

A fachada primitiva era também virada a ocidente, mas muito mais recuada. O edifício, de planta rectangular, coincidia com o actual pátio e cobertos. Nestes últimos encontram-se trechos de silharia medieval, que se prolongam para cima dos actuais telhados. Uma série de elementos provam que inicialmente havia duas torres ligadas por um pátio central, tendo aparecido vestígios da parede oeste e da porta principal do pátio⁴⁸⁷.

Apesar das obras do século XV terem sido de certa envergadura, a insuficiência do espaço de armazenamento da Alfândega agravou-se com o incremento do comércio marítimo. Em 1656 realizaram-se obras nos extremos oriental e ocidental do edifício, mas pouco se sabe sobre elas⁴⁸⁸.

⁴⁸⁷ Manuel Luís REAL; Paulo Dórdio GOMES; Ricardo Jorge TEIXEIRA; Maria do Rosário MELO – “A tradicional Casa do Infante” in *Henrique, o Navegador*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1994, p. 140.

⁴⁸⁸ *Porto a Património Mundial, Processo de candidatura da Cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade – 1993*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993, p. 164.

A partir de 1677, desenvolveu-se um programa de ampliação mais vasto, ficando o seu começo assinalado numa inscrição colocada no pátio interior.

A tendência de ir somando novos espaços aos já existentes desapareceu e começou-se a ver o edifício como um todo. A fachada principal foi ampliada com mais dois pisos, concentrando-se aí a maior parte dos serviços deslocados das torres. O espaço dos armazéns interiores foi organizado em três naves com arcarias. O último corpo, com fachada virada para o interior dos armazéns, constitui uma das zonas de maior significado na reforma. Enriquecido com uma escadaria central e largas aberturas simétricas à escadaria, nele se desempenhavam as funções administrativas. A sua cave ampliava a zona de armazenamento.

Durante esta reforma, a Casa da Moeda foi integrada na alfândega. Foram construídas forjas novas, com chaminé de cantaria. Tais estruturas reapareceram durante os trabalhos de restauro⁴⁸⁹.

Até à primeira metade do século XIX não se realizaram obras significativas. Porém, anos mais tarde, deverão ter sido abertas cinco portas de ligação com o edifício anexo, no ângulo sudoeste, igualmente adaptado a armazém.

Com a construção da nova Alfândega, em Miragaia, as antigas instalações foram abandonadas, mantendo o Estado os armazéns interiores e alienando o corpo da frente.

Devido à tradição que relaciona o local com o nascimento do Infante D. Henrique, em 1894 foi colocada uma lápide sobre a entrada principal. Iniciativa

⁴⁸⁹ Manuel Luís REAL; Paulo Dórdio GOMES; Ricardo Jorge TEIXEIRA; Maria do Rosário MELO – “A tradicional Casa do Infante” in *Henrique, o Navegador*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1994, p. 146.

da Comissão Henriquina a que se associou a Câmara, tornando-se assim definitiva a designação de “Casa do Infante”.

No final do século XIX dá-se início à última fase de transformações que se prolongam pelas primeiras décadas do século XX. A fachada é reedificada, sendo-lhe acrescentado um andar. No final dos anos 50 o edifício é reunificado e oferecido à Cidade do Porto, sendo objecto de um restauro profundo, realizado pela DGEMN entre 1958 e 1960, vindo a instalar-se no ano seguinte, entre outros serviços, o Gabinete de História da Cidade.

Com a proximidade das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, a realizar em 1960, e a necessidade de intervir no edifício que, estando classificado como Monumento Nacional, se encontrava transformado num armazém de mercearia, a DGEMN deu início aos trabalhos de restauro, em 1957, realizando o seu levantamento (figs. 361-367) logo seguido por escavações para sondagens no ano seguinte⁴⁹⁰.

Rogério de Azevedo participa nos trabalhos enquanto Delegado da Comissão das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, opinando sobre a “forma de realizar os trabalhos de sondagens, a efectuar no edifício, para estudo do seu restauro e aplicação”⁴⁹¹.

São-lhe entregues por Alberto da Silva Bessa, Arquitecto Chefe da 2ª Secção da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, 13 fotografias de aspectos colhidos durante os trabalhos de pesquisa, para a elaboração do

⁴⁹⁰ Informação n.º 4141, Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 28 de Junho de 1958. *Casa da Rua da Alfândega Velha, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT011312130012

⁴⁹¹ Informação n.º 4141, Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 28 de Junho de 1958. *Casa da Rua da Alfândega Velha, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT011312130012

estudo da reconstituição do imóvel, trabalho de que foi encarregue com membro da Comissão⁴⁹².

A 9 de Setembro o Director dos Serviços de Monumentos Nacionais elabora uma informação, após uma análise subtil do primeiro esboço de reconstituição da Casa do Infante entregue por Rogério de Azevedo (figs. 368-373). Constata que o autor do estudo elaborou escrupulosamente o seu trabalho, tendo para tal sido efectuadas as pesquisas necessárias com o objectivo de esclarecer as dúvidas que a solução do problema levanta. Na sua elaboração foram “devidamente observados os pormenores de todos os elementos encontrados, através das sondagens efectuadas, quer na busca de alicerces, como de elementos existentes nas paredes”⁴⁹³, sobre os quais o autor baseou o trabalho apresentado, “ao qual porem não é estranha certa dose de imaginação, aliás motivado (...) por um desenho publicado em 1824 e, que se verifica sobretudo na parte da fachada principal, cujos vãos embora bem distribuídos carecem de elementos confirmativos”⁴⁹⁴. Conclui a informação com considerações sobre a executabilidade do estudo, e das consequências inevitáveis que acarretaria, com as alterações que introduz quer no prédio no

⁴⁹² Comunicação n.º 789, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 12 de Julho de 1958. *Casa da Rua da Alfândega Velha, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT011312130012

⁴⁹³ Informação n.º 5974, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 9 de Setembro de 1958. *Casa da Rua da Alfândega Velha, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT011312130012

⁴⁹⁴ Informação n.º 5974, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 9 de Setembro de 1958. *Casa da Rua da Alfândega Velha, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT011312130012

seu estado presente, quer na envolvente, relembrando que, tal como ele está, é “já profundamente conhecido e tratado em guias nacionais e estrangeiros”⁴⁹⁵.

No final do ano, a Junta Nacional de Educação pronuncia-se contra a reconstituição proposta por Rogério de Azevedo, após ter ponderado os riscos que tal intervenção teria sobre um edifício com uma história já longa de séculos de sucessivas alterações, adulterações e mutilações, corroborando as opiniões do Director dos Serviços de Monumentos Nacionais, e afirma que se deve procurar “apenas, a valorização racional e sensata dos elementos arqueológicos existentes”⁴⁹⁶, terminando assim a colaboração do arquitecto neste processo⁴⁹⁷.

Em sequência deste parecer serão os responsáveis pela Direcção do Serviço de Monumentos (arquitecto João Filipe Vaz Martins) e pela Direcção de

⁴⁹⁵ Informação n.º 5974, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 9 de Setembro de 1958. *Casa da Rua da Alfândega Velha, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT011312130012

⁴⁹⁶ Junta Nacional de Educação. Estudo sobre a reconstituição da “Casa do Infante”, no Porto. Parecer, 27 de Dezembro de 1958. *Casa da Rua da Alfândega Velha, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT011312130012

⁴⁹⁷ Esta conclusão já tinha sido por mim escrita em 2001 (Jorge Miguel de Faria da Cunha PIMENTEL – Rogério de Azevedo. *Estudos, projectos de restauro e intervenções realizadas sobre preexistências com valor patrimonial*. Trabalho Académico. Universidad de Valladolid, 2201, pp.96-97), contrariando assim os textos que até então tinham sido escritos e publicados, afirmando e reafirmando de forma incontestável a autoria do arquitecto Rogério de Azevedo no restauro da Casa do Infante, no Porto, em 1958-60 Entre outros, são exemplo disso: Rui TAVARES – “Do Armazém Régio à Alfândega Nova, evolução de um tipo de arquitectura portuária” in *A Alfândega do Porto e o Despacho Aduaneiro*. Coordenação de Manuel Luís REAL. Porto: Casa do Infante, 1990, p. 53; M. L. REAL; P. D. GOMES e R. J. TEIXEIRA – “Casa do Infante. Uma história a refazer”, *Oceanos*, n.º 12, Lisboa, Novembro de 1992, pp. 17-22; Manuel Luís REAL e Rui Ramos LOZA (coords.) – *Porto a Património Mundial*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993, p. 164; Manuel Luís REAL – “O «Centro de Serviços» da Coroa, na Cidade do Porto” in *Henrique o Navegador, exposição comemorativa do 6º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1994, p. 138; Miguel TOMÉ – *Património e restauro em Portugal (1920-1995), Vol. II*. Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, p. 11. A minha posição nesta questão veio a ser plenamente corroborada por Alexandra Lage Dixo de SOUSA (*Casa do Infante / Intervenções*. Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 79-81) que, constatando que em torno deste assunto se tinha criado uma verdadeira mistificação, chega a uma conclusão idêntica à que já anteriormente tinha sido defendida por mim.

Monumentos do Norte (arquitecto Alberto da Silva Bessa) que vão projectar, dirigir e acompanhar conscienciosamente todos trabalhos.

Rogério de Azevedo, ao encontrar os elementos do pórtico de entrada, demonstrou que a fachada do século XIV era bastante mais recuada que a actual, no entanto não a identificou como sendo a entrada primitiva, mas sim como a porta interior de um pórtico que, como se veio a apurar, só mais tarde foi acrescentada (século XV) ⁴⁹⁸.

O estudo, que Rogério de Azevedo classificou de simples achega nas Comemorações, veio a ser publicado em 1960⁴⁹⁹. Embora os seus escritos contenham observações de certa importância, particularmente no que se refere aos vestígios que foram detectados e que posteriormente, com as obras, vieram a desaparecer, a sua proposta afasta-se muito da realidade do edifício naquela época e, mesmo que pudesse ser entendido como uma real proposta de projecto de restauro, revela mais do historiador do que do encontro com os *princípios irrefutáveis* da reintegração estilística enunciados pelo Engenheiro Gomes da Silva em 1935 e orientadores da acção da DGEMN nas suas intervenções sobre o património edificado.

⁴⁹⁸ *A Alfândega do Porto e o Despacho Aduaneiro*. Porto: Casa do Infante, 1990, p. 42.

⁴⁹⁹ Rogério de AZEVEDO – “A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstituição”, *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, pp. 264-290.

OBRAS PARADIGMÁTICAS

CAPELA DE S. FRUTUOSO DE MONTÉLIOS

Reduzida a um número limitado de monumentos isolados, a arte pré-românica em Portugal foi objecto de estudo e de intervenções de restauro ou conservação desde o final da segunda década do século XX.

Única construção verdadeiramente visigótica, edificada próximo de Lamego no século VII, a Capela de S. Pedro de Balsemão (figs. 374-377) foi reconstruída em 1643 por Luís Pinto de Sousa Coutinho com o objectivo de a adossar ao Solar, do qual constitui a ala setentrional. Tal intervenção teve como consequências a absorção da fachada oriental, a modificação das fachadas norte e sul e, possivelmente, a destruição do seu nartex⁵⁰⁰.

Apesar da reconstrução, ela mostra-se como uma igreja de tipo basilical com planta longitudinal, composta por três naves e uma capela-mor rectangular, sendo a planta das naves praticamente quadrada. No interior apresenta duas fiadas de três arcos de cada lado e um arco ultrapassado na entrada da cabeceira. Este arco foi alterado no restauro que a DGEMN levou a cabo em

⁵⁰⁰ Manuel MONTEIRO – “L’art pré-roman au Portugal” in *Dispersos*, vol. 1. Braga: Ed. da ASPA, 1980, pp. 400-401.

1936/37⁵⁰¹, paralelamente com as obras que realizou na cobertura. O arco só voltou à sua configuração original já depois de 1980⁵⁰².

A Igreja de S. Pedro de Lourosa é outro dos monumentos pré-românicos existentes em Portugal (figs. 378-382). Construída no século X, próximo de Coimbra, foi objecto de constantes obras, modificações e acrescentos até ao século XVIII. Constituída por uma planta longitudinal, com um átrio a anteceder três naves, coro-alto, transepto saliente, capela-mor e dois absidíolos no eixo das naves laterais. A nave central articula-se com as naves laterais através de arcos ultrapassados apoiados em colunas cilíndricas suportando altas paredes cegas⁵⁰³.

Lourosa foi objecto de uma longa e discutida intervenção de restauro realizada entre 1927 e 1947. Encabeçada pelos arquitectos Baltazar de Castro e José Vilaça, entre outros membros do grupo cuja actividade foi empenhadamente acompanhada pela revista *Ilustração Moderna*⁵⁰⁴. Tema de

⁵⁰¹ Apeado e reconstruído no seu primitivo lugar, no arco tinham sido intercalados dois silhares com o objectivo de o altear. *Obras de conservação – Memória*, Direcção dos Monumentos do Centro, 31 de Outubro de 1980. *Capela de S. Pedro de Balsemão, Processos Administrativo e de Obras*. IHRU; SIPA, N.º IPA: PT011805210004

⁵⁰² *Obras de conservação – Memória*, Direcção dos Monumentos do Centro, 31 de Outubro de 1980. *Capela de S. Pedro de Balsemão, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT011805210004

⁵⁰³ Para Ferreira de Almeida, S. Pedro de Balsemão era, na sua planta, “uma igreja muito comparável à de Lourosa”. Carlos Alberto Ferreira ALMEIDA – “Arte da Alta Idade Média” in *História da Arte em Portugal*, Vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 135.

⁵⁰⁴ Relançada em Maio de 1926 e editada pelo fotógrafo Marques Abreu, nela serão publicados vários artigos onde é dado a conhecer, passo a passo, a evolução do restauro, os diferentes projectos e opiniões sobre o mesmo. Vejam-se os artigos: “Igreja de Lourosa – Uma jornada memorável”, n.º 44, Junho de 1930, pp. 139-144; “Igreja de Lourosa – O estudo dos trabalhos de restauração”, n.º 47, Novembro de 1930, pp. 198-203; “A caminho de Lourosa – A restauração do vetusto monumento”, n.º 52, Julho-Agosto de 1931, pp. 333-344; “Igreja de Lourosa – Subsídios para a sua restauração – O projecto de José Vilaça”, n.º 53, Novembro-Dezembro de 1931, pp. 358-364; “Igreja de Lourosa – A visita do sr. Prof. Gómez Moreno a Portugal e o projecto de restauração do sr. José Vilaça”, n.º 54, Janeiro-Fevereiro de 1932, p. 400; “Igreja de Lourosa – Ainda a visita do sr. Prof. Gómez Moreno (Esclarecimento oportuno)”, n.º 55, Março-Abril de 1932, p. 411.

numerosos estudos, aquando das obras de restauro levantou-se o problema da sua forma e da sua reconstituição⁵⁰⁵. No templo, para além das obras gerais de restauro, fizeram-se escavações, demolições de anexos, desentaipamentos e reconstrução de paredes e coberturas, entre outras intervenções.

Por último, rural e anexo à Igreja de S. Jerónimo do Real encontra-se a Capela de S. Frutuoso de Montélios (figs. 383-415), pequeno templo pré-românico de planta em cruz grega, de braços iguais, e uma torre cruzeira rasgada por pequenas janelas geminadas de arcos ultrapassados.

A planta mostra que os braços N, S e E apresentam internamente uma forma arredondada, ultra-semicircular, monocêntrica e com abertura ampla para o cruzeiro. Ainda no seu interior, conserva-se uma tríplice arcada-grelha com colunas sob os arcos estruturais do arranque dos braços que suportam a abóbada hemisférica da torre cruzeira. Exteriormente, os braços de forma quadrangular apresentam um embasamento moldurado que serve de arranque às paredes decoradas com arcaturas cegas, redondas e em mitra alternadamente, sendo encimadas por uma cornija clássica assente num friso de calcário com ornamentação do tipo visigótico. No lado norte do braço E existe um arcossólio contendo um sarcófago. As empenas dos topos dos braços têm frontões. Rematando o corpo central um friso lombardo, em ritmo de dois arcos ultrapassados e um de mitra, corre a toda a volta, sendo as paredes rasgadas por pequenas janelas germinadas de arcos ultrapassados. Ao nível destas, e idêntico ao friso de calcário, um cordão de mármore completa a decoração.

⁵⁰⁵ Veja-se, entre outros, o livro do Cônego Manuel de Aguiar Barreiros – *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*. Porto: Edição de Marques Abreu, 1934, onde as obras de restauro em curso e o projecto de reconstituição do arquitecto José Vilaça são publicados.

Com a construção da nova igreja do Convento da Ordem de S. Francisco, no século XVIII, o templo é integrado como capela lateral daquela. A entrada principal situada na fachada oeste, então destruída, é transformada numa grande arcada e escadaria, e os braços E e N são modificados. O templo é absorvido pela nova construção barroca.

Em 1989, num artigo intitulado *Um Monumento Bizantino-Latino em Portugal*⁵⁰⁶, Ernesto Korrodi dá a conhecer a Capela de S. Frutuoso de Montélios que se encontrava encoberta sobre o complexo do edifício do Convento de S. Francisco. Korrodi chama a atenção para o quase desconhecimento de vestígios pré-românicos em Portugal e considera a capela do Convento de S. Francisco como “restos importantes de um monumento cuja architectura particular e character de suas esculturas (...) auctorisam a attribuil-os a uma epocha muito remota”⁵⁰⁷. Tanto as suas particularidades de construção e decorativas como a planta da capela o levam a concluir estar perante “importantes vestígios de construcção christã antiga na fórmula de um corpo central de alguma egreja edificada segundo o plano das basílicas bysantino-latinas”⁵⁰⁸ e elabora um estudo de reconstituição do monumento (fig. 383). Simples conjectura, como ele

⁵⁰⁶ Ernesto KORRODI – “Um Monumento Bizantino-Latino em Portugal”, *Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, 3.ª série, tomo VIII, n.º 1 e 2, 1898, pp. 18-20. “A designação de ‘bizantino-latino’ era então corrente nos manuais de arqueologia da época definindo o período da arte ocidental pré-românica”. Lucília Verdelho da COSTA – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Architectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 149.

⁵⁰⁷ Ernesto KORRODI – “Um Monumento Bizantino-Latino em Portugal”, *Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, 3.ª série, tomo VIII, n.º 1 e 2, 1898, p. 18.

⁵⁰⁸ Ernesto KORRODI – “Um Monumento Bizantino-Latino em Portugal”, *Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, 3.ª série, tomo VIII, n.º 1 e 2, 1898, p. 18.

próprio afirma, perante a impossibilidade de efectuar pesquisas arqueológicas no local.

Anos mais tarde, para Gómez-Moreno, a Capela de S. Frutuoso de Montélios revelar-se-á “um exemplar máximo do tipo bizantino quadrado y com cruzeiro central”, sendo a proposta de reconstrução elaborada por Korrodi classificada de “inadmissível”⁵⁰⁹. Mas o mérito de Korrodi residiu “essencialmente na sua ‘descoberta’”⁵¹⁰ e as dificuldades de reconstituição suscitariam, a partir de então, uma grande polémica à volta do monumento, “não somente quanto à sua classificação e inclusão em algum dos monumentos artísticos da Idade Média, mas também quanto à sua possível reintegração”⁵¹¹.

As obras de desobstrução tiveram início em 1931, sob a responsabilidade do médico Jerónimo de Sousa Louro e do arquitecto João de Moura Coutinho, então constituídos como “uma Comissão de arqueólogos locais”⁵¹², e orientados pela tese de que o monumento teria sido mandado construir por S. Frutuoso para sua sepultura, no século VI, segundo o modelo do mausoléu de Gala Placídia de Ravena⁵¹³. Na altura apenas era conhecida a quadra central,

⁵⁰⁹ Manuel GÓMEZ-MORENO – *Iglesias Mozárabes. Arte Español de los siglos IX a XI*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 1998 (Edição facsimilada da edição de 1919), p. 97.

⁵¹⁰ Lucília Verdelho da COSTA – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 151.

⁵¹¹ Fernando António de Almeida e Silva SALDANHA – *Arte Visigótica em Portugal*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1962, p. 135. Citado por Lucília Verdelho da COSTA – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 152.

⁵¹² Comunicação n.º 128, Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, 9 de Janeiro de 1959. *Capela de São Frutuoso de Montélios, Processo de Obras*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010303370014

⁵¹³ Carlos Alberto Ferreira ALMEIDA – “Arte da Alta Idade Média” in *História da Arte em Portugal*, Vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 117.

“(…) ponto de intersecção do seu plano primitivo.

Interiormente, essa quadra é um teorema de robustez e leveza: esta, vem-lhe do predomínio dos vazios; aquela, da solidez dos elementos estáticos, isto é, dos pilares angulares, dúplices, interpenetrados, em largo aparelho de granito, que constituem a principal ossatura do seu organismo.

Os pilares ligam-se entre si por quatro grandes arcos sobre os quais se alçam outros tantos panos de silharia de curta elevação. Nestes e nos *pendentifs* de tijolo, mas estribados em mísulas de pedra engastadas diagonalmente nos silhares, assenta a cúpula hemisférica, também de tijolo, que abriga o exíguo recinto.

Em cada um de três arcos, os do norte, sul e oeste, inscreve-se um tímpano sobre uma tríplice arcada de curvas ultrapassadas, apoiando-se nas impostas laterais de feição coríntia e em duas colunas intermédias de mármore com capitéis de definidas nuances do estilo coríntio.

(…) Por sobre a escadaria ocidental que desce para a igreja franciscana corre horizontalmente uma abóbada de berço em tijolo cujo revestimento anterior de argamassa a fazia supor da fábrica originária.

Nada mais quanto ao interior.

Externamente, o terço superior da quadra emergia livremente dos telhados da crasta em forma de cubo, absorvendo e ocultando o perfil curvilíneo da cúpula na sua massa de linhas todas em verticalidade e horizontalidade.

Esse cubosito é coberto por um telhado de quatro águas sustido no beiral por uma cornija moldurada de granito, por sobre a qual se desenrola um friso de calcáreo finamente ornamentado que, por sua vez, assenta numa teoria de arcaturinhas geminadas de curva ultrapassada e separadas entre si por pequeninos arcos em mitra.

Era tudo.

Com efeito nada mais restava do vetusto monumento porquanto a abside fora absurdamente substituída por uma capela de mais vastas dimensões, em profundidade e altura, e fora de toda a proporção com a quadra; ao norte desta construira-se uma dependência de arrumo e passagem, ao sul a escadaria de acesso ao coro dos frades, assim como ao poente a de comunicação com a nova igreja.

Inverosímil!⁵¹⁴.

Demolidas as intervenções do século XVIII e posteriores, tornou-se evidente a planta⁵¹⁵ em cruz de braços iguais, contendo três deles uma abside em curva quase circular monocêntrica, deduzindo-se “para a orgânica do alçado um sistema de coberturas cupuliformes”⁵¹⁶, tudo corroborado pela aparição das sapatas das bases das colunas que guarneciam o interior das absides dos braços E e S⁵¹⁷. O braço E estava completamente transformado, mas a descoberta dos seus alicerces primitivos possibilitou a determinação da sua planta⁵¹⁸. Do braço N, a não ser a parte da sua entrada, nada se conservava, pelo que a sua reedificação foi totalmente nova. A torre central encontrava-se bastante bem conservada; apenas se lhe tinham ampliado as janelas.

Avisada a Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte, Baltazar de Castro visita a obra e aprova o já realizado, determinando o prosseguimento dos

⁵¹⁴ Manuel MONTEIRO – *S. Frutuoso, uma igreja mozárabe*. Braga: Tipografia do Arquivo Distrital, 1939, pp. 20-22.

⁵¹⁵ Em carta de 28 de Julho de 1931, assinada por José Vilaça e dirigida ao prof. Gómez-Moreno (*Ilustração Moderna*, n.º 55, Março-Abril 1932, 7º ano, p. 415), lê-se: “(...) Sobre S. Frutuoso, ou S. Salvador de Montélios, em breves dias enviarei desenhos, que por certo vão causar surpresa, pois ultimamente teem-se realizado sondagens, que quási resolvem definitivamente a sua planta e alçados. Parece confirmar-se agora mais que nunca a opinião de que é um monumento originalíssimo, do século VII, com aproveitamento de imenso material romano. Enviarei, como digo, desenhos”. Gómez-Moreno visitou o templo ainda nesse ano não tendo emitido, na sua sequência, nenhuma opinião, como revela Manuel Monteiro cujo estudo sobre S. Frutuoso, por respeito pela opinião do outro, ficou a aguardar publicação. MONTEIRO, Manuel – *S. Frutuoso, uma igreja mozárabe*. Braga: Tipografia do Arquivo Distrital, 1939, p. 8.

⁵¹⁶ Manuel MONTEIRO – *S. Frutuoso, uma igreja mozárabe*. Braga: Tipografia do Arquivo Distrital, 1939, p. 23.

⁵¹⁷ Mencionadas desde o século XVI e testemunhadas por Frei Manuel de Monforte, em 1619, na sua *Crónica da Província da Piedade*: “E tendo cada huma (capela) só dezasete palmos & meyo de largo neste tão pequeno espaço tem a Egreja vinte & quatro columnas: quatro n’aquella primeira entrada da porta, seis em cada capella collateral e oito na principal de todas”. Citado em Manuel MONTEIRO – *S. Frutuoso, uma igreja mozárabe*. Braga: Tipografia do Arquivo Distrital, 1939, p. 24.

⁵¹⁸ Carlos Alberto Ferreira ALMEIDA – “Arte da Alta Idade Média” in *História da Arte em Portugal*, Vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 117.

trabalhos sob a orientação directa de Moura Coutinho e Jerónimo de Sousa Louro.

Após a demolição parcial da capela, das pesquisas e estudos realizados, a Comissão de arqueólogos locais inicia o restauro (figs. 389-398). As pedras provenientes das demolições são utilizadas na reconstrução que decorre de forma lenta, mas contínua, até à quase restauração integral.

No final de 1936 a Comissão Nacional da Freguesia de S. Jerónimo do Real manifesta à DGEMN, através do Governo Civil do Distrito de Braga, o seu descontentamento pela forma como têm vindo a decorrer as obras na capela, prejudicando grandemente a Igreja Paroquial de S. Francisco, uma vez que “há já dois anos que as referidas obras estão paralisadas e deixaram buracos em aberto no sótão da referida Igreja”⁵¹⁹.

Na verdade, a obra vai sendo realizada como se de um puzzle se tratasse. Por outro lado, a polémica entre os defensores do visigotismo do monumento, como Moura Coutinho, e os defensores do moçarabismo, como Manuel Monteiro, está no auge. E Baltazar de Castro solicita, em 1937, uma bolsa de estudo ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais “para estudar os Monumentos congéneres no Norte de Hespanha, Sul da França e Itália”⁵²⁰, para se poder prosseguir com os trabalhos de restauro uma vez que não há elementos de estudo em Portugal.

É então que o Arcebispo de Braga manifesta o desejo de que a Capela de S. Frutuoso continue, como até ali esteve, ligada à Igreja de S. Francisco.

⁵¹⁹ Ofício n.º 82, Governo Civil do Distrito de Braga, 2 de Dezembro de 1936. *Capela de São Frutuoso de Montélios, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010303370014

⁵²⁰ Ofício n.º 289, Direcção dos Monumentos Nacionais, 25 de Fevereiro de 1937. *Capela de São Frutuoso de Montélios, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010303370014

Baltazar de Castro responde que a Direcção dos Monumentos Nacionais já tinha decidido manter essa ligação⁵²¹.

Em 1938, perante as polémicas e o arrastar da obra, e instigada por Duarte Pacheco, então Ministro das Obras Públicas, a elaborar com urgência o orçamento das obras de restauro integral da Capela, abrangendo os trabalhos a realizar na zona de protecção do monumento⁵²², a DGEMN decide intervir directamente, assumindo a partir daí a condução das obras.

Perante a missiva do Ministro, e o afastamento de Moura Coutinho, Baltazar de Castro informa Rogério de Azevedo das determinações, ao que ele responde solicitando informação sobre se “as entidades superiores concordam com a mudança da Igreja Paroquial de S. Francisco do local em que está para outro no centro da freguesia, de modo a desafrontar o Monumento de S. Frutuoso ao qual se cola e dar margem a um bom arranjo em volta”⁵²³. Baltazar de Castro responde-lhe informando-o de que para “além do estudo e orçamento das obras da Capela de S. Frutuoso”, ele pode “apresentar um estudo e estimativa da mudança da Igreja de S. Francisco e do arranjo em volta do referido Monumento”⁵²⁴ e comunica, pouco depois, ao Presidente da Comissão Administrativa da Junta de S. Jerónimo do Real que as obras na Capela de S.

⁵²¹ Ofício n.º 1085, Direcção dos Monumentos Nacionais, 14 de Junho de 1937. *Capela de São Frutuoso de Montélios, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010303370014

⁵²² O. S. 04319, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 4 de Junho de 1938. *Capela de São Frutuoso de Montélios, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010303370014

⁵²³ Comunicação n.º 721, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 11 de Agosto de 1938. *Capela de São Frutuoso de Montélios, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010303370014

⁵²⁴ Comunicação n.º 2678, Direcção dos Monumentos Nacionais, 19 de Agosto de 1938. *Capela de São Frutuoso de Montélios, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010303370014.

Frutuoso, adossada à Igreja Paroquial de S. Jerónimo do Real, irão prosseguir em breve e exclusivamente a cargo da Direcção dos Monumentos Nacionais⁵²⁵.

A 8 de Julho de 1939, Rogério de Azevedo visa a *Memória descritiva e técnica* das obras de restauro integral da Capela de S. Frutuoso e da urbanização do pátio (zona de protecção) circundante. De seguida, informa Baltazar de Castro da existência de um projecto – planta baixa e perspectiva – e orçamento, justificando o atraso na sua apresentação com o facto de ter querido “aguardar a última viagem a França para de passagem estudar em Venasques, região do sul da França, um monumento carlovíngio, coevo e semelhante ao de S. Frutuoso”⁵²⁶, e que o estudo apresentado (figs. 400-405) foi realizado “em face dos vestígios existentes e por analogia com”⁵²⁷ o referido monumento carlovíngio.

Na *Memória* os trabalhos de restauro referem-se à construção:

“(…) em pedra de panos em paredes de cantaria à fiada e assentamento de frisos moldurados de calcáreo que em certa quantidade estão depositados na Igreja aguardando a conclusão dos trabalhos, de cornija exterior moldurada, da nova escadaria de acesso ao Monumento, de aduelas de abóbadas interiores, de altares a assentar nas absides e de lagedo em revestimento de pavimentos; em cimento armado de vigas encobertas em

⁵²⁵ Comunicação n.º 3008, Direcção dos Monumentos Nacionais, 15 de Setembro de 1938. *Capela de São Frutuoso de Montélios, Processo de Obras*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010303370014

⁵²⁶ Comunicação n.º 423, Direcção dos Monumentos Nacionais, 1ª Secção, 19 de Julho de 1938. *Capela de São Frutuoso de Montélios, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010303370014

⁵²⁷ *Obras de restauro da Igreja de S. Frutuoso, de Braga, e urbanização da Zona de Protecção. Memória descritiva e técnica*, Direcção dos Monumentos Nacionais, 1ª Secção, 8 de Julho de 1939. *Capela de São Frutuoso de Montélios, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010303370014

travação de paredes na Igreja Nova anexa para garantir a sua segurança e isola-la o mais possível do Monumento; em tijolo burro dos tectos das absides em abobadilha para reboco; em madeira de castanho da armação dos telhados destinados a cobertura de telha romana (tipo especial) e das portas exteriores de segurança; em vidro colorido e armado em chumbo dos vitrais destinados às friestas; (...).

Os trabalhos de urbanização da zona de protecção limitam-se à plantação de árvores coníferas (ciprestes) e de um carvalho em lugares a indicar e distanciados entre si de forma a que não afrontem a Igreja e com ela estabeleçam um conjunto agradável e ao ajardinamento, com canteiros a arrelvar, do pátio em volta”⁵²⁸.

E continua, referindo que

“A quantidade de materiais primitivos, entre os quais algumas aduelas de arco que, medidas no seu maior comprimento indicam que os arcos estavam encostados às paredes e não longe delas, a própria estrutura e o traçado das abóbadas acusando nitidamente a meia esfera, levaram-nos a este resultado, isto é, a adoçar às paredes as colunas, não as isolando no centro conforme a norma que se estava a adoptar no restauro”⁵²⁹,

seguindo assim uma opção contrária à que Moura Coutinho estava a desenvolver e pretendendo utilizar os diversos elementos existentes “de forma a que este restauro se torne o mais completo possível ainda que, por ser exemplar

⁵²⁸ *Obras de restauro da Igreja de S. Frutuoso, de Braga, e urbanização da Zona de Protecção. Memória descritiva e técnica.* 8 de Julho de 1939. *Capela de São Frutuoso de Montélios, Processo de Obras.* IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010303370014

⁵²⁹ *Obras de restauro da Igreja de S. Frutuoso, de Braga, e urbanização da Zona de Protecção. Memória descritiva e técnica.* 8 de Julho de 1939. *Capela de São Frutuoso de Montélios, Processo de Obras.* IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010303370014

único no seu género existente no País e não haver cá outras da sua época que possam permitir confrontos, se torne trabalho delicado”⁵³⁰.

Na sequência da apresentação do projecto, Baltazar de Castro pede a Rogério de Azevedo o envio de “uma nova planta mostrando as duas Igrejas ligadas e indicação da abertura de ligação”⁵³¹.

Entre 1 de Agosto e 15 de Setembro de 1939, Rogério de Azevedo realiza a viagem de estudo que aguardava. Do que viu e apreendeu escreve:

“Sobre Igrejas primitivas alguma coisa também se aproveitou. Desde Poitiers com seu Baptistério do século IV e a sua igreja matriz do século XI alterada na sua pureza por sucessivas modificações dos séculos XII-XIII-XV-XVII e XVIII mas que conserva a sua frente intacta de corruções posteriores, até Venasque nos confins da região Vanclusiana com o seu Baptistério do século VII, tudo serviu para entrar no rol dos nossos ambicionados conhecimentos. Nesta última terra, Venasque, aldeiasinha implantada num munticulo que domina grande parte da região de Vancluse, na Provença, o seu Baptistério entalado entre casas rústicas e a igreja paroquial que ainda – acusa restos românicos por entre os acrescentos dos séculos XVIII e XIX é muito semelhante em planta à Capela de S. Frutuoso na freguesia de S. Jeronimo do Real, em Braga. A configuração das duas plantas quadrifolias diferenciam-se apenas na entrada que em S. Frutuoso é desde o século XVIII quadrangular enquanto que em Venasque é semicircular, como as restantes folhas. Convenhamos porem em afirmar que S. Frutuoso é muito mais rica de forma e que na Europa não há igual.

Em Venasque as colunas dos absidiolos estão encostadas à parede mas independentemente dela e os seus intercolunios são variáveis nos quatro absidiolos.

⁵³⁰ *Obras de restauro da Igreja de S. Frutuoso, de Braga, e urbanização da Zona de Protecção. Memória descritiva e técnica.* 8 de Julho de 1939. *Capela de São Frutuoso de Montélios, Processo de Obras.* IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010303370014

⁵³¹ Comunicação n.º 1353, Direcção dos Monumentos Nacionais, 21 de Julho de 1939. *Capela de São Frutuoso de Montélios, Processo Administrativo.* IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010303370014

O estudo feito para S. Frutuoso, antes mesmo de conhecermos Venasque, e que ao ser apresentado oportunamente ia instruído com perspectiva, resultou da observação e do estudo que podemos fazer de certos materiais entre os quais algumas aduelas de arco que deviam ter feito parte dos seus muros pois parte do seu comprimento coincidindo com a grossura da parede daria à parte restante saliência suficiente para o arco se apoiar nas colunas que seriam também independentes do paramento”⁵³².

No final de 1939 deram-se início aos trabalhos que incidiram, fundamentalmente, na abóbada da torre cruzeira, nas coberturas da Capela e no arranjo geral do terreno circundante. Nos três frontões existentes nos três braços da Capela foram fechadas as aberturas nos tímpanos⁵³³ ficando os novos, mandados fazer por Moura Coutinho, abandonados no chão do recinto⁵³⁴. Os colunelos que serviam de mainel nas janelinhas da torre e dos tímpanos dos frontões foram retirados.

Pouco depois, já em 1942, as obras foram paralisadas por iniciativa da própria DGEMN “em face da falta de elementos precisos que permitissem dar-lhe conclusão”⁵³⁵, limitando a sua actuação ao assentamento da cobertura para

⁵³² Rogério de AZEVEDO – *Relatório acêrca da viagem de estudo aos castelos de França realizada de 1 de Agosto a 15 de Setembro de 1939 e do que mais se viu*. 22 de Setembro de 1939, pp. 26-28. IHRU: SIPA. Anexos ao Processo de S. Frutuoso, no IHRU: SIPA encontram-se diversos postais ilustrados, sendo que um deles foi dirigido a Rogério de Azevedo.

⁵³³ “Foi certamente a ideia de que o protótipo deste monumento era o mausoléu de Gala Placídia e o facto de se pensar que estas aberturas não serviam para iluminar o espaço interno que levaram à sua supressão, já na fase (...) final do restauro, como hoje aí vemos”. Carlos Alberto Ferreira ALMEIDA – “Arte da Alta Idade Média” in *História da Arte em Portugal*, Vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 118.

⁵³⁴ António de AZEVEDO – *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: s/ed., 1965, pp. 35 e 45. Moura Coutinho tinha proposto “aximezes no centro dos frontões para arejamento do espaço entre a abóbada e o telhado mas cuja utilidade era apenas a do equilíbrio arquitectónico”. Carlos Alberto Ferreira ALMEIDA – “Arte da Alta Idade Média” in *História da Arte em Portugal*, Vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 126.

⁵³⁵ Comunicação n.º 128, Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, 9 de Janeiro de 1959. *Capela de São Frutuoso de Montélios, Processo de Obras*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010303370014

defesa do monumento (figs. 406-413). Ironicamente, a 21 de Março de 1941, Baltazar de Castro toma conhecimento através de um ofício do arquitecto Joaquim Areal, sucessor de Rogério de Azevedo à frente da 2.^a Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais, de que a Capela de S. Frutuoso não está classificada nem como Monumento Nacional nem como Imóvel de Interesse Público⁵³⁶, suscitando assim o início ao processo da sua classificação.

IGREJA DE S. PEDRO DE RATES

Projecto de restauro

Rural e isolada das casas circundantes por um terreiro, a Igreja de S. Pedro de Rates (figs. 416-454) é uma igreja conventual românica de planta composta, de cruz latina e três naves com quatro tramos de tamanho desigual, falso transepto, ábside e absidiolos redondos precedidos de um tramo recto. As três capelas são escalonadas, o transepto saliente em altura e a nave central elevada acima das colaterais. A igreja possui abóbadas de berço quebrado no transepto e na ábside e abóbadas de berço redondo nos absidiolos, sendo o restante rematado por coberturas de madeira. As empenas dos telhados são salientes, inclusive separando o tramo da ábside da parte circular. O acesso ao templo faz-se por um portal axial de cinco arquivoltas e arcos de volta perfeita, inserido na fachada assimétrica e contrafortada.

⁵³⁶ Ofício n.º 155, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2.^a Secção, 21 de Março de 1941. *Capela de São Frutuoso de Montélios, Processo de Obras*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010303370014.

Existem vestígios de um templo pré-românico⁵³⁷, o qual começou a ser reedificado por iniciativa dos Condes D. Henrique e D. Teresa, entre 1096 a 1100, segundo uma planta basilical de três naves, cinco tramos e transepto, sendo doado ao priorado cluniacense de La Charité-sur-Loire⁵³⁸. Neste período, que se prolongará pelos primeiros anos do séc. XII, a igreja apresentava uma cabeceira tripartida, mas de arco triunfal mais baixo e em pleno cintro. As bases dos pilares eram circulares, mais simples que os da reconstrução beneditina. Após a queda da abóbada da capela-mor o templo veio a sofrer uma mudança no sentido do plano beneditino português para igreja de três naves⁵³⁹. Esta alteração não terá sido levada até ao fim tendo-se então procurado conjugar as duas plantas: a da igreja condal que estava a ser destruída e a *nova* que se edificava. No séc. XVI, com a extinção da comunidade monástica, a igreja foi entregue à Ordem de Cristo e convertido em Comenda.

Devido às sucessivas alterações da sua construção ao longo dos séculos XI, XII e XIII, Rates apresenta numerosas anomalias e irregularidades. As naves

⁵³⁷ “Se observarmos atentamente algumas das fotografias anteriores ao restauro, encontraremos na fachada principal, do lado direito, uns pequenos óculos formados por duas pedras compostas. Trata-se (...) dos remates superiores de dois ‘ajimez’ e que aí foram colocados, certamente, após as grandes transformações do séc. XVII. Este tipo de frestas, abertas em duas luzes, é muito frequente em edifícios pré-românicos. (...) Este é um detalhe precioso, pois nos permite sugerir os fins do séc. IX, ou princípios de X, para a construção do primitivo templo”. Manuel Luís REAL – “O Românico Condal em S. Pedro de Rates e as Transformações Beneditinas do Século XII”, *Póvoa do Varzim, Boletim Cultural*, Vol. XXI, n.º 1, 1982, p. 8. Estas pedras e outros elementos desapareceram com o restauro da igreja, mas encontram-se conservados em vários museus.

⁵³⁸ O mosteiro de S. Pedro de Rates foi o primeiro que a congregação de Cluny possuiu em Portugal, tendo tido outros dois: Vimieiro e Santa Justa de Coimbra.

⁵³⁹ Estas igrejas adoptaram sistematicamente o plano de naves de três tramos e um falso transepto. A ordem beneditina foi a única que, em Portugal, construiu templos com naves de três tramos e transepto. Exceptuando algumas colegiadas urbanas, apenas vamos encontrar esta planta em Travanca, Paço de Sousa, Pombeiro, Ganfei e Ermelo. Em S. Pedro de Rates ela é induzida pela posição do 2º pilar sul e pela distância entre as frestas do mesmo lado, mais especificamente o intervalo entre a 3ª e a 4ª frestas “dá-nos a ideia do local projectado para o último pilar, que nunca chegou a edificar-se por desvio do projecto”. Manuel Luís REAL – “O Românico Condal em S. Pedro de Rates e as Transformações Beneditinas do Século XII”, *Póvoa do Varzim, Boletim Cultural*, Vol. XXI, n.º 1, 1982, p. 38.

apresentam quatro tramos desiguais, sendo os dois últimos mais pequenos que os restantes. As naves laterais têm larguras diferentes, sendo que a nave norte (esquerda) é mais larga que a nave sul (direita). Os pilares que limitam a nave lateral norte não estão alinhados e apresentam apenas duas colunas adossadas enquanto os pilares que definem a nave lateral sul apresentam quatro. Notam-se ainda anomalias na distribuição das colunas ao longo dos muros, na colocação das frestas sobre o arranque dos pilares, na aplicação dos contrafortes, no facto de o pórtico principal não estar no eixo da planta. A desarticulação dos elementos estruturais também se encontra reflectida na falta de uniformidade dos alçados. A inexistência de colunas embebidas no muro norte poderá dever-se ao abandono do projecto de cobertura em pedra ou, tendo existido, desapareceram com a ruína desse muro⁵⁴⁰. No lado sul da nave principal existem colunas adossadas aos pilares encimadas por capitéis onde deveriam assentar os arcos torais da abóbada que nunca chegou a ser construída.

As reformas mais significativas a que Rates esteve sujeita deram-se no século XVII com a construção da torre sineira sobre o braço norte do transepto, visível na vista que Pier Maria Baldi realizou em 1669 (figs. 416-417), a ampliação da capela-mor e a abertura de uma fresta na capela do Rosário, no absidíolo sul.

Hoje não se encontram vestígios do mosteiro propriamente dito. Mas um friso que corre ao longo de toda a fachada sul e alguns modilhões sugerem o

⁵⁴⁰ No plano henriquino, Rates estava projectada para “receber inteiramente abóbadas. Quando a cobertura do transepto já estava pronta, terá havido mudança na direcção da obra e as naves acabaram por receber telhados com armação de madeira”. Manuel Luís REAL – “O Românico Condal em S. Pedro de Rates e as Transformações Beneditinas do Século XII”, *Póvoa do Varzim, Boletim Cultural*, Vol. XXI, n.º 1, 1982, p. 22.

apoio de uma das faces do telhado do claustro do mosteiro desaparecido, adossado a esta parede⁵⁴¹.

À luz das teorias da época a DGEMN realiza uma profunda intervenção de reabilitação e restauro da Igreja de S. Pedro de Rates entre 1930 e 1940. Com o intuito de reconstituir o edifício, preenchendo as lacunas a partir da análise dos alicerces ou de pormenores arquitectónicos subsistentes, e de eliminar todos os elementos considerados não conformes ao seu estilo original, são apeados a torre existente sobre um dos braços do transepto, o coro de madeira e respectivo escadório e a sacristia que tapava o absidiolo norte, sendo reintegrada a ábside e reposta a rosácea na frontaria. O restauro não implica a demolição das abóbadas de berço quebrado ou dos arcos ogivais, elementos de transição para o gótico, mas não poupa a abóbada artesoadada da nave lateral sul, considerada como uma incongruência estética⁵⁴². É de referir que na *Notícia Histórica* com que o *Boletim* n.º 23 da DGEMN abre, considera-se que

“(…) o estilo românico, que caracteriza a feição dominante do templo, não raro se nos mostra influenciado, e até desnaturado em vários pormenores, pela arte gótica – então balbuciente, mas já segura dos triunfos que, volvidos alguns decénios, deveria largamente obter. Assim, quase todos os arcos que dividem as naves se quebram timidamente, mas já enamorados da esbelteza das linhas ogivais; e no extremo superior de uma das mesmas naves (a da direita) há um artesoadado gótico, ainda rude e mal definido, cujas nervuras nascem hibridamente de capitéis românicos”⁵⁴³.

⁵⁴¹ Frei José de Santa ESCOLÁSTICA (José Mattoso) – “O românico beneditino em Portugal”. Singeverga, 1954 (reproduzido em *Póvoa do Varzim, Boletim Cultural*, Vol. III, 1964, pp. 144-166), p. 155.

⁵⁴² *S. Pedro de Rates. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 23, Março de 1941, p. 15.

⁵⁴³ *S. Pedro de Rates. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 23, Março de 1941, pp. 14-15. Segundo José Mattoso “a existência dessa abóbada faria rejuvenescer o templo pelo menos até fins do século XII e princípios do séc. XIII. Mas mesmo

O texto do *Boletim*, de autor anónimo, não contém qualquer outra referência a esta abóbada, nem mesmo quando inúmeras as obras de restauro levadas a cabo.

Quando Rogério de Azevedo, em 1936, inicia a sua actividade na Direcção dos Monumentos Nacionais, já as obras de restauro de Rates estão a decorrer, tendo-se constatado que “os principais males a remediar não provinham na realidade da vetustez do templo, mas sim dos erros e dos abusos que haviam pervertido as obras de conservação levadas a cabo por antigos administradores”⁵⁴⁴. Apenas no absidiolo da Epístola (direito) se encontram “vestígios bem visíveis de decomposição causada pelo corroer dos séculos”, sendo que em quase todas as outras partes do edifício não se notam indícios graves de ruína, “mas apenas mutilações, deformações, desacatos de toda a espécie, praticados por mãos humanas”⁵⁴⁵.

A 18 de Março de 1937, Baltazar de Castro solicita a Rogério de Azevedo o orçamento relativo ao apeamento da torre e a sua reconstrução noutra local “que não brigue com o aspecto do Monumento”⁵⁴⁶, assim como para outras obras

que ela não fosse posterior ao resto da igreja (...), nada prova que se não deva atribuir aos meados do séc. XII, visto que a de Morierval [Ilha de França], com a qual foi justamente comparada, data de 1130, pouco mais ou menos. Que ela era um acrescento bem o mostra a sua situação na igreja, e o facto de ter sido suprimida na reconstrução feita pela DGEMN”. Nesta citação, José Mattoso refere-se à obra de Aarão de Lacerda, *História da Arte em Portugal*, vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1942, pp. 247 e 383. Frei José de Santa ESCOLÁSTICA (José Mattoso) – “O românico beneditino em Portugal”. Singeverga, 1954 (reproduzido em *Póvoa do Varzim, Boletim Cultural*, Vol. III, 1964, pp. 144-166), pp. 157-158.

⁵⁴⁴ S. Pedro de Rates. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 23, Março de 1941, p. 17.

⁵⁴⁵ S. Pedro de Rates. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 23, Março de 1941, pp. 17-18.

⁵⁴⁶ O.S. n.º 372, Direcção dos Monumentos Nacionais, 18 de Março de 1937. S. Pedro de Rates, *Processo de Obra*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT011313110001

ainda necessárias para o completo restauro da igreja, incluindo a possível reconstituição da capela-mor. A “airosa curva do hemiciclo primitivo”⁵⁴⁷ tinha desaparecido totalmente, encontrando-se no solo os alicerces da respectiva parede, o que veio a facilitar a sua reconstituição após a destruição da que a tinha substituído. Em Maio desse ano é realizado o concurso para a empreitada de apeamento da torre sineira e respectivo anexo, erguidos sobre o braço do transepto e do absidiolo esquerdo, e da sacristia anexa à capela-mor, para restabelecer a “antiga regularidade construtiva”, reparar “os danos que tais construções haviam ocasionado” e proceder-se ao trabalho “de reparação em toda a nave cruzeira, sendo substituídas várias cantarias mutiladas, repostas algumas cornijas e por fim completada uma abóbada que se encontrou ao abandono e sem acabamento”⁵⁴⁸. No final do ano a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim solicita à DGEMN que todas as pedras com algum valor arqueológico que sejam retiradas da igreja, e que não tenham aplicação no restauro da mesma, lhe sejam cedidas para as instalar no novo Museu da Póvoa, ao que Rogério de Azevedo dá o seu acordo⁵⁴⁹.

No decurso das obras, em Novembro de 1938, Rogério de Azevedo apresenta o projecto para a reconstituição da capela-mor (fig. 423), dando-se início imediato aos trabalhos da sua construção. A ábside, com cinco arcos no exterior, dois dos quais cegos, não chegando à cornija e assentando em quatro

⁵⁴⁷ S. Pedro de Rates. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 23, Março de 1941, p. 18.

⁵⁴⁸ S. Pedro de Rates. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 23, Março de 1941, p. 19.

⁵⁴⁹ Ofício n.º 28, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2.ª Secção, 8 de Janeiro de 1938. S. Pedro de Rates, *Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT011313110001

colunas-botaréu adossadas, apresenta um embasamento poderoso. No interior, arcaria cega e, sobre ela, o andar das frestas.

Entretanto, Baltazar de Castro não vê qualquer inconveniente em ceder à Confraria de Nossa Senhora da Conceição do Carvalhido, no Porto, o altar que foi apeado da capela-mor de Rates⁵⁵⁰.

A parede sul da igreja é consolidada e o trabalho nos telhados continua. O absidiolo sul tem de ser demolido e totalmente reconstruído devido ao seu estado de eminente derrocada⁵⁵¹ (figs. 441-443). Verifica-se então que a degradação naquela parte do edifício é mais profunda, tendo atingido a vizinha parede testeira do transepto, facto que determina também a sua reconstrução. No decurso desta obra é ali reposta a “primitiva janela”⁵⁵² que havia sido substituída por outra, rectangular e de grandes dimensões. A abóbada de cruzeiro que existia na nave sul, no tramo correspondente à porta de entrada da sacristia actual, é demolida. E com ela as bases, as colunas e os capitéis que recebiam as nervuras (figs. 448-450). Esses capitéis são transferidos para a

⁵⁵⁰ Comunicação n.º 147, Direcção dos Monumentos Nacionais, 7 de Dezembro de 1938. S. Pedro de Rates, *Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT011313110001. “Tanto na capela-mor como nos absidiolos, os primitivos altares de pedra tinham sido substituídos por outros de madeira, sem nenhum valor atendível, mas (...) ajoujados com as talhas, as molduras, as colunatas, as pirâmides e as imagens que em tais construções se reproduzem sempre – pois em tôdas se nota invariavelmente a mesma sujeição à lei geral da vulgaridade. Impondo-se a obrigação de restabelecer ali, como no próprio templo, a decência estética e o equilíbrio cronológico, nenhuma dessas aparatosas e intrusas armações de madeira foi conservada (...)”. S. Pedro de Rates. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 23, Março de 1941, pp. 21-22.

⁵⁵¹ Os modilhões esculpidos que decoravam a sua cornija são retirados e substituídos por novos. Os esculpidos são colocados na cornija da ábside. A. Campos MATOS – *A Igreja Românica de S. Pedro de Rates: guia para visitantes*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000, p. 42; Manuel Luís REAL – “O Românico Condal em S. Pedro de Rates e as Transformações Beneditinas do Século XII”, *Póvoa do Varzim, Boletim Cultural*, Vol. XXI, n.º 1, 1982, p. 32.

⁵⁵² S. Pedro de Rates. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 23, Março de 1941, p. 19.

parede exterior da ábside, rematando o topo das colunas-botaréu⁵⁵³. As paredes norte e sul são parcialmente reconstruídas com a reposição das frestas “segundo os vestígios existentes”⁵⁵⁴. As da parede norte foram colocadas tendo em conta as do muro sul. O enorme janelão rectangular da fachada principal é demolido e a rosácea é reposta na frontaria após o aparecimento dos seus elementos “entre a cantaria da parede”⁵⁵⁵. O pavimento das naves é rebaixado assim como “todo o terreno do adro até ao primitivo nível”, com a “reposição de novos degraus e soleiras nos 3 pórticos”⁵⁵⁶.

No interior, o arco abatido entre a capela-mor e o corpo da igreja é substituído por um arco quebrado e todos os rebocos e respectivas pinturas dos séculos XVII e XVIII são destruídos, assim como os azulejos do século XVII que revestiam muitas superfícies interiores (figs. 451-452). O coro de madeira setecentista, “fracturando, para se equilibrar, a cantaria das paredes contíguas e dois dos mais belos arcos que demarcam as naves”, a escada de caracol que lhe dava acesso (figs. 453-454), bem como o púlpito, são apeados permitindo

⁵⁵³ Ver a este propósito Manuel Luís REAL – “O Românico Condal em S. Pedro de Rates e as Transformações Beneditinas do Século XII”, *Póvoa do Varzim, Boletim Cultural*, Vol. XXI, n.º 1, 1982, p. 32.

⁵⁵⁴ Proposta de ajuste particular para a execução de diversos trabalhos na Igreja de S. Pedro de Rates – Póvoa de Varzim, 11 de Abril de 1939. *S. Pedro de Rates, Processo de Obra*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT011313110001. Saliente-se o facto de não existirem frestas na parede norte antes do restauro. Elas foram reconstruídas pela DGEMN “depois de encontrados (...) entre a cantaria das (...) paredes os respectivos componentes”. *S. Pedro de Rates. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 23, Março de 1941, p. 26.

⁵⁵⁵ *S. Pedro de Rates. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 23, Março de 1941, p. 27.

⁵⁵⁶ *S. Pedro de Rates. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 23, Março de 1941, p. 27.

assim “desafrontar a nave principal e ainda para que a luz exterior se distribuísse com maior regularidade em toda a igreja”⁵⁵⁷.

A construção da ábside é concluída em 1939 e um novo altar em cantaria é construído e assentado. A nova sacristia, pequeno edifício apenso à fachada sul da igreja, é construída em 1940, em substituição da que foi demolida.

Já depois da saída de Rogério de Azevedo da DGEMN, a obra prossegue com o calcetamento do adro e a execução dos altares de cantaria para os absidiolos e, no final de 1941, levanta-se de novo o problema da reconstrução da torre sineira, verificando-se que o estudo para a sua reconstrução num outro local nunca chegou a ser efectuado. O processo prolonga-se por vários anos dando lugar a um abaixo-assinado, por parte de personalidades da freguesia de S. Pedro de Rates, pedindo que ela seja reerguida. A questão acaba por ser resolvida já depois de 1944, com a construção de um campanário no espaço por trás da igreja, adossada a um edifício aí existente.

O projecto no contexto das práticas da DGEMN

O restauro da Igreja de S. Pedro de Rates, pretendendo ser o mais honesto possível, chegou ao ponto de assinalar todos os fragmentos originais com pintas de cor ocre. No entanto revelou-se “excessivo e, às vezes, com pouco escrúpulo histórico”⁵⁵⁸. Situações como a destruição da abóbada artesoadada que cobria a

⁵⁵⁷ S. Pedro de Rates. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 23, Março de 1941, p. 21.

⁵⁵⁸ Carlos Alberto Ferreira ALMEIDA – “A igreja românica de S. Pedro de Rates”, *Póvoa de Varzim, Boletim Cultural*, Vol. XIV, n.º 1, 1975, p. 8.

entrada lateral sul por colidir com os princípios da unidade de estilo, a reconstrução integral da capela-mor com a destruição da que a tinha substituído no período moderno, a destruição dos altares barrocos ou do revestimento de azulejos do século XVII que cobria parte das paredes do templo, não foram casos isolados e motivaram reacções⁵⁵⁹. No esforço restauracionista empreendido pela DGEMN destacam-se vários “erros de interpretação artística”⁵⁶⁰, a destruição de acrescentos ou contributos de sucessivas épocas classificados como “atentados contra”⁵⁶¹ o nosso património artístico e monumental “cometidos nos séculos XVII e XVIII”⁵⁶² e a construção ou alteração de elementos que, “pretensamente dentro do espírito medieval”⁵⁶³, constituíram “uma panóplia de falsos um pouco por todo o país”⁵⁶⁴.

⁵⁵⁹ O Dr. Pacheco de Amorim, em intervenções na Assembleia Nacional (*Diário das Sessões* de 21 de Fevereiro e 10 de Abril de 1935), denunciou os atropelos praticados no restauro do Mosteiro do Lorvão e da Igreja de S. Pedro de Lourosa. O crítico de arte Adriano de Gusmão manifestou-se nas páginas do jornal *República*, em dois artigos: “O restauro dos monumentos nacionais” (10 de Fevereiro de 1949) e “Ainda o restauro dos monumentos nacionais” (13 de Março de 1949). No segundo artigo escreve que “a raríssima abóbada artesoadada, exemplar *único* em Portugal, da igreja românica de S. Pedro de Rates, foi sacrificada a um mal esclarecido critério de reintegração, sendo então demolida com uma indiferença que arrepia. Este erro de Rates compromete da maneira mais grave toda a obra dos Monumentos Nacionais, onde há trabalhos que se podem lançar a seu favor, digamo-lo imparcialmente”. Citados em A. Campos MATOS – *A Igreja Românica de S. Pedro de Rates: guia para visitantes*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000, pp. 117-118.

⁵⁶⁰ Jorge RODRIGUES – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 76.

⁵⁶¹ *15 Anos de Obras Públicas, 1932-1947. Livro de ouro*. Lisboa: Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1948, p. 56.

⁵⁶² *15 Anos de Obras Públicas, 1932-1947. Livro de ouro*. Lisboa: Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1948, p. 56.

⁵⁶³ Jorge RODRIGUES – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 76.

⁵⁶⁴ Jorge RODRIGUES – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 76.

Praticamente, em todos os templos intervencionados, muitas das estruturas decorativas dos séculos XVII e XVIII, geralmente de feição barroca, que decoravam os templos medievais foram desmontadas, ou destruídas. Pretendia-se, assim, conseguir uma visão desafogada dos espaços, particularmente das cabeceiras românicas ou góticas, construindo-se altares novos, geralmente em pedra, “pretensamente feitos segundo os modelos ou o gosto artístico medieval”⁵⁶⁵. A Igreja do Mosteiro de Leça do Bailio (figs. 455-458), primeiro monumento monografado pela DGEMN⁵⁶⁶, é exemplo disso. Construída no século XIV segundo um programa gótico, é uma igreja de carácter defensivo. As obras de restauro realizaram-se entre 1927 e 1938, tendo sido dirigidas pelo arquitecto Baltazar de Castro. Depois da divisão da igreja e do paço, o que obrigou à demolição dos edifícios que juntavam os dois corpos, a cabeceira foi em parte reconstruída a partir de elementos existentes ou feitos de novo, e o seu interior foi “restituído à sua nobre sobriedade”⁵⁶⁷, conceito que orientava então os técnicos dos Monumentos Nacionais⁵⁶⁸. Investidos de uma falsa espiritualidade, o despojamento da pedra nua dos templos medievais era símbolo de valores morais e religiosos que se pretendia recuperar. Assim se fez a demolição do coro e dos sete altares “inconciliáveis com a expressão

⁵⁶⁵ Jorge RODRIGUES – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 77.

⁵⁶⁶ A campanha de obras de restauro de Leça do Bailio deu origem ao primeiro *Boletim* publicado pela DGEMN, em Setembro de 1935.

⁵⁶⁷ Jorge RODRIGUES – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 78.

⁵⁶⁸ Vejam-se os *Boletins da DGEMN*.

construtiva da igreja”⁵⁶⁹, numa “limpeza ideológica”⁵⁷⁰ que se multiplicaria por todo o país. Foram raros os coros altos que não foram destruídos; e os altares tiveram um destino semelhante aos de Leça do Bailio.

Como em Leça, também na Igreja beneditina de Cete (figs. 459-462) foram demolidos o púlpito e quatro altares que “obstruíam” a igreja⁵⁷¹. O arco manuelino, encaixado numa das portas medievais do templo, foi destruído. Igual sorte teve o andar sobre a casa do capítulo, ostentando uma janela de feição manuelina, “para desafrontar a fachada do sul e parte da capela-mor”⁵⁷².

Este procedimento assumiu maior alcance na Igreja românica de Cedofeita (figs. 463-466) cujas obras de restauro se realizaram entre 1930 e 1935 e onde, para além dos altares, também foi apeada uma capela “que ocultava parte da fachada norte”⁵⁷³.

Em Paço de Sousa (figs. 467-470), foi a torre sineira erguida junto à frontaria da igreja nas reformas efectuadas no século XVIII, que foi apeada. Salvou-se a capela-mor, e o seu altar, por falta de elementos seguros para a reconstituição da original.

⁵⁶⁹ Cinco destes altares encontravam-se completamente apodrecidos. Os restantes foram colocados em dois outros monumentos nacionais: a Igreja Matriz de Barcelos e a Igreja de Paço de Sousa. *Igreja de Leça do Bailio. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 1, Setembro de 1935, p. 37.

⁵⁷⁰ Jorge RODRIGUES – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 78.

⁵⁷¹ *Igreja de Cete. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 3, Março de 1936, p. 23.

⁵⁷² *Igreja de Cete. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 3, Março de 1936, p. 23.

⁵⁷³ *Igreja de S. Martinho de Cedofeita. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 2, Dezembro de 1935, p. 17.

Paralelamente a estes “abusos interpretativos” aconteceram uma panóplia de “falsos”⁵⁷⁴. Em Leça do Bailio a porta da sacristia, refeita nas obras de restauro, é talhada com arco ogival. Na Igreja românica de Santiago, em Coimbra (figs. 471-474), são executado um altar de pedra “próprio da época” e muitos modilhões novos, para substituição dos que faltavam, tendo-se igualmente procedido à “mudança da capela existente na nave sul para a nave norte” do templo – uma capela lateral do gótico tardio –, “alteração motivada pelo alargamento da vizinha rua transversal”⁵⁷⁵. As obras de restauro deste templo foram tão longas e complexas (iniciadas em 1908, continuadas vinte anos depois e concluídas em 1935) que a própria DGEMN assume que, quando as dá por concluídas, está a “reentregar ao culto o novo templo erigido em substituição e representação do antigo”⁵⁷⁶.

As rosáceas medievais, reconstruídas a partir de elementos encontrados – como em Paço de Sousa – ou construídas segundo o modelo da época – como em Cete –, encontram-se entre os “falsos” mais evidentes.

Mas, talvez, um dos casos mais gritantes seja o de S. Pedro de Lourosa, um dos raros templos pré-românicos que sobreviveu até aos nossos dias. O campanário do século XII ou XIII foi deslocado da fachada para a parte posterior do templo, num “processo de reorganização do espaço circundante aos

⁵⁷⁴ Jorge RODRIGUES – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 79.

⁵⁷⁵ *Igreja de S. Tiago, Coimbra. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 28, Junho de 1942, p. 26.

⁵⁷⁶ *Igreja de S. Tiago, Coimbra. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 28, Junho de 1942, p. 25.

monumentos que era, frequentemente, destruidor do ambiente paisagístico e construtivo em que se inseriam”⁵⁷⁷. O nártex foi reconstruído tendo-se procedido ao rebaixamento do seu telhado “até à primitiva altura”⁵⁷⁸, facto que entrou em contradição com a presença de uma janela de ajimez, de inspiração moçárabe, na parte superior da fachada e que destruiu a ampliação da nave realizada no século XII. A janela foi deslocada para a empena da entrada do templo, sendo colocada uma cópia na fachada posterior, sobre o arco triunfal. Com a reconstrução da capela-mor foi também reconstruído, em ferradura, o arco triunfal. Também neste caso, para a capela-mor e absidiolos, foram construídos altares de cantaria “apropriados”⁵⁷⁹.

Não se podendo considerar que todas estas intervenções obedeceram a um mesmo programa, elas patenteiam o quanto nestes restauros a igreja, quando interpretada como uma casa, “transforma-se numa simples sala”⁵⁸⁰, um espaço despido de grande parte do mobiliário litúrgico. Os objectos são reduzidos ao mínimo. Destacam-se os altares de granito feitos para substituir os anteriores e as imagens dos santos. Consentâneo com os princípios de restauro, “plasma-se um ideal de severidade e sobriedade”, mas “bem diferente do original

⁵⁷⁷ Jorge RODRIGUES – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo” in *Caminhos do Património, DGEMN 1929-1999*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 77. Este processo foi inúmeras vezes repetido, dada a preocupação de isolar, para destacar, os objectos simbólicos. Veja-se o caso do Terreiro da Sé, no Porto.

⁵⁷⁸ *Igreja Matriz de Lourosa, Oliveira do Hospital. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 55, Março de 1949, p. 26.

⁵⁷⁹ *Igreja Matriz de Lourosa, Oliveira do Hospital. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 55, Março de 1949, pp. 27-28.

⁵⁸⁰ Miguel TOMÉ – *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP Publicações, 2002, p. 43.

que se restaura, dada a impossibilidade de alcançar o ideal de uma totalidade primitiva”⁵⁸¹.

PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA

Paço dos Duques de Bragança – estudo e projectos de Rogério de Azevedo

Num enquadramento urbano e inserido numa zona verde no centro de Guimarães – o Monte Latito –, junto ao Castelo e à Igreja de S. Miguel, ergue-se o Paço Ducal, vasto conjunto palaciano em forma de quadrilátero com 60 metros de lado (figs. 475-476). É constituído por quatro grandes corpos construídos em volta de um pátio rectangular tratado à maneira de um claustro, com galerias de dois andares nos quatro lados. Nos vértices do edifício as alas laterais ultrapassam o alinhamento das fachadas principal (noroeste) e posterior (sudeste), destacando-se na forma de torreões. O alçado principal apresenta uma entrada axial, ao nível do rés-do-chão, dando acesso directo ao pátio. Do lado oposto do pátio, com portal ao nível do primeiro andar da galeria e centrada com a entrada no Paço, surge a capela palatina cujo corpo se destaca na fachada posterior. As quatro fachadas são reforçadas ao nível das cornijas por uma varanda de tipo lombardo. Os alçados são coroados de ameias flordelizadas

⁵⁸¹ Paula Pinto COSTA; Lúcia ROSAS – *Leça do Balio, no tempo dos Cavaleiros do Hospital*. Lisboa: Edições INAPA, 2001, p. 117.

que cingem os telhados de várias águas. Sobre os telhados, bastante inclinados, erguem-se numerosas chaminés cilíndricas de tijolo.

A construção primitiva (século XV), berço da Casa de Bragança e uma das mais sumptuosas e evoluídas habitações civis no quadro tardo-medieval português, apresenta características nítidas de fortificação, visíveis na solidez dos seus muros e na distribuição da fenestração, mas já aberta a valores funcionais e civilistas próprios da época.

Quando em 1937, a cargo do arquitecto Rogério de Azevedo⁵⁸², sob a supervisão do arquitecto Baltazar de Castro e a alçada da DGEMN, se iniciaram os trabalhos de restauro e reconstrução do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, este encontrava-se profundamente arruinado, tendo a sua estrutura quase desaparecido ou sido sucessivamente desfigurada pelas obras de adaptação aos vários quartéis que, ao longo de mais de um século (desde 1807), ali se instalaram.

O projecto teve por base a observação comparativa de alguns paços senhoriais franceses (e, provavelmente, catalães) e um processo de investigação histórica e de sondagens arqueológicas realizadas na obra, como não era então prática corrente na Direcção Geral. Obedecendo a princípios de reintegração estilística⁵⁸³, foi objecto de estudos prévios detalhados e também de edição pública. Alguns dos elementos então propostos, como a grande varanda e as janelas neogóticas da fachada principal, o alpendre na fachada

⁵⁸² O Arq. Ricca Gonçalves e, muito provavelmente, também o Arq. Viana de Lima – então no início de carreira – trabalhando na DGEMN, colaboraram com Rogério de Azevedo no restauro do Paço Ducal.

⁵⁸³ Os trabalhos de restauro eram então designados por reintegração, reconstrução ou reconstituição pelos serviços da DGEMN. Enquadravam-se assim um conjunto de acções com o intuito de redefinir a unidade figurativa e estrutural dos monumentos, procurando atingir uma legibilidade que se aproximava da uniformidade estilística.

nordeste ou a escada de acesso à capela no pátio, foram motivo de polémicas acabando por serem suprimidos.

Usufruindo da carga simbólica de *berço da nacionalidade* que apresentava a cidade de Guimarães, e numa altura em que se preparavam as Comemorações Centenárias de 1940⁵⁸⁴, o restauro do Paço pretendeu prepará-lo para residência do Presidente da República no Norte do País⁵⁸⁵ ao mesmo tempo que se realizava a sua recuperação para fins museológicos.

Mas as obras de restauro prolongaram-se muito para além das Comemorações. Com as saídas de Rogério de Azevedo da DGEMN, em 1940⁵⁸⁶, e de Baltazar de Castro, em 1949, os trabalhos entraram num ritmo lento. Ganharam novo fôlego pelas mãos do Arq. Luís Benavente, Director do Serviço de Monumentos Nacionais de 1952 a 1972, tendo apenas sido dados como concluídos em 1959⁵⁸⁷.

Como resultado de todo este processo de restauro “violento e profundo, que veio alterar drasticamente o perfil da construção que sobrevivera até

⁵⁸⁴ Comemoravam-se o VIII Centenário do Nascimento de Portugal e o III Centenário da Restauração da Independência Nacional. Com esta finalidade, constituíram-se núcleos de actuação em cinco lugares simbólicos da lusitanidade – Guimarães, Porto, Braga, Lisboa e Vila Viçosa –, pólos de um programa global e cenários de algumas das principais manifestações.

⁵⁸⁵ Se em Lisboa a questão desejada era a da representação “simbólica” do país, já em Guimarães ela estava ligada a aspectos de representação “política”, com o “novo” Paço, o Castelo e a Capela de S. Miguel a servirem de conjunto privilegiado de recepção aos convidados do Estado Novo.

⁵⁸⁶ Rogério de Azevedo saiu da DGEMN para assumir a docência da 8ª Cadeira – Desenho Arquitectónico, Construções e Salubridade das Edificações – na Escola de Belas Artes do Porto, lugar anteriormente ocupado pelo arquitecto Marques da Silva, seu mestre e professor.

⁵⁸⁷ Para além de Rogério de Azevedo (projectos do restauro do Paço e do arranjo da envolvente) trabalharam no restauro do Paço Ducal: Joaquim Areal e Alberto da Silva Bessa, arquitectos da DGEMN (reformulação parcial do projecto quanto às coberturas, aos elementos decorativos e à residência presidencial); Mário Barbosa, arquitecto da DGEMN (estudos do arranjo interior da capela do Paço), António Costa, pintor (pintura decorativa dos tectos); Guilherme Camarinha, pintor (desenho dos vitrais da capela); António Lino, pintor (desenho dos vitrais do Paço); Teixeira Lopes, escultor (projecto do brasão).

então”⁵⁸⁸, foi feita a recriação arquitectónica do edifício “como ele ‘deveria de ser’, sem porém nunca o ter sido”⁵⁸⁹. Os travejamentos dos tectos foram desenhados e o espaço foi inteiramente reorganizado, tornando-o apto para funções de representação do Estado. Desde o pátio central, com ressonâncias claustrais, até aos telhados de quatro águas, passando pelos vitrais e pelas chaminés de cano, “tudo foi reconstruído e homogeneizado. O resultado final é um paço senhorial de matriz francesa, dotado de uma inegável eficácia em termos de imagem e verosimilhança, pese embora o apego às simetrias e à distribuição racional das portas de acesso e das janelas – algo que certamente qualquer mestre construtor medieval despeitaria”⁵⁹⁰.

Memória histórica e justificativa

O senhor feudal habitava muito modestamente numa torre do tipo das de menagem dos castelos. Por vezes eram construídos alguns cómodos anexos mas, até à segunda metade do século XIII, estes foram poucos e pequenos. A maioria destes paços situa-se no Norte, sobretudo Entre Douro e Minho, diminuindo a sua concentração à medida que no País se caminha para Sul, facto normal tendo em conta que foi a partir dessa região que se fez a Reconquista e o povoamento.

⁵⁸⁸ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA; Mário Jorge BARROCA – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 113.

⁵⁸⁹ Paulo PEREIRA – “(Re)trabalhar o Passado. Intervenção no Património Edificado” in *Arquitectura do Século XX. Portugal*. Organização de Annette BECKER, Ana TOSTÕES e Wilfried WANG. Lisboa, Frankfurt: Deutsches Architektur-Museum/Prestel/Portugal-Frankfurt 97/Centro Cultural de Belém, 1997, p. 100.

⁵⁹⁰ Paulo PEREIRA – “(Re)trabalhar o Passado. Intervenção no Património Edificado” in *Arquitectura do Século XX. Portugal*. Organização de Annette BECKER, Ana TOSTÕES e Wilfried WANG. Lisboa, Frankfurt: Deutsches Architektur-Museum/Prestel/Portugal-Frankfurt 97/Centro Cultural de Belém, 1997, p. 100.

A nobreza urbana das vilas e cidades raramente ocupava o alcácer do castelo, que era pertença do rei. Raros eram os nobres que, no final do século XV tinham um paço tal como os conhecemos.

A principal residência real portuguesa era a da alcáçova de Lisboa. Mas os reis tinham “uma autêntica rede de paços reais destinados a veraneio, recebimento de impostos e, sobretudo, ao aprovisionamento de carne, efectuado através das caçadas que eram, cumulativamente, desporto favorito da nobreza”⁵⁹¹. Os reis e as rainhas, e até por vezes nobres de alta linhagem, estabeleceram paços junto ou integrados em mosteiros e conventos. Os príncipes tinham os seus paços espalhados pelo País, consoante as funções de que se encontravam investidos.

O século XV foi de grande alteração na política de habitação régia e senhorial. Os filhos de D. João I, assim como o próprio rei, “empreenderam profundas remodelações nos paços trecentistas e ducentistas que lhes foram doados e mandaram construir diversos novos”⁵⁹². As casas nobres que lhes descenderam, nomeadamente a de Bragança e os seus ramos, não lhes ficaram atrás. São deste período o paço régio de Leiria, o paço de Tentúgal, do Infante D. Pedro, e os paços de Guimarães, Barcelos, Porto de Mós e Ourém da linhagem brigantina.

O Paço Real de Leiria ficou dentro do castelo e tinha anexa a Igreja de Nossa Senhora da Pena como parte integrante da estrutura palatina. Desenvolve-se em dois andares, sendo que no superior se situa uma sala em torno da qual se dispõem outras acomodações e uma varanda com arcadas.

⁵⁹¹ José Custódio Vieira da SILVA – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995, p. 113.

⁵⁹² Pedro DIAS – *A arquitectura gótica portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 186.

O Paço Ducal de Tentúgal apresenta uma planta longitudinal, irregular, de corpos salientes, com vãos góticos e altas chaminés.

O Paço dos Duques de Bragança em Barcelos ainda conserva parcialmente a sua estrutura quatrocentista, encontrando-se em ruína desde o século XVII. Mandado construir por D. Fernando em 1461, é de dimensões mais reduzidas que os de Guimarães e Vila Viçosa, apenas com cinco corpos de planta rectangular formando uma construção sólida e maciça. Impunha-se como símbolo de poder pela sua posição alcandorada sobre o rio e por integrar um corpo avançado, que chegava ao início da ponte, formando a torre da portagem.

O Paço de Ourém, mandado construir por D. Afonso, Conde de Ourém, é um paço acastelado constituído por três partes: uma formada por duas torres-baluartes ligadas por um muro com balcão saliente a toda a volta; a zona habitacional de planta rectangular e com um passadiço a toda a volta; uma terceira área de planta triangular entre muralhas e com três fortes torres quadrangulares nos ângulos.

O Paço de Porto de Mós, tal como a anterior, alia a função defensiva com a de habitação. Deve-se igualmente a D. Afonso. Com uma planta em quadrilátero irregular, tem uma torre em cada ângulo e, no interior, um pátio para onde se abrem diversas dependências.

Rogério de Azevedo, pela responsabilidade que teve no estudo e preparação de uma memória histórica e justificativa para o projecto e obras de restauro que fez do antigo Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, e perante a singularidade do monumento entre os Paços existentes no país, sentiu necessidade de aprofundar a vida e a obra de D. Afonso, oitavo Conde de Barcelos e primeiro Duque de Bragança e, tanto quanto os documentos o

permitiram, a história do Paço Ducal para que do projecto e restauro de que foi responsável resultasse “obra que se visse, à imagem da lógica do tempo e das sucessivas gerações”⁵⁹³.

D. Afonso, filho de D. João I, casou a 8 de Novembro de 1401 com D. Beatriz Pereira, filha única de D. Nuno Álvares Pereira, sendo-lhe então concedido o Condado de Barcelos. Em 1410 viajou por Castela, França e Itália. Pouco depois, em 1415, deu-se o assalto a Ceuta e D. Afonso foi um dos triunfadores. Do Palácio em Ceuta, depois da pilhagem e incêndio, recomendou aos seus homens que aproveitassem as colunas do pátio. Diz-se que cerca de 70 dessas colunas vieram para Portugal. Oito dessas setenta, refere a tradição, são aquelas que se encontram no pórtico de entrada da capela do Paço dos Duques em Guimarães.

Em 1420, D. Afonso, viúvo da filha de Nuno Álvares, casou segunda vez com D. Constança de Noronha, filha do Conde de Gijon, e com ela passou a viver em Guimarães, mandando edificar os Paços. Tendo as obras começado por volta do ano de 1422, o ano de 1438 é dado como a data mais provável para a sua ocupação. Em 1442 o Infante D. Pedro, irmão de D. Afonso, designou-o primeiro Duque de Bragança.

Em 1460 morreu o filho mais velho do Duque, sendo o segundo filho quem herdou o título. Este foi viver para Arraiolos, no Sul do país. D. Afonso morreu em 1461 e o Paço dos Duques em Guimarães iniciou um período de declínio. D. Constança fez do Paço Ducal uma espécie de hospital-enfermaria, tratando os doentes e repartindo os seus bens pelos mais carenciados. Com a morte da

⁵⁹³ João Barroso da FONTE – *Paço dos Duques de Bragança*. Lisboa: Edição ELO, 1994, p. 46.

primeira Duquesa de Bragança, em 1480, o Paço Ducal fica praticamente devoluto.

Acreditava-se que o Paço Ducal de Guimarães teria sido construído sobre os fundamentos do velho Paço românico do Conde D. Henrique que, fazendo parte dos bens da coroa, foi alienado por D. João I a favor do seu filho bastardo D. Afonso por ocasião do seu primeiro casamento⁵⁹⁴.

Quem foi o arquitecto responsável pela construção do Paço? Como era o seu risco inicial? Chegaram a ser concluídas as obras do Paço? Se não chegaram, qual a parte que não se acabou? Porquê e quando é que se arruinou? A falta de documentação conhecida não permite dar uma resposta clara a estas questões.

Alfredo Guimarães escreveu:

“A disposição para construir em Guimarães um edifício de semelhantes e raras proporções adveio a D. Afonso dos conhecimentos da vida palaciana europeia, adquirida durante as suas repetidas viagens no estrangeiro, em missões oficiais e de devoção, e deveriam igualmente ter constituído alicerce, aliás profundo, desse cometimento artístico, o seu temperamento orgulhoso, e tão moralmente desigual, a sua convicção do valor próprio nas armas e na direcção política, a inferioridade de situação oficial entre ele e os seus irmãos – os Íncritos Infantes – e, comumente, a ambição de vir a ser (...) o que pudesse ser (...) na ordem em que a fortuna conduzisse os acontecimentos nacionais! (...) Tal espírito, tal obra. É o edifício dos Paços dos Duques de Bragança e Guimarães uma construção devida a Mestre estrangeiro, e porventura normando, que estacionou entre nós, e especialmente, em Guimarães, dada a fusão de elementos construtivos góticos, de carácter normando e português que o Paço exhibe.

⁵⁹⁴ Rogério de Azevedo, tendo por base a obra de Alberto Sampaio, *Portugalia*, T. 1.º, p. 805, defende esta ideia no *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 5-6, IHRU: SIPA.

Com largos subsídios arquitectónicos do seu país e alguns dos que encontrou aplicados na então vila de Guimarães, o Mestre da traça – que podemos dizer se chamava Antom – lançou-se ao delineamento de um Paço que correspondesse às ordens recebidas, e no qual foi, lentamente, mas conscientemente intercalando, a par das características das construções monumentais da região francesa do Loire, alguns elementos que então encontrou”⁵⁹⁵.

A base documental para as opiniões de Alfredo Guimarães é uma escritura de emprazamento de casas na Rua Sapateira, feito pelo Cabido da Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira, em 15 de Maio de 1460, de que o “Mestre Antom de pedraria” foi uma das testemunhas⁵⁹⁶. No entanto, nada autoriza a identificação deste mestre de pedraria com o arquitecto dos Paços Ducais e, muito menos, atribuir-lhe uma nacionalidade estrangeira – francesa, normanda ou qualquer outra. Não deixa de ser estranho o silêncio dos documentos sobre este suposto arquitecto dos Paços, começados a construir quase 40 anos antes, e já habitados à 27 pela corte ducal, quando foi lavrada a escritura de emprazamento⁵⁹⁷.

Alfredo Guimarães, mantendo a sua opinião, escreveu ainda:

“Na traça de Mestre Antom e sob a vedoria de Johane Steuez, o edifício começou a construir-se pela frontaria – aquela que mais tarde, em 1666 os frades capuchos de Guimarães haviam de apear, com licença real

⁵⁹⁵ Alfredo GUIMARÃES – *Guimarães, Guia de Turístico*. Guimarães: Câmara Municipal, 1951, p. 83 e seg. Citado em *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 102, Dezembro de 1960, pp. 11-12; e em João Barroso da FONTE – *Paço dos Duques de Bragança*. Lisboa: Edição ELO, 1994, pp. 41-42.

⁵⁹⁶ *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 102, Dezembro de 1960, p. 12.

⁵⁹⁷ *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 102, Dezembro de 1960, p. 13.

ou dos próprios braganças, para a construção do seu convento. O ângulo de nascente que erradamente se supõe ter sido a fachada principal e que confluía para o arrabalde, para a montanha e não para a vila, além de ter estado sempre estreitamente cingido e defendido por muralha, ainda em 1431 não tinha sido levantado, pois, estando nela incluído o aposento da capela, era por então na colegiada que D. Constança de Noronha realizava, com seus capelões privativos, os seus actos de culto (...). O edifício foi erguido inteiramente, e assim deveria estar quando, em 26 de Janeiro de 1480 faleceu nele, com perfumes de santidade, a virtuosa Senhora que foi a primeira Duquesa de Bragança”⁵⁹⁸.

É, no entanto, possível que o estaleiro continuasse a funcionar no tempo do 3º Duque de Bragança, D. Fernando, porque D. João II, ao confiscar-lhe a casa para a Coroa⁵⁹⁹, nomeou carpinteiros para as obras do Paço de Guimarães⁶⁰⁰.

Em 1501 D. Jaime, 4.º Duque de Bragança, funda o novo Palácio de Vila Viçosa. “De Guimarães e de outros domínios” apenas lhe interessou “a colheita dos tributos que serviriam de paga às obras do novo Palácio”⁶⁰¹. A confirmar esta ausência, em 17 de Fevereiro de 1531 o Procurador do Concelho de Guimarães

⁵⁹⁸ Alfredo GUIMARÃES – *Guimarães, Guia de Turístico*. Guimarães: Câmara Municipal, 1951, pp. 89-90. Citado em *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 102, Dezembro de 1960, pp. 13-14.

⁵⁹⁹ Com a execução em 1483 de D. Fernando, 3.º Duque de Bragança, todos os bens ducais foram expropriados a favor da coroa até à sua restituição a D. Jaime, 4.º Duque de Bragança, por D. Manuel, cerca de doze anos depois.

⁶⁰⁰ É o que consta numa carta de 20 de Dezembro de 1490, em que o carpinteiro João Domingues renuncia a esse cargo a favor do seu genro Afonso Anes. *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 102, Dezembro de 1960, p. 14.

⁶⁰¹ D. Afonso V já havia dado a D. Fernando, 2.º Duque de Bragança, a Vila de Guimarães e fez a D. Fernando, 3.º Duque de Bragança, doação do juro do Castelo de Guimarães com todas as rendas da vila, salvo os dízimos. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 14, IHRU: SIPA.

requer ao Duque, donatário da vila, que este mande a justiça inquirir acerca dos danos que alguém causara na pedra da barbacã do Castelo⁶⁰².

Começava assim o abandono dos bens ducais em Guimarães⁶⁰³.

O primeiro documento que atesta a ruína do Paço é o do Cónego Gaspar Estaço que escreveu:

“D. Afonso, Conde de Ourem, genro de D. Nuno Álvares Pereira, fez aquele sumptuoso edifício que hoje está meio arruinado que chamam o Paço dos Duques”⁶⁰⁴.

No princípio do século XVII, em 20 de Outubro de 1611, a Câmara de Guimarães, respondendo a uma provisão do Rei, informava sobre uma petição realizada pelas freiras de Santa Clara que pediam a pedra dos muros junto ao Paço para as obras do seu mosteiro, que a dita pedra era do Duque de Bragança⁶⁰⁵, pelo que é provável que nesse tempo a ruína não fosse ainda grande.

O maior descalabro parece ter-se dado por volta de 1666 quando os frades capuchos obtiveram do Rei uma provisão concedendo-lhes a pedra do Paço para

⁶⁰² Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 14 e 33, IHRU: SIPA.

⁶⁰³ Rogério de Azevedo refere o aparecimento nas obras de um merlão com as características do século XVI, pelo que presume que D. Jaime tivesse continuado os trabalhos de adorno do Paço, “não os levando a cabo em virtude dos trabalhos de Vila Viçosa lhe começarem a absorver toda a atenção”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 16, IHRU: SIPA.

⁶⁰⁴ Gaspar Estaço foi Cónego de N. Sr.a da Oliveira de Guimarães. Morreu em 1574 e a sua obra *Várias Antiguidades de Portugal* só foi publicada em 1625. Citado em Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 16, IHRU: SIPA.

⁶⁰⁵ Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 17, IHRU: SIPA.

as obras do seu convento, de modo a que só ficassem deste as paredes exteriores e fossem tapadas as portas com pedra e cal. Contra esta decisão da coroa levantaram-se a Câmara, a Nobreza e o Povo de Guimarães e, em Vereação de 31 de Janeiro desse mesmo ano, deliberaram requerer ao Doutor Corregedor e oficiais da Câmara a impugnação da dita provisão em juízo⁶⁰⁶. Pouco depois, em Vereação de 4 de Fevereiro, mandaram proceder à vistoria dos Paços e à avaliação das obras que necessitavam para delas informarem o monarca.

Os mestres de pedraria Gonçalo Vaz e Pero Lopes, juntamente com o arquitecto António de Andrade, foram incumbidos de realizar a vistoria e, sob juramento, declararam no *Auto de vistoria, e avaliação dos Passos desta Villa de Guimar.*⁶⁰⁷:

“(...) que as obras interiores no estado em que estão por serem de pedra he cal e terem mais de quinhentos portais entre grandes e pequenos he mais de setenta Chaminés pellos meynos das paredes muitas com trompas de grande altura, he escadas por dentro das paredes – por onde hoje se sobe a passear em Vistasas Barandas Valem mais de Cem mil Cruzados. E que tirando-lhe as ditas obras a pedra que delas pode hir auendo-se respeito ha muita que ha de quebrar ao desfazer por ser pedra he cal, e por Cahir de muita altura poderá valer seis centos mil reis he a obra toda no estado presente por não Careser mais que de madeiras e telha para se redeficar pode Valer mais de dosentos mil Cruzados he que tantos fica Sua Magestade podendo bolindo nas obras interiores por Coanto as mestras estão enleadas com ellas, he pendem huas das outras (...)”⁶⁰⁷.

⁶⁰⁶ Livro 12 das Vereações, pág. 126, de 31 de Janeiro de 1666. Citado em Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 40, IHRU: SIPA.

⁶⁰⁷ L.º 1 do *Registo Geral* da Câmara de Guimarães, fls. 132, citado em Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 19-20 e 36-37, IHRU: SIPA; Rogério de AZEVEDO – *O Paço dos Duques de*

Em ruína só se encontravam os telhados e o madeiramento. A grande massa de pedraria encontrava-se ainda intacta. Pouco depois, na tentativa de salvar os Paços, foi acordado dar aos religiosos, para a construção do mosteiro, a pedra da barbacã do muro de Santa Bárbara que estava pela banda de fora do Castelo, na parte norte. Mas foi em vão⁶⁰⁸. Muitos outros seguiram o exemplo dos frades capuchos. A 30 de Julho de 1667, o juiz de fora de Guimarães mandou abrir devassa, a fim de se averiguar “quem furtava a pedra junto à porta de Santa Cruz, que se vai arruinando, e dos Paços, pelo prejuízo que se segue à fortificação dos muros e obra real dos mesmos Paços dos Duques”⁶⁰⁹.

O Padre Torcato Peixoto de Azevedo, nas suas *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães*, escreveu em 1692 acerca dos Paços Ducais:

“Neste distrito (da vila velha de Guimarães) para a parte do nascente, mandou o Sr. D. Afonso, Duque de Bragança, fundar um palácio, na majestade sem segundo, e o primeiro na arquitectura, feito em quadra, com tão insigne arte, que deixa suspenso o discurso, e a vida embaraçada na repartição da sua fábrica: não se chegou a aperfeiçoar de todo por se acabar primeiro a vida do seu fundador. Nele assistiram alguns dos seus descendentes, de que foi o último o Sr. D. Duarte, e nele acabou a vida

Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, pp. 114-115.

⁶⁰⁸ Rogério de Azevedo refere em nota: “Na Igreja hoje da Misericórdia, existe montada inteiramente uma das escadas orbiculares que faziam parte do Paço (ângulo SO da ala Norte). Como a levaram para lá se não houveram licença?”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 35, IHRU: SIPA.

⁶⁰⁹ Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 18, IHRU: SIPA

santamente a Senhora D. Constança de Noronha, mulher do primeiro fundador (...)"⁶¹⁰.

Crê-se ser este o primeiro autor antigo a afirmar não terem sido concluídos os Paços Ducais de Guimarães. Outros se lhe seguiram.

Em 29 de Dezembro de 1761 foi lavrado um auto de medição dos Paços:

“Item sendo medido este Palacio e Paços pella parte do Norte tem cumprido de nascente a poente sincoenta e duas varas e meya; confronta desta parte com olival e Igreja de Sam Miguel do Castelo; tem por esta banda hum alpendre assentado em oito pilares de pedra para cuja parte tem huas portas fronhas com suas escadas de pedra entrada do selleiro dos mesmos Paços, e medidos pella parte do poente, tem de largo de Norte a Sul sincoenta e duas varas e meya; parte com o olival da dita Igreja de Sam Miguel do Castelo; tem por esta parte duas portas entradas das logeas e hua delas he larga e tem por sima um alpendre telhado assentado em dous pilares de pedra, e sendo medidos pella parte do Sul tem de nascente a poente sincoenta e duas varas; confronta com o muro das freiras de Santa Thereza do Carmo para cuja banda tem muita quantidade de janellas, feitas ao tempo antigo com suas cruces de pedra nos largos dellas e medidos pella parte de nascente tem de Norte a Sul sincoenta e três varas parte confronta com o muro da villa, e Roxio que possui Trocato Luís que fica entre o dito muro, e os ditos paços, e por esta banda tem estes Pssos tres Torreões de pedra e no primeiro Torreão tem hum escadorio de pedra e tem por esta banda muitas janellas e barandas de Pedra e tem cruces de pedra pello meyo e algumas estan tapadas, e outras abertas entre as ditas Janellas estão muitas relusias pequenas, huas e outras abertas, e dentro destes Paços tem o arco da entrada para o lugar aonde foi a Capella e o dito Arco esta formado sobre seis columnas de pedra de jaspe ou marmore, tem varias chimines e arcarias e tem tres salas cubertas de telha que actualmente servem de Selleiro, e hua cosinha sobradada com suas janellas para a parte de dentro

⁶¹⁰ Torcato Peixoto de AZEVEDO – *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães*, 1845, p. 155. Citado em *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 102, Dezembro de 1960, p. 20.

do Palácio, e tem quatro logeas duas grandes e duas pequenas que servem de selleiro de vinho, e mais despejos (...)⁶¹¹.

Em 1881 o Padre António José Ferreira Caldas escrevia do Paço dos Duques de Guimarães:

“(...) está em parte desmoronado e em parte servindo de quartel militar, onde teem estado, desde os princípios deste século (1807), os seguintes corpos militares: o batalhão 2.º de Olivença; os regimentos 15, 21 e 18; o batalhão 14; os regimentos 13 e 6; o batalhão 7; os regimentos 6 e 3. E desde 15 de Maio a 26 de Setembro de 1862, por ocasião dos movimentos populares que se deram no Minho, com o título de Maria Bernarda, vieram a esta cidade: infantaria 10 e 15; caçadores 9 e 7 e infantaria 16. Este edifício, com vastas e agigantadas proporções, composto de quatro grandes corpos, que formam no centro um espaçoso pátio, não ostenta espécie alguma de ornatos architectónicos; a não ser o pórtico, o qual dava entrada para a grande sala régia, e as duas formosas e elegantes janelas, que se rasgavam esbeltas e donairosas ao fundo da mesma. Estas janelas, que são um valioso exemplar do gótico puro, não abarcam menos de sete metros de alto, com mais de três de largo; pena é que uma delas esteja actualmente defeituosa, por lhe faltar parte do caixilho respectivo. O pórtico, formado de três arcos de ogiva, pousados sobre outras tantas colunas de mármore branco, deitava outrora para a galeria do andar nobre do palácio; e hoje cai sobre o pátio, por se haver desmoronado a fachada deste lado interior. Do lado de fora, para nascente, é esta fachada a mais notável do edifício; formando uma frontaria de três corpos salientes, ligados por outros dois

⁶¹¹ Arquivo Municipal de Guimarães, Maço n.º 228, S. *Miguel do Castelo*, doc. 49. Este documento é citado e identificado por Rogério de Azevedo como tendo sido transcrito em 1900 por Albano Bellino na página 53 da sua obra *Archeologia Christã*, publicada em Lisboa. E Rogério de Azevedo refere no *Relatório acerca das obras* que “é curioso notar que nenhum documento fala do pátio que deveria ser imponente com as suas arcarias de ogiva e o alpendre corrido à volta. O referido documento diz que no alçado norte havia um alpendre com oito colunas. Esta referência deve ter nascido da circunstância de existirem então apenas oito cachorros onde o frechal apoiava e daí a suposição de que apenas seriam oito por os restantes haverem sido cortados”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 20 e 38-39, IHRU: SIPA; Rogério de AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, pp. 117-118.

reentrantes. Os das extremidades, terminavam por uma larga varanda, sustentada sobre grandes cachorros de pedra; restando destas uma com as portas, que davam saída para ela, e aparecendo da outra apenas a cachorrada. O corpo central é quase todo ocupado pelas duas soberbas janelas. Sobre este lado, e campeando como se fossem elegantes colunas, simetricamente dispostas, levantam-se altaneiras quatro chaminés de tijolo, muito bem fabricadas, e ainda hoje em perfeito estado de conservação. A fachada sudoeste, rasgada por janelas de diferentes tamanhos, e dispostas muito irregularmente, serve agora de quartel militar a um destacamento: e pela sua vastidão, já tem acomodado em si grandes regimentos. As duas fachadas restantes, apenas hoje se levantam num andar térreo, e nada mais ... Por várias reformas e restaurações tem passado este edifício; sendo uma das mais dispendiosas a concluída a 8 de Janeiro de 1819. Este palácio foi considerado monumento histórico de segunda classe pela Real Associação dos architectos civis e archeólogos portuguezes, em assembleia geral de 30 de Dezembro de 1880, cujo extracto se publicou no Diário do Governo n.º 62 do ano de 1881; onde se diz que este monumento é um vastíssimo edifício muito interessante para o estudo das habitações dos grandes senhores e dos costumes daquela época (...)⁶¹².

Em 1886, Vilhena Barbosa repetiu o que antes escrevera o Padre Caldas. Apenas o corrigindo na afirmação de que o portal gótico dava acesso a uma sala régia quando, na verdade, dava acesso à capela. Menciona ainda que na fachada nordeste “corre por todo o seu comprimento uma alpendrada bem conservada”⁶¹³.

Ocupado como quartel militar entre 1807 e 1935, do Paço dos Duques de Bragança subsistiam, quando foi tomada a decisão de o restaurar, dois corpos

⁶¹² Padre António José Ferreira CALDAS – *Guimarães. Apontamentos para a sua história*, Vol. II, pp. 248 e seg. Citado em *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 102, Dezembro de 1960, pp. 22-23.

⁶¹³ Vilhena BARBOSA – *Monumentos de Portugal*. Lisboa: 1886, pp. 384. Citado em Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 20, IHRU: SIPA.

laterais com coberturas espúrias e uma divisão interna já por diversas vezes alterada pelas obras de adaptação realizadas pelos vários quartéis que nele se instalaram (figs. 477-488). O corpo da direita (sudoeste) encontrava-se em melhor estado de conservação e ainda apresentava o rés-do-chão e dois pisos (fig. 481). O da esquerda, mais degradado, apenas chegava ao primeiro andar (figs. 480 e 484). Percebia-se bem a planta original e o lugar de implantação da capela, situada no primeiro andar e à qual se acedia por uma galeria. O pórtico, formado por quatro arcos de ogiva pousados sobre colunas de mármore branco, abria outrora para a galeria do andar nobre do Paço (figs. 482 e 486). O alçado posterior, o mais notável do edifício, era formada por três corpos salientes ligados por outros dois reentrantes e o conjunto encontrava-se sem telhados nem pavimentos (figs. 479 e 485). Os corpos das extremidades terminavam por uma larga varanda sustentada por largos cachorros de pedra e o do meio era quase todo ocupado por duas janelas góticas. O alçado principal estava reduzido ao piso térreo (figs. 478 e 483).

As obras de “reconstrução pura das muitas partes arruinadas, sem adaptação ou fantasias”⁶¹⁴ começaram imediatamente em 1937, sendo de 27 de Março desse ano o primeiro orçamento. Com vistos de Rogério de Azevedo e Baltazar de Castro, refere-se nele que “não foi porem incluída a galeria do claustro por ser necessário proceder-se primeiramente à escavação para estudo cuidadoso do seu delineamento em projecção horizontal”⁶¹⁵. Foi feito o

⁶¹⁴ Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 2, IHRU: SIPA.

⁶¹⁵ Orçamento das “Obras de Restauro e limpeza do edifício do Paço dos Duques de Bragança em Guimarães [Monumento Nacional] – Memória”, 27 de Março de 1937. *Paço dos Duques de Bragança, Processo de Obra*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340013.

levantamento do existente e iniciou-se o registo fotográfico sistemático de toda a obra.

Ano e meio depois, em relatório de 12 de Agosto de 1938, Rogério de Azevedo chama a atenção para a falta de “fixação ‘á priori’” do destino a dar à obra “pois qualquer dos destinos exige distribuição bem diferente necessariamente daquela em que assentava a especial orgânica da sua função quando era Paço Ducal com seu destino e suas galas singulares”⁶¹⁶. Inicialmente teria sido pedido a Rogério de Azevedo um estudo atendendo à sua utilização para Museu, Biblioteca e Arquivo, concentrando os serviços culturais da cidade de Guimarães no Paço Ducal em detrimento dos serviços da administração municipal. Posteriormente foi ainda avançada a ideia de instalar, para além destes serviços culturais, a própria Câmara Municipal⁶¹⁷. Entretanto tinha sido espalhada pela cidade de Guimarães a ideia de aproveitar certa parte do edifício para ser adaptada a residência presidencial temporária. E Rogério de Azevedo queixa-se que a falta de destino concreto a dar ao projecto se faz sentir “no labor de gabinete, pois que a solução interior não acompanha a do exterior quasi toda esclarecida e desenhada, graças em parte aos vestígios que nos deram essa possibilidade e se foram evidenciando ora no próprio sítio ora em escavações e

⁶¹⁶ Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 1-2, IHRU: SIPA.

⁶¹⁷ A 7 de Julho de 1938, e já sabendo que a Câmara da cidade não iria prosseguir com as obras do novo edifício municipal, o Arquitecto Director Baltazar de Castro enviou um ofício ao Engenheiro Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais solicitando-lhe que intercedesse junto da Câmara de Guimarães no sentido de esta se encontrar na disposição de ceder todo o material aplicado no novo edifício, cujas obras se encontravam paralisadas e abandonadas por falta de meios. *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340013.

no resto por analogia com as construções francesas coevas do mesmo género, sobretudo do Périgord e da extensa região do Loire”⁶¹⁸.

Mediante o levantamento e estudo da relativamente escassa documentação existente sobre o Paço Ducal e perante a hipótese do mestre da traça do Paço ser de origem francesa, Rogério de Azevedo prossegue o seu estudo: “É que na França vamos encontrar os originais com leves variantes, dando-nos certezas na reconstituição, aparte certas minúcias próprias de todos os estilos que até nos vieram coados ou não pela Espanha e que com o ‘clima’ nacional sofreram alteração na sua pormenorização e indole”⁶¹⁹. E continua: “Assim nas regiões do Loire, de Quercy, no Périgord, sobretudo nesta última região, os aspectos são idênticos podendo por isso com segurança trabalhar-se na reconstituição sem receio de fazermos réplica aos castelos de França”⁶²⁰.

Referindo-se ao *Auto de medição dos Paços*, de 1761, e particularmente a Vilhena Barbosa quando, na sua obra publicada em 1886, afirma em relação à fachada nordeste que “pela parte de fora corre por todo o seu comprimento uma alpendrada bem conservada”⁶²¹, Rogério de Azevedo refere que aqui a função do alpendre era mais utilitária que ornamental e que a arquitectura francesa medieval a que se tem vindo a reportar “só admitia a alpendrada aberta nas

⁶¹⁸ Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 2-3, IHRU: SIPA.

⁶¹⁹ Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 10, IHRU: SIPA.

⁶²⁰ Rogério de Azevedo refere, em notas, o “Château de la Marithonie em Saint-Jean de Côle que apresenta num dos torreões os mesmos pormenores que os dos torreões da frente do Paço Ducal” e que “alguns pormenores foram resolvidos ‘ad hoc’ pelo conspecto e observação”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 30, IHRU: SIPA.

⁶²¹ Vilhena BARBOSA – *Monumentos de Portugal*. Lisboa: 1886, pp. 384. Citado em Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 20, IHRU: SIPA.

províncias meridionais onde tinham uma certa utilidade”⁶²². E continua dizendo que:

“A fachada poente era a de menor altura em virtude de parte dela ficar abaixo do nível do terreno que neste ponto estava 3 metros elevado acima do pavimento do rés-do-chão, logo o pavimento nesta ala era cave.

Por esse tempo o sistema de construção não previa impermeabilizadores ou isoladores a que agora se lança mão com tanta facilidade tanto para as humidades telúricas como meteóricas. Para estas recorria-se outrora ao artifício, que muitas vezes redundava em prejuízo pelo abuso, de silharia dobrada formando duas paredes de encosto com juntouros lá de longe a longe, preenchendo-se com barro o espaço intermédio que assim exercia a dobrada função de impermeabilizadora e isoladora. Para as humidades meteóricas o recurso cifrava-se em afastar o mais possível as humidades do solo do contacto com as paredes visadas. O alpendre servia à maravilha porque não só resguardava a parede de elevação como afastava o inconveniente de que águas da chuva escorressem ao longo dela e se infiltrassem pelo solo causando a permanência da humidade os mais sérios prejuízos”⁶²³.

No já referido relatório, Rogério de Azevedo inventaria os trabalhos até então realizados e “do muitíssimo que há a fazer. Assim, começando pela fachada nascente nota-se: retirada de toda a caixilharia; demolição da cobertura (...); construção de cintas de betão armado que servirão posteriormente de frechais; construção das cruzes das janelas segundo a época e os vestígios; assentamento de peitoris, quasi todos destruídos ou alterados quando da

⁶²² Sobre este assunto refere, em nota, o livro *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI siècle* de Viollet-Le-Duc e, em particular, as entradas “lege” e “appentis”. Também refere a obra *Dictionnaire d'Architecture civile, militaire et navale* de Roland Le Virloys e a entrada “auvent”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 21 e 39-40, IHRU: SIPA.

⁶²³ Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 21-22, IHRU: SIPA.

adaptação a quartel; construção das frestas segundo os vestígios numerosos encontrados e que nos facilitam o serviço; refechamento das juntas dos silhares e lavagem da pedra com vassoura de piassaba. Na fachada sul nota-se: desaterro para o suposto verdadeiro nível do terreno; substituição das cantarias das cruces das janelas do rés-do-chão; substituição das aduelas dos arcos que estavam em péssimo estado; construção do mainel que faltava num dos janelões da testa da 'Capela'; construção das duas passagens em galeria dos lados da Capela; refechamento de juntas e lavagem dos silhares com vassoura de piassaba; construção da varanda no torreão NE igual ao de NO aproveitando os vestígios subsistentes; prolongamento da escada orbicular até à varanda no referido torreão NE. Na fachada poente nota-se: demolição da cobertura, caixilharia, etc., etc.; apeamento das paredes com sinais evidentes de má construção, feitas posteriormente quando da instalação duma enfermaria nesta ala⁶²⁴; construção das frestas idênticas às da outra ala e às do torreão junto; refechamento de juntas e lavagem dos silhares. Na fachada principal ainda nada há realizado (...). Passando ao pátio nota-se: na ala poente o trabalho de substituição de aberturas novas pelas primitivas com a fenestragem da época de que havia felizmente todos os vestígios; demolição do ângulo SE pela fragilidade que apresentava em virtude da retirada da escada orbicular que fazia corpo com a parede que neste ponto é extremamente delgada⁶²⁵; abertura das frestas

⁶²⁴ Rogério de Azevedo refere, em nota, que “é de notar que apareceram todos os vestígios de janelas e frestas que nos guiaram no restauro. Os cachorros dos freschais, truncados até ao paramento da parede, apareceram-nos parece que para nos apagarem as sombras de dúvida sobre o comprimento da alpendrada”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 40, IHRU: SIPA.

⁶²⁵ Ver Nota 608. A este propósito, Rogério de Azevedo diz que a escada “foi levada pelos frades Capuchos para a Igreja (...). Ainda entabulei negociações para a aproveitar mas o seu estado é de tal ordem que impossibilitou que a transposição se fizesse”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório*

primitivas que ladeavam os fogões de aquecimento disseminados por todas as salas em profusão; construção da cornija pingadeira que servia de rufo ao telhado cujo frechal superior se apoiava na cachorrada feita pelos modelos existentes; refechamento de juntas e lavagem da silharia pelo mesmo processo descrito. Ainda no pátio nota-se: na ala nascente, a mesma substituição de aberturas recentes pelas primitivas, obedecendo sempre aos vestígios; substituição de janela por porta ogivada (...); entaipamento das pequenas janelas abertas posteriormente sobre as do andar nobre; abertura de frestas e modificação de portas no rés-do-chão, etc., etc.; refechamento de juntas e lavagem dos silhares. Na parte interna construíram-se paredes divisórias conforme o que se foi apurando na investigação⁶²⁶, desentaparam-se chaminés e restauraram-se fogões. Foram-se colhendo elementos para a traça da obra, elementos julgados os mais importantes como os rufos dos telhados que nos dão a inclinação deles e as arcadas do claustro cujas aduelas foram aparecendo, ora disseminadas na alvenaria que entaipava janelas e portas ora ‘desdobradas’ servindo de lagedo dalgumas salas escuras⁶²⁷, uma delas que servia de prisão, do regimento”⁶²⁸.

acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 40, IHRU: SIPA.

⁶²⁶ Em nota, e a este propósito, Rogério de Azevedo refere que “é curioso notar que as paredes interiores feitas de alvenaria ordinária não tinham ligação com as paredes exteriores, encostavam apenas”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 40, IHRU: SIPA.

⁶²⁷ “(...) e que permitiram fazer a sua reconstituição exacta”. Rogério de AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 59.

⁶²⁸ Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, pp. 22-26, IHRU: SIPA.

E prossegue constatando que “sobre elementos decorativos é o edifício pobre. Nem os fogões nem as paredes acusam qualquer ornato equivalente à sumptuosidade da fábrica. Valeu-lhe a grandeza e o claro-escuro dos seus planos para o ornamento exterior. No interior eram as paredes cobertas de tapeçarias, panos de rás, guadamecins, etc., que foram transportados para Lisboa e desapareceram no terremoto de 1755”⁶²⁹.

Conclui o Relatório afirmando: “Julgamos nada mais por agora ter de dizer até à apresentação do trabalho completo com as plantas, alçados e cortes respectivos com que se dará incremento à restauração definitiva do Paço dos duques de Guimarães”⁶³⁰.

Passados oito meses sobre o Relatório e dirigindo-se numa comunicação a Baltazar de Castro, Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais, Rogério de Azevedo questiona-se sobre a instalação de várias divisões da Câmara de Guimarães no Paço Ducal e de algumas repartições públicas, cujas instalações são de responsabilidade camarária, e solicita o programa da instalação dos aposentos presidenciais “para fazer a necessária adaptação contando com o espaço preciso”⁶³¹. Persistia a indefinição do programa e acentuava-se a separação entre os aspectos funcionais, necessários à definição do interior, e o estudo dos alçados.

⁶²⁹ Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 26, IHRU: SIPA.

⁶³⁰ Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca das obras do Paço dos Duques em Guimarães*, O. S. n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938, p. 26, IHRU: SIPA.

⁶³¹ Comunicação n.º 245, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 21 de Abril de 1939. *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340013.

Dias depois, a 12 de Maio de 1939, Rogério de Azevedo envia a Baltazar de Castro duas variantes à solução do pátio, uma vez que no decorrer do “estudo de reintegração do Paço dos Duques” por ele efectuado lhe terem surgido dúvidas sobre a implantação da escada de acesso à galeria superior do pátio, interrogando-se se teria ou não uma escada. Solicita que essas variantes sejam apreciadas pelo Conselho Superior de Belas-Artes e que sobre elas dêem parecer, de modo a poder “assentar em solução definitiva”⁶³². A Variante “A” apresenta uma escada adocada a um dos lados da galeria, indo do canto Sul do pátio até ao pórtico aberto em frente do portal da Capela (fig. 489). A Variante “B” limita-se à galeria sem acesso exterior, sem escada (fig. 490). Rogério de Azevedo explica que “embora o pátio esteja na tradição peninsular trazida pelos árabes à Espanha, não deixa contudo de notar-se em construções de certa grandeza a ela estranhas”. E, depois de enumerar uma série de monumentos em Espanha, França e Itália que têm pátios com escadas⁶³³, continua a sua exposição:

“A justificação da escada compreende-se pela facilidade de acesso do pátio para todos os andares e sobretudo se se atender à utilização da fábrica para museu, biblioteca, arquivo e residência do Chefe de Estado.

As escadas que servem o Paço são, como era de uso, embebidas nas paredes.

⁶³² Comunicação n.º 290, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 12 de Maio de 1939. *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340013.

⁶³³ “(...) o Castelo de Milão tem pátio com duas escadas; Pierrefonds tem escada para a Capela; O Tribunal de Rouen tem pátio e escada; o palácio de Marchessi (Palermo) tem pátio com escada. Em Viterbo há a Loggia papal com escada; em La Wartburg (casa do landgrve) tem pátio e escada; o Palácio ducal de Venêsa tem pátio e em Barcelona o Palácio da Generalidad tem pátio com escada”. Rogério de AZEVEDO – “Descrição das Variantes ‘A’ e ‘B’ do Pátio do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães”, 12 de Maio de 1939, p. 2. *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340013.

Acontece porém, que as únicas escadas que lhe poderão dar acesso, ainda que indirecto, vão pelo interior da parede da testa da Capela e saem em duas salas (uma de cada lado do eixo do edifício). Dessas salas entra-se em novo patamar de escada que vai sair no coro. Aquele patamar porém, não tem qualquer comunicação com o exterior a não ser percorrendo a antiga sala de comer, salão que corre a todo o comprimento da galeria NO ou o salão que corre a todo o comprimento SE.

A ala da frente NE da qual existe apenas o rés-do-chão, por a cantaria das suas paredes haver sido demolida pelos frades capuchos para a construção do seu convento (...) não acusa vestígios de escadaria. Esta parte do edifício, que até à pouco foi arrumação de achegas para as obras, está a ser revolvida para pesquisas⁶³⁴.

Num artigo publicado duas décadas mais tarde, já depois de terem sido concluídas as obras de restauro, Rogério de Azevedo relata que no dia 26 de Maio de 1939, e na sequência dos trabalhos que se realizavam, teriam aparecido as fundações dos arcos térreos da galeria do pátio e as fundações da escada que do pátio ia ao pórtico da Capela. Fez o levantamento e documentou-se “o melhor possível sobre tal elemento que era peça obrigatória nestes edifícios mas de que ignorava a posição exacta”⁶³⁵, transformando as dúvidas iniciais em certezas.

Acompanhado de Baltazar de Castro, realiza nos meses de Agosto e Setembro de 1939 uma viagem de estudo aos castelos de França. Têm o propósito de visitar, entre outros, os castelos da Provença e de Alvernia, uma

⁶³⁴ Rogério de AZEVEDO – “Descrição das Variantes ‘A’ e ‘B’ do Pátio do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães”, 12 de Maio de 1939, pp. 2-3. *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340013.

⁶³⁵ “A dar-me conta do seu aparecimento recebi naquela data um telegrama do Director do *Museu Alberto Sampaio*, o meu prestimoso Amigo Alfredo Guimarães que estava com ‘olheiro’ competente dessas pesquisas nas minhas forçadas ausências. O telegrama estava concebido nestes termos: - ‘*Queira vir aqui por que apareceu alicerce escada de acesso capela colocada aquem claustro*’. Rogério de AZEVEDO – “O Paço do Conde D. Henrique e o Paço dos Duques, de Guimarães”, in *Boletim Cultural*, Vol. XXV. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1962, p. 669.

vez que a “própria natureza dos materiais – grês e granito – aproxima-os muito do nosso paço de Guimarães”⁶³⁶. No relatório, muito próximo de um diário de viagem pessoal, Rogério de Azevedo preocupa-se mais com considerações sobre as más condições das nossas estradas e museus e do estado de conservação do nosso património, do que em fazer uma descrição arquitectónica dos edifícios visitados, dando preferência aos pequenos apontamentos e acabando por não mencionar as soluções encontradas para os problemas que motivaram a viagem. Não deixa no entanto de referir que embora considerasse que no Paço dos Duques já se encontravam resolvidos “todos os problemas de conjunto que no decurso do estudo, se apresentaram, faltava ainda a confirmação de certas obras interiores, tectos e pavimentos – que a investigação e a dedução nos deram e que felizmente verificamos estarem certos”⁶³⁷.

Os Projectos

São provavelmente de 1939 os primeiros desenhos do projecto de restauro do Paço dos Duques de Bragança que Rogério de Azevedo deixou na DGEMN (figs. 491-501). Eles são tanto o somatório da investigação bibliográfica e documental, das escavações e das reflexões por ele realizados, como do que entretanto foi sendo por ele concretizado em obra.

⁶³⁶ Rogério de AZEVEDO – *Relatório acêrca da viagem de estudo aos castelos de França realizada de 1 de Agosto a 15 de Setembro de 1939 e do que mais se viu*, 22 de Setembro de 1939, p. 21. IHRU: SIPA.

⁶³⁷ Rogério de Azevedo refere que Angers, Loches, Ussé, Langeais, Azay-le-Rideau, Tours, Montbazou, Chenouceaux, Amboise, Blois, Valençay, Montresor, Carcassonne, etc., “foram os principais Castelos visitados, entrando nesta categoria o Palácio dos Papas de Avinhão”. Rogério de AZEVEDO – *Relatório acêrca da viagem de estudo aos castelos de França realizada de 1 de Agosto a 15 de Setembro de 1939 e do que mais se viu*, 22 de Setembro de 1939, pp. 22-24. IHRU: SIPA.

O alçado principal, o único de que só se conservava o andar térreo, aquele para o qual a inexistência de documentação era quase total, foi um dos aspectos mais polémicos do projecto apresentado. Rogério de Azevedo aproveitou do existente o portal de entrada que define um eixo com o da Capela e que teria sido protegida por uma estrutura de madeira de que sobreviveram os modilhões. Imediatamente por cima, ao nível do salão de recepções no primeiro piso, propôs a construção de uma varanda apoiada em cachorros e três grandes janelões ogivais preenchidos por grelhas em pedra (fig. 495). Mais tarde fez uma segunda proposta que é visível nas fotos de uma maquete. Neste novo alçado (variante à proposta inicial) as aberturas ao nível do primeiro andar são de uma tipologia idêntica à que foi encontrada, e mantida, nos outros alçados: janela rectangular dividida por uma cruz em cantaria. O novo alçado é rematado na parte superior com um passadiço saliente apoiado em cachorros, transformando o Paço num volume puro, simétrico, racional (figs. 504 e 507). A estrutura de cobertura da entrada não foi considerada em nenhuma das propostas, e muito menos a possibilidade de nunca ter tido mais do que um piso ou, mesmo de ter sido assimétrico⁶³⁸.

Em 1916 o arquitecto Marques da Silva ganhou o concurso público para o projecto do novo edifício dos Paços do Concelho de Guimarães. Para Marques da Silva o novo edifício municipal tinha de representar a síntese das tradições históricas da cidade e marcar a sua individualidade. O projecto (fig. 502) era uma imagem compósita que evocava “o ‘castelo altaneiro’, a capela românica de S. Miguel do Castelo, os Paço dos Duques (na transposição à vida medieval ‘em

⁶³⁸ Possibilidade essa bem real uma vez que nada nas fotografias anteriores às obras de restauro mostra que existiu um torreão no lado esquerdo do corpo de entrada. Veja-se José Custódio Vieira da SILVA – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995, p. 142-143.

que os guerreiros batiam os sarracenos'), a parte gótica da Igreja de S. Francisco, a Colegiada e a Praça da Senhora da Oliveira (e suas épocas) e sobretudo o, então, actual edifício da Câmara, 'tão característico pelo seu pórtico gótico, de trânsito público, a ligar duas Praças'⁶³⁹. A parte essencial no rés-do-chão era constituída pelos vestíbulo – aberto em fachada e continuado por um pórtico – e o acesso ao andar nobre, através de uma escadaria que tinha um lugar distintivo e marcava um percurso (fig. 503). As obras dos novos Paços do Concelho começaram em 1924 numa nova Praça *rodeada* dos mais históricos monumentos da cidade. Devido a várias vicissitudes e mudanças de vontades e de ambiente político, essas obras nunca foram além do rés-do-chão que ficou incompleto. Em 1929 é questionada a falta de amplidão do edifício e a sua proximidade com o Paço dos Duques e, já em 1933, é levantada a hipótese de transformar o Paço dos Duques em edifício para as repartições da Câmara e de dar um outro destino ao novo edifício. Marques da Silva é consultado quanto ao melhor destino a dar ao edifício. A partir de 1936, com os Planos de Urbanização exigidos pelo Ministro Duarte Pacheco, seguidos das "importantes obras que deveriam servir de indestrutível testemunho das Festas Centenárias em Guimarães"⁶⁴⁰, a Câmara pretende em definitivo dar uma nova localização ao edifício dos Paços do Concelho⁶⁴¹.

⁶³⁹ António CARDOSO – O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX. Porto: FAUP, 1997, p. 329.

⁶⁴⁰ Carta do Capitão Leite de Magalhães (Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães), enviada a Marques da Silva, datada de Guimarães, 6 de Janeiro de 1940. Arquivo Marques da Silva. Citado em António CARDOSO – O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX. Porto: FAUP, 1997, p. 339.

⁶⁴¹ Ver a propósito do novo edifício dos Paços do Concelho de Guimarães: António CARDOSO – O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX. Porto: FAUP, 1997, pp. 322-340.

Rogério de Azevedo obteve, em 1926, o Diploma de Arquitectura pela Escola de Belas Artes do Porto e estagiou com o Arq. Marques da Silva, seu professor. Certamente conhecia o projecto do novo edifício dos Paços do Concelho e a sua memória descritiva e, muito provavelmente, terá acompanhado as *peripécias* a que ele esteve sujeito. Seja como for, no seu projecto de restauro do Paço dos Duques a proposta inicial para o alçado principal tem aparentemente o mesmo espírito do projecto de Marques da Silva: através de um elemento formal unificaria simbolicamente os edifícios públicos mais marcantes da cidade. A ideia de uma possível integração desses elementos já era patente no texto de Alfredo Guimarães anteriormente citado⁶⁴².

A escada que Rogério de Azevedo projectou partindo do pátio, com um patamar de degraus em leque, seguido depois num lance que terminava junto a uma empena com uma porta de passagem frente ao pórtico da Capela, dando-lhe “um remate solene e condigno”⁶⁴³, surge em desenho e na fotografia de uma maquete, provavelmente de 1940, depois de várias soluções para a mesma terem sido por ele apresentadas (figs. 505, 509 e 514-515). Essa escada, lugar privilegiado do Paço onde se recebiam as pessoas “que se queria honrar e que ao mesmo tempo era marca de nobreza e sinal de poder e de jurisdição, (...) à semelhança do ‘perron’ francês”⁶⁴⁴ ou escadaria cenográfica, encontra analogia e justificação no desenho de reconstituição do pátio do Tribunal de Ruão, de

⁶⁴² Ver Nota 595.

⁶⁴³ Rogério de AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 62.

⁶⁴⁴ Rogério de AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, pp. 60-61.

Viollet-le-Duc⁶⁴⁵. Mas, tal como Rogério de Azevedo referiu na sua *Descrição das Variantes...*, o acesso interior aos paços era feito, nos torreões do corpo da capela, por escadas de caracol. Esta solução era uma prática apenas seguida, até aí, em algumas torres de menagem e em edifícios religiosos de maior porte. Outras escadas de patamar abriam-se no interior do muro de suporte da Capela, permitindo o acesso do pátio à galeria superior. Ora, “esta circunstância invalida a hipótese de Rogério de Azevedo de uma grande escadaria exterior que, do pátio, acedia directamente à capela. Embora ele tenha encontrado as fundações respectivas, só poderia tratar-se de um elemento acrescentado posteriormente ao paço de Guimarães, uma vez que a habitação nobre medieval só nos princípios do século XVI começa a adoptar, e ainda assim excepcionalmente e nunca ao meio da fachada, escadarias exteriores de aparato”⁶⁴⁶.

A realização de sondagens permitiu a Rogério de Azevedo encontrar os alicerces para apoio dos arcos térreos da galeria do pátio. Graças à existência de aduelas sobreviventes foi possível reconstituir um desses arcos e encontrado o módulo que permitiu a reconstituição do pátio. Rogério de Azevedo não especificou se os alicerces foram encontrados em todas as quatro faces interiores. As fotografias anteriores ao restauro mostram que, com excepção do corpo de entrada, as restantes paredes conservavam os orifícios correspondentes ao encaixe das vigas de suporte do pavimento da galeria superior (figs. 486-488). O corpo noroeste poderia ou não ter tido essa galeria. No seu livro *O Paço dos Duques de Guimarães*, publicado dois anos depois de

⁶⁴⁵ Rogério de AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 46.

⁶⁴⁶ José Custódio Vieira da SILVA – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995, p. 144.

se ter afastado do projecto, Rogério de Azevedo refere que ao passar do exterior para o interior do Palácio, e “deixando deambular o olhar arguto pelos planos das fachadas para mergulhar na superfície da planta, analisando o seu traçado, a sua especial simetria, a sua regularidade, o seu pátio de galeria, feito tudo dentro de um espírito novo que em França só mais tarde apareceu com a introdução do italianismo, nos fins do séc. XV (...) onde revolucionou a arquitectura senhorial do vale do Loire, essa penetração se teria feito aqui em Portugal, sem revolucionar” uma vez que o “gótico adquirira já, ao contacto da terra portuguesa (...) aquêle ar inconfundível, diga-se quási nacional”⁶⁴⁷. Apesar da falta de testemunhos, foi talvez “a convicção da ascendência italiana do modelo perfilhado por Rogério de Azevedo que o levou à adopção de um pátio e galeria perfeitamente regulares e simétricos”⁶⁴⁸.

Por outro lado, nenhum documento ou vestígio sobrevivente indicia que a fachada principal do Paço, reduzida que estava ao piso térreo, teria sido maciça, fechada e tão alta. Poderia ter sido rasgada, como uma *loggia*, dando continuidade às galerias do pátio e conferindo outra presença à capela que constitui claramente o eixo de construção do Paço. Esta solução não era estranha em Portugal, veja-se o Paço de Leiria com uma *loggia* enquadrada por dois torreões. O modelo de referência mais próxima do Paço Ducal de Guimarães, com o qual apresenta inúmeras semelhanças, encontra-se no Paço dos reis de Maiorca, em Perpignan, construídos entre 1262 e 1330, e não tanto

⁶⁴⁷ Rogério de AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 11.

⁶⁴⁸ José Custódio Vieira da SILVA – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995, p. 142. Rogério de Azevedo acreditava na influência directa do próprio Conde D. Afonso na sua concepção. Este teria conhecido os modelos do Sul de Itália durante a viagem que realizou a este país, antes da construção do Paço de Guimarães.

nos edifícios palacianos do renascimento italiano, ou nos seus sucedâneos franceses⁶⁴⁹. Na sequência das transformações que as residências régias e da nobreza sofreram em França nos séculos XIII e XIV, adaptando-se a moradias que mantinham ainda o aspecto de fortificações, difundiu-se pela Europa, no século XIV, um modelo de Paço constituído por “um corpo de edifício enquadrado por duas alas perpendiculares, unidas, na quarta face, por uma muralha, uma arcaria ou uma galeria, com uma porta ao meio”⁶⁵⁰. A existência da galeria ou *loggia* na fachada “estaria, assim, de acordo com os modelos de além-Pirinéus”⁶⁵¹.

Com a publicação do livro *O Paço dos Duques de Guimarães*, em 1942, onde Rogério de Azevedo escreve o preâmbulo à sua memória do projecto de restauro e afirma ter ido tão longe quanto lhe foi possível, quer na história universal quer nas técnicas operativas da época, para que do restauro de que foi responsável, resultasse obra que se visse, à imagem da lógica do tempo e das sucessivas gerações, inicia-se uma violenta polémica protagonizada por Alfredo Pimenta⁶⁵², com a edição de sucessivas réplicas aos argumentos do autor. Em Junho, Alfredo Pimenta escreve na abertura do seu livro:

“Este trabalho é feito por amor da minha terra.

⁶⁴⁹ Veja-se a este propósito José Custódio Vieira da SILVA – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995, p. 139-141.

⁶⁵⁰ José Custódio Vieira da SILVA – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995, p. 140.

⁶⁵¹ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA; Mário Jorge BARROCA – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 116.

⁶⁵² Alfredo Pimenta (1882-1950). Natural de S. Mamede de Aldão (Guimarães), jornalista e polemista, foi conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo desde 1931 e seu Director desde 1949, Director do Arquivo Municipal de Guimarães desde 1931, Académico titular e fundador da Academia Portuguesa da História desde 1937.

Não a ofende só quem investe contra ela; ofende-a também quem a propósito dela ou das coisas que superiormente a interessam, espalha fantasias ou erros, ensinando mal a sua gente.

Corrigir os erros ou reduzir a termos justos as fantasias é o dever que me imponho (...)⁶⁵³;

e prossegue, afirmando a sua estranheza por alguém escrever cento e vinte páginas “com a história do Paço dos Duques, quando o que se conhece mal dará para meia dúzia”⁶⁵⁴, comentando em seguida, e com alguma ironia, aquilo que considera erros do autor do projecto de restauro. Identifica dois problemas melindrosos na história do Paço Ducal: “um, puramente histórico – o de quem teria sido o Mestre Arquitecto seu Autor; outro, histórico-estético – o de como teria sido o Paço, antes de cair em ruínas”. Quanto ao primeiro, e referindo-se ao documento de 1460 descoberto por Alfredo Guimarães, onde aparece o nome de Mestre Antom, presumível arquitecto do Paço Ducal, Alfredo Pimenta contrapõe que “não há absolutamente nada que estabeleça relação entre o Senhor dos Paços e o Mestre de pedraria”, admitindo a hipótese de ele poder ser português, e até vimaranense, e não estrangeiro. Relativamente ao segundo problema, Alfredo Pimenta alega que as “reconstituições ideais (...) abonarão, quando muito, o poder imaginativo de artistas e arquitectos”. Afirma que se o Paço dos Duques é exemplar único em todo o país, então “não há norma guiadora da sua reconstituição” e questiona a origem estrangeira de alguns elementos misturados com outros de carácter regional. E conclui que perante a “penúria absoluta de documentos”, qualquer solução que se dê ao Paço será

⁶⁵³ Alfredo PIMENTA – *A propósito do Paço dos Duques em Guimarães*. Guimarães: Arquivo Municipal, 1942, p. 5.

⁶⁵⁴ Alfredo PIMENTA – *A propósito do Paço dos Duques em Guimarães*. Guimarães: Arquivo Municipal, 1942, p. 7.

sempre uma solução “puramente conjectural” e que “mercê das ‘reconstituições ideais’, Guimarães vai ficar na posse de um Palácio sumptuoso, magnífico, digno das coisas mais belas, digno talvez de um Rei”.⁶⁵⁵

Rogério de Azevedo, como autor do livro e do projecto de restauro, não fica calado e responde a Alfredo Pimenta em três opúsculos onde o diálogo pouco amistoso, irónico, e as divergências dos autores mais não fizeram que confirmar a falta de documentação acerca do Paço.

Parque do Castelo

Em simultâneo com as obras de restauro do Paço Ducal, a DGEMN procedeu ao restauro dos dois outros monumentos nacionais localizados no Monte Latito: o Castelo fundado pela condessa Mumadona⁶⁵⁶ na segunda metade do século X⁶⁵⁷ e a Igreja românica de S. Miguel do Castelo⁶⁵⁸.

Foi para a envolvente aos três monumentos, zona privilegiada para a realização das manifestações de celebração dos Centenários da Fundação e

⁶⁵⁵ Alfredo PIMENTA – *A propósito do Paço dos Duques em Guimarães*. Guimarães: Arquivo Municipal, 1942, pp. 18-23.

⁶⁵⁶ D. Mumadona Dias, dama galega fundadora do Mosteiro de Guimarães e que, para defesa da comunidade que o habitava do ataque dos normandos, mandou edificar um castelo no outeiro próximo que dominava o lugar.

⁶⁵⁷ O Castelo foi remodelado no final do século XI e reconstruído nos séculos XIII e XIV. Remodelação e reconstrução essas respectivamente atribuídas ao Conde D. Henrique e a D. Dinis, de que resultaram a fase românica com a Torre de Menagem ao centro e o actual castelo gótico rodeado de torres e integrado na cerca defensiva da cidade. A imagem do castelo medieval português está intimamente associada às origens do reino.

⁶⁵⁸ De planta composta por uma nave longitudinal e uma capela-mor rectangular, construída dentro da antiga cerca baixa do Castelo de Guimarães e que, segundo a tradição, é associada às origens do reino como tendo sido mandada construir pelos condes D. Henrique e D. Teresa, conservando a pia baptismal onde teria sido baptizado D. Afonso Henriques.

Restauração de Portugal em 1940, que Rogério de Azevedo elaborou um estudo de urbanização.

Em Julho de 1935 a Câmara Municipal de Guimarães apresenta à DGEMN um projecto de regularização de terrenos em volta dos três monumentos, definindo as expropriações de casas e terrenos a efectuar. Rogério de Azevedo emite, sobre este projecto, a opinião de que o arranjo dos terrenos “deve limitar-se a grandes superfícies de verduras rasteiras correspondentes à magestade das edificações das quais elas serão a base”⁶⁵⁹, inibindo-se no entanto de fazer qualquer estudo para a envolvente.

No final de 1936 a Câmara apresenta à DGEMN o projecto para a *Regularização dos Terrenos do Parque do Castelo de Guimarães*. Rogério de Azevedo, no seu parecer, considera-o útil e que “tem a virtude de desafogar o terreno que circunda o Castelo e a Capela”⁶⁶⁰. O projecto visa expropriar e demolir as construções a sudoeste do Castelo de modo a regularizar os terrenos e arruamentos limítrofes, e vai de encontro à prática de desafogamento dos monumentos seguida pela DGEMN e, simultaneamente, é *pretexto* para marcar o espaço envolvente como parque monumental (figs. 516-517). É aprovada a comparticipação da DGEMN no projecto. Entretanto, e na sequência do mesmo, Baltazar de Castro solicita a Rogério de Azevedo que elabore o estudo da zona de protecção do Castelo, Igreja de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança,

⁶⁵⁹ Comunicação n.º 404, Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte, 2 de Julho de 1936. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011.

⁶⁶⁰ Comunicação n.º 786, Direcção dos Monumentos Nacionais, 1ª Secção, 14 de Novembro de 1936. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011.

definindo a área que julgue necessária a fim de evitar de futuro quaisquer construções sem a prévia aprovação pela DGEMN⁶⁶¹.

Com o incumprimento por parte da Câmara Municipal de Guimarães na execução dos trabalhos de regularização dos terrenos do Parque do Castelo, deixando expirar os prazos⁶⁶², e antes de realizar qualquer estudo de urbanização, Rogério de Azevedo esboça o enunciado dos limites possíveis para uma futura zona de protecção abrangente⁶⁶³.

Já no final de 1938, em carta dirigida ao Ministro das Obras Públicas, e tendo como certo que à volta do Castelo de Guimarães se irão realizar em 1940 “grandes manifestações patrióticas celebrando a passagem dos Centenários”⁶⁶⁴, o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães levanta a questão do Largo de S. Salvador, vasta superfície a norte do Castelo, alertando para a conveniência de esse largo e as ruas que lhe dão acesso também serem objecto de um plano de urbanização, de preferência em conjunto e de harmonia com o dos terrenos anexos aos três monumentos.

Perante as novas possibilidades que o alargamento da área de intervenção urbana proporciona, Rogério de Azevedo faz chegar a Baltazar de Castro o ante-projecto de urbanização para os terrenos em volta dos três monumentos

⁶⁶¹ O. S. n.º 1419, Direcção Geral Edifícios e Monumentos Nacionais, 2 de Agosto de 1937. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011.

⁶⁶² Para esse efeito a DGEMN tinha concedido à Câmara Municipal de Guimarães um prazo de três meses. O. S. n.º 9769, de 10 de Dezembro de 1936. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011.

⁶⁶³ Comunicação n.º 21, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 5 de Janeiro de 1938. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011

⁶⁶⁴ Carta da Câmara Municipal de Guimarães, 28 de Novembro de 1938. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011

incluindo, a pedido da Câmara, o Largo de S. Salvador⁶⁶⁵. Ao documento junta um esquisso de sugestão para a mudança do Monumento a D. Afonso Henriques, da autoria de Soares dos Reis, da Praça do Toural para junto da colina do Castelo (figs. 523-524). Desligando o conjunto monumental do tecido urbano ainda existente, Rogério de Azevedo valoriza no ante-projecto a importância do Largo no conjunto tratando-o como uma “enorme plateia onde o povo caberia à larga para assistir a representação ao ar livre tendo por palco a pequena encosta que vem do Castelo e como cenário, como ‘pano de fundo’, o Castelo”⁶⁶⁶. A ideia é-lhe sugerida pela memória que guarda de um espectáculo comemorativo de Gil Vicente realizado nesse mesmo local. Para o Largo de S. Salvador propõe realinhar as suas margens de modo a criar uma praça regular e um eixo entre o seu vértice e a Torre de Menagem do Castelo. Para o local onde estão implantados os Monumentos Nacionais o arranjo seria

“(…) de naturêsa simples para que os artificios não prejudiquem a belêsa rude dos Monumentos. Assim, o arruado que circunda o Castelo, a meio do percurso, desdobrava-se para permitir o acesso à porta principal da fortaleza. O terreno circundante seria semeado de mato rasteiro para não adocicar a paisagem.

A entrada para este recinto dos Monumentos seria alargada aparecendo na bifurcação do arruamento para o Paço dos Duques e para a Misericórdia o Monumento a D. Afonso Henriques, deslocada a estátua do

⁶⁶⁵ Comunicação n.º 155, Direcção dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 18 de Fevereiro de 1939. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011

⁶⁶⁶ Rogério de AZEVEDO – *Memoria acêrca do ante-projecto de urbanização a que se refere a O. S. n.º 4388, de 21 de Dezembro de 1938*. 18 de Fevereiro de 1939. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011.

lugar em que agora está, do Toural, para o que se faria o arranjo necessário (...)⁶⁶⁷.

Mês e meio mais tarde Rogério de Azevedo entrega o projecto definitivo (figs. 518-520). Nele desenvolve as ideias iniciais, associando ao espírito do lugar valores de representação e encenação do estado e da sua unidade. Como núcleo principal encontra-se o conjunto formado pelos três monumentos que “ficariam engastados no combro arrelvado que desde o Castelo vai ao Paço dos Duques”⁶⁶⁸. As margens deste espaço seriam as duas ruas que vêm do vértice do Largo de S. Salvador passando uma a norte, pelo Hospital da Misericórdia e a outra ao sul, junto das muralhas que seriam restauradas e seguindo até à Praça onde está implantado o novo edifício dos Paços do Concelho. Para não devassar o recinto, deixa apenas um acesso aos automóveis e algumas passagens para peões. O patamar que circunda o Paço dos Duques seria alargado no lado sudeste para o que se construiria um muro de suporte de terras pois “o muro que presentemente existe torna o patamar exageradamente mesquinho em relação à grandêsa do edifício”⁶⁶⁹. Na entrada no recinto, na bifurcação para o parque e para a Misericórdia, ficaria o Monumento a D. Afonso Henriques, colocando a estátua “do nosso primeiro Rei no seu verdadeiro lugar

⁶⁶⁷ Rogério de AZEVEDO – *Memória acêrca do ante-projecto de urbanização a que se refere a O. S. n.º 4388, de 21 de Dezembro de 1938*. 18 de Fevereiro de 1939. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011.

⁶⁶⁸ Rogério de AZEVEDO – *Memória acêrca do projecto de urbanização da zona em volta dos três monumentos nacionais – Castelo, Capela de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães*. O. S. n.º 228 de 15 de Fevereiro de 1939. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011.

⁶⁶⁹ Rogério de AZEVEDO – *Memória acêrca do projecto de urbanização da zona em volta dos três monumentos nacionais – Castelo, Capela de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães*. O. S. n.º 228 de 15 de Fevereiro de 1939. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011.

de vigilante dos seus lugares de infância, projectando-se a sua figura bem modelada no Castelo”⁶⁷⁰. Rogério de Azevedo prossegue a sua *Memória...* descrevendo o Monumento com todos os detalhes:

“Para este Monumento, procurou-se o mais possível a forma simples como convem à responsabilidade de quem tem de arranjar conjunto para estátua de tal categoria que só por si forma o Monumento.

Contudo, procuramos, integrar dentro do ambiente (...), usando a cantaria a pico fino para não adocicar o granito com lavrados improprios.

Ficaria a estátua apoiada em peanha de granito da região chamado ‘de galho’ com as juntas horizontais – largas e com as fiadas feitas a pico grosso. Esta peanha teria uma base em semicirculo que reservavamos à homenagem de tôdas as provincias de Portugal ao fundador da Nacionalidade. Consistiria esta homenagem (...) em que tôdas as Juntas de Provincia oferecem, fundido em bronze o brazão da respectiva Capital de Provincia incluindo Colonias.

(...) Nas parêdes laterais, levantadas no granito fino de Fafe gravar-se-iam na propria pedra 6 estrofes dos Lusíadas, com os gravados a ouro – 3 em cada pano – referidas à sua proclamação como Rei, à Batalha de Ourique com a criação das quinas, etc., etc.

Estas quinas ficariam na base do Monumento, sôbre o semicirculo onde se encontram os brazões das Provincias.

No chão, e com a altura suficiente para que não possa ser calcado, ficaria esculpido o escudo nacional”⁶⁷¹;

e conclui propondo para o agora Campo de S. Salvador um espaço para serviço público, destinado a santinas, mictórios e bebedouros (figs. 521-522). Na parte

⁶⁷⁰ Rogério de AZEVEDO – *Memória acêrca do projecto de urbanização da zona em volta dos três monumentos nacionais – Castelo, Capela de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães*. O. S. n.º 228 de 15 de Fevereiro de 1939. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011.

⁶⁷¹ Rogério de AZEVEDO – *Memória acêrca do projecto de urbanização da zona em volta dos três monumentos nacionais – Castelo, Capela de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães*. O. S. n.º 228 de 15 de Fevereiro de 1939. *Castelo de Guimarães, Processo da Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011.

superior desse espaço ficaria um terraço para uma banda de música quando isso fosse necessário.

O Ministro das Obras Públicas aprova o projecto ainda na sua versão inicial, de ante-projecto⁶⁷², mas determina que, quanto ao Monumento a D. Afonso Henriques, conviria desenvolver a sugestão apresentada, aperfeiçoando-a e pormenorizando-a. Coisa que Rogério de Azevedo faz, entregando o projecto definitivo a 17 de Abril de 1939 (fig. 525). Os trabalhos de Urbanização em Volta do Castelo e a construção do Monumento a D. Afonso Henriques iniciam-se em Dezembro desse ano.

Nos meses de Agosto e Setembro de 1939 Rogério de Azevedo realizara a já mencionada viagem de estudo aos Castelos de França. Em quase todos os castelos visitados havia parques e neles encontrou um paralelo com o conjunto por ele projectado para o parque envolvendo o Castelo, a Igreja de S. Miguel, o Paço dos Duques e o Monumento a D. Afonso Henriques, trazendo consigo a certeza da justeza das suas opções no projecto do Parque do Castelo⁶⁷³.

De 3 para 4 de Junho de 1940, na comemoração dos 800 anos da Fundação de Portugal, o Presidente da República, Óscar Carmona, e o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, pernoitaram na Torre de Menagem, dentro das muralhas do Castelo, devidamente preparada para o efeito. O ajardinamento completo da zona do Castelo, o alargamento do terreiro em volta

⁶⁷² Por despacho de 12 de Abril. As “obras de urbanização das zonas de protecção do Castelo e Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães”, entram no rol de obras a realizar no âmbito das Comemorações pelo Decreto-Lei N.º29.663, de 6 de Junho de 1939. *Revista dos Centenários*, Ano 1, n.º 7, 30 de Julho de 1939, p. 26.

⁶⁷³ Rogério de AZEVEDO – *Relatório acerca da viagem de estudo aos castelos de França realizada de 1 de Agosto a 15 de Setembro de 1939 e do que mais se viu*, 22 de Setembro de 1939, p. 24. IHRU: SIPA.

do Paço Ducal e o Monumento a D. Afonso Henriques encontravam-se concluídos. No Largo de S. Salvador não foram realizadas obras (figs. 526-527).

Conclusão das obras e desenhos finais

Em 1941, depois de Rogério de Azevedo ter abandonado a DGEMN, inicia-se a construção da fachada principal, provavelmente de acordo com o desenho da segunda proposta. As obras compreenderam o apeamento de paredes, a execução de janelas germinadas, o assentamento de cachorros e ameias e a construção do frechal de betão armado⁶⁷⁴.

Nesse mesmo ano, e nos dois anos seguintes, foram sendo sucessivamente abertos concursos de empreitadas para a execução de passadiços, de tectos em madeira, das portadas e respectivas ferragens, de caixilhos de ferro para as janelas exteriores, de vitrais e do assentamento das coberturas dos telhados e de ameias, e da escavação completa de todo o pátio interior para pesquisa dos alicerces primitivos.

Na estimativa das obras a realizar durante o ano de 1943 estava incluída a construção completa da escada de acesso à galeria superior do pátio e da empena principal da Capela⁶⁷⁵, tendo sido a obra executada segundo o projecto de Rogério de Azevedo. Em 1944 foi construída a estrutura do coro da Capela,

⁶⁷⁴ Como consta nas propostas de ajuste particular para a execução de trabalhos no Paço, Maio de 1941. *Paço dos Duques de Bragança, Processo de Obra*. IHRU: SIPA.

⁶⁷⁵ Estimativa de 27 de Novembro de 1942 a que se refere a Comunicação n.º 838, de 17 de Dezembro de 1942, da 2ª Secção – Porto. *Paço dos Duques de Bragança, Processo de Obra*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340013.

em betão armado e, em 1945, foi demolida a escada do pátio e reconstruídas três das arcadas.

Através do auto de medição do Paço dos Duques de 1761 ficaram-se a conhecer muitas das características do edifício cerca de 300 anos antes. Contudo, o Paço Ducal não tem hoje duas das características que Rogério de Azevedo sempre defendeu que teria tido na altura: o alpendre e a escada de acesso à Capela. O alpendre, presente em todos os desenhos de Rogério de Azevedo, desapareceu sem que tal tenha gerado polémica. O mesmo não sucedeu com a escada. Chegada a ser construída (fig. 528) desapareceu do projecto final do restauro efectuado pela DGEMN, tendo sido demolida ainda nos anos 40⁶⁷⁶. A empena principal da Capela e a entrada na galeria superior do pátio, igualmente presentes nos desenhos e na maquete, também desapareceram no projecto final da DGEMN.

Entretanto, no plano das obras a realizar em 1942 tinha sido incluída a conclusão de várias salas de modo a ser possível iniciar-se a instalação do Museu Alberto Sampaio. Joaquim Areal, arquitecto que sucede a Rogério de Azevedo na Direcção dos Monumentos do Norte, informa Baltazar de Castro, em

⁶⁷⁶ A este propósito Rogério de Azevedo relata que toda a documentação sobre as escadas “desapareceu misteriosamente após a minha saída dos Monumentos, assim como a escada, que chegou a construir-se, foi implacavelmente arrasada. Apesar de tudo, a escada existiu. Vd. Rubio y Balaguer in *Vida española en la época gótica*, pág. 88. Esta obra é de 1943, posterior ao meu estudo, não tendo sido ela, portanto, que me orientou. Contudo transcrevo o que lá se diz por confirmar o que tinha estudado em face do que apareceu: *En el palacio y en la mansión señorial, un patio central contenía la escolera noble que conducía al piso principal. La comunicacion com las otras plantas se establecía mediante estrechas escaleras interiores.*

A edição é de Alberto Martín, Barcelona, 1943.

Para lá poderem dar espectáculos, não houve dúvidas em sacrificar um dos elementos mais característicos destes Palácios, como se os pátios de comédias existissem nesta época (séc. XV)!...

O telegrama que me vinha dirigido pessoalmente (ver nota n.º 635) foi posteriormente por mim entregue (1957) ao Ex.mo Sr. Engenheiro Gomes da Silva, Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Foi o único elemento que então não desapareceu por ter ficado na minha posse”. Rogério de AZEVEDO – “O Paço do Conde D. Henrique e o Paço dos Duques, de Guimarães”, in *Boletim Cultural*, Vol. XXV. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1962, pp. 669-670.

comunicação de 8 de Abril, da inviabilidade de tal objectivo porque a pesquisa de “todos os elementos arquitectónicos, gráficos e bibliográficos” ao alcance da secção “são insuficientes para se executar o que se pretende com honestidade e veracidade arqueológica”, tornando impossível a realização de “uma obra de honesta reintegração” e chama a atenção para a necessidade “urgente” de se realizar uma viagem a Espanha para consulta de alguns monumentos góticos⁶⁷⁷.

Esta situação manteve-se até 1947 apesar de Joaquim Areal ter afirmado ao Engenheiro Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1943, que a “Direcção reúne, há cerca de dois anos, todos os elementos susceptíveis de esclarecerem as obras de restauro do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, tanto na sua estrutura geral como nos numerosos pormenores de construção e decoração que é necessário realizar”⁶⁷⁸ apesar da falta que se faz sentir da não realização da viagem a Espanha. Como consequência, não foi possível obter-se uma ordenação de trabalhos que permitissem o acabamento parcial e sucessivo dos vários corpos do edifício. As investigações, entretanto efectuadas, centraram-se na decoração das salas: pintura de tectos, de paredes, de vitrais, pavimentos, rodapés, ferros, etc. Paralelamente, e após diversos estudos quanto à sua composição, colorido e carácter, foi solicitado ao pintor Guilherme Camarinha que elaborasse o estudo completo dos vitrais das duas janelas grandes da Capela.

Novos desenhos do projecto de restauro são realizados em 1947, conjuntamente com o orçamento das obras de conclusão do Paço. Mas o traçado

⁶⁷⁷ Comunicação n.º 130, Direcção dos Monumentos Nacionais, 8 de Abril de 1942, *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340013.

⁶⁷⁸ Informação, 1943. *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340013.

a dar ao edifício ainda não estava completamente consolidado. Neles é proposta a cobertura da galeria superior do claustro com um alpendre – excepto em frente do pórtico da Capela –, o arranjo interior da Capela é esboçado e a empena no exterior desaparece (figs. 529-531), as estruturas e a altura dos telhados, assim como o desenho das chaminés, só então são definidos. Continuavam as adaptações para a instalação no Paço Ducal dos Paços do Concelho ou dos serviços culturais de Guimarães (Arquivo Municipal e Biblioteca) e do Museu Alberto Sampaio, e continuava a indecisão quanto aos pormenores e acabamentos interiores e exteriores. O programa de expropriações e arranjos exteriores continua, lenta e paralelamente, desde 1946.

Em 1949 o Arq. Baltazar de Castro, um dos dois grandes responsáveis pelas obras de restauro do Paço Ducal, deixa a DGEMN e todo o processo sofre com esse facto.

Entretanto, em 1953, por altura das comemorações do Centenário da elevação da antiga vila de Guimarães a cidade, uma maquete do Paço dos Duques de Bragança, feita em madeira e à escala 1/100, é exposta na Sociedade Martins Sarmento em Guimarães.

Em 1954 o projecto para o Largo de S. Salvador realizado por Rogério de Azevedo é reapreciado. A regularização do terreno e taludes, a construção de escadarias e esgotos, a plantação de árvores em falta e o arrelvamento são os trabalhos visados. O pavilhão no extremo norte, destinado a instalações sanitárias, não é considerado⁶⁷⁹ (fig. 533). No Paço Ducal o desenho final do remate da cobertura do pátio junto ao acesso principal à Capela, e do seu arranjo

⁶⁷⁹ Comunicação n.º 603, Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 30 de Junho de 1954. *Castelo de Guimarães, Processo de Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011.

interior, continua indefinido. É solicitada, mais uma vez, uma autorização para a realização de uma missão de estudo por Espanha e França para resolver estes e outros problemas. Essa viagem realiza-se no ano seguinte com a aprovação do então Ministro das Obras Públicas Eduardo Arantes e Oliveira⁶⁸⁰, depois da visita que efectuou a Guimarães no dia 20 de Junho, e em cujo relatório faz o levantamento dos principais problemas e soluções para a urbanização em volta do Castelo. Nele, considerando a criação de uma zona arborizada na encosta a norte e a noroeste da Praça da Mumadona, antiga Praça do novo edifício dos Paços do Concelho, e a “demolição ou ocultação, até onde for possível, de todas as construções que pelo seu péssimo aspecto comprometem ‘à priori’ qualquer possibilidade de resolução do problema”, incumbe o Arq. Luís Benavente da tarefa⁶⁸¹. Refere ainda que a arborização em torno do Castelo, Capela e Paço Ducal deve ser realizada de modo a evitar a compartimentação dos três monumentos e que o Campo de S. Salvador deverá “conservar o aspecto de Terreiro, destinado a manifestações cívicas, exposições ao ar livre, etc”, regularizando e completando a arborização na sua orla, excepto no topo do lado do Castelo⁶⁸². Sobre a conclusão do restauro do Paço dos Duques de Bragança determina a realização rápida do estudo da capela, da cobertura do claustro e

⁶⁸⁰ Foi Ministro das Obras Públicas de 2 de Abril de 1954 a 12 de Abril de 1967.

⁶⁸¹ “S.R. – Ministério das Obras Públicas – Gabinete do Ministro – Visita a Guimarães em 20 de Julho de 1954”, 22 de Julho de 1954. *Castelo de Guimarães, Processo de Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011.

⁶⁸² “S.R. – Ministério das Obras Públicas – Gabinete do Ministro – Visita a Guimarães em 20 de Julho de 1954”, 22 de Julho de 1954. *Castelo de Guimarães, Processo de Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011.

da residência presidencial, assim como do mobiliário para a sala do Paço Ducal e considera insatisfatórios os acabamentos dos tectos e das portas⁶⁸³.

A 24 de Janeiro de 1955 é solicitado ao arquitecto Luís Benavente um estudo com a definição de todas as obras a realizar para a integral conclusão da obra de restauro do Paço dos Duques de Bragança e do arranjo da zona envolvente. Esse estudo fica concluído a 22 de Março do ano seguinte dando continuidade à tendência, iniciada no projecto dos anos trinta, de destacar os monumentos demolindo os anexos e casarios próximos. A 25 de Fevereiro desse mesmo ano, na sequência das visitas que efectua aos distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto, o Ministro das Obras Públicas produz um relatório em que, em relação ao Paço Ducal, determina e continua a *assumir* a condução do processo:

- Aprova o arranjo previsto para os tectos das salas grandes do 2º piso;
- Aprova a conjugação da cobertura do claustro com a Capela;
- Pede um projecto mais pormenorizado sobre o restauro da Capela;

⁶⁸³ “S.R. – Ministério das Obras Públicas – Gabinete do Ministro – Visita a Guimarães em 20 de Julho de 1954”, 22 de Julho de 1954. *Castelo de Guimarães, Processo de Zona de Protecção*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340011. A necessidade de concluir as obras de restauro levou o arquitecto Vaz Martins a realizar uma viagem de estudo pela Europa e Médio Oriente, tendo visitado a zona do Loire, a Itália, o Líbano, a Síria e as cidades de Alexandria e Cairo, no Egipto. Após o seu regresso, orientou os trabalhos para a conclusão das carpintarias estruturais da capela, salões nobres e cobertura da galeria do pátio do Paço Ducal. Maria João Baptista NETO – *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, 1 vol.. Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p. 431.

- Diz que o trabalho nos capitéis das colunas de suporte da cobertura do 2º piso do claustro, “que está excessivamente grosseiro”, deve ser levado mais longe;
- Põe completamente de parte a possibilidade de modificação das coberturas dos diversos corpos do Paço, prevista no projecto;
- Prevê a possibilidade de todo o último piso ser utilizado como residência do Chefe do Estado;

e conclui pedindo a revisão do projecto num prazo não superior a 30 dias⁶⁸⁴.

Os relatórios dando conta do andamento das obras sucedem-se semanalmente e são assinados pelo Arq. Alberto da Silva Bessa.

Durante o mês de Junho de 1956 o Ministro informa o engenheiro Henrique Gomes da Silva, em sucessivos despachos, do seu interesse pelo estudo pormenorizado da Capela⁶⁸⁵ (figs. 535-536) e do projecto do alpendre exterior junto da fachada nordeste do Paço publicados no livro do Arq. Rogério de Azevedo sobre o Paço dos Duques, solicitando a maior brevidade na apresentação de soluções e pormenorização destas obras. Na fachada nordeste já existiam uma pingadeira e os cachorros de cantaria para o apoio do alpendre. O projecto para o arranjo do interior da Capela, fundamentado no projecto de

⁶⁸⁴ Comunicação n.º 1435, Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, Repartição Técnica, 7 de Março de 1956. *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340013.

⁶⁸⁵ “(...) a ampla e graciosa Capela cujos janelões, na fachada sudeste são a única nota externa brincada, no interior dois coros ladeando o altar, cada qual com seu fogão e uma tribuna com escape para varanda alpendrada para onde se subia por série de 4 degraus; os vitrais coloridos e figurados correspondentes aos janelões da fachada sudeste, os acessos privativos para evitar confusões e todos poderem recolhidamente receber os confortos espirituais, desde os amos aos servidores; (...)”. Rogério de AZEVEDO – *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 62.

Rogério de Azevedo, teve de ser adaptado devido ao já construído e, sobretudo, às características da cobertura. Entretanto deu-se início à aquisição de mobiliário e peças decorativas.

São também de 56 os desenhos do alçado da cobertura do pórtico da Capela (figs. 538-539), sendo que o traçado do arco dessa cobertura obedeceu ao traçado do arco da porta da Capela, “visto que todo o pórtico foi, como não podia deixar de ser, subordinado aos elementos de cantaria existentes naquela fachada”⁶⁸⁶.

O restauro do Paço dos Duques levou cerca de 25 anos a concluir-se tendo sido solenemente inaugurado a 24 de Junho de 1959. Todo o primeiro andar foi transformado num museu representativo dos séculos XVII, XVIII e XIX, tendo como temática: mobiliário, faianças, armas e tapeçarias. A Presidência da República ficou reduzida a sete aposentos no segundo andar com duas suites, uma em cada extremidade, e cinco quartos intermédios para a comitiva. O segundo andar, voltado para nascente, foi destinado a instalações para o director do Paço.

Publicado em Dezembro de 1960, O *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* sobre o Paço dos Duques de Bragança revela, em texto e intervenção anónima, a preocupação que a DGEMN tinha em documentar gráfica e fotograficamente todos os paços do restauro, mostrando a decadência do *antes* e a dignidade recuperada do *depois*. Após uma *notícia histórica* fortemente apoiada no Relatório realizado por Rogério de Azevedo,

⁶⁸⁶ Comunicação n.º 1138, Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, 2ª Secção, 6 de Novembro de 1956. *Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo*. IHRU: SIPA. N.º IPA: PT010308340013.

sintetiza assim as *obras de restauro* realizadas ao longo de mais de 20 anos: “Estudado o edifício, comparado com outros do estrangeiro que possivelmente teriam influenciado a sua traça, examinada cuidadosamente a escassa documentação conhecida, procedeu-se à sua reintegração, tão rigorosa como o permitiram esses elementos de estudo”⁶⁸⁷ (figs. 540-555).

Perante as especificidades do programa de restauro para o Paço com a imposição da sua reutilização com novas funções e o carácter de urgência que simultaneamente o acompanhava, Rogério de Azevedo desenvolveu o seu trabalho através da análise dos elementos sobreviventes, recolocando-os onde estavam ausentes, nunca trabalhando a partir do nada, antes procurando comprovação nas ruínas existentes através de sondagens e escavações, levando assim a cabo um trabalho muito mais consentâneo com o restauro histórico, mais próximo do pensamento de Camilo Boito do que do restauro em estilo.

Encontrando-se a estrutura do Paço Ducal muito adulterada, e na ausência de elementos seguros para a sua reedificação ou de um verdadeiro estudo arqueológico do monumento, uma parte foi *virtual e efectivamente* inventada.

Transformado num espaço de representação do Regime, o Paço Ducal de Guimarães “poderá ser interpretado de duas maneiras algo paradoxais: como um dos derradeiros avatares da metodologia de restauro de Viollet-Le-Duc”⁶⁸⁸, encontrando-se entre uma das intervenções mais inventiva realizada pela

⁶⁸⁷ Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 102, Dezembro de 1960, p. 25.

⁶⁸⁸ Paulo PEREIRA – “(Re)trabalhar o Passado. Intervenção no Património Edificado” in *Arquitectura do Século XX. Portugal*. Organização de Annette BECKER, Ana TOSTÕES e Wilfried WANG. Lisboa, Frankfurt: Deutsches Architektur-Museum/Prestel/Portugal-Frankfurt 97/Centro Cultural de Belém, 1997, p. 100.

DGEMN, numa alusão claramente exagerada e só possível se pudermos ignorar as metodologias de trabalho nele aplicadas; “ou como um monumento moderno, pois a sua conclusão situa-se já em pleno período de expansão e afirmação das linguagens modernistas, tendo-lhe sido permeável”⁶⁸⁹, prestando-se a uma leitura *racional*, se para tal ignorarmos as indeterminações do programa, os seus objectivos, os sucessivos intervenientes e decisores e os tempos de execução a que estiveram sujeitos os trabalhos. Seja como for, pela sua longa duração, trata-se do exemplo mais extremo de uma intervenção no património em Portugal.

Capela de S. Frutuoso de Montélios, em Real, Braga, Igreja de S. Pedro de Rates, na Póvoa de Varzim, e Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, três obras paradigmáticas da intervenção de Rogério de Azevedo em monumentos nacionais pelo seu envolvimento nelas como autor – arquitecto e gestor de obra – enquanto principal responsável pelos trabalhos de reintegração neles levados a cabo. Três obras que são modelos da sua acção entre as muitas outras obras em que fundamentalmente desempenhou um papel administrativo, enquanto responsável pelos Monumentos do Norte, dando o seu aval a planos de obras de intervenção e respectivos orçamentos apresentados pelos seus colaboradores, orientados pelos princípios em vigor na instituição e normalmente realizados sem sondagens ou estudos arqueológicos prévios e projectos de intervenção.

⁶⁸⁹ Paulo PEREIRA – “(Re)trabalhar o Passado. Intervenção no Património Edificado” in *Arquitectura do Século XX. Portugal*. Organização de Annette BECKER, Ana TOSTÕES e Wilfried WANG. Lisboa, Frankfurt: Deutsches Architektur-Museum/Prestel/Portugal-Frankfurt 97/Centro Cultural de Belém, 1997, p. 100.

Três obras também paradigmáticas da actuação da DGEMN, quer pela duração e profundidade das intervenções levadas a cabo, quer pelos modos de actuação dos seus autores. Obras onde Rogério de Azevedo se inseriu tendo que encontrar as suas próprias metodologias de trabalho. Metodologias essas não totalmente desinseridas das correntes de pensamento que à época no estrangeiro faziam o seu percurso, mantendo-se no entanto fiel aos seus valores profissionais, consciente e minucioso que era no exercício das suas responsabilidades, e onde, ao contrário de Raul Lino, nunca pôs em causa ou interrogou os princípios que regiam a sua actividade como arquitecto integrado nos serviços da DGEMN, princípios esses que orientavam as intervenções de restauro em monumentos numa instituição dependente do Ministério das Obras Públicas e que se apresentava fortemente hierarquizada.

CONCLUSÕES

Rogério de Azevedo foi bem um arquitecto da sua geração, atento ao seu tempo, aberto e permeável às ideias novas, não deixando de ser um discípulo de Marques da Silva, nunca negando a sua formação *Beaux-Arts*.

A sua formação clássica não o inibiu de se abrir ao modernismo e às novas técnicas e linguagens que o século XX generalizou, mas também a práticas afastadas de modelos eruditos, nunca ficando preso à reprodução de modelos, fórmulas ou ideais, antes realizando em alguns dos seus trabalhos uma síntese de práticas e de imagens por vezes dispersas e distantes.

Uma obra feita numa diversidade de estilos e formas arquitectónicas próprio da sua maneira de encarar a prática projectual, mas não tão diferente dos seus pares da mesma geração. Tal como eles, e pela sua formação humanista clássica, encontrava-se preparado para trabalhar com os valores modernos, mostrando-se mesmo consciente do quanto algumas das suas propostas, como o projecto da Garagem do jornal *O Comércio do Porto* ou o ante-projecto do bairro-jardim da Abelheira, em Viana do Castelo, foram à época inovadoras.

Com uma carreira intensa caracterizada pela recusa da modernidade como único paradigma em que basear a procura formal, a sua obra foi igualmente marcada pela pesquisa de uma linguagem regionalista, revelando idêntico domínio e à-vontade no trabalho de uma arquitectura de pedra, aliás em continuidade com a tradição da sua formação e por ele utilizada quer por força

das circunstâncias da obra quer por sua própria e deliberada vontade, como na utilização das novas técnicas construtivas que o século XX e o modernismo vieram a proporcionar.

Conciliando modernidade e tradição, o seu trabalho não parece ter nele provocado um debate interior entre valores modernos, tradicionais ou mesmo vernaculares, nem proporcionou tal discussão crítica pública à época. Nem a coerência formal de obra para obra foi para ele, claramente, um objectivo de projecto, nem passava por aí a criação de uma qualquer sua marca autoral.

Oriundo de uma geração de arquitectos de formação modernista embrionária, para quem a opção pelo moderno, alternando nas suas práticas com o regionalismo ou o ecletismo historicista, não era uma questão ideológica, social ou filosófica, Rogério de Azevedo apresentou uma postura que não implicava da sua parte uma qualquer reflexão teórica sobre o projectar arquitectura. Era uma opção pontual, dependente do programa do edifício, da sua localização, dos materiais a utilizar na sua construção. Para eles o moderno foi apenas mais um estilo disponível, uma nova maneira de construir integrando uma concepção funcionalista e racionalista da arquitectura.

Se os programas públicos no final da década de vinte e início da de trinta, dando por vezes seguimento a programas anteriores e fundamentando-se (ou justificando-se) em necessidades de ordem prática e económica, muitas vezes partindo da iniciativa local com todas as limitações a isso inerentes, puderam condicionar a expressão individual dos autores, Rogério de Azevedo aparentemente não se terá sentido condicionado ou pressionado por tais factos, respondendo de forma genuína aos trabalhos que lhe foram encomendados, sempre encontrando neles pontos de convergência ou formas de expressar as

suas preocupações e valores, renovando-se ao nunca se fixar em dogmas ou esquemas no interior de um microcosmos pessoal, reconhecendo valor na diversidade das experiências, mesmo que fragmentárias e locais, e tendo sempre a paisagem como um ponto de referência para a sua arquitectura. Uma arquitectura que, numa livre interpretação do modernismo, é articulada à volta do lugar, da arquitectura tradicional portuguesa e da história. Se no seu percurso alguma aproximação houve àquilo a que se veio a chamar arquitectura Português Suave, ela ter-se-á dado em 1945 com o projecto do Hotel Infante de Sagres, no Porto.

Em grande parte dos seus projectos, talvez fruto da sua formação e também por convicção, Rogério de Azevedo recorreu à utilização de uma composição centralizada e baseada na simetria, quer em edifícios de gaveto quer noutras situações de implantação. Simultaneamente, esta solução compositiva foi-se esbatendo à medida que se foi afirmando o tema da horizontalidade na sua obra, presente desde o início do seu trabalho nos projectos de cariz mais regionalista que desenvolveu para o interior norte do país, num contraponto de modos e maneiras de pensar o projecto.

Rogério de Azevedo não fugiu às aparentes contradições dos seus colegas de geração e também ele contribuiu, tal como muitos deles, embora de forma modesta, para a edificação de alguns equipamentos públicos singulares onde podemos encontrar alguma diversidade de maneiras.

Se Rogério de Azevedo teve alguma participação, ainda que remota, na execução de alguns dos programas públicos de projectos-tipo desenvolvidos pelo Ministério das Obras Públicas, já no caso dos programas das Escolas Primárias Oficiais – Projectos-tipo Regionalizados de Escolas Primárias Oficiais

de 1935 a construir em série – e das Pousadas Regionais do SNI, de 1938-1939, o seu envolvimento foi completo.

Com a actividade do seu escritório adquirira uma grande prática na realização de projectos de escolas primárias e outros equipamentos públicos para o norte e centro do país, sabia como esboçar pormenores e empregar o granito, o xisto ou o tijolo, integrando o projecto na zona envolvente e dispunha do conhecimento *in loco* das regiões que trabalhava.

Foi assim que, ao contrário de outros arquitectos, os projectos que realizou para escolas primárias apresentaram sempre preocupações de inserção regionalistas, revelando-se um autor com um léxico próprio e uma aparente facilidade no trabalho em colaboração com outros arquitectos mas que não deixava de interpretar e de interrogar o património escolar edificado e a tradição de cada lugar com espírito de abertura e nunca os tomando como valores estagnados. Preocupações essas por ele já anteriormente reveladas nos projectos das *Escolas Dr. Alfredo de Magalhães* e posteriormente continuadas.

No percurso que realizou, tendo por início o projecto da Escola Primária de Lourosa e por princípio a ideia da sala de aula como uma célula espacial, e seguindo uma orientação funcionalista, Rogério de Azevedo desenvolveu um conjunto de variações do mesmo tipo básico através da adição na composição de células/salas que se repetem, tendo na sua génese algumas ideias básicas: simplicidade dos edifícios e o estabelecimento do máximo de standardização, criando mesmo, a partir dos elementos base, tipos cuja adaptabilidade e flexibilidade de soluções vão encontrar a sua máxima expressão no projecto especial da Escola-Cantina Salazar em Santa Comba Dão, em 1938, obra em que atinge o pleno domínio dos meios expressivos e que sintetiza os valores

definidos nos projectos-tipo regionalizados que lhe são anteriores; projecto esse que é já o resultado de um processo em que Rogério de Azevedo não se coarta de experimentar e mesmo romper com um aparente *sistema* por ele próprio montado.

Tal experiência, a que se vem acumular a prática de uma arquitectura de encomenda privada e os estudos, sondagens e intervenções de restauro no trabalho por ele desenvolvido na DGEMN a partir de 1936, juntamente com o domínio do desenho, do uso de diferentes materiais e da utilização de diferentes técnicas de construção, deram-lhe os instrumentos criativos e as opções esclarecidas necessárias à execução dos projectos das Pousadas do SNI ainda em 1938.

Tendo tido todas por base o mesmo programa, as Pousadas mereceram, fruto do reconhecimento/escolha dos lugares, uma estratégia diferenciada, daí resultando não um conjunto de propostas referenciadas a uma tipologia prévia, ou auto-referenciadas, mas três edifícios únicos. O *gesto* da Pousada do Marão, a *estabilidade* de Serém e a *depuração* da Serra da Estrela em que o dinamismo das composições volumétricas, a articulação orgânica dos volumes espaços com a topografia, a escala controlada, a hierarquia dos espaços entre si e em relação ao exterior e o emprego dos materiais típicos de cada região reflectem-se nas opções de linguagem, no expressionismo das suas texturas e expressões tácteis, numa sólida ancoragem ao solo, fortemente acentuada pela cuidada implantação no terreno numa ligação contínua com a topografia. Estrategicamente dominando o território à sua volta e usufruindo de uma insolação privilegiada, os edifícios deixam-se envolver pelo panorama numa expressiva abertura dos espaços interiores à paisagem. São edifícios cujos

esquemas conceptuais antecedem quaisquer partidos formais, revelando um profundo conhecimento da essência da arquitectura, numa síntese ordenada e coerente de sistemas construtivos e sugestões formais de diversas origens.

Se à frente da Direcção dos Monumentos do Norte, na DGEMN, Rogério de Azevedo foi obrigado a gerir um número elevado de processos de classificação, orçamentos de obras, intervenções de recuperação, consolidação e restauros de inúmeros monumentos, particularmente de numerosas igrejas românicas, sem que para o efeito fossem realizadas sondagens, estudos prévios arqueológicos e, por vezes, os próprios projectos de intervenção, tendo que se apoiar apenas em orçamentos e planos de obras, numa prática recorrente dos serviços, já nas obras mais significativas, aquelas em que ele próprio desenvolveu um projecto de intervenção, revelou-se sempre pouco alinhado com os princípios *simples* e basilares que norteavam as intervenções de restauro/reintegração definidos superiormente na DGEMN.

Sendo norma dos serviços a intervenção estilística em processos ditos de reintegração dos monumentos, Rogério de Azevedo seguiu outros caminhos norteando a sua acção, sempre que possível, com um aturado trabalho de investigação documental e a análise criteriosa do monumento a intervencionar (como nos Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães), realização de sondagens e escavações prévias à execução do projecto (na Igreja de S. Pedro de Rates, Póvoa de Varzim) e que informassem da justeza das soluções apresentadas nos projectos (nos Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães) ou com a procura de exemplos e referências passíveis de orientarem as opções projectuais (na Capela de S. Frutuoso de Montélios, Braga, e no Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães). Se algumas das propostas iniciais, fruto

da investigação e constantes nos primeiros desenhos e maquete do projecto de restauro do Paço dos Duques de Bragança, não tiveram seguimento por circunstâncias várias – provavelmente por não se coadunarem nem com as novas funções nem com a imagem pretendida para o monumento – já no caso da Igreja de S. Pedro de Rates o projecto de reconstituição da abside só surge depois de uma campanha de escavações e sondagens arqueológicas das quais Rogério de Azevedo tira ilações que lhe vão servir de base ao desenho de projecto.

Assim, e contrariando a prática corrente, Rogério de Azevedo aproxima-se claramente de uma prática do *restauro histórico*, chegando mesmo a ter, como defesa da memória histórica e documental do monumento, a preocupação de marcar e diferenciar o antigo ou pré-existente do novo, do reconstruído ou alterado pela sua acção, no que a intervenção na Igreja de S. Pedro de Rates é exemplar, nisso se revelando mais próximo das ideias de Camilo Boito do que das teorias de unidade de estilo de Viollet-le-Duc e da reintegração estilística impostas pelos serviços.

Na verdade, Rogério de Azevedo segue um percurso autónomo, onde clássico, tradicional e moderno se misturam, nunca se sentindo encurralado mesmo quando postas em causa as suas opções, renovando-se continuamente no reconhecimento das suas capacidades instrumentais e na sua preparação como construtor. Um percurso difícil de arrumar em categorias operativas discursivas ou formais mas capaz de dar continuidade a uma transmissão geracional de certas práticas de projecto, de que o arquitecto Januário Godinho é exemplo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim (ACMPV)
Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto (AGCMP)
Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto (AHCMP)
Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP)
Direcção Geral das Construções Escolares (DGCE)
Biblioteca Nacional (BN)
Centro de Documentação da Direcção Geral de Turismo (CDDGT)
Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação (DGEMN-DSID)
Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto (FBAUP)
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – Sistemas de Informação para o Património Arquitectónico (IHRU-SIPA)

FONTES MANUSCRITAS E DACTILOESCRITAS

Actas da Câmara Municipal de 25 de Fevereiro de 1930 a 16 de Janeiro de 1946
(ACMPV)
Processo da Antiga Faculdade de Medicina do Porto (DGEMN-DSID)
Processo da Escola Cantina Salazar, Santa Comba Dão (DGEMN-DSID)
Processo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Porto (DGEMN-DSID)
Processo da Igreja de São Miguel / Sé Catedral de Castelo Branco (DGEMN-DSID)
Processo da Igreja Matriz de Caminha (DGEMN-DSID)
Processo da Pousada de S. António de Serém, Vale do Vouga/Águeda
(DGEMN-DSID)

Processo da Pousada de S. Gonçalo, Serra do Marão/Amarante (DGEMN-DSID)

Processo da Pousada de Santa Luzia, Elvas (DGEMN-DSID)

Processo da Pousada de Santiago, Santiago do Cacém (DGEMN-DSID)

Processo da Pousada de São Brás, São Brás de Alportel (DGEMN-DSID)

Processo da Pousada de São Lourenço, Manteigas, Serra da Estrela (DGEMN-DSID)

Processo da Pousada de São Martinho, Alfeizerão (DGEMN-DSID)

Processo da Torre de D. Pedro Pitões / Torre da Cidade, Porto (DGEMN-DSID)

Processo da zona de protecção da Capela de S. Frutuoso, Braga (DGEMN-DSID)

Processo da zona de protecção do Paço dos Duques de Bragança, Guimarães (DGEMN-DSID)

Processo da zona de protecção Processo da Igreja de S. Pedro de Rates (DGEMN-DSID)

Processo de Expediente-Geral, da DGEMN (DGCE)

Processo de licenciamento da Loja na Av. Mouzinho de Albuquerque. (ACMPV)

Processo de licenciamento de duas casas geminadas de habitação, Av. Marechal Gomes da Costa, Porto (AHCMP)

Processo de licenciamento do Bloco de Casas Económicas em Santos Pousada, Porto (AHCMP)

Processo de licenciamento do grupo de casas do Campo Alegre, Porto (AHCMP)

Processo de licenciamento do prédio de habitação e comércio na rua 5 de Outubro (ACMPV)

Processo de licenciamento do Prédio Maurício Rialto, Porto (AGCMP)

Processo de obras da Casa da Torre, Porto (AHCMP)

Processo de obras do Abrigo e Dispensário na Praça da Alegria, Porto (AHCMP)

Processo de obras do Casino da Póvoa de Varzim (ACMPV)

Processo de obras do Palácio Hotel, Póvoa de Varzim (ACMPV)

Processo de obras do Teatro Garrett (ACMPV)

Processo do ante-projecto da Cidade-Jardim, Viana do Castelo (AHMOP)

Processo do Antigo Hospital de Vila Seca de Armamar (DGEMN-DSID)

Processo do Bairro-Jardim da Abelheira, Viana do Castelo (IHRU)

Processo do Coreto da Beira-rio, Viana do Castelo (DGEMN-DSID)

Processo do Edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones, Viana do Castelo (DGEMN-DSID)

Processo do Hotel Infante de Sagres, Porto. (AGCMP)

Processo do Lar Soares Pereira, Prozelos (DGEMN-DSID)

Processo dos Paços Municipais de Viana do Castelo (DGEMN-DSID)

Processo geral das Pousadas do SNI (DGEMN-DSID)

Processo individual de Baltazar da Silva Castro (AHMOP)

Processo individual de Rogério de Azevedo (AHMOP)

Processo individual do Aluno Rogério dos Santos Azevedo (FBAUP)

Processo individual do Professor Rogério dos Santos Azevedo (FBAUP)

Processos administrativo e de obras da Capela de S. Frutuoso, Braga (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Capela de S. Pedro de Balsemão, Viseu (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Capela-mor da Igreja de Longos Vales, Viana do Castelo (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Casa da Rua da Alfândega Velha, Porto (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja de Bravães (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja de Castro de Avelãs (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja de Cedofeita, Porto (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja de Cete (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja de Freixo de Baixo (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja de Gândara (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja de Gatão (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja de Leça do Balio (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja de Nossa Senhora da Azinheira (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja de Paço de Sousa (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja de Roriz (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja de S. Miguel do Castelo (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja de S. Pedro de Rates (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja de S. Tiago, Coimbra (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja de Santa Maria do Abade de Neiva, Barcelos (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja de São Miguel de Entre-os-Rios (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja e Convento de Santa Maria de Aguiar (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja Matriz de Barcelos (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja Matriz de Linhares (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Igreja Paroquial de S. Mamede, Madail (IHRU-SIPA)

Processos administrativo e de obras da Sé Catedral, Porto (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras da Sé de Braga (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras das Muralhas de Guimarães (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras de Nossa Senhora da Oliveira, Guimarães (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras do Castelo de Bragança (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras do Castelo de Guimarães (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras do Centro Histórico de Guimarães (DGEMN-DSID)

Processos administrativo e de obras do Paço dos Duques de Bragança, Guimarães (DGEMN-DSID)

BIBLIOGRAFIA E FONTES IMPRESSAS

- “1ª EXPOSIÇÃO dos Architectos Portugueses”, *Notícias Ilustrado*, n.º 146, 29 de Março de 1931, p. 10.
- “ARQUITECTURA”, *Arquitectura, Cerâmica e Edificações*, n.º 12, Dezembro de 1933, pp. 281-282.
- “CRECHES de a Filial do Bonfim”, *O Comércio do Porto*, 28 de Janeiro de 1931, p. 2.
- “EXPANSÃO de o Comércio do Porto”, *O Comércio do Porto*, 1 de Janeiro de 1931, p. 4.
- “EXPOSIÇÃO dos Architectos Portugueses”, *O Comércio do Porto*, 22 de Março de 1931, p. 4.
- “FILIAL (A) do Porto da Caixa Geral de Depósitos”, *Arquitectura*, ano IV, n.º 21, Out./Nov. 1931, pp. 86-100.
- “IGREJA (A) Matriz de Barcelos”, *Ilustração Moderna*. Porto: 1928-1929, 2º vol., pp. 46-47.
- “MELHORAMENTO Importante”, *Ilustração Moderna*, 5º ano, n.º 46, Agosto de 1930, pp. 191-192.
- “NOSSO (O) Jornal e o Turismo. Exposição do Hotel Modelo”, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2ª série, n.º 268, 30 Julho 1933, p. 9.
- “NOSSO (O) Jornal e o Turismo. Uma Grande Iniciativa. A Exposição do Hotel Modelo”, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2ª série, n.º 267, 23 Julho 1933, p. 9.
- “TURISMO (O) e a Hotelagem”, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2ª série, n.º 246, 26 Fevereiro 1933.
- “UMA Escola em Lourosa”, *Ilustração Moderna*, 7º ano, n.º 58, Novembro/Dezembro de 1932, pp. 502-503.
- 15 Anos de Obras Públicas, 1932-1947. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / Ministério das Obras Públicas / Imprensa Nacional, 1948.
- 15 Anos de Obras Públicas, 1932-1947*. Livro de Ouro, 1º vol., Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, s.d.

- ACCIAIUOLI, Margarida – “Os primeiros ecos de Le Corbusier em Portugal” in TREVISAN, Alexandra; CUBERO, Josefina González, ALMEIDA, Pedro Vieira de (eds.) – *Ler Le Corbusier*. Porto: CEEA, 2012, pp. 115-127.
- ACCIAIUOLI, Margarida – *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.
- AGUIAR, José – *Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP publicações, 2002.
- ALFÂNDEGA do Porto e o Despacho Aduaneiro (A). Porto: Casa do Infante, 1990.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira – “A igreja românica de S. Pedro de Rates”, *Póvoa de Varzim, Boletim Cultural*, Vol. XIV, n.º 1, 1975, pp. 5-20.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – “Arte da Alta Idade Média”, in *História da Arte em Portugal*, Vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – “O Românico”, in *História da Arte em Portugal*, Vol. 3. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal, vol. 1 – O Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal, vol. 2 – O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de – “Carlos Ramos – uma estratégia de intervenção” in *CARLOS Ramos. Exposição retrospectiva da sua obra*. Catálogo de Exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de – “Identidade Arquitectura”, *Vinte e Um por Vinte e Um*, n.º 2, pp. 138-143, Porto: ESAP, 2006.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de – “Raul Lino, Arquitecto Moderno” in *RAUL Lino. Exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, pp. 115-188.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de – *A Arquitectura do Estado Novo – uma leitura crítica*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de – *Da Teoria. Oito Lições*. Porto: ESAP, 2005.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de; MAIA, Maria Helena – “A Arquitectura Moderna” in *História da Arte em Portugal*, Vol. 14. Direcção de Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

- ALVAREZ, Dario – *El jardine en la arquitectura del siglo XX. Naturaleza artificial da la arquitectura moderna*. Barcelona: Reverté, 2007.
- ALVAREZ, Dario – “El Parque Democrático” in *Arte & Poder*. Coordenação de Margarida Acciaiuoli, Joana Cunha Leal e Maria Helena Maia. Lisboa: IHA, 2008, pp. 247-261.
- AMARAL, Keil do – “A Moderna Arquitectura Holandesa” [1936], *Seara Nova*, n.º 810-813, Lisboa, Fevereiro-Março, 1943.
- ANÍBAL, Alexandra Cabeçadas Arsénio Nunes – *A expansão da rede escolar do ensino primário durante o Estado Novo (1930-1970)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Univ. Nova de Lisboa, 1999.
- ANOS (Os) 40 na *Arte Portuguesa*, 6 vols.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- ARAÚJO, Teresa Alves de – “Um acto medieval na inauguração do novo Terreiro da Sé”, *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, Março de 2001, pp. 54-57.
- ARQUITECTURA Moderna y Turismo: 1925-1965 / Arquitectura Moderna e Turismo: 1925-1965*. IV Congresso Fundação Docomomo Ibérico, Actas, Valência, 6-8 de Novembro de 2003.
- AZEVEDO, António de – *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: s/n., 1965.
- AZEVEDO, Rogério de – *A Arquitectura no Plano Social*. Porto: Imprensa Social, 1936.
- BAPTISTA. Luís V. – *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programadas Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- BARATA, José Pedro Martins (org.); BOTAS, José Manuel Pedroso (org.) – *Património escolar português: preservação e salvaguarda*. Lisboa: Ministério da Educação, 2003.
- BARBOSA, Vilhena – *Monumentos de Portugal*. Lisboa: Castro Irmãos Editores, 1886.
- BARREIROS, Cónego Manuel de Aguiar – *A Capela de S. Fructuoso: restos da antiquíssima igreja de S. Salvador de Montelios, sec. VII em S. Jeronymo de Real, Braga*. Porto: Marques Abreu, 1919.
- BARREIROS, Cónego Manuel de Aguiar – *Braga monumental: a Catedral, a Capela dos Coimbras e a Capela de S. Frutuoso*. Braga: Marques Abreu Editor, 1927.

- BARREIROS, Cónego Manuel de Aguiar; ABREU, Marques (il.) – *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*. Porto: Edição de Marques Abreu, 1934.
- BARREIROS, Manuel de Aguiar – “A Sé Catedral de Braga”, *Ilustração Moderna*. Porto: 1930-32, 3º vol., pp. 480-482.
- BARREIROS, Maria Helena – *O Castelo de Santa Maria da Feira / séculos X a XX / formas e funções*. Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 2001.
- BÂRTOLO, Carlos – *Arquitectura e Equipamento do Modernismo ao Estado Novo. As Estações de Correios do Plano Geral de Edificações*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 1998.
- BÂRTOLO, Carlos – *Desenho de Equipamento no Estado Novo. As Estações de Correio do Plano Geral de Edificações*. Dissertação de Mestrado, Univ. do Porto, 1998.
- BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (orgs.) – *Arquitectura do Século XX. Portugal*. Lisboa/Frankfurt: Deutsches Architektur-Museum / Prestel / Centro Cultural de Belém, 1997.
- BEJA, Filomena; SERRA, Júlia; MACHÁS, Estella; SALDANHA, Isabel – *Muitos Anos de Escolas: vol. I – Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941; vol. II – Edifícios para o ensino infantil e primário anos 40-anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação/Direcção-Geral de Educação Escolar, Centro de Documentação e Informação, 1990-1996.
- BEJA, Filomena; SERRA, Júlia; MACHÁS, Estella; SALDANHA, Isabel – *Muitos Anos de Escolas. Volume I. Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação – Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1990.
- BEJA, Filomena; SERRA, Júlia; MACHÁS, Estella; SALDANHA, Isabel – *Muitos Anos de Escolas. Volume II. Edifícios para o Ensino Infantil e Primário Anos 40 – Anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação – Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996.
- BENEVOLO, Leonardo – *Historia de la Arquitectura Moderna*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 8ª edição revista e ampliada, 1999 (1ª edição, 1974).
- BOLETIM da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 130 volumes. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / Ministério das Obras Públicas, 1935-1985.

- BORGES, Dulce Helena Pires – *Sé Catedral da Guarda. As Formas no Tempo*. Guarda: Museu da Guarda, 1990.
- BOTELHO, Maria Leonor – *A Sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- BOUDON, Philippe – *Sur l'espace architectural*. Marselha : Éditions Parenthèses, 2ª edição, 2003 (1ª edição, 1971).
- BOURDIEU; Pierre – *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 4ª edição, 2001 (1ª edição, Lisboa, 1989).
- BOZAL, Valeriano (ed.) – *Historia de las ideas estéticas y de las teorías artísticas contemporáneas*, vol. 1. Madrid: Visor, 1996.
- CADERNOS do Ressurgimento Nacional. Obras Públicas. Lisboa: Edições SPN, 1942.
- CALAMA, José Maria; GRACIANI, Amparo – *La restauración decimonónica en España*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1998.
- CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela – *Viana do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- CAMINHOS do Património, DGEMN 1929-1999. Lisboa: DGEMN / Livros Horizonte, 1999.
- CAMPOS, Ezequiel – *Prólogo ao Plano da cidade do Porto*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1932.
- CAPITEL, Antón – *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- CARANA, Carlo – “Ruína / restauro” in *Enciclopédia Einaudi, Memória-História*, vol. 1 Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, pp. 107-129.
- CARDOSO, Alexandra; LEAL, Joana Cunha; MAIA, Maria Helena (eds.) – *SURVEYS on Vernacular Architecture. Their significance in 20th century architectural culture. Conference Proceedings*. Porto: CEAA, 2012.
- CARDOSO, Alexandra; MAIA, Maria Helena – “Arquitectura e Poder. Para uma historiografia do Movimento Moderno em Portugal” in *Apropriações do Movimento Moderno/Apropiaciones del Movimiento Moderno*. Porto, ESAP, 2012.
- CARDOSO, Alexandra; SALES, Fátima; PIMENTEL, Jorge Cunha (eds.) – *Januário Godinho – Leituras do Movimento Moderno*. Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo / ESAP, 2012.

- CARDOSO, António – *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*. Porto: FAUP publicações, 1997.
- CARDOSO, António (coord.) – *J. Marques da Silva. Arquitecto, 1869-1947*. Porto: Secção Regional do Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1986.
- CARLOS Ramos. *Exposição retrospectiva da sua obra*. Catálogo de Exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- CARVALHEIRA, Ana Margarida – *A Igreja e o Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Aguiar: o conjunto arquitectónico medieval e as campanhas de restauro da D.G.E.M.N. (1936-1962)*, 2 vol.. Dissertação de Mestrado. FLUP, 1997
- CARVALHO, António de – *Viana do Castelo Século XX*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2001.
- CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*. Porto: Câmara Municipal do Porto; CRUARB/CH, 1990.
- CASAS Económicas. Lisboa: Edições SPN, 1943.
- CASSIANO Branco. *Uma obra para o futuro*. Porto: Edições Asa, 1991.
- CASTELOS de Portugal. *Catálogo da Exposição (9 a 12 de Junho de 1965)*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / Ministério das Obras Públicas, 1965.
- CASTELOS Medievais de Portugal (II Congresso do Centro Europeu para o Estudo dos Castelos – Zurique). Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / Ministério das Obras Públicas, 1949.
- CHATEAUX de la Loire, *Beaux Arts Hors-Série – Monuments Historiques*. Paris: Publications Nuit et Jour, 1991.
- CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- COSTA, Alexandre Alves; FIGUEIRA, Jorge – “Terreiro da Sé – ideias e transformações”, *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, Março de 2001, pp. 72-81.
- COSTA, Lucília Verdelho da – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

- COSTA, Paula Pinto; ROSAS, Lúcia – *Leça do Balio, no tempo dos Cavaleiros do Hospital*. Lisboa: Edições INAPA, 2001.
- COSTA, Sandra Vaz – *O país a régua e esquadro. Urbanismo, arquitectura e memória na obra pública de Duarte Pacheco*. Lisboa: IST Press, 2012.
- COUTINHO, João de Moura – *As artes pré-românicas em Portugal. São Frutuoso de Montélius*. Braga: Ed. da ASPA, 1978.
- COUTO, João – *O Convento de St^a Maria de Aguiar em Riba-Côa (Termo de Castelo Rodrigo)*. Porto: J. Couto, 1927.
- CROSET, Pierre-Alain et. al. – *Architectures à Porto*. Bruxelles: Pierre Mardaga Editeur, 1987.
- CULTURA (A) Portuguesa e o Estado*. Lisboa: Edições SNI, 1946.
- CUNHA, Luís – *A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.
- DAR Futuro ao Passado*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura – IPPAR, 1993.
- DESENHO de Arquitectura. Património da Escola Superior de Belas Artes do Porto e da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 1987.
- DESENHO Projecto de Desenho*. Lisboa: Instituto de Arte Contemporânea, 2002.
- DIAS, Pedro – “O Gótico” in *História da Arte em Portugal*, Vol. 4. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.
- DIAS, Pedro – *A Arquitectura Gótica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- DIRECÇÃO Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 50 anos (1929-1979)*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / Ministério das Obras Públicas, 1979.
- EQUIPAMENTOS e infraestruturas culturais 1925-1965 / Equipamientos e infraestructuras culturales 1925-1965*. Terceiro Seminário Docomomo Ibérico, Actas, Porto, 15-17 de Novembro de 2001.
- EQUIPAMENTOS II. Ocio, deporte, comercio, transporte y turismo. Registro DOCOMOMO Ibérico, 1925-1965*. Fundación Caja de Arquitectos / Fundación Docomomo Ibérico, 2011.

- ESCOLÁSTICA, Frei José de Santa (José Mattoso) – “O românico beneditino em Portugal”, Singeverga, 1954 (reproduzido em *Póvoa de Varzim, Boletim Cultural*, Vol. III, 1964, pp. 144-166).
- ESTADO (O) Novo. *Das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959) – volumes I e II*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987.
- FELGUEIRAS, Inês – “A Exposição do Mundo Português”, *Oceanos*, n.º 6, Abril 1991, pp. 36-44.
- FERNANDES, Carla Alves – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Arqueologia no Estado Novo (1929-1974)”, *Al-Madan*, IIª série, n.º 10, Dezembro 2001, pp. 59-69.
- FERNANDES, Fátima; CANNATÀ, Michele – *Guia da Arquitectura Moderna, Porto, 1925-2002*. Porto: Edições Asa, 2002.
- FERNANDES, José Manuel – “Luís Benavente: uma obra singular”, *Monumentos*, n.º 3. Lisboa: DGEMN, Setembro de 1995, pp. 68-71.
- FERNANDES, José Manuel – *Arquitectura Modernista em Portugal (1890-1940)*. Lisboa: Gradiva, 2ª edição, 2005 (1ª edição, 1993).
- FERNANDES, José Manuel – *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003.
- FERNANDES, Maria Eugénia Matos (coord.) – *A Universidade do Porto e a cidade. Edifícios ao longo da História*. Porto: Universidade do Porto, 2007.
- FERNANDEZ, Sérgio – “Januário Godinho – profissional controverso” in CARDOSO, Alexandra; SALES, Fátima; PIMENTEL, Jorge Cunha (eds.) – *Januário Godinho – Leituras do Movimento Moderno*. Porto: CEEA, 2012, pp. 43-58.
- FERNANDEZ, Sérgio – *Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930-1974*. Porto: FAUP, 2ª edição, 1988.
- FERREIRA, Fátima Cordeiro G.; ALMEIDA, Pedro Vieira de – “Jorge Segurado: Arquitecto do Modernismo em Portugal”, *Jornal Arquitectos*, n.º 76, Lisboa, Abril de 1989.
- FERREIRA, J. A. Pinto – “O próximo vigésimo aniversário da fundação do Gabinete de História da Cidade”, *Boletim Cultural*, vol. XVIII. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1955, pp. 252-260.
- FERRO, António – “Carta Aberta aos Portugueses de 1940”, *Revista dos Centenários*, Junho de 1939.

- FERRO, António – “Discurso de Inauguração do SPN”, *Diário de Lisboa*, 26 de Outubro de 1933.
- FERRO, António – *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, prefácio de Fernando ROSAS. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2003.
- FERRO, António – *Salazar, o homem e a sua obra*, 3ª edição. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1935 (1ª edição, Lisboa, 1932).
- FERRO, António – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949.
- FERRO, Mafalda e FERRO, Rita – *Retrato de uma Família. Fernanda de Castro, António Ferro, António Quadros*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.
- FIGUEIRA, Jorge – *Escola do Porto. Um mapa crítico*. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002.
- FONTE, João Barroso da – *Paço dos Duques de Bragança*. Lisboa: Edição ELO, 1994.
- FRAMPTON, Kenneth – *Historia crítica de la arquitectura moderna*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 4ª edição, 1989 (1ª edição, Barcelona, 1981).
- FRANÇA, José Augusto – “1940 – Exposição do Mundo Português”, *Colóquio-Artes*, n.º 45, 2ª Série, 22º Ano, Junho 1980. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 34-47.
- FRANÇA; José-Augusto – *A Arte e a Sociedade Portuguesa no Século XX, 1910-2000*. Lisboa: Livros Horizonte, 4ª edição, 2000 (1ª edição, Lisboa, 1972).
- FRANÇA; José-Augusto – *História da Arte em Portuga, vol. V – O Pombalismo e o Romantismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2004.
- FRANÇA; José-Augusto – *História da Arte em Portuga, vol. VI – O Modernismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2004.
- GOMES, Paulo Varela – “Teoria da Arquitectura em Portugal: 1915-1945. O Modernismo e Raul Lino”, *Vértice*, n.º 11, 1989, pp. 67-78.
- GÓMEZ-MORENO, Manuel – *Iglesias Mozárabes. Arte Español de los siglos IX al XI*. Granada: Universidad de Granada, 1998, (Edição fac-similada da edição de 1919).
- GONÇALVES, Flávio – “Notas sobre a igreja românica de S. Pedro de Rates”, *O Tripeiro*, V Série, Ano XIV, n.º 12, Abril de 1959, p. 357-360.

- GONÇALVES, José Fernando – *Ser ou não ser moderno. Considerações sobre a Arquitectura Modernista Portuguesa*. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002.
- GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio – *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999.
- GOSSEL, Peter; LEUTHAUSER, Gabriele – *Arquitectura no século XX*. Koln: Taschen, 2001.
- GRAVAGNUOLO, Benedetto – *Historia del Urbanismo en Europa 1750-1960*. Madrid: Ediciones Akal, 1998.
- GRAVATO, Maria Adriana Pacheco Rodrigues – *Trajecto do Risco Urbano. A arquitectura na cidade do Porto, nas décadas de 30 a 50 do século XX, através do estudo do conjunto da Avenida dos Aliados à Rua de Ceuta*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal, Arquitectura do século XX, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
- GRILO, Maria Inácia Teles – “Os Boletins da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1935-1990)” in *Boletins da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: DGEMN, 1999 (edição em CD-ROM).
- GUEDES, Lília Alexandra Xavier Afonso – *Escola portuguesa (1934-1957): sobre a política educativa do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado em Educação, Univ. do Minho, 1998.
- HAUSCHILD, Theodor – “Arte visigótica” in *História da Arte Portuguesa*, Vol. 1. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 149-169.
- HERCULANO, Alexandre – “Monumentos Pátrios 1838-1839” in *Opúsculos I*, organização, introdução e notas de Jorge CUSTÓDIO e José Manuel GARCIA. Lisboa: Editorial Presença, 1982, pp. 179-219, (1ª edição: 1872-1873. Reedição revista dos artigos “Os Monumentos I e II” e “Mais um brado a favor dos Monumentos I e II”, publicados no *Panorama*, em 1838-39).
- HITCHCOCK, Henry-Russell; JOHNSON, Philip – *Le Style International*. Marseille: Éditions Parenthèses, 2001.
- Intervenção no Património. Práticas de Conservação e Reabilitação (A) – Actas de trabalho*. Porto: Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto/DGEMN, 2002.

- KORRODI, Ernesto – “Um Monumento Bizantino-Latino em Portugal”, *Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, 3.ª série, tomo VIII, n.º 1 e 2, 1898, pp. 18-20.
- KRUFT, Hanno-Walter – *Historia de la teoría de la arquitectura*, vol. 2. Madrid: Alianza Editorial, 1990.
- LACERDA, Aarão de – *História da Arte em Portugal*, vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1942.
- LE CORBUSIER – *La Charte d’Athènes*. Paris: Éditions de Minuit, 1957 (1ª edição, Paris, 1942).
- LE GOFF, Jacques – “Documento/monumento” in *Enciclopédia Einaudi, Memória-História*, vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, pp. 95-106.
- LE GOFF, Jacques – “Memória” *Enciclopédia Einaudi, Memória-História*, vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, pp. 11-50.
- LEITÃO, Fernando Rodrigues – *Monografia do Concelho de Alijó*. Lisboa: Tipografia Oficina de São José, 1963.
- LIMA, J. da Costa – “A jóia de Montélios”, *Brotéria*. Lisboa, 1949, vol. 48, pp. 702-710.
- LINO, Raul – *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*. Lisboa: Livros Cotovia, 9ª edição, 1992 (1ª edição: Lisboa, 1933. A 9ª edição foi feita a partir da 5ª edição, última revista pelo autor, de 1954).
- LÔBO, Margarida Souza – *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP Publicações, 1995.
- LOBO, Susana – *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- LUÍS Cristino da Silva, *Arquitecto*. Lisboa: FCG-CAM, 1998.
- MACEDO, Gonçalo Sherman de – “História comparada da arquitectura religiosa medieval portuguesa” in *Os Antecedentes medievais dos Descobrimentos*. Lisboa: XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura/IN-CM, Convento da Madre de Deus, 1983, p. 137-156.
- MAIA, Maria Helena – *Património e Restauo em Portugal (1825-1880)*. Lisboa: IHA/Estudos de Arte Contemporânea FCSH-UNL; Edições Colibri, 2007.

- MARQUES da Silva e a fotografia. *Imagens de uma época*. Porto: Universidade do Porto / Instituto arquitecto José Marques da Silva, 2005.
- MARQUES da Silva, *Exposição Conjunta das Principais Obras do Mestre e de Alguns dos seus Discípulos. Homenagem Promovida pela Escola Superior de Belas-Artes do Porto, com a colaboração da Academia Nacional de Belas-Artes e do Sindicato Nacional dos Arquitectos*. Porto: ESBAP, Dezembro de 1953.
- MARQUES, Helder; FERNANDES, José A. Rio; MARTINS, Luís Paulo – *Porto, percursos nos espaços e memórias*. Porto: Edições Afrontamento, 1990.
- MARTINS, Abel – “Pousada de S. Lourenço na Serra da Estrela”, *Panorama*, n.º 35, ano V, 1948.
- MATOS, A. Campos – *A Igreja Românica de S. Pedro de Rates: guia para visitantes*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.
- MELO, Daniel – *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.
- MENDES, Manuel (coord.); RODRIGUES, José Manuel (fotog.) – *(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses*. Porto: FAUP publicações, 2001.
- MESQUITA, Mário João (coord.) – *A Cidade da Universidade. Catálogo do percurso expositivo*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 2006.
- MIGUEL, Ana M.^a Macarrón; MOZO, Ana González – *La conservación y la restauración en el siglo XX*. Madrid: Editorial Tecnos, 1998.
- MONIZ, Gonçalo Esteves de Oliveira do Canto – *O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011.
- MONSANTO. Lisboa: Edições SNI, 1947
- MONTANER, Josep Maria – *A Modernidade Superada. Arquitectura, arte e pensamento do século XX*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001.
- MONTEIRO, Manuel – *Dispersos*, vol. 1. Braga: Ed. da ASPA, 1980.
- MONTEIRO, Manuel – *S. Frutuoso, uma igreja mozárabe*. Braga: Tipografia do Arquivo Distrital, 1939.

- MOREIRA, César Machado – “The HICA Central Workers Quarters” in *Surveys on Vernacular Architecture. Their significance in 20th century architectural culture*. Porto: CEEA, 2012.
- MOREIRA, José – *S. Frutuoso de Montélios. A Igreja mais Bizantina da Península*. Braga: s/ed., 1958. (Entrevista com o Dr. Sérgio da Silva Pinto, publicada no *Diálogo*, suplemento cultural, letras e arte do *Diário Ilustrado*, de 11 de Março de 1958.)
- NETO, Maria João Baptista – *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. Edição revista e aumentada de *O Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, de 1840 a 1900*. Dissertação de Mestrado, FLUL, 1990.
- NETO, Maria João Baptista – *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP publicações, 2001. Edição revista e aumentada de *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*. Dissertação de Doutoramento. FLUL, 1995.
- NUNES, António Manuel – *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo. Templos da Justiça e Arte Judiciária*. Coimbra: Minerva, 2003. Edição revista de *Arte, memória e ideologia. Espaços e imagens da justiça no Estado Novo: elementos para uma análise da arte judiciária*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, 1999.
- Ó, Jorge Ramos do – *Os Anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito”, 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- OBRAS em Monumentos Nacionais*. Lisboa: DGEMN-MOP, Congresso Internacional de História de Arte, 1949.
- OBRAS em Monumentos Nacionais*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / Ministério das Obras Públicas, Congresso Internacional de História de Arte, 1949.
- ORTIGÃO; Ramalho – “O culto da Arte em Portugal”, in *Arte Portuguesa*, Vol. I. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943, (1ª ed.: Lisboa: António Maria Pereira, Livreiro-Editor, 1896).
- PAIO, João Manuel Palma – *Arquitectura portuguesa de justiça: os Palácios de Justiça no período do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. Univ. Téc. de Lisboa, 1996.

- PAULO, Heloísa – *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994.
- PEDREIRINHO, José Manuel – “A Arquitectura do Estado Novo”, *História*, n.º 9, Junho de 1979.
- PEDREIRINHO, José Manuel – “Arquitectura e Fascismo em Portugal”, *História*, n.º 45, n.º 46, n.º 47, n.º 48, Julho-Outubro de 1982.
- PEDREIRINHO, José Manuel – *Dicionário dos Arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade*. Porto: Afrontamento, 1994.
- PEREIRA, Gabriel – “Restaurar e conservar”, *Arte Portuguesa. Revista de archeologia e arte moderna*, n.º 6, Junho de 1895, p. 121. Reeditado em *Monumentos Nacionais II*. Typ. Do “Dia”, 1902.
- PEREIRA, Paulo – “O Modo Gótico (séculos XIII-XV). A Arquitectura (1250-1450)” in *História da Arte Portuguesa*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, pp. 334-433.
- PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
- PIMENTA, Alfredo – *A propósito do Paço dos Duques em Guimarães*. Porto: Ed. do Arquivo Municipal, 1942.
- PIMENTEL, Jorge Cunha – “Uma Escola Chamada Salazar?” in *Januário Godinho – Leituras do Movimento Moderno*. CARDOSO, Alexandra; SALES, Fátima; PIMENTEL, Jorge Cunha (eds.). Porto: CEEA, 2012.
- PIMENTEL, Jorge Cunha - *Rogério de Azevedo e o Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães. Estudo e projecto de restauro*. Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo / ESAP, 2004, col. Edições Caseiras/6.
- PINA, Luiz de – *O Castelo de Guimarães*. Gaia: Edições Pátria, 1933.
- PINA, Paulo – *Portugal, o Turismo no Século XX*. Lisboa: Lucidus Publicações, 1988.
- PINTO, Miguel Moreira – “João Andersen (1920-1967). Tempo e Projecto” in *Januário Godinho – Leituras do Movimento Moderno*. CARDOSO, Alexandra; SALES, Fátima; PIMENTEL, Jorge Cunha (eds.). Porto: CEEA, 2012.
- PIRES, Ema Cláudia – *O Baile do Turismo. Turismo e propaganda no Estado Novo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2003.

- PIRES, Maria do Carmo Marques – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de Habitar*. Porto: FAUP publicações, 2000.
- PONTE (A) e a Avenida. *Contradições urbanísticas no Centro Histórico do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto/Departamento de Arquivos, 2001.
- PORTAS, Nuno – “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação” in ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*, vol. II. Lisboa: Arcádia, 1986.
- PORTELA, Artur – *Salazarismo e Artes Plásticas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.
- PORTO (O) nos Centenários. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1941.
- PORTO 1901/2001. *Guia de arquitectura moderna*. Porto: Ordem dos Arquitectos /Livraria Civilização Editora, 2001.
- PORTO a Património Mundial, *Processo de candidatura da Cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade – 1993*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993.
- POUSADAS do Secretariado Nacional da Informação, *Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: Edições SNI, 1948.
- QUADROS, António – “A Arquitectura Românica e a Alma Portuguesa”, *Panorama*, n.º 13, 4ª série, 1963, pp. 7-10.
- QUEIROZ, Carlos – *Paysages du Portugal*. Fotografias de Mário Novaes. Lisboa: Edições SNI, s/data.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994.
- RAMOS, Rui Jorge Garcia – “A formulação da descontinuidade na crítica de arquitectura contemporânea ou a transitoriedade da tradição” in *Apropriações do Movimento Moderno*. Porto: CEAA, 2012
- RAMOS, Rui Jorge Garcia; SILVA, Sérgio Dias – “João Andersen: a casa do pós-guerra e o debate arquitectónico nos anos de 1950” in *Januário Godinho – Leituras do Movimento Moderno*. CARDOSO, Alexandra; SALES, Fátima; PIMENTEL, Jorge Cunha (eds.). Porto: CEAA, 2012, pp. 121-145.
- RAUL Lino 1879-1974. Lisboa: Editorial Blau, 2003.
- RAUL Lino. *Exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.
- REAL, Manuel Luís – “A construção medieval no sítio da Sé”, *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, Março de 2001, pp. 8-19.

- REAL, Manuel Luís – “O Românico Condal em S. Pedro de Rates e as Transformações Beneditinas do Século XII”, *Póvoa do Varzim, Boletim Cultural*, Vol. XXI, n.º 1, 1982, pp. 5-64.
- REAL, Manuel Luís; GOMES, Paulo Dórdio; TEIXEIRA, Ricardo Jorge – “Casa do Infante. Uma história a refazer”, *Oceanos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n.º 12, Novembro de 1992, pp. 17-22.
- REAL, Manuel Luís; GOMES, Paulo Dórdio; TEIXEIRA, Ricardo Jorge; MELO, Maria do Rosário – “A tradicional Casa do Infante” in *Henrique, o Navegador*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1994, pp. 135-196.
- RESTAURACIÓN Arquitectónica*, 2 vols.. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1992.
- RIBEIRO, Ana Isabel de Melo – *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa, 1863-1953*. Porto: FAUP publicações, 2002. Edição revista de *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa, 1863-1953*. Dissertação de Mestrado. Univ. Nova de Lisboa, 1993 [texto policopiado].
- RIBEIRO; Irene – *Raul Lino, Pensador Nacionalista da Arquitectura*. Porto: FAUP Publicações, 1994.
- RIEGL; Alois – *Le culte moderne des monuments. Son essence et as genèse*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.
- RODOLFO, João de Sousa – *Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002.
- RODRÍGUEZ LLERA, Ramón – *Breve História da Arquitectura*. Lisboa: Editorial Estampa, 2006.
- RODRÍGUEZ LLERA, Ramón – *Paisajes Arquitectónicos*. Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2009.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – “A consagração do Monumento Histórico em Portugal no século XIX: a palavra e a imagem”, in *As Belas-Artes do Romantismo em Portugal*. Instituto Português de Museus, 1999, pp. 88-93.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, 2 vols.. Dissertação de Doutoramento. FLUP, 1995.

- RUSKIN, John – *The seven lamps of architecture* (1880). New York: Dover Publications, 1989.
- SALES, Fátima – “Januário Godinho e os paradigmas da modernidade. Uma perspectiva crítica” in CARDOSO, Alexandra; SALES, Fátima; PIMENTEL, Jorge Cunha (eds.) – *Januário Godinho – Leituras do Movimento Moderno*. Porto: CEEA, 2012, pp. 15-42.
- SALES, Fátima – “Regionalismo versus Internacionalismo, uma reformulação da sua relação”, *Vinte e Um por Vinte e Um*, n.º 2, pp. 46-53, Porto: ESAP, 2006.
- SALES, Fátima – *Januário Godinho: Arquitectura, Paisagem e Cultura Urbana. Aspectos a reavaliar*. Porto: CESAP/ESAP – Centro de Estudos Arnaldo Araújo, 2005.
- SALES, Maria de Fátima – *Januário Godinho na Arquitectura Portuguesa (1910-1990), ou a outra face da modernidade*, 2 vols.. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Universidad de Valladolid, 2000.
- SANTOS, Luís Reis – *Monuments du Portugal*. Lisboa: Edições SNI, 1940.
- SARAIVA, Luís Miguel Silva – *Os tipos de habitação do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado, Univ. Lusíada de Lisboa, 1998.
- SARMENTO, Inês (coord.) – *Marques da Silva em Barcelos*. Porto: Instituto Arquitecto José Marques da Silva, 2005
- SARMENTO, Inês; NEVES, António Amaro das (coords.) – *José Marques da Silva em Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, 2006
- SEQUEIRA, G. Matos – *Mundo Português. Imagens de uma Exposição Histórica, 1940*. Lisboa: Edições SNI, 1956.
- SERRÃO, Vítor – *História da Arte em Portugal, vol. 3 – O Renascimento e o Maneirismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.
- SILVA, Henrique Gomes da – “Edifícios e Monumentos Nacionais” in *15 ANOS de Obras Públicas, 1932-1947. Livro de ouro*, vol. I. Lisboa: Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1948, pp. 53-57.
- SILVA, Henrique Gomes da – “Monumentos Nacionais. Orientações técnicas a seguir no seu restauro” in *I Congresso da União Nacional*, vol. IV. Lisboa: Edição da União Nacional, 1935, pp. 55-64. Reeditado in *Igreja de Leça do Bailio. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 1, Setembro de 1935, pp. 5-20.

- SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 2ª edição, 2002 (1ª edição, 1995).
- SILVA, Luís Cristino da – “O Regionalismo e a Arquitectura”, *Arquitectura*, n.º 5, Maio de 1927.
- SOUSA, Alexandra Lage Dixo de – *Casa do Infante / Intervenções*. Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
- TAVARES, André – *Arquitectura Antituberculose. Trocas e tráficos na construção terapêutica entre Portugal e Suíça*. Porto: FAUP Publicações, 2005.
- TAVARES, André – *Duas obras de Januário Godinho*. Porto: Dafne Editora, 2012.
- TAVARES, André – *Em granito. A arquitectura de Marques da Silva em Guimarães / Build it in stone. The architecture of Marques da Silva in Guimarães*. Porto: Fundação Marques da Silva, 2010.
- TAVARES, Emília – *A fotografia ideológica de João Martins (1898-1972)*. Porto: Mimesis, 2002.
- TAVARES, Rui – “A Alfândega Nova do Porto: Projectos e Realidades”, in *ALFÂNDEGA Nova. O Sítio e o Signo*, Porto: Museu dos Transportes e Comunicações, 1995, pp. 11-69.
- TÁVORA, Fernando – “O Porto e a Arquitectura Moderna”, *Panorama*, nº4, 2ª Série, Outubro de 1952.
- TELMO, Cottinelli – “Um Grande Homem de Acção”, *Panorama*, n.º 19, ano 3, 1944.
- TOMÉ, Miguel Jorge Biscaia Ferreira – *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP publicações, 2002. Edição revista de *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, 3 vols.. Dissertação de Mestrado, FLUP, 1998.
- TOSTÕES, Ana – “The survey as a knowledge process, the research as a critic tool” in CARDOSO, Alexandra; LEAL, Joana Cunha; MAIA, Maria Helena (eds.) – *Surveys on Vernacular Architecture. Their significance in 20th century architectural culture. Conference Proceedings*. Porto: CEAA, 2012, pp. 36-51

- TOSTÕES, Ana (coord.) – *Keil do Amaral no centenário do seu nascimento. Dois ensaios e o fac-simile de A Moderna Architectura Holandesa*. Lisboa: Argumentum e Ordem dos Architectos, 2010.
- TOSTÕES; Ana – *Os Verdes Anos na Architectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: FAUP Publicações, 1997.
- TOSTÕES; Ana (coord.) – *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa: IPPAR, 2004.
- TOUSSAINT, Michel Alves Pereira – *Da Architectura à Teoria e o universo da Teoria da Architectura em Portugal na primeira metade do século XX*. Dissertação de Doutoramento em Teoria de Architectura, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Architectura, 2009.
- TREVISAN, Alexandra da Silveira Pacheco – *A Architectura Artes Déco no Porto*, 2 vols.. Dissertação de Mestrado. FLUP, 1996.
- TREVISAN, Alexandra; GONZÁLEZ Cubero, Josefina; ALMEIDA, Pedro Vieira de (eds.) – *Ler Le Corbusier*. Porto: CEAA, 2012.
- TREVISAN, Alexandra; PIMENTEL, Jorge Cunha – “Persistências e Apropriações no espaço urbano e arquitectura do Porto na década de 40” in *Apropriações do Movimento Moderno / Apropriaciones del Movimiento Moderno. Encontros do CEAA/7. Livro de Actas*. Porto: CEAA, 2012, pp. 349-361.
- TREVISAN, Alexandra; VIRTUDES, Ana Lúcia; Villalobos, Daniel; SALES, Fátima; GONZÁLEZ Cubero; CASTRILLO Romón, Maria – *Apropriações do Movimento Moderno*. Porto: CEAA, 2012.
- VASCONCELOS, Joaquim de – *Arte Românica em Portugal*. Com reproduções seleccionadas e executadas por Marques Abreu. Porto: Marques Abreu, 1918. Edição fac-similada com Nota Introdutória de Artur Nobre de Gusmão. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- VILLALOBOS, Daniel – “El Humanismo Metafísico de Le Corbusier” in *Ler Le Corbusier* Alexandra Trevisan, Josefina Gonzáles Cubero e Pedro Vieira de Almeida, Editores. Porto: CEAA, 2012.
- VILLALOBOS, Daniel; PÉREZ, Sara (eds.) – *21 Edifícios de Architectura Moderna en Oporto*. Valladolid: Departamento de Teoria de la Architectura y Proyectos Arquitectónicos, Escuela Técnica Superior de Architectura

(Universidad de Valladolid) / Asociación Cultural “Domus Pucelae” /
CEAA-Escola Superior Artística do Porto, 2010.

VITORINO, Pedro – *A Absíde de Castro de Avelãs*. Porto: Empresa Industrial
Gráfica do Pôrto, Lda, 1928.

JORNAIS E REVISTAS

Arquitectura (A) Portuguesa (1929-1944).

Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificações Reunidas (1937-1944).

Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto (1957-1968)

Cerâmica e Edificação (1933)

Comércio (O) do Porto (1929-1933)

Diário de Notícias (1929-1933)

Ilustração Moderna (1929-1932)

Jornal de Notícias (1929-1933)

Leituras (2003)

Monumentos (1994-2002)

Notícias (O) Ilustrado. 2ª Série

Panorama (1941-1956)

Revista dos Centenários (1939-1940)

Tripeiro (O) (1947 e 1969)

RESUMO

INTRODUCCIÓN

El tema y objetivos de este trabajo han tenido como punto de partida para su definición una frase escrita por Pedro Vieira de Almeida en su historia de la arquitectura moderna en Portugal, publicada en 1986, donde señalaba que Rogério de Azevedo había realizado un número significativo de proyectos en un período relativamente corto de tiempo en el que, tal como en las obras de muchos de los arquitectos de su generación, “es particularmente sensible a la diversidad de formas y a una sorprendente versatilidad de lenguajes, el caso de Rogério de Azevedo llega a ser sorprendente”⁶⁹⁰.

Ahora bien, lo que para Pedro Vieira de Almeida era motivo de sorpresa tenía una clara justificación, de connotaciones negativas, para Nuno Portas. En su texto sobre la evolución de la arquitectura moderna en Portugal, de 1986, ‘acusaba’ a Rogério de Azevedo de haber agotado, aparentemente, su capacidad creativa con el proyecto de las Oficinas del Diario *El comercio de Oporto (O Comércio do Porto)*, equiparando como un problema crítico difícil de explicar el “milagro” de esa “obra portentosa, que Mendelsohn tal vez no despreciase“, llegando a continuación el arquitecto “a ‘sentir remordimientos por el olvido al que estaba consagrada la tradición” y, después de viajar por la provincia, a proyectar “algunas de las primeras Posadas del SNI y propuestas para las escuelas de los Centenarios...”⁶⁹¹.

Un año más tarde, en el mismo sentido y siguiendo los pasos de Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira consideraba que Rogério de Azevedo, que había destacado a través de obras en una línea de clara modernidad, fue también capaz de una espontánea actitud de colaboración y adhesión a la arquitectura pretendida por el poder, “siendo autocrítico en relación a obras anteriores”⁶⁹².

⁶⁹⁰ Traducido de: Pedro Vieira de ALMEIDA; Maria Helena MAIA – “O «arrabalde» do céu” en *História da Arte em Portugal, Vol. 14 – A Arquitectura Moderna*. Dirección de Pedro Vieira de ALMEIDA y José Manuel FERNANDES. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 121.

⁶⁹¹ Traducido de: Nuno PORTAS – “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação”, en Bruno ZEVI – *História da Arquitectura Moderna*, vol. II. Lisboa: Arcádia, 1986, p. 713.

⁶⁹² Traducido de: Nuno Teotónio PEREIRA; José Manuel FERNANDES (colab.) – “A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959” en *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*, Vol. II. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987, p. 326.

La misma idea anatematizadora es reafirmada en otras palabras por autores como Sérgio Fernandez⁶⁹³ o José Manuel Fernandes⁶⁹⁴ en sus publicaciones, y en el mismo sentido tratada o incluso repetida por otros, años más tarde, como José Fernando Gonçalves⁶⁹⁵ o João de Sousa Rodolfo⁶⁹⁶ cuando escribe sobre Luís Cristino da Silva, otro arquitecto de la generación de Rogério de Azevedo y que tiene, por parte de Nuno Portas, derecho a un tratamiento prácticamente idéntico.

En realidad, la afirmación de Pedro Vieira de Almeida constata algo que es transversal a la generación de arquitectos nacidos en los años 90 del siglo XIX, tanto por la formación que recibieron, como por los escasos contactos con las vanguardias internacionales a las que accedieron, o por las oportunidades que se les presentaron de realizar obra, entre encargos privados y obra pública. Si bien la diversidad de formas en la obra de Rogério de Azevedo de algún modo lo destaca, ya el arquitecto Januário Godinho, su alumno y colaborador en diferentes ocasiones, era categórico en 1988 al afirmar, según Fernando Lisboa, que esa diversidad “era señal de talento”⁶⁹⁷, seguro de las capacidades instrumentales y como constructor de Rogério de Azevedo, más que, según Teresa Fonseca, “en el ejercicio gráfico de proyecto, en el que era directo, inmediato (...) y favorecido por un talento innato”⁶⁹⁸.

El comentario de Nuno Portas es fruto de un *impulso*, que elude y baraja tiempos y hechos, acorralando a Rogério de Azevedo al crear falsamente la impresión de una separación y, en consecuencia, de un corte con su pasado –

⁶⁹³ Sérgio FERNANDEZ – *Percurso. Arquitectura portuguesa 1930-1974*. Porto: FAUP, 1988.

⁶⁹⁴ José Manuel FERNANDES – *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003 e *Arquitectura Modernista em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2005 (2ª edición).

⁶⁹⁵ José Fernandes GONÇALVES – *Ser ou não ser Moderno. Considerações sobre a Arquitectura Modernista Portuguesa*. Coimbra: Departamento de Arquitectura, Facultad de Ciencias y Tecnología de la Universidad de Coimbra, 2002.

⁶⁹⁶ João de Sousa RODOLFO – *Luís Cristino da Silva e a arquitectura moderna em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002.

⁶⁹⁷ Traducido de: Fernando LISBOA (*Arquitecturas do Porto, uma análise historiográfica*. Porto: Facultad de Arquitectura de la Universidad de Oporto, Informe de Prácticas, 1989, p. 39) citado por André TAVARES – *Dois obras de Januário Godinho*. Porto: Dafne Editora, 2012, p. 47.

⁶⁹⁸ Traducido de: Teresa FONSECA – “Rogério de Azevedo 1898-1983” en *Desenhos de Arquitectura. Património da Escola Superior de Belas Artes do Porto e da Faculdade de arquitectura da Universidade do Porto*. Porto: Universidad de Oporto, 1987, pp. 54-55.

un pasado diferente del que fue realmente vivido por él – y simultáneamente, un corte con la generación siguiente de arquitectos modernos, aquella que comienza a trabajar en los años 30 del siglo pasado. Por otra parte, según Fátima Sales, Januário Godinho representa el ejemplo contrario⁶⁹⁹, por la conciliación de valores y prácticas de construcción tradicionales con un sentido moderno, dejando claro, para André Tavares, una “linealidad en la transmisión generacional de ciertas prácticas de proyecto, no sólo en los registros de diseño sino también en los modos de concepción de la arquitectura”⁷⁰⁰. Dos generaciones de arquitectos modernos que, en opinión de Nuno Portas, entre 1925 y 1935, en un período de entreguerras, afirman “el único momento en que se refleja en este país, y casi sin demora, un movimiento de vanguardia internacional, entendido en algunas de sus motivaciones profundas y no sólo epidémicas o de moda”⁷⁰¹.

Tanto Pedro Vieira de Almeida como Nuno Portas prácticamente reducen en sus análisis la obra de Rogério de Azevedo a dos momentos: el final de los años 20 y el inicio de la década de los años 30 con los edificios de *O Comércio do Porto* (sede y oficinas), salientando sus diferencias como si se tratase de trabajos realizados simultáneamente y sujetos a idénticas restricciones en su ejecución, especialmente municipales, y el inicio de los años 40 con las Escuelas-tipo de los Centenarios y las Posadas del SNI, equivocándose aquí en las fechas así como también en la autoría de las primeras. Ambos dejaron bien claro que desconocían gran parte de la obra de Rogério de Azevedo, limitados como estaban en su juicio a prácticamente una sola obra, destacada por mérito, y al conjunto de obras públicas realizado con las Escuelas-tipo, en su expresión final y más pobre, incluso agotada, o a las Posadas del SNI, por lo que su programa regionalista y su concreción implican. Sólo Pedro Vieira de Almeida

⁶⁹⁹ Véase a este respecto Fátima SALES – *Januário Godinho na Arquitectura Portuguesa (1910-1990), ou a outra face da modernidade*, 2 vols. Tesis Doctoral en Arquitectura, Universidad de Valladolid, 2000.

⁷⁰⁰ Traducido de: André TAVARES – *Duas obras de Januário Godinho*. Porto: Dafne Editora, 2012, p. 35.

⁷⁰¹ Traducido de: Nuno PORTAS – “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação”, in Bruno ZEVI – *História da Arquitectura Moderna*, vol. II. Lisboa: Arcádia, 1986, p. 708.

reconocía la necesidad de un estudio más detallado y potencialmente esclarecedor de toda la obra del arquitecto.

En el proyecto de Investigación *La arquitectura art déco en Oporto (A Arquitectura Artes Déco no Porto*⁷⁰²) Alexandra Trevisan estudia una parte significativa de la obra de carácter privado que Rogério de Azevedo realiza mayoritariamente en la ciudad de Oporto, en los contextos específicos de su ejecución en un marco más amplio de demarcación de la época, sus influencias y referencias, los lenguajes y sus evoluciones conceptuales y formales y los modos en que se expresaron.

Otros estudios más o menos parciales, temáticos (como el de Filomena Beja o los trabajos académicos de Maria João Baptista Neto, Miguel Tomé y Susana Lobo) o de ámbito más general, habitualmente de escasa investigación documental, o referencias esporádicas y pequeñas notas y comentarios establecidos de forma genérica y apresurada, irán surgiendo en libros, catálogos y otras publicaciones sobre el tema.

Estaba por hacer el trabajo de investigación relativo a la obra pública de Rogério de Azevedo en su conjunto, una obra tan vasta como la de orden privado y realizada con ella de forma paralela y simultánea desde el inicio. Un estudio no sólo basado en imágenes y mucho menos en un conocimiento empírico o replicado sino que tiene en la investigación documental su base. Una investigación fundamental que continuaba sin ser realizada, con el objetivo de conocer los servicios e instituciones en el ámbito de los cuales las obras fueron ejecutadas, los momentos históricos, los principios y valores que regían el trabajo de esos organismos y sus protagonistas, los procesos de las obras y sus interventores, contribuyendo a esclarecer cuestiones todavía hoy suscitadas por la observación realizada en 1986 por Pedro Vieira de Almeida sobre la diversidad de formas que la obra de Rogério de Azevedo en su conjunto revela y que, pasados tantos años, mantiene su pertinencia.

Los límites de estudio temporales de este trabajo de investigación se establecieron naturalmente a partir del conjunto de la obra de Rogério de Azevedo y del análisis de los procesos documentales: 1928 (proyecto del antiguo

⁷⁰² Traducido de: Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, Proyecto de investigación, FLUP, 1996.

edificio de la Facultad de Medicina de Oporto, primera obra pública del estudio de Rogério de Azevedo y Baltazar de Castro) y 1948 (año de inauguración de la Posada de São Lourenço, Manteigas, Serra da Estrela, última obra pública proyectada por Rogério de Azevedo que fue concluida, construida por la Dirección General de los Edificios y Monumentos Nacionales, en este caso en un trabajo con la colaboración de Januário Godinho).

Un intervalo temporal de veinte años que nos hemos propuesto conocer a través de las fuentes documentales escritas y gráficas a las que hemos recurrido, especialmente de la ya extinta Dirección General de los Edificios y Monumentos Nacionales (DGEMN), hoy integrada en parte en el Instituto de la Habitación y de la Rehabilitación Urbana (IHRU), procurando tener rigor en su registro y en su análisis. Veinte años de una obra hecha de instalaciones e intervenciones de restauración, propagadas por todo el norte y parte del centro del país, hasta 1936 simultáneamente con la obra de carácter privado en la ciudad de Oporto, pero también en Póvoa de Varzim y en Viana do Castelo, y que después continúa concretándose hasta 1948 esencialmente a partir de la DGEMN, pero también en relación con el Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) / Secretariado Nacional de Información, Cultura Popular y Turismo (SNI), y donde eclecticismo, modernismo, historicismo y tradición se encuentran al mismo tiempo y en los mismos modos de concepción de la arquitectura.

El objetivo inicial fue conocer las fechas de los proyectos, la historia de sus realizaciones, sus programas, sus participantes y responsables. Para esto hemos tenido que recurrir a la investigación de procesos administrativos, procesos de obras, procesos fotográficos y diseños, libros de licencia de obras y actas municipales existentes y accesibles para la consulta, de manera que hemos sentado las bases de nuestro análisis en datos verosímiles.

Estos procesos permitieron fechar rigurosamente los proyectos, conocer a sus autores y atribuir responsabilidades en relación a sus programas, orientaciones y vicisitudes en su concreción.

Partiendo del análisis de las fuentes ya referidas y complementando la información con el análisis de registros publicados en prensa, nuestro objeto de estudio se centró, junto con intervenciones urbanísticas y proyectos para los más diversos tipos de instalaciones, en tres grandes núcleos de obras públicas y respectivas líneas programáticas que destacan en la obra de Rogério de

Azevedo y determinan la estructura del trabajo realizado: las Escuelas Primarias (incluyendo numerosos proyectos además de los de las Escuelas-tipo regionalizadas), las Posadas del SNI y sus antecedentes y los estudios e intervenciones en el patrimonio histórico edificado.

Las Escuelas Primarias en general y las Posadas del SNI y sus antecedentes, tienen en común el carácter regionalista de sus programas, por lo que son estudiadas en una segunda parte del trabajo sobre la deriva regionalista de la arquitectura tanto en la obra de Rogério de Azevedo como en el contexto de la época de las obras públicas en general.

En cuanto a los estudios, intervenciones y actos de gestión del patrimonio histórico edificado realizados entre 1936 y 1940, años en los que Rogério de Azevedo trabajó en la DGEMN, tanto por los antecedentes en la práctica de restauración del patrimonio arquitectónico, como por el contexto institucional de su realización, o por su especificidad de principios y valores, son analizados en la tercera parte del estudio, dedicada a esa temática. Tres casos paradigmáticos son examinados en esta parte del trabajo porque destacan entre las obras de intervención general en el patrimonio en la época, caracterizan tres formas diferentes de abordar la intervención y, al mismo tiempo, son las tres obras en las que Rogério de Azevedo tuvo un papel activo efectivo como autor de los proyectos, así como responsabilidad en la conducción de los mismos mientras trabajó en la DGEMN.

La segunda y tercera parte del trabajo están naturalmente precedidas por una primera parte en la que el autor Rogério de Azevedo, el hombre y el arquitecto que marcó de forma imborrable Oporto con una fuerte presencia en el centro de la ciudad, es objeto de conocimiento y de análisis de su vida y obra en general, así como de las múltiples facetas e intereses en los que se desdobló.

Sin haber agotado otras vertientes de investigación susceptibles de ser realizadas a partir del análisis de los procesos, fue posible a través de ellos comprender el peso del Ministerio de Obras Públicas y sus miembros, de la DGEMN, de sus dirigentes y de su estructura burocrática en la elaboración de los programas para los proyectos, en la orientación y administración de las obras, del espacio del autor y de la autonomía que era dada a los arquitectos que trabajaban con ellos, bien como elementos de sus cuadrillas o bien como

externos contratados, y de las relaciones de poder que se establecían con los ayuntamientos.

La voluntad de conocer la vida y obra de Rogério de Azevedo, y en particular la obra pública en toda su diversidad, nos llevó a comprender y precisar, a medida que hemos ido desarrollando el trabajo, algunas de las relaciones que se establecieron entre la arquitectura producida y otros factores que en ella se reflejaron, especialmente las directivas institucionales, los contextos locales que la rodearon o el propio recorrido y experiencia profesional del autor.

Tanto los planos diseñados, una contribución importante para el diseño de arquitectura que entonces se practicaba y para la comprensión de la expresión gráfica de Rogério de Azevedo en particular, como las fotografías, fueron esenciales para la aproximación realizada a las obras, por lo que se encuentran incluidas en el trabajo como complemento al texto.

En anexo, por su importancia documental, se presentan íntegramente dos documentos relacionados con la deriva regionalista y la ausencia de unanimidad acerca de los programas y de las soluciones dentro de la DGEMN.

ROGÉRIO DE AZEVEDO

NOTAS BIOGRÁFICAS

Rogério dos Santos Azevedo nace en Oporto, en la parroquia de Cedofeita, el 25 de junio de 1898, en una familia de origen trasmontana de Santa Marta de Penaguião.

En 1912 ingresa en el curso de arquitectura en la antigua Academia de Bellas Artes de Oporto, concluyendo los estudios en 1917 e iniciándose en el ejercicio de la profesión en el estudio del arquitecto Marques da Silva (1869-1947), su profesor de Arquitectura Civil y maestro, de quien recibe una fuerte formación *Beaux-Arts*.

Al contrario que muchos de sus colegas, no viaja para estudiar en Francia ni se le conocen viajes al extranjero antes de 1939.

En 1920 es uno de los fundadores de la Sociedade de los Arquitectos del Norte y, con la reforma curricular de la enseñanza artística, vuelve a la Escuela de Bellas Artes, matriculándose en el curso especial de nueva organización, que concluye en 1922.

Terminando su colaboración con el arquitecto Marques da Silva, Rogério de Azevedo monta en 1926 su primer estudio en asociación con el arquitecto Baltazar de Castro, con quien firma muchos de los proyectos de sus primeros años de actividad. Considerando las funciones públicas que desempeñaba en los Monumentos Nacionales en el Norte desde 1927, en mi opinión Baltazar de Castro sólo aportaba su nombre y canalizaba trabajos para el estudio.

Inician la actividad del estudio con algunas obras de gran envergadura y responsabilidad. Encargos como el de la Facultad de Medicina de Oporto (1925), siendo entonces Ministro de Instrucción Pública D. Alfredo de Magalhães, los proyectos para los edificios del periódico, oficinas y guardería de *O Comércio do Porto* (1928-32) y las Escuelas Dr. Alfredo de Magalhães (1927-1933) son reveladoras del círculo de clientela particular y oficial, de la red de contactos en que se movían y de una gran capacidad de diálogo y conciliación con el cliente. Paralelamente, demuestran flexibilidad con los condicionantes eventuales de los lugares y en la resolución de los programas, llevando la obra del estudio a oscilar entre lo neoclásico, el modernismo, en el que se incluye el *art déco*, y un cierto regionalismo o provincianismo más conservador, transitando con facilidad por los diversos estilos que el cliente solicita, una diversidad que marcó la producción arquitectónica en Oporto entre 1925 y 1935, en gran parte fruto de la formación que tuvieron los arquitectos nacidos en la última década del siglo XIX.

En 1930 cambia el estudio para el edificio situado en el cruce de las calles de Santa Catarina y Firmeza, donde colabora el arquitecto Januário Godinho como alumno en prácticas hasta 1933, año en el que éste abre su propio estudio. Durante la década de los años treinta Rogério de Azevedo realiza algunos proyectos contando con su cooperación. Viana de Lima, Arménio Losa, Cassiano Barbosa son otros de los arquitectos que también pasan por el estudio de Rogério de Azevedo.

En 1931, en un momento en el que destaca en Oporto cierto ambiente de tertulia contrario a la enseñanza y las prácticas artísticas clásicas y donde se

exaltan Picasso, Calder, Corbusier y Frank Lloyd Wright, Rogério de Azevedo participa en la *I Exposición de los Arquitectos en Oporto*, evento organizado por la Sociedad de los Arquitectos del Norte en el Palacio de la Bolsa, réplica portuense de la *Exposición de los Independientes*. La exposición tuvo como lema “La arquitectura en Portugal debe ser sólo para los arquitectos portugueses”. Esta cuestión es anterior a la exposición y se relaciona con el proyecto de ley del reglamento para el ejercicio de la profesión de arquitecto, fechado en 1930 y procedente de la Delegación del Norte.

Ya en 1934, siendo entonces Alcalde-Presidente del Ayuntamiento de Oporto D. Alfredo de Magalhães, Rogério de Azevedo es nombrado vocal del Consejo de Estética y Urbanización de la ciudad. En este órgano, compuesto por un presidente y dos vocales, permanecerá hasta febrero de 1938, siendo de su competencia emitir dictámenes sobre las solicitudes de licitación de obras. Es en el ejercicio de esas competencias cuando Rogério de Azevedo, al mismo tiempo que Manuel Marques, el otro vocal, desarrolla una acción muy concreta y de carácter pedagógico, argumentando sus opiniones tanto desde un punto de vista estético como constructivo, y defendiendo procesos de construcción más modernos y coherentes con el desarrollo arquitectónico europeo, lo que contribuirá al tránsito desde una arquitectura en la que los aspectos decorativos son fundamentales, de la que los edificios de la Avenida dos Combatentes da Grande Guerra son ejemplo, hacia otra, presente en la Avenida del Mariscal Gomes da Costa, donde el despojamiento decorativo y el diálogo con el movimiento moderno traen consigo otra realidad arquitectónica.

Teniendo en cuenta que un buen número de arquitectos proyectó para las dos Avenidas, el cambio en el tipo de arquitectura practicada, que demuestra una aproximación a la arquitectura desarrollada por Auguste Perret, Tony Garnier y Rob Mallet-Stevens, podría ser resultado de la información que llegaba a través de los viajes realizados al extranjero por sus arquitectos, de las revistas especializadas que circulaban, pero también, y tal vez sobre todo, de la acción que Rogério de Azevedo y Manuel Marques desarrollaron en el Consejo de Estética y Urbanización.

En 1936 Rogério de Azevedo pide la dimisión de los cargos que ejerce en la Enseñanza Técnica desde 1925 e ingresa, por invitación de la DGEMN, en el marco de la Dirección de los Monumentos Nacionales. Permanece al frente de

la Primera Sección, en Oporto hasta 1940, año en el que sale para ocupar la plaza de Profesor interino de la octava asignatura – Diseño arquitectónico, construcción y salubridad de las edificaciones – del Curso de Arquitectura de la Escuela de Bellas Artes de Oporto, materia que había sido anteriormente impartida por el arquitecto Marques da Silva. De las restantes plazas vacantes la cuarta asignatura, Arquitectura, se entrega al arquitecto Carlos Ramos.

Siendo las materias de Arquitectura y Construcción los espacios privilegiados de formación del arquitecto, naturalmente son sensibles a las diferentes posturas asumidas por sus profesores, Carlos Ramos y Rogério de Azevedo. Efectivamente Carlos Ramos, de forma aislada, busca desde el principio implementar en su asignatura alteraciones de carácter pedagógico relacionadas con la cultura moderna, tanto en el método del proyecto, como en las metodologías de enseñanza o también en los objetivos de la asignatura y su funcionamiento y, a partir de 1952, ya como director de la Escuela, lucha por convertirla en centro de irradiación artística y procura revalorizar las múltiples facetas de formación del arquitecto como artista y técnico en unos estudios todavía fuertemente vinculados a la enseñanza *Beaux-Arts*. Por su parte, Rogério de Azevedo pretende en su asignatura que los estudiantes comprendan la relación entre las partes y el todo, los sistemas de proporciones y de escala e, incluso, la racionalidad de lo clásico. Esencialmente, sigue la práctica metodológica de su maestro Marques da Silva, que mantiene hasta 1967, convencido de la validez de la enseñanza de lo antiguo como fundamento de la teoría y de la construcción, así como de la importancia del aprendizaje de las leyes ideales en los primeros años de formación para después poder interpretar libremente, constituyendo de esta forma un vínculo con la enseñanza *Beaux-Arts*.

Rogério de Azevedo es, no obstante, uno de los pocos de su generación que produce una obra teórica sobre arquitectura, siendo también el primer arquitecto en citar a Le Corbusier. Lo hará en su conferencia *La arquitectura en el Plano Social*, proferida el 18 de Maio de 1934. En ella se refiere explícitamente al texto *Análisis de los elementos fundamentales del problema de la vivienda mínima* (*Analyse des éléments fondamentaux du problème de la Maison Minime*), publicado por primera vez, en francés, en una revista alemana de 1930 y, finalmente en 1935, publicado en *La ciudad radiante* (*La Ville Radieuse*).

Entendiendo el *gusto* como una noción íntimamente ligada a la comprensión de la arquitectura como arte que instruye, Rogério de Azevedo distingue en ella, en el plano social, dos grandes grupos: la arquitectura monumental (los edificios de carácter público en general y los trazados de las ciudades) y la arquitectura doméstica (todos los problemas de la vivienda y sus anexos); revelando así una comprensión más amplia de la arquitectura que la que es asumida normalmente por sus colegas.

Al colocar la arquitectura en el plano social evoca el derecho de una vivienda digna para todos. Reivindicando una renovada atención a las cuestiones de higiene en la vivienda de una sociedad moderna, asocia a esta preocupación cuestiones de construcción. Y citando entonces a Le Corbusier, expone que la vivienda es un fenómeno biológico, por lo que los vacíos, los lugares y los espacios que ella comporta son limitados por una cobertura obedeciendo a un régimen estático. Es decir: debe buscarse el equilibrio dentro de las funciones demandadas a las diferentes piezas por las que está formado el todo de la casa y, en consecuencia, el arquitecto tiene que atender a la fisiología completa de la edificación.

Además de las cuestiones sobre el *gusto*, Rogério de Azevedo aborda también el *estilo*. Hace referencia a que si la arquitectura monumental define por su valor material una época del arte, la arquitectura doméstica no debe estar menos unida al tiempo en el que se vive. Como ninguno de los conceptos está desligado de la historia es necesario que la imitación oscura del pasado, esto es, la cristalización de la forma, no prolongue las épocas distorsionándolas, sustrayendo a la tradición el patrimonio de la inteligencia.

A partir de los años 50 Rogério de Azevedo se dedica a los estudios histórico-arqueológicos y antropológicos, teniendo en el *Boletín Cultural* editado por el Ayuntamiento de Oporto el lugar privilegiado para su publicación. El gusto por los estudios, la investigación y la escritura habrían surgido como consecuencia del trabajo realizado al frente de la Segunda Sección de la Dirección de los Monumentos Nacionales, Servicio de la DGEMN dirigido por Baltazar de Castro.

Desde muy pronto Rogério de Azevedo siguió las intervenciones en los monumentos nacionales desarrolladas por su amigo y colega de estudio Baltazar de Castro, junto con el grupo de intelectuales cuyo trabajo era divulgado por la

revista *Ilustración Moderna* (1926-1932) editada en Oporto; una plataforma de divulgación de las múltiples iniciativas desarrolladas a favor de los monumentos prerrománicos y románicos en el norte del país. Del grupo formaban parte, entre otros, D. Alfredo de Magalhães (entonces Ministro de Instrucción Pública, de 1926 a 1928, y Director de la Facultad de Medicina de Oporto, 1923-1928), el arquitecto Adães Bermudes (Director del Servicio de Monumentos Nacionales de la Dirección General de Bellas Artes, 1926-1929) y el ingeniero Gomes da Silva (Director General de la DGEMN desde su creación, 1929). Baltazar de Castro fue, desde el inicio, un miembro activo del grupo y una de las figuras principales de la restauración monumental en Portugal en la primera mitad del siglo XX, y uno de los principales reponsables de la línea de acción desarrollada por la DGEMN, tanto a nivel técnico como a nivel teórico.

Rogério de Azevedo tuvo una carrera intensa caracterizada por el rechazo de la modernidad como único paradigma en el que basar la búsqueda formal. Se mencionan, como ejemplos de obras que se caracterizaron por una clara modernidad, el edificio sede del diario *O Comércio do Porto* – proyectado en 1928 y 1930, que traduce un esfuerzo de modernización en relación al ecleticismo clasicista en el que se formó –, las oficinas del diario *O Comércio do Porto* – contiguas al edificio sede y con proyecto de 1930-1932, obra maestra del arquitecto y del Movimiento Moderno en la ciudad de Oporto, en la que se confronta tradición e innovación –, la guardería de *O Comércio do Porto* (de 1930) o el Edificio “Maurício Rialto” datado en 1941-1945, innovador tanto por su concepción en altura como por la relación que establecía entonces con el espacio público.

La obra de Rogério de Azevedo estuvo igualmente marcada por la investigación de un lenguaje regionalista para la arquitectura, del que son ejemplo los proyectos-tipo regionalizados para las escuelas primarias del centro y norte del país, la Escuela-Comedor Salazar, en Santa Comba Dão de 1938, las Posadas Regionales de Marão, Serém y Serra da Estrela – todas con proyectos de 1938-1939 – y el Hotel Infante de Sagres, de 1945, este último ya con las líneas de la arquitectura de estilo portugués suave claramente asumidas.

Entre la modernidad de la oficina de *O Comércio do Porto* y el lenguaje portugués suave del Hotel Infante de Sagres, Rogério de Azevedo desarrolló una carrera marcada sobre todo por los encargos privados en la ciudad de Oporto,

por obras públicas en toda la región norte del país y por proyectos realizados en el ámbito del Ministerio de Obras Públicas (MOP) y del SPN/SNI y ejecutados a través de la DGEMN, en donde la colaboración con otros arquitectos fue frecuente, conciliando deseo creativo y oficio, arte y política, clasicismo y modernismo, restauración e innovación, provincianismo e internacionalismo.

En la década de los años 40, ya autor de una obra con visibilidad pública como resultado de dos décadas de publicación continuada de artículos, proyectos y entrevistas en revistas especializadas y en diferentes diarios, Rogério de Azevedo sufre una enfermedad prolongada después de la cual intentará retomar el ritmo de trabajo que antes había tenido pero, sin embargo, una generación de arquitectos con nuevas ideas se había instalado ya, y éste no consigue acompañarla.

Dotado de un fuerte conocimiento profesional y regional, Rogério de Azevedo, tanto por el trabajo en su estudio como por la acción que desarrolló en el Consejo de Estética en el Ayuntamiento de Oporto, posibilitó la continuidad entre los pioneros del modernismo (la generación de los años 90) y las generaciones siguientes de arquitectos modernos. Él, que siempre entendió la profesión como un arte, concentra ahora su labor en la docencia y en los estudios histórico-arqueológicos y antropológicos.

Retirado en 1968, Rogério de Azevedo mantiene hasta el final una fuerte actividad como investigador con la publicación de numerosos trabajos, hasta que fallece el 24 de febrero de 1983.

ARQUITECTURAS PRIVADAS / PROYECTOS PÚBLICOS

En el artículo de homenaje que publica en 1969 en la revista *El tripeiro* (*O Tripeiro*), por el centenario del nacimiento del arquitecto Marques da Silva, y posiblemente refiriéndose también a sí mismo, Rogério de Azevedo escribe que era la originalidad de la creación aquello que Marques da Silva respetaba en todo, ya que para él el espíritu no tenía límites que lo coartasen, y la tradición no era estancamiento sino continuidad en la investigación para encontrar la vigencia de la renovación.

La voluntad de renovación, a la que Rogério de Azevedo hace referencia, está presente en su obra desde los primeros proyectos, en un proceso de

conciliación entre modernidad y tradición, en una libre interpretación del modernismo articulada en torno al lugar, a la arquitectura tradicional portuguesa y la historia.

Si es cierto que a partir de cierta momento del Estado Nuevo hubo por la parte institucional un condicionamiento nacional-regionalista, también es verdad que los propios programas, muchas veces justificados por necesidades de tipo práctico y económico, pudieron condicionar la expresión individual de los autores. Pero Rogério de Azevedo, por encima de cualquier condicionamiento, ya había asumido otras prioridades en su forma de pensar la arquitectura.

Es también cierto que, al contrario de lo que realiza en el resto de su obra, Rogério de Azevedo introduce en el proyecto de las oficinas del diario *O Comércio do Porto* una ruptura, semántica y sintáctica, y confirma su versatilidad como autor a la hora de manejar diversos códigos. El momento de ruptura queda patente en el modo en que desarrolla una concepción estructural del edificio como un todo, articulando los volúmenes exteriores y la organización del espacio de forma expresiva y singular en la fuerza del gesto, en una utilización hábil e innovadora del hormigón armado, pero también en el corte deliberado con el edificio contiguo también proyectado por él: el edificio sede del diario *O Comércio do Porto*.

Contemporáneo de los proyectos del edificio sede y de las oficinas del diario *O Comércio do Porto* es el proyecto para el edificio de Correos, Telégrafos y Teléfonos (CTT) de Viana do Castelo. En él encontramos parte del léxico formal utilizado en el tratamiento de los volúmenes de los edificios de *O Comércio do Porto*, pero en su aplicación hay una evidente preocupación por la monumentalidad.

La solución compositiva mediante el uso de la simetría en estos edificios se va desdibujando a medida que se afirma el tema de la horizontalidad en la obra de Rogério de Azevedo. Es algo que está presente desde el inicio de su trabajo en los proyectos que desarrolla para el interior norte del país y que es ya plenamente asumido en la Escuela-Comedor Salazar, de 1938, obra que precede a los proyectos de las Posadas Regionales. Pero la composición basada en la simetría no fue sólo utilizada en edificios en esquina; fue la opción dominante también para pequeñas instalaciones proyectadas al final de los años 20 y principios de la década de los años 30 en el norte del país, especialmente

en las Escuelas del Dr. Alfredo de Magalhães, en el distrito de Viana do Castelo, o en la Escuela-Comedor de Alijó, y que se mantiene en los grandes edificios de los años 40. Estas formas se contraponen a otros proyectos en los que la búsqueda va en sentido opuesto. Son ejemplo de esto numerosas escuelas que proyecta entre 1930 y 1935 o el Hotel Palacio en Póvoa de Varzim.

Siendo autor de una obra de referencia insoslayable en el modernismo en Portugal, Rogério de Azevedo trabajó durante más de una década para el MOP como arquitecto contratado/invitado sin ser nunca un arquitecto del régimen y mucho menos practicar una arquitectura comprometida con valores de representación del Estado, por lo menos no en la manera despectiva que encierra este enunciado.

Fue de los pocos arquitectos de su generación que escribió y reflexionó sobre el papel de la arquitectura y, al contrario que muchos de sus colegas, no colaboró o asumió firmemente cualquier papel en la arquitectura pretendido por el régimen. Rogério de Azevedo siguió un recorrido autónomo, donde lo clásico, lo tradicional y lo moderno se mezclan, sin sentirse nunca acorralado, renovándose continuamente en el reconocimiento de sus capacidades instrumentales y en su preparación como constructor, en un recorrido capaz de dar continuidad a una transmisión generacional de ciertas prácticas de diseño.

INFLUENCIAS Y APROPRIACIONES

Paralelamente a su formación *Beaux-Arts*, a la utilización de un lenguaje arquitectónico influenciado por el *art déco* y a las aproximaciones a la obra de algunos arquitectos franceses anteriormente mencionados, otras referencias y apropiaciones se hicieron sentir en la obra de Rogério de Azevedo.

Para sustituir un conjunto de construcciones industriales situadas junto al Campo 24 de Agosto, en una zona de futura expansión de la ciudad, Rogério de Azevedo solicita en 1941, al ayuntamiento, la concesión de licencias para el proyecto de un conjunto de viviendas económicas destinado a la clase media. En él revela la influencia y la apropiación de algunos aspectos de las propuestas realizadas por los arquitectos italianos Marcelo Piacentini y Giovanni Muzio para el centro de la ciudad de Oporto entre 1938 y 1940.

El conjunto ocupa toda la calle que se abre uniendo el Jardín de la Morêda al Campo 24 de Agosto, prolongando la Calle de la Firmeza. En el medio de esta nueva calle, una plaza de cincuenta metros en la que, tal como ocurre en algunos proyectos de Piacentini y de Muzio, las respectivas esquinas son cerradas y definidas por el movimiento de los edificios, subrayando la forma de la misma, algo que Rogério de Azevedo repetirá en el Anteproyecto de Urbanización de San Tirso, de 1944, donde es posible identificar edificios porticados que evocan una mezcla de academismo y de racionalismo a la manera de Muzio.

Todo el conjunto dibuja una nueva cuadrícula de calles ortogonales y nuevos bloques, en crecimiento hacia el norte, entre la calle y la avenida que delmitan. Criterios de monumentalidad parecen haber presidido la organización del todo. Jerarquizando las composiciones volumétricas, la posición de las torres y el ritmo simétrico y alternado de los balcones y las ventanas, crea una dinámica de acentuada verticalidad u horizontalidad en la expresión de los volúmenes y revela la búsqueda de un espacio que sujeta el conjunto volumétrico a una idea de plaza, calle y exteriores. Este modo de hacer tiene afinidades con las propuestas ya mencionadas de los arquitectos italianos y se hace eco de otro proyecto, el edificio “Maurício Rialto”, realizado el mismo año.

Tales propuestas y su influencia son el resultado de la construcción del puente D. Luís I, en 1886, que inicia un conflicto entre el Morro da Sé, lugar del conjunto monumental de la Catedral y del Palacio Episcopal, y la movilidad viaria norte-sur a través de la llamada Avenida da Ponte, llevando a una sucesión de estudios en la primera mitad del siglo XX para la reformulación de la zona central de Oporto.

Con los Planes Generales de Urbanización y Expansión para las ciudades declarados obligatorios en 1934, los ayuntamientos pasan a tener plenos poderes para asumir la transformación de su territorio a través de una política real de suelos.

Sin tener el Ayuntamiento de Oporto una organización apropiada para tal objetivo, decide contratar consultores externos. Primero al arquitecto y urbanista Marcelo Piacentini, cuya colaboración se extendió desde 1938 a 1940, realizando esencialmente estudios de la red viaria en el centro de la ciudad. Después al arquitecto Giovanni Muzio, quien va a centrar su atención en la red viaria y en la expansión urbana y el desarrollo industrial.

Pero también habían sido encargados, tanto a Piacentini como a Muzio, algunos estudios particulares, como las propuestas de unión de la Plaza de la Libertad al Puente D. Luís I, atribuyendo al espacio circundante a la catedral el papel de nudo distribuidor de accesos, el arreglo de la Plaza del Ayuntamiento o la propuesta para un edificio de Correos al este de la Igreja da Trindade, de un trazado mixto entre clásico y racionalista, con planta baja porticada y terminado en una elevada torre.

Las propuestas que realizan para el centro histórico pretenden liberar los monumentos, en particular la Catedral, de construcciones adyacentes consideradas menores, y crear una monumentalización de las nuevas vías, en favor de valores simbólicos. Muzio diseña una plaza monumental en el renovado Largo da Cividade, al norte del Terreiro da Sé y en el eje de la Avenida da Ponte, donde nuevos y grandiosos edificios públicos marcan y articulan nuevas “axialidades”, escenificando un nuevo orden. Estos estudios urbanos fueron importantes como modelos de arquitectura, clásica y monumental, a los que los arquitectos del Ayuntamiento o de la DGEMN tenían acceso, potenciando una vía de influencia.

Es en nombre de la higienización, de las nuevas accesibilidades y de la monumentalización de los edificios clave de la antigua ciudad, al final de los años 30 e inicio de los años 40 y a continuación de la restauración de la Catedral realizada por la DGEMN, cuando se procedió a un conjunto de demoliciones que tuvieron esos estudios como referencia, abriendo un terreno geometrizado y ‘limpio’ rodeando la Catedral y el Palacio Episcopal. En el ámbito del *Proyecto de Mejoras de la plaza de la Catedral*, Arménio Losa (arquitecto responsable por el Gabinete de Estudios del Plan de Urbanización de la Cámara Municipal) firma un proyecto que, al final de 1939, ratifica esos mismos propósitos. La convergencia de objetivos de la DGEMN, de los Servicios de Obras y Urbanismo del Ayuntamiento de Oporto y de las propuestas de Arménio Losa, es salientable.

Las demoliciones realizadas materializaron una parte del proyecto de Arménio Losa. No obstante, el trazado del terreno junto al Palacio Episcopal y la rampa frente a la Catedral, diseñados en el proyecto de Losa, aparecen en los mencionados estudios de 1940 y siguientes de Giovanni Muzio, dando continuación a las propuestas de igual sentido realizadas por Piacentini en 1939, en una convergencia tácita entre los dos esquemas.

Será en el medio de este proceso cuando Rogério de Azevedo firma el anteproyecto de la Torre Medieval, un edificio medieval descubierto en el área de los bloques demolidos y que fue reimplantado y reconstruido en 1941 como remate de la rampa en el eje de la fachada de la Catedral, acrecentando datos formales y alterando el plan volumétrico que Arménio Losa elaborara dos años antes.

Al mismo tiempo que los procesos de Terreiro da Sé y de la Torre Medieval, todavía en 1941, Rogério de Azevedo realiza para el lado sur de la Plaza D. João I el proyecto del edificio "Maurício Rialto". Innovador para la época por su concepción en altura y por la relación que establece al nivel de la calle con el espacio público, presenta un área comercial parcialmente cubierta por una amplia estructura porticada. Con diez pisos, siendo dos de ellos el sótano y la planta baja, el edificio presenta ocho plantas, las tres primeras destinadas a oficinas y las cinco restantes a viviendas.

En proyecto conoce dos versiones. La primera es diseñada con tres cuerpos y terrazas cubiertas, destacando el cuerpo central sobre los laterales. Rogério de Azevedo busca dar un carácter diferenciado tanto a la fachada de los tres pisos de oficinas como a los dos pisos de vivienda. Propone balcones cerrados para las esquinas laterales y frontales al nivel de los cuatro últimos pisos de vivienda, proyectándolos frontalmente como volúmenes cilíndricos y, simultáneamente, imita la expresión de las fachadas de los pisos de oficinas. Tales opciones compositivas no pueden dejar de remitirnos, por analogía, a la obra de Eric Mendelsohn, en particular los Almacenes Rudolf Petersdorff, (Breslavia, 1927-1928).

Una segunda versión es presentada como complemento a la primera en 1941. Manteniendo como lenguaje el cruce de elementos clásicos con elementos modernos, el edificio presenta una jerarquía de los volúmenes en una composición simétrica. El ritmo de las ventanas y balcones acentúa la verticalidad en el cuerpo central y la horizontalidad en los cuerpos laterales. A los volúmenes curvos *Mendelsohnianos* Rogério de Azevedo contrapone un ritmo vertical de balcones abiertos en las esquinas del cuerpo central al nivel de los cinco pisos de viviendas.

Éstas son también soluciones de diseño de las fachadas que Rogério de Azevedo aplica en el anteriormente citado conjunto de viviendas económicas

junto al Campo 24 de Agosto, una suma de referencias aprendidas que remiten a los mencionados estudios de los arquitectos italianos.

A la solicitud presentada por Rogério de Azevedo al Ayuntamiento de Oporto para la licitación del proyecto del conjunto habitacional de casas económicas junto al Campo 24 de Agosto, Arménio Losa, responsable del Gabinete de Urbanización del Ayuntamiento, responde que el proyecto no cumple las normas técnicas elaboradas en el Gabinete, normas todavía en discusión, frustrando así la posibilidad de que Oporto conociese un proyecto arquitectónico y urbanístico en el que la influencia italiana habría tenido su mayor y más clara concreción.

LA DERIVA REGIONALISTA

PROGRAMAS DE OBRAS PÚBLICAS EN LOS AÑOS 30

Simultáneamente a un amplio programa de intervención y restauración en el patrimonio histórico edificado, el Estado Nuevo desarrolló numerosos programas de construcción de infraestructuras e instalaciones en la década de los años 30. El país, mayoritariamente rural y con un bajo desarrollo económico, fue objeto de una política metódica y estructural de obras públicas llevada a cabo por la voluntad y el poder de Duarte Pacheco, Ministro de Obras Públicas y Comunicaciones y hombre de acción de Salazar.

En este bullicio de los años 30, los arquitectos más talentosos e innovadores de su generación construyen el nuevo panorama de las obras del régimen explorando lenguajes sin restricciones de un modelo internacionalista ya por ellos experimentado en encargos privados, apoyados en los nuevos métodos constructivos, en una aparente adecuación del modernismo a las expectativas oficiales y en la suspensión de la búsqueda historicista y regionalista por parte del Estado.

Sin embargo muchos de los programas de instalaciones desarrolladas a nivel del territorio nacional, son ejecutadas recurriendo a proyectos-tipo de matriz

regionalista, destacando ciertos elementos y materiales de sus formas tradicionales de un modo consciente e intencionado.

Estas preocupaciones de índole regionalista no parecen estar vinculadas a una postura ideológica de quien realiza el encargo o a modelos inspiradores de diseño pretendidamente nacionalista, porque hasta la fecha no existían.

Al igual que en los proyectos de edificación de instalaciones singulares, el MOP también entrega la ejecución de estos programas de proyectos-tipo a arquitectos modernistas, externos a sus servicios, superando de esta forma las deficiencias de sus estructuras al mismo tiempo que garantiza un mayor control de los costes y la planificación y una mayor capacidad de intervención.

La elección de lo moderno en esta generación de arquitectos de embrionaria formación modernista, alternado en sus prácticas con el regionalismo o el eclecticismo historicista, es una opción puntual, dependiente del programa del edificio, de su localización, de los materiales a utilizar en su construcción. Para ellos lo moderno es sólo un estilo disponible, una nueva manera de construir integrando una concepción funcionalista y racionalista de la arquitectura.

Por otro lado, la creciente utilización de modelos internacionales en la construcción de instalaciones públicas modernistas es entendida por el poder como un 'estilo' más. Un estilo moderado por la monumentalidad y por valores de dignidad integrados en el sentido de la obra pública. Y la idea de modernidad asociada a la de progreso fortalece, en esta fase, la imagen del poder.

Rogério de Azevedo no huye de las aparentes contradicciones de sus colegas de generación y también contribuye a la edificación de algunas instalaciones públicas singulares, recurriendo a diferentes lenguajes. De esto son ejemplo los proyectos que realiza de los Ayuntamientos de Vila Flor (inicio de los años 30) y de Póvoa de Lanhoso (1937) y de la Capitanía del puerto de Viana do Castelo (1933).

Son ejemplo de programas de obras promovidos por el MOP y realizados a través de proyectos-tipo regionalizados las construcciones penitenciarias, los edificios de Correos, Telégrafos y Teléfonos (CTT), los ambulatorios (y sanatorios) de la Asistencia Nacional a los Tuberculosos o los barrios de casas económicas. Rogério de Azevedo, por los proyectos que desarrolla, está de alguna forma presente en los tres últimos grupos.

Hay razones de carácter práctico y funcional que orientan estas acciones del MOP: asegurar la economía y unidad de las obras a construir y establecer un plan general para las nuevas construcciones a ejecutar los años sucesivos en todo el país.

Ya con el Programa de las Casas Económicas, en 1933, el Estado Nuevo define su política en materia de vivienda social. Es una política innovadora en dos sentidos; primero porque opta por la imagen de la ciudad-jardín inglesa en términos de concepto de ciudad y, en segundo lugar, porque instituye un nuevo tipo de vínculo contractual del arrendatario con su vivienda: la casa de familia.

La intervención pública en la vivienda de la población urbana de menores ingresos es concretada a través de vivienda social unifamiliar. El tipo de construcción tiene que ser de “sabor” portugués, característicamente regional, pudiendo adaptarse a los sistemas constructivos y materiales de construcción de las diferentes regiones del país. Se crea un régimen de renta que promete la plena propiedad de la vivienda a largo plazo, destinado a jefes de familia con más de veintiún años y menos de cuarenta, debiendo los beneficiarios constituir obligatoriamente, con la casa que ocupen, una «casa de familia», un medio de asegurar la población.

Tal vez el caso más paradigmático de los programas concretados a través del uso de proyectos-tipo sea el de los Proyectos-tipo Regionalizados de Escuelas Primarias Oficiales de 1935 construidos en serie y su evolución hacia las Escuelas de los Centenarios, en 1944.

El programa de las Posadas Regionales del SNI, de 1938-1939, sin ser un programa de proyectos-tipo, tiene como condiciones previas el regionalismo, *beneficiándose* de las mismas limitaciones que las Escuelas Primarias Oficiales, y la idea de un modelo de edificio, una opción ya claramente política y corolario de un itinerario de afirmación de valores coherentes con el espíritu de las Conmemoraciones Centenarias de la Independencia y de la Restauración Nacional de 1940 en cuyo programa está integrado.

INSTALACIONES DE ENSEÑANZA

Antecedentes e inicio de la actividad de la DGEMN

En la enseñanza primaria se mantiene una red pública muy degradada hasta los últimos años del siglo XIX, siendo escasa y sus carencias agravadas por una mala distribución geográfica. Sería en 1898 cuando se vendría a prever un incremento en la construcción de escuelas con la apertura de un concurso por parte del MOP para proyectos de edificios destinados a escuelas primarias. En él se estipulaba, por primera vez, que cada uno de los tipos de edificios a ser proyectado, tendría que tener en consideración el sistema de construcción y la naturaleza de los materiales en las siguientes regiones del país: Minho y Douro, Trás-os-Montes, Beiras, Estremadura, Alentejo, Algarve e Islas Adyacentes.

Se aprobó el trabajo del arquitecto Adães Bermudes, único candidato en presentarse al concurso público, que proyectaría edificios escolares simples pero que se correspondían a las necesidades de la época, tanto en términos pedagógicos como en cuanto a la higiene. Los edificios son construidos de norte a sur del país con pequeñas variantes, siendo los aspectos de regionalización aquellos a los que Adães Bermudes da menor importancia.

Con la Primera República, proclamada el 5 de octubre de 1910, y los ideales republicanos de educar para el desarrollo, se introducen profundas reformas en las estructuras de enseñanza infantil, primaria y normal. Es clara la preocupación por la higiene escolar y la construcción de edificios. Como consecuencia de la situación existente, el Ministerio de Fomento nombra en 1912 una comisión para fijar normas técnicas, higiénicas y pedagógicas a las que deben obedecer los nuevos edificios escolares. De esa comisión forma parte el arquitecto Adães Bermudes.

En *Las normas técnicas, sanitarias y de enseñanza que deben cumplir los nuevos edificios escolares*, aprobadas en 1917, se definen programas para tipos de edificios escolares primarios e infantiles donde cada espacio es tratado de forma precisa. En sus Condiciones Generales se evidencia de nuevo el aspecto de la regionalización de los edificios.

La aplicación de las *Normas técnicas, higiénicas y pedagógicas...* se volvió problemática con la situación de Guerra Mundial y la inestabilidad política en el país. Será con D. Alfredo de Magalhães como Ministro de Instrucción Pública cuando exista una nueva dinamización, siendo competencia de la División de las Construcciones Escolares gestionar y coordinar a nivel nacional la renovación y

conservación del parque escolar, cuyo patrimonio y responsabilidad de abastecimiento estaba atribuida a los ayuntamientos.

Con el cambio de régimen después del golpe militar de 28 de mayo de 1926 se da una reorientación en política.

Hasta 1929, año en el que, con la creación de la DGEMN, las competencias atribuidas a la División de las Construcciones Escolares son incorporadas en la nueva Dirección General, no fue posible construir, ni renovar, gran parte de las escuelas primarias planeadas al inicio de la década para suplir las grandes carencias que el parque escolar revelaba desde la posguerra.

Durante sus 10 años de existencia la División de las Construcciones Escolares había elaborado proyectos-tipo de edificios para las escuelas primarias. No obstante, aplazados por cuestiones coyunturales, algunos de estos proyectos sólo fueron concretados en la década de los años 30, por todo el país y de la mano del nuevo organismo, sin resultar extrañas las alteraciones a los trazados originales.

Sin haber elaborado proyectos para escuelas primarias, entre 1929 y 1931, la DGEMN sólo aplicó los fondos de los que disponía en la concreción de los trabajos de la anterior División y en edificios de los llamados proyectos especiales, proyectos concebidos en gabinetes particulares de arquitectura.

Entre los proyectos con los que los servicios de la DGEMN iniciaron su actividad se encuentran las Escuelas Dr. Alfredo de Magalhães, una serie de edificios escolares en el distrito de Viana do Castelo así designados porque su construcción fue autorizada en 1927 por el entonces Ministro de Instrucción Pública. Rogério de Azevedo proyecta seis de esas escuelas. En ellas, refleja el conocimiento profundo que tiene del patrimonio escolar edificado en la década de los años 20 y la preocupación de integrar las escuelas localmente y jugar con detalles de carácter tradicional y/o “revivalista”.

Con la destrucción de la Escuela Primaria, motivada por la necesidad de liberar la Iglesia de Lourosa de todas las construcciones anexas para la realización de exploraciones y estudios para su reconstrucción – trabajos iniciados por orden de D. Alfredo de Magalhães y acompañados por la revista *Ilustración Moderna (Ilustração Moderna)* –, el ingeniero Henrique Gomes da Silva (Director General de la DGEMN) encarga el proyecto de la nueva escuela

a Rogério de Azevedo, quedando Baltazar de Castro (Director de Monumentos del Norte) como responsable de dirección de la construcción.

Este proyecto de un edificio escolar de dos aulas, vestíbulo, vestuario, sala de profesores y patio cubierto contaminará o será reutilizado por Rogério de Azevedo y Baltazar de Castro en otros proyectos de escuelas primarias que realizan en la década de los años 30, con variaciones, introduciendo alteraciones en la implementación y en los elementos de la fachada.

En los primeros años de la década de los años 30 el régimen busca implantarse en la sociedad rural. Se establece un esquema de articulación entre el MOP y el Ministerio de Instrucción, remitiendo a las autarquías una repartición de las obras de la mitad de su valor, lo que inviabiliza las aspiraciones de la gente en las poblaciones pequeñas. De esta forma, al margen de la evaluación de necesidades realizada por el Ministerio de Instrucción, se construyen algunos edificios escolares de los que Rogério de Azevedo es uno de sus autores.

En los primeros cinco años de la década de los años 30 la Dirección General aprobó y/o concretó proyectos expresando diversos conceptos realizados por diferentes autores. Entre ellos el arquitecto Jorge Segurado desarrolla una intensa actividad en las construcciones escolares, pero sin las preocupaciones de inserción regionalistas reveladas en los proyectos de Rogério de Azevedo.

Muchos de los edificios escolares son construidos por iniciativa popular, otros donados o reembolsados por benefactores. Este gesto es incentivado por el Estado que concede a los donantes de edificios el derecho de indicar personas para la colocación de profesores en esas escuelas.

Será en ese ámbito donde Rogério de Azevedo desarrolla, en colaboración con Januário Godinho, el proyecto de la Escuela-Comedor “José Rufino”, en Alijó (1930), la primera de este tipo en ser construida en el país. Es una arquitectura en granito y hierro, espesa y de formas macizas, volumétricamente caracterizadas a partir de la organización de la planta y donde la disposición de los *módulos* aula se encuentran claramente reflejados en su exterior.

Proyectos-tipo Regionalizados

Pretendiendo un tipo de arquitectura diferente de la concebida por la División de las Construcciones Escolares, los servicios de la DGEMN buscan obtener nuevos proyectos que puedan ser aplicados en la construcción de nuevas Escuelas Primarias Oficiales para ser construidas en serie en el caso que así lo determine el Gobierno.

Desde 1932 existía en la DGEMN una sección de arquitectura preparada para elaborar esos proyectos – la Quinta Sección de la Dirección de los Edificios Nacionales del Sur –, encabezada por el arquitecto Guilherme Rebello de Andrade que da inicio al trabajo. De ese esfuerzo resulta la presentación de una *Memoria*, en 1933, en la que Rebello de Andrade define los diferentes conceptos a los que deben obedecer los edificios escolares a construir en serie por el Gobierno.

En esa *Memoria*, realizada respetando las *Normas técnicas, higiénicas y pedagógicas...* de 1917, se encuentran concretadas algunas reglas para proyecto que anteriormente no habían sido definidas. Los proyectos deben ser concebidos en armonía con las características de la arquitectura regional, impuestas no sólo por la aplicación de los materiales propios de esas regiones sino también por las variaciones del clima. Se pretende la asimilación de las nuevas construcciones por el pueblo, sin herir su sensibilidad étnica con elementos exóticos de un ‘racionalismo’ forzado, despreciando la tradición. Por otro lado, se entiende que este ‘racionalismo’, bien comprendido, aprovecha los elementos locales, conjugándolos con los nuevos recursos constructivos.

Para la concepción de las plantas se establecen tres condiciones principales: con la planta de una escuela para un lugar escuela-unidad, resolver las plantas de las restantes escuelas; concebir esas plantas para poder ser aprovechadas en todos los terrenos cualquiera que sea la exposición al norte; estandarización de la construcción de las escuelas, por grupos, incluso si en éstos entran escuelas de diferentes números de lugares.

El territorio continental se divide en seis regiones a partir de su afinidad en recursos de materiales de construcción, en mano de obra, en procesos de construcción y en similitudes climáticas: Algarve; Alentejo; Estremadura; Beira-Litoral; Beira-Baixa, del Sur; Beira-Baixa, del Norte, Beira-Alta, Minho y Trás-os-Montes.

Este documento constituirá la base del trabajo para los nuevos proyectos-tipo regionalizados que se empiezan a desarrollar inmediatamente por los arquitectos Raul Lino y Rogério de Azevedo, y que serán aprobados en 1935.

La entrega de la ejecución de los proyectos a los arquitectos Rogério de Azevedo y Raul Lino se debió a la combinación de diversos factores. Ambos tenían prestigio y su trabajo era conocido por la DGEMN. Rogério de Azevedo tenía mucha práctica en la realización de proyectos de edificios escolares para el norte y centro del país y sabía cómo esbozar detalles y emplear el granito, la pizarra o el ladrillo, integrando el proyecto en el entorno. Raul Lino era defensor de la arquitectura tradicional portuguesa y era el autor del proyecto de los Jardines-Escuela João de Deus, entre otros. Ambos arquitectos disponían del conocimiento *in situ* de las regiones en las que iban a trabajar y ambos tenían estudios personales para el ejercicio de la profesión liberal y los medios necesarios para el gran trabajo del Anteproyecto del Plan General de Tipos-Regionales de Escuelas Primarias Oficiales para construir en serie – aspectos indispensables para la realización de los trabajos que la propia Dirección General consideraba no reunir.

En los proyectos-tipo bajo responsabilidad de Raul Lino se repite la misma planta para un mismo número de aulas. Por otro lado, los aspectos de arquitectura regional son agrupados en tres tipos diferentes – Algarve, Estremadura y Alentejo y Ribatejo –, todos con soluciones para una, dos, tres y cuatro aulas.

Para los distritos del Norte y Centro los proyectos quedan bajo la responsabilidad de Rogério de Azevedo. Teniendo muy probablemente como modelo base de trabajo el proyecto diseñado en 1930 para la Escuela de Lourosa, opta por simplificarlo partiendo de la idea de aula como una célula espacial, ya entonces presente y en consecuencia utilizada en los proyectos siguientes. Siguiendo una orientación funcionalista, presenta una serie de variaciones del mismo tipo básico de edificio a través de la suma en la composición de células/salas que se repiten, buscando la simplicidad de los edificios y el establecimiento del máximo de estandarización.

A semejanza de Raul Lino, también Rogério de Azevedo prevé la repetición de plantas para el mismo número de aulas, agrupando los aspectos regionales

en seis tipos, en un total de treinta soluciones distribuidas por seis regiones: Minho, Alto Minho, Douro, Beira alta, Beira Litoral y Trás-os-Montes.

Siguiendo las orientaciones de la *Memoria*, los espacios considerados en los proyectos de ambos arquitectos son reducidos a un mínimo imprescindible. El espacio central de la escuela es el aula.

Algunas escuelas son construidas en respuesta a pedidos atendidos caso a caso, sin ningún plan global y sólo en 1938, con Duarte Pacheco de vuelta al cargo de Ministro de Obras Públicas, el proceso de las escuelas-tipo regionales se relanza, pretendiendo que su construcción se realice en el ámbito de un gran plan general. Por esta razón queda expresamente prohibida la construcción de nuevos edificios hasta la aprobación de un plan general, admitiéndose como única excepción la construcción de escuelas primarias en los agrupamientos de viviendas económicas, especialmente en Oporto y en Bragança. Se permite también la conclusión de 230 escuelas primarias ya en construcción. Algunas son proyectos-tipo regionalizados, otros son proyectos más antiguos.

El proyecto especial de la Escuela-Comedor Salazar (Santa Comba Dão), de 1938, es uno de los que ve autorizada su conclusión. Rogério de Azevedo había creado a lo largo de su obra y a partir de elementos base (módulo: aula, patio/recreo, sala de profesores, comedor, aseos), tipos cuya adaptabilidad y flexibilidad de soluciones encuentran su máxima expresión en el proyecto especial de la Escuela-Comedor Salazar, obra que sintetiza los valores definidos en los proyectos-tipo regionalizados que son anteriores, sin dejar de referirse al proyecto de la Escuela Primaria de Lourosa.

Escuelas de los Centenarios

La prohibición de construir nuevos edificios de escuelas primarias sólo será levantada en julio de 1941, después de una resolución del Presidente del Consejo de Ministros Oliveira Salazar, donde se definen las condiciones de ejecución del Plan de los Centenarios. Tendrán como bases pedagógicas la consagración del principio legal de la no coeducación de los sexos. Por sus características los proyectos-tipo regionalizados son considerados pertinentes para la concreción del Plan.

Ya al final del año, y por orden de Duarte Pacheco, la DGEMN avanza con la construcción de doscientos edificios escolares en todo el país. Equipos de la DGEMN son los responsables de la ejecución de los trabajos y ni Rogério de Azevedo ni Raul Lino tendrán participación alguna en la elaboración de los proyectos de las Escuelas de los Centenarios. La región Norte construirá los tipos proyectados por Rogério de Azevedo en 1935, pero con la modificación de la entrada de los edificios Tipo Douro, realizada por los servicios de la Dirección de Edificios Nacionales del Norte. La región Centro, además del Tipo Beira Litoral para los distritos de Aveiro y Coimbra, construirá el Tipo Estremadura-Cantaria de Raul Lino en el distrito de Leiria.

Con los cambios de orientación pedagógica es necesario construir edificios y recreos (zonas de juegos) independientes para cada sexo. Pero sin recurrir a la duplicación no es posible obtener en ninguno de los tipos una separación satisfactoria de los mismos. Un edificio único, simétrico, con entradas independientes y recreos separados. Desconociendo la evolución que tendrán los proyectos-tipo, los servicios irán ocasionalmente ensayando diversas modalidades de duplicación de los proyectos-tipo elaborados por Rogério de Azevedo y Raul Lino, probando diferentes ejes de simetría.

Para edificios con más de un aula Raul Lino había diseñado plantas con dos ejes paralelos y Rogério de Azevedo había diseñado plantas con dos ejes ortogonales, lo que afecta a la orientación de una de las fachadas. Además de eso, el trabajo de estos dos arquitectos es volumétricamente muy diferente. Este hecho compromete la posibilidad de una imagen uniforme y reconocible en todo el país.

Los edificios resultantes de los estudios ocasionales de duplicación son muy diferentes de los proyectados en 1935, tanto en volumen como en planta, pero son estas nuevas plantas y estos nuevos volúmenes los que prevalecerán en los proyectos futuros.

Con la publicación por parte de la DGEMN del *Mapa Definitivo de las Obras de Escuelas Primarias: Plan de los Centenarios*, al principio de 1943, se da inicio al cumplimiento del Plan.

Después de la determinación del Ministro Duarte Pacheco para que las soluciones de los proyectos-tipo regionalizados fueran revisadas, la Dirección de Edificios del Norte ve que sus proyectos anteriormente elaborados para la

construcción de edificios gemelos de dos y cuatro salas, con las alteraciones a los trazados originales ya adoptadas, servirán de base para la elaboración de los proyectos definitivos de las Escuelas de los Centenarios que se construirán por todo el país. Las Direcciones de Edificios quedan limitadas en sus propuestas de remodelación de los proyectos al diseño de nuevos alzados con las características de las diversas regiones y la simetría que caracterizará a los edificios gemelos pasa a ser una marca de los edificios simples de dos y cuatro aulas.

Con los proyectos-tipo regionalizados se dio inicio a un proceso de depuración de los espacios constitutivos de los edificios escolares. Hasta finales de los años 60 la evolución de los edificios escolares se hará sin rupturas, ya que a pesar de las alteraciones técnicas y funcionales los proyectos presentarán siempre el mismo concepto espacio-escuela.

Los nuevos proyectos-tipo de las Escuelas del Plan de los Centenarios, aprobados en 1944, se basaron en los proyectos-tipo regionalizados de 1935, pero la introducción de otros conceptos modificó y diluyó el lenguaje en ellos expresado por los dos arquitectos, alterando profundamente el carácter propio de los edificios propuestos por los trazos de Rogério de Azevedo y de Raul Lino, terminando incluso, en las dos décadas siguientes, por ser realizado un trabajo de anulación de los trazos distintivos individuales en ellos impresos por sus autores, reduciéndolos, a través de un proceso de progresivo empobrecimiento de las soluciones implementadas, a construcciones estandarizadas vacías de expresión, con toques de un pintoresco regional estancado y decorativo, hasta transformar los espacios-escuela en un único tipo: un pórtico(s)/cubierta(s) y aula(s).

INSTALACIONES TURÍSTICAS

Del Hotel Palace a la Posada

Con el fin de transmitir una imagen de progreso y renovación y, simultáneamente combatir la entrada en el país de cualquier idea perturbadora de la unidad e interés nacional, el Estado Nuevo crea en 1933 el Secretariado

de Propaganda Nacional (SPN). Remodelado en 1944, pasa a llamarse Secretariado Nacional de Información, Cultura Popular y Turismo (SNI).

Liderado por António Ferro, y con el objetivo de movilizar las artes y las letras para la visualización del régimen, contribuye a la afirmación de los artistas plásticos y arquitectos modernistas durante la década de los años treinta. No obstante, los más innovadores ya estaban ligados a intervenciones importantes cuya concepción era anterior a la creación del SPN. Simultáneamente Duarte Pacheco, entonces Ministro de Obras Públicas, inicia un amplio programa de obras canalizando el deseo de renovación de los arquitectos.

Con la misión de elevar el espíritu de los portugueses en el conocimiento de lo que realmente es y vale, la *política del espíritu*, creada en ese momento por António Ferro, se desarrolla de un modo estructuralmente global e integrador. Procurando abarcar diferentes áreas de una forma multidisciplinar y con el fin de descubrir el país en su vertiente cultural y popular, el turismo será usado por el Estado Nuevo para lanzar la imagen del país en el exterior.

Las medidas prácticas que António Ferro buscará implementar van al encuentro de las preocupaciones expresadas por el sector en 1936, en el I Congreso Nacional de Turismo. El Congreso entendía que era urgente remodelar los servicios, creando un organismo único central y directivo, de carácter administrativo y técnico con el máximo de poderes y autonomía, siendo responsable de la supervisión de todos los asuntos relacionados con el turismo. Aprovechando el descontento general del sector, la acción de António Ferro será esencial en la utilización del turismo como un instrumento al servicio de la propaganda del Estado.

En octubre de 1933 se inaugura la exposición itinerante del “Hotel Modelo”, constituida por la presentación de ocho proyectos arquitectónicos de hoteles regionales elaborados por ocho jóvenes arquitectos invitados. Con un programa-reglamento elaborado por Raul Lino, la exposición es la culminación de una campaña sobre los problemas del turismo nacional lanzada por la revista *El noticiero ilustrado (O Notícias Ilustrado)*, dirigido por Leitão de Barros. Se pretendía proporcionar a la iniciativa privada modelos de orientación para la edificación de estructuras hoteleras según el principio regionalista, que tuviesen el carácter de grandes posadas familiares, muy confortables y desprovistas de falsos lujos. Se intentaba establecer una pedagogía para los nuevos

emprendimientos en el sector, contrariando la tendencia a la realización de *Palaces* fuera de los grandes centros urbanos.

Estas preocupaciones y la influencia de esta exposición y de su modelo programático subyacente acompañarán a António Ferro en los años siguientes, siendo su presencia constante en la política para el turismo desarrollada por él, llegando incluso, a pesar de las diferencias de escala, a marcar el plan de las Posadas Regionales (también llamadas Posadas del SNI).

Como ejemplo de respuesta a las preocupaciones con el sector, en cuanto a la capacidad y calidad de las realizaciones de la iniciativa privada, surge el Hotel Turismo de Castelo Branco (1933-1945), proyectado por Veloso Reis Camelo y anterior a la exposición del “Hotel Modelo”. Seguirán el Hotel Turismo da Guarda (1936-1947), de Vasco Regaleira, y el Grande Hotel de Luso (1938-1946), de Cassiano Branco. Y también el proyecto del Hotel Palacio de Póvoa de Varzim (1932-39), de Rogério de Azevedo.

El Hotel Palacio crea una nueva escala en la fachada urbana del litoral de Póvoa. Con una composición de volúmenes y espacios dinámica y terrazas que remiten a una influencia francesa, ya presente en las Oficinas del Diario *O Comércio do Porto* y en los CTT de Viana do Castelo, el edificio presenta detalles en los acabados que añaden referencias regionalistas a la composición modernista.

En 1938, con la integración del turismo en el programa preliminar de las Conmemoraciones Centenarias, en cuya Comisión Organizadora Raul Lino participa con el ministro de Turismo, el proyecto sectorial que será desarrollado por António Ferro comienza a ganar visibilidad. Además de los circuitos turísticos historicistas y populares, otras redes son consideradas indispensables: la de los puestos de turismo y de las posadas estatales. Debiendo cumplir el objetivo esencial de propaganda turística, se concibe el plan de una red de Posadas Regionales distribuidas por el país, dentro de una concepción innovadora para la época, que combinaba un patente dinamismo modernizador – a través del nuevo confort y del carácter sistémico/nacional de la iniciativa – con un sentido conservador y regionalista que apelaba a una vuelta al tradicionalismo.

A una necesaria uniformización de la actividad turística, expresión de un país turísticamente concebido como un gran diseño, contrariando el individualismo y la acción de aficionados, António Ferro asocia el concepto de

diferencia, un país en paralelo y diferente de los demás, enfatizando los recursos de corte popular y procurando inculcarlos en sus interlocutores – Comisiones y Juntas de Turismo tutelados por los ayuntamientos.

Estos aspectos diferentes se encuentran sintetizados en la campaña del *reaportuguesamiento de Portugal* inspirado en la ideología fundamentalista del ruralismo mítico, nostálgico de los orígenes campesinos, y que fue aplicado por la escenificación regionalista del Estado Nuevo, en un proceso de transmutación de la imagen del país, procurando dar unidad a todos los países diferentes dentro del mismo país. Salazar había generado el lema y António Ferro refuerza y clarifica la idea.

Se rompía definitivamente con el aparente *espíritu* de apertura de los primeros años del SPN en los que la necesidad de hacer obra había permitido experiencias en los lenguajes utilizados.

En agosto de 1940 se inaugura la primera posada estatal, Estalagem do Lidador (Óbidos), una antigua pensión reconvertida. Ésta viene a definir de una forma práctica el modelo, considerado saludable y campesino, para la hotelería de pequeña dimensión. Al mismo tiempo, se crean Brigadas Hoteleras con la misión de proporcionar anteproyectos, orientación decorativa e indicaciones prácticas para construir o mejorar arreglos y conseguir apreciables modificaciones en la fisionomía de ciertos hoteles y pensiones.

Convertido el SPN en preceptor del buen gusto nacional, se inaugura en 1942 la primeira de las siete posadas construídas desde cero: la Posada de Santa Luzia, en Elvas. La primera de siete pequeños hoteles que no deben verse como hoteles, con los interiores dispuestos por los Servicios de Turismo y técnicos del SPN, y donde los huéspedes se deben sentir constantemente en la región donde se encuentran, sin ruptura de la continuidad entre el interior y el exterior, entre la casa y el campo. Las inauguraciones se irán sucediendo hasta 1948, cerrándose un ciclo de la *política del espíritu* referente al turismo en Portugal y, en particular, al programa de las Posadas Regionales, culminación de un proceso iniciado en la primera mitad de la década de los años treinta.

Posadas del SPN/SNI – El Plan de los Centenarios

En 1936 se celebrara en Portugal el antes mencionado I Congreso Nacional de Turismo, donde la asamblea se rebeló contra el desinterés del Gobierno en relación al turismo, una industria nacional por organizar, reducida a la tradición de una hotelería convencional.

Entre las diferentes comunicaciones presentadas surge la tesis *Pouzadas*. Se trataba del estudio para la creación de un nuevo tipo de instalación turística. Un tipo de instalación más simple y económico, pensado para la gran mayoría, que no es ni el 'Palace' ni el 'Hotel' y debe tener siempre el sello nacional y regionalista, tanto en su construcción como en el mobiliario.

La inspiración para el concepto y para el programa de esta nueva instalación viene de sus equivalente 'Parador' y, principalmente, del 'Albergue de carretera' españoles – pequeños hoteles refugio dirigidos a los viajeros y sus automóviles, distribuidos estratégicamente por todo el territorio español dividiendo en diferentes etapas los recorridos entre las principales ciudades – y es un enfoque regionalista próximo a lo expresado en *O Notícias Ilustrado* y a la exposición del "Hotel Modelo", tanto en aspectos como la localización, como en el tipo de construcción o en las instalaciones – casi emuladas del programa para el 'Albergue de carretera' –, como en el mobiliario, en el tipo de comida y en su explotación.

Sale al encuentro de las líneas de acción que António Ferro venía recorriendo y que desarrollará posteriormente, y tiene un eco directo en 1938, en la preparación del programa de las Comemoraciones del Doble Centenario de 1940, donde se incluye la construcción de un cierto número de posadas regionales en rincones provinciales.

Con un programa sobre todo dirigido a los espacios regionales del país, los proyectos de las posadas que serán construidas por la DGEMN en 1939 y 1940, siete en total, son entregados todavía en 1938 a tres de los arquitectos de la generación modernista que ya habían demostrado capacidad de diálogo con valores tradicionalistas: al arquitecto Miguel Jacobetty Rosa son encargadas las tres posadas del Sur del país (Santa Luzia en Elvas; Santiago en Santiago do Cacém; São Brás en São Brás de Alportel); a Rogério de Azevedo le son entregadas las tres posadas a construir en el Norte (São Gonçalo en la Serra do Marão; Santo António en Serèm, Val do Vouga; São Lourenço en Serra da

Estrela). La posada del centro del país (São Martinho en Alfeizerão, S. Martinho de Oporto) es entregada al arquitecto Veloso Reis Camelo.

Sus localizaciones son pensadas como una estrategia de intervención en el territorio. Tienen por objetivo dotar al país de modernas estructuras hoteleras y buscan responder a las necesidades actuando objetivamente sobre el territorio nacional, construyendo una estructura coherente y racional y dando continuidad a las tesis anteriormente defendidas para este tipo de instalaciones.

Con el objetivo de instruir el proceso para ser aprobado per el MOP, los siete anteproyectos son enviados a Raúl Lino, Arquitecto Jefe de la División de Estudios y Obras de Monumentos en la DGEMN, para conocer su opinión. Lo hace en octubre de 1938, en el más completo desconocimiento del programa y de la orientación fijados a la DGEMN por el Gobierno, basándose solamente en el análisis de los mencionados anteproyectos.

De la confrontación de los principios orientadores de la exposición del “Hotel Modelo” de Raúl Lino con el plan de las Posadas, es posible afirmar que hubo una continuidad de pensamiento. No obstante, Raúl Lino no podía estar más en desacuerdo con la estrategia, las opciones y el modelo trazados para las Posadas.

Considera equivocada la elección de una localización alejada de ciudades importantes por cuestiones de sustentabilidad y por no poder ejercer una acción pedagógica respecto a la industria hotelera. Para él sólo tienen justificación las elecciones de puntos de reposo entre los tramos de carretera de grandes itinerarios, especialmente los de Lisboa a Oporto y de estas ciudades a España, y de lugares de interés artístico, servicios o estaciones de altitud. Esto no se verifica con las localizaciones escogidas para las Serras da Estrela y do Marão y para el Val do Vouga, las tres localizaciones con anteproyectos de Rogério de Azevedo. Raul Lino se ve tentado a pensar si este tipo de establecimientos aislados en el medio de las sierras no deberían ser pabellones muy reducidos y rústicos.

Después del análisis de los anteproyectos y cuestionando algunos aspectos de las soluciones presentadas por Miguel Jacobetty Rosa y Veloso Reis Camelo, valora positivamente en los anteproyectos de Rogério de Azevedo la disposición compacta aprovechando hábilmente toda la capacidad de la construcción, el estilo rústico y el conjunto bien proporcionado de las divisiones donde los

huéspedes permanecen durante el día, y percibe una coherencia propia en el conjunto de los tres.

Como consecuencia de esta opinión Duarte Pacheco es categórico al reafirmar que los proyectos deben ser elaborados en armonía con las directrices dadas y que, para ese efecto, deben ser tomados como base los anteproyectos presentados por Rogério de Azevedo que se corresponden de un modo general al programa y orientación definidos por el Gobierno. No deja de considerar como pertinentes las críticas a los proyectos efectuadas por Raul Lino, debiendo ser tenidas en cuenta en la elaboración de las propuestas definitivas.

Rogério de Azevedo podría haber tenido un papel importante en la elección de las localizaciones exactas de las posadas por él proyectadas y asume claramente el hecho de recurrir a los materiales extraídos de los propios lugares de construcción.

El plan para la construcción de siete Posadas de Turismo Regionales se va concretando paso a paso, año tras año, a lo largo de nueve años con las sucesivas conclusiones de las construcciones y posteriores entregas a la tutela del SPN, entidad a la que le compete su explotación, inspección y adjudicación a concesionarios privados. La primera Posada inaugurada es la de Santa Luzia, en 1942, verdadera culminación del pensamiento de António Ferro, finalmente convertido en algo verdaderamente real.

De las siete posadas, todas proyectadas al mismo tiempo y con construcciones iniciadas en la misma época, a excepción de Santiago do Cacém, la penúltima en ser inaugurada, podemos destacar del conjunto de los edificios los de Elvas y de Marão. Son edificios que presentan claramente una idea que los aparta de la casa simple, de la escala doméstica de la vivienda tanto por la manera en que por ellos fue interpretado el programa, como por sus composiciones formales, como por el modo en cómo fueron implantados en el terreno. En cuanto a los edificios restantes se verifica que los de las Posadas de Santo António de Serém y de S. Brás de Alportel son aquellos que más se aproximan a la idea de una tipología común, próxima a la escala doméstica. Ya el edificio de la Posada de São Lourenço, por su aspecto depurado, compacto y con una sólida base, rompe esa posible identidad y el de la Posada de Santiago do Cacém que, presentando también embasamiento, está marcado por una

fuerte “axialidad”. El edificio de la Posada de São Martinho de Oporto es el que más se aproxima a la idea de un bloque de vivienda sin relación con el terreno.

Se cumplía el regionalismo del programa a través de siete pequeños edificios formalmente muy diferentes, con la escala de una vivienda particular o de un pequeño hotel, jugando con la distribución programática de los pisos y con el comedor panorámico, compuestos por volumetrías puras articuladas, cilíndricas y prismáticas, de referencia modernista, ocultas bajo el peso de los aleros, las arcadas, de los alpendres y de las pérgolas, de las cubiertas y cornisas, revestidas con piedra o yeso blanqueado, al gusto de las regiones. Edificios con una cuidada implantación en el terreno, en una unión continua con la topografía, y que, estratégicamente dominando el territorio a su alrededor, se dejan envolver por el panorama en una expresiva apertura de los espacios interiores al paisaje.

ESTUDIOS E INTERVENCIONES EN EL PATRIMONIO

DIRECCIÓN GENERAL DE LOS EDIFICIOS Y MONUMENTOS NACIONALES

Teorías y prácticas de restauración habituales en la época

Hasta el siglo XIX, las intervenciones de restauración en monumentos eran un intento de dar respuesta, a través de la práctica profesional, a problemas muy concretos, sin ningún soporte legislativo. Con el inicio del nuevo siglo surgen en diferentes países de Europa políticas de protección del patrimonio monumental apoyadas en legislación.

Las alteraciones políticas constatadas en Europa influyeron en la defensa de los patrimonios artísticos nacionales. La defensa del patrimonio, reflejo de la historia de cada país, se convirtió en una herramienta política que creaba en el poder la idea de legitimidad.

En Francia, después de la Revolución y de la destrucción del patrimonio arquitectónico del país, y con la Restauración de la monarquía, el estado asumió su defensa y valoración. La creación de la Comisión de los Monumentos

Históricos cuyo primer director fue Louis Vitet, permitió el paso de una etapa empírica a otra doctrinal representada por Viollet-le-Duc.

Se consideraba legítimo, para conseguir el estilo unitario, demoler añadidos o alteraciones renascentistas, barrocas y neoclásicas en monumentos antiguos y medievales exclusivamente con el objetivo de reconstruir estas partes en su estilo original, sin distinguir lo antiguo de lo nuevo, puesto que todas las partes contribuían a la autenticidad. Fue en este ambiente técnico y doctrinal en el que surgió Viollet-le-Duc (1814-1879), joven arquitecto que ganó crédito como técnico y teórico de la restauración de los monumentos góticos creando teorías constructivas y estilísticas a partir de las experiencias tecnológicas realizadas en los monumentos que restauró.

Entendiendo la restauración arquitectónica como una disciplina independiente del proyecto arquitectónico “desde cero”, Viollet-le-Duc defendió la restauración estilística como la reconstrucción de los monumentos tal como deberían haber sido en su completo idealismo formal, su reestablecimiento en un estado que podía no haber existido nunca.

A pesar de que su teoría estaba basada en la noción de unidad de estilo, es posible extraer de ella diferentes implicaciones metodológicas: la restauración debe tener como soporte una planimetría y estar apoyada en documentos e investigaciones arqueológicas; no debe quedarse en la apariencia del monumento, sino extenderse hasta su estructura constructiva; puesto que todos los edificios cumplen una función, debe ser concedida una especial atención a la funcionalidad del monumento; las modificaciones antiguas deben ser conservadas, debiendo ser eliminadas las transformaciones que perturben su valor de testimonio histórico o que comprometan la recuperación de la unidad de estilo del monumento.

La unidad de estilo, como doctrina intervencionista, fue seguida por toda Europa durante el siglo XIX, prolongándose en algunos países hasta principios del siglo XX.

En Inglaterra la descentralización de la actividad restauradora fue favorable a la discusión de principios y doctrinas intervencionistas. Voces críticas surgieron entre los círculos eclesiásticos y arqueológicos medievales, alargándose a otros medios eruditos, con posturas más claras. La polémica giraba en torno a tres sistemas de restauración: el *destrutivo*, en el que las diferentes partes del

monumento no eran consideradas y la reconstrucción era hecha de acuerdo a un principio de preferencia; el *conservador*, donde lo antiguo era reproducido como un nuevo *facsimil*; y el *ecléctico*, donde los otros dos sistemas se combinaban.

En medio de este ambiente surge John Ruskin (1819-1900), autor de una nueva concepción de protección de los monumentos, contraria a los principios de unidad de estilo.

Para él, el vínculo de unión con el pasado se encontraba en la arquitectura. Ruskin considera que existen tres momentos en la vida de una obra de arte: el inicial o proyectual, la función de uso y el momento de la conservación. Para él sólo existe un acto de creación, el acto inicial que ya debe tener presente la vida entera de la obra de arte. Considerando que el esplendor de un edificio está en su edad y que el trabajo de las generaciones pasadas confiere a éstos un carácter sagrado, se empeña en la preservación de los monumentos como forma de impedir el olvido y asegurar la identidad de un pueblo.

Encarando la restauración desde una perspectiva moral y ética, para Ruskin restaurar es falsificar y destruir. La conservación de la autenticidad del objeto histórico es la garantía de la conservación y transmisión de sus cualidades morales. Reconoce la necesidad de conservar los inmuebles, evitando así la restauración e impidiendo su degradación. Pero, en defensa de la autenticidad de la obra de arte, se opone a los métodos arqueológicos y racionalistas de los restauradores que considera faltos de rigor científico.

Su pensamiento sería continuado por un seguidor suyo, William Morris (1834-1896), que desarrolla nuevos conceptos como el de la conservación de los ambientes históricos alrededor de los monumentos. Prefiriendo la manutención a la restauración, acepta que se intervenga siempre que se distinga claramente lo nuevo de lo viejo.

Fue, sin embargo, en Italia donde, el pensamiento de Ruskin frutificó, aunque de forma híbrida, a través del arquitecto Camillo Boito (1836-1911).

Como estudioso del mundo medieval admira a Viollet-le-Duc, pero rechaza las restauraciones efectuadas por sus seguidores por considerar su metodología ya anticuada. También se entusiasma con las teorías de Ruskin, pero inicia una vía nueva a medio camino entre la del francés y la del inglés: defender la memoria histórica del monumento es, simultáneamente, recuperar la imagen

antigua del mismo en una obra de restauración arqueológica y proyectual, recuperando el edificio para el cumplimiento de una necesidad contemporánea y respondiendo, así, a su restitución estética, histórica, espiritual y material, sin renunciar al diálogo entre lo antiguo y lo presente.

Camilo Boito entiende que la conservación y consolidación de los monumentos se garantiza a través de su continua manutención. Considerando el edificio como un objeto documental y arqueológico, se opone a las integraciones y a completar las obras inacabadas. Acepta sólo una acción restauradora mínima. Condena la destrucción de añadidos o alteraciones no unitarios con la obra, pues todas las fases de su construcción deben ser respetadas. Ante una situación de ruína, de absoluta necesidad de restaurar o completar, admite la intervención de la restauración según los principios que propone en el III Congreso de Arquitectos e Ingenieros Civiles, de Roma, en 1883, genéricamente formulados como una nueva doctrina de restauración de monumentos.

Camilo Boito estableció tres tipos o métodos de restauración teniendo en consideración tres clasificaciones cronológicas: para los monumentos de la Antigüedad, una *restauración arqueológica* de consolidación técnica y de acción restringida para la máxima preservación del valor documental y de la autenticidad del fragmento; para los monumentos de la Edad Media, una *restauración pictórica*, que respete la condición ambiental y pintoresca del monumento ejercida sobre todo al nivel estructural; para los monumentos del renacimiento y siguientes, una *restauración arquitectónica* teniendo en cuenta criterios de unidad formal y compositiva e implicando lo edificado en su totalidad.

Su teoría de consolidación, reparación y restauración, en la que son conservados los valores históricos del edificio, así como los espirituales y estéticos sin renunciar al uso material contemporáneo, provocó en toda Europa un debate. No deja de haber alguna ambigüedad y contradicción en el pensamiento de Camilo Boito. Si por un lado no admite los complementos estilísticos, por otro autoriza sin vacilación nuevas inserciones con fines estáticos de sustentación o soporte de la estructura del edificio, no siendo éstas, muchas veces, visibles en superficie, y creando un falseamiento de la autenticidad del inmueble.

La ambigüedad, e incluso las contradicciones, en los asuntos relacionados con la restauración monumental se deben a la propia complejidad del concepto de monumento histórico. Sobre esta cuestión, el vianense Alois Riegl (1858-1905), contribuyó con una reflexión sobre la naturaleza del valor artístico e histórico de los monumentos analizando los valores monumentales a través de dos categorías: unos, llamados de rememoración, están ligados al pasado y hacen intervenir la memoria, los otros, llamados de contemporaneidad, pertenecen al presente. Dentro de los primeros, inscribe un valor que emergió en la segunda mitad del siglo XIX al que llamó antigüedad. En el segundo conjunto de valores, Riegl distingue al lado del valor de arte el valor de utilización, englobando las condiciones materiales de utilización práctica de los monumentos, tanto si han conservado su memoria original y sus antiguas funciones como en una reutilización posterior.

En cuanto a la cuestión de la restauración, en consonancia con la categoría del monumento, presenta actitudes y criterios diferentes. Para los monumentos antiguos, se pretende la no intervención en el curso natural de las alteraciones en su ciclo de vida. En los monumentos históricos, interesa la obra en su forma original, sin mutilaciones, tal como salió de la mano de su creador. Por último, para los monumentos con valores de contemporaneidad, incluyendo el valor instrumental, se exige un aspecto nuevo, acabado y no afectado por la destrucción natural.

La percepción de los conflictos latentes en el interior de la noción de monumento histórico explica la ambigüedad de las teorías y prácticas de restauración. Aún así, los aspectos positivos del pensamiento de Camilo Boito tuvieron gran difusión internacional, consagrando el principio de conservación enunciado por John Ruskin, en detrimento de la restauración en unidad de estilo.

Prácticamente un siglo después de que Ruskin hubiera expuesto sus ideas sobre la restauración monumental y hubiese propuesto una europeización de las iniciativas de protección del patrimonio artístico, se celebró en Atenas, en 1931, la Conferencia de Peritos para la Protección y Conservación de Monumentos de Arte e Historia. Como conclusión de la Conferencia salió un documento, la *Carta de Atenas*, que reconoce formalmente la existencia de un Patrimonio Cultural Mundial consagrando principios postulados por Boito, Giovannoni y Torres

Balbás, y siendo el primer documento internacional que formula los principios y normas generales para la conservación y restauración de monumentos.

Boito consiguió instituir un sentimiento de ruptura entre los tiempos históricos y los modernos también en términos de conjuntos urbanos. Es precisamente el aspecto urbanístico y la unión del monumento con su entorno lo que motivará a sus continuadores en la escuela italiana.

Viollet-le-Duc, al considerar el monumento bajo el prisma ideal de su unidad y perfección, lo entendía como un objeto aislado, apartado del papel urbano que desempeñaba. Gustavo Giovannoni (1873-1947), seguidor de Boito, reacciona contra este aislamiento urbano de los monumentos, efectuado para conseguir su unidad. Creando el concepto de *ambiente*, como definición urbana visual del monumento constitutiva de su propia naturaleza, defendió la conservación de las implantaciones urbanas reales de los monumentos y sus relaciones históricas con el entorno y extendió el concepto de monumento al de *conjunto histórico*, considerando los tejidos urbanos como organismos estéticos, igualmente portadores de valores artísticos e históricos materializados en sus configuraciones espaciales.

Giovannoni sistematizó los principios de *restauración científica*, entendida como la conservación del monumento en tanto que documento, y los extendió a la naturaleza urbana de los monumentos y a la conservación de la ciudad histórica, logrando difundir a nivel internacional el respeto por el entorno histórico de los monumentos, expresado en la Carta de Atenas.

Reintegración de los monumentos nacionales

La restauración de monumentos y el desarrollo de los estudios histórico-arqueológicos en el siglo XIX en Portugal son muestras del aislamiento del país en relación a la cultura artística de la época en otros países europeos que, desde mediados del siglo XIX, intensificaron una acción sistemática de protección y restauración de sus monumentos históricos a través de entidades creadas para ese fin. La situación de los monumentos y la consciencia necesaria para su preservación sólo se alteraría al inicio del siglo XX.

Con la extinción de las Órdenes Religiosas el Estado Liberal quedó súbitamente en posesión de un número considerable de inmuebles con valor

histórico y artístico. Sería entonces cuando, en 1836, aún antes de la Revolución de Septiembre, se atribuye a la Academia Real de Ciencias de Lisboa la misión de elaborar una relación de los conventos desaparecidos. Muchos de ellos habían sido transformados en cuarteles, en tanto que otros vinieron a albergar las instituciones culturales creadas por el Septembrismo: Conservatorios, Academias, Bibliotecas, Museos y Enseñanza Pública.

En esos años Alexandre Herculano desempeñó un papel pionero al publicar en 1838-39 *Los monumentos (Os Monumentos)*, una serie de artículos donde, por primera vez entre nosotros, el patrimonio arquitectónico y artístico era entendido como una expresión privilegiada de la identidad cultural del país y en ellos se rebela contra la corriente demoledora de los monumentos del pasado.

Al poco tiempo se dan los primeros pasos para la formación de un organismo que defendiese los inmuebles con valor histórico y artístico, que, después de 1852, será el Ministerio de Obras Públicas (MOP), entonces creado. El Estado procuraba centralizar todas las acciones de intervención en el patrimonio arquitectónico nacional, sin rechazar la contribución de particulares. Los pocos monumentos que tuvieron una intervención destinada a salvarlos de la ruína, fueron seleccionados en función de su identificación histórico-simbólica, siendo privilegiada la época medieval y el tiempo de los hallazgos marítimos (Monasterio da Batalha, Torre de S. Vicente y Monasterio de St.^a Maria de Belém).

La idea desarrollada por Herculano de que en los monumentos se hace visible la historia de las naciones, unida al positivismo y al proyecto nacionalista del Partido Republicano, va a dominar los estudios histórico-arqueológicos a partir de los años 70.

En 1886 Vilhena Barbosa publica *Monumentos de Portugal*. Para él la arquitectura atraviesa, como la humanidad, diversas fases de evolución. En esta perspectiva, también los monumentos y su ornamentación se vuelven reveladores de las ideas y de los impulsos de un pueblo y de una civilización en una determinada fase de su desarrollo.

Este historicismo positivista aplicado a las teorías del arte parecía entrar en contradicción con la valoración del manuelino, como un período de decadencia del “estilo” gótico. Esta oposición sería teóricamente superada a través del evolucionismo y de la adaptación al medio natural. Es sobre todo la preservación

de su identidad cultural lo que Ramalho Ortigão, en el seno de la teoría evolucionista, se esfuerza por asimilar. Este movimiento de ideas tuvo repercusión en la protección y conservación de los monumentos.

En 1880, el MOP solicita a la Real Asociación de los Arquitectos Civiles y Arqueólogos Portugueses la realización de un inventario sobre los edificios que deberían ser considerados Monumentos Nacionales.

La dinámica de la Real Asociación era favorable a la fermentación de preceptos y a la discusión de ideas. La unidad de estilo, a pesar de las influencias románticas, historicistas y nacionalistas que sufría, participaba de un concepto lógico y estructural. Estas características contribuyeron para que las teorías de Viollet-le-Duc fuesen seguidas por un gran número de arquitectos y teóricos de la restauración, limitándose muchas veces a acciones de demolición de elementos artísticos de calidad y a la construcción de otros sin cualquier criterio histórico-artístico.

Con la acción llevada a cabo por la Real Asociación se desarrolla una fuerte corriente de opinión en favor de los monumentos y, en 1894, se crea una Comisión permanente anexa al MOP. Son considerados Monumentos Nacionales todos los edificios, construcciones, ruinas y objetos artísticos, industriales o arqueológicos que testimonien la evolución de la historia nacional, o conmemoren hechos notables, o todavía los que constituyan vestigios de los pueblos y civilizaciones anteriores a la formación de la nacionalidad.

Impotente para actuar, la Comisión se extingue y es sustituida, en 1898, por un Consejo Superior de los Monumentos Nacionales formado para evaluar los proyectos de obras en monumentos exclusivamente bajo el punto de vista estético, para que sea conservada la pureza de su carácter histórico y de estilo.

Con la reforma administrativa de 1892 los monumentos empezaron a utilizarse como símbolos de referencia de la importancia y de la tradición histórica de los lugares, como modo de afirmación regional-municipal. La catedral asume la identificación de la experiencia histórica de la región. Este movimiento en torno a las catedrales tuvo en la Catedral Vieja de Coimbra su primera acción práctica, iniciada en 1893. La seguirán las Catedrales de Lisboa y de la Guarda.

A pesar de que los arquitectos y otros técnicos tenían un espíritu más arraigado a las concepciones prácticas, en 1904 se iba concretando una actualización de la política de conservación de los monumentos seguida por

otros países. Rosendo Carvalheira, entonces Presidente de la Real Asociación, participó en el 6º Congreso Internacional de Arquitectura que se realizó en Madrid. En él fueron aprobadas un conjunto de normas internacionales que deberían ser seguidas en la restauración de los monumentos. El Congreso estableció la distinción entre “Monumentos Muertos” y “Monumentos Vivos”. Los primeros, aquéllos que ya no se adecúan a los fines para los que fueron construidos, deben ser conservados; los segundos deben restaurarse para continuar sirviendo. La restauración debe hacerse en el estilo primitivo de los monumentos, con el fin de preservar su unidad estilística, pero deben respetarse todas las partes ejecutadas en otros estilos siempre que presenten valor artístico.

Con el régimen republicano, la situación constatada en 1834 se repite. Con la *Ley de la Separación del Estado de la Iglesia*, del 20 de abril de 1911, la Iglesia Católica se ve privada de personalidad jurídica y se le prohíbe ser propietaria de los bienes.

Desaparece el Consejo de Monumentos Nacionales y el país se divide en tres circunscripciones: Lisboa, Coimbra y Oporto. Dificultades burocráticas y falta de funcionariado con experiencia en la restauración monumental dentro del MOP llevan a la creación de un nuevo organismo en el Ministerio de Comercio y Comunicaciones, con el estatuto de Administración General y dedicado a los estudios y obras en los edificios y Monumentos Nacionales.

En el clima de prosperidad de posguerra se realizarán intervenciones en algunos monumentos: Catedral de Lisboa, Castillo de Leiria y Monasterio de los Jerónimos, entre otros.

En 1924 el gobierno decide proceder a una nueva reorganización de los servicios artísticos y arqueológicos, concentrando en el Ministerio de Educación todos los servicios relativos a Monumentos y Palacios Nacionales. Se crea, con funciones consultivas y resolutorias, un Consejo Superior de Bellas-Artes, mientras que a la Tercera División de la Dirección-General de Bellas Artes le corresponde dirigir los servicios de Monumentos y Palacios Nacionales, incluyendo el servicio de obras. El concepto de protección es extensible al entorno del inmueble. La reutilización de los monumentos depende de la opinión del Consejo Superior de Bellas Artes.

En abril de 1929 el gobierno crea la Dirección-General de los Edificios y Monumentos Nacionales (DGEMN), devolviendo a Obras Públicas el servicio de obras en monumentos.

Dirección General de Edificios y Monumentos Nacionales (1929-1960)

La reunión en un único organismo (DGEMN) de los servicios de obras de los edificios y monumentos nacionales y de los edificios particulares donde funcionaban servicios públicos, implicó la desaparición de los servicios que lo habían precedido. Correspondía al Servicio de Monumentos elaborar proyectos completos para obras de reparación, restauración y conservación de monumentos y palacios nacionales, y su respectiva ejecución, así como la formulación de los preceptos técnicos y de todas las reglas que se deben respetar en esas acciones.

Para el cargo de Director-General de la DGEMN fue escogido el ingeniero militar Henrique Gomes da Silva. Para el lugar de Director del Servicio de Monumentos fue designado el arquitecto Adães Bermudes. En 1930 los Servicios de Monumentos Nacionales son divididos en dos Direcciones de los Monumentos Nacionales, la del Norte y la del Sur, desapareciendo la Dirección de los Monumentos Nacionales. En Oporto, la nueva Dirección de Servicios es asumida por el arquitecto Baltazar de Castro.

Mientras tanto, el país asistía a la institucionalización del Estado Nuevo con Oliveira Salazar al frente de la Presidencia del Consejo de Ministros desde junio de 1932. Duarte Pacheco, entonces Ministro de Obras Públicas, encarna el reto del régimen respondiendo a uno de los binomios más importantes del Estado Nuevo: modernidad *versus* tradición. Junto al desarrollo de las obras públicas e infraestructuras, señal de cambio, progreso, eficacia y prosperidad, se busca llevar a cabo la preservación del patrimonio arquitectónico nacional, una de las principales apuestas culturales-ideológicas del régimen.

Condicionados por la perspectiva triunfalista en la evolución histórica de la Nación, los valores nacionalistas del Estado Nuevo encuentran en los antiguos monasterios, catedrales y castillos los documentos que prueban la acción heroica de nuestros primeros monarcas en la conquista y defensa del territorio nacional. Junto a algunos monumentos nacionales consagrados el régimen

exploró el valor simbólico de otros monumentos en el ámbito de las conmemoraciones y las exposiciones evocadoras, en una acción propagandística, testimonio de la grandeza del pasado y justificación de un presente que pretende asumir el mismo estatuto.

Estas limitaciones constituyeron un campo particularmente favorable para que la unidad de estilo imperase en el Estado Nuevo, sobreviviendo en Portugal, en una lectura precipitada de lo que se había retirado, sin análisis ni crítica, el pensamiento de Viollet-le-Duc, y pretendiendo la DGEMN reponer los inmuebles a su estado primitivo, depurándolos de adiciones posteriores y facilitando, así, el mensaje simbólico, a pesar de que no le son extrañas las cuestiones teóricas que entonces se debatían internacionalmente.

Los *Boletines* de la DGEMN – publicados a un ritmo de cuatro por año hasta 1960, y después de forma menos sistemática hasta 1990 – se constituyen como pequeñas monografías históricas sobre los edificios intervenidos, dispensando una investigación documental y un análisis arqueológico o artístico. Su publicación se revestía de un carácter propagandista, procurando divulgar la obra grandiosa proyectada por el régimen.

Siguiendo el mismo principio de las Noticias Históricas, los textos que expresan una filosofía de acción son siempre anónimos, excepto la introducción publicada en 1935, en el *Boletín* nº 1, firmada por Gomes da Silva y que refleja los principios anunciados hacía casi un siglo por Viollet-le-Duc. En ella se orienta la acción de la DGEMN en criterios de validación histórica que dirigen la reintegración arquitectónica del monumento en su belleza primitiva, depurándolo de excrecencias posteriores y reparando las mutilaciones sufridas, bien por la acción del tiempo, o bien por intervención de los hombres.

De hecho, muchas de las restauraciones no tuvieron suficientemente en cuenta el valor documental de los monumentos restaurados, sino antes su sentido simbólico. Los edificios antiguos surgieron como nuevos, estableciendo así la confusión entre el pasado y el presente.

La única voz discordante que emerge en el seno de los servicios es la del arquitecto Raul Lino en 1948. Defiende las ideas de conservación o recuperación de John Ruskin en las que nociones como la importancia de lo natural – el paisaje, lo pintoresco – son claramente valoradas. Sus ideas no tienen consecuencias prácticas, recibiendo incluso una respuesta de la mano del propio

Gomes da Silva, donde se reafirman sin equívocos los criterios ya adoptados por la DGEMN.

La naturaleza ideológica y conmemorativa de los trabajos de restauración tuvo como momentos destacados las festividades debidamente exploradas de las Conmemoraciones Centenarias de 1940 – VIII Centenario del Nacimiento de Portugal y el III Centenário de la Restauración de la Independencia Nacional –, situación en la que la política de intervención en monumentos es incluso reforzada. Se constituyen núcleos de actuación en Guimarães, la *cuna de la nacionalidad*, y en Vila Viçosa. Por todo el país los castillos, catedrales, antiguos conventos e iglesias son objeto de campañas de obras guiadas por la importancia de los inmuebles en detrimento de su valor estético y de su función y hábitos religiosos.

Las Conmemoraciones, en 1960, del V Centenario de la Muerte del Infante D. Henrique, figura emblemática de los Descubrimientos Portugueses, son el último acto festivo y propagandístico del Estado Nuevo asociado a la expresión legitimadora de los monumentos atendida por la DGEMN. Será también en 1960 cuando termina el mandato del ingeniero Henrique Gomes da Silva al frente de la Dirección General, punto de encuentro de una interacción operativa entre la perspectiva de la historia de la nación que tenía el régimen y la acción práctica de los técnicos de la DGEMN.

Rogério de Azevedo y la DGEMN

Con la creación de la DGEMN, en 1929, Baltazar de Castro se dirigió a la Dirección de los Monumentos del Norte, siendo nombrado Director Interino en 1930. Seis años después asumió el cargo efectivo de Director de los Monumentos Nacionales, en Lisboa, dejando libre el anterior puesto que vendría a ser ocupado por Rogério de Azevedo hasta 1940, quien se enfrentaría a muchas campañas de obras en monumentos en curso.

La acción de Rogério de Azevedo se inscribe en diferentes actuaciones de reintegración de inmuebles de estilos y épocas bien diversificadas. Entre otros, colaboró en la restauración de la Capilla de S. Frutuoso de Montélios después de un largo y controvertido proceso de intervención iniciado al comienzo de los años 30, desarrolló el proyecto para el ábside de la Iglesia de S. Pedro de Rates

y dirigió las exploraciones e intervenciones en el templo. Fue también el responsable del estudio, proyecto y dirección de las obras de reintegración del Palacio de los Duques de Bragança, del parque adyacente y de la reinstalación del Monumento a D. Afonso Henriques, en Guimarães; una acción que debido a la prolongación de las obras se transformó en un proyecto a varias manos. Tres ejemplos de intervenciones, tres casos paradigmáticos de su trabajo en la DGEMN.

Pero su acción en la DGEMN no se ciñó a la intervención en el patrimonio monumental. Ejemplos de esto son la reelaboración del proyecto para la Iglesia Parroquial de São Mamede (Madail), una construcción “de raíz” en el medio rural, la deslocalización del cementerio de la Iglesia de Bravães (Puente da Barca) después de su reintegración o el proyecto de arreglo de la inserción del Monumento a D. António Barroso em Barcelos.

En las campañas de obras de restauración de los Monumentos Nacionales de la DGEMN era práctica común no realizar proyectos previos o estudios arqueológicos. Son ejemplo de eso las obras en la Capilla de S. Frutuoso de Montélios, *resuelta* como un enorme puzzle de piedras después de su casi total desmontaje por parte del equipo que inició los trabajos, las obras en la Iglesia de S. Pedro de Rates en la que fue destruida la bóveda artesonada de la nave lateral sur y, simultáneamente, fueron marcadas todas las piedras antiguas, distinguiéndolas así de toda la reconstrucción moderna, o el Palacio de los Duques de Bragança que tuvo un diseño completamente original para su alzado principal debido a su inexistencia en la época, a la falta de estudios profundos y a un programa de utilización funcional del edificio como una instalación.

Paralelamente a la búsqueda de la reutilización de los materiales antiguos provenientes de excavaciones, exploraciones y demoliciones efectuadas en obra y de un conocimiento histórico y empírico sobre los materiales y las técnicas utilizadas, fueron a veces ejecutadas estructuras de cemento armado, *enmascaradas* con revestimientos de madera o piedra, en una interpretación algo libre de los principios incluidos en la Carta de Atenas de 1931.

La falta de ornamentación, la claridad y la unidireccionalidad de lectura, el gusto por la exposición de espacios y volúmenes prismáticos y un considerable resentimiento contra todo lo que se viene a añadir a esa matriz ideal, eran referencias presentes en la ideología de restablecimiento del aspecto primitivo

de los edificios en su claridad fundacional que el tiempo habría destruido, marcando la actuación de la DGEMN en las primeras décadas de su existencia.

Rogério de Azevedo encarnó con cierta liberalidad, desde el inicio, los criterios definidos por la DGEMN. El gusto por los estudios histórico-arqueológicos lo lleva a buscar orientación en las exploraciones que realiza en los monumentos donde interviene y en la documentación que sobre ellos investiga, en un proceso de trabajo donde proyecto y ejecución se mezclan en el tiempo.

Autor de diferentes informes, éstos muestran una sensibilidad coherente con la institución en la que estaba inserto. Ya el conjunto de sus bocetos y diseños de proyecto son de forma general detallados y acompañados por detalles decorativos elaborados, denotando el gusto por las texturas y por el claroscuro, pero en realidad gran parte del trabajo final se realiza en obra.

En los tres casos paradigmáticos de su trabajo anteriormente referidos, Rogério de Azevedo adopta diferentes metodologías de aproximación y concreción de los respectivos proyectos, revelando una conciencia del carácter formal de la imagen pública de los edificios a intervenir y de su respectiva organización espacial basada en criterios puramente funcionales.

Al encarar la práctica de la restauración como un ejercicio eminentemente estetizante, un ejercicio que asume la primacía del carácter plástico de las formas independientemente de su historicidad, Rogério de Azevedo tiende a valorar la memoria del objeto arquitectónico en detrimento del sentido histórico y documental del monumento, sin dejar, no obstante, de encarnar profesionalmente la definición boitiana de arquitecto restaurador como síntesis entre el historiador, el constructor y el artista.

OBRAS PARADIGMÁTICAS

CAPILLA DE S. FRUTUOSO DE MONTÉLIOS

Con la construcción de la nueva iglesia del Convento de la Orden de S. Francisco, en el siglo XVIII la Capilla de S. Frutuoso de Montélios – pequeño templo prerrománico de planta en cruz griega, de brazos iguales, y una torre crucero atravesada por pequeñas ventanas dobles de arcos de herradura – es

integrada como capilla lateral de la Iglesia de S. Jerónimo del Real. La entrada principal situada en la fachada oeste, entonces destruida, se transformada en una gran arcada y escalera, y los brazos E y N son modificados.

Ernesto Korrodi da a conocer en un artículo titulado *Un monumento bizantino-latino en Portugal (Um Monumento Bizantino-Latino em Portugal)*, en 1989, la capilla que se encontraba encubierta sobre el complejo del edificio del Convento. Las dificultades de reconstrucción suscitarían a partir de entonces una gran polémica alrededor del monumento, tanto en lo relativo a su clasificación e inclusión en alguno de los monumentos artísticos de la Edad Media, como en lo relativo a su posible reintegración.

Las obras de limpieza se iniciaron en 1931 bajo la responsabilidad del médico Jerónimo de Sousa Louro y del arquitecto João de Moura Coutinho, una “Comisión de arqueólogos locales” orientada por la tesis de que el monumento habría sido ordenado construir por S. Frutuoso para su sepultura, en el siglo VI, según el modelo del mausoleo de Gala Placidia de Ravena.

Demolidas las intervenciones del siglo XVIII y posteriores, se volvió evidente la planta en cruz de brazos iguales, conteniendo tres de ellos un ábside en curva casi circular. Del brazo norte, a excepción de la parte de su entrada, nada se conservaba, por lo que su reedificación fue totalmente nueva. La torre central se encontraba bastante bien conservada. Baltazar de Castro aprueba lo realizado y determina la continuación de los trabajos por parte de la Comisión.

Después de la demolición parcial de la capilla, de las investigaciones y estudios realizados, la Comisión de arqueólogos locales inicia la restauración. Las piedras provenientes de las demoliciones son utilizadas en la reconstrucción hasta prácticamente la restauración integral. Se instala la polémica entre los defensores del “visigotismo” del monumento, como Moura Coutinho, y los defensores del “mozarabismo”, como Manuel Monteiro, no habiendo en Portugal monumentos congéneres cuyo estudio permitiese apoyar la continuación de los trabajos de restauración.

Ante las polémicas y la resistencia de la obra, la DGEMN decide intervenir en 1938, asumiendo la conducción de las obras. Rogério de Azevedo asume la responsabilidad de las mismas y un año después informa a Baltazar de Castro de la existencia de un proyecto. El estudio que presenta estaría realizado en base a los vestigios existentes y por analogía con un monumento carolingio,

semejante al de S. Frutuoso que estudió en Venasques, en la región del sur de Francia.

Poco después, ya en 1942, las obras fueron paradas por iniciativa de la propia DGEMN ante la falta de elementos precisos que permitiesen darle conclusión, limitando su actuación al asentamiento de la cobertura para la defensa del monumento.

IGLESIA DE S. PEDRO DE RATES

Proyecto de restauración

Rural y aislada de las casas adyacentes por una plaza, la Iglesia de S. Pedro de Rates es una iglesia conventual románica de planta compuesta, de cruz latina y tres naves con cuatro tramos de tamaño desigual, falso transepto, ábside y absidiolos redondos precedidos de un tramo recto. La iglesia posee bóvedas quebradas de cañón en el transepto y en el ábside y bóvedas redondas de cañón en los absidiolos, siendo lo restante rematado por coberturas de madera. El acceso al templo se hace por un portal principal inserto en la fachada asimétrica con contrafuertes.

Existen vestigios de un templo prerrománico, que comenzó a ser reedificado por iniciativa de los Condes D. Henrique y D. Teresa, entre 1096 y 1100, según una planta basilical de tres naves, cinco tramos y transepto, siendo donado al priorato cluniacense de La Charité-sur-Loire. Más tarde el templo sufrió un cambio en el sentido del plan benedictino portugués hacia una iglesia de tres naves. Esta alteración no habría sido llevada hasta el final después de haber intentado conjugar las dos plantas: la de la iglesia condal que estaba siendo destruida y la *nueva* que se edificaba.

Debido a las sucesivas alteraciones de su construcción a lo largo de los siglos XI, XII y XIII, Rates presenta numerosas anomalías e irregularidades. Las naves muestran cuatro tramos desiguales, siendo los dos últimos más pequeños que los restantes. Las naves laterales tienen longitudes diferentes, resultando la nave norte (izquierda) más larga que la nave sur (derecha). La desarticulación de los elementos estructurales también se encuentra reflejada en la falta de uniformidad de los alzados.

Las reformas más significativas a las que Rates estuvo sujeta se dieron en el siglo XVII con la construcción de la torre del campanario sobre el brazo norte del transepto y la ampliación de la capilla mayor.

La DGEMN realiza una profunda intervención de restauración del monumento entre 1930 y 1940. Con el fin de reconstruir el edificio, rellenando los vacíos a partir del análisis de los cimientos o de los detalles arquitectónicos restantes, son eliminados todos los elementos que se considera que no se ajustan a su estilo original, especialmente de los siglos XVII y XVIII. La restauración no implica la demolición de las bóvedas quebradas de cañón o de los arcos ojivales, elementos de transición hacia el gótico, pero no conserva la bóveda artesonada de la nave lateral sur, considerada como una incongruencia estética.

En 1937 Baltazar de Castro solicita a Rogério de Azevedo el presupuesto relativo al desmontaje de la torre del campanario y su reconstrucción en otro lugar, así como para la posible reconstitución de la capilla mayor. El hemiciclo primitivo había desaparecido encontrándose en el suelo los cimientos de la respectiva pared. A finales de 1938 Rogério de Azevedo presenta el proyecto para la reconstitución de la capilla mayor, iniciándose inmediatamente los trabajos de su construcción.

Tras la salida de Rogério de Azevedo de la DGEMN, la obra prosigue y, después de 1944, se construye un campanario en el espacio de detrás de la iglesia, adosada a un edificio ahí existente.

El proyecto en el contexto de las prácticas de la DGEMN

La restauración de la Iglesia de S. Pedro de Rates, pretendiendo ser lo más honesta posible, llegó al punto de señalar todos los fragmentos originales con manchas de color ocre. Pero situaciones como la destrucción de la bóveda artesonada que cubría la entrada lateral sur por chocar con los principios de unidad de estilo, la reconstrucción integral de la capilla mayor con la destrucción de la que la había sustituido en el periodo moderno, la destrucción de los altares barrocos o del revestimiento de azulejos del siglo XVII que cubría parte de las paredes del templo, no fueron casos aislados y motivaron reacciones.

En el esfuerzo restaurador emprendido por la DGEMN destacan diferentes errores de interpretación artística, especialmente la destrucción de contribuciones de sucesivas épocas clasificados como atentados contra el patrimonio artístico y monumental. Prácticamente en todos los templos intervenidos muchas de las estructuras decorativas de los siglos XVII y XVIII, generalmente de factura barroca, que decoraban los templos medievales, fueron desmontadas o destruidas.

La Iglesia del Monasteiro de Leça do Bailio es ejemplo de esto mismo. Construida en el siglo XIV según un programa gótico, es una iglesia de carácter defensivo. Las obras de restauración se realizaron entre 1927 y 1938, dirigidas por Baltazar de Castro. Después de la separación de la iglesia y del palacio, lo que obligó a la demolición de los edificios que unieron los dos cuerpos, la cabecera fue en parte reconstruida a partir de elementos existentes y su interior fue revestido de una falsa sobriedad. Investidos de una fingida espiritualidad, el despojamiento de la piedra desnuda de los templos medievales era símbolo de valores morales y religiosos que se pretendía recuperar.

También en la Iglesia benedictina de Cete fueron demolidos el púlpito y cuatro altares que *obstruían* la iglesia. Este procedimiento asumió mayor alcance en la Iglesia románica de Cedofeita, cuyas obras de restauración se realizaron entre 1930 y 1935, y donde además de los altares también fue derribada una capilla que ocultaba parte de la fachada norte. En el Palacio de Sousa, sería la torre del campanario erguida junto a la fachada de la iglesia en las reformas efectuadas en el siglo XVIII, la que fue demolida. En la Iglesia románica de Santiago, en Coimbra se procedió a la traslado de una capilla lateral del gótico tardío existente en la nave sur para la nave norte del templo, alteración motivada por el alargamiento de la calle transversal cercana. Las obras de restauración de este templo fueron tan largas y complejas que la propia DGEMN asume la redistribución del culto a un nuevo templo erigido en sustitución y representación del antiguo. Pero tal vez uno de los casos más escandalosos sea el de S. Pedro de Lourosa, uno de los escasos templos prerrománicos todavía existentes, sujeto a la reorganización y reconstrucción de todos sus espacios.

Todas estas intervenciones dejan patente cómo en estas restauraciones la iglesia, cuando es interpretada como una casa, se transforma en una sala desnuda de gran parte del mobiliario litúrgico. En consonancia con los principios

de restauración, se percibe un modelo de severidad y sobriedad muy diferente del original que se restaura, en la imposibilidad de alcanzar el ideal de una totalidad primitiva.

PALACIO DE LOS DUQUES DE BRAGANÇA

Palacio de los Duques de Bragança – estudio y proyectos de Rogério de Azevedo

El Palacio Ducal, amplio conjunto palaciego en forma de cuadrilátero con 60 metros de lado, de construcción inicial del siglo XV y cuna de la Casa de Bragança, es una de las más suntuosas y desarrolladas viviendas civiles en el marco tardomedieval portugués, presentando características claras de fortificación, pero abierta a valores funcionales y civilistas propios de la época.

Cuando en 1937, a cargo del arquitecto Rogério de Azevedo se iniciaron los trabajos de restauración y reconstrucción del Palacio de los Duques de Bragança, en Guimarães, éste se encontraba profundamente arruinado, habiendo desaparecido prácticamente su estructura y siendo sucesivamente desfigurada por las obras de adaptación a los diferentes cuarteles que desde 1807 allí se instalaron.

Disfrutando de la carga simbólica de *cuna de la nacionalidad* que presentaba la ciudad de Guimarães, y en un momento en el que se preparaban las Conmemoraciones Centenarias de 1940, la restauración del Palacio pretendió prepararlo como residencia del Presidente de la República en el Norte del País, al mismo tiempo que se realizaba su recuperación para fines museológicos.

Pero las obras de restauración se prolongaron mucho más allá de las Conmemoraciones. Con las salidas de Rogério de Azevedo de la DGEMN, en 1940, y de Baltazar de Castro, en 1949, los trabajos entraron en un ritmo lento, dándose como concluidos en 1959.

Como resultado de todo este proceso de restauración profunda, que alteró drásticamente el perfil de la construcción que había sobrevivido hasta entonces, se hizo la recreación arquitectónica del edificio como debería de ser, no obstante, sin nunca haberlo sido. El espacio fue reorganizado por completo, volviéndose

apto para funciones de representación del Estado. Desde el patio central, con resonancias claustrales, hasta los tejados a cuatro aguas, todo fue reconstruido y homogeneizado. El resultado final es un palacio señorial de matriz francesa, a pesar del apego a las simetrías.

Memória histórica y justificativa

Rogério de Azevedo, por la responsabilidad que tuvo en el estudio y preparación de una memoria histórica y justificativa para el proyecto y obras de restauración que hizo del antiguo Palacio y ante la singularidad de este monumento en relación a los Palacios existentes en el país, sintió la necesidad de profundizar, en la medida en que los documentos lo permitían, en la historia del Palacio Ducal abandonado y en proceso de degradación desde la segunda mitad del siglo XV.

Ocupado como cuartel militar entre 1807 y 1935, del Palacio persistían dos cuerpos laterales con coberturas ilegítimas y una división interna ya alterada en diferentes ocasiones por las obras de adaptación realizadas por los diferentes cuarteles. Se percibía bien la planta original y el lugar de implantación de la capilla, situada en el primer piso, y a la cual se accedía por una galería. La fachada posterior, lo más notable del edificio, estaba formada por tres cuerpos salientes ligados por otros dos entrantes y el conjunto se encontraba sin tejados ni pavimentos. El alzado principal se reducía a la planta baja.

Las obras de reconstrucción comenzaron inmediatamente en 1937. No fue sin embargo incluida la galería del claustro, porque era necesario proceder primero a realizar excavaciones para su estudio. Se hizo el levantamiento de lo existente y se inició el registro fotográfico sistemático de toda la obra.

Año y medio después, Rogério de Azevedo se queja de la falta de determinación en el destino a dar a la obra y de que las soluciones interiores no acompañan a las del exterior, casi todas esclarecidas y diseñadas, gracias en parte a los vestigios encontrados y por analogía con las construcciones francesas coetáneas del mismo género. Inicialmente se solicitaría a Rogério de Azevedo un estudio atendiendo a su utilización para la instalación de los servicios culturales de la ciudad, en detrimento de los servicios de la administración municipal. Posteriormente fue también avanzada la idea de instalar allí el propio Ayuntamiento. Entre tanto, surgió la idea de aprovechar

cierta parte del edificio para ser adaptada como residencia presidencial temporal. Persistía la indefinición del programa y se acentuaba la separación entre los aspectos funcionales, necesarios para la definición del interior, y el estudio de las fachadas.

Los proyectos

Son probablemente de 1939 los primeros diseños del proyecto de restauración que Rogério de Azevedo dejó en la DGEMN. La fachada principal, la única de la que sólo se conservaba la planta baja y para lo que la inexistencia de documentación era casi total, fue uno de los aspectos más polémicos del proyecto presentado, conservando el mismo espíritu del proyecto de Marques da Silva para el nuevo edificio del Ayuntamiento: a través de un elemento formal unificar simbólicamente los edificios públicos más relevantes de la ciudad. Rogério de Azevedo aprovechó de lo existente el portal de entrada que define un eje con el de la capilla. Inmediatamente por encima, al nivel de la sala de recepciones en el primer piso, propuso la construcción de un balcón y tres grandes ventanas ojivales.

Más tarde hizo una segunda propuesta. En ella las aberturas al nivel del primer piso son de una tipología idéntica a la de las otras plantas. El nuevo trazado transforma el Palacio en un volumen puro, simétrico, racional. En ninguna de las propuestas se consideró la posibilidad de que hubiese tenido más de un piso o de que fuese asimétrico.

Rogério de Azevedo presenta también dos variantes a la solución del patio, una vez que en el devenir del estudio le habían surgido dudas sobre la implantación de una escalera de acceso a la galería superior del mismo. El acceso interior a los palacios se hacía, en los torreones del cuerpo de la capilla, por escaleras de caracol. Otras escaleras de nivel se abrían en el interior del muro de soporte de la capilla, permitiendo el acceso del patio a la galería superior.

La realización de exploraciones permitió a Rogério de Azevedo encontrar los cimientos para el apoyo de los arcos de la galería del patio. No obstante, no se explicita si los cimientos fueron encontrados en todas las cuatro caras interiores. A excepción del cuerpo de entrada, las fotografías anteriores a la restauración muestran que las restantes paredes conservaban los orificios para el encaje de las vigas de soporte del pavimento de la galería superior. Por otra

parte, ningún documento o vestigio indica que la fachada principal del Palacio, que estaba reducida a la planta baja, hubiera sido maciza, cerrada y tan alta. Podría haber arrancado, como una *loggia*, dando continuidad a las galerías del patio y confiriendo otra presencia a la capilla que constituye el eje de construcción del Palacio. El modelo de referencia más próximo del Palacio Ducal de Guimarães, con el que presenta numerosas similitudes, se encuentra en el Palacio de los reyes de Maiorca, en Perpignan, construido entre 1262 y 1330, y no tanto en los edificios palaciegos del renacimiento italiano o en sus sucedáneos franceses.

Parque del Castillo

Paralelamente a las obras de restauración del Palacio Ducal, la DGEMN procedió a la restauración de los otros dos monumentos nacionales localizados en el Monte Latito: El Castillo fundado en la segunda mitad del siglo X y la Iglesia románica de S. Miguel do Castelo. Para rodear estos tres monumentos, Rogério de Azevedo elaboró un estudio de urbanización.

A finales de 1936, el Ayuntamiento presenta a la DGEMN el proyecto para la *Regularización de los Terrenos del Parque del Castillo de Guimarães*. Rogério de Azevedo lo considera útil, teniendo la virtud de desahogar el terreno que rodea el Castillo y la Capilla. El proyecto regulariza los terrenos y calles limítrofes y, simultáneamente, es un pretexto para marcar el espacio circundante como parque monumental. Ya al final de 1938 se une al conjunto la Plaza de S. Salvador, amplia superficie al norte del Castillo, que con las calles que le dan acceso también será objeto de un plan de urbanización.

Ante las nuevas posibilidades que la prolongación del área de intervención urbana proporciona, Rogério de Azevedo hace el anteproyecto de urbanización para los terrenos alrededor de los tres monumentos incluyendo la Plaza de S. Salvador. Al documento adjunta un esbozo de propuesta para el traslado del Monumento a D. Afonso Henriques desde la Plaza de Toural hasta la colina del Castillo. Desligando el grupo monumental del tejido urbano todavía existente, valora la importancia de la plaza en el conjunto tratándolo como una enorme platea para representaciones al aire libre, que tienen por palco la pequeña pendiente del Castillo. Más tarde entrega el proyecto definitivo, asociando al

espíritu del lugar valores de representación y escenificación del estado y de su unidad.

Conclusión de las obras y diseños finales

En 1941, después que Rogério de Azevedo hubiera abandonado la DGEMN, se inicia la construcción de la fachada principal, probablemente de acuerdo con el diseño de su segunda propuesta. A través de la medición del Palacio de los Duques de 1761 pasaron a conocerse muchas de las características del edificio cerca de 300 años antes. Con todo, el Palacio Ducal no tiene hoy dos de las características que Rogério de Azevedo siempre defendió que habría tenido en altura: el cobertizo y la escalera de acceso a la Capilla. El cobertizo, presente en todos los diseños de Rogério de Azevedo, desapareció del proyecto final sin que este hecho haya generado polémica. No sucedió lo mismo con la escalera. Construida en 1943, fue también demolida en los años 40. El frontón principal de la Capilla y la entrada en la galería superior del patio, igualmente presentes en los diseños, también desaparecieron.

En el plan de las obras a realizar en 1942 había sido incluida la conclusión de diferentes salas para la instalación del Museo Alberto Sampaio. Joaquim Areal, arquitecto que sucede a Rogério de Azevedo, informa a Baltazar de Castro de la inviabilidad de tal objetivo por ser insuficiente la investigación de todos los elementos arquitectónicos, gráficos y bibliográficos para ejecutar tal obra, excluyendo la posibilidad de ordenar los trabajos que permitiesen la conclusión parcial y sucesiva de los diferentes cuerpos del edificio. Esta situación se mantuvo hasta 1947, año en el que se realizan nuevos diseños. Pero la función a la que destinar el edificio todavía no estaba completamente consolidada.

En 1954 el proyecto para la Plaza de S. Salvador realizado por Rogério de Azevedo es replanteado. El pabellón en el extremo norte, destinado a instalaciones sanitarias, no se considera. Sobre la conclusión de la restauración del Palacio, el nuevo Ministro de Obras Públicas, asumiendo la dirección del proceso, determina la rápida realización del estudio de la capilla, de la cobertura del claustro y de la residencia presidencial y, al año siguiente, se solicita al arquitecto Luís Benavente un estudio para la conclusión integral de la obra de restauración y del arreglo del entorno.

Ya en 1956 el Ministro, interesado por el estudio pormenorizado de la capilla y del proyecto del cobertizo exterior junto a la fachada nordeste del Palacio publicados en el libro de Rogério de Azevedo sobre el Palacio Ducal, solicita la presentación de soluciones. En la fachada nordeste ya existía un goterón y ménsulas de cantería para el apoyo del cobertizo. El proyecto para el arreglo del interior de la Capilla, basado en el proyecto de Rogério de Azevedo, tuvo que ser adaptado a lo ya construido y, sobre todo, a las características de la cubierta.

La restauración del Palacio de los Duques llevó cerca de 25 años hasta su conclusión, siendo solemnemente inaugurada el 24 de junio de 1959. Todo el primer piso fue transformado en un museo. La Presidencia de la República quedó reducida a siete aposentos en el segundo piso con dos suites, una en cada extremo, y cinco habitaciones intermedias para la comitiva.

Ante el programa de restauración del Palacio con la imposición de su reutilización bajo novas funciones y el carácter de urgencia que lo acompañaba, al encontrarse su estructura muy adulterada y en ausencia de elementos seguros para su reedificación, Rogério de Azevedo desarrolló su trabajo a través del análisis de los elementos restantes, nunca trabajando a partir de la nada, sino procurando la comprobación en las ruinas existentes a través de exploraciones y excavaciones, y llevando así a cabo un trabajo mucho más coherente con la restauración histórica, más próximo al pensamiento de Camilo Boito que a la restauración en estilo.

CONCLUSIONES

Rogério de Azevedo fue un arquitecto de su generación, atento a su tiempo, abierto y permeable a las nuevas ideas, sin dejar de ser un discípulo de Marques da Silva, y nunca negando su formación *Beaux-Arts*.

Su formación clásica no le impidió abrirse al modernismo y a las nuevas técnicas y lenguajes que generalizó el siglo XX, sino también a prácticas apartadas de modelos eruditos, sin quedar atrapado en la reproducción de

modelos, fórmulas o ideales, y realizando antes, en algunos de sus trabajos, una síntesis de prácticas y de imágenes a veces dispersas y distantes.

Una obra hecha de una diversidad de estilos y formas arquitectónicas propias de su manera de encarar la práctica proyectual, pero no tan diferente de sus colegas de la misma generación. Igual que ellos, y por su formación humanista clásica, se encontraba preparado para trabajar con los valores modernos, mostrándose también consciente de cómo algunas de sus propuestas, como el proyecto de las oficinas del diario *O Comércio do Porto* o el anteproyecto de la ciudad jardín de la Abelheira, en Viana do Castelo, fueron innovadoras para la época.

Con una carrera intensa caracterizada por el rechazo de la modernidad como único paradigma en el que basar la búsqueda formal, su obra estuvo igualmente marcada por la investigación de un lenguaje regionalista, revelando idéntico dominio y facilidad en el trabajo de una arquitectura de piedra, precisamente en continuidad con la tradición de su formación, y utilizada por él tanto por fuerza de las circunstancias de la obra, como por su propia y deliberada voluntad, o en su utilización de las nuevas técnicas constructivas que el siglo XX y el modernismo proporcionaron.

Conciliando modernidad y tradición, su trabajo no parece haber provocado en él un debate interior entre valores modernos, tradicionales o mismo vernaculares, ni proporcionó tal discusión crítica pública para la época. Ni la coherencia formal de la obra para la obra fue para él, claramente, un objetivo de proyecto, ni pasaba por la creación de una marca propia de autor.

Oriundo de una generación de arquitectos de formación modernista embrionaria, para quienes la elección de lo moderno, alternado en sus prácticas con el regionalismo o el eclecticismo historicista, no era una cuestión ideológica, social o filosófica, Rogério de Azevedo presentó una postura que no implicaba por su parte cualquier reflexión teórica sobre el proyecto de arquitectura. Era una opción puntual, dependiente del programa del edificio, de su localización y de los materiales a utilizar en su construcción. Para ellos lo moderno fue simplemente un estilo disponible, una nueva forma de construir integrando una concepción funcionalista y racionalista de la arquitectura.

Si los programas públicos al final de la década de los años veinte e inicio de la de los años treinta, que dan en ocasiones continuidad a programas

anteriores y se fundamentan (o justifican) en necesidades de tipo práctico y económico, muchas veces partiendo de la iniciativa local con todas sus limitaciones inherentes, pudieron condicionar la expresión individual de los autores, Rogério de Azevedo aparentemente no se habría sentido condicionado o presionado por tales hechos, respondiendo de forma genuina a los trabajos que le habían sido encomendados, encontrando siempre en ellos puntos de convergencia o formas de expresar sus preocupaciones y valores, renovándose al no fijarse nunca en dogmas o esquemas en el interior de un microcosmos persoal, reconociendo valor en la diversidad de las experiencias, aunque fragmentarias y locales, y teniendo siempre el paisaje como un punto de referencia para su arquitectura. Una arquitectura que, en una libre interpretación del modernismo, se articula en torno al lugar, a la arquitectura tradicional portuguesa y a la historia. Si en su recorrido hubo alguna aproximación a aquello que vino a llamarse arquitectura Portugués Suave, se habría dado en 1945 con el proyecto del Hotel Infante de Sagres, en Oporto.

En gran parte de sus proyectos, tal vez fruto de su formación y también por convicción, Rogério de Azevedo recurrió a la utilización de una composición centralizada y basada en la simetría, tanto en edificios situados en esquina como en otras situaciones de implantación. Simultáneamente, esta solución compositiva se fue desdibujando a medida que se afirmaba el tema de la horizontalidad en su obra, presente desde el inicio de su trabajo en los proyectos de cariz más regionalista que desarrolló para el interior norte del país, como un contrapunto de modos y maneras de pensar el proyecto.

Rogério de Azevedo no huyó de las aparentes contradicciones de sus colegas de generación y también contribuyó, como muchos de ellos, aunque de forma modesta, a la edificación de algunas instalaciones públicas singulares donde podemos encontrar variedad de formas.

Si Rogério de Azevedo tuvo cierta participación, aunque remota, en la ejecución de algunos de los programas públicos de proyectos-tipo desarrollados por el Ministerio de Obras Públicas, en el caso de los programas de Escuelas Primarias Oficiales – Proyectos-tipo Regionalizados de Escuelas Primarias Oficiales de 1935 para construir en serie – y de las Posadas Regionales del SNI, de 1938-1939, su participación fue completa.

Con la actividad de su estudio adquirirá gran práctica en la realización de proyectos de escuelas primarias y otras instalaciones públicas para el norte y centro del país, sabiendo cómo esbozar detalles y emplear el granito, la pizarra o el ladrillo, integrando el proyecto en el entorno y disponiendo del conocimiento *in situ* de las regiones que trabajaba.

Fue así como, al contrario que otros arquitectos, los proyectos que realizó para escuelas primarias presentaron siempre preocupaciones de inserción regionalistas, revelándose como un autor con un léxico propio y una aparente facilidad para el trabajo en colaboración con otros arquitectos, pero que no dejaba de interpretar y de cuestionar el patrimonio escolar edificado y la tradición de cada lugar con espíritu de apertura y sin tomarlos nunca como valores estancados. Preocupaciones éstas ya reveladas anteriormente por él en los proyectos de las Escuelas Dr. Alfredo de Magalhães y continuadas posteriormente.

En el recorrido que realizó, iniciado por el proyecto de la Escuela Primaria de Lourosa y por el principio de la idea de aula como una célula espacial, siguiendo una orientación funcionalista, Rogério de Azevedo desarrolló un conjunto de variaciones del mismo tipo básico a través de la suma en la composición de células/aulas que se repiten, teniendo en su génesis algunas ideas básicas: la simplicidad de los edificios y el establecimiento del máximo de estandarización, creando incluso, a partir de los elementos base, tipologías cuya adaptabilidad y flexibilidad de soluciones van a encontrar su máxima expresión en el proyecto especial de la Escuela-Comedor Salazar en Santa Comba Dão, en 1938, obra en la que alcanza el pleno dominio de los medios expresivos y que sintetiza los valores definidos en los proyectos-tipo regionalizados que son anteriores; proyecto éste que es ya el resultado de un proceso en que Rogério de Azevedo no se inhibe de experimentar e incluso romper con un aparente *sistema* montado por él mismo.

Esta experiencia, a la que se le suma la práctica de una arquitectura de orden privados y los estudios, exploraciones e intervenciones de restauración en el trabajo desarrollado por él en la DGEMN a partir de 1936, junto con el dominio del diseño, del uso de diferentes materiales y de la utilización de diferentes técnicas de construcción, le facilitaron los instrumentos creativos y las claras

opciones necesarias para la ejecución de los proyectos de las Posadas del SNI todavía en 1938.

Teniendo todas de base el mismo programa, las Posadas merecieron, fruto del reconocimiento/elección de los lugares, una estrategia diferenciada, resultando no un conjunto de propuestas referenciadas en una tipología previa, o auto-referenciadas, sino tres edificios únicos. El *gesto* de la Posada do Marão, la *estabilidad* de Serém y la *depuración* de Serra da Estrela en las que el dinamismo de las composiciones volumétricas, la articulación orgánica de los volúmenes de los espacios con la topografía, la escala controlada, la jerarquía de los espacios entre sí y en relación al exterior y al empleo de los materiales típicos de cada región, se reflejan en las opciones de lenguaje, en el expresionismo de sus texturas y expresiones táctiles, en un sólido anclaje al suelo, fuertemente acentuado por la cuidada implantación en el terreno en una unión continua con la topografía. Estratégicamente dominando el territorio alrededor y disfrutando de una insolación privilegiada, los edificios se dejan envolver por el panorama en una expresiva apertura de los espacios interiores al paisaje. Son edificios cuyos esquemas conceptuales anteceden cualquier parte formal, revelando un profundo conocimiento de la esencia de la arquitectura, en una síntesis ordenada y coherente de sistemas constructivos y sugerencias formales de diferentes orígenes.

Si al frente de la Dirección de los Monumentos del Norte, en la DGEMN, Rogério de Azevedo fue obligado a generar un número elevado de procesos de clasificación, presupuestos de obras, intervenciones de recuperación, consolidación y restauraciones de numerosos monumentos, particularmente de numerosas iglesias románicas, sin que para el efecto fuesen realizadas exploraciones, estudios previos arqueológicos y, en ocasiones, los propios proyectos de intervención, teniendo que apoyarse sólo en presupuestos y planos de obras, en una práctica recurrente de los servicios, ya en las obras más significativas, aquellas en las que él mismo desarrolló un proyecto de intervención, se reveló siempre poco afín a los principios *simples* y angulares que dirigían las intervenciones de restauración/reintegración definidos superiormente en la DGEMN.

Siendo norma de los servicios la intervención estilística en procesos de reintegración de los monumentos, Rogério de Azevedo siguió otros caminos

guiando su acción, siempre que era posible, con un minucioso trabajo de investigación documental y el cuidado análisis del monumento a intervenir (como en los Palacios de los Duques de Bragança, en Guimarães), con la realización de exploraciones y excavaciones previas a la ejecución del proyecto (en la Iglesia de S. Pedro de Rates, Póvoa de Varzim) que informasen de la corrección de las soluciones presentadas en los proyectos (en los Palacios de los Duques de Bragança, en Guimarães) o con la búsqueda de ejemplos y referencias susceptibles de orientar las elecciones proyectuales (en la Capilla de S. Frutuoso de Montélios, Braga, y en el Palacio de los Duques de Bragança, en Guimarães). Si algunas de las propuestas iniciales, fruto de las constantes investigaciones en los primeros diseños y maqueta del proyecto de restauración del Palacio de los Duques de Bragança, no tuvieron seguimiento por diferentes circunstancias – probablemente por no conciliar ni con las nuevas funciones ni con la imagen pretendida para el monumento – en el caso de la Iglesia de S. Pedro de Rates, el proyecto de reconstrucción del ábside sólo surge después de una campaña de excavaciones y exploraciones arqueológicas de las cuales Rogério de Azevedo extrae lecciones que servirán de base para el diseño de proyecto.

Así, y contrariando la práctica habitual, Rogério de Azevedo se aproxima claramente a una práctica de *restauración histórica*, llegando incluso a tener, como defensa de la memoria histórica y documental del monumento, la preocupación de marcar y diferenciar lo antiguo o preexistente de lo nuevo, de lo reconstruido o alterado por su acción, en el que la intervención en la Iglesia de S. Pedro de Rates es ejemplar, revelándose en eso más cercano a las ideas de Camilo Boito que a las teorías de unidad de estilo de Viollet-le-Duc y de la reintegración estilística impuestas por los servicios.

En realidad, Rogério de Azevedo sigue un recorrido autónomo, donde lo clásico, tradicional y moderno se mezclan, sin sentirse nunca atrapado incluso cuando sus propuestas fueron puestas en tela de juicio, renovándose continuamente en el reconocimiento de sus capacidades instrumentales y en su preparación como constructor. Un recorrido difícil de organizar en categorías operativas discursivas o formales pero, sin embargo, capaz de dar continuidad a una transmisión generacional de ciertas prácticas de proyecto, de las que el arquitecto Januário Godinho es ejemplo.

ANEXOS

Índice

Anexo 1 – Rogério de Azevedo, Projectos	429
Anexo 2 – Rogério de Azevedo, Lista de livros e artigos publicados (por ordem cronológica)	435
Anexo 3 – Curriculum Vitae de Rogério dos Santos Azevedo, [1947]. N/ass., n/dat. <i>Processo do Professor Rogério dos Santos Azevedo</i> – FBAUP	437
Anexo 4 – "ANTE-PROJECTO DO PLANO GERAL DE TIPOS-REGIONAES DE ESCOLAS PRIMARIAS OFICIAES A CONSTRUIR EM SÉRIE. MEMORIA". Lisboa, 14 de Dezembro de 1933. Ass.: Guilherme Rebello de Andrade. <i>Processo de Expediente-Geral</i> , DGEMN – Arquivo da DGCE	439
Anexo 5 – "ANTE-PROJECTOS DE POUSADAS para as Regiões de ALCOBAÇA, ARRÁBIDA, S. BRAZ DE ALPORTEL, ELVAS, SERRA DA ESTRÉLA e VALE DO VOUGA. PARECER". Lisboa, 22 de Outubro de 1938. Ass.: Raul Lino. <i>Pousadas. Processo Geral</i> – IHRU, SIPA. Inédito	448

Anexo 1 – Rogério de Azevedo, Projectos

- 1918 – Colabora com o arquitecto Marques da Silva no projecto do Liceu Alexandre Herculano, Av. Camilo Castelo Branco, Porto. Projecto e obra de 1914 a 1931.
- 1918 – Colabora com o arquitecto Marques da Silva no projecto do Liceu Rodrigues de Freitas – actual D. Manuel II –, Praça Pedro Nunes, Porto. Projecto e obra de 1918 a 1932.
- 1925 – Edifício da Faculdade de Medicina do Porto – actual Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar –, no Largo Prof. Abel Salazar/Rua Prof. Vicente José de Carvalho, Porto. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro. Inaug. 1935.
- 1926 – Casa unifamiliar Baltar.
- 1927 – Hospital-Asilo de Vila Seca de Armamar, Viseu. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro. Início da construção em 1927 / inaug. 1931.
- 1927/33 – Escola Central, Viana do Castelo, em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro. Encomenda do Capitão Gaspar de Castro. Concluída em 1933.
- 1928 – Direcção das obras de construção do edifício da Maternidade Júlio Dinis, Largo da Maternidade, Porto. Projecto do arquitecto Georges Epitoux. Inaug. 1938.
- 1928/30 – Edifício do Jornal *O Comércio do Porto*, Av. dos Aliados, Porto. Projecto de 1928 / pedido de licenciamento de 1930.
- 1930 – Ante-projecto da Escola da Gandra, Valença do Minho. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro.
- 1930 – Creche de a Filial do Bonfim (*O Comércio do Porto*), Av. Fernão de Magalhães, Porto. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro.
- 1930 – Edifício comercial e de escritórios, gaveto das Ruas de St.^a Catarina e Firmeza, Porto.
- 1930 – Escola de Vila Mou, Viana do Castelo. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro.
- 1930 – Escola Primária de Alvarães, Viana do Castelo. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro.
- 1930 – Escola Primária de Fonte Grossa, Portuzelo, Viana do Castelo. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro.
- 1930 – Escola Primária de Lanheses, Viana do Castelo. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro.
- 1930 – Escola Primária de Lourosa, Oliveira do Hospital. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro.
- 1930 – Escola-Cantina “José Rufino”, Alijó. Em colaboração com os arquitectos Baltazar de Castro e Januário Godinho.
- 1930 – Garagem do Jornal *O Comércio do Porto*, Praça Filipa de Lencastre, Porto. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro.

- 1930 – Habitação unifamiliar para Francisco Ribeiro Cepêda, Av. dos Combatentes, Porto.
- 1930 – Habitação unifamiliar para Guilherme E. Lichford, Travessa de António Cardoso (actual Rua de António Patrício), Porto.
- 1930 – Habitação unifamiliar, Rua de Cândido dos Reis, Viseu. Encomenda do comerciante Nuno da Sola. Data e projecto não confirmado.
- 1930 – Projecto para concurso do Edifício do Palácio da Agricultura, Parque Eduardo VII, Lisboa. Com a colaboração dos arquitectos Areal e Januário Godinho. Data não confirmada.
- 1930/31 – Edifício na Rua Alvares Cabral, n.º 20, Porto. Colaboração do arquitecto Januário Godinho.
- 1930/31 – Estudo e projecto para a Escola Primária de Barrô, Águeda. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro.
- 1930/33 – Edifício (do Tribunal e) Paços do Concelho, Vila Flor. Data não confirmada.
- 1931 – Casa unifamiliar, Viana do Castelo. Encomenda do Dr. Oliveira e Silva. Data não confirmada.
- 1931 – Coreto da Beira Rio, Viana do Castelo.
- 1931 – Escola de Folgosa, Régua. Data e projecto não confirmados.
- 1931 – Escola de Vila Seca de Armamar. Data e projecto não confirmados.
- 1931 – Escola Primária de S. Salvador do Souto, Guimarães. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro.
- 1931 – Escola Primária de Soajo, Arcos de Valdevez. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro.
- 1931 – Escola-Cantina de Bustelo, Penafiel.
- 1931 – Escola-Cantina de Chaves.
- 1931 – Escola-Cantina de Novelas, Penafiel, Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro. Encomenda de Alfredo de Magalhães.
- 1931 – Escola-Cantina em Vila Nova de Santa Marta.
- 1931 – Hospital da Misericórdia, em Mirandela. Data e projecto não confirmados.
- 1931 – Urbanização, Geres. Colaboração do arquitecto Januário Godinho.
- 1931/34 – Direcção das obras de construção do Casino da Póvoa de Varzim. Em substituição do arquitecto José Coelho, autor do projecto do edifício.
- 1932 – Ante-projecto do Bairro Económico (Cidade Jardim), Abelheira, Viana do Castelo.
- 1932 – Cadeia da Comarca, Viana do Castelo.
- 1932 – Capitania do Porto, Viana do Castelo.
- 1932 – Escola Masculina de Santa Comba Dão, Viseu. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro.
- 1933 – Abrigo dos Pequeninos, Alijó.
- 1933 – Ampliação do Cemitério e seu muro de vedação, Alijó.
- 1933 – Ante-projecto da Escola Infantil de Bragança. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro.
- 1933 – Arranjo da Avenida Central, Alijó.

- 1933 – Capela Funerária do Hospital, Alijó.
- 1933 – Casa unifamiliar, Rua 5 de Outubro, Porto.
- 1933 – Casa unifamiliar, Rua do Molhe, Porto. Encomenda de Jorge Novais. Data não confirmada.
- 1933 – Casas geminadas para habitação própria e do arquitecto Baltazar de Castro, Av. Marechal Gomes da Costa, n.º 1411, Porto.
- 1933 – Creche-Dispensário, Praça da Alegria, Porto.
- 1933 – Edifício dos CTT, Viana do Castelo. Data do início da construção.
- 1933 – Edifício na Rua de Fernandes Tomás, n.º 137, Porto.
- 1933 – Escola Primária de Frechas, Mirandela. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro.
- 1933/34 – Projecto do pequeno pavilhão inicial do Sanatório de D. Manuel II, Vila Nova de Gaia.
- 1933/35 – Projectos-tipo regionalizados para as Escolas Primárias: Alto Minho, Minho, Douro, Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Litoral, Rural.
- 1934 – Cadeia, Alijó.
- 1934 – Casa unifamiliar, Rua de Júlio Dinis, Porto. Encomenda de Maria Marçal Brandão. (Demolida)
- 1934 – Edifício de habitação e comércio na rua 5 de Outubro (actual Rua da Junqueira), Póvoa de Varzim.
- 1934 – Edifício de habitação, Rua D. João IV, Porto.
- 1934 – Escola Primária de Mar, Esposende. Em colaboração com o arquitecto Baltazar de Castro.
- 1934 – Loja num prédio na Av. Mouzinho de Albuquerque, Póvoa de Varzim.
- 1935 – Casa unifamiliar, Folgosa, Régua. Encomenda de Delfim Ferreira. Data não confirmada.
- 1935 – Conjunto Habitacional, Rua do Campo Alegre, Porto, n.º 898-954. Colaboração do arquitecto Januário Godinho.
- 1935 – Escola de uma sala de aula, Fafe.
- 1935 – Palácio da Justiça, Viana do Castelo. Data e projecto não confirmados.
- 1935 – Projecto de ampliação de Balneário de 1ª classe, Caldas do Gerês.
- 1935 – Responsável pelas obras realizadas no Colégio dos Órfãos.
- 1936 – Colaboração no restauro da Igreja de Castro de Avelãs, Bragança.
- 1936 – Projecto de restauro da Igreja de São Miguel de Entre-os-Rios, Penafiel.
- 1936 – Projecto e Orçamento para obras na Igreja de Freixo de Baixo, Amarante.
- 1936 – Restauro da Igreja de Gândara, Cabeça Santa, Penafiel.
- 1936/37 – Restauro da Igreja e Convento de Santa Maria de Aguiar, Guarda, Castelo Rodrigo.
- 1936/40 – Colaboração no restauro das muralhas e da torre de menagem do Castelo de Bragança.
- 1936/40 - Restauro da Igreja de Nossa Senhora da Azinheira, Outeiro Seco, Chaves, Vila Real.
- 1937 – Asilo de Prozelos (Lar Soares Pereira), Prozelos, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo. Construção 1937 / inaug. 1939.

- 1937 – Edifício do Tribunal e Paços do Concelho, Póvoa de Lanhoso. Concluído em 1946.
Colaboração do arquitecto Januário Godinho.
- 1937 – Escola-Cantina na Póvoa de Lanhoso.
- 1937 – Projecto do novo campanário, Igreja de Bravães, Ponte da Barca.
- 1937/39 – Restauro da Capela-mor da Igreja de Longos Vales, Monção.
- 1938 – Colaboração no projecto da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Porto, Santo Ildefonso. Data não confirmada.
- 1938 – Escola Cantina Salazar, Vimieiro, Santa Comba Dão, Viseu.
- 1938 – Igreja, Novelas, Penafiel. Data e projecto não confirmados.
- 1938 – Palácio Hotel, Póvoa de Varzim.
- 1938 – Projecto de remodelação e ampliação do Teatro Garrett, Póvoa de Varzim.
- 1938 – Projecto para o arranjo do Monumento a D. António Barroso, Barcelos.
- 1938/39 – Estudo e projecto do restauro do Paço dos Duques de Bragança, Guimarães.
- 1938/39 – Pousada de S. António, Serém, Vale do Vouga/Águeda. Colaboração do arquitecto Januário Godinho.
- 1938/39 – Pousada de São Gonçalo, Serra do Marão/Amarante. Colaboração do arquitecto Januário Godinho.
- 1938/39 – Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas. Colaboração do arquitecto Januário Godinho.
- 1938/40 – Estudo do arranjo do “Rocio de Trás da Sé”, Braga. Data não confirmada.
- 1938/40 – Restauro da ábside da Igreja de S. Pedro de Rates, Póvoa de Varzim.
- 1939 – 1º projecto de restauro da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Guimarães – não executado.
- 1939 – Casa unifamiliar, Ameal, Porto. Encomenda de Luís Fernandes.
- 1939 – Igreja Paroquial de São Mamede, Oliveira de Azeméis, Madail.
- 1939 – Plano de Urbanização da envolvente ao Castelo de Guimarães para as festas dos Centenários, Guimarães.
- 1939 – Estudo e projecto para a nova localização do monumento a D. Afonso Henriques, Guimarães.
- 1939 – Projecto de restauro da Sé Catedral de Castelo Branco.
- 1939 – Projecto do novo cemitério da Igreja de Bravães.
- 1939 – Remodelação do edifício dos Paços do Concelho, Santo Tirso.
- 1939/40 – Restauro da Capela de S. Frutuoso/Capela de São Salvador de Montélios, Lugar de Montélios, Real, Braga.
- 1940 – Plano de expropriações e demolições dos edifícios no recinto do Castelo de Vila Nova de Cerveira.
- 1941 – Ante-projecto da Casa-Torre Medieval, Terreiro da Sé, Porto, antigo Gabinete de História da Cidade.
- 1941 – Casa unifamiliar, Praça D. Afonso V, Porto. Encomenda de António Pinto Leite.
- 1941 – Conjunto Habitacional, Campo 24 de Agosto, Porto.

- 1941 – Edifício “Maurício Rialto”, Praça D. João I, Porto.
- 1941 – Edifício habitacional, Rua da Firmeza, Porto. Autoria não confirmada.
- 1942 – Edifício António Soares Marinho. Rua do Almada/Rua Ramalho Ortigão, Porto. Em colaboração com o arquitecto C. Jofre António Justino.
- 1943 – Casa unifamiliar, Quinta de Frades. Encomenda de Sílvia Ferreira. Data não confirmada.
- 1943 – Edifício de habitação, Av. Fernão de Magalhães, Porto. Encomenda de Delfim Ferreira. Data não confirmada.
- 1944 – Anteprojecto de Urbanização em Santo Tirso.
- 1944 – Casinhoto, Ferreiros, Caima.
- 1945 – Hotel Infante de Sagres, Praça D. Filipa de Lencastre, Porto.
- 1945 – Posto de Turismo do SNI, Porto. Data e local não confirmados.
- 1946 – Projecto do Cine Atlântico, Foz, Porto.
- 1948 – Ampliação da casa própria, Av. Marechal Gomes da Costa, Porto.
- 1949 – Estalagem de Santa Maria da Feira. Data da sua construção.
- 1950 – Ampliação da Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas.
- 1950 – Ampliação do Edifício da Associação Comercial do Porto, Porto.
- 1950 – Casa unifamiliar, Rua do Cerco do Porto, Porto. Encomenda de Dr. António Emílio de Magalhães.
- 1950 – Casa unifamiliar, Vila Nova de Cerveira (E.N. 102). Encomenda da Cooperativa “O Problema da Habitação”.
- 1950 – Fábrica de Redes de Pesca, Matosinhos.
- 1950 – Restauro da Casa de Camilo Castelo Branco, S. Miguel de Seide.
- 1951 – 1ª ampliação do Colégio Luso-Francês, Rua do Dr. Carlos Ramos, Porto. Data não confirmada.
- 1951 – Memória ao Conselheiro Teixeira de Sousa, Pedras Salgadas.
- 1951 – Projecto de restauro do Hotel Avelames, Pedras Salgadas.
- 1952 – Ampliação da Fábrica de Tecidos Vila-Flor, Guimarães.
- 1952 – Ampliação de uma habitação, Folgosa, Régua. Encomenda de Delfim Ferreira. Data não confirmada.
- 1952 – Casa unifamiliar, Av. Marechal Carmona, Gaia.
- 1954 – Ampliação de uma habitação, Marinhas, Esposende. Encomenda de Henrique Medina.
- 1954 – Estudo de localização dos Hospitais escolares de Lisboa e Porto. Data não confirmada.
- 1955 – Estudo de localização do Edifício dos CTT na Praça do Município, Porto. Data não confirmada.
- 1957 – Projecto de um conjunto de edifícios para a zona comercial do Bom Sucesso, Rua do Bom Sucesso, Porto.
- 1958 - Ampliação da Pousada de São Gonçalo, Serra do Marão/Amarante.
- 1959 – Remodelação do Edifício dos CTT, Viana do Castelo.
- 1960 – Ampliação do Hospital Maria Pia, Praça Pedro Nunes, Porto.

- 1960 – Montagem da Exposição Comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1460-1960), Casa do Infante, Porto.
- 1962 – 2ª ampliação do Colégio Luso-Francês, Rua do Dr. Carlos Ramos, Porto. Data não confirmada.
- 1963 – Adaptação de um convento para fábrica, Paço de Sousa.
- 1971 – Ampliação de uma escola, Marinhas, Esposende.

Anexo 2 – Rogério de Azevedo, Lista de livros e artigos publicados (por ordem cronológica)

- “A arquitectura no plano social” (Conferência proferida no salão nobre do Club Fenianos Portuenses, em 18 de Maio de 1934), *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (3ª série)*. Porto: Imprensa Social, 1936, pp. 1-16.
- O Paço dos Duques de Guimarães; preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depós.], 1942.
- Despropósito a propósito do Paço dos Duques de Guimarães: Epístola ao Sr. Dr. Alfredo Pimenta*. Porto: Liv. De Fernando Machado [depós.], 1942.
- “Despropósito a propósito do Paço dos Duques de Guimarães: 2ª Epístola ao Sr. Dr. Alfredo Pimenta”, *Correio do Minho*, Braga, 2 de Outubro de 1942.
- Despropósito a propósito do Paço dos Duques de Guimarães: 3ª e última Epístola ao Sr. Dr. Alfredo Pimenta*. Porto: Liv. De Fernando Machado [depós.], 1942.
- “Da crítica ao paradoxo”, *Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (reunidas)*, 3ª série, ano XXXVI, n.º 109, Abril 1944.
- “Arquitecto Marques da Silva”, *O Tripeiro*, V Série, Ano III, n.º 2, Junho de 1947, pp. 25-29.
- A inscrição de Lamas de Moledo (Castro Daire): Documento musical único na Europa. (Elementos para a sua interpretação)*. Viseu: s./n., 1954. Separata da revista *Beira Alta*.
- O Cântico Greco-Latino de Lamas de Moledo: Documento musical arcaico com estrofe e antístrofe em grego*. Porto: Marânus, 1955.
- (com Moreira de Figueiredo) “Uma excursão arqueológica ao Caramulo”. Viseu: 1955.
- A “Ara de Burgães” e a “Ara de Ervedosa”*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1957. Separata de *O Concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural*, Vol. V, n.º 3.
- A Teogonia Lusitana*. Porto: Edições Marânus, 1957. (Separata do *Boletim Cultural*, Câmara Municipal do Porto, Vol. XIX, fascs. 3-4).
- “Onomástico Ibérico”, *Boletim Cultural*, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXI, 1958, pp. 87-137 e 337-389, *Boletim Cultural*, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXII, 1959, pp. 17-213.
- O Porto desde a Proto-história à época do Infante D. Henrique*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1960. Separata da *Studium Generale*, Vol. VII.
- A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstituição”, *Boletim Cultural*, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, fascs. 1-2, 1960, pp. 264-290. Separata *Boletim Cultural*, Câmara Municipal do Porto, 23.
- (com J. R. Santos Júnior) *Gravuras rupestres de Linhares. Ensaio interpretativo*. Porto: Instituto de Antropologia “Dr. Mendes Corrêa”/Universidade do Porto, 1960 (Extracto do fascículo 1-2 do vol. XVIII dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*).
- Inscrições gregas no outeiro da Senhora da Pena, Viseu, e no Cabeço das Fráguas, Guarda*. Viseu: s.n., 1960. Separata de *Beira Alta*, 19.

- O Etrusco: Interpretação de algumas inscrições.* Porto: Publicações do Centro de Estudos Humanísticos (anexo à Universidade do Porto), 1961.
- (com Robert C. Smith, Klara Rumbucher, Robert Auzelle, J. A. Pinto Ferreira) *Casas do Porto (Séculos XIV ao XIX).* Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, Documentos e Memórias para a História do Porto, vol. XXI, 1961.
- O Paço do Conde D. Henrique e o Paço dos Duques, Guimarães.* Porto: s.n., 1962. Separata de *Boletim Cultural*, Câmara Municipal do Porto, vol. XXV, fascs. 3-4. 1962, pp. 662-689.
- Duas inscrições do Ocidente da Península Ibérica. Comunicação apresentada ao I Colóquio Portuense de Arqueologia – 1961.* Porto: Edições Marânus, 1962. Separata de *Studium Generale*, Vol. IX.
- Mapa comparativo dos alfabetos de algumas inscrições ibéricas.* Porto: Edições Marânus, 1964. Separata do *Boletim Cultural*, Câmara Municipal do Porto, vol. XXVII, fascs. 1-2, 1964, pp. 34-117.
- As inscrições da Estela de Lemnos (Mar Egeu).* Porto: Emp. Ind. Gráf., 1965. Separata do *Boletim Cultural*, Câmara Municipal do Porto, vol. XXVIII, 1965, pp. 461-473.
- O termo Cale: comunicação apresentada ao III Colóquio Portuense de Arqueologia, 1964.* Porto: s.n., 1965. Separata *Lucerna*, vol. 4.
- Intervenção relativa a “Portucale”: comunicação.* Porto: s.n., 1965. Separata de *Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia (Lucerna, V, 5, 1965).*
- Inscrição ibérica de “Corte do Freixo” (Almodôvar).* Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (na Faculdade de Ciências do Porto), 1966. (Extracto de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XX, fascículo 1-2.)
- A inscrição de Peñalba (Espanha).* Porto: Edições Marânus, 1967. Separata do *Boletim Cultural*, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXX. 1967, fascs. 1-2, pp. 64-75.
- As implicações antecedentes da Arquitectura Medieval Portucale (Cale, Portucale e Porto).* Porto: Livraria Fernando Machado [deposit.], 1968. Separata do *Boletim Cultural*, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXXI, fascs. 3-4.
- As Moiras da Fonte de Numão,* Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1969. Separata de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 21 (1-4).
- “Mestre Marques da Silva”, *O Tripeiro*, VI Série, Ano IX, n.º 11, Novembro de 1969, pp. 341-348. (com, A.J. da Costa, M.R. Pereira) – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Vol. 1. Coimbra: s/n., 1979.
- A Ara de Fontes – Santa Marta de Penaguião: Análise Crítica,* Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1981, pp. 154-157. Separata *Trab. Antrop. E Etnol.*, 24.
- “A inscrição votiva de Beiriz”, *Boletim Cultural*, Póvoa de Varzim, Vol. , n.º. , ano, pp. 201-208.
- O Porco na zoolatria Ibérica.* Porto: Soc. Port. De Antropologia e Etnologia, 1982, pp. 321-329. Separata de *Trab. Antrop. E Etnol.*, 24.

Anexo 3 – Curriculum Vitae de Rogério dos Santos Azevedo, [1947]. N/ass., n/dat. *Processo do Professor Rogério dos Santos Azevedo – FBAUP*

Rogério dos Santos Azevedo, architecto diplomado pela Escola de Belas Artes do Porto, de 49 anos de idade, morador na Avenida Marechal Cômes da Costa, 1411-Porto.

Foi durante 9 anos professor do ensino técnico regendo as cadeiras de desenho de construção, projecções e tecnologia respectivamente nas Escolas de Faria Guimarães e do Infante D. Henrique no Porto e de Azevedo Neves em Viseu, onde também foi secretário.

Pediu a demissão do lugar após convite da Direcção General dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para ingressar no quadro da Direcção dos Monumentos Nacionais, onde durante 4 anos chefiou a 2ª secção, no Porto, como architecto de 3ª classe. Durante este tempo fez vários estudos de restauro de monumentos, mormente o da abside de S. Pedro dos Rates, Povoia de Varzim, o plano de urbanização em volta do castelo de Guimarães para as festas dos Centenários, dirigindo aturadamente todos os trabalhos nos quais se inclue o estudo e mudança do monumento a D. Afonso Henriques (estátua de Soares dos Reis) que até então figurava na Praça do Toural daquela cidade.

Fez também o estudo de restauro do Paço dos Duques de Bragança em Guimarães, sobre o qual publicou em 1942 um estudo que dedicou ao então Ministro das Obras Públicas, Engenheiro Duarte Pacheco.

A convite d'êste malgrado Ministro elaborou também os projectos-tipos das Escolas Primárias dos Centenários respeitante a Trás-os-Montes, Minho, Douro e Beira Alta e as Pousadas de Sereia Serra da Estrela e Marão. A convite ainda d'êste Ministro estudou a localização dos correios na Praça do Município do Porto e as localizações dos Hospitais escolares de Lisboa e Porto.

Há cinco anos rege a 3ª cadeira (1ª e 2ª parte) da Escola de Belas Artes do Porto, pela qual, quando para isso foi con-

FBAUP
Tecnologia e Desenho de Construção

vidado, se demitiu do lugar que ocupava nos Monumentos Nacionais.

Delineou e dirigiu a execução de:

Instalações do Jornal "O COMERCIO DO PORTO" da Faculdade de Medicina do Porto, do Abrigo dos Pequeninos da Câmara Municipal do Porto; da Escola-Cantina e Abrigo dos Pequeninos de Alijó; a Escola-Cantina de Novelas-Penafiel;- de Chaves; de Bustelo; de Viana do Castelo; de Lanhezas; de Vila Nova-de St.^a Marta; o Hospital-Azilo de Vila Seca de Armanar; o Asilo de Pruzelo em Arcos de Val-de-Vez; a Escola-Cantina e os Paços do Concelho da Póvoa de Lanhoso; o primeiro bairro social com a respectiva organização que se fez do país, em Viana do Castelo (Abelheira); a Capitania do Porto de Viana; os Paços de Concelho de Vila-Flôr; o Palácio Hotel da Povoia de Varzina; o prédio Laurício no Porto, o Hotel do Infante de Sagres (em construção na Praça de D.Filipe de Lencastre); dirigiu desde as fundações, as obras da Maternidade de Júlio Liniz; além de casas particulares, bairros, etc..

Pertence à Comissão de Estética da Câmara Municipal em função gratuita como delegado da Escola de Belas Artes.

Tem publicado artigos e feito conferências sobre arquitectura, uma das quais está publicada pela Liga de Profilaxia do Porto.

Anexo 4 – "ANTE-PROJECTO DO PLANO GERAL DE TIPOS-REGIONAES DE ESCOLAS PRIMARIAS OFICIAES A CONSTRUIR EM SÉRIE. MEMORIA". Lisboa, 14 de Dezembro de 1933. Ass.: Guilherme Rebello de Andrade. *Processo de Expediente-Geral*, DGEMN – Arquivo da DGCE

ANTE-PROJECTO DO PLANO GERAL
DE TIPOS-REGIONAES DE ESCOLAS
PRIMARIAS OFICIAES A CONSTRUIR
EM SÉRIE

- M E M O R I A -

CONSIDERAÇÕES GERAES:-

Conforme o titulo deste ante-projecto o diz, pretende-se organizar um Plano Geral de Projectos Tipos Regionaes de Escolas Officiaes, concebidas para serem construidas em série, de harmonia com as características da arquitectura regional, impostas, não só pela applicação dos materiaes proprios dessas regiões, como tambem pelas variações do clima, que no nosso paiz são muito accentuadas de região para região. As proporções das superficies iluminantes exteriores deverão augmentar ou diminuir conforme a intensidade de luz. Da mesma maneira, os pés direitos das divisões variarão na razão directa da densidade atmosférica.

As escolas dest'Arte concebidas e realisadas tornar-se-hão elementos assimilaveis pelo povo. A sua sensibilidade étnica não é ferida por elementos exóticos que aparecendo a substituir ilógicamente os elementos locais não impõem a aceitação de um "racionalismo" forçado, desprezando a tradição, fonte inexgotavel aos conceitos da Patria, a Grande Familia.

O "racionalismo" bem compreendido é aquele que bem aproveite os elementos locais, conjugando-os com os novos recursos constructivos. Resulta, em primeira analise, uma melhoria economica; A assimilação de nova formas provenientes de tendencias modernas da Arte; A satisfação das constantes e renovadoras exigencias da pedagogia.

A resultante de todos estes factores será a realisação de escolas concebidas por evolução da tradição, escolas para a sua época, escolas para hoje.

Em virtude da afluencia cada vez maior, a esta secção, de pedidos de projectos para terrenos para cujas disposições especiaes esta secção não possui no seu arquivo projectos-tipos que se lhes adaptem, torna-se morosa a elaboração de projectos para cada um desses terrenos.

Reconhecendo-se que essa morosidade será absolutamente impraticavel para habilitar esta secção a satisfazer os pedidos de projectos que a Direcção Geral venha a necessitar, desde que tenha que dar execução a qualquer vasto plano de obras de escolas primarias a que o Governo resolva abalançar-se, como integrante de um plano de conjuncto,, na resolução do magno problema do analfabetismo, a Direcção incumbiu esta secção de estudar umas tantas séries de projectos-tipos-regionaes, quantas as regiões em que para o efeito se divida o paiz.

CONCEPÇÃO DAS PLANTAS:-

A concepção das plantas destas escolas responde a três condições principaes:

- 1.ª- Com a planta de uma escola para um "logar" escola-unidade, resolver as plantas das restantes escolas, para efeitos de facilitar ampliações futuras.
- 2.ª- Conceber essas plantas a poder-se aproveitar todos os terrenos seja qual for a exposição ao Norte.
- 3.ª- "Standardisação" da construção das escolas, por grupos, mesmo que nesses grupos entrem escolas diferentes ^{de} numeros de "Logares"

DIVISÃO REGIONAL:-

Salvo melhor classificação, que um estudo mais permenoriado do Paiz aconselhe, dividimos o nosso Plano Geral em ^{sete} ~~seis~~ regiões, juntando em cada região as provincias ou parte dessas provincias que tenham afinidades em recursos de materiaes de construção, em mão d'obra e em processos de construção e ainda afinidades climaticas. A saber:

Região A- Algarve
" B- Alentejo
" C- Extremadura
" D- Beira-Litoral
" E- Beira-Baixa, do Sul
" F- Beira-Baixa, do Norte
" G- Beira-Alta
" H- Minho
" I- Traz-os-Montes

2

É de crer que venha a ser necessario completar estas grandes divisões, como; por exemplo:

Na região A - Algarve, o ante-projecto apresentado corresponde mais propriamente ao litoral, com especialidade a Olhão. Apesar da forma acentuadamente mourisca da arquitectura deste ante-projecto ser bem propria do clima asfixiante e de intensa luz do Algarve, é de notar que em todo o resto desta provincia e nomeadamente no interior, a quella tradição desvaneceu-se quasi por completo. Por esta razão, talvez não seja francamente defensavel a generalisação de um unico tipo de escola para toda a provincia .

Nas regiões B e G, Alentejo e Extremadura, ha muitas e muitas freguesias, haverá mesmo districtos, onde difficilmente se adquirirá a cantaria. N'esses casos, impor-se-ha uma subdivisão ou pelo menos prever um projecto-tipo onde as cantarias sejam completamente banidas.

É evidente que, havendo dotação monetaria, e com recursos de que a industria hoje dispõe, podem-se ir buscar esses materiaes e muitos outros a grandes distancias. Mas, não deve ser este o criterio para um vasto plano de construção de pequenas escolas, o que nos leva a concluir que tanto para estas duas regiões como para todas as regiões do paiz se haverá ainda a considerar o estudo de um projecto-tipo campesino, dentro de cada expressão regional; a pequena escala da freguesia inspirada na casinha rustica que na Extremadura, por exemplo, tem por unico adorno externo, alem dos cunhais caiados a azul, almagre, ocre, etc., a rude cheminé de tosca lareira e a verdadejante latada; por vezes, o contraforte de alvenaria num ou noutro cunhal e o bôjo do fôrno do pão.

Nestas casinhas não existem os estuques nem as portas de casquinha; e, quando os telhados são de telha vã, combate-se o rigor do inverno com um guarda-pó de madeira de fôrro aparelhado indo-se por vezes ao luxo de arrincoa-lo. No Algarve, este guarda-pó faz-se tambem com caniçado argamassado assim como no Alentejo; mas aqui é mais corrente empregar-se ladrilhos de teijolo.

Julgo ainda que na região G, Trás-os-Montes, venha a ser preciso adoptar-se dois tipos, um tipo para os vales e outro para os planaltos.

Estas considerações veem a preposito de frizar que se trata por em quanto de um ante-projecto que tenha por objectivo estas ideias gerais.

MATERIAES E MÃO D'OBRA:-

Além das considerações acima feitas sobre materiaes a empregar, a divisão regional foi orientada supondo os principaes materiaes que geralmente se empregam nessas determinadas regiões; assim, Temos:

REGIÃO A e B:- Supõe-se o emprego de alvenaria ordinaria nas paredes e nas fundações.

Como cobertura, comprehende este ante-projecto a abobada peculiar ao Algarve e que aliás tambem o é ao Alentejo, a chamada abobadilha que se constroe sem "cambota"; processo de construção este antiquissima tradição em ambas as citadas provincias e que o aparecimento do cimento armado está fazendo perder, sem que ao menos tenha e recomenda-lo, na perferencia, uma razão de ordem economica.

Tambem é de recomendar o emprego de alvenaria de teijolo em arcos, pavieiras, etc.

Para as cantarias aparelhadas, encontra-se em exploração em grãde quantidade no Algarve, principalmente, a pedra de formação calcarea.

Em tudo o que se refira a tãscos, está naturalmente indicado o emprego de madeira de pinho, reservando-se a casquinha para os limpos.

Prevê o projecto um largo emprego de rótulas nas janelas porque a tradição e o clima assim o impõem. É tanto mais criminoso o abandono a que teem sido votadas as belas rótulas nas suas variadissimas e interessantes applicações, quanto é ridículo o vão esforço que os pobres professores fazem para defenderem as aulas da excessiva luminosidade da atmosfera algarvia tapando as janelas com pouco duraveis "stores" ou cortinas dos mais variegados e inpropriados panos, que, poderão amortecer a luz mas não deixam passar o ar que ali é tão escasso.

Entendo tambem que se deve evitar o abuso das caiações exteriores a cal pura, porque reflete com tal intensidade os raios solares, que a vista difficilmente os suporta. É portanto de aconselhar as caia

ções coloridas a almagre, ou a ocre ou a verde, por exemplo.

Nóto já, que prevejo sempre o emprego das telhas de canudo, quando as coberturas não forem de abobadas, com ou sem "asoteias", com terraços, etc. Simplesmente esta telha deverá ser de bom fabrico. Na sua aplicação, tanto ela pode ser aramada, como mouriscada só r^{na}ncões ou ainda, nestes e em todos ou em parte dos cobertores.

REGIÃO C:- Poderemos considerar materiaes semelhantes. Ha maior variedade de cantarias. Em certos sitios porém, escasseia totalmente. O emprego da abobada de tejo desapareceu por completo. As que se encontram são de tempos idos. O mesmo se pode dizer do emprego das rótulas. Devemos reconhecer ^{que} o clima já é mais temperado.

REGIÃO D:- Predomina a construção de tejo. A bem dizer, não existem cantarias. O emprego dos restantes materiaes só varia na forma.

REGIÃO E:- Esta região difere fundamentalmente da anterior em que em vez de tejo emprega-se o xisto nas alvenarias. Igualmente falham por completo as cantarias. A madeira de casquinha é considerada material de luxo. O pinho é tambem cáro. Começa aparecer a madeira de castanho.

REGIÃO F:- Esta região comprehende o maior numero de provincias. É onde predomina o emprego de granito nas alvenarias e cantarias. A maneira de aplicar é que difere. As paredes são, ora de pedra irregular, alvenaria, ora são de pedra aparelhada, perpianho. Nas aldeias, predomina o castanho, geralmente mal fabricados nos limpos. A casquinha e o pinho só se encontram junto dos grandes centros. O mesmo se póde dizer dos estuques.

Passando agora á mão d'obra, esta, escasseia na razão directa do afastamento dos grandes centros, como é natural.

Mas, de uma forma geral, tambem, podemos considerar que no sul ha bons operarios de todas as profissões. A particularidade das suas abobadas é uma resultante de uma especialisação da profissão, o alvenel. Nas Beiras e em Traz-os-Montes, dá-se precisamente o contrario, a mão d'obra escasseia e a que existe é má.

No Minho nascem por assim dizer, todos os estucadores de Portugal

CUSTO DAS CONSTRUÇÕES:-

A elaboração dos orçamentos correspondentes ao custo da construção de cada tipo de escola, torna-se praticamente impossível porque a esta secção faltam os meios de informação, já acima referidos, pelos quais se consiga um conhecimento completo dos materiais e da mão d'obra de cada região, e seus preços.

No entanto, para que se pudesse fazer uma ideia do custo provável das construções, elaboraram-se orçamentos com preços correntes em Lisboa. Assim, temos que:

Para uma escola de uma aula, o preço seria...Esc...37.000\$00

Idem de 2 aulas no mesmo pavimento,
o preço seria.....Esc...74.000\$00

Idem de 2 aulas em pavimentos sobre-
postos, o preço seria.....Esc...69.600\$00

Idem de 4 aulas em dois pavimentos,
o preço seria.....Esc...136.100\$00

Idem, de 6 aulas, o preço seria.....Esc...264.250\$00

É evidente que, independentemente das variações que estes orçamentos deverão sofrer desde que sejam modificados segundo os preços privativos de cada região, ainda devemos contar com as oscilações de praça dos concursos que actualmente são frequentes.

Mas, conjugando estes orçamentos com as considerações acima expostas, com respeito á divisão regional, parece-nos que os tipos de escolas que ora se apresentam serão mais apropriados para as cidades, para as capitães de districtos, para as séde de concelho e até mesmo para algumas vilas mais importantes. Mas, para as freguezias, haverá que estudar uns outros projectos-tipos que não deverão ir além de 2 aulas de pavimento contiguos, mas totalmente destituídos de cantaria, quando este material constituir um luxo ou que, pelo menos, encareça a obra. Estes projectos serão ainda destituídos de caixa de ar ou de qualquer melhoria na construção que não esteja nos moldes correntes da construção rustica.

Consistituirá, este projecto-tipo, a sala de aula, o vestibulo, o vestiario e o gabinete do professor, e, possivelmente, as retretes. A tradução em planta não poderá portanto differir muito da planta-unidade que ora se apresenta.

Como a diferença entre estas duas concepções não reside apenas na aplicação ou não aplicação das cantarias, poderemos já fazer uma ideia aproximada do custo da construção de um futuro projecto-tipo de Escola Campesina, deduzindo as verbas das cantarias do orçamento do projecto de uma aula e do projecto de duas aulas com os pavimentos contíguos, deduzindo, por calculo, uma verba correspondente às caixas de ar, estuques, etc. não sendo muito temerario supor-se que os orgamemtos referidos baixariam de 37.000\$00 e 74.000\$00 respectivamente para Esc...25.000\$00 e 50.000\$00. Estou já procedendo ao estudo deste projecto tipo que será o complemento deste plano-geral e que apresentarei oportunamente.

TRABALHOS DE EXECUÇÃO OU OBRAS:-

Actualmente esta secção limita-se a fornecer, mediante um trabalho um tanto desordenado e extenuante, os projectos de escolas que superior e simultaneamente lhe são pedidos para os mais diferentes pontos do paiz, Na grande maioria dos pedidos de "casos especiais", esta secção limita-se a satisfaze-los como se fossem casos vulgares, por não ter condições para proceder diferentemente, apesar dos centos e tantos projectos-tipos existentes no arquivo desta secção. Esses projectos seguem o seu destino e vão ser executados, fóra completamente da fiscalização desta secção, por comissões locais que na sua grande maioria são constituídas por elementos incompetentes. Resultado: A construção é má e as escolas apresentam apenas traços de semelhança com os projectos.

Ora, a ideia deste ante-projecto não estaria completa se a ela não estivesse ligada uma determinada e imprescindivel orientação na execução das obras.

Essa ideia é a da construção em série adjudicada por empreitada a constructores idoneos com a fiscalização directa desta secção.

Reconhecida porem a impraticabilidade de uma unica série de projectos para todo o paiz, as séries seriam tantas quantas fossem as regiões em que se venha a subdividir o paiz, como já foi dito.

É evidente que a construção destas séries de projectos deveria ser feita de harmonia pelo menos, com um cadastro e com as necessida

des de um Senso Escolar que, suponho, deverá existir no Ministerio da Instrução.

Quero dizer, o paiz seria subdividido, arquitectonicamente, em um determinado numero de Regiões. Estas regiões, segundo as necessidades do cadastro e segundo as necessidades do senso-escolar ou outras, que superiormente fossem determinadas, seriam subdivididas em Zonas de construção.

As escolas compreendidas nestas zonas seriam construidas por empreitadas com a fiscalisação de mestres de officios residentes permanentemente nessas zonas. Essas Zonas ainda seriam distribuidas administrativamente por técnicos Chefes de Trabalhos e para fiscalisação da execução dos projectos, por architectos. Uns e outros, delegados da secção. Ao chefe da secção competeria a inspecção, na generalidade, das regiões.

TRANSPORTES:-

Julgo que a forma de deslocação dos funcionarios que teriam de administrar e fiscalisar as obras deve ser considerada no sentido de não se perder imenso tempo com demorados trasbordos visto que todo esse pessoal a maior parte das vezes teria que se deslocar até sitios os mais reconditos. Simultaneamente, esse pessoal deve afagar-se da secção só o tempo util para não prejudicar demasiadamente os serviços de expediente assim como os trabalhos de preparação e de estudo de officina. Ao chefe da secção, é óbvio, que lhe sejam facilitados, conforme a natureza do serviço o indica, os transportes de Caminho de Ferro e principalmente os de automovel, visto ter de percorrer grandes distancias entre sitios sem ligação directa, e ser de toda a conveniencia não se afastar por muito tempo, quer da direcção do expediente, quer da direcção dos trabalhos de officina.

PROJECTO DEFENITIVO:-

O estudo defenitivo deste Plano Geral deve ser feito por partes; por exemplo: Por Regiões e respectivas Zonas, de harmonia com o cadastro e senso escolares e como superiormente fosse determinado.

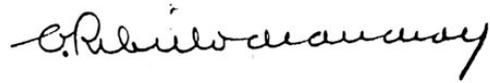
Então, uma "equipe" de pessoal especializado da secção seria

destacado com as facilidades de transportes acima referidas para proceder á recolha de todos os elementos referentes aos recursos de materiaes e mão d'obra e referentes ainda ás características architecturaes dessa região.

Com estes elementos colhidos "in lócco" desenvolver-se-hia conscientemente os ante-projectos que acompanham esta memoria e já não haveria razão para se elaborarem, como já tem succedido, projectos que não correspondem nem ás condições climatéricas nem aos recursos de ordem material.

Lisboa 14 de Dezembro de 1933.

O Architecto Chefe da Secção.



Anexo 5 – "ANTE-PROJECTOS DE POUSADAS para as Regiões de ALCOBAÇA, ARRÁBIDA, S. BRAZ DE ALPORTEL, ELVAS, SERRA DA ESTRÉLA e VALE DO VOUGA. PARECER". Lisboa, 22 de Outubro de 1938. Ass.: Raul Lino. *Pousadas. Processo Geral* – IHRU, SIPA. Inédito.

ANTE-PROJECTOS DE POUSADAS para as
Regiões de ALCOBAÇA , ARRÁBIDA , S. BRAZ DE ALPORTEL, ELVAS ,
SERRAS DA ESTRÉLA e DO MARÃO , e VALE DO VOUGA .

PARECER

A apreciação dos interessantes projectos que nos foram apresentados deve começar pelas considerações que nos são sugeridas perante a escolha de localização para cada uma das Pousadas.

Desconhecedores do programa concreto que determina este trabalho, notamos - de entrada - que parece não haver sido estabelecida a condição fundamental dos estabelecimentos projectados deverem poder sustentar-se economicamente apenas com o resultado da sua própria exploração. Cremos assim que os projectos não correspondem, pelo menos de um modo absoluto, a tal condição.

Tendo em vista a deficiente qualidade que caracteriza os nossos estabelecimentos hoteleiros, as condições económicas gerais da população, o padrão do seu nível de vida e a psicologia variada dos que jornadeiam no nosso país, parecia-nos prudente escolher os locais das Pousadas atendendo a todas aquelas circunstâncias que porventura possam motivar uma frequência de clientela quanto possível constante durante o inverno inteiro, assegurando-se de algum modo para a manutenção destes estabelecimentos um rendimento médio aceitável. São talvez desta ordem as seguintes condições : proximidade de uma cidade importante e onde não existam razoáveis acomodações hoteleiras ; conveniência do local para interrupção (quer pernoitando, quer tomando qualquer refeição) dos itinerários de longo curso mais frequentados ; finalmente, a beleza paisagística do ponto esco-

lhido ou quaisquer outras atrações locais.

A proximidade de uma cidade importante é conveniente para que se torne possível a utilização das Pousadas, mesmo durante as quadras de mau tempo, por todos aqueles que, habituados a algum conforto ou apreciadores deste regalo, se vejam obrigados a permanecer no local por qualquer espaço de tempo quando nesse local não se encontrem outras condições agradáveis de alojamento. Tem ainda esta circunstância a vantagem de estimular a indústria hoteleira existente a querer melhorar as suas instalações e os seus métodos de receber hóspedes.

Justifica-se, bem assim, a escolha de um ponto conveniente para repouso depois de longa tirada entre dois troços de um grande itinerário dos mais frequentados (nomeadamente - Lisboa ao Porto, destas cidades à Espanha, etc.).

Por fim, - e economicamente é esta a circunstância menos importante, - convém para local de uma Pousada qualquer ponto com grande beleza de paisagem ou outro atractivo de mais geral apelo, como uma boa praia de banhos ou estação de altitude. Mas cremos não ser prudente contar apenas com esta condição isoladamente, a não ser em casos muito especiais.

Passando agora a apreciar os locais escolhidos para as diferentes Pousadas, e na ordem de ideias que acabamos de expor, começaremos por dizer que nos parece boa a localização próxima de Alfeizerão, já por se encontrar na estrada de Lisboa ao Porto, já por ficar relativamente próxima dos monumentos de Alcobaça, Batalha, Leiria e Tomar. Mas perguntamos se não haveria vantagem em trazer a Pousada para mais perto da praia de banhos de S. Martinho do Porto. Não seria isto uma atracção compensadora? Há já muitas pessoas em Portugal, principalmente estrangeiros, que gostam de tomar banhos de mar mesmo fora da época própria. Pensamos que é mais fácil um amador de Arte ir de S. Martinho aos grandes monumentos da região, do que o simples amador de banhos

deslocar-se à distância de uma légua para alcançar a praia. - E é possível que mais junto da povoação de S. Martinho deixasse de haver dificuldades maiores no abastecimento de água e luz.

A localização na Serra da Arrábida impõe-se, não apenas pela grande beleza do seu panorama, como por estar relativamente perto de Lisboa. Creio que bastaria para justificar a escolha deste ponto a circunstância de haver inúmeras famílias na capital - sobretudo estrangeiras - que se propoem ir ali passar agradável fim-de-semana. Não nos poderíamos pronunciar muito convictamente sobre os locais exactos propostos sem os conhecer "de visu", mas parece-nos que, conquanto o ponto escolhido neste caso seja mais puramente turístico, não se devem perder de vista condições que facilitem a exploração económica do estabelecimento.

Da localização junto à vila de S. Braz de Alportel, por surpreendente que seja o panorama que dali se disfruta em tão bela região, não podemos deixar de dizer que nos parece enfermar da falta de algumas condições vitais acima expostas e que poderiam garantir ao projectado estabelecimento equilibrada economia; enquanto que, do ponto próximo à cidade de Elvas cremos bem que seja acertada a sua escolha, tanto quanto podemos julgar sem havermos visitado o local.

Das localizações escolhidas para as Serras da Estrêla e do Março e para o Vale do Vouga, certos de que todas representam pontos soberbos quanto a beleza da paisagem, permitimo-nos pôr em dúvida o seu absoluto bom êxito como empreendimentos de equilibrada economia, conquanto de inegável vantagem para o desenvolvimento do turismo. Admiráveis pontos turísticos, como também S. Braz de Alportel, têm a favorecê-los sobre esta última localidade a circunstância de se não acharem tão distantes dos grandes centros, nem separadas deles por regiões desérticas. Mas não nos podemos esquecer das longas temporadas em que

pouco ou nenhum turismo se faz. Será encantadora, sem dúvida, a possibilidade de se ficar uma tarde ou uma noite em qualquer destes pontos marcados em meio das nossas mais interessantes paisagens, - mas preguntamos em quanto nos consolaria tal facto da vegetária inibição de passarmos uma noite com asseio e decência - (já não falamos de conforto) em terras como Lamego, Amarante, Bragança . . . e mais não dizemos !

Lançando os olhos por sobre estes projectos destinados a servir o turismo puro, na relativa importância material das suas construções; considerando, por outro lado, o estado geral de atraso dos nossos estabelecimentos de hospedagem, somos tentados a pensar se por enquanto o género destes estabelecimentos isolados no meio das serras não deveria antes ser o de uma espécie de pavilhões muito resumidos e rústicos, semelhantes porventura às " Alpenhütten "; aonde se iria tomar uma refeição e passar uma noite, havendo-se para isso avisado previamente qualquer respectiva estação mais próxima . . .

Mas continuemos a apreciação da obra das Pousadas, voltando-nos agora para a análise de plantas e alçados de cada uma das edificações projectadas.

POUSADA À BEIRA DA ESTRADA DE LISBOA AO PORTO NA REGIÃO DE CALDAS DA RAINHA , ALCOBAÇA E S. MARTINHO DO PORTO -

A planta está composta com boa economia, mas não nos parece muito feliz a localização do quarto e da retrete que dão para o alpendre da entrada, assim como seria mal empregada a situação da cozinha ao lado da varanda e na mesma orientação que os quartos principais. Não está indicado por onde se faz a entrada de serviço (aliás fácil de estabelecer). A disposição da entrada, em conjunto com sala e cozinha, é simples e bem achada. Julgamos perigosa a instalação de galinhas e coelhos nos baixos da casa por causa da propagação de maus cheiros.

Sobre capacidade da Pousada, devemos dizer que neste caso, assim como na maioria dos demais, nos parecem em número insuficiente os quartos para permitirem exploração compensadora do estabelecimento. Admite-se - por exemplo - nesta localização que possa haver bastante frequência de hóspedes, sendo lícito contar com os que interrompem viagem entre Lisboa e Porto, os que pretendem visitar os grandes monumentos da Estremadura, os amadores de S. Martinho e da região, em geral, e ainda comerciantes, funcionários, banhistas, caçadores etc.

O problema do alojamento de modo geral e com respeito a qualquer Pousada merece certas considerações que passamos a expor. Um dos elementos essenciais de que se compõem os estabelecimentos hoteleiros é o tipo de quarto com seus cômodos anexos. Ora a qualidade heterogénea do nosso público que jornadaia, a falta de unidade da educação das pessoas e a diversidade dos seus hábitos e exigências, ao contrário do que se daria - por exemplo - na Inglaterra, torna muito difícil entre nós a determinação exacta do tipo de alojamento mais conveniente nas nossas Pousadas. - O uso quotidiano do banho ainda não é, infelizmente, hábito que mereça a classificação de nacional; mas o certo é que há muita gente que o não dispensa. Há quem precise tanto de uma banheira privativa como de cama individual para se deitar. Há, por outro lado, quem considere o banho como um preceito de higiene um tanto maçador e . . . caro, quando se está em viagem. Mas há também quem aprecie o banho quotidiano, não se importando de compartilhar a banheira com pessoas de família ou simplesmente amigas. - São estas circunstâncias especiais que nos levam a tentar a criação de um tipo de alojamento próprio e correspondente à presente época entre nós, que chamaremos de transição. Permitimo-nos apresentar aqui a tentativa de um tipo de unidade de alojamento, composta de tres quartos de cama e um de

banho, que se presta a cinco modalidades diferentes de utilização, oferecendo assim grande vantagem na acomodação de hóspedes cujas exigências em matéria de higiene variam constantemente de caso para caso. - Sendo relativamente dispendiosa a instalação de um quarto de banho, procurámos por êste meio e correspondendo - como dissemos - ao período transitório que atravessamos, conseguir uma instalação de banheiras na proporção de uma banheira para tres quartos de cama, - para satisfazer variadas exigências sem sobrecarregar demasiado o custo da construção. Temos assim as seguintes modalidades :

- a) - O quarto de banho serve exclusivamente o quarto anexo de duas camas;
- b) - " " " " " " o pequeno quarto anexo de uma cama;
- c) - " " " " " " os dois citados quartos;
- d) - " " " " " " os anteriores e mais o terceiro quarto do grupo.
- e) - " " " " não é privativo, servindo indiferentemente a todos os hóspedes.

E tôdas estas disposições se obtêm pelo simples encerramento ou abertura das diferentes portas.

Sôbre aspectos em alçado, faremos a sua apreciação juntamente com a do seguinte projecto, dada a semelhança do género dos dois.

POUSADA NA ARRÁBIDA -

Como no projecto anterior, foi encontrada aqui económica solução da planta. Notamos a boa disposição do bloco do serviço de mesa, com o posto de recepção bem localizado. No todo revela-se nos dois projectos analisados apreciável organização económica

mica das plantas onde, aliás, nos parece insuficiente o número dos quartos, tendo em vista a exploração equilibrada do estabelecimento.

Os aspectos exteriores destes dois projectos mantêm o carácter semi-rústico, assaz gracioso, que convém justamente a tais estabelecimentos e que está de acôrdo com a simplicidade das plantas. No da Arrábida não seria difícil, quanto a nós, melhorar um tanto o aspecto da parte mais alta da cobertura, eliminando o algeroz entalado pouco construtivo.

POUSADA DO ALGARVE - S. BRAZ DE ALPORTEL

Este projecto não conta com acomodação para os hoteleiros. Continuando a acharmos exiguidade no número de quartos para hóspedes, o que nos ocorre observar é que a planta nos parece demasiado movimentada para a relativamente pequena capacidade do estabelecimento, e então oferece-se-nos esta dúvida - Com a economia resultante de uma simplificação de plantas não obteríamos mais um ou dois quartos para hóspedes? Certo é que do movimento da planta o autor soube tirar o melhor efeito dos aspectos exteriores que são cheios de sedução, mas não se pode deixar de julgar o corpo da escada e da sala de jantar concebido de maneira pouco económica, já pelo custo da construção, já como aproveitamento de áreas.

POUSADA DO ALENTEJO - ELVAS

Como já dissemos, a localização desta Pousada parece-nos das mais acertadas. Reúne múltiplas circunstâncias favoráveis ao seu funcionamento continuado, e portanto à sua exploração - proximidade de cidade sem condições algumas de albergar viajantes; parada das mais convenientes no itinerário entre a capital e o país vizinho; o interêsse da própria cidade de Elvas, etc.

Como é natural, notamos aqui as mesmas apreciáveis qua

lidades e alguns dos mesmos senões que caracterizam o outro projecto do mesmo autor. No intuito compreensível de criar um pátio interessante, cheio de sedução, o architecto viu-se obrigado a alongar numa disposição menos económica a ala dos quartos dos hóspedes que ficam com as suas paredes mais compridas no sentido da fachada. Continuamos a achar exíguo o número de quartos, e é certamente diminuta a área da sala de jantar para a qual se devia contar sempre com pelo menos a lotação correspondente a uma camioneta, visto que haverá muitas vezes excursões por este meio de transporte favorito.

Os alçados têm encanto, tratados como são com excelente gosto.

POUSADA NA SERRA DA ESTRÉLA -

Quanto ao programa que determinou estes projectos para o alto das serranias, cremos ser aquele que menos corresponde à ideia de uma equilibrada compensação económica no seu funcionamento. Isto principalmente devido à localização isolada, com vista a uma clientela exclusiva de turistas. Para tal destino haveria que se pensar em resumidos barracões da mais simples disposição. - Seja como for, o presente ante-projecto está bem concebido; - disposição compacta, aproveitando hábilmente toda a capacidade da construção e em que as abas do telhado descem em ar protector dando à Pousada uma expressão forte de agasalho.

O estilo é rústico, como convém; agradável e bem proporcionado o conjunto das divisões onde os hóspedes permanecem durante o dia.

POUSADA NA SERRA DO MARÇO -

Há as mesmas observações de ordem genérica a fazer que no projecto precedente. Existem igualmente os mesmos motivos de louvor. Está bem justificada a expressão adoptada para os aspectos exteriores; mas devemos-nos precaver contra as complicações

que podem advir da construção com paredes incurvadas em planta.

POUSADA NO VALE DO VOUGA -

Este ante-projecto apresenta-se um pouco mais pretensioso que os dois congéneres, como que na convicção de que o ponto agora escolhido garante maior frequência de freguesia, dado que é de obrigatória passagem - conforme se diz na Memória. No entanto esta Pousada liga-se perfeitamente no género e nas características às duas precedentes, provocando as mesmas observações e os mesmos elogios.

R E S U M O

Todos os ante-projectos são muito interessantes e, se suscitam algumas dúvidas, é isso devido principalmente às condições estabelecidas pelos programas. É preciso dizer-se que os aspectos exteriores foram sempre resolvidos com mestria.

Julgamos que as nossas observações se podem resumir no seguinte :

1. - Quanto a localização, parece-nos que se deva atender sempre quanto possível a que obedeça a mais de um só dos pontos cardinais, a saber :

a) Proximidade de uma cidade importante ou interessante à luz do trânsito de longo curso, da Arte, do comércio ou da indústria, e onde não existam razoáveis condições de alojamento hoteleiro.

b) Ponto ou parada conveniente em qualquer dos itinerários de longada, nomeadamente entre Lisboa e Porto ou entre estas grandes cidades e o país vizinho.

c) Interêsse local artístico (paisagístico, de monumentos ou de costumes populares), desportivo ou de qualquer

modo recreativo ou próprio para repousar.

2. - No que respeita a programas, afigura-se-nos que no geral são necessários mais quartos para um bom rendimento, e que nos locais onde isso se não justifique deve a redução do número de quartos ser compensada pela extrema simplicidade da construção.

3. - Própriamente no que se refere a plantas, julgamos que valeria a pena tentar qualquer disposição semelhante à sugestão que aqui apresentamos, pelo menos naquelas Pousadas em que houver maior número de quartos.

Parece-nos que em tôdas as salas de jantar se deve contar com área correspondente à lotação de uma camioneta de passageiros.

4. - Nas disposições construtivas, entendemos que nos devemos precaver contra complicações que podem surgir da adopção de paredes curvas em planta, e também dos terraços cuja construção é sempre dispendiosa e que - à parte os sistemas tradicionais do Sul - se baseiam sempre em métodos de eficiência garantida a curto prazo.

5. - Com referência às soluções arquitectónicas, principalmente em alçados, achamos que as apresentadas nesta ocasião tôdas testemunham do talento seguro e do bom critério artístico dos seus autores.

Lisboa, 22 de Outubro de 1938

J. M. L.

IMAGENS

ÍNDICE

Fig. 1 – FACULDADE DE MEDICINA DO PORTO. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação e reforma. N/dat., ass.: Baltazar de Castro, Rogério de Azevedo, Arquitectos, Porto. Desenho publ. in Maria Eugénia Matos FERNANDES (coord.) - *A Universidade do Porto e a cidade. Edifícios ao longo da História*. Porto: Universidade do Porto - Arquivo Central da Reitoria, 2007, p. 163.

Fig. 2 – FACULDADE DE MEDICINA DO PORTO. Rogério de Azevedo. Fachada posterior de cima. N/dat., ass.: Baltazar de Castro, Rogério de Azevedo, Arquitectos, Porto. Desenho publ. in Maria Eugénia Matos FERNANDES (coord.) - *A Universidade do Porto e a cidade. Edifícios ao longo da História*. Porto: Universidade do Porto - Arquivo Central da Reitoria, 2007, p. 164.

Fig. 3 – FACULDADE DE MEDICINA DO PORTO. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação e reforma, alçado lateral. N/dat., n/ass. Desenho publ. in Maria Eugénia Matos FERNANDES (coord.) - *A Universidade do Porto e a cidade. Edifícios ao longo da História*. Porto: Universidade do Porto - Arquivo Central da Reitoria, 2007, p. 165.

Fig. 4 – CASAS DE HABITAÇÃO GEMINADAS NA AV. DO MARECHAL GOMES DA COSTA, 1385-1411, Porto. Rogério de Azevedo. Aditamento ao projecto, 1933. Ass., dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto, Porto, 1933. AHCMP, licença de obra 1933-0157-444.

Fig. 5 – CASAS DE HABITAÇÃO GEMINADAS NA AV. DO MARECHAL GOMES DA COSTA, 1385-1411, Porto. Foto actual. Fotografia de José Manuel Rodrigues publ. in Manuel MENDES - *(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses*. Porto: FAUP Publicações, 2001, p. 74.

Fig. 6 – CASAS DE HABITAÇÃO GEMINADAS NA AV. DO MARECHAL GOMES DA COSTA, 1385-1411, Porto. Foto actual. Fotografia de José Manuel Rodrigues publ. in Manuel MENDES - *(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses*. Porto: FAUP Publicações, 2001, p. 75.

Fig. 7 – CASA NA RUA DE JÚLIO DINIS, Porto. Fotografia publ. in *A Cidade do Porto na Obra do Fotógrafo Alvão, 1872:1946*. Porto: Fotografia Alvão, 1984, p. 87.

Fig. 8 – CASA NA RUA DE JÚLIO DINIS, Porto. Rogério de Azevedo. Projecto, 1934. Desenhos publ. in Manuel MENDES - "Unifamiliar e Moderno" in *Porto 1901/2001. Guia de arquitectura moderna*. Porto: Ordem dos Arquitectos/Livraria Civilização, 2001.

Fig. 9 – JORNAL E GARAGEM DE O COMÉRCIO DO PORTO. Vista aérea actual dos edifícios. Fotografia publ. in Anni Gunther NONELL - "Garagem do Comércio do Porto" in *Porto 1901/2001. Guia de arquitectura moderna*. Porto: Ordem dos Arquitectos/Livraria Civilização, 2001.

Fig. 10 – JORNAL E GARAGEM DE O COMÉRCIO DO PORTO. Vista dos edifícios. Fotografia publ. in <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2010/12/garagem-o-comercio-do-porto.html>, 26/3/2013, 17h40.

Fig. 11 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Foto de época. Fotografia publ. in <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2010/12/garagem-o-comercio-do-porto.html>, 26/3/2013, 17h40.

Fig. 12 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Foto de época. Fotografia publ. in <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2010/12/garagem-o-comercio-do-porto.html>, 26/3/2013, 17h40.

Fig. 13 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Foto de época do interior da Fotografia publ. in <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2010/12/garagem-o-comercio-do-porto.html>, 26/3/2013, 17h40.

Fig. 14 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Alçados voltados às Ruas do Almada e Elísio de Melo, 1930. Ass., dat.: Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro, arquitectos, Porto, 1930. Desenho publ. in Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco - *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, 2 vols.. Porto: Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, p. s/n..

Fig. 15 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Corte, 1930. Ass., dat.: Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro, arquitectos, Porto, 1930. Desenho publ. in Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco - *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, 2 vols.. Porto: Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, p. s/n..

Fig. 16 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Plantas da cave, do rés-do-chão, do 1º e 2º andares, do 3º e 4º andares e da mansarda, 1930. Desenho publ. in Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco - *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, 2 vols.. Porto: Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, p. s/n..

Fig. 17 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Vistas da Rua Dr. Magalhães Lemos e Elísio de Melo. Fotografia publ. in *A Cidade do Porto na Obra do Fotógrafo Alvão, 1872:1946*. Porto: Fotografia Alvão, 1984, p. 72.

Fig. 18 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. A Rua do Almada. À esquerda, a Garagem do jornal O Comércio do Porto. Fotografia publ. in *A Cidade do Porto na Obra do Fotógrafo Alvão, 1872:1946*. Porto: Fotografia Alvão, 1984, p. 73.

Fig. 19 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Abertura da Praça D. Filipa de Lencastre. O casario já em demolição na continuação da Rua Elísio de Melo. Em primeiro plano, à esquerda, o prédio da Garagem do jornal O Comércio do Porto. Fotografia publ. in <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2012, 8/10/2012, 23h00>.

Fig. 20 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Abertura da Praça D. Filipa de Lencastre. O casario já em demolição. Em segundo plano o prédio da Garagem do jornal O Comércio do Porto. Fotografia publ. in <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2012, 8/10/2012, 23h00>.

Fig. 21 – EDIFÍCIO DOS CORREIOS DE VIANA DO CASTELO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício dos Correios para a cidade de Viana do Castelo. N/ass., n/dat.. IHRU, SIPA, IPA n.º PT011609310239. DES.180942.

Fig. 22 – EDIFÍCIO DOS CORREIOS DE VIANA DO CASTELO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício dos Correios para a cidade de Viana do Castelo. N/ass., n/dat.. IHRU, SIPA, IPA n.º PT011609310239.

Fig. 23 – EDIFÍCIO DOS CORREIOS DE VIANA DO CASTELO. Rogério de Azevedo. Alterações ao projecto. N/ass., n/dat.. Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Foto de Paulo Guerreiro. Inédito.

Fig. 24 – EDIFÍCIO DOS CORREIOS DE VIANA DO CASTELO, Av. Combatentes da Grande Guerra/Av. Conde Carreira. Foto actual, 2004. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011609310239. FOTO.580521.

Fig. 25 – HOSPITAL-ASILO DE VILA SECA DE ARMAMAR. Situação actual. IHRU, SIPA. IPA n.º PT1801190008. FOTO.4174509, FOTO.4174517, FOTO.4174518, FOTO.4174512, FOTO.4174513, FOTO.4174514, FOTO.4174515, FOTO.4174516.

Fig. 26 – CONJUNTO HABITACIONAL DE CASAS ECONÓMICAS NA AV. FERNÃO MAGALHÃES, JUNTO AO CAMPO 24 DE AGOSTO, Porto. Rogério de Azevedo. Maqueta, 1941. Vista do conjunto com frente principal tirada do alto da Av. Fernão de Magalhães. Fotografia publ. in *A Arquitectura Portuguesa*. Porto: n.º 109, 1944, p.19.

Fig. 27 – CONJUNTO HABITACIONAL DE CASAS ECONÓMICAS NA AV. FERNÃO MAGALHÃES, JUNTO AO CAMPO 24 DE AGOSTO, Porto. Rogério de Azevedo. Projecto, 1941. Planta do conjunto em ligação com as ruas existentes. Desenho sobreposto ao levantamento aéreo da zona, de 1939. Desenho publ. in *A Arquitectura Portuguesa*, n.º 109. Porto: 1944, p.21.

Fig. 28 – CONJUNTO HABITACIONAL DE CASAS ECONÓMICAS NA AV. FERNÃO MAGALHÃES, JUNTO AO CAMPO 24 DE AGOSTO, Porto. Rogério de Azevedo. Projecto, 1941. Planta do conjunto ao nível do rés-do-chão. Desenho sobreposto ao levantamento aéreo da zona, de 1939. Desenho publ. in *A Arquitectura Portuguesa*, n.º 109. Porto: 1944, p.21.

Fig. 29 – URBANIZAÇÃO DE SANTO TIRSO. Rogério de Azevedo. Perspectiva axonométrica do Ante-projecto de Urbanização de Santo Tirso, 1944. Ass., n/dat.. Desenho publ. in Margarida Souza LÔBO - *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP Publicações, 1995, p. 149.

Fig. 30 – ESTABELECIMENTO DE UMA LIGAÇÃO DIRECTA MUNICÍPIO - CATEDRAL. Marcello Piacentini. Sugestão para a zona central, 1939. Desenho publ. in *A Ponte e a Avenida. Contradições urbanísticas no Centro Histórico do Porto*. Porto: Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto, 2001, p. 42.

Fig. 31 – SOLUÇÃO PARA A AV. DA PONTE, 1939. Desenho publ. in *A Ponte e a Avenida. Contradições urbanísticas no Centro Histórico do Porto*. Porto: Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto, 2001, p. s/n..

Fig. 32 – PALÁCIO DOS CORREIOS. Marcello Piacentini. O novo Palácio dos Correios, a nascente da Igreja da Trindade, Porto, 1939. Desenho publ. in <http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/11/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos.html>, 17/05/2011, 17h35.

Fig. 33 – LIGAÇÃO PONTE D. LUÍS - PRAÇA DA LIBERDADE. Giovanni Muzio. Desenho n.º 4, esquisso propectivo, Setembro de 1940. Desenho publ. in *A Ponte e a Avenida. Contradições urbanísticas no Centro Histórico do Porto*. Porto: Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto, 2001, p. s/n..

Fig. 34 – LIGAÇÃO PONTE D. LUÍS - PRAÇA DA LIBERDADE. Giovanni Muzio. Desenho n.º 5, esquisso propectivo, Setembro de 1940. Desenho publ. in http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/11/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos_25.html, 17/05/2011, 17h36.

Fig. 35 – LIGAÇÃO PONTE D. LUÍS À PRAÇA DA LIBERDADE. Giovanni Muzio, 1940. Desenho publ. in *A Ponte e a Avenida. Contradições urbanísticas no Centro Histórico do Porto*. Porto: Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto, 2001, p. s/n..

Fig. 36 – PRAÇA DA CIVIDADE. Giovanni Muzio. Maqueta da Praça da Cividade (antigo Largo do Corpo da Guarda) vista da Sé, 1940. Fotografia publ. in *A Ponte e a Avenida. Contradições urbanísticas no Centro Histórico do Porto*. Porto: Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto, 2001, p. s/n..

Fig. 37 – DEMOLIÇÕES NO BAIRRO DA SÉ, Porto - Anos 30 (pormenor). Reconstituição. Estampa publ. in Teresa Pires de CARVALHO; Carlos GUIMARÃES; Mário Jorge BARROCA -

Bairro da Sé do Porto, contributo para a sua caracterização histórica. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1996, p. 96.

Fig. 38 – DEMOLIÇÕES NO BAIRRO DA SÉ, Porto - Início Anos 40 (pormenor). Reconstituição. Estampa publ. in Teresa Pires de CARVALHO; Carlos GUIMARÃES; Mário Jorge BARROCA - *Bairro da Sé do Porto, contributo para a sua caracterização histórica.* Porto: Câmara Municipal do Porto, 1996, p. 96.

Fig. 39 – DEMOLIÇÕES NO BAIRRO DA SÉ, Centro Histórico do Porto - Morro da Sé. Vistas gerais antes das Demolições (antes de 1940) e depois das Demolições (depois de 1940). Fotografias publ. in Teresa Pires de CARVALHO; Carlos GUIMARÃES; Mário Jorge BARROCA - *Bairro da Sé do Porto, contributo para a sua caracterização histórica.* Porto: Câmara Municipal do Porto, 1996, p. 103.

Fig. 40 – ARRANJO URBANÍSTICO DA ZONA DA SÉ E DOS PAÇOS DO CONCELHO. Arménio Losa. Projecto, 2ª solução. Desenho publ. in *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, 2001, p. 78.

Fig. 41 – DEMOLIÇÕES NO BAIRRO DA SÉ, Porto. A demolição dos quarteirões em frente da Sé, vendo-se a fachada em ruína de um edifício medieval e, ao fundo, a torre dos Alões. Fotografia publ. in *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, 2001, p. 15.

Fig. 42 – TERREIRO DA SÉ, Porto. Localização original da torre da Capela dos Alões - e a sua sucedânea - assim como de outros achados de interesse arqueológico. Desenho publ. in *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, 2001, p. 15.

Fig. 43 – CASA-TORRE MEDIEVAL, Porto. Rogério de Azevedo. Ante-projecto para adaptação da Torre de ângulo, 1941. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo arquitecto. Desenho publ. in *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, 2001, p. 78.

Fig. 44 – CASA-TORRE MEDIEVAL (Gabinete de História da Cidade), Calçada de D. Pedro Pitões, Porto. Fotografia publ. in J. A. Pinto FERREIRA - "O próximo vigésimo aniversário da fundação do Gabinete de História da Cidade", *Boletim Cultural*, vol. XVIII, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1955, est. I.

Fig. 45 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Praça D. João I, Porto, 1ª versão, 1941. Perspectiva a partir da Rua do Bonjardim. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in Manuel MENDES - *(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses.* Porto: FAUP Publicações, 2001, p. 255.

Fig. 46 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Planta topográfica, 1ª versão, 1941. Desenho ass., n/dat.: Rogério Azevedo. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 6.

Fig. 47 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Fachada principal, 1ª versão, 1941. Desenho ass., n/dat.: Rogério Azevedo. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 11.

Fig. 48 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Fachada lateral direita, 1ª versão, 1941. Desenho ass., n/dat.: Rogério Azevedo. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 8.

Fig. 49 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Fachada lateral esquerda, 1ª versão, 1941. Desenho ass., n/dat.: Rogério Azevedo. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 9.

Fig. 50 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Planta dos 4º, 5º, 6º, 7º e 8º andares, 1ª versão, 1941. Desenho ass., n/dat.: Rogério Azevedo. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 15.

Fig. 51 – ARMAZÉNS RUDOLF PETERSDORFF, Breslavia. Erich Mendelsohn, 1927-1928. Vista actual. Fotografia publ. in <http://www.architectureinberlin.com/?cat=15,23/02/2013,12h12>.

Fig. 52 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Praça D. João I, Porto, 2ª versão, 1941. Perspectiva a partir da Rua Sá da Bandeira. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Jornal Arquitectos*, n.º 85, Março de 1990, p. 31.

Fig. 53 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Planta topográfica, 2ª versão, 1941. Desenho n/ass., n/dat. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 157.

Fig. 54 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Fachada principal, 2ª versão, 1941. Desenho ass., n/dat.: Rogério Azevedo. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 24.

Fig. 55 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Fachadas laterais, 2ª versão, 1941. Desenho ass., n/dat.: Rogério Azevedo. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 23.

Fig. 56 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Planta dos 4º, 5º, 6º, 7º e 8º andares - habitações, 2ª versão, 1941. Desenho ass., n/dat.: Rogério Azevedo. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 27.

Fig. 57 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Praça D. João I, fotografia de época. Fotografia publ. in *A Cidade do Porto na Obra do Fotógrafo Alvão, 1872:1946*. Porto: Fotografia Alvão, 1984, p. 40.

Fig. 58 – CAPITANIA DO PORTO DE VIANA DO CASTELO, Rua do Marquês. Vista actual. Fotografia publ. in <http://4.bp.blogspot.com/-ShpsvfBHde4/TYd8YNVsgl/AAAAAAAAImM/GNDIszmz8FM/s1600/Capitania%2Bde%2BViana%2Bdo%2BCastelo.JPG>, 14/06/2011, 15h00.

Fig. 59 – CAPITANIA DO PORTO DE VIANA DO CASTELO, Rua do Marquês. Vista actual. Fotografia publ. in <http://3.bp.blogspot.com/-D2KS636B7DA/TXVRkcuajII/AAAAAAAAAB1Y/63IntLrmNfl/s1600/1.JPG>. 14/06/2010, 15h00.

Fig. 60 – CAPITANIA DO PORTO DE VIANA DO CASTELO, Rua do Marquês. Vista actual. Fotografia publ. in <http://2.bp.blogspot.com/-o07MB-Ya9cs/TXVRr9gfIKI/AAAAAAAAAB1g/ITCgLQ6lgeM/s1600/3.JPG>. 14/06/2010, 15h00.

Fig. 61 – CAPITANIA DO PORTO DE VIANA DO CASTELO, Rua do Marquês. Vista actual. Fotografia publ. in <http://3.bp.blogspot.com/-3jcKP2m8eck/TXVRXcVygzi/AAAAAAAAAB1Q/1XedvFZepas/s320/2.JPG>. 14/06/2010, 15h00.

Fig. 62 – CAPITANIA DO PORTO DE VIANA DO CASTELO, Rua do Marquês. Vista actual. Fotografia publ. in <http://2.bp.blogspot.com/-IFJ17B3XN5A/TXVROYtFMLI/AAAAAAAAAB1I/rz1rAJloxtw/s1600/4.JPG>. 14/06/2010, 15h00.

Fig. 63 – CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLÔR. Rogério de Azevedo, Projecto do edifício da Câmara Municipal de Vila Flôr. Fachada principal. Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, Arquitecto, Porto. IHRU, SIPA, IPA n.º PT011609310239. DES.018429.

Fig. 64 – CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLÔR. Rogério de Azevedo, Projecto do edifício da Câmara Municipal de Vila Flôr. Fachada posterior. Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, Arquitecto, Porto. IHRU, SIPA, IPA n.º PT011609310239. DES.018430.

Fig. 65 – CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLÔR. Rogério de Azevedo, Projecto do edifício da Câmara Municipal de Vila Flôr. Fachada lateral. Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, Arquitecto, Porto. IHRU, SIPA, IPA n.º PT011609310239. DES.018431.

Fig. 66 – CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLÔR. Vista do jardim, 1949. Fotografia publ. in http://1.bp.blogspot.com/_94LABD71AQg/TFIDYjZUcl/AAAAAAAAAE2I/amnr6YAJuLU/s1600/Vila+Flor+Antiga+++C%C3%A2mara+Municipal+%281949%29.jpg. 16/06/2011, 15h00.

Fig. 67 – CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLÔR. Foto actual. Fotografia publ. in <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=197795&page=8>. 16/06/2011, 16h00.

Fig. 68 – TRIBUNAL E CÂMARA MUNICIPAL DE PÓVOA DE LANHOSO. Corpo do edifício correspondente ao Tribunal de Póvoa de Lanhoso. Situação actual. Fotografia publ. in <http://www.panoramio.com/photo/43531124>. 14/06/2011, 16h00.

Fig. 69 – TRIBUNAL E CÂMARA MUNICIPAL DE PÓVOA DE LANHOSO. Situação actual. Fotografia publ. in <http://www.panoramio.com/photo/43531157>. 14/06/2011, 16h00.

Fig. 70 – TRIBUNAL E CÂMARA MUNICIPAL DE PÓVOA DE LANHOSO. Situação actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT010309190034. FOTO.00938554

Fig. 71 – TRIBUNAL E CÂMARA MUNICIPAL DE PÓVOA DE LANHOSO. Situação actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT010309190034. FOTO.00938558

Fig. 72 – DISPENSÁRIO-TIPO. Carlos Ramos. Projecto para dispensário-tipo concelhio a construir nas cidades e vilas, 1934. Desenho publ. in André TAVARES - *Arquitectura Antituberculose*. Porto: FAUP Publicações, 2004, p. 214.

Fig. 73 – DISPENSÁRIO-TIPO. Carlos Ramos. Projecto para dispensário-tipo distrital a construir nas cidades e vilas, 1934. Desenho publ. in André TAVARES - *Arquitectura Antituberculose*. Porto: FAUP Publicações, 2004, p. 214.

Fig. 74 – SANATÓRIO-TIPO. Vasco Regaleira. Projecto para sanatório-tipo a construir nas cidades e vilas, 1934. Desenho publ. in André TAVARES - *Arquitectura Antituberculose*. Porto: FAUP Publicações, 2004, p. 216.

Fig. 75 – SANATÓRIO-TIPO. Vasco Regaleira. Projecto para sanatório-tipo concelhio a construir nas cidades e vilas, 1934. Desenho publ. in André TAVARES - *Arquitectura Antituberculose*. Porto: FAUP Publicações, 2004, p. 216.

Fig. 76 – SANATÓRIO-TIPO. Vasco Regaleira. Projecto para sanatório-tipo distrital a construir nas cidades e vilas, 1934. Desenho publ. in André TAVARES - *Arquitectura Antituberculose*. Porto: FAUP Publicações, 2004, p. 216.

Fig. 77 – SANATÓRIO DE D. MANUEL II, Vila Nova de Gaia. Pavilhão principal, fachada sul. Fotografia publ. in *Sanatório de D. Manuel II, Vila Nova Gaia, Junho de 1949*. Lisboa: MOP-DGEMN, 1949, encarte n.º 1.

Fig. 78 – SANATÓRIO DE D. MANUEL II, Vila Nova de Gaia. Pavilhão principal, fachada norte. Fotografia publ. in *Sanatório de D. Manuel II, Vila Nova Gaia, Junho de 1949*. Lisboa: MOP-DGEMN, 1949, encarte n.º 2.

Fig. 79 – SANATÓRIO DE D. MANUEL II, Vila Nova de Gaia. Pavilhão principal, planta do 1º andar. Desenho publ. in *Sanatório de D. Manuel II, Vila Nova Gaia, Junho de 1949*. Lisboa: MOP-DGEMN, 1949, encarte n.º 18.

Fig. 80 – AGRUPAMENTO DE MORADIAS ECONÓMICAS DAS CONDOMINHAS, Porto, 1938. Foto de época. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312060446. FOTO.00551212.

Fig. 81 – AGRUPAMENTO DE MORADIAS ECONÓMICAS DE PARANHOS, Porto, 1938. Foto de época. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312100438. FOTO.0551322.

Fig. 82 – AGRUPAMENTO DE MORADIAS ECONÓMICAS DO AMEAL, Porto, 1938. Foto de época. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312100106. FOTO.0551219.

Fig. 83 – AGRUPAMENTO DE MORADIAS ECONÓMICAS DO AMEAL, Porto, 1938. Foto de época. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312100106. FOTO.0551221.

Fig. 84 – AGRUPAMENTO DE MORADIAS ECONÓMICAS DO AMEAL, Porto, 1938. Foto de época. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312100106. FOTO.0551222.

Fig. 85 – AGRUPAMENTO DE MORADIAS ECONÓMICAS DO AMEAL, Porto, 1938. Foto de época. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312100106. FOTO.0551223.

Fig. 86 – CIDADE-JARDIM, Viana do Castelo. Rogério de Azevedo. Plano duma Cidade-Jardim para Viana do Castelo (Anteprojecto), 1932. Ass., dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto; 16 de Dezembro de 1932. AHMOP, cota D 18 A.

Fig. 87 – CIDADE-JARDIM, Viana do Castelo. Fotografia aérea - pormenor. Fotografia publ. in João Vieira CALDAS; Paulo Varela GOMES - *Viana do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, pp. 14-15.

Fig. 88 – ESCOLA CENTRAL DE VIANA DO CASTELO. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Alçado principal e planta do primeiro piso, 1930. Desenhos publ. in José Pedro Martins BARATA; José Manuel Pedrosa BOTAS (orgs.) - *Património escolar português: preservação e salvaguarda*. Lisboa: Ministério da Educação, 2003, p. 16.

Fig. 89 – ESCOLA CENTRAL DE VIANA DO CASTELO. Fotografia de época. Fotografia publ. in http://postaisportugal.canalblog.com/albums/region___viana_do_castelo/photos/5325816-viana_do_castelo_16.html, 9/8/2010, 24h30.

Fig. 90 – ESCOLA PRIMÁRIA DE ALVARÃES, Viana do Castelo. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Alçado principal, 1930. Ass., dat.: Rogério de Azevedo/Baltazar de Castro arquitectos 1941 Porto. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 194.

Fig. 91 – ESCOLA PRIMÁRIA DE FONTE GROSSA, Portuzelo, Viana do Castelo. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro, 1930. Levantamento da DGCE - Const. Esc. do Norte, 1969. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 195.

Fig. 92 – ESCOLA PRIMÁRIA DE FONTE GROSSA, Portuzelo, Viana do Castelo. Foto actual. Fotografia publ. in <http://www.eb1-fonte-grossa.rcts.pt/images/3.JPG>, 20-02-2009, 19h10.

Fig. 93 – ESCOLA PRIMÁRIA DE LANHESES, Viana do Castelo. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Alçado principal e planta do rés-do-chão, 1930. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 196.

Fig. 94 – ESCOLA PRIMÁRIA DE LANHESES, Viana do Castelo. Situação actual. Fotografia publ. in iapXX N200330.

Fig. 95 – ESCOLA PRIMÁRIA DE LANHESES, Viana do Castelo. Situação actual. Fotografia publ. in FERNANDES, José Manuel - *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003, pag. 125.

Fig. 96 – ESCOLA PRIMÁRIA DE VILA MOU, Viana do Castelo. Foto actual. Fotografia publ. in <http://www.vilamou.pt/upload/galerias/4/500/487983-Escola-Primaria.jpg>, 20-02-2009, 19h00.

Fig. 97 – ESCOLA PRIMÁRIA DE VILA MOU, Viana do Castelo. Foto actual. Fotografia publ. in <http://www.vilamou.pt/upload/noticias/559045-escola1.JPG>, 20-02-2009, 19h00.

Fig. 98 – ESCOLA PRIMÁRIA DA GANDRA, Viana do Castelo. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Alçado principal, 1930. Ass.; dat.: Rogério de Azevedo/Baltazar de Castro arquitectos Porto 1930. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 195.

Fig. 99 – ESCOLA PRIMÁRIA DE LOUROSOSA, Oliveira do Hospital. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Alçados principal, lateral sul e lateral norte, 1930. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Ilustração Moderna*, 5º ano, n.º 46, Agosto de 1930, p. 191.

Fig. 100 – ESCOLA PRIMÁRIA DE LOUROSOSA, Oliveira do Hospital. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Planta, 1930. Ass., dat.: Rogério Azevedo, Baltazar de Castro, arquitectos, 12-8-1930, Porto. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 224.

Fig. 101 – ESCOLA PRIMÁRIA DE LOUROSOSA, Oliveira do Hospital. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Vista axonamétrica, 1930. Ass., dat.: Rogério Azevedo e Baltazar Castro, arquitectos, 12-8-1930. Desenho publ. in *Ilustração Moderna*, 5º ano, n.º 46, Agosto de 1930, p. 192.

Fig. 102 – ESCOLA PRIMÁRIA DE BARRÔ, Águeda. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto inicial. Alçado principal, 1930. Ass., dat.: Rogério Azevedo / Baltazar Castro, arquitectos, 1930. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 205.

Fig. 103 – ESCOLA PRIMÁRIA DE BARRÔ, Águeda. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto inicial. Planta, 1930. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 206.

Fig. 104 – ESCOLA PRIMÁRIA DO SOAJO, Arcos de Valdevez. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Alçado principal, 1931. Ass., dat.: Rogério Azevedo / Baltazar de Castro, arquitectos, Porto, 1931. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 202.

Fig. 105 – ESCOLA PRIMÁRIA DO SOAJO, Arcos de Valdevez. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Plantas do r/c e do 1º andar, 1931. N/ass.,n/ dat.. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 203.

Fig. 106 – ESCOLA PRIMÁRIA DO SOAJO, Arcos de Valdevez. Foto publ. in iapXX N2002550.

Fig. 107 – ESCOLA-CANTINA DE NOVELAS, Penafiel. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Alçado principa e planta, 1932. Desenhos publ. in José Pedro Martins BARATA; José Manuel Pedroso BOTAS (orgs.) - *Património escolar português: preservação e salvaguarda*. Lisboa: Ministério da Educação, 2003, p. 51.

Fig. 108 – ESCOLA-CANTINA DE NOVELAS, Penafiel. Foto de época, 1940. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011311200020, Foto.676755.

Fig. 109 – ESCOLA-CANTINA DE NOVELAS, Penafiel. Foto de época, 1940. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011311200020, Foto.676753.

Fig. 110 – ESCOLA-CANTINA DE NOVELAS, Penafiel. Foto de época, 1940. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011311200020, Foto.676751.

Fig. 111 – ESCOLA INFANTIL DE BRAGANÇA. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Anteprojecto. Alçado principal, 1933. N/ass., n/ dat.. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 206.

Fig. 112 – ESCOLA INFANTIL DE BRAGANÇA. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Anteprojecto. Plantas do piso térreo e do 1º andar, 1933. N/ass., n/ dat.. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 207.

Fig. 113 – ESCOLA PRIMÁRIA E CANTINA DE ALIJÓ. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Alçado principal, 1930. Ass., dat.: Rogério de Azevedo e Baltazar de Castro, arquitectos, Porto, 1930. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 218.

Fig. 114 – ESCOLA PRIMÁRIA E CANTINA DE ALIJÓ. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Alçado posterior, 1930. Ass., dat.: Rogério de Azevedo e Baltazar de Castro, arquitectos, Porto, 1930. Desenho publ. In Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 219.

Fig. 115 – ESCOLA PRIMÁRIA E CANTINA DE ALIJÓ. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto da Planta, 1930. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 220.

Fig. 116 – ESCOLA PRIMÁRIA E CANTINA DE ALIJÓ. Situação actual. Foto de Susana Milão.

Fig. 117 – ESCOLA PRIMÁRIA E CANTINA DE ALIJÓ. Foto de 1940. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011701010022, Foto.673957.

Fig. 118 – ESCOLA PRIMÁRIA E CANTINA DE ALIJÓ. Foto durante a construção. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011701010022, Foto.551912.

Fig. 119 – ESCOLA PRIMÁRIA E CANTINA DE ALIJÓ. Foto durante a construção. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011701010022, Foto.551914.

Fig. 120 – ESCOLA PRIMÁRIA E CANTINA DE ALIJÓ. Foto durante a construção. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011701010022, Foto.551913.

Fig. 121 – ESCOLA PRIMÁRIA E CANTINA DE ALIJÓ. Foto durante a construção. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011701010022, Foto.551916.

Fig. 122 – ESCOLA PRIMÁRIA E CANTINA DE ALIJÓ. Foto de 1940. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011701010022, Foto.673960.

Fig. 123 – ABRIGO DOS PEQUENINOS, Alijó. Foto actual, 2013. Fotografia de Susana Milão.

Fig. 124 – ABRIGO DOS PEQUENINOS, Alijó. Foto actual, 2013. Fotografia de Susana Milão.

Fig. 125 – ABRIGO DOS PEQUENINOS, Alijó. Foto actual, 2013. Fotografia de Susana Milão.

Fig. 126 – CRECHE E DISPENSÁRIO DA PRAÇA DA ALEGRIA, Porto. Rogério de Azevedo. Perspectiva, 1933. Desenho publ. in *Cerâmica e Edificação*, ano 1º, n.º 12, Dezembro de 1933, p. 281.

Fig. 127 – CRECHE E DISPENSÁRIO DA PRAÇA DA ALEGRIA, Porto. Rogério de Azevedo. Planta do piso térreo, 1933. Desenho publ. in *Cerâmica e Edificação*, ano 1º, n.º 12, Dezembro de 1933, p. 282.

Fig. 128 – CRECHE E DISPENSÁRIO DA PRAÇA DA ALEGRIA, Porto. Imagem Google Earth, 26 de Junho de 2007.

Fig. 129 – CRECHE DE A FILIAL DO BONFIM (*O COMÉRCIO DO PORTO*). Rogério de Azevedo. Perspectiva e planta do piso térreo. Desenho publ. in Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, vol. 2. Porto: Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, p. 37.

Fig. 130 – CRECHE DE A FILIAL DO BONFIM (*O COMÉRCIO DO PORTO*), Porto. Fotografia de Alexandra Trevisan.

Fig. 131 – DESENHO ESQUEMÁTICO DE UMA ESCOLA RURAL DE UM LUGAR. Guilherme Rebelo de Andrade. Proposta para uma escola rural de uma sala de um lugar. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, p. 223.

Fig. 132 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Raul Lino. Projecto-Tipo Algarve - uma sala. Planta do r/c e alçados, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 236-238.

Fig. 133 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Raul Lino. Projecto-Tipo Algarve - duas salas. Planta do r/c e alçado, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, p. 239.

Fig. 134 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Raul Lino. Projecto-Tipo Algarve - três salas. Plantas do r/c e 1º piso e alçados A e B, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 240-241.

Fig. 135 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Raul Lino. Projecto-Tipo Algarve - quatro salas. Perspectiva e planta do 1º piso, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, p. 242.

Fig. 136 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Raul Lino. Projecto-Tipo Alentejo e Ribatejo - uma sala. Alçados principal e lateral esquerdo, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, p. 24-34.

Fig. 137 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Raul Lino. Projecto-Tipo Estremadura - uma sala. Alçados principal e lateral esquerdo, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, p. 243.

Fig. 138 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projecto-Tipo Minho (Tijolo) - uma sala. Perspectiva, planta do r/c e alçado posterior, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 246-247.

Fig. 139 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projecto-Tipo Minho (Tijolo) - duas salas. Perspectiva, planta do r/c e alçado posterior, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, p. 248.

Fig. 140 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projecto-Tipo Minho (Tijolo) - duas salas sobrepostas. Perspectiva, plantas do r/c e do 1º andar e alçado posterior, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 249-250.

Fig. 141 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projecto-Tipo Minho (Tijolo) - três salas. Perspectiva, plantas do r/c e do 1º andar e alçado posterior, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 251-252.

Fig. 142 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projecto-Tipo Minho (Tijolo) - quatro salas. Perspectiva, plantas do r/c e do 1º andar e alçado posterior, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 253-254.

Fig. 143 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projectos-Tipo Alto Minho - uma sala, duas salas, duas salas sobrepostas, três salas e quatro salas. Perspectivas, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 255-256.

Fig. 144 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projectos-Tipo Douro - uma sala, duas salas, duas salas sobrepostas, três salas e quatro salas. Perspectivas, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 257-259.

Fig. 145 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projectos-Tipo Beira Alta - uma sala, duas salas e duas salas sobrepostas, três salas e quatro salas. Perspectivas, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 260-262.

Fig. 146 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projectos-Tipo Beira Litoral - uma sala, duas salas, duas salas sobrepostas, três salas e quatro salas. Perspectivas, 1933-35. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 262-264.

Fig. 147 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projectos-Tipo Trás-os-Montes - uma sala, duas salas, duas salas sobrepostas, três salas e quatro salas. Perspectivas, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol.*

1 - *Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 265-267.

Fig. 148 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projecto-Tipo Rural - uma sala. Perspectiva, plantas do r/c e alçado lateral, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, p. 268.

Fig. 149 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projecto-Tipo Rural - duas salas. Perspectiva e plantas do r/c, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, p. 268.

Fig. 150 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária de Apúlia, Braga, Esposende, Apúlia. Escola-tipo Alto Minho. Foto actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT010306020065, Foto.00832042

Fig. 151 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária de Carvalhosa, Porto, Paços de Ferreira, Carvalhosa. Escola-tipo Minho. Foto de época. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011309020019, Foto.00667005

Fig. 152 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária de Santa Eulália, Vila Real, Ribeira de Pena, Salvador. Escola-tipo Trás-os-Montes. Foto de 1940. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011709050008, Foto.00674045.

Fig. 153 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária de Gondim. Porto, Maia, Gondim. Escola-tipo Douro. Foto de 1940. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011306050034, Foto.00666857

Fig. 154 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária de Maceira. Fornos de Algodres. Escola-tipo Beira Alta. Foto actual. Fotografia publ. in iapXX C100196.

Fig. 155 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária em Salvaterra de Magos. Santarém, Salvaterra de Magos. Escola-tipo Beira Litoral. Foto actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT031415040041, Foto.00673288

Fig. 156 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Alçado principal, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT021814080009. Desenho.009487.

Fig. 157 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Alçado posterior, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT021814080009. Desenho.009489.

Fig. 158 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Alçado lateral direito, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT021814080009. Desenho.009488.

Fig. 159 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Alçado lateral esquerdo, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT021814080009. Desenho.009490.

Fig. 160 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Corte transversal AB, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT021814080009.

Fig. 161 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Planta do pavimento do recreio, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT021814080009. Desenho.009485.

Fig. 162 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Planta do pavimento das aulas, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT021814080009.

Fig. 163 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Alçado da vedação, 1936. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT021814080009. Desenho.009493.

Fig. 164 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Vedação posterior, 1936. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT021814080009. Desenho.009494.

Fig. 165 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Estudo do gradeamento frente á entrada principal, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT021814080009. Desenho.009495.

Fig. 166 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Estudo da porta da escola, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT021814080009.

Fig. 167 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Foto actual. IHRU, SIPA. IPA n.º PT021814080009. Foto.015502.

Fig. 168 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Foto actual. IHRU, SIPA. IPA n.º PT021814080009. Foto.015503.

Fig. 169 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Foto actual. IHRU, SIPA. IPA n.º PT021814080009. Foto.015496.

Fig. 170 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Foto actual. IHRU, SIPA. IPA n.º PT021814080009. Foto.015499.

Fig. 171 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Foto actual. IHRU, SIPA. IPA n.º PT021814080009. Foto.015500.

Fig. 172 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Foto actual. IHRU, SIPA. IPA n.º PT021814080009. Foto.015498.

Fig. 173 – ESCOLA MASCULINA DE SANTA COMBA DÃO, Viseu. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Alçado principal, 1932. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 281.

Fig. 174 – ESCOLA MASCULINA DE SANTA COMBA DÃO, Viseu. Fotografia publ. in iapXX C100538.

Fig. 175 – ESCOLA MASCULINA DE SANTA COMBA DÃO, Viseu. Fotografia publ. in http://www.eb1-sta-comba-dao-n1.rcts.pt/n_escola.htm, 24-07-2012, 17h00.

Fig. 176 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Rogério de Azevedo. Projecto-Tipo Douro de 1 sala, 1935. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 29.

Fig. 177 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Projecto-Tipo Douro de 1 sala, depois da alteração da entrada realizada pela Direcção de Edifícios Nacionais do Norte, 1941. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 29.

Fig. 178 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária de Porto Bom. Gondim, Maia. Edifício Tipo Douro de 1 sala, de acordo com o projecto de Rogério de Azevedo de 1935. Foto

de época. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 34.

Fig. 179 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Feminina de Terroso. Porto, Póvoa do Varzim, S. Salvador. Edifício Tipo Douro de 1 sala, com alterações na zona de entrada. Foto de época. Foto publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 34.

Fig. 180 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária do Bairro de Casas Económicas de Ramalde. Porto, Ramalde. Edifícios Tipo Douro de 4 salas, com alterações na zona de entrada. Foto de 1940. IHRU, SIPA. IPA n.º PT011312110460, Foto.551320.

Fig. 181 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária do Bairro da Azenha. Porto, Paranhos. Edifício Tipo Douro de 4 salas, com alterações na zona de entrada. Foto actual. IHRU, SIPA. IPA n.º PT011312100461, Foto.00841722

Fig. 182 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária do Bairro de Casas Económicas de Paranhos. Porto, Paranhos. Edifício Tipo Douro de 4 salas, com alterações na zona de entrada. Foto de época. IHRU, SIPA. IPA n.º PT011312100438, Foto.00551327

Fig. 183 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Fernandes de Sá. Separação de sexos no Projecto-Tipo Douro de Rogério de Azevedo de 4 salas. Estudo para a adaptação das escolas dos Bairros de Casas Económicas da Cidade do Porto, 1939-40. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 30.

Fig. 184 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Geminação do edifício de 1 sala, Projecto-Tipo Alto Minho de Rogério de Azevedo, DGEMN. Alçado principal e planta, 1941. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 31.

Fig. 185 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Geminação dos edifícios de 1 sala e de 2 salas, Projecto-Tipo Douro de Rogério de Azevedo, DGEMN. Alçados principais, 1941. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 32.

Fig. 186 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Geminação do edifício de 1 sala, Projecto-Tipo Beira Litoral de Rogério de Azevedo, DGEMN. Alçado principal e planta, 1941. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 33.

Fig. 187 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária de S. Bartolomeu do Mar, Esposende. Edifícios geminados Tipo Alto Minho, de 2 salas. Fotografia publ. in iapXX N100390.

Fig. 188 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária de Varziela, Cantanhede. Edifícios geminados Tipo Beira Litoral de 2 sala. Foto de época. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 35.

Fig. 189 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Estudo de geminação do edifício de 1 sala, Projecto-Tipo Alentejo-Ribatejo de Raul Lino, feito em 1942 pela Direcção dos Monumentos Nacionais do Sul. Alçado principal. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de*

Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 37.

Fig. 190 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Projecto especial do arquitecto Alberto de Sousa, para a Escola Primária de Monte Branco, Vendas Novas (Alentejo). Alçado principal e planta, 1942. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 38.

Fig. 191 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Manuel Fernandes de Sá, Direcção dos Edifícios do Norte. Edifícios de 1 sala. Planta do pavimento e alçados Tipos Minho-granito, Douro-granito, tijolo e xisto. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 46.

Fig. 192 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Manuel Fernandes de Sá, Direcção dos Edifícios do Norte. Edifícios de 2 salas, 1 sexo. Planta do pavimento e alçados Tipos Minho-granito, Douro-granito, tijolo e xisto. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 49.

Fig. 193 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Manuel Fernandes de Sá, Direcção dos Edifícios do Norte. Edifícios de 2 salas, 2 sexos. Planta do pavimento e alçados Tipos Minho-granito, Douro-granito, tijolo e xisto. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 50.

Fig. 194 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Manuel Fernandes de Sá, Direcção dos Edifícios do Norte. Edifícios de 3 salas. Plantas dos 1º e 2º pavimentos e alçados Tipos Minho-granito, Douro-granito e xisto. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 53.

Fig. 195 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Manuel Fernandes de Sá, Direcção dos Edifícios do Norte. Edifícios de 4 salas, 1 sexo. Plantas dos 1º e 2º pavimentos e alçados Tipos Minho-granito, Douro-granito e xisto. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 55.

Fig. 196 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Manuel Fernandes de Sá, Direcção dos Edifícios do Norte. Edifícios de 4 salas, 2 sexos. Plantas dos 1º e 2º pavimentos e alçados Tipos Minho-granito, Douro-granito e xisto. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 56.

Fig. 197 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Joaquim Areal, Direcção dos Edifícios do Centro. Edifícios de 1 sala. Alçados Tipos Beira Alta-granito e xisto, Beira Litoral-tijolo e cantaria. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 60.

Fig. 198 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Joaquim Areal, Direcção dos Edifícios do Centro. Edifícios de 2 salas, 1 sexo. Alçados Tipos Beira Alta-granito e xisto, Beira Litoral-tijolo e cantaria. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos*

Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 62.

Fig. 199 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Joaquim Areal, Direcção dos Edifícios do Centro. Edifícios de 2 salas, 2 sexos. Alçados Tipos Beira Alta-granito e xisto, Beira Litoral-tijolo e cantaria. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 63.

Fig. 200 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Joaquim Areal, Direcção dos Edifícios do Centro. Edifícios de 3 salas. Alçados Tipos Beira Alta-granito e xisto, Beira Litoral-tijolo e cantaria. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 66.

Fig. 201 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Joaquim Areal, Direcção dos Edifícios do Centro. Edifícios de 4 salas, 1 sexo. Alçados Tipos Beira Alta-granito e xisto, Beira Litoral-tijolo e cantaria. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 68.

Fig. 202 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Joaquim Areal, Direcção dos Edifícios do Centro. Edifícios de 4 salas, 2 sexos. Alçados Tipos Beira Alta-granito, Beira Litoral-tijolo. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 69.

Fig. 203 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Eduardo Moreira dos Santos, Direcção dos Edifícios de Lisboa. Edifícios de 1 sala. Alçados Tipos Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 74.

Fig. 204 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Eduardo Moreira dos Santos, Direcção dos Edifícios de Lisboa. Edifícios de 2 salas, 1 sexo. Alçados Tipos Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 78.

Fig. 205 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Eduardo Moreira dos Santos, Direcção dos Edifícios de Lisboa. Edifícios de 2 salas, 2 sexos. Alçados Tipos Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 79.

Fig. 206 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Eduardo Moreira dos Santos, Direcção dos Edifícios de Lisboa. Edifícios de 3 salas. Alçados Tipos Alto Alentejo, Ribatejo, Estremadura. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 82.

Fig. 207 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Eduardo Moreira dos Santos, Direcção dos Edifícios de Lisboa. Edifícios de 4 salas, 1 sexo. Alçados Tipos Alto Alentejo, Ribatejo, Estremadura. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 84.

Fig. 208 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Eduardo Moreira dos Santos, Direcção dos Edifícios de Lisboa. Edifícios de 4 salas, 2 sexos. Alçados Tipos Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos*

Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 85.

Fig. 209 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Alberto Braga de Sousa, Direcção dos Edifícios do Sul. Edifícios de 1 sala. Alçados Tipos Algarve, Alentejo. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 88.

Fig. 210 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Alberto Braga de Sousa, Direcção dos Edifícios do Sul. Edifícios de 2 salas, 1 sexo. Alçados Tipos Alentejo, Algarve. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 91.

Fig. 211 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Alberto Braga de Sousa, Direcção dos Edifícios do Sul. Edifícios de 2 salas, 2 sexos. Alçados Tipos Alentejo, Algarve. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 92.

Fig. 212 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Alberto Braga de Sousa, Direcção dos Edifícios do Sul. Edifícios de 3 salas. Alçados Tipos Algarve, Alentejo. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 95.

Fig. 213 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Alberto Braga de Sousa, Direcção dos Edifícios do Sul. Edifícios de 4 salas, 1 e 2 sexos. Alçados Tipos Alentejo. Edifícios de 4 salas, 1 sexo. Alçados Tipos Algarve. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 97.

Fig. 214 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Primária e Cantina Escolar de Águas Frias, Vila Real, Chaves, Águas Frias. Escola Tipo Minho - granito de 1 sala. Foto actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011703010150, Foto.00715040.

Fig. 215 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Primária de Carrazeda de Ansiães, Bragança, Carrazeda de Ansiães. Escola Tipo Douro - granito de 4 salas, 2 sexos. Foto actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT010403040076, Foto.00837822.

Fig. 216 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Primária de Lamas de Orelhão, Bragança, Mirandela, Lamas de Orelhão. Escola Tipo Douro - granito, 2 salas, 2 sexos. Foto actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT010407180186, Foto.00836239.

Fig. 217 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Primária de Crestins, Porto. Escola Tipo Douro - xisto, 4 salas, 2 sexos. Fotografia publ. in *Os Anos 40 na Arte Portuguesa*, vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 151.

Fig. 218 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Primária, Maia, Porto. Escola Tipo Douro - granito, 1 sala. Fotografia publ. in *Os Anos 40 na Arte Portuguesa*, vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 151.

Fig. 219 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Primária de Enxames, Castelo Branco, Fundão, Enxames. Escola Tipo Beira Litoral - cantaria, 4 salas, 2 sexos. Foto actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020504310278, Foto.00799308.

Fig. 220 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola do Ensino Básico de Meimão, Castelo Branco, Penamacor, Meimão. Escola Tipo Beira Alta - granito de 2s alas, 2 sexos. Foto actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020507070088, Foto.00566043.

Fig. 221 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola de Santa Catarina, Aveiro, Vagos. Edifício Tipo Beira Litoral - tijolo, 2 salas, 2 sexos, com modificação do telhado. Foto de época. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 65.

Fig. 222 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Feminina de Vila Meda, Guarda. Edifício Tipo Beira Alta - granito, 3 salas. Foto de 1970. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 67.

Fig. 223 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola de Pinheiro, Veiros, Aveiro, Estarreja. Edifício Tipo Beira Litoral - tijolo, 4 salas, 2 sexos. Foto de 1970. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 70.

Fig. 224 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola em Arruda dos Vinhos, Lisboa. Edifício Tipo Estremadura, 1 sala. Foto de 1949. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 75.

Fig. 225 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola de Moita Redonda, Santarém, Vila Nova de Ourém, Fátima. Edifício Tipo Ribatejo, 1 sala. Foto de 1971. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 75.

Fig. 226 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola de Velada S. Matias, Portalegre, Nisa. Edifício Tipo Alto Alentejo, 1 sala. Foto de 1971. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 76.

Fig. 227 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola de Ordem, Marinha Grande. Edifício Tipo Estremadura, 2 salas, 2 sexos. Foto de 1969. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 80.

Fig. 228 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola de Monforte, Portalegre. Edifício Tipo Alto Alentejo, 2 salas, 1 sexo. Foto de 1950. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 81.

Fig. 229 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Primária de Courela da Boa Vista, Setúbal, Grândola, Azinheira Barros e São Mamede S. Escola Tipo Alentejo, 1 sala. Foto actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT041505010017, FOTO.00719761.

Fig. 230 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. ESCOLA Primária de São Teotónio, Odemira. Escola Tipo Algarve, 2 salas, 2 sexos. Foto actual. Fotografia publ. in José Manuel FERNANDES - *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003, p. 85.

Fig. 231 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Primária de Tavira, Faro, Tavira, Santiago. Escola Tipo Algarve, 4 salas, 1 sexo. Foto actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT050814060097, FOTO.00716950.

Fig. 232 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola de Castro Marim. Edifícios Tipo Algarve, 2 salas, 1 sexo. Foto de época. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 94.

Fig. 233 – EXPOSIÇÃO ITINERANTE DO "HOTEL MODELO". Desenho publ. in Paulo PINA - *Portugal, o Turismo no Século XX*. Lisboa: Lucidus Publicações, 1988, p. 62.

Fig. 234 – EXPOSIÇÃO ITINERANTE DO "HOTEL MODELO". Projectos: Minho / Manuel Marques, Douro / Adelino Nunes, Trás-os-Montes / Raul Tojal, Beira-Alta / Luís Benavente, Beira-Baixa / António Lino, Estremadura / Ernesto Korrodi (Filho), Alentejo / Jorge Segurado, Algarve / Faria da Costa. Desenhos publ. in Susana LOBO - *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 23.

Fig. 235 – HOTEL TURISMO, CASTELO BRANCO. Veloso Reis Camelo. Alçados lateral e principal e planta do r/chão. Desenhos publ. in *Cerâmica e Edificação*, 1º ano, n.º2, Fevereiro de 1933, pp. 42-43.

Fig. 236 – HOTEL TURISMO, CASTELO BRANCO. Fotografia publ. in António FERRO - *Turismo, fonte de riqueza e de poesia*. Lisboa: Edições do SNI, 1949, encarte na pág. 89.

Fig. 237 – HOTEL TURISMO, GUARDA. Bilhete postal, edição Adox, s/local, s/dat.. Fotografia publ. in http://www.postaisportugal.canalblog.com/albums/region___guarda/photos/2953310-feb12_62.html , 27 de Agosto de 2008, 16h57.

Fig. 238 – HOTEL DO LUSO. Cassiano Branco. Desenho do alçado, 1938. Desenho publ. in Paulo Tormenta PINTO - *Cassiano Branco, 1897-1970 - arquitectura e artificio*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, p. 94.

Fig. 239 – HOTEL DO LUSO, Luso. Bilhete postal, edição de Adelino de Carvalho - Luso/Foto Beleza, Porto. Fotografia publ. in José Manuel FERNANDES - *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003, p. 74.

Fig. 240 – CASA DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO NA RUA 5 DE OUTUBRO (actual rua da Junqueira), Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Projecto, 1934. Ass. e dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto, Porto, 1934. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, POP/72 (150). Inédito.

Fig. 241 – LOJA EM PRÉDIO DE HABITAÇÃO NA AV. MOUZINHO DE ALBUQUERQUE n.º 7, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Projecto, 1934. Ass. e dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto, Porto, 1934. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, POP/74 (21). Inédito.

Fig. 242 – PALÁCIO HOTEL, Póvoa de Varzim. Vista a seguir à sua inauguração, [1939?]. Fotografia publ. in <http://media.photobucket.com/image/povoa%20hotel%20old020/banithor/Portugal/Povoa%20de%20Varzim/Hotel%20Palacio/PovoaHotelOld020.jpg>. 28/9/2009, 15h30.

Fig. 243 – PALÁCIO HOTEL, Póvoa de Varzim. Fachada principal. Postal ilustrado, [1939?]. Fotografia publ. in http://www.aphort.com/nm_quemsomos.php?id=111&m_flash=1, 23/9/2009, 19h00.

Fig. 244 – PALÁCIO HOTEL e Casino, Póvoa de Varzim. Vistos a partir do porto de abrigo. Fotografia de época posterior à reforma do Hotel em 1949. Fotografia publ. in *Única/Expresso* n.º 1599, 21 Julho 2003, p. 82.

Fig. 245 – PALÁCIO HOTEL, Póvoa de Varzim. Alfredo A. de Magalhães. Projecto de reforma de 1949, desenhado a partir do traçado original de Rogério de Azevedo [de 1932?]. Alçado poente. Ass., n/dat.. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

Fig. 246 – PALÁCIO HOTEL, Póvoa de Varzim. Alfredo A. de Magalhães. Projecto de reforma de 1949, desenhado a partir do traçado original de Rogério de Azevedo [de 1932?]. Alçado norte. Ass., n/dat.. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

Fig. 247 – PALÁCIO HOTEL, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Planta do 1º andar. Desenho publ. in *Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação*, N.º 54, 1939, p. 11.

Fig. 248 – PALÁCIO HOTEL, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Planta dos outros andares. Desenho publ. in *Arquitetura Portuguesa e Cerâmica e Edificação*, N.º 54, 1939, p. 12.

Fig. 249 – CINE-TEATRO GARRETT, Póvoa de Varzim. Foto de época. Fotografia publ. in <http://anossapovoa.blogspot.pt/2010/07/teatro-garrett-segundo-balcao-o-piolho.html>. 10/05/2013, 18h00.

Fig. 250 – CINE-TEATRO GARRETT, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Planta topográfica, 1938. S/ass., s/dat. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

Fig. 251 – CINE-TEATRO GARRETT, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Planta da Plateia, 1938. S/ass., s/dat. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

Fig. 252 – CINE-TEATRO GARRETT, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Planta do 1º Balcão e camarotes, 1938. S/ass., s/dat. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

Fig. 253 – CINE-TEATRO GARRETT, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Planta da galeria, 1938. S/ass., s/dat. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

Fig. 254 – CINE-TEATRO GARRETT, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Alçado lateral, 1938. S/ass., s/dat. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

Fig. 255 – CINE-TEATRO GARRETT, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Corte longitudinal, 1938. S/ass., s/dat. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

Fig. 256 – CINE-TEATRO GARRETT, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Corte transversal, 1938. S/ass., s/dat. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

Fig. 257 – BALNEÁRIO DE 1ª CLASSE DAS CALDAS DO GERÊS. Postal ilustrado. Foto de época. Fotografia publ. in http://www.aphort.com/nm_quemsomos.php?id=111&m_flash=1, 23/9/2009, 19h00.

Fig. 258 – BALNEÁRIO DE 1ª CLASSE DAS CALDAS DO GERÊS. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, alçados principal, lateral direito, posterior e lateral esquerdo; plantas do rés-do-chão e do primeiro andar, 1935. Ass., dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto, Porto, 1935. Pasta XIX do Processo HM-31/Caldas do Gerês, Arquivo do Ministério da Economia, Direcção Geral da Geologia e Energia. Processo nº 82 CSMinas Fls 2 (1934-1937). Fotos de Isabel Matias. Inédito.

Fig. 259 – ALBERGUE DE CARRETERA. Carlos Arniches e Martín Domínguez. Ante-projecto, 1928. Desenho publ. in Víctor Pérez ESCOLANO - "En los orígenes del turismo moderno. Arquitectura para el ocio en el tránsito a la sociedad de masas", in *Arquitectura Moderna e Turismo: 1925-1965. Actas, IV Congreso Fundación DOCOMOMO Ibérico*, Valência, 6/7/8 de Novembro 2003, p. 22.

Fig. 260 – ALBERGUE DE CARRETERA, Manzanares. Fotografia publ. in Víctor Pérez ESCOLANO - "En los orígenes del turismo moderno. Arquitectura para el ocio en el tránsito a la sociedad de masas", in *Arquitectura Moderna e Turismo: 1925-1965. Actas, IV Congreso Fundación DOCOMOMO Ibérico*, Valência, 6/7/8 de Novembro 2003, p. 22.

Fig. 261 – ALBERGUE DE CARRETERA, Manzanares. Fotografia publ. in Salvador Guerrero LÓPEZ - "Carreteras, turismo y arquitectura moderna: los albergues de automovilistas del Patronato Nacional de Turismo (1928-1946)", in *Arquitectura Moderna e Turismo: 1925-1965. Actas, IV Congreso Fundación DOCOMOMO Ibérico*, Valência, 6/7/8 de Novembro 2003, p. 73.

Fig. 262 – POUSADA DE SANTA LUZIA, Elvas. Fotografia e desenho publ. in *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: Edições SNI, 1948, p. s/n.

Fig. 263 – POUSADA DE SANTA LUZIA, Elvas. Imagem de arquivo. Fotografia publ. in Ana TOSTÕES (coord.) - *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa: IPPAR, 2004, p. 88.

Fig. 264 – POUSADA DE SANTA LUZIA, Elvas. Miguel Jacobetty. Alçados, 1939. Ass., dat.. IHRU, SIPA. IPA n.º PT041207030048. DES.8031063.

Fig. 265 – POUSADA DE SANTA LUZIA, Elvas. Miguel Jacobetty. Plantas. Distribuição do betão armado e esgotos, 1939. Ass., dat.. IHRU, SIPA. IPA n.º PT041207030048. DES.8031064.

Fig. 266 – POUSADA DE SANTIAGO, Cacém. Fotografia e desenho publ. in *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: Edições SNI, 1948, p. s/n.

Fig. 267 – POUSADA DE SANTIAGO, Cacém. Miguel Jacobetty. Alçado principal, [1939?]. N/ass., n/dat.. IHRU, SIPA. IPA n.º PT041509060054. DES.8193198.

Fig. 268 – POUSADA DE SANTIAGO, Cacém. Miguel Jacobetty. Plantas da cave e do rés-do-chão, [1939?]. N/ass., n/dat.. IHRU, SIPA. IPA n.º PT041509060054. DES.8193199.

Fig. 269 – POUSADA DE SÃO BRÁS, Alportel. Fotografia e desenho publ. in *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: Edições SNI, 1948, p. s/n.

Fig. 270 – POUSADA DE SÃO BRÁS, Alportel. Miguel Jacobetty. Planta topográfica, 1939. Ass., dat.. IHRU, SIPA. IPA n.º PT050812010001. DES.8031101.

Fig. 271 – POUSADA DE SÃO BRÁS, Alportel. Miguel Jacobetty. Alçados, 1939. Ass., dat.. IHRU, SIPA. IPA n.º PT050812010001. DES.8031105.

Fig. 272 – POUSADA DE SÃO BRÁS, Alportel. Miguel Jacobetty. Cortes, 1939. Ass., dat.. IHRU, SIPA. IPA n.º PT050812010001. DES.8031106.

Fig. 273 – POUSADA DE SÃO BRÁS, Alportel. Miguel Jacobetty. Plantas, 1939. Ass., dat.. IHRU, SIPA. IPA n.º PT050812010001. DES.8031098.

Fig. 274 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Fotografia publ. in Ana TOSTÕES (coord.) - *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa: IPPAR, 2004, p. 194. Desenho publ. in *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: Edições SNI, 1948, p. s/n.

Fig. 275 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Imagem de arquivo. Fotografia publ. in <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/01/primeiras-pousadas-de-portugal.html> , 21 de Maio de 2012, 18h00.

Fig. 276 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Imagem de arquivo. Fotografia publ. in Susana LOBO - *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 46.

Fig. 277 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Alçado poente, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156. DES.181572.

Fig. 278 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Projecto final, alçado Norte, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156. DES.181575.

Fig. 279 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Projecto final, alçado sul, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156. DES.181582.

Fig. 280 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Projecto final, alçado poente, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156. DES.181588.

Fig. 281 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Projecto final, alçado nascente, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156. DES.181564.

Fig. 282 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Projecto final, corte, 1940. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

Fig. 283 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Projecto final, planta da cave, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

Fig. 284 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Estudo para reformulação da planta da cave, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

Fig. 285 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Projecto final, planta do r/chão, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

Fig. 286 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Projecto final, planta do 1º andar, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

Fig. 287 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenor da Galeria, 1940. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

Fig. 288 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenores das caixilharias da sala de jantar para a varanda, 1940. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

Fig. 289 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenor da chaminé principal, 1940. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

Fig. 290 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenores, 1940. N/ass., n/dat. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

Fig. 291 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenores, 1940. Ass., dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto 6-940. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

Fig. 292 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenores de caixilharia, 1940. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

Fig. 293 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenores, 1940. Ass., dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto 1940. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

Fig. 294 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, planta geral, 1958. N/ass., dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176103.

Fig. 295 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, planta da cave, 1958. N/ass., dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176104.

Fig. 296 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, planta do r/chão", 1958. N/ass., dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176105.

Fig. 297 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, planta do andar", 1958. N/ass., dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176106.

Fig. 298 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, alçado principal, 1958. Ass., dat.: Rogério Azevedo 1958 IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176107.

Fig. 299 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, alçado do pátio, 1958. N/ass., dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176108.

Fig. 300 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, alçado corte A-B, 1958. Ass., dat.: Rogério Azevedo 1958. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176109.

Fig. 301 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, alçado lateral, 1958. Ass., dat.: Rogério Azevedo 1958. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176110.

Fig. 302 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, alçado poente, 1958. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176111.

Fig. 303 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Obras de ampliação da Pousada, 1963. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, Foto.134787.

Fig. 304 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Obras de ampliação da Pousada, 1963. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, Foto.134788.

Fig. 305 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Fotografia e desenho publ. in *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: Edições SNI, 1948, p. s/n.

Fig. 306 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Fotografia publ. in Mafalda FERRO; Rita FERRO - *Retrato de uma Família. Fernanda de Castro, António Ferro, António Quadros*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, p. 161.

Fig. 307 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Fotografia de época onde é visível o traçado final do muro de suporte. Fotografia publ. in António FERRO - *Turismo, fonte de riqueza e de poesia*. Lisboa: Edições do SNI, 1949, encarte na pág. 111.

Fig. 308 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Fotografia publ. in <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/01/primeiras-pousadas-de-portugal.html> , 21 de Maio de 2012, 18h00.

Fig. 309 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Planta da cave, 1938/39. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005, DES.031197.

Fig. 310 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Planta do r/chão, 1938/39. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005, DES.031196.

Fig. 311 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Estudo da planta do 1º andar, 1938/39. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005.

Fig. 312 – Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Corte A-B, 1938/39. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005.

Fig. 313 – Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Projecto final, fachada principal, 1938/39. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005, DES.031187.

Fig. 314 – Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Projecto final, fachada principal, [1941?]. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005, DES.155568.

Fig. 315 – Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Projecto final, fachada lateral, [1941?]. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005, DES.155569.

Fig. 316 – Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Projecto final, fachada posterior, [1941?]. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005, DES.155570.

Fig. 317 – Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Projecto final, fachada lateral, [1941?]. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005, DES.155571.

Fig. 318 – Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Projecto final, corte A-B, [1941?]. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005.

Fig. 319 – Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Projecto final, plantas da cave e do r/chão, [1941?]. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005.

Fig. 320 – Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Projecto final, planta do primeiro andar, [1941?]. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005.

Fig. 321 – Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Estudos de pormenores, 1940. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005.

Fig. 322 – Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Estudos de pormenores da porta principal e de caixilhos, 1940. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005.

Fig. 323 – Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenores da sala de jantar, 1940. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005.

Fig. 324 – Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenor da sala de jantar, corte longitudinal, 1940. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005.

Fig. 325 – Pousada de Santo António, Serém. Desenho publ. in *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: Edições SNI, 1948, p. s/n.

Fig. 326 – Pousada de Santo António, Serém. Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian, Coleções, Estúdio Mário Novais: 1933-1983, CFT003 006084.ic

Fig. 327 – Pousada de Santo António, Serém. Imagem de arquivo. Fotografia publ. in Susana, LOBO - *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 41.

Fig. 328 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian, Coleções, Estúdio Mário Novais: 1933-1983, CFT003 006086.ic

Fig. 329 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian, Coleções, Estúdio Mário Novais: 1933-1983, CFT003 006085.ic

Fig. 330 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian, Coleções, Estúdio Mário Novais: 1933-1983, CFT003 006091.ic

Fig. 331 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian, Coleções, Estúdio Mário Novais: 1933-1983, CFT003 006090.ic

Fig. 332 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian, Coleções, Estúdio Mário Novais: 1933-1983, CFT003 006089.ic

Fig. 333 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian, Coleções, Estúdio Mário Novais: 1933-1983, CFT003 006093.ic

Fig. 334 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Planta topográfica. Implantação da Pousada de Vale do Vouga-Serém, [1938/39?]. IHRU, SIPA. IPA n.º PT020101120043, DES.175143.

Fig. 335 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Alçado lateral direito, [1938?]. N/ass.; n/dat.. IHRU, DIPA. IPA n.º PT020101120043, DES.175154.

Fig. 336 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Alçado posterior, [1938?]. N/ass.; n/dat.. IHRU, SIPA. IPA N.º PT020101120043, DES.175153.

Fig. 337 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Alçado lateral esquerdo, [1938?]. N/ass.; n/dat.. IHRU, SIPA. IPA n.º PT020101120043, DES.175155.

Fig. 338 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Levantamento do alçado principal, posterior a 1943. IHRU, SIPA. IPA N.º PT020101120043, DES.150251.

Fig. 339 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Levantamento da planta da cave, posterior a 1943. IHRU, SIPA. IPA n.º PT020101120043, DES.150250.

Fig. 340 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Levantamento da planta do rés-do-chão, posterior a 1943. IHRU, SIPA. IPA n.º PT020101120043, DES.150248.

Fig. 341 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Levantamento da planta do 1º andar, posterior a 1943. IHRU, SIPA. IPA n.º PT020101120043, DES.150249.

Fig. 342 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenores da Sala de Jantar, 1940. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto. IHRU, SIPA. IPA n.º PT011301030156.

Fig. 343 – POUSADA DE SÃO MARTINHO, Alfeizerão, São Martinho do Porto. Fotografia e desenho publ. in *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: Edições SNI, 1948, p. s/n.

Fig. 344 – POUSADA DE SÃO MARTINHO, Alfeizerão, São Martinho do Porto. Veloso Reis Camelo. Alçados poente e sul, 1939. Ass., n/dat.. IHRU, SIPA. IPA n.º PT031001020088. DES.8031150.

Fig. 345 – POUSADA DE SÃO MARTINHO, Alfeizerão, São Martinho do Porto. Veloso Reis Camelo. Alçados nascente e norte, 1939. Ass., n/dat.. IHRU, SIPA. IPA nº PT031001020088. DES.8031151.

Fig. 346 – LOCALIZAÇÃO DAS POUSADAS DO S.N.I.. Desenho publ. in *Pousadas do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: SNI, 1948.

Fig. 347 – LOCALIZAÇÃO DAS POUSADAS DO S.N.I. e sua relação com os principais itinerários em Portugal e de ligação a Espanha. Desenho publ. in LOBO, Susana - *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 44.

Fig. 348 – IGREJA DE MADAIL, Oliveira de Azemeis. Rogério de Azevedo. Planta, 1939. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU, SIPA, IPA Nº PTPT010113070019. DES.0301024.

Fig. 349 – IGREJA DE MADAIL, Oliveira de Azemeis. Rogério de Azevedo. Alçado principal, 1939. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU, SIPA, IPA Nº PTPT010113070019. DES.0301023.

Fig. 350 – IGREJA DE MADAIL, Oliveira de Azemeis. Rogério de Azevedo. Alçado posterior, 1939. N/ass., n/dat. Igreja Paroquial de São Mamede. Processo Administrativo. IHRU, SIPA, IPA Nº PTPT010113070019. DES.0301027.

Fig. 351 – IGREJA DE MADAIL, Oliveira de Azemeis. Rogério de Azevedo. Alçado lateral direito, 1939. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU, SIPA, IPA Nº PTPT010113070019. DES.0301025.

Fig. 352 – IGREJA DE MADAIL, Oliveira de Azemeis. Rogério de Azevedo. Alçado lateral esquerdo, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU, SIPA, IPA Nº PTPT010113070019. DES.0301026.

Fig. 353 – IGREJA DE MADAIL, Oliveira de Azemeis. Vista actual do exterior. IHRU, SIPA, IPA Nº PTPT010113070019. FOTO.4162249.

Fig. 354 – IGREJA DE MADAIL, Oliveira de Azemeis. Vista actual do exterior. IHRU, SIPA, IPA Nº PTPT010113070019. FOTO.4162245.

Fig. 355 – CEMITÉRIO DE BRAVÃES, Ponte da Barca. Rogério de Azevedo. Projecto do novo cemitério a construir em Bravães, 1938. N/ass.; n/dat.. IHRU: SIPA, IPA nº PT011606030001, DES.003893.

Fig. 356 – CEMITÉRIO DE BRAVÃES, Ponte da Barca. Rogério de Azevedo. Localização do novo cemitério a construir em Bravães, 1938. N/ass.; n/dat.. IHRU: SIPA, IPA nº PT011606030001, DES.003894.

Fig. 357 – CAMPANÁRIO DA IGREJA DE BRAVÃES, Ponte da Barca. Rogério de Azevedo. Projecto do novo campanário, 1937. Ass., dat.: Rogério de Azevedo 1937. IHRU: SIPA, IPA nº PT011606030001, DES.003895.

Fig. 358 – MONUMENTO A D. ANTÓNIO BARROSO, Praça Municipal de Barcelos. Rogério de Azevedo. Planta, 1938. N/ass.; n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT010302140007, DES.00005584.

Fig. 359 – MONUMENTO A D. ANTÓNIO BARROSO, Barcelos. Planta topográfica. IHRU: SIPA. IPA n.º PT010302140007.

Fig. 360 – MONUMENTO A D. ANTÓNIO BARROSO, Praça Municipal de Barcelos. Projecto de Marques da Silva. Foto de época. Fotografia publ. in António CARDOSO - *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*. Porto: FAUP, 1997, p. 428.

Fig. 361 – CASA DO INFANTE, Porto. A fachada principal antes das obras. Fotografia publ. in *Casa da Rua da Alfândega Velha, Porto. Boletim da DGEMN*, n.º 103, Março de 1961.

Fig. 362 – CASA DO INFANTE, Porto. Planta do primeiro pavimento antes das obras. Desenho publ. in *Casa da Rua da Alfândega Velha, Porto. Boletim da DGEMN*, n.º 103, Março de 1961.

Fig. 363 – CASA DO INFANTE, Porto. Planta do segundo pavimento antes das obras. Desenho publ. in *Casa da Rua da Alfândega Velha, Porto. Boletim da DGEMN*, n.º 103, Março de 1961.

Fig. 364 – CASA DO INFANTE, Porto. Corte longitudinal. Desenho de Francisco Braz, 1958. Desenho publ. in *A Alfândega do Porto e o Despacho Aduaneiro*. Porto: Casa do Infante, 1990, pp. 54-55.

Fig. 365 – CASA DO INFANTE, Porto. Alicerce da parede ocidental e soleira da porta principal da Alfândega Velha, descoberta em 1958. DGEMN, Casa da Rua da Alfândega Velha, Processo Fotográfico, Proc. n.º 253/27.

Fig. 366 – CASA DO INFANTE, Porto. Alfândega Velha, reconstituição. Lugar onde estava o nicho. Fotografia publ. in Rogério de AZEVEDO - "A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstituição", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, p. 270.

Fig. 367 – CASA DO INFANTE, Porto. Alfândega Velha, reconstituição. O que resta da contrapadieira do pórtico de entrada. Fotografia publ. in Rogério de AZEVEDO - "A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstituição", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, p. 270.

Fig. 368 – CASA DO INFANTE, Porto. Rogério de Azevedo. Alfândega Velha, reconstituição. Pormenor do pórtico de entrada, reconstituído, com a inscrição. Desenho publ. in Rogério de AZEVEDO - "A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstituição", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, p. 267.

Fig. 369 – CASA DO INFANTE, Porto. Rogério de Azevedo. Alfândega Velha, reconstituição. Vista de conjunto desde a Rua das Congostas até ao Cais da Ribeira. Desenho publ. in Rogério de AZEVEDO - "A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstituição", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, p. 265.

Fig. 370 – CASA DO INFANTE, Porto. Rogério de Azevedo. Alfândega Velha, reconstituição. Vista aérea do conjunto da figura anterior. Desenho publ. in Rogério de AZEVEDO - "A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstituição", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, p. 266.

Fig. 371 – CASA DO INFANTE, Porto. Rogério de Azevedo. Alfândega Velha, reconstituição. Planta do primeiro pavimento. Desenho publ. in Rogério de AZEVEDO - "A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstituição", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, est. I.

Fig. 372 – CASA DO INFANTE, Porto. Rogério de Azevedo. Alfândega Velha, reconstituição. Plantas do segundo e terceiro pavimentos. Desenhos publ. in Rogério de AZEVEDO - "A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstituição", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, est. II e III.

Fig. 373 – CASA DO INFANTE, Porto. Rogério de Azevedo. Alfândega Velha, reconstituição. Alçado voltado à Praça do Infante D. Henrique. Alçado voltado à Rua da Alfândega. Alçado voltado ao pátio da Alfândega (corte longitudinal). Desenhos publ. in Rogério de AZEVEDO - "A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstituição", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, est. IV, V e VI.

Fig. 374 – CAPELA DE SÃO PEDRO DE BALSEMÃO, Lamego. Planta, 1927. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011805210004. DES.00009734.

Fig. 375 – CAPELA DE SÃO PEDRO DE BALSEMÃO, Lamego, 1950. DGEMN: Capela de São Pedro de Balsemão, Processo fotográfico, Proc. n.º 557/2.

Fig. 376 – CAPELA DE SÃO PEDRO DE BALSEMÃO, Lamego. Vista interior, tirada da Capela-mor. Fotografia publ. in Joaquim de VASCONCELOS - *Arte Românica em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992 (1918), est. 41.

Fig. 377 – CAPELA DE SÃO PEDRO DE BALSEMÃO, Lamego. Aspecto actual do lado sul da igreja de Balsemão. Fotografia publ. in Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA - “Arte da Alta Idade Média”, in *História da Arte em Portugal*, Vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 104.

Fig. 378 – IGREJA DE S. PEDRO DE LOUROSA, Oliveira do Hospital. Planta ao nível das entradas antes das obras. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT020611090002, DES.00007893.

Fig. 379 – IGREJA DE S. PEDRO DE LOUROSA, Oliveira do Hospital. A mesma planta no seu estado actual. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT020611090002, DES.00007894.

Fig. 380 – IGREJA DE S. PEDRO DE LOUROSA, Oliveira do Hospital. Vista geral no início das obras. Fotografia publ. in *Igreja Matriz de Lourosa, Oliveira do Hospital. Boletim da DGEMN*, n.º 55, Março de 1949.

Fig. 381 – IGREJA DE S. PEDRO DE LOUROSA, Oliveira do Hospital. A mesma vista no estado actual. Fotografia publ. in *Igreja Matriz de Lourosa, Oliveira do Hospital. Boletim da DGEMN*, n.º 55, Março de 1949.

Fig. 382 – IGREJA DE S. PEDRO DE LOUROSA, Oliveira do Hospital. Ângulo noroeste da fachada posterior depois das obras. Fotografia publ. in *Igreja Matriz de Lourosa, Oliveira do Hospital. Boletim da DGEMN*, n.º 55, Março de 1949.

Fig. 383 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Ernesto Korrodi. Conjecturas sobre a sua forma primitiva, c. de 1890-1894. Planta, cortes transversal e longitudinal. Gravura publ. in Ernesto KORRODI - “Um Monumento Bizantino-Latino em Portugal”, *Boletim de Architectura e Archiologia da Real Associação dos Architectos Cívís e Archeólogos Portugueses*, 3ª série, Tomo VIII, n.º 1-2, 1898, p. 19.

Fig. 384 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Igreja de S. Francisco, vendo-se à direita, anexa ao templo, a Capela de S. Frutuoso. Fotografia publ. in Aarão de LACERDA - *História da Arte em Portugal*, Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1942, p. 110.

Fig. 385 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Interior da Igreja de S. Francisco, vendo-se a escada de comunicação entre o templo e a Capela de S. Frutuoso. Fotografia publ. in Aarão de LACERDA - *História da Arte em Portugal*, Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1942, p. 111.

Fig. 386 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Interior da Capela de S. Frutuoso antes das obras de restauro. Fotografia publ. in Aarão de LACERDA - *História da Arte em Portugal*, Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1942, p. 112.

Fig. 387 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Interior da Capela de S. Frutuoso. Fotografia publ. in P. Manuel de Aguiar BARREIRO - *Braga Monumental. A Catedral, a Capela dos Coimbras e a Capela de S. Frutuoso*. Porto: Marques Abreu Editor, 1927.

Fig. 388 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Interior da Capela de S. Frutuoso, vendo-se a escada de comunicação com a Igreja de S. Francisco. Fotografia publ. in Joaquim de VASCONCELOS - *Arte Românica em Portugal* (1918). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992, est. 185.

Fig. 389 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. João de Moura Coutinho e Sousa Louro. Planta. Desenho publ. in Aarão de LACERDA - *História da Arte em Portugal*, Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1942, p. 109.

Fig. 390 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. João de Moura Coutinho e Sousa Louro. Perspectiva isométrica. Desenho publ. in Aarão de LACERDA - *História da Arte em Portugal*, Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1942, p. 108.

Fig. 391 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Início das obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.042029.

Fig. 392 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Braço Sul, início das obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.042033.

Fig. 393 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Início das obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.042030.

Fig. 394 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Interior, início das obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.042028.

Fig. 395 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Braço Sul, durante as obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.539623.

Fig. 396 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Braço Este, durante as obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.042027.

Fig. 397 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Torre, durante as obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.042018.

Fig. 398 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Braços Este e Norte, durante as obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.042019.

Fig. 399 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Exterior da capela depois do restauro efectuado por Moura Coutinho, 1938. Fotografia publ. in Aarão de LACERDA - *História da Arte em Portugal*, Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1942, p. 112a.

Fig. 400 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Rogério de Azevedo. Esboceto de estudo de restauro. Axonometria. N/dat.; n/ass.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, DES.005703.

Fig. 401 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Rogério de Azevedo. Estudo de restauro. Planta. N/dat.; n/ass.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, DES.005704.

Fig. 402 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Rogério de Azevedo. Variante ao acesso de ligação da Igreja de S. Frutuoso de Montélios com a Igreja de S. Francisco, 1939. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto; Viana de Lima, desenhou. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, DES.005705.

Fig. 403 – MAUSOLÉU DE GALLA PLACÍDIA, Ravena. Postal dirigido e enviado a Rogério de Azevedo, anexo ao Processo de S. Frutuoso de Montélios. DGEMN, Proc. n.º 32/58.

Fig. 404 – EGLISE DE MONTIERNEUF, Poitiers. Absidiolo. Postal anexo ao Processo de S. Frutuoso de Montélios. DGEMN.

Fig. 405 – BAPTISTERE SAINT-JEAN, Poitiers. “Vue prise du sud-est”. Postal anexo ao Processo de S. Frutuoso de Montélios. DGEMN.

Fig. 406 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. A capela em 1959. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.042037.

Fig. 407 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Torreão central. Fotografia publ. in António de AZEVEDO - *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: s/ed., 1965, s/n.

Fig. 408 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Capela-mor (exterior). Fotografia publ. in António de AZEVEDO - *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: s/ed., 1965. s/n.

Fig. 409 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Capela-mor (interior) e sepultura do séc. XVI. Fotografia publ. in António de AZEVEDO - *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: s/ed., 1965, s/n.

Fig. 410 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Capela de entrada (interior, com abóbada de berço). Fotografia publ. in António de AZEVEDO - *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: s/ed., 1965, s/n.

Fig. 411 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Interior. Fotografia publ. in António de AZEVEDO - *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: s/ed., 1965, s/n.

Fig. 412 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Tímpano fechado. Fotografia publ. in António de AZEVEDO - *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: s/ed., 1965, s/n.

Fig. 413 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Tímpano fechado. Fotografia publ. in António de AZEVEDO - *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: s/ed., 1965, s/n.

Fig. 414 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. “Planta da Capela de S. Frutuoso”. Desenho publ. in Manuel MONTEIRO - *Dispersos*, vol. 1. Braga: Ed. da ASPA, 1980, est. CXXI.

Fig. 415 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Planta (seg. Th. Hauschild). Assinalam-se a preto os muros primitivos que subsistiam aquando do seu restauro e marcam-se a tracejado as parcelas de alicerces antigos que se encontraram. Em branco aparecem-nos as restantes partes que as obras de restauro de Moura Coutinho e da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais restabeleceram. Desenho publ. in M. Justino MACIEL - “A Época Clássica e a Antiguidade Tardia” in *História da Arte Portuguesa*, Vol. I. Direcção de Paulo PEREIRA. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, p. 136.

Fig. 416 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. A aldeia de S. Pedro de Rates, vista por Pier Maria Baldi em 1669. Desenho publ. in Flávio Gonçalves - “Notas sobre a Igreja românica de São Pedro de Rates”, *O Tripeiro*, n.º 12, Abril de 1959, V Série, Ano XIV, p. 357.

Fig. 417 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. A aldeia de S. Pedro de Rates, vista por Pier Maria Baldi em 1669 - pormenor. Desenho publ. in Flávio Gonçalves - “Notas sobre a Igreja românica de São Pedro de Rates”, *O Tripeiro*, n.º 12, Abril de 1959, V Série, Ano XIV, p. 357.

Fig. 418 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Planta topográfica do local da igreja, antes das obras. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 419 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. A mesma planta com a indicação dos futuros alinhamentos. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 420 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Planta baixa da igreja, antes dos trabalhos. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010520.

Fig. 421 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Planta ao nível das portas inferiores, antes dos trabalhos. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010524.

Fig. 422 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Planta ao nível das frestas da nave central, antes dos trabalhos. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010526.

Fig. 423 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Estudo de restauração da capela-mor. Planta, corte e alçado. Ass., dat.: Rogério Azevedo, arq. de 3ª classe contratado, 15 de Novembro de 1938. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.003319.

Fig. 424 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Altar do absidiolo. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.003325.

Fig. 425 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Planta baixa da igreja após a conclusão das obras. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010523.

Fig. 426 - IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Planta ao nível das portas inferiores depois de terminados os trabalhos. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010525.

Fig. 427 - IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Planta ao nível das frestas da nave central depois dos trabalhos. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010523.

Fig. 428 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Axonometria. Desenho publ. in *Os antecedentes medievais dos descobrimentos*. Lisboa: XVII Exposição Europeiade Arte, Ciência e Cultura / Convento da Madre de Deus, 1983, p. 150.

Fig. 429 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Fachada principal da igreja, depois dos trabalhos. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010517.

Fig. 430 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Fachada sul restaurada. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010518.

Fig. 431 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Fachada posterior restaurada. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010521.

Fig. 432 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Fachada norte após os trabalhos de restauro. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010528.

Fig. 433 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Corte transversal pelo transepto, depois da restauração. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010527.

Fig. 434 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Corte longitudinal depois da restauração. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010516.

Fig. 435 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Fachada principal da igreja, antes das obras de restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 436 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. A mesma fachada depois de terminados os trabalhos. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 437 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Fachada norte da igreja, antes da restauração, destacando-se a torre que se erguia sobre o transepto. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 438 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. A mesma fachada depois de demolida a torre e concluída a restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 439 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Aspecto exterior da capela-mor no início das obras de restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 440 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Outro aspecto da igreja, depois da restauração vendo-se a capela-mor primitiva, reconstituída. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 441 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Um dos absidiolos da igreja, antes dos trabalhos da restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 442 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. O absidiolo sul e a abóbada do transepto durante as obras. Fotografia publ. in *Cais*, n.º 53, Dezembro de 2000, p. 39.

Fig. 443 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. O absidiolo sul, depois de concluídos os trabalhos. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 444 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Aspecto posterior da igreja durante a restauração vendo-se o alicerce primitivo da capela-mor. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, FOTO.043033.

Fig. 445 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. O mesmo aspecto com a capela-mor reconstituída. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, FOTO.043034.

Fig. 446 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Conjunto interior da igreja e capela-mor, antes da restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 447 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. O mesmo conjunto depois de concluída a restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 448 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Pormenor do interior da igreja, antes das obras. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 449 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Destruição da abóbada artesoadada na nave lateral sul e retirada das colunas que a sustentavam. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, FOTO.043006.

Fig. 450 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Pormenor do interior da igreja depois da conclusão dos trabalhos de restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 451 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. O interior da capela-mor existente antes das obras. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 452 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. O interior da capela-mor após a sua reconstituição. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 453 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Outro conjunto do interior da igreja, antes da restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, FOTO.043044.

Fig. 454 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. O mesmo conjunto depois das obras. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

Fig. 455 – IGREJA DE LEÇA DO BALIO. Baltazar de Castro. Planta antes do restauro. Ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011308040001, DES.010337.

Fig. 456 – IGREJA DE LEÇA DO BALIO. Baltazar de Castro. Planta depois do restauro. Ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011308040001, DES.010334.

Fig. 457 – IGREJA DE LEÇA DO BALIO. A vivenda antiga que circundava a cabeceira do monumento. Fotografia publ. in *Igreja de Leça do Bailio. Boletim da DGEMN*, n.º 1, Setembro de 1935.

Fig. 458 – IGREJA DE LEÇA DO BALIO. Vista da cabeceira isolada. Fotografia publ. in *Igreja de Leça do Bailio. Boletim da DGEMN*, n.º 1, Setembro de 1935.

Fig. 459 – IGREJA DE CETE. Planta ao nível das entradas antes do restauro. Ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011308040001, DES.010350.

Fig. 460 – IGREJA DE CETE. Planta ao nível das entradas depois do restauro. Ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011308040001, DES.010355.

Fig. 461 – IGREJA DE CETE. Demolição de um arco manuelino de sanefa, sotoposto a um arco primitivo. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011308040001, FOTO.060853.

Fig. 462 – IGREJA DE CETE. O arco primitivo após a restauração. Fotografia publ. in *Igreja de Cete, Boletim da DGEMN*, n.º 3, Março de 1936.

Fig. 463 – IGREJA DE CEDOFEITA, Porto. Planta ao nível das entradas antes do restauro. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312040002, DES.010346.

Fig. 464 – IGREJA DE CEDOFEITA, Porto. Planta ao nível das entradas depois do restauro. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312040002, DES.010343.

Fig. 465 – IGREJA DE CEDOFEITA, Porto. Aspecto da Igreja de Cedofeita, anteriormente à restauração. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312040002, FOTO.055665.

Fig. 466 – IGREJA DE CEDOFEITA, Porto. A igreja restaurada e isolada, vista de noroeste. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312040002, FOTO.055666.

Fig. 467 – IGREJA DE PAÇO DE SOUSA. Planta da igreja antes do começo dos trabalhos. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011311220003, DES.010483.

Fig. 468 – IGREJA DE PAÇO DE SOUSA. A mesma planta depois dos trabalhos de limpeza e restauração. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011311220003, DES.01046.

Fig. 469 – IGREJA DE PAÇO DE SOUSA. Vista de conjunto da igreja e mosteiro, antes do incêndio, que marcou o começo dos trabalhos de restauro. Fotografia publ. in *Igreja de Paço de Sousa, Boletim da DGEMN*, n.º 17, Setembro de 1939.

Fig. 470 – IGREJA DE PAÇO DE SOUSA. A mesma vista de conjunto após o restauro. Fotografia publ. in *Igreja de Paço de Sousa, Boletim da DGEMN*, n.º 17, Setembro de 1939.

Fig. 471 – IGREJA DE S. TIAGO, Coimbra. Planta da igreja antes das obras. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT020603190008, DES.010587.

Fig. 472 – IGREJA DE S. TIAGO, Coimbra. A mesma planta depois da conclusão dos trabalhos. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT020603190008, DES.010588.

Fig. 473 – IGREJA DE S. TIAGO, Coimbra. Aspecto da fachada principal da igreja, antes das primeiras obras de restauração. IHRU: SIPA, IPA n.º PT020603190008, FOTO.096277.

Fig. 474 – IGREJA DE S. TIAGO, Coimbra. O mesmo aspecto da igreja, no seu estado actual. IHRU: SIPA, IPA n.º PT020603190008, FOTO.096292.

Fig. 475 – CASTELO, IGREJA DE S. MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Ortofotografias do Monte Latito ou Falperra, 1995. Centro Nacional de Informação Geográfica.

Fig. 476 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Vista aérea actual. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, FOTO.0308013.

Fig. 477 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Planta do Quartel do regimento de Infantaria N.º 20, 1914. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013.

Fig. 478 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Levantamento do alçado principal (noroeste) antes das obras, 1937(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006515.

Fig. 479 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Levantamento do alçado posterior (sudeste) antes das obras, 1937(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006516.

Fig. 480 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Levantamento do alçado lateral nordeste antes das obras, 1937(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340012, DES.006517.

Fig. 481 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Levantamento do alçado lateral sudoeste antes das obras, 1937(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340012, DES.006518.

Fig. 482 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Levantamento. Corte transversa antes das obras, 1937(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340012, DES.006519.

Fig. 483 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Aspecto da fachada principal durante o período em que o edifício esteve ocupado pelo Regimento de Infantaria 20. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, FOTO.050333.

Fig. 484 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Ângulo das fachadas nordeste e principal antes das obras. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 485 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Parte da fachada posterior ao serem iniciados os trabalhos. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 486 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Fachada principal do pátio antes das obras. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 487 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Aspecto das fachadas do pátio vistas de sudoeste antes das obras. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 488 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Aspecto das fachadas do pátio vistas de nordeste antes das obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, FOTO.050209.

Fig. 489 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Variante 'A'. Galeria do pátio do Paço dos Duques de Bragança, 1939. N/ass., n/dat. DGEMN, DSID 266: Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo.

Fig. 490 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Variante 'B' para o pátio do Paço dos Duques de Bragança, 1939. N/ass., n/dat. DGEMN, DSID 266: Paço dos Duques de Bragança. Processo Administrativo.

Fig. 491 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, planta do rés-do-chão, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. DGEMN, DSID.

Fig. 492 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, planta do 1º andar, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. DGEMN, DSID.

Fig. 493 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, planta do 2º andar, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. DGEMN, DSID.

Fig. 494 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, planta dos passadiços, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. DGEMN, DSID.

Fig. 495 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, fachada principal, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006527.

Fig. 496 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, fachada posterior, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006528.

Fig. 497 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, fachada lateral norte, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006529.

Fig. 498 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, fachada lateral sul, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006530.

Fig. 499 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, corte longitudinal, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006531.

Fig. 500 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, corte transversal por C D", 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006532.

Fig. 501 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, corte transversal por A B, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006533.

Fig. 502 – PROJECTO PARA O NOVO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE GUIMARÃES. José Marques da Silva. Fachada principal do projecto concurso. Desenho publ. in António CARDOSO - *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*. Porto: FAUP Publicações, 1997, p. 381.

Fig. 503 – PROJECTO PARA O NOVO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE GUIMARÃES. José Marques da Silva. Planta do rés-do-chão. Desenho publ. in António CARDOSO - *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*. Porto: FAUP Publicações, 1997, p. 382.

Fig. 504 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Variante à fachada principal, 1940(?). N/ass., N/dat.. Desenho publ. in Miguel TOMÉ - *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP publicações, 2002, p. 399.

Fig. 505 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Maquete. Modelo do restauro, 1940(?). DGEMN: DSID, Paço dos Duques de Bragança, Processo fotográfico, Proc. n.º 175/61.

Fig. 506 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Maquete. Ângulo poente do modelo de restauro, 1940(?). DGEMN: DSID, Paço dos Duques de Bragança, Processo fotográfico, Proc. n.º 175/84.

Fig. 507 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Maquete. Ângulo norte do modelo de restauro, 1940(?). DGEMN: DSID, Paço dos Duques de Bragança, Processo fotográfico, Proc. n.º 175/63.

Fig. 508 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Maquete. Ângulo sul do modelo de restauro, 1940(?). DGEMN: DSID, Paço dos Duques de Bragança, Processo fotográfico, Proc. n.º 175/60.

Fig. 509 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo (?). Empena da capela e escada de acesso à galeria superior, 1939(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006581.

Fig. 510 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Alçado parcial, estudo da entrada na galeria superior do pátio, frente ao pórtico da capela, 1939(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006582.

Fig. 511 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Alçado parcial, estudo das fenestranças na empena da capela, 1939(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006583.

Fig. 512 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Perspectiva do pátio, 1938-39(?). N/ass., N/dat.. Desenho publ. in Miguel TOMÉ - *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP publicações, 2002, p. 401.

Fig. 513 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Perspectiva do pátio, 1939(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.301030.

Fig. 514 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Perspectiva dum canto do pátio. Desenho publ. in Rogério AZEVEDO - *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 60.

Fig. 515 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Plano do Paço de Guimarães (r/c). Desenho publ. in Rogério AZEVEDO - *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 45.

Fig. 516 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Planta de conjunto antes do começo das obras: 1-Castelo, 2-Igreja de S. Miguel do Castelo, 3-parte da antiga muralha, 4-Paço dos Duques de Bragança, 1936(?). Desenho publ. in *O Castelo de Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 8, Junho de 1937.

Fig. 517 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Planta de conjunto depois das obras com a indicação dos futuros

arruamentos, 1937. Desenho publ. in *O Castelo de Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 8, Junho de 1937.

Fig. 518 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Planta topográfica dos terrenos em volta da igreja com o arranjo de urbanização a que se procedeu depois de concluídos os trabalhos de restauro[: 1-Castelo, 2-Igreja de S. Miguel do Castelo, 3-parte da antiga muralha, 4-Paço dos Duques de Bragança, 5-Monumento a D. Afonso Henriques] - pormenor, 1939. Desenho publ. in *Igreja de S. Miguel do Castelo, Boletim da DGEMN*, n.º 20, Junho de 1940.

Fig. 519 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Urbanização em volta do Castelo de Guimarães, planta. 1939. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo, arquitecto; Viana de Lima, desenhou. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340006, DES.041724.

Fig. 520 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Urbanização em volta do Castelo de Guimarães, perfil longitudinal e outros perfis. 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340011, DES.006326.

Fig. 521 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Estudo de arranjo dos terrenos a norte do Castelo. Pavilhão de sanitários - planta, 1939. N/ass., n/dat.. DGEMN: DSID, Processo do Castelo de Guimarães.

Fig. 522 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Estudo de arranjo dos terrenos a norte do Castelo. Pavilhão de sanitários - alçado, 1939. N/ass., n/dat.. DGEMN: DSID, Processo do Castelo de Guimarães.

Fig. 523 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Esbocetos de estudo para a nova implantação do Monumento a D. Afonso Henriques, 1939(?). N/ass., n/dat.. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340101, DESENHO.028186.

Fig. 524 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Sugestão para a nova implantação do Monumento a D. Afonso Henriques, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério Azevedo, arquitecto 3ª classe contratado. DGEMN, DSID, IPA n.º PT010308340101, DESENHO.028185.

Fig. 525 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Monumento a D. Afonso Henriques, planta, corte e alçado, 1939. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo, arquitecto 3ª classe contratado; Viana de Lima, desenhou. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340011, DESENHO.006327.

Fig. 526 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Monumento a D. Afonso Henriques, 1940(?). DGEMN: SIPA, IPA n.º PT010308340013, FOTO.050402.

Fig. 527 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Arranjos de urbanização e parque à volta do Castelo, 1940(?). DGEMN: DSID, Castelo de Guimarães, Processo fotográfico, Proc. n.º 173/20.

Fig. 528 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Construção da escada projectada por Rogério de Azevedo, 1943(?). IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, FOTO.598669.

Fig. 529 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Alçado principal, 1947. N/ass., dat.. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013. DESENHO.006548.

Fig. 530 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Corte longitudinal, 1947. N/ass., dat.. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006546.

Fig. 531 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Planta do segundo piso, 1947. N/ass., dat.. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013

Fig. 532 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Vista aérea durante os arranjos exteriores, 1951. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, FOTO.508666.

Fig. 533 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Campo de S. Salvador, 2/3/1953. DGEMN: DSID, Castelo de Guimarães, Processo Fotográfico, Proc. n.º 173/81.

Fig. 534 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Planta das expropriações a realizar para desafogo do Castelo, Igreja de S.Miguel e Paço dos Duques de Bragança, 1953. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006565.

Fig. 535 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Reconstituição ideal e segundo os vestígios, da capela, vendo-se o altar. Desenho publ. in Rogério AZEVEDO - *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 63.

Fig. 536 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Reconstituição ideal e segundo os vestígios, da capela, vendo-se a tribuna. Desenho publ. in Rogério AZEVEDO - *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 64.

Fig. 537 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Corte longitudinal, 1955. N/ass., dat.. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006651.

Fig. 538 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Pormenor da cobertura do claustro, 1956. N/ass., dat.. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006556.

Fig. 539 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Cobertura do pórtico da capela - pormenor, 1956. N/ass., dat.. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013.

Fig. 540 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Planta térrea depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 541 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Planta do primeiro andar depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 542 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Planta do segundo andar depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 543 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Planta das coberturas depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 544 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Alçado principal depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 545 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Alçado posterior depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 546 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Alçado lateral nordeste depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 547 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Alçado lateral sudoeste depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 548 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Corte longitudinal depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 549 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Corte transversal depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 550 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Aspecto da fachada principal depois das obras. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 551 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Parte da fachada posterior depois dos trabalhos. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 552 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Ângulo das fachadas posterior e nordeste depois das obras. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 553 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Fachada principal do pátio depois das obras. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 554 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Parte da fachada do pátio fronteira à capela depois das obras. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 555 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Vista do interior da capela depois das obras. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

REPRODUÇÕES

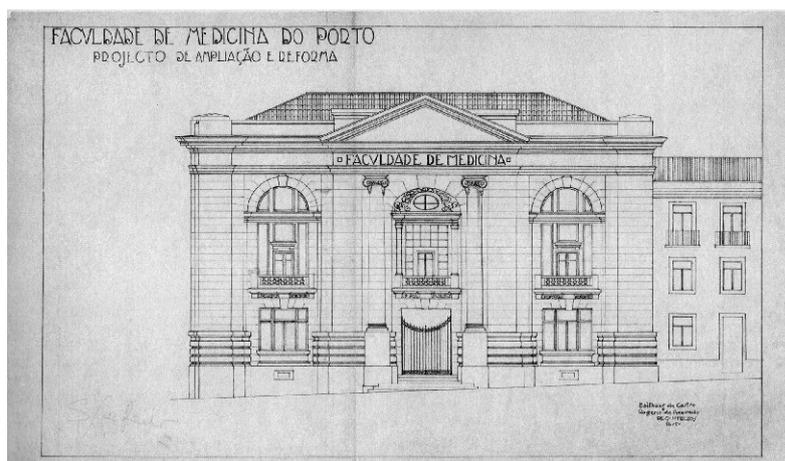


Fig. 1 – FACULDADE DE MEDICINA DO PORTO. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação e reforma. N/dat., ass.: Baltazar de Castro, Rogério de Azevedo, Arquitectos, Porto. Desenho publ. in Maria Eugénia Matos FERNANDES (coord.) - *A Universidade do Porto e a cidade. Edifícios ao longo da História*. Porto: Universidade do Porto - Arquivo Central da Reitoria, 2007, p. 163.

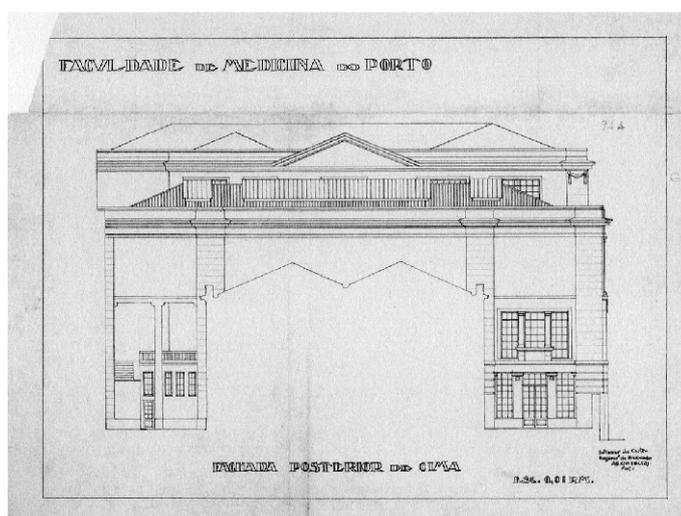


Fig. 2 – FACULDADE DE MEDICINA DO PORTO. Rogério de Azevedo. Fachada posterior de cima. N/dat., ass.: Baltazar de Castro, Rogério de Azevedo, Arquitectos, Porto. Desenho publ. in Maria Eugénia Matos FERNANDES (coord.) - *A Universidade do Porto e a cidade. Edifícios ao longo da História*. Porto: Universidade do Porto - Arquivo Central da Reitoria, 2007, p. 164.

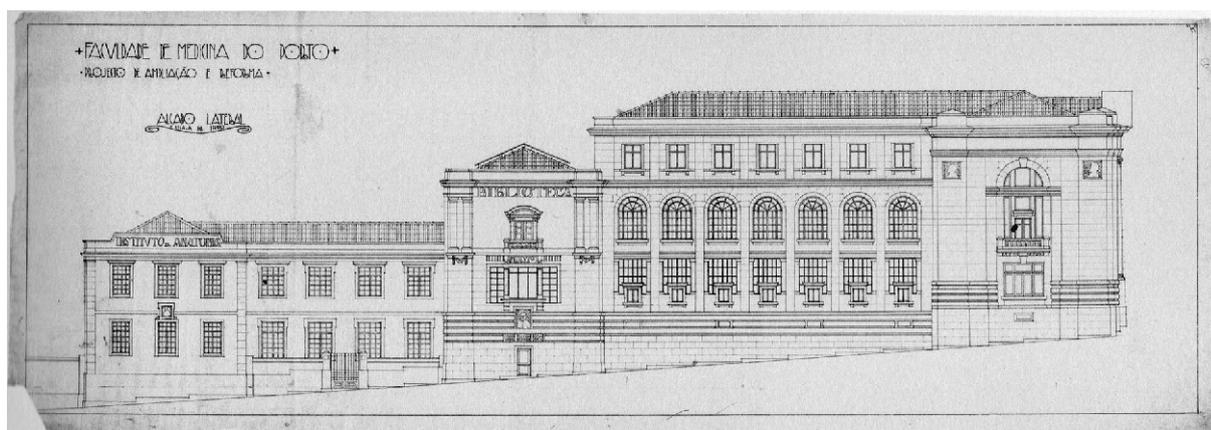


Fig. 3 – FACULDADE DE MEDICINA DO PORTO. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação e reforma, alçado lateral. N/dat., n/ass. Desenho publ. in Maria Eugénia Matos FERNANDES (coord.) - *A Universidade do Porto e a cidade. Edifícios ao longo da História*. Porto: Universidade do Porto - Arquivo Central da Reitoria, 2007, p. 165.

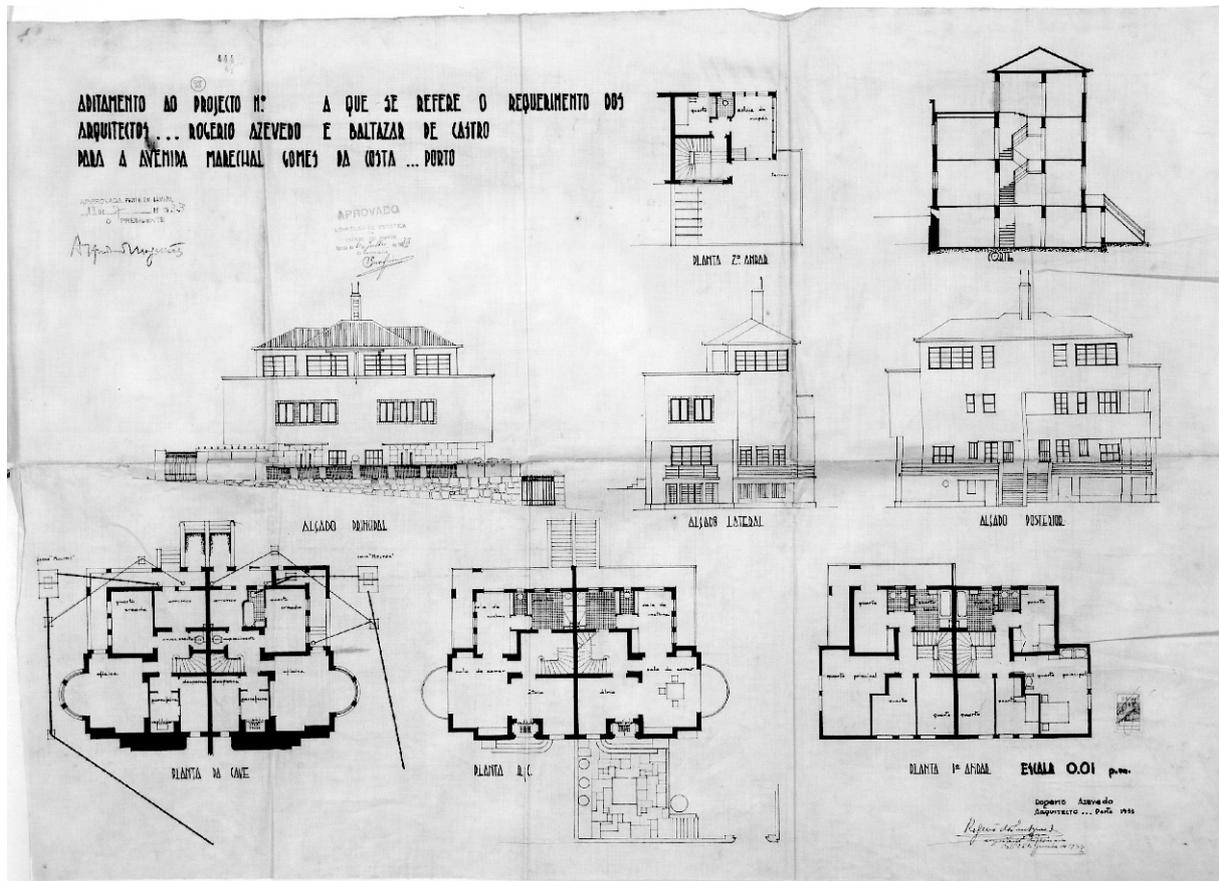


Fig. 4 – CASAS DE HABITAÇÃO GEMINADAS NA AV. DO MARECHAL GOMES DA COSTA, 1385-1411, Porto. Rogério de Azevedo. Aditamento ao projecto, 1933. Ass., dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto, Porto, 1933. AHCMP, licença de obra 1933-0157-444.

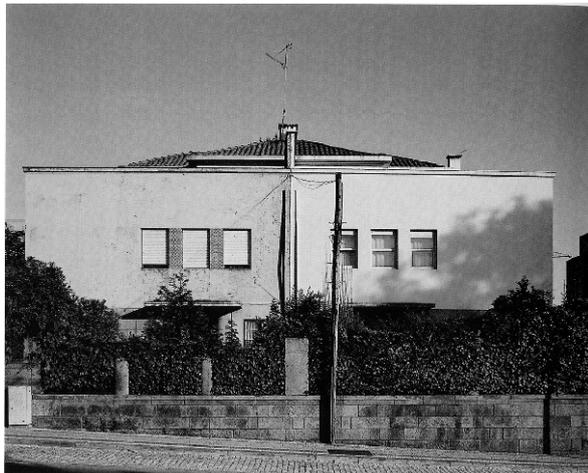


Fig. 5 – CASAS DE HABITAÇÃO GEMINADAS NA AV. DO MARECHAL GOMES DA COSTA, 1385-1411, Porto. Foto actual. Fotografia de José Manuel Rodrigues publ. in Manuel MENDES - *(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses*. Porto: FAUP Publicações, 2001, p. 74.



Fig. 6 – CASAS DE HABITAÇÃO GEMINADAS NA AV. DO MARECHAL GOMES DA COSTA, 1385-1411, Porto. Foto actual. Fotografia de José Manuel Rodrigues publ. in Manuel MENDES - *(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses*. Porto: FAUP Publicações, 2001, p. 75.



Fig. 7 – CASA NA RUA DE JÚLIO DINIS, Porto. Fotografia publ. in *A Cidade do Porto na Obra do Fotógrafo Alvão, 1872:1946*. Porto: Fotografia Alvão, 1984, p. 87.

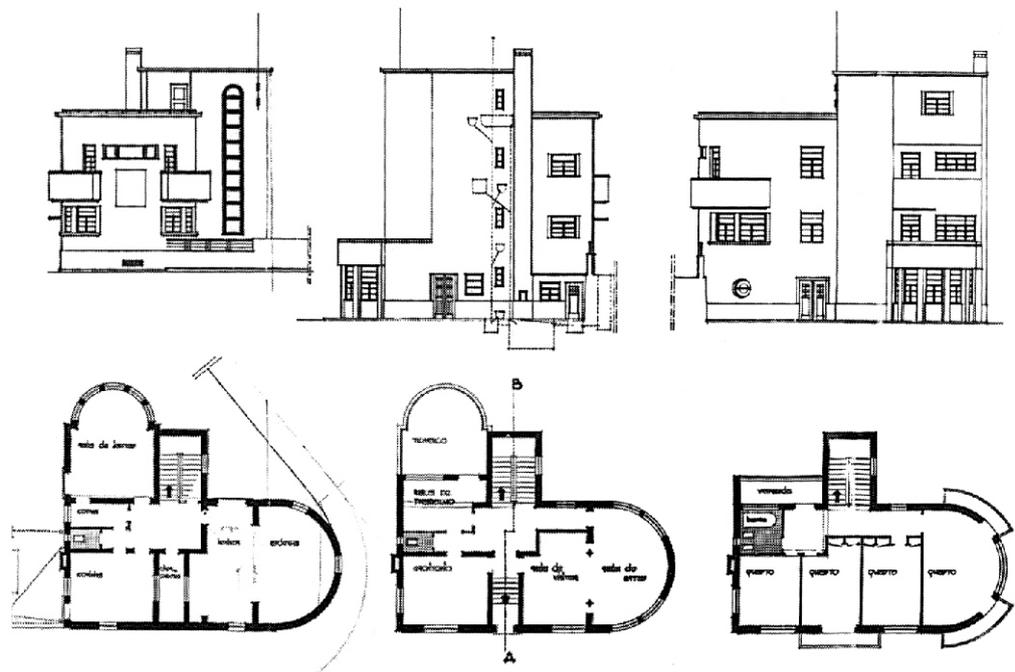


Fig. 8 – CASA NA RUA DE JÚLIO DINIS, Porto. Rogério de Azevedo. Projecto, 1934. Desenhos publ. in Manuel MENDES - "Unifamiliar e Moderno" in *Porto 1901/2001. Guia de arquitectura moderna*. Porto: Ordem dos Arquitectos/Livraria Civilização, 2001.

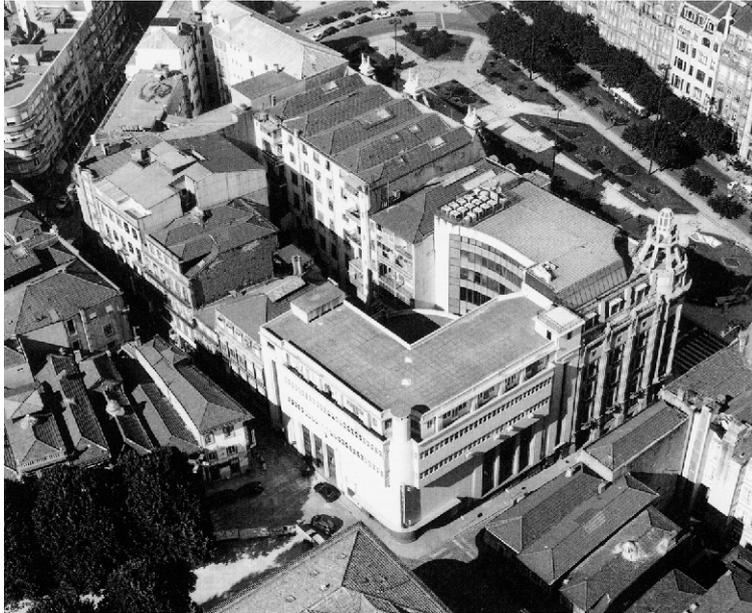


Fig. 9 – JORNAL E GARAGEM DE O COMÉRCIO DO PORTO. Vista aérea actual dos edifícios. Fotografia publ. in Anni Gunther NONELL - "Garagem do Comércio do Porto" in *Porto 1901/2001. Guia de arquitectura moderna*. Porto: Ordem dos Arquitectos/Livraria Civilização, 2001.



Fig. 10 – JORNAL E GARAGEM DE O COMÉRCIO DO PORTO. Vista dos edifícios. Fotografia publ. in <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2010/12/garagem-o-comercio-do-porto.html>, 26/3/2013, 17h40.



Fig. 11 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Foto de época. Fotografia publ. in <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2010/12/garagem-o-comercio-do-porto.html>, 26/3/2013, 17h40.



Fig. 12 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Foto de época. Fotografia publ. in <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2010/12/garagem-o-comercio-do-porto.html>, 26/3/2013, 17h40.

Fig. 13 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Foto de época do interior da Fotografia publ. in <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2010/12/garagem-o-comercio-do-porto.html>, 26/3/2013, 17h40.



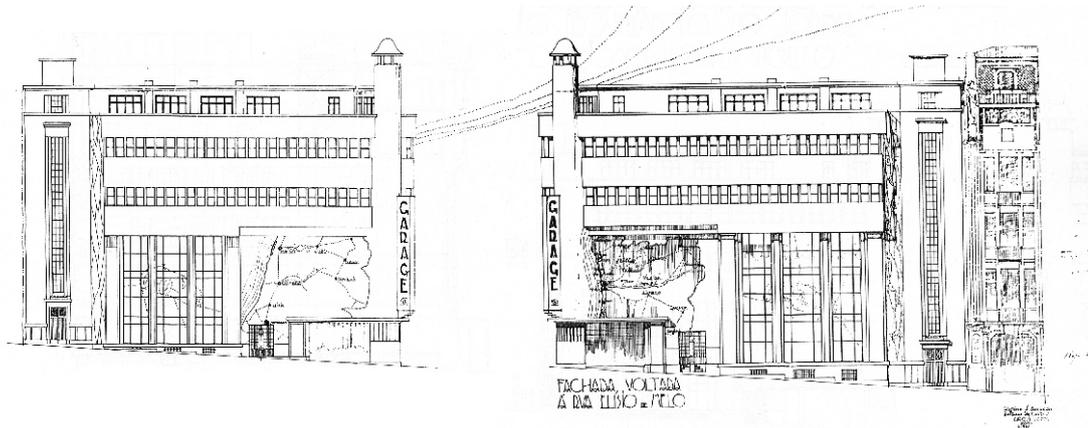


Fig. 14 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Alçados voltados às Ruas do Almada e Elísio de Melo, 1930. Ass., dat.: Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro, arquitectos, Porto, 1930. Desenho publ. in Alexandra T da Silveira P - *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, 2 vols.. Porto: Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, p. s/n..

Fig. 15 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Corte, 1930. Ass., dat.: Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro, arquitectos, Porto, 1930. Desenho publ. in Alexandra T da Silveira P - *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, 2 vols.. Porto: Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, p. s/n..

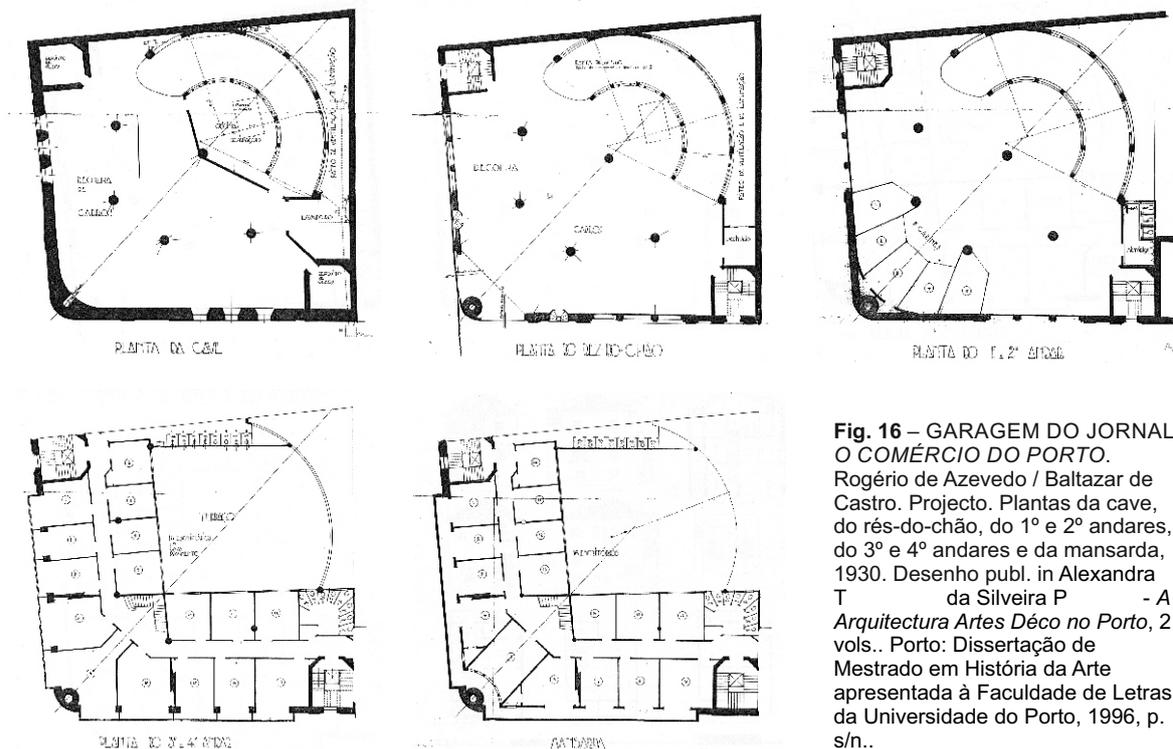
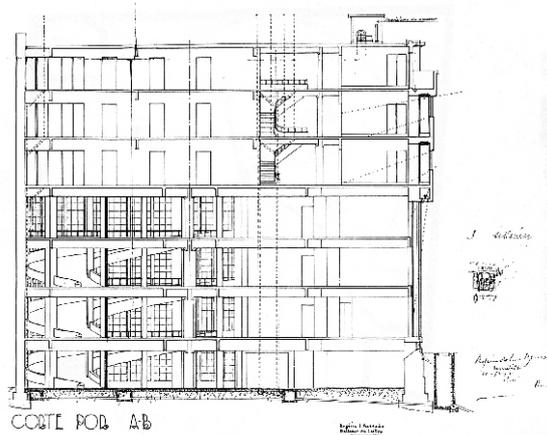


Fig. 16 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Plantas da cave, do rés-do-chão, do 1º e 2º andares, do 3º e 4º andares e da mansarda, 1930. Desenho publ. in Alexandra T da Silveira P - *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, 2 vols.. Porto: Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, p. s/n..

Fig. 17 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Vistas da Rua Dr. Magalhães Lemos e Elísio de Melo. Fotografia publ. in *A Cidade do Porto na Obra do Fotógrafo Alvão, 1872:1946*. Porto: Fotografia Alvão, 1984, p. 72.



Fig. 18 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. A Rua do Almada. À esquerda, a Garagem do jornal *O Comércio do Porto*. Fotografia publ. in *A Cidade do Porto na Obra do Fotógrafo Alvão, 1872:1946*. Porto: Fotografia Alvão, 1984, p. 73.



Fig. 19 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Abertura da Praça D. Filipa de Lencastre. O casario já em demolição na continuação da Rua Elísio de Melo. Em primeiro plano, à esquerda, o prédio da Garagem do jornal *O Comércio do Porto*. Fotografia publ. in <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2012, 8/10/2012, 23h00>.

Fig. 20 – GARAGEM DO JORNAL O COMÉRCIO DO PORTO. Abertura da Praça D. Filipa de Lencastre. O casario já em demolição. Em segundo plano o prédio da Garagem do jornal *O Comércio do Porto*. Fotografia publ. in <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2012, 8/10/2012, 23h00>.



Fig. 21 – EDIFÍCIO DOS CORREIOS DE VIANA DO CASTELO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício dos Correios para a cidade de Viana do Castelo. N/ass., n/dat.. IHRU, SIPA, IPA n.º PT011609310239. DES.180942.

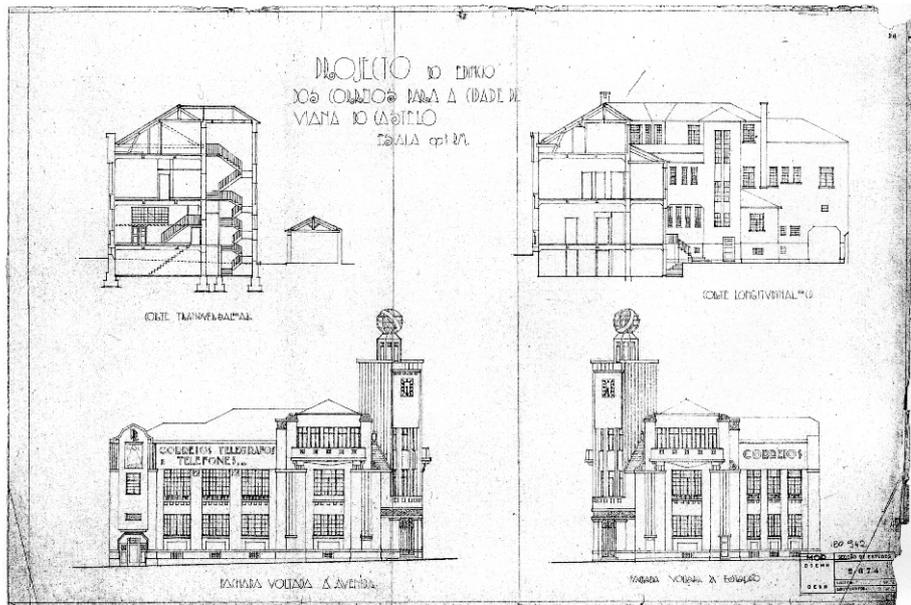


Fig. 22 – EDIFÍCIO DOS CORREIOS DE VIANA DO CASTELO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício dos Correios para a cidade de Viana do Castelo. N/ass., n/dat.. IHRU, SIPA, IPA n.º PT011609310239.

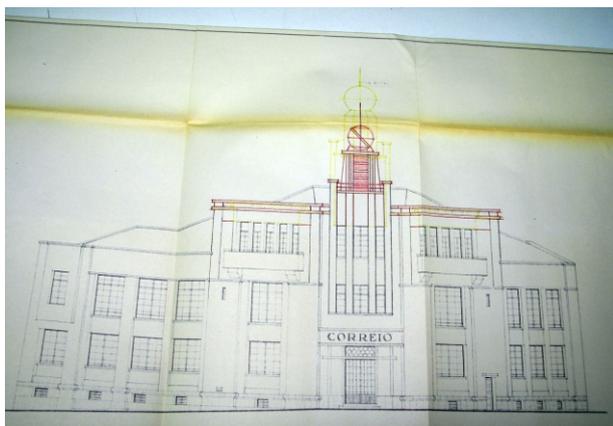
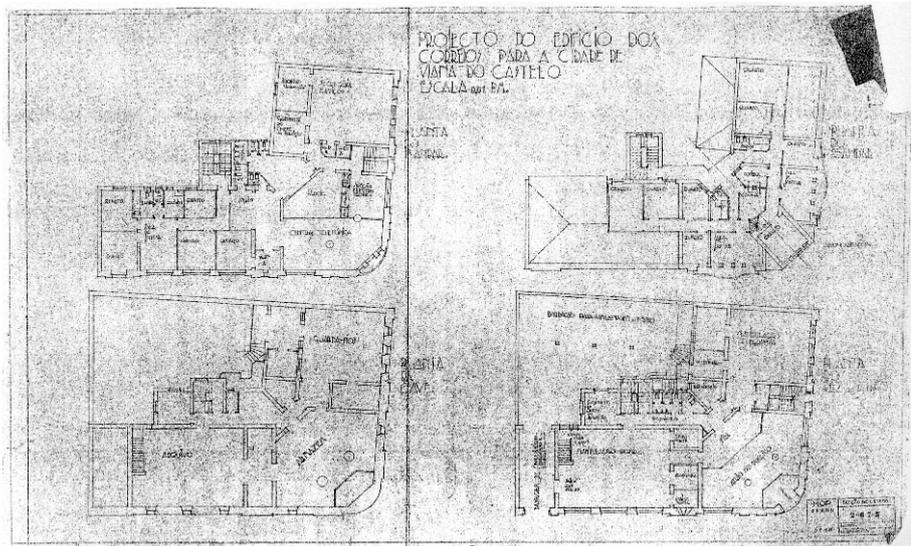


Fig. 23 – EDIFÍCIO DOS CORREIOS DE VIANA DO CASTELO. Rogério de Azevedo. Alterações ao projecto. N/ass., n/dat.. Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Foto de Paulo Guerreiro. Inédito.



Fig. 24 – EDIFÍCIO DOS CORREIOS DE VIANA DO CASTELO, Av. Combatentes da Grande Guerra/Av. Conde Carreira. Foto actual, 2004. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011609310239. FOTO.580521.



Fig. 25 – HOSPITAL-ASILO DE VILA SECA DE ARMAMAR. Situação actual. IHRU, SIPA. IPA n.º PT1801190008. FOTO.4174509, FOTO.4174517, FOTO.4174518, FOTO.4174512, FOTO.4174513, FOTO.4174514, FOTO.4174515, FOTO.4174516.

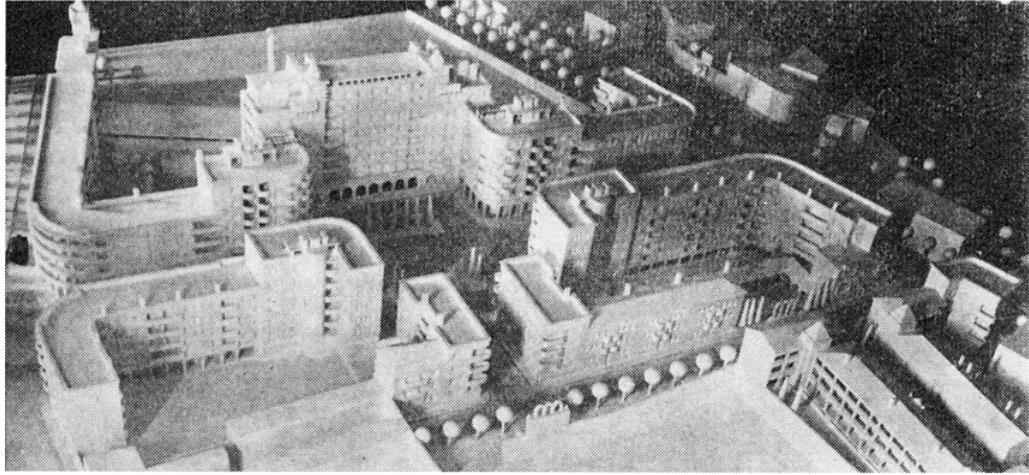


Fig. 26 – CONJUNTO HABITACIONAL DE CASAS ECONÓMICAS NA AV. FERNÃO MAGALHÃES, JUNTO AO CAMPO 24 DE AGOSTO, Porto. Rogério de Azevedo. Maqueta, 1941. Vista do conjunto com frente principal tirada do alto da Av. Fernão de Magalhães. Fotografia publ. in *A Arquitectura Portuguesa*. Porto: n.º 109, 1944, p.19.

Fig. 27 – CONJUNTO HABITACIONAL DE CASAS ECONÓMICAS NA AV. FERNÃO MAGALHÃES, JUNTO AO CAMPO 24 DE AGOSTO, Porto. Rogério de Azevedo. Projecto, 1941. Planta do conjunto em ligação com as ruas existentes. Desenho sobreposto ao levantamento aéreo da zona, de 1939. Desenho publ. in *A Arquitectura Portuguesa*, n.º 109. Porto: 1944, p.21.

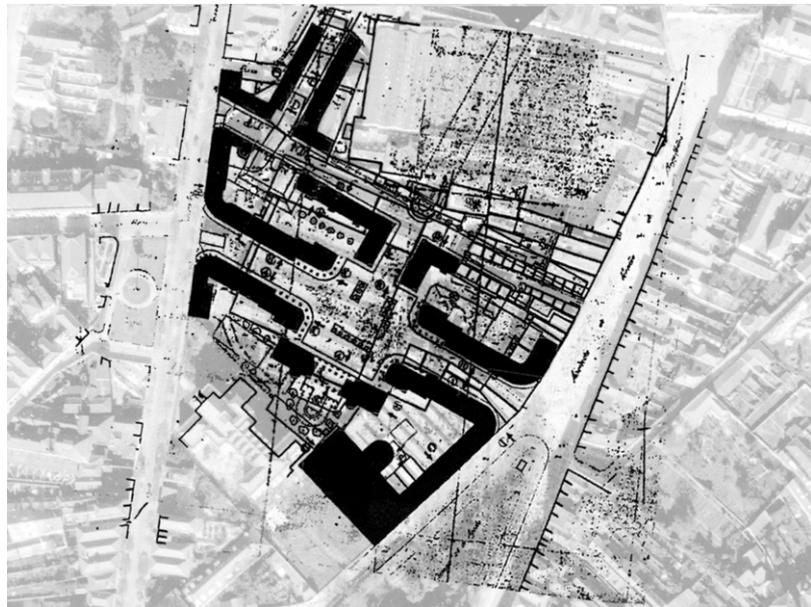
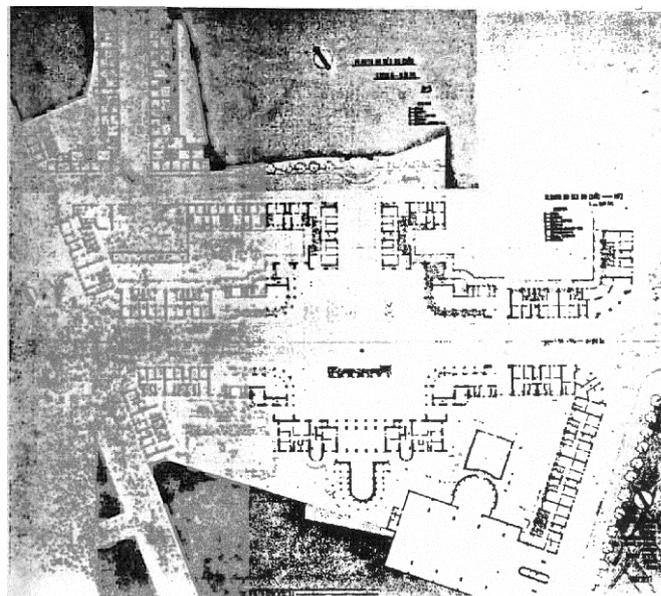


Fig. 28 – CONJUNTO HABITACIONAL DE CASAS ECONÓMICAS NA AV. FERNÃO MAGALHÃES, JUNTO AO CAMPO 24 DE AGOSTO, Porto. Rogério de Azevedo. Projecto, 1941. Planta do conjunto ao nível do rés-do-chão. Desenho sobreposto ao levantamento aéreo da zona, de 1939. Desenho publ. in *A Arquitectura Portuguesa*, n.º 109. Porto: 1944, p.21.



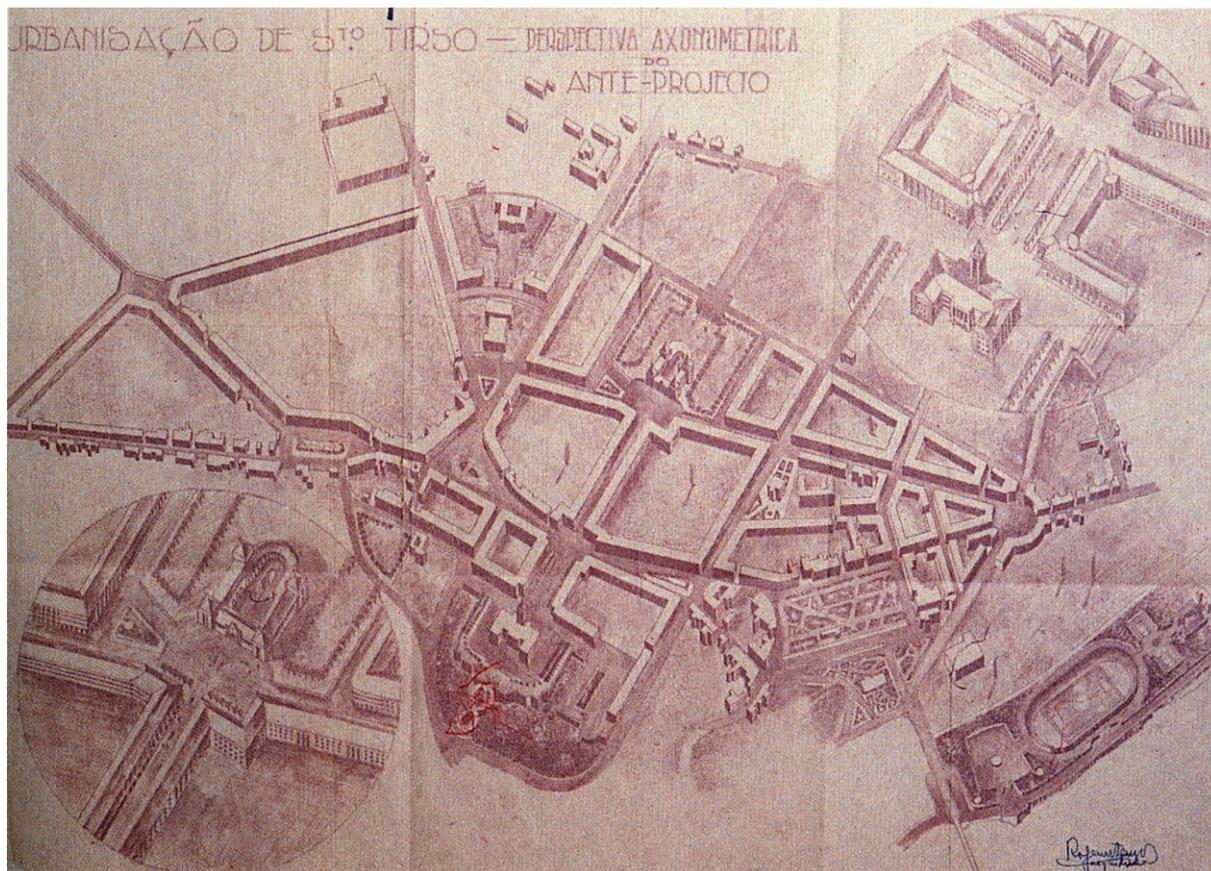


Fig. 29 – URBANIZAÇÃO DE SANTO TIRSO. Rogério de Azevedo. Perspectiva axonométrica do Ante-projecto de Urbanização de Santo Tirso, 1944. Ass., n/dat.. Desenho publ. in Margarida Souza LÔBO - *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP Publicações, 1995, p. 149.

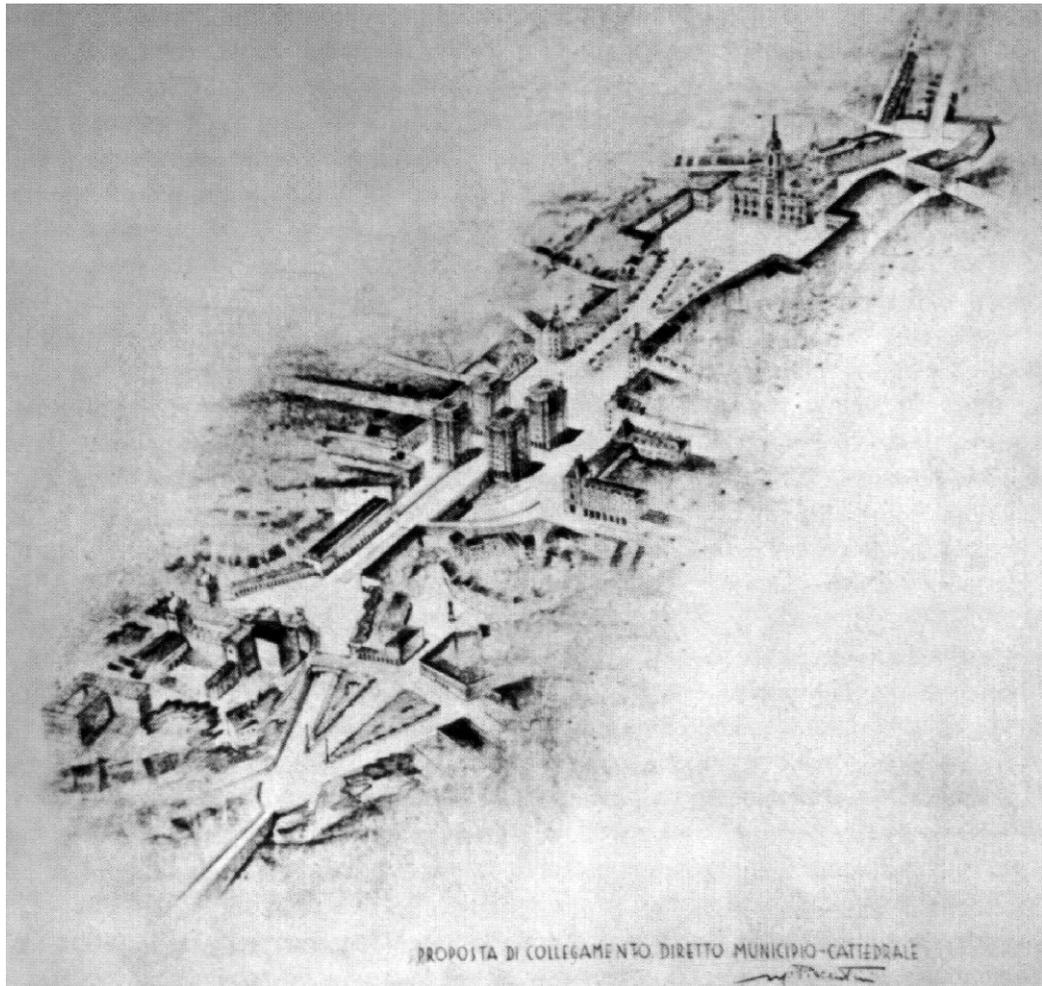


Fig. 30 – ESTABELECIMENTO DE UMA LIGAÇÃO DIRECTA MUNICÍPIO - CATEDRAL. Marcello Piacentini. Sugestão para a zona central, 1939. Desenho publ. in *A Ponte e a Avenida. Contradições urbanísticas no Centro Histórico do Porto*. Porto: Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto, 2001, p. 42.

Fig. 31 – SOLUÇÃO PARA A AV. DA PONTE, 1939. Desenho publ. in *A Ponte e a Avenida. Contradições urbanísticas no Centro Histórico do Porto*. Porto: Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto, 2001, p. s/n..

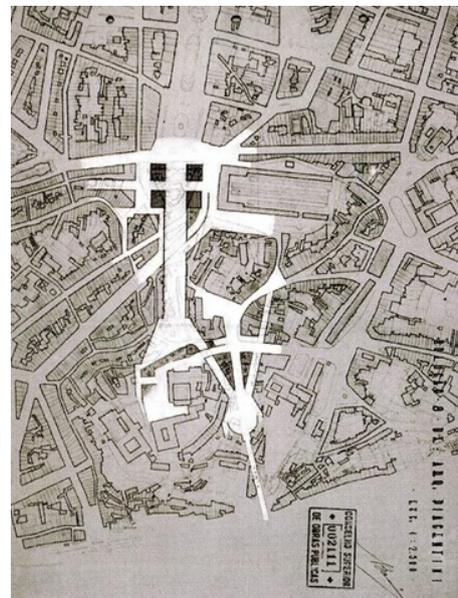
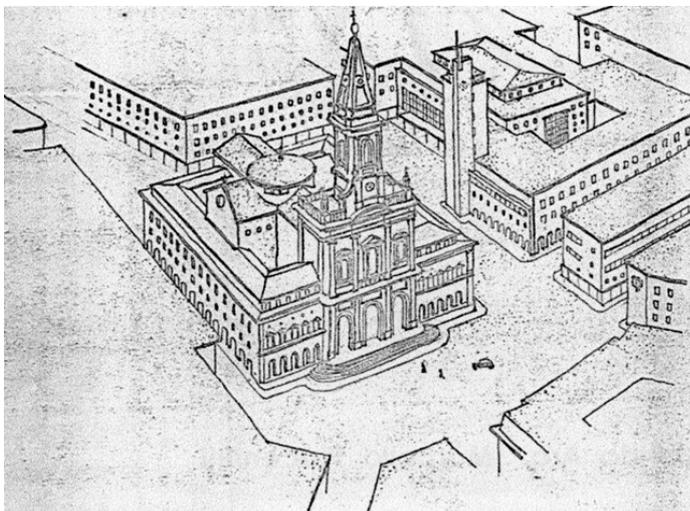


Fig. 32 – PALÁCIO DOS CORREIOS. Marcello Piacentini. O novo Palácio dos Correios, a nascente da Igreja da Trindade, Porto, 1939. Desenho publ. in <http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/11/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos.html>, 17/05/2011, 17h35.



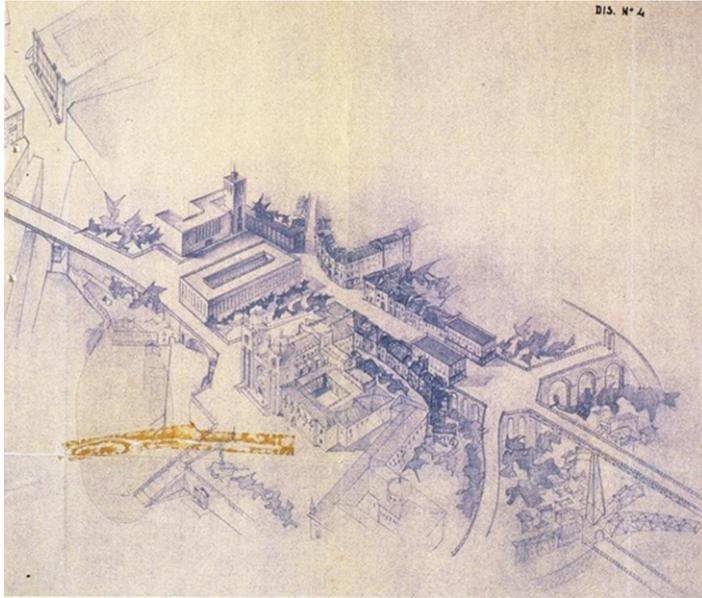


Fig. 33 – LIGAÇÃO PONTE D. LUÍS - PRAÇA DA LIBERDADE. Giovanni Muzio. Desenho n.º 4, esquisso prospetivo, Setembro de 1940. Desenho publ. in *A Ponte e a Avenida. Contradições urbanísticas no Centro Histórico do Porto*. Porto: Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto, 2001, p. s/n..



Fig. 34 – LIGAÇÃO PONTE D. LUÍS - PRAÇA DA LIBERDADE. Giovanni Muzio. Desenho n.º 5, esquisso prospetivo, Setembro de 1940. Desenho publ. in http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/11/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos_25.html, 17/05/2011, 17h36.

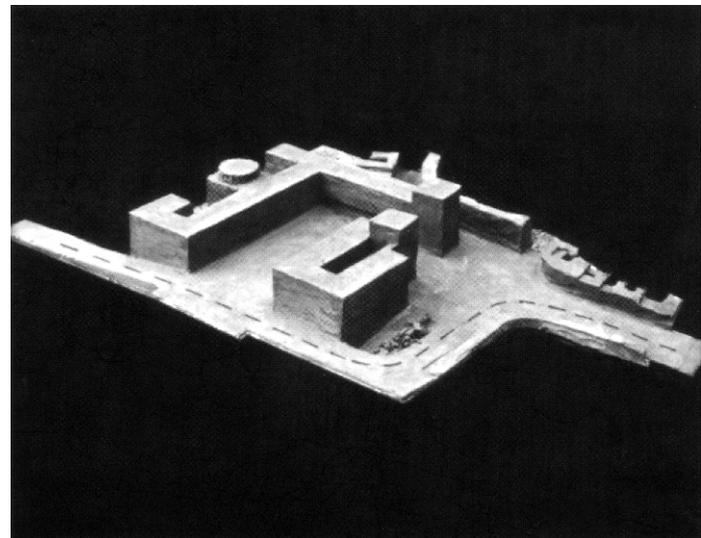
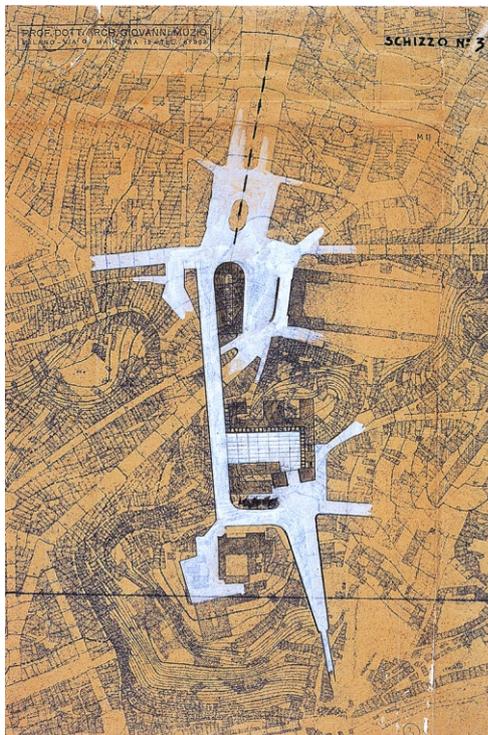


Fig. 35 – LIGAÇÃO PONTE D. LUÍS À PRAÇA DA LIBERDADE. Giovanni Muzio, 1940. Desenho publ. in *A Ponte e a Avenida. Contradições urbanísticas no Centro Histórico do Porto*. Porto: Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto, 2001, p. s/n..

Fig. 36 – PRAÇA DA CIDADADE. Giovanni Muzio. Maqueta da Praça da Cidade (antigo Largo do Corpo da Guarda) vista da Sé, 1940. Fotografia publ. in *A Ponte e a Avenida. Contradições urbanísticas no Centro Histórico do Porto*. Porto: Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto, 2001, p. s/n..

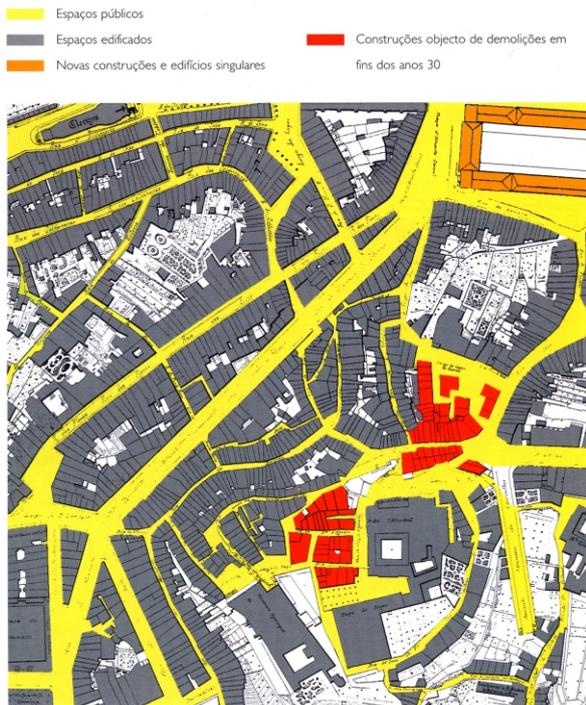


Fig. 37 – DEMOLIÇÕES NO BAIRRO DA SÉ, Porto - Anos 30 (pormenor). Reconstituição. Estampa publ. in Teresa Pires de CARVALHO; Carlos GUIMARÃES; Mário Jorge BARROCA - *Bairro da Sé do Porto, contributo para a sua caracterização histórica*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1996, p. 96.



Fig. 38 – DEMOLIÇÕES NO BAIRRO DA SÉ, Porto - Início Anos 40 (pormenor). Reconstituição. Estampa publ. in Teresa Pires de CARVALHO; Carlos GUIMARÃES; Mário Jorge BARROCA - *Bairro da Sé do Porto, contributo para a sua caracterização histórica*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1996, p. 96.

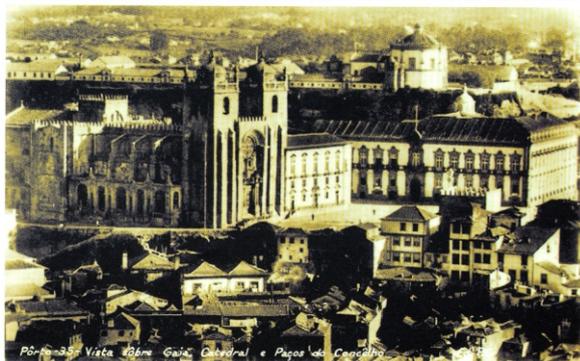
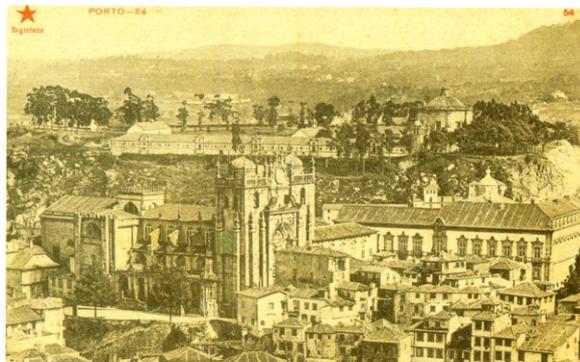


Fig. 39 – DEMOLIÇÕES NO BAIRRO DA SÉ, Centro Histórico do Porto - Morro da Sé. Vistas gerais antes das Demolições (antes de 1940) e depois das Demolições (depois de 1940). Fotografias publ. in Teresa Pires de CARVALHO; Carlos GUIMARÃES; Mário Jorge BARROCA - *Bairro da Sé do Porto, contributo para a sua caracterização histórica*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1996, p. 103.



Fig. 40 – ARRANJO URBANÍSTICO DA ZONA DA SÉ E DOS PAÇOS DO CONCELHO. Arménio Losa. Projecto, 2ª solução. Desenho publ. in *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, 2001, p. 78.



Fig. 41 – DEMOLIÇÕES NO BAIRRO DA SÉ, Porto. A demolição dos quarteirões em frente da Sé, vendo-se a fachada em ruína de um edifício medieval e, ao fundo, a torre dos Alões. Fotografia publ. in *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, 2001, p. 15.

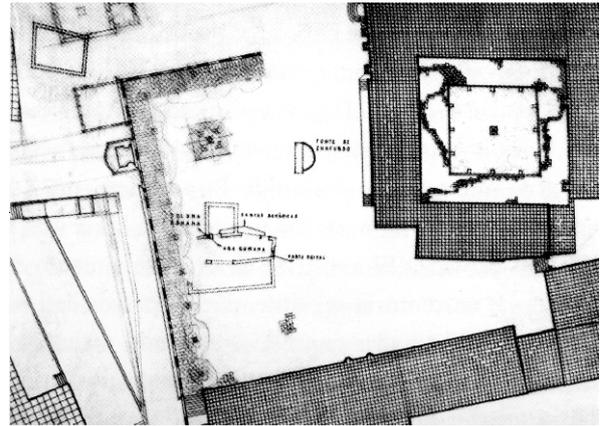


Fig. 42 – TERREIRO DA SÉ, Porto. Localização original da torre da Capela dos Alões - e a sua sucedânea - assim como de outros achados de interesse arqueológico. Desenho publ. in *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, 2001, p. 15.

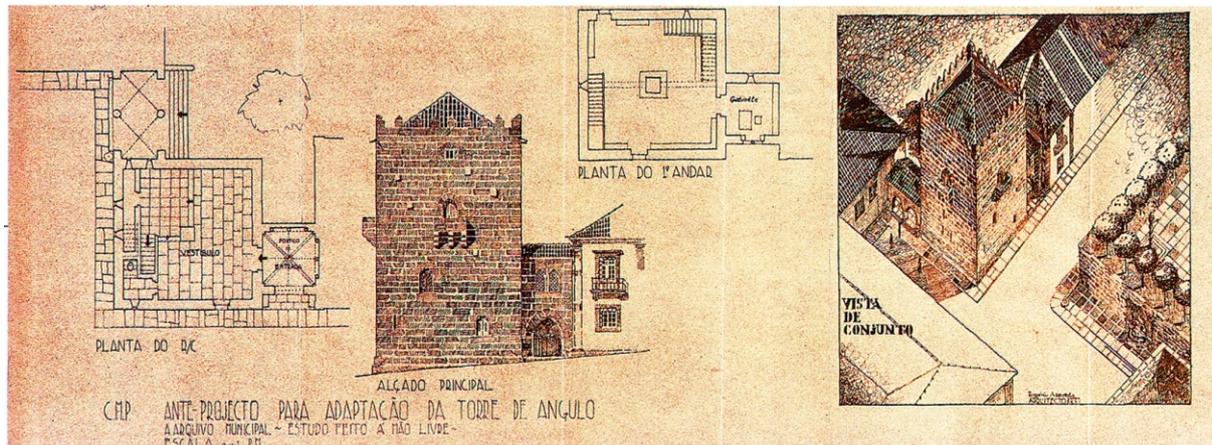


Fig. 43 – CASA-TORRE MEDIEVAL, Porto. Rogério de Azevedo. Ante-projecto para adaptação da Torre de ângulo, 1941. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo arquitecto. Desenho publ. in *Monumentos*, n.º 14. Lisboa: DGEMN, 2001, p. 78.



Fig. 44 – CASA-TORRE MEDIEVAL (Gabinete de História da Cidade), Calçada de D. Pedro Pitões, Porto. Fotografia publ. in J. A. Pinto FERREIRA - "O próximo vigésimo aniversário da fundação do Gabinete de História da Cidade", *Boletim Cultural*, vol. XVIII, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1955, est. I.



Fig. 45 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Praça D. João I, Porto, 1ª versão, 1941. Perspectiva a partir da Rua do Bonjardim. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in Manuel MENDES - *(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses*. Porto: FAUP Publicações, 2001, p. 255.

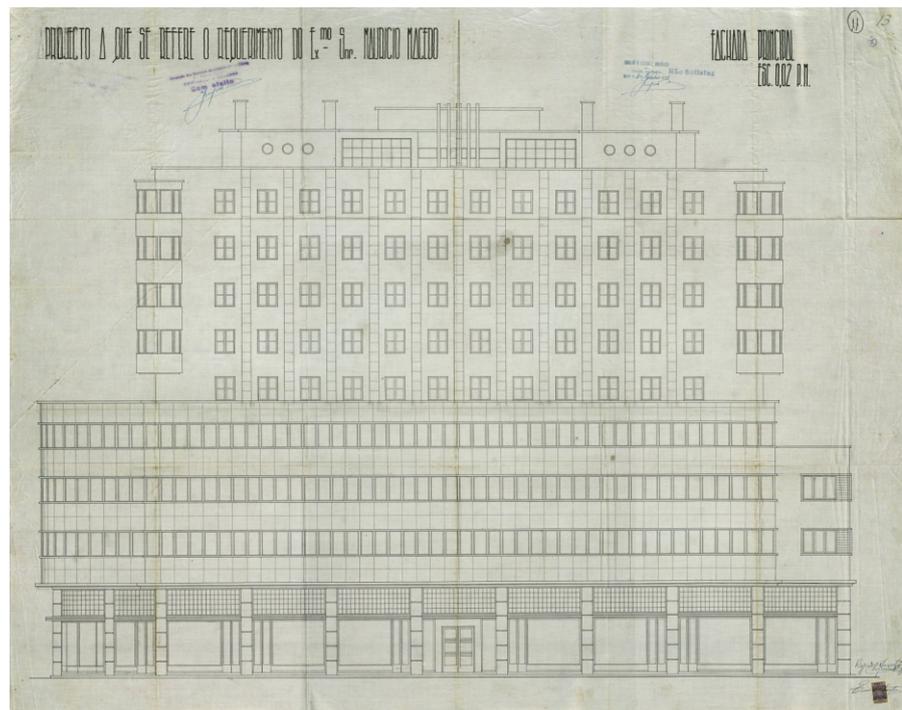


Fig. 46 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Planta topográfica, 1ª versão, 1941. Desenho ass., n/dat.: Rogério Azevedo. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 6.

Fig. 47 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Fachada principal, 1ª versão, 1941. Desenho ass., n/dat.: Rogério Azevedo. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 11.

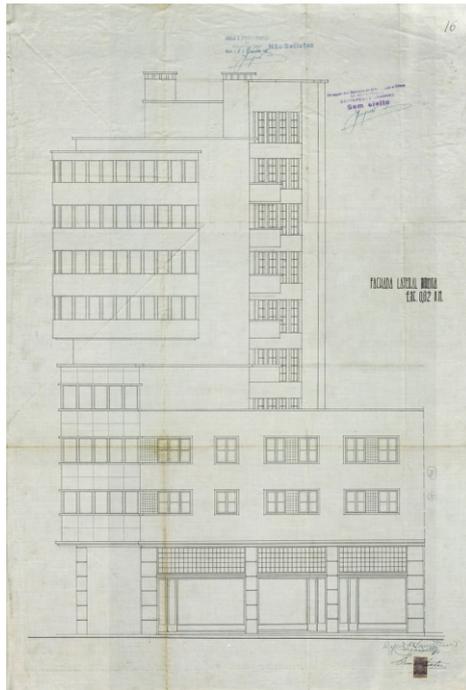


Fig. 48 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Fachada lateral direita, 1ª versão, 1941. Desenho ass., n/dat.: Rogério Azevedo. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 8.

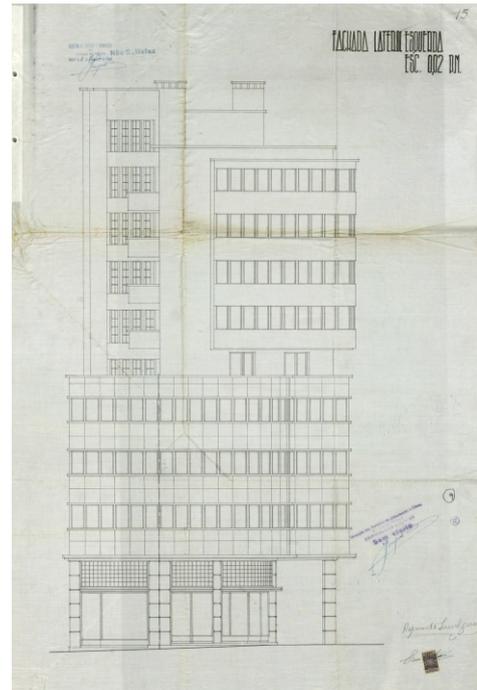


Fig. 49 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Fachada lateral esquerda, 1ª versão, 1941. Desenho ass., n/dat.: Rogério Azevedo. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 9.

Fig. 50 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Planta dos 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º andares, 1ª versão, 1941. Desenho ass., n/dat.: Rogério Azevedo. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 15.

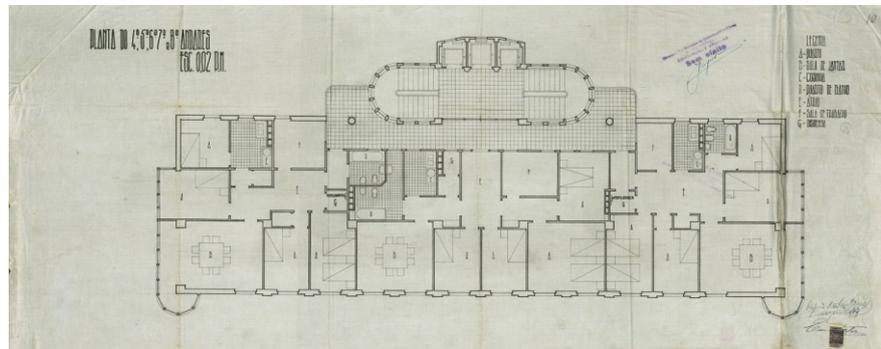


Fig. 51 – ARMAZÉNS RUDOLF PETERSDORFF, Breslavia. Erich Mendelsohn, 1927-1928. Vista actual. Fotografia publ. in <http://www.architectureinberlin.com/?cat=15>, 23/02/2013, 12h12.



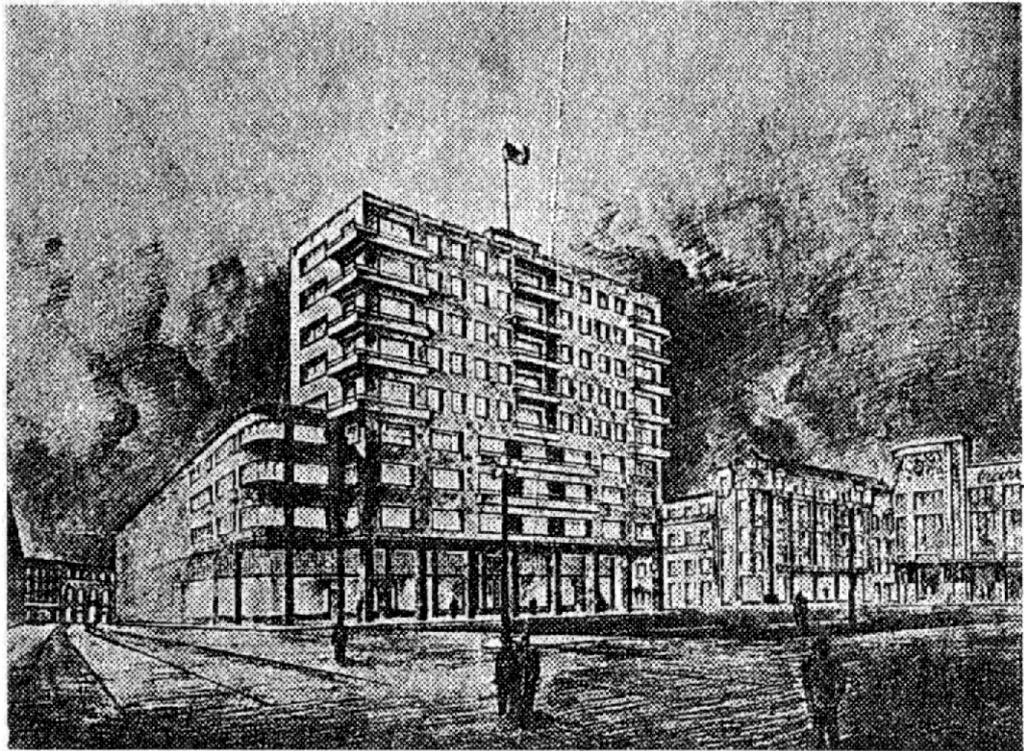


Fig. 52 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Praça D. João I, Porto, 2ª versão, 1941. Perspectiva a partir da Rua Sá da Bandeira. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Jornal Arquitectos*, n.º 85, Março de 1990, p. 31.

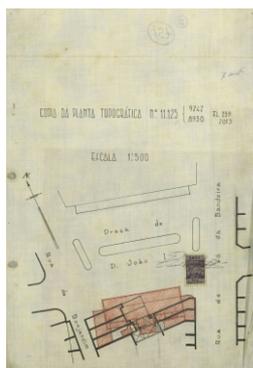


Fig. 53 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Planta topográfica, 2ª versão, 1941. Desenho n/ass., n/dat. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 157.

Fig. 54 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Fachada principal, 2ª versão, 1941. Desenho ass., n/dat.: Rogério Azevedo. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 24.

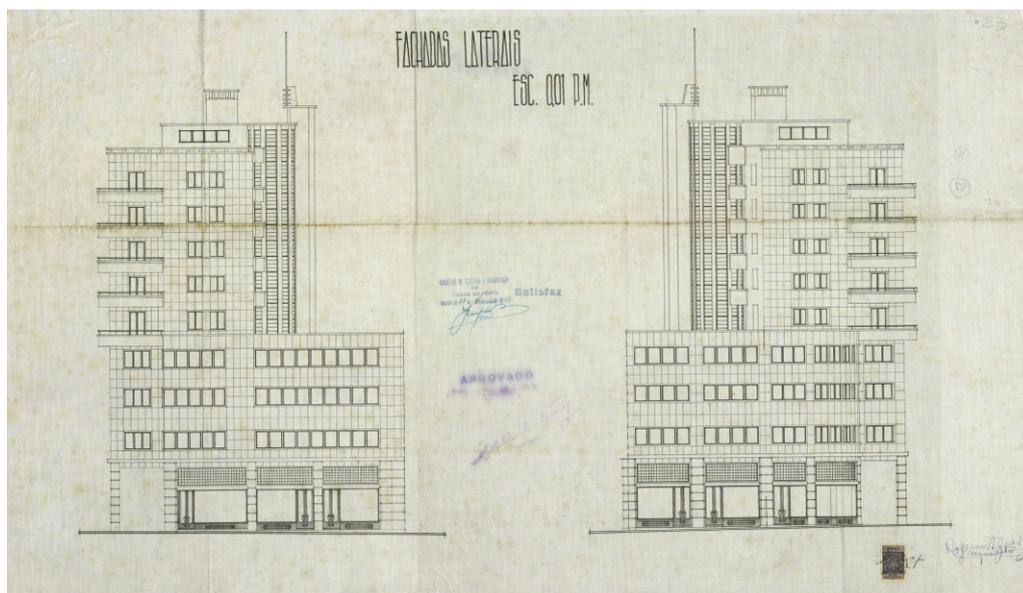


Fig. 55 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Fachadas laterais, 2ª versão, 1941. Desenho ass., n/dat.: Rogério Azevedo. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 23.

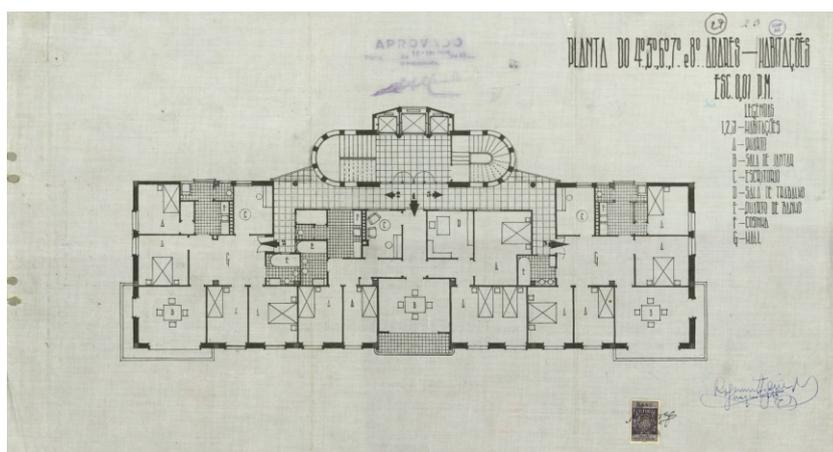


Fig. 56 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Rogério de Azevedo. Projecto do Edifício Maurício Rialto, Porto. Planta dos 4º, 5º, 6º, 7º e 8º andares - habitações, 2ª versão, 1941. Desenho ass., n/dat.: Rogério Azevedo. AGCMP, Licença de Obra n.º 272/1942, fl. 27.



Fig. 57 – EDIFÍCIO MAURÍCIO RIALTO. Praça D. João I, fotografia de época. Fotografia publ. in *A Cidade do Porto na Obra do Fotógrafo Alvão, 1872:1946*. Porto: Fotografia Alvão, 1984, p. 40.

Fig. 58 – CAPITANIA DO PORTO DE VIANA DO CASTELO, Rua do Marquês. Vista actual. Fotografia publ. in <http://4.bp.blogspot.com/-ShpsvfBHde4/TYd8Ynv-sgl/AAAAAAAAImM/GNDIszmz8FM/s1600/Capitania%2Bde%2BViana%2Bdo%2BCastelo.JPG>. 14/06/2011, 15h00.



Fig. 59 – CAPITANIA DO PORTO DE VIANA DO CASTELO, Rua do Marquês. Vista actual. Fotografia publ. in <http://3.bp.blogspot.com/-D2KS636B7DA/TXVRkcuajII/AAAAAAAAAB1Y/63IntLrmNfl/s1600/1.JPG>. 14/06/2010, 15h00.



Fig. 60 – CAPITANIA DO PORTO DE VIANA DO CASTELO, Rua do Marquês. Vista actual. Fotografia publ. in <http://2.bp.blogspot.com/-o07MB-Ya9cs/TXVRr9gflKI/AAAAAAB1g/ITCgLQ6lgeM/s1600/3.JPG>. 14/06/2010, 15h00.



Fig. 61 – CAPITANIA DO PORTO DE VIANA DO CASTELO, Rua do Marquês. Vista actual. Fotografia publ. in <http://3.bp.blogspot.com/-3jcKP2m8eck/TXVRXcVygzi/AAAAAAB1Q/1XedvFZepas/s320/2.JPG>. 14/06/2010, 15h00.



Fig. 62 – CAPITANIA DO PORTO DE VIANA DO CASTELO, Rua do Marquês. Vista actual. Fotografia publ. in <http://2.bp.blogspot.com/-IFJ17B3XN5A/TXVROYtFMLI/AAAAAAB1I/rz1rAJloxtw/s1600/4.JPG>. 14/06/2010, 15h00.

Fig. 63 – CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLÔR. Rogério de Azevedo, Projecto do edifício da Câmara Municipal de Vila Flôr. Fachada principal. Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, Arquitecto, Porto. IHRU, SIPA, IPA n.º PT011609310239. DES.018429.

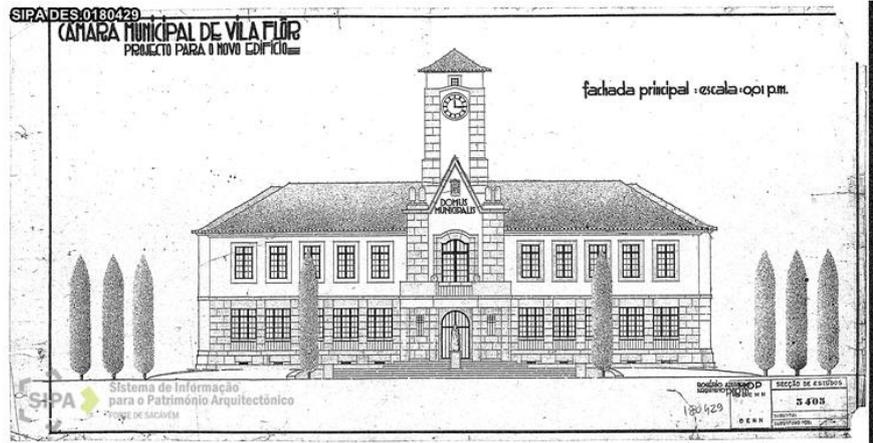


Fig. 64 – CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLÔR. Rogério de Azevedo, Projecto do edifício da Câmara Municipal de Vila Flôr. Fachada posterior. Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, Arquitecto, Porto. IHRU, SIPA, IPA n.º PT011609310239. DES.018430.

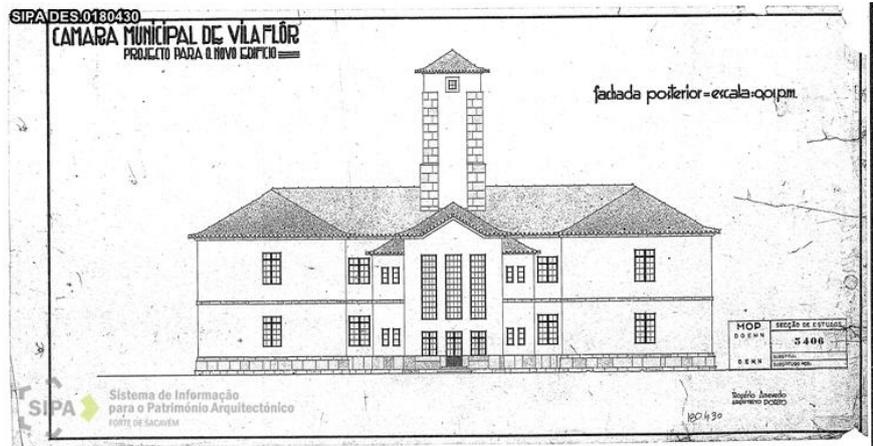


Fig. 65 – CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLÔR. Rogério de Azevedo, Projecto do edifício da Câmara Municipal de Vila Flôr. Fachada lateral. Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, Arquitecto, Porto. IHRU, SIPA, IPA n.º PT011609310239. DES.018431.

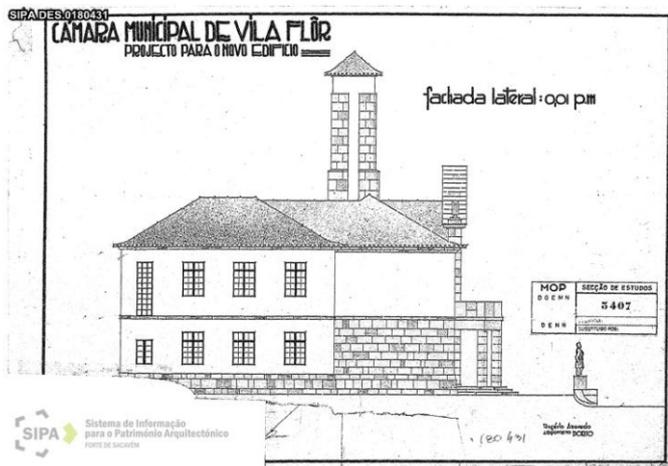


Fig. 66 – CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLÔR. Vista do jardim, 1949. Fotografia publ. in http://1.bp.blogspot.com/_94LA BD71AQg/TFIDYjZUcl/AAAAAAAE2I/amnr6YAjuLU/s1600/Vila+Flor+Antiga+++C%C3%A2mara+Municipal+%281949%29.jpg. 16/06/2011, 15h00.

Fig. 67 – CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLÔR. Foto actual. Fotografia publ. in <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=197795&page=8>. 16/06/2011, 16h00.





Fig. 68 – TRIBUNAL E CÂMARA MUNICIPAL DE PÓVOA DE LANHOSO. Corpo do edifício correspondente ao Tribunal de Póvoa de Lanhoso. Situação actual. Fotografia publ. in <http://www.panoramio.com/photo/43531124>. 14/06/2011, 16h00.



Fig. 69 – TRIBUNAL E CÂMARA MUNICIPAL DE PÓVOA DE LANHOSO. Situação actual. Fotografia publ. in <http://www.panoramio.com/photo/43531157>. 14/06/2011, 16h00.

Fig. 70 – TRIBUNAL E CÂMARA MUNICIPAL DE PÓVOA DE LANHOSO. Situação actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT010309190034. FOTO.00938554



Fig. 71 – TRIBUNAL E CÂMARA MUNICIPAL DE PÓVOA DE LANHOSO. Situação actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT010309190034. FOTO.00938558



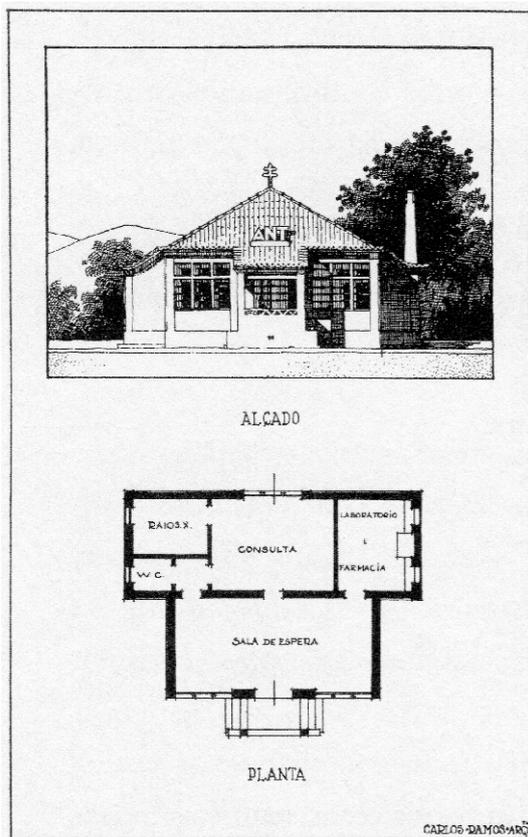


Fig. 72 – DISPENSÁRIO-TIPO. Carlos Ramos. Projecto para dispensário-tipo concelhio a construir nas cidades e vilas, 1934. Desenho publ. in André TAVARES - Arquitectura Antituberculose. Porto: FAUP Publicações, 2004, p. 214.

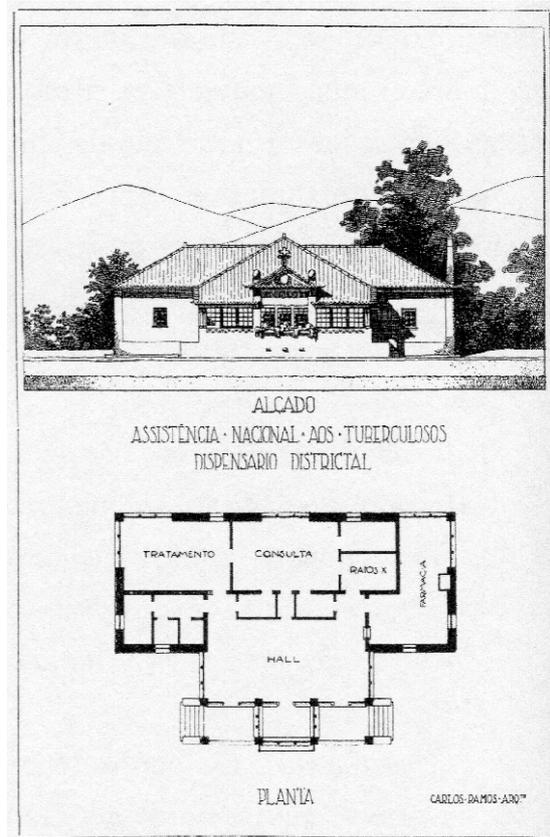


Fig. 73 – DISPENSÁRIO-TIPO. Carlos Ramos. Projecto para dispensário-tipo distrital a construir nas cidades e vilas, 1934. Desenho publ. in André TAVARES - Arquitectura Antituberculose. Porto: FAUP Publicações, 2004, p. 214.

Fig. 74 – SANATÓRIO-TIPO. Vasco Regaleira. Projecto para sanatório-tipo a construir nas cidades e vilas, 1934. Desenho publ. in André TAVARES - Arquitectura Antituberculose. Porto: FAUP Publicações, 2004, p. 216.

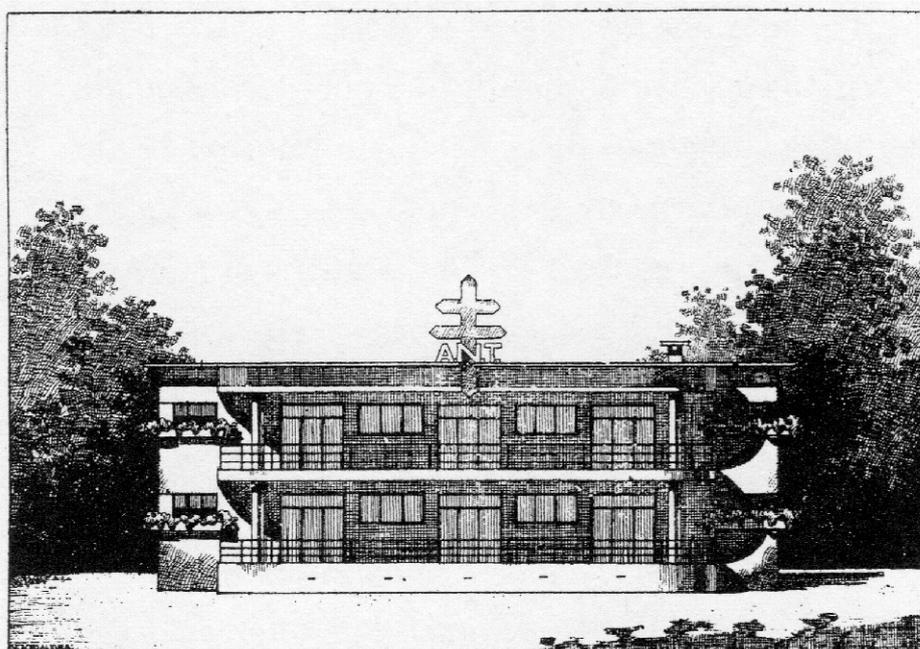


Fig. 75 – SANATÓRIO-TIPO. Vasco Regaleira. Projecto para sanatório-tipo concelhio a construir nas cidades e vilas, 1934. Desenho publ. in André TAVARES - Arquitectura Antituberculose. Porto: FAUP Publicações, 2004, p. 216.

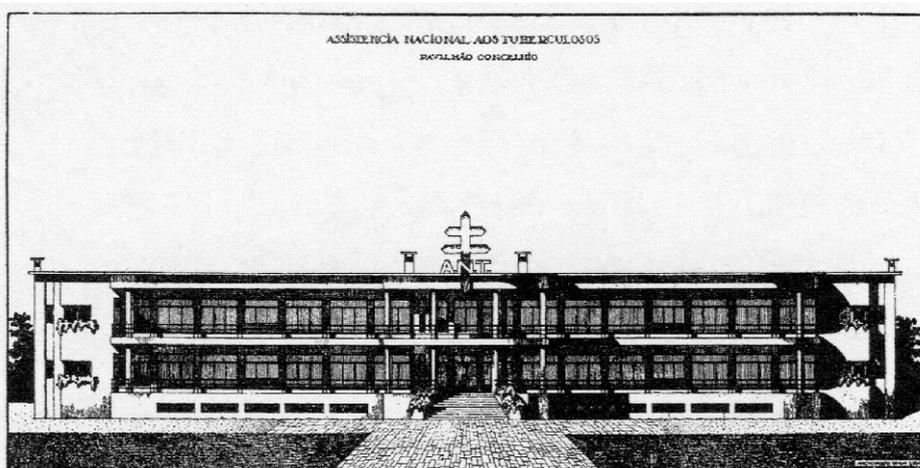


Fig. 76 – SANATÓRIO-TIPO. Vasco Regaleira. Projecto para sanatório-tipo distrital a construir nas cidades e vilas, 1934. Desenho publ. in André TAVARES - Arquitectura Antituberculose. Porto: FAUP Publicações, 2004, p. 216.

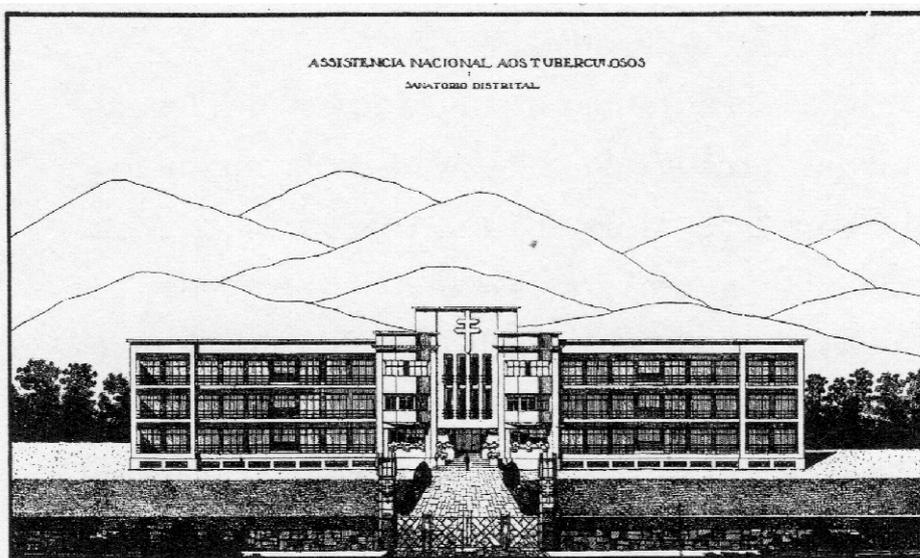


Fig. 77 – SANATÓRIO DE D. MANUEL II, Vila Nova de Gaia. Pavilhão principal, fachada sul. Fotografia publ. in Sanatório de D. Manuel II, Vila Nova Gaia, Junho de 1949. Lisboa: MOP-DGEMN, 1949, encarte n.º 1.



Fig. 78 – SANATÓRIO DE D. MANUEL II, Vila Nova de Gaia. Pavilhão principal, fachada norte. Fotografia publ. in Sanatório de D. Manuel II, Vila Nova Gaia, Junho de 1949. Lisboa: MOP-DGEMN, 1949, encarte n.º 2.

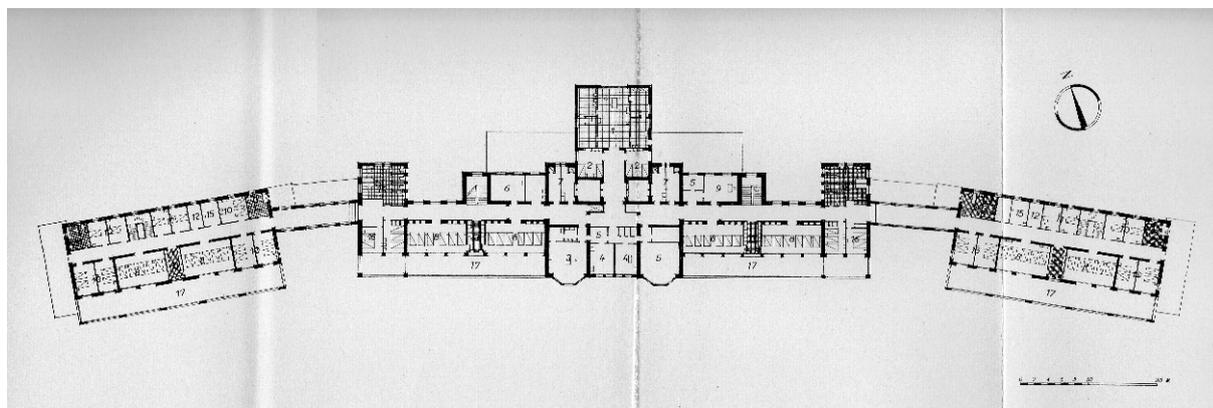


Fig. 79 – SANATÓRIO DE D. MANUEL II, Vila Nova de Gaia. Pavilhão principal, planta do 1º andar. Desenho publ. in Sanatório de D. Manuel II, Vila Nova Gaia, Junho de 1949. Lisboa: MOP-DGEMN, 1949, encarte n.º 18.



Fig. 80 – AGRUPAMENTO DE MORADIAS ECONÓMICAS DAS CONDOMINHAS, Porto, 1938. Foto de época. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312060446. FOTO.00551212.



Fig. 81 – AGRUPAMENTO DE MORADIAS ECONÓMICAS DE PARANHOS, Porto, 1938. Foto de época. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312100438. FOTO.0551322.



Fig. 82 – AGRUPAMENTO DE MORADIAS ECONÓMICAS DO AMEAL, Porto, 1938. Foto de época. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312100106. FOTO.0551219.



Fig. 83 – AGRUPAMENTO DE MORADIAS ECONÓMICAS DO AMEAL, Porto, 1938. Foto de época. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312100106. FOTO.0551221.



Fig. 84 – AGRUPAMENTO DE MORADIAS ECONÓMICAS DO AMEAL, Porto, 1938. Foto de época. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312100106. FOTO.0551222.



Fig. 85 – AGRUPAMENTO DE MORADIAS ECONÓMICAS DO AMEAL, Porto, 1938. Foto de época. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312100106. FOTO.0551223.

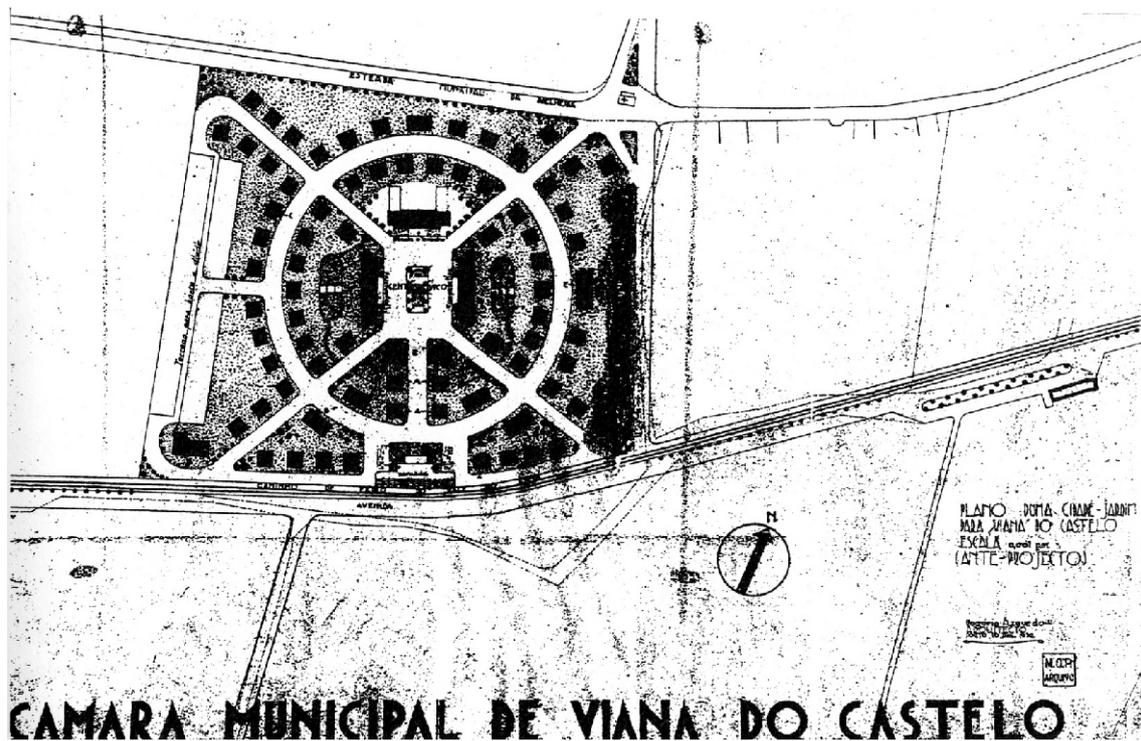


Fig. 86 – CIDADE-JARDIM, Viana do Castelo. Rogério de Azevedo. Plano duma Cidade-Jardim para Viana do Castelo (Anteprojecto), 1932. Ass., dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto; 16 de Dezembro de 1932. AHMOP, cota D 18 A.



Fig. 87 – CIDADE-JARDIM, Viana do Castelo. Fotografia aérea - pormenor. Fotografia publ. in João Vieira CALDAS; Paulo Varela GOMES - *Viana do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, pp. 14-15.

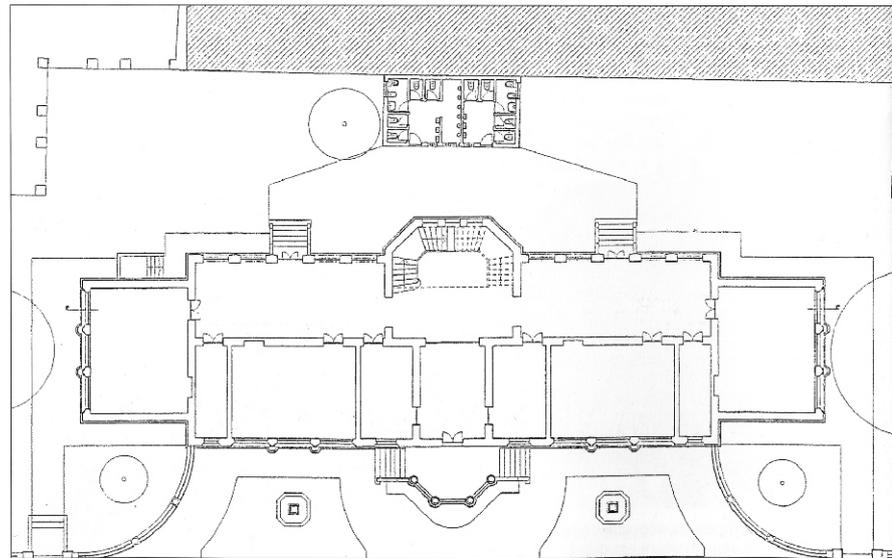


Fig. 88 – ESCOLA CENTRAL DE VIANA DO CASTELO. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Alçado principal e planta do primeiro piso, 1930. Desenhos publ. in José Pedro Martins BARATA; José Manuel Pedroso BOTAS (orgs.) - *Património escolar português: preservação e salvaguarda*. Lisboa: Ministério da Educação, 2003, p. 16.



Fig. 89 – ESCOLA CENTRAL DE VIANA DO CASTELO. Fotografia de época. Fotografia publ. in http://postaisportugal.canalblog.com/albums/region_viana_do_castelo/photos/5325816-viana_do_castelo_16.html, 9/8/2010, 24h30.

Fig. 90 – ESCOLA PRIMÁRIA DE ALVARÃES, Viana do Castelo. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Alçado principal, 1930. Ass., dat.: Rogério de Azevedo/Baltazar de Castro arquitectos 1941 Porto. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 194.

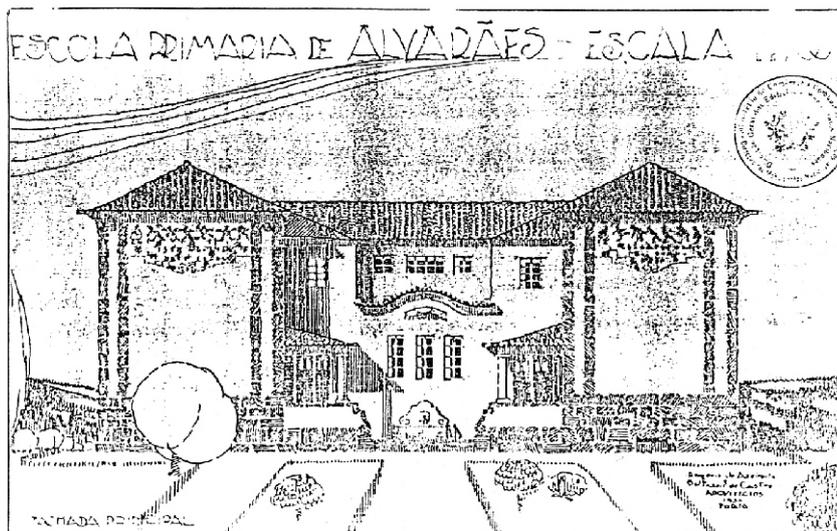


Fig. 91 – ESCOLA PRIMÁRIA DE FONTE GROSSA, Portuzelo, Viana do Castelo. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro, 1930. Levantamento da DGCE - Const. Esc. do Norte, 1969. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 195.



Fig. 92 – ESCOLA PRIMÁRIA DE FONTE GROSSA, Portuzelo, Viana do Castelo. Foto actual. Fotografia publ. in <http://www.eb1-fonte-grossa.rcts.pt/images/3.JPG>, 20-02-2009, 19h10.



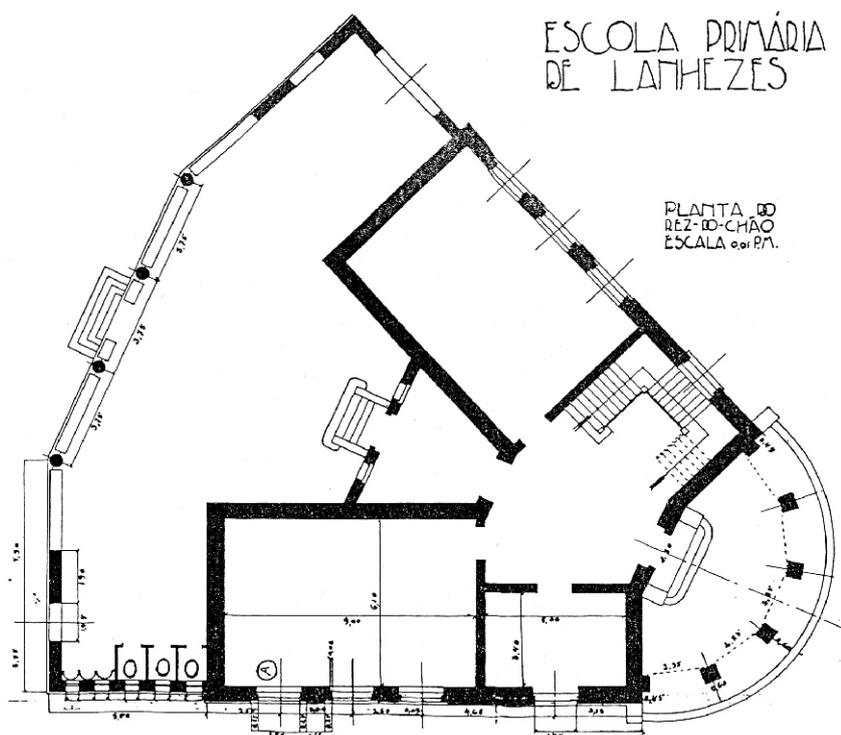
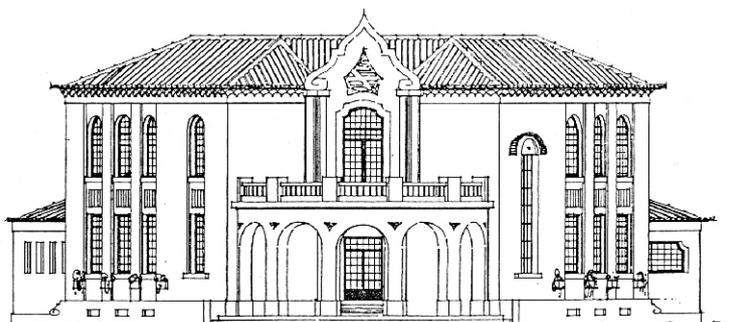


Fig. 93 – ESCOLA PRIMÁRIA DE LANHESES, Viana do Castelo. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Alçado principal e planta do rés-do-chão, 1930. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 196.



Fig. 94 – ESCOLA PRIMÁRIA DE LANHESES, Viana do Castelo. Situação actual. Fotografia publ. in iapXX N200330.



Fig. 95 – ESCOLA PRIMÁRIA DE LANHESES, Viana do Castelo. Situação actual. Fotografia publ. in FERNANDES, José Manuel - *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003, pag. 125.



Fig. 96 – ESCOLA PRIMÁRIA DE VILA MOU, Viana do Castelo. Foto actual. Fotografia publ. in <http://www.vilamou.pt/upload/galerias/4/500/487983-Escola-Primaria.jpg>, 20-02-2009, 19h00.



Fig. 97 – ESCOLA PRIMÁRIA DE VILA MOU, Viana do Castelo. Foto actual. Fotografia publ. in <http://www.vilamou.pt/upload/noticias/559045-escola1.JPG>, 20-02-2009, 19h00.



Fig. 98 – ESCOLA PRIMÁRIA DA GANDRA, Viana do Castelo. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Alçado principal, 1930. Ass.; dat.: Rogério de Azevedo/Baltazar de Castro arquitectos Porto 1930. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 195.

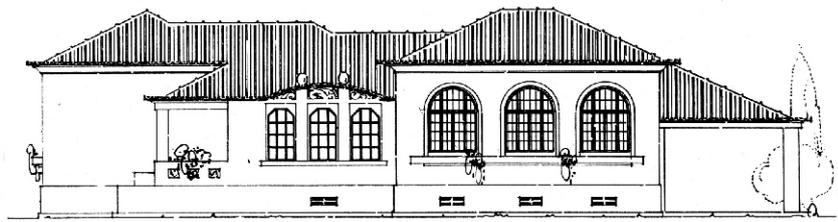


Fig. 99 – ESCOLA PRIMÁRIA DE LOUROSA, Oliveira do Hospital. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Alçados principal, lateral sul e lateral norte, 1930. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Ilustração Moderna*, 5º ano, n.º 46, Agosto de 1930, p. 191.

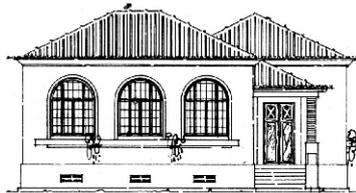


Fig. 100 – ESCOLA PRIMÁRIA DE LOUROSA, Oliveira do Hospital. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Planta, 1930. Ass., dat.: Rogério Azevedo, Baltazar de Castro, arquitectos, 12-8-1930, Porto. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 224.

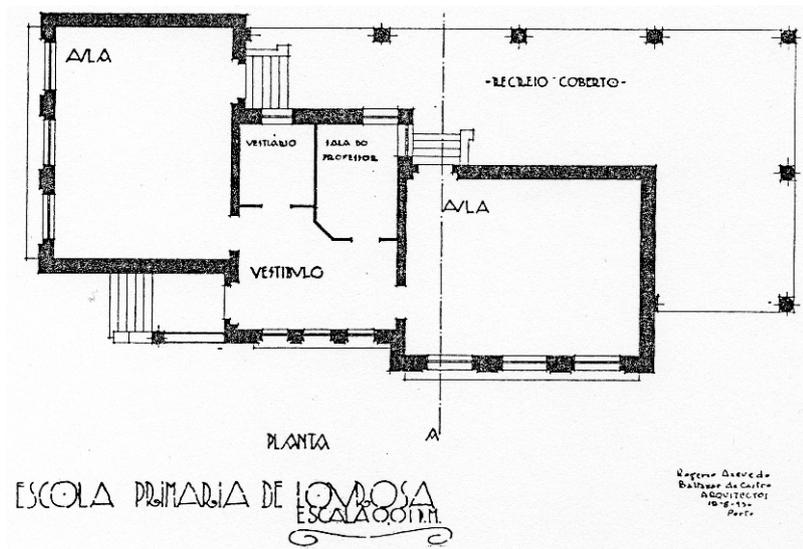
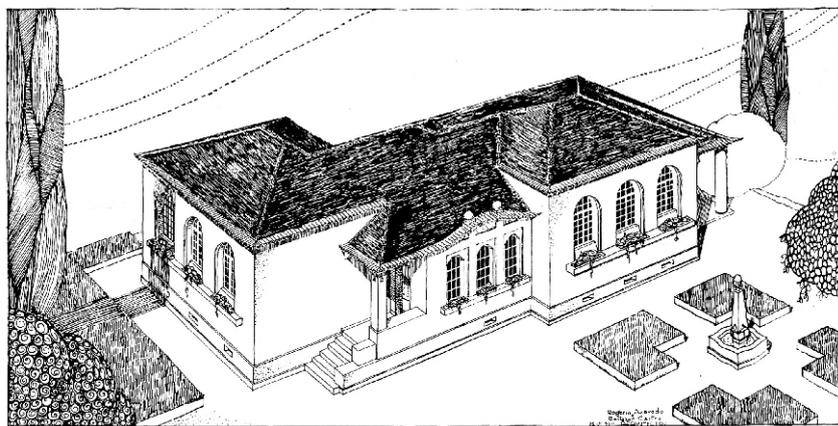


Fig. 101 – ESCOLA PRIMÁRIA DE LOUROSA, Oliveira do Hospital. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Vista axonométrica, 1930. Ass., dat.: Rogério Azevedo e Baltazar Castro, arquitectos, 12-8-1930. Desenho publ. in *Ilustração Moderna*, 5º ano, n.º 46, Agosto de 1930, p. 192.



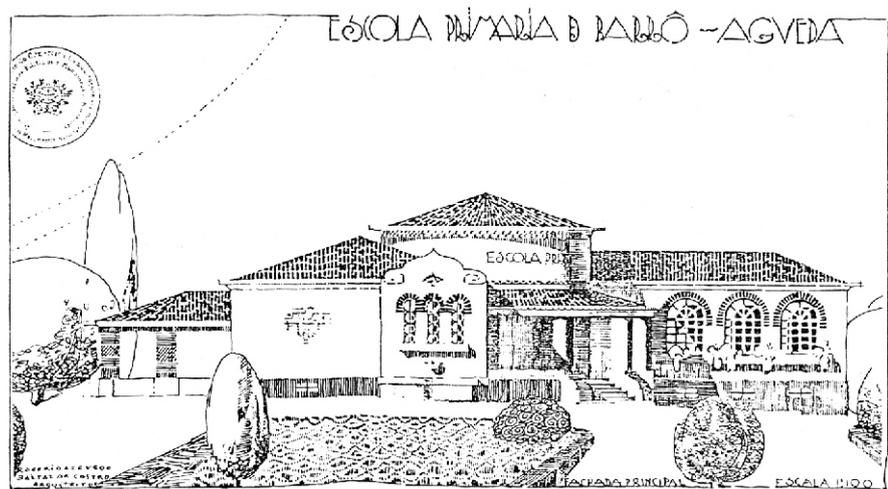


Fig. 102 – ESCOLA PRIMÁRIA DE BARRÔ, Águeda. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto inicial. Alçado principal, 1930. Ass., dat.: Rogério Azevedo / Baltazar Castro, arquitectos, 1930. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 205.

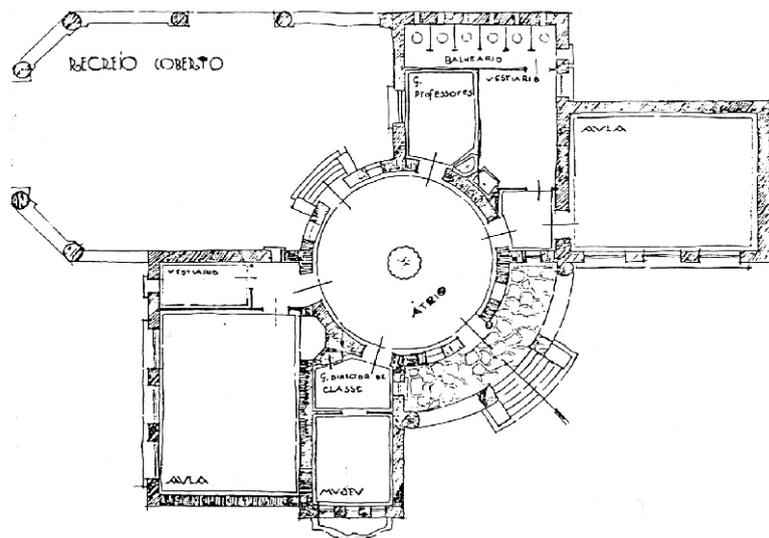


Fig. 103 – ESCOLA PRIMÁRIA DE BARRÔ, Águeda. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto inicial. Planta, 1930. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 206.

Fig. 104 – ESCOLA PRIMÁRIA DO SOAJO, Arcos de Valdevez. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Alçado principal, 1931. Ass., dat.: Rogério Azevedo / Baltazar de Castro, arquitectos, Porto, 1931. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 202.

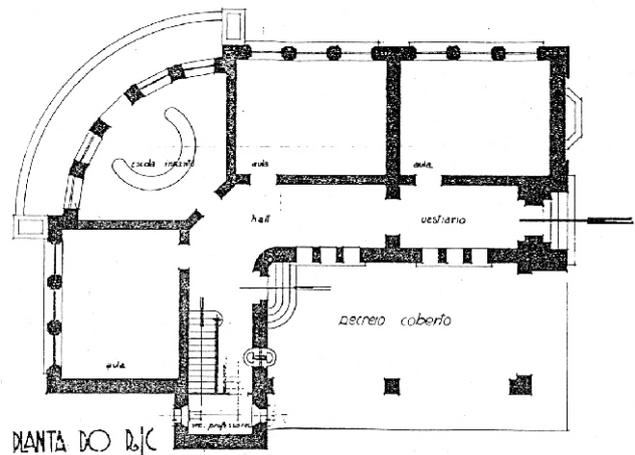


Fig. 105 – ESCOLA PRIMÁRIA DO SOAJO, Arcos de Valdevez. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Plantas do r/c e do 1º andar, 1931. N/ass.,n/ dat.. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 203.

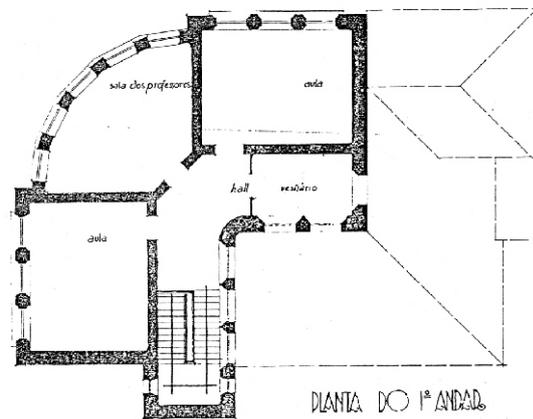


Fig. 106 – ESCOLA PRIMÁRIA DO SOAJO, Arcos de Valdevez. Foto publ. in iapXX N2002550.

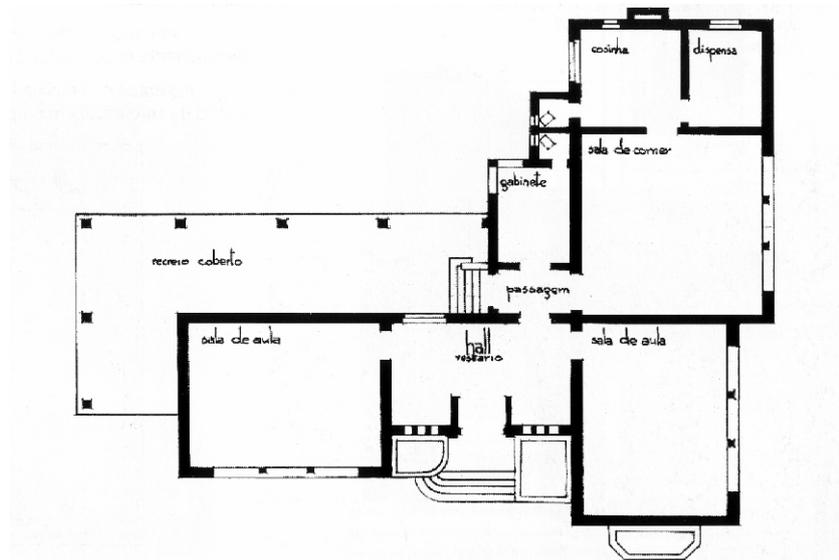


Fig. 107 – ESCOLA-CANTINA DE NOVELAS, Penafiel. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Alçado principa e planta, 1932. Desenhos publ. in José Pedro Martins BARATA; José Manuel Pedroso BOTAS (orgs.) - *Património escolar português: preservação e salvaguarda*. Lisboa: Ministério da Educação, 2003, p. 51.



Fig. 108 – ESCOLA-CANTINA DE NOVELAS, Penafiel. Foto de época, 1940. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011311200020, Foto.676755.



Fig. 109 – ESCOLA-CANTINA DE NOVELAS, Penafiel. Foto de época, 1940. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011311200020, Foto.676753.



Fig. 110 – ESCOLA-CANTINA DE NOVELAS, Penafiel. Foto de época, 1940. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011311200020, Foto.676751.



ESCOLA INFANTIL DE BRAGANÇA
FACHADA PRINCIPAL

ENALÁ op. 1.

Fig. 111 – ESCOLA INFANTIL DE BRAGANÇA. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Ante-projecto. Alçado principal, 1933. N/ass., n/ dat.. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 206.

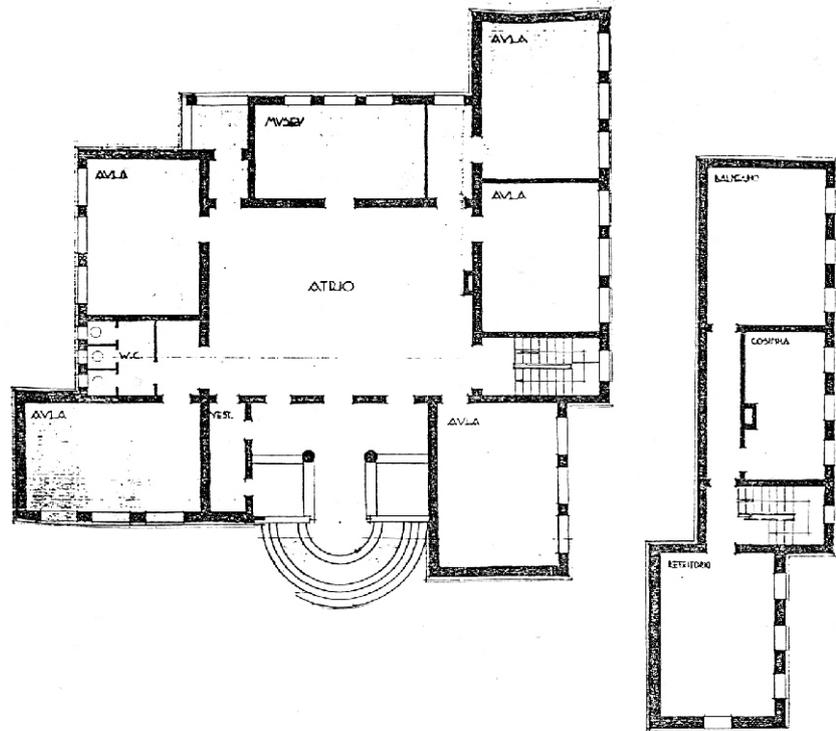


Fig. 112 – ESCOLA INFANTIL DE BRAGANÇA. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Ante-projecto. Plantas do piso térreo e do 1º andar, 1933. N/ass., n/ dat.. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 207.



Fig. 117 – ESCOLA PRIMÁRIA E CANTINA DE ALIJÓ.
Foto de 1940. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011701010022,
Foto.673957.



Fig. 118 – ESCOLA PRIMÁRIA E CANTINA DE ALIJÓ.
Foto durante a construção. IHRU: SIPA. IPA n.º
PT011701010022, Foto.551912.



Fig. 119 – ESCOLA PRIMÁRIA E CANTINA DE ALIJÓ.
Foto durante a construção. IHRU: SIPA. IPA n.º
PT011701010022, Foto.551914.



Fig. 120 – ESCOLA PRIMÁRIA E CANTINA DE ALIJÓ.
Foto durante a construção. IHRU: SIPA. IPA n.º
PT011701010022, Foto.551913.



Fig. 121 – ESCOLA PRIMÁRIA E CANTINA DE ALIJÓ.
Foto durante a construção. IHRU: SIPA. IPA n.º
PT011701010022, Foto.551916.



Fig. 122 – ESCOLA PRIMÁRIA E CANTINA DE ALIJÓ.
Foto de 1940. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011701010022,
Foto.673960.

Fig. 123 – ABRIGO DOS PEQUENINOS, Alijó. Foto actual, 2013. Fotografia de Susana Milão.



Fig. 124 – ABRIGO DOS PEQUENINOS, Alijó. Foto actual, 2013. Fotografia de Susana Milão.



Fig. 125 – ABRIGO DOS PEQUENINOS, Alijó. Foto actual, 2013. Fotografia de Susana Milão.



Fig. 126 – CRECHE E DISPENSÁRIO DA PRAÇA DA ALEGRIA, Porto. Rogério de Azevedo, 1933. Perspectiva. Desenho publ. in *Cerâmica e Edificação*, ano 1º, n.º 12, Dezembro de 1933, p. 281.

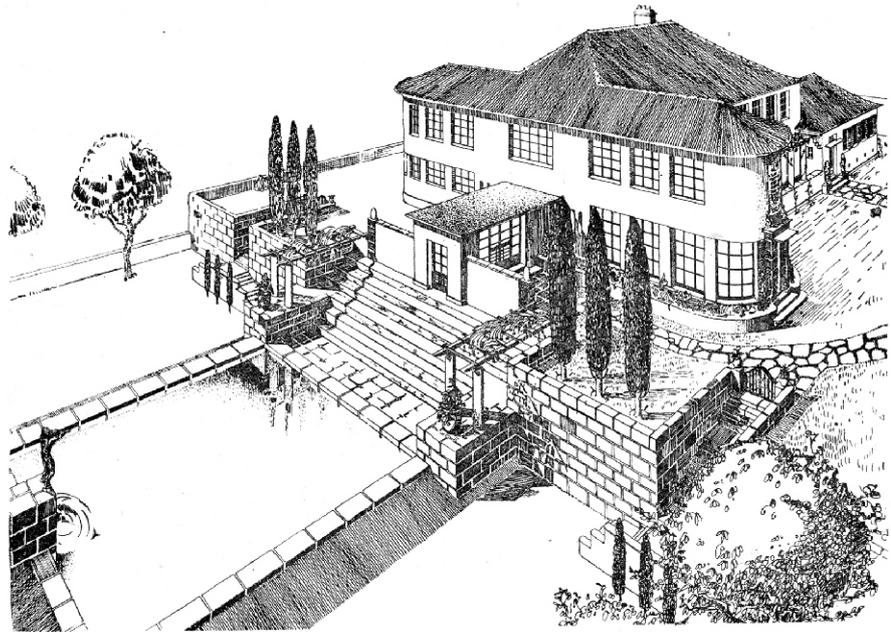


Fig. 127 – CRECHE E DISPENSÁRIO DA PRAÇA DA ALEGRIA, Porto. Rogério de Azevedo. Planta do piso térreo, 1933. Desenho publ. in *Cerâmica e Edificação*, ano 1º, n.º 12, Dezembro de 1933, p. 282.

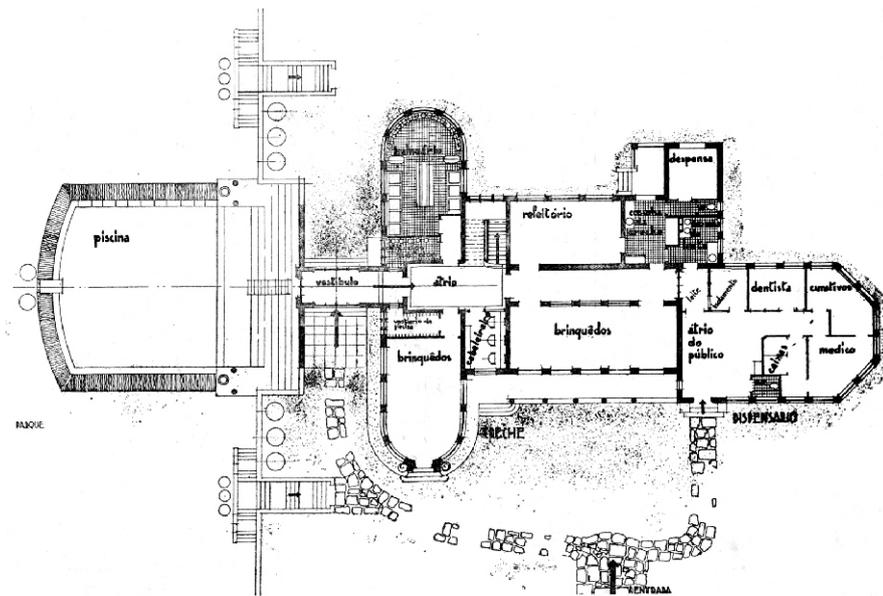


Fig. 128 – CRECHE E DISPENSÁRIO DA PRAÇA DA ALEGRIA, Porto. Imagem Google Earth, 26 de Junho de 2007.



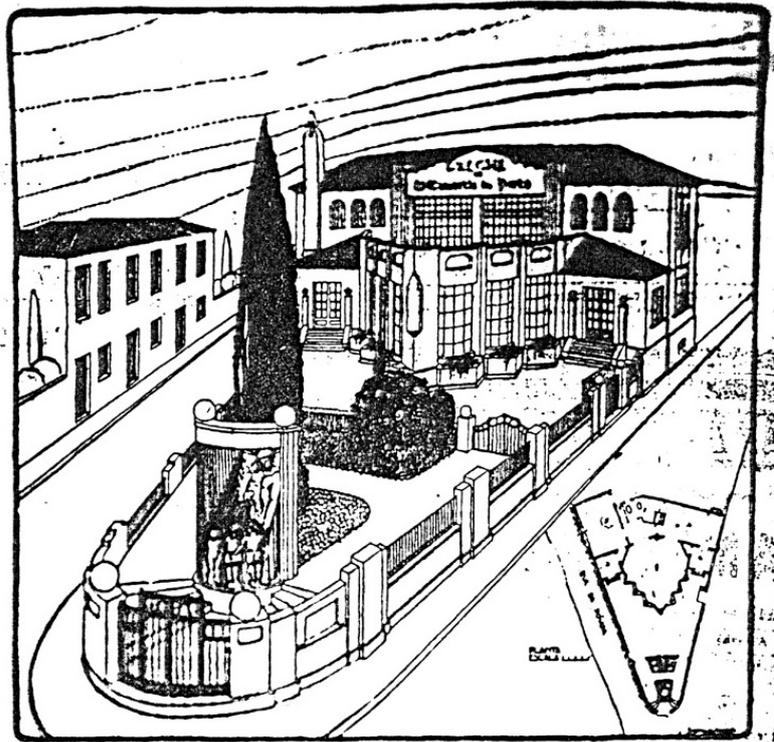
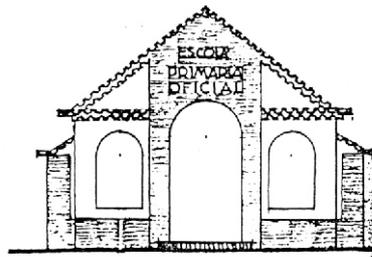


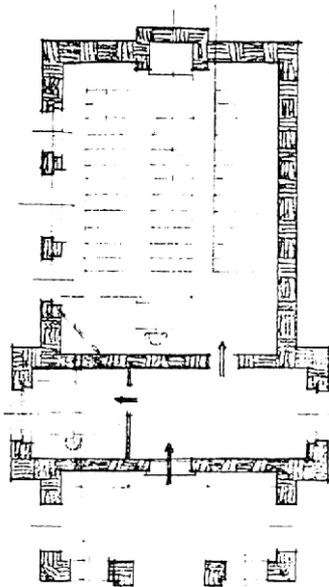
Fig. 129 – CRECHE DE A FILIAL DO BONFIM (O COMÉRCIO DO PORTO). Rogério de Azevedo. Perspectiva e planta do piso térreo. Desenho publ. in Alexandra TREVISAN da Silveira Pacheco – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, vol. 2. Porto: Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996 , p. 37.



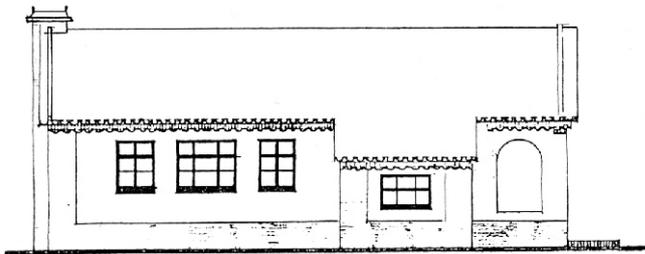
Fig. 130 – CRECHE DE A FILIAL DO BONFIM (O COMÉRCIO DO PORTO)., Porto. Fotografia de Alexandra Trevisan.



ALCADO PRINCIPAL



PLANTA



ALCADO LATERAL

O ARQUITECTO
Guilherme Rebello de Andrade

Fig. 131 – DESENHO ESQUEMÁTICO DE UMA ESCOLA RURAL DE UM LUGAR. Guilherme Rebello de Andrade. Proposta para uma escola rural de uma sala de um lugar. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, p. 223.

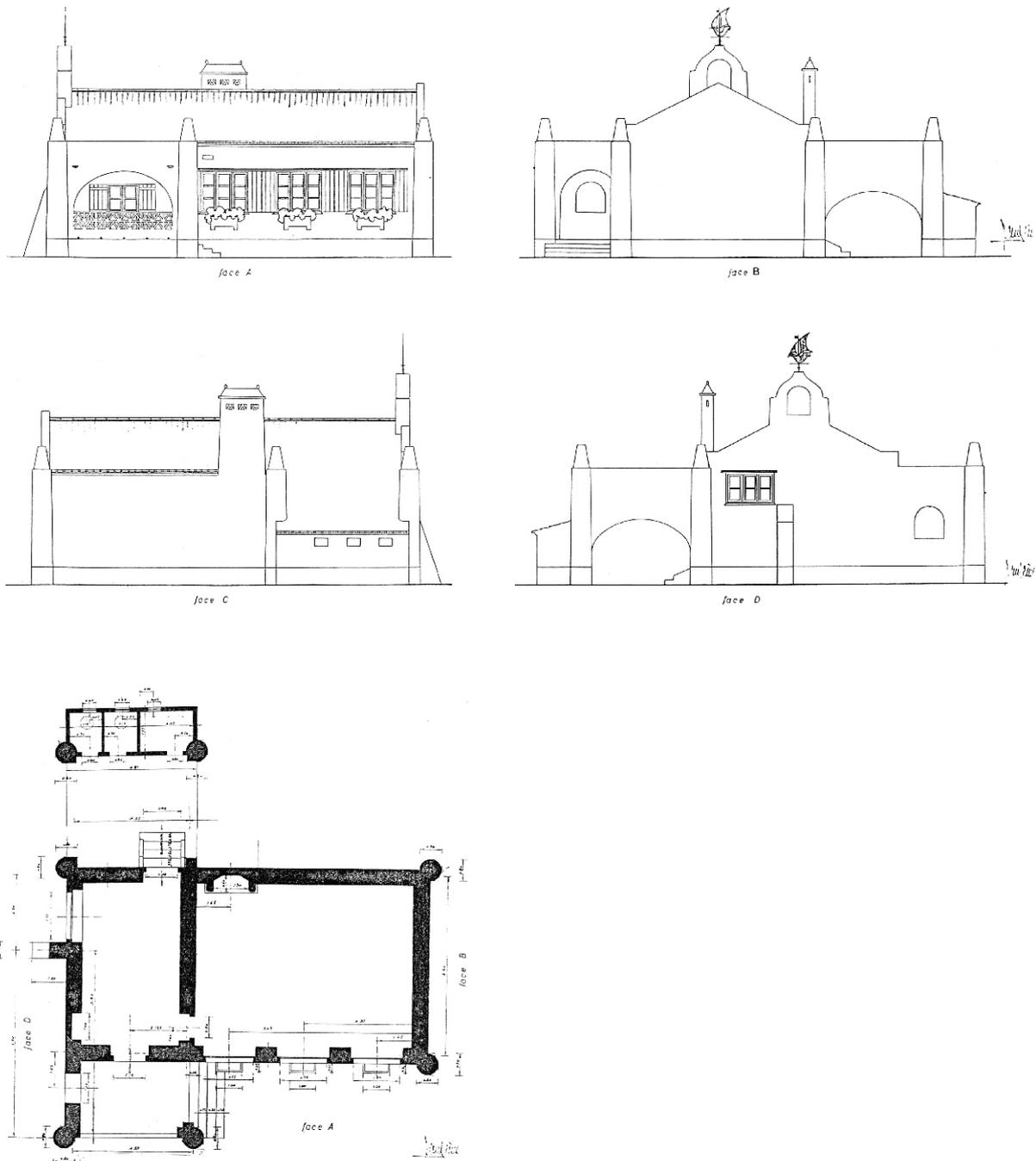


Fig. 132 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Raul Lino. Projecto-Tipo Algarve - uma sala. Planta do r/c e alçados, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 236-238.

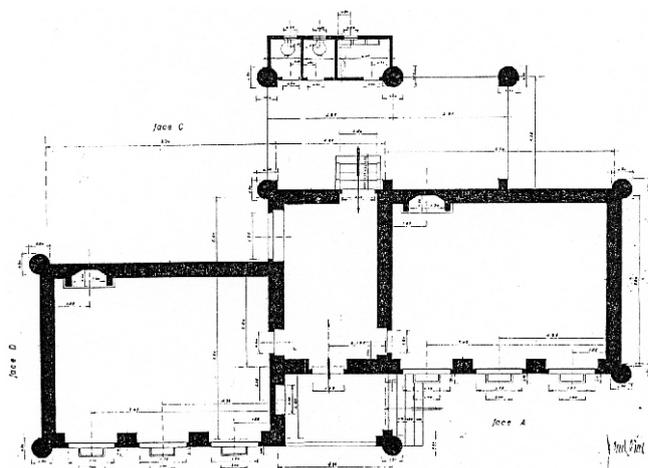
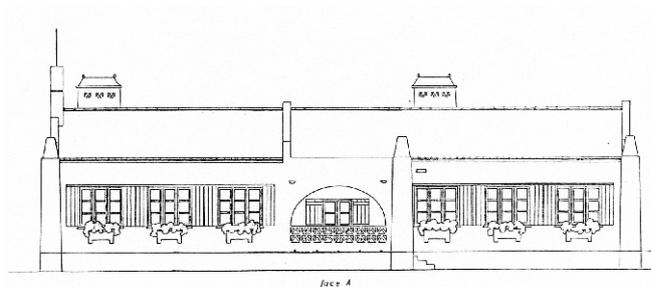


Fig. 133 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Raul Lino. Projecto-Tipo Algarve - duas salas. Planta do r/c e alçado, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, p. 239.

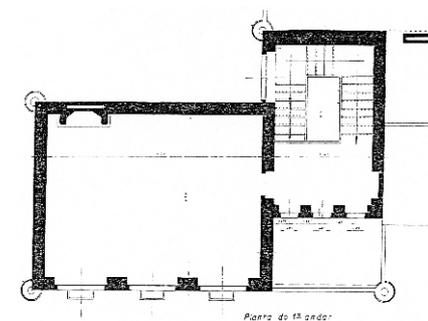
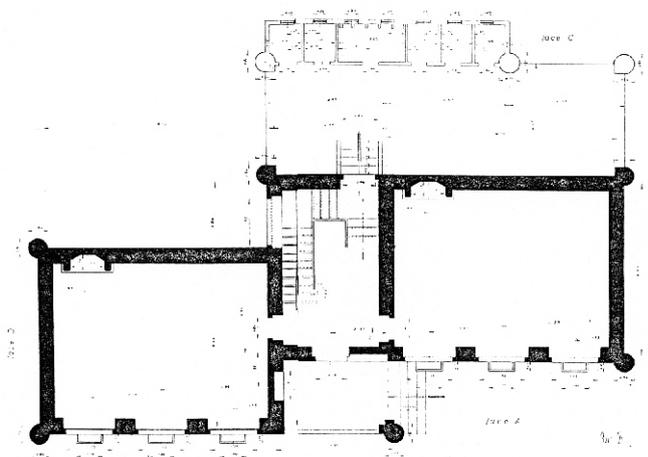
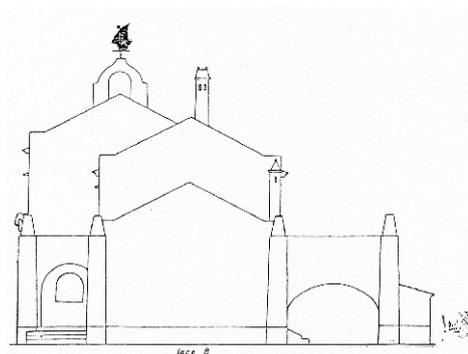


Fig. 134 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Raul Lino. Projecto-Tipo Algarve - três salas. Plantas do r/c e 1º piso e alçados A e B, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 240-241.

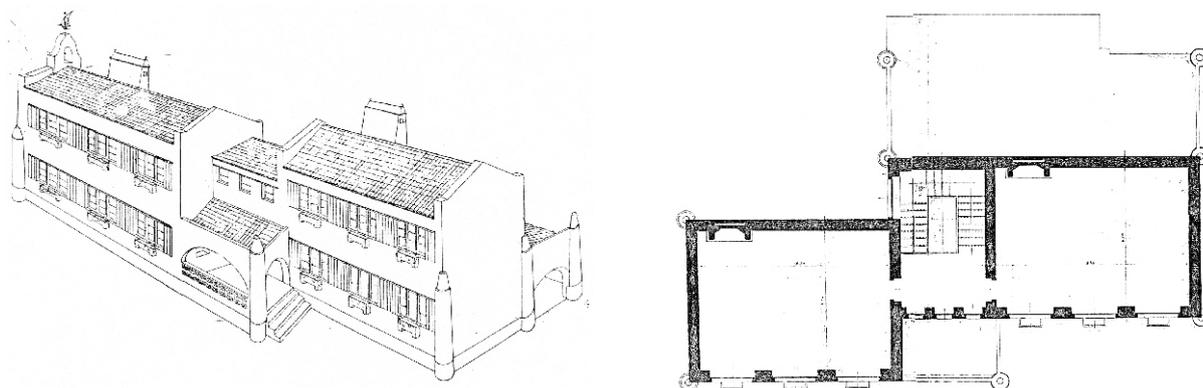


Fig. 135 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Raul Lino. Projecto-Tipo Algarve - quatro salas. Perspectiva e planta do 1º piso, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, p. 242.

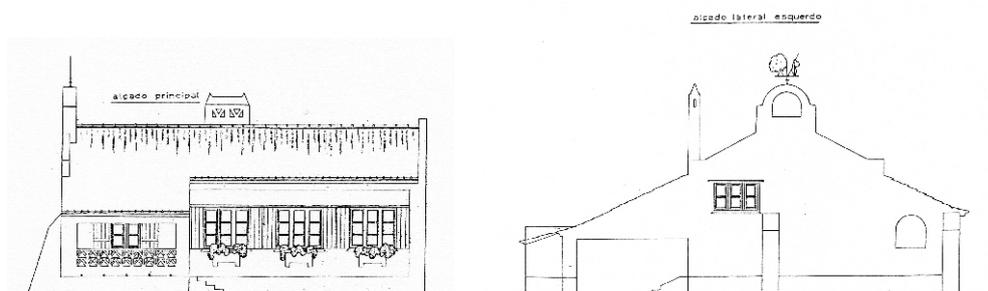


Fig. 136 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Raul Lino. Projecto-Tipo Alentejo e Ribatejo - uma sala. Alçados principal e lateral esquerdo, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, p. 24-34.

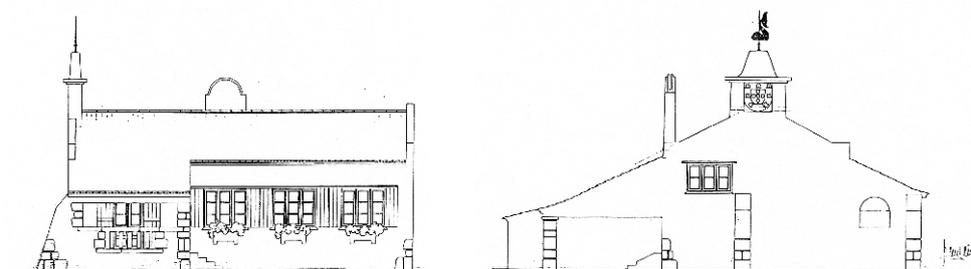


Fig. 137 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Raul Lino. Projecto-Tipo Estremadura - uma sala. Alçados principal e lateral esquerdo, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, p. 243.

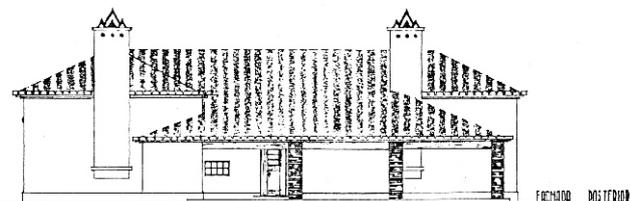
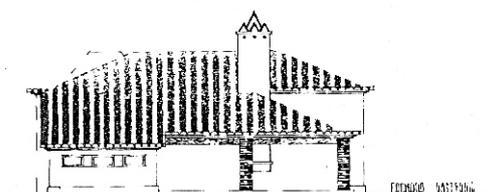
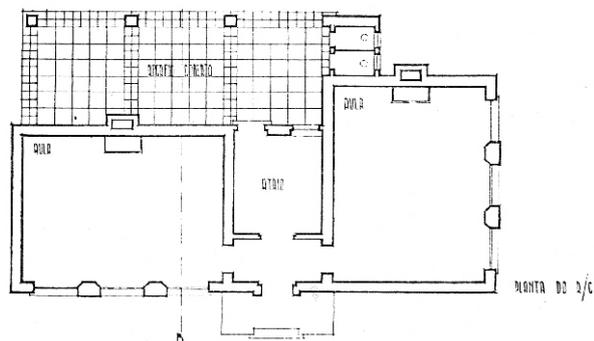
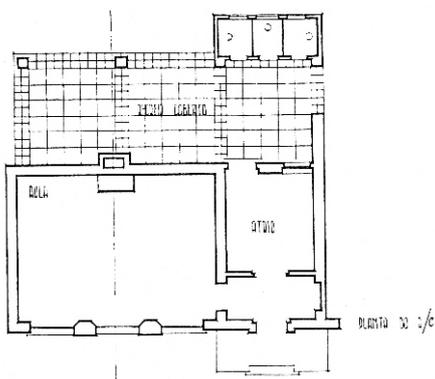
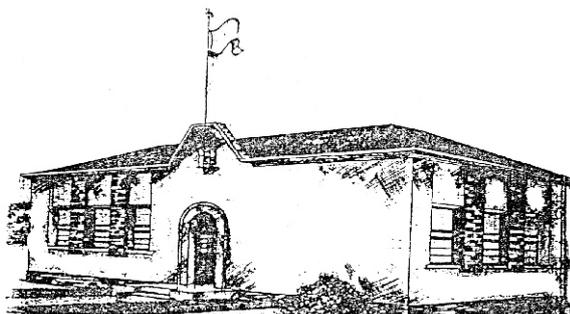
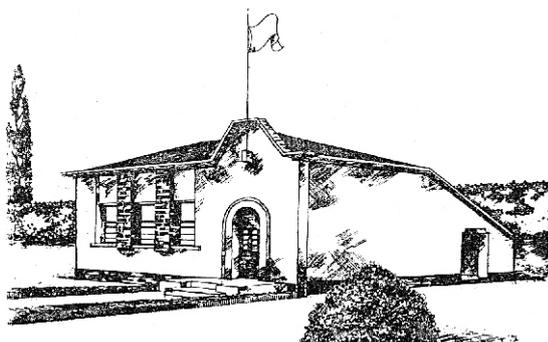


Fig. 138 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projecto-Tipo Minho (Tijolo) - uma sala. Perspectiva, planta do r/c e alçado posterior, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 246-247.

Fig. 139 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projecto-Tipo Minho (Tijolo) - duas salas. Perspectiva, planta do r/c e alçado posterior, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, p. 248.

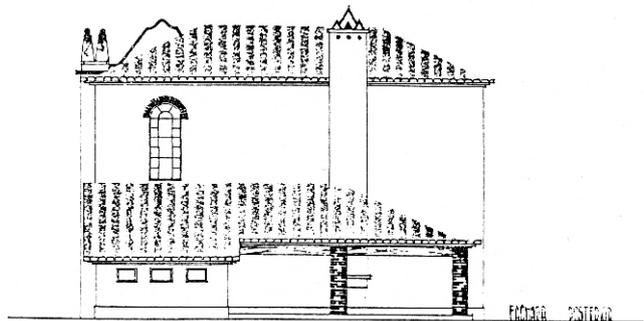
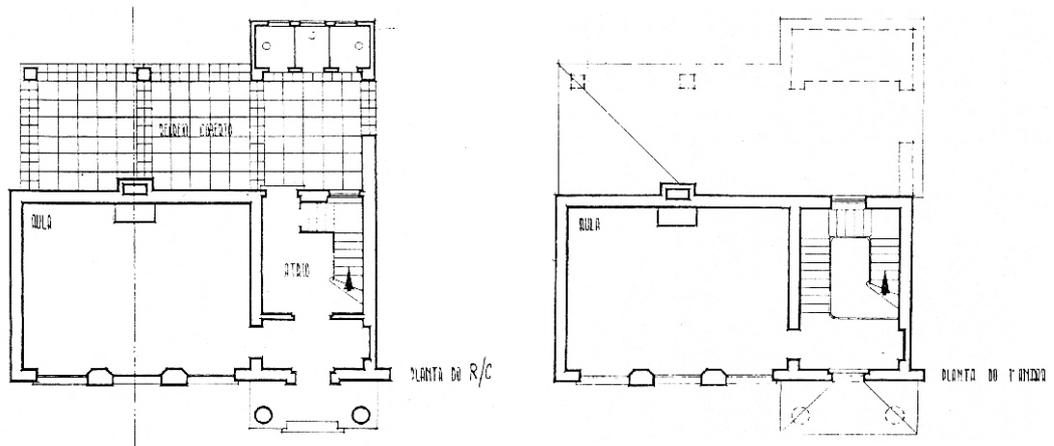
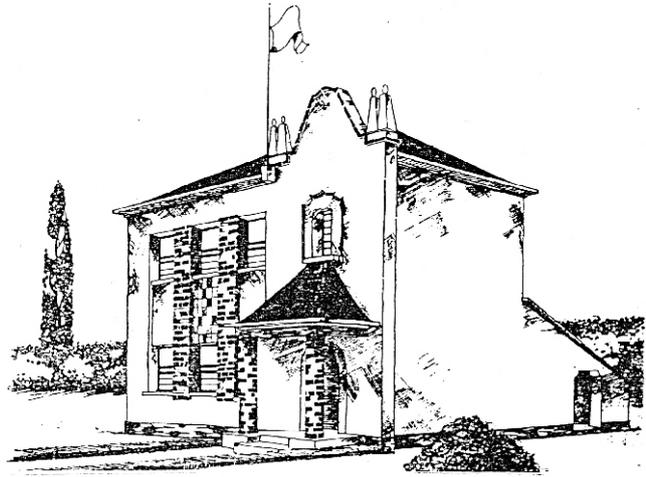


Fig. 140 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projecto-Tipo Minho (Tijolo) - duas salas sobrepostas. Perspectiva, plantas do r/c e do 1º andar e alçado posterior, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 249-250.

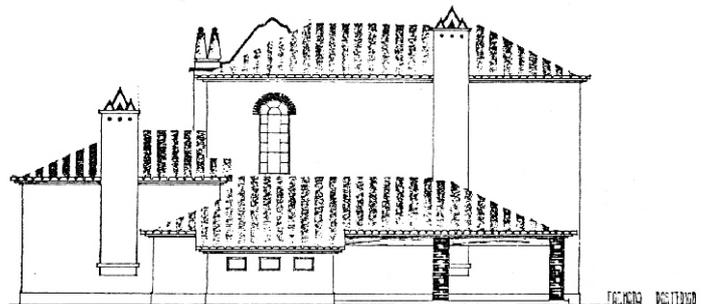
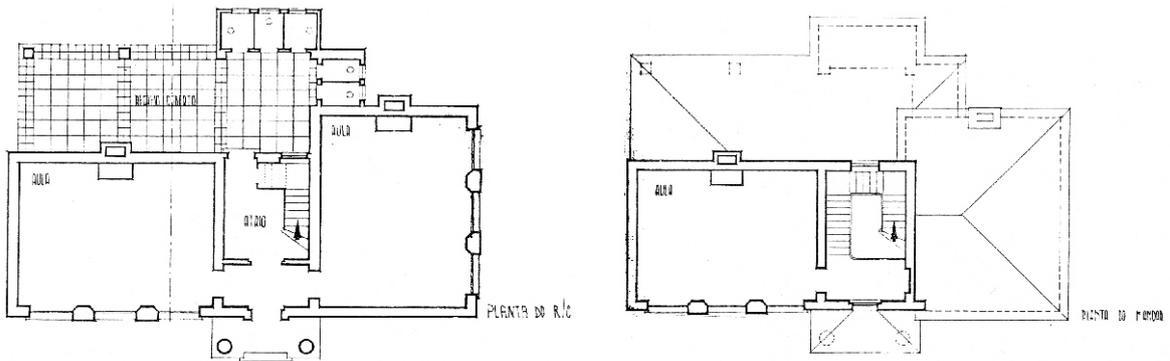
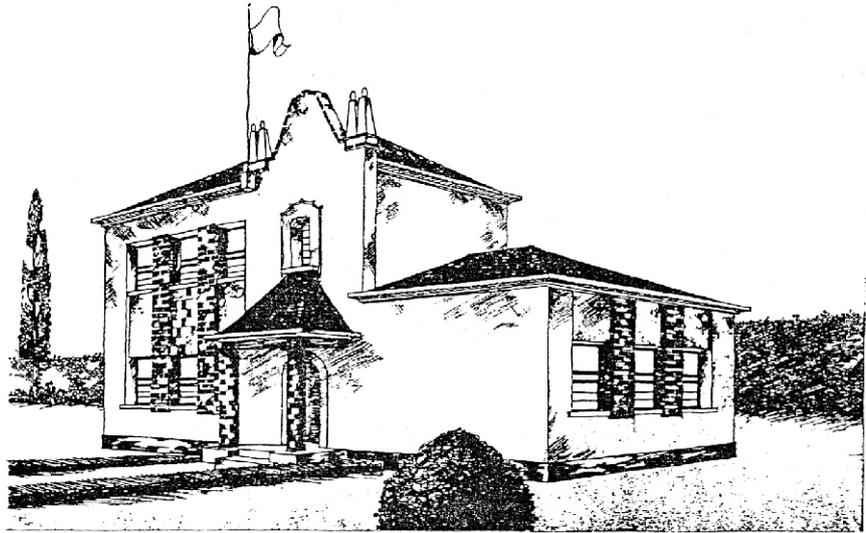


Fig. 141 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projecto-Tipo Minho (Tijolo) - três salas. Perspectiva, plantas do r/c e do 1º andar e alçado posterior, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 251-252.

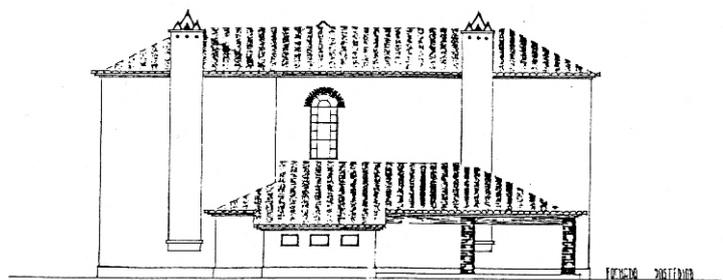
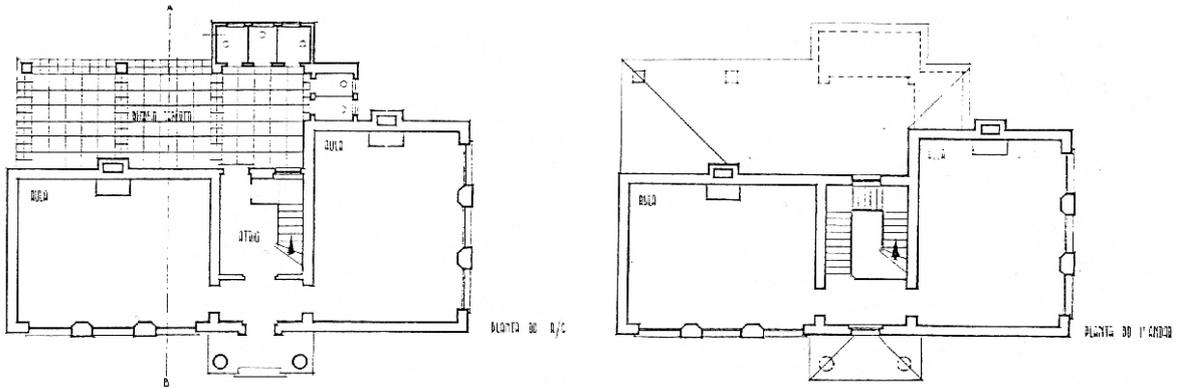
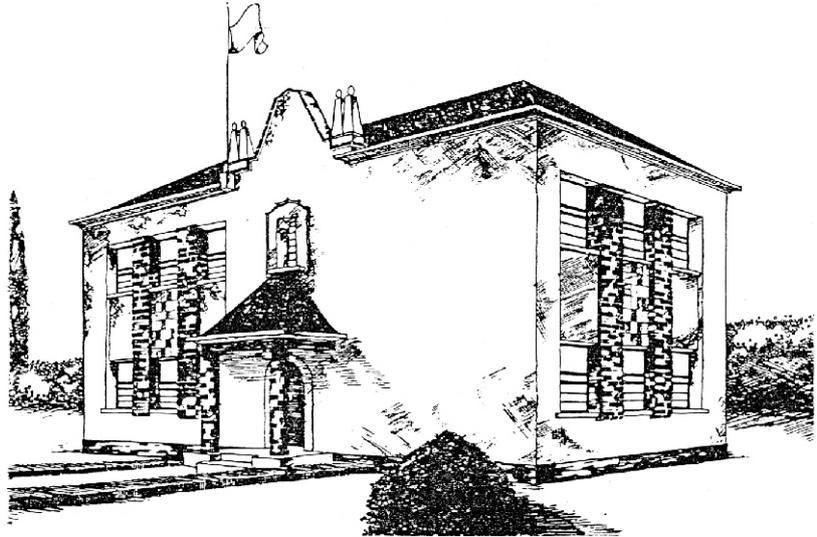


Fig. 142 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projecto-Tipo Minho (Tijolo) - quatro salas. Perspectiva, plantas do r/c e do 1º andar e alçado posterior, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 253-254.

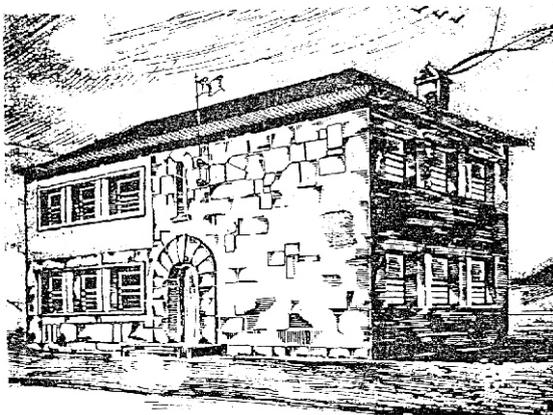
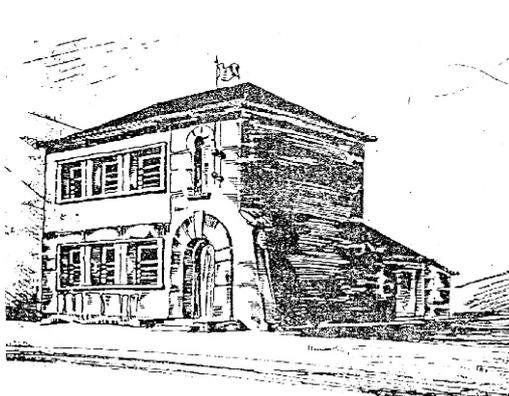
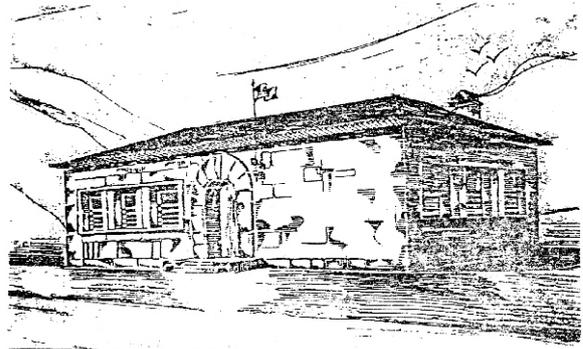
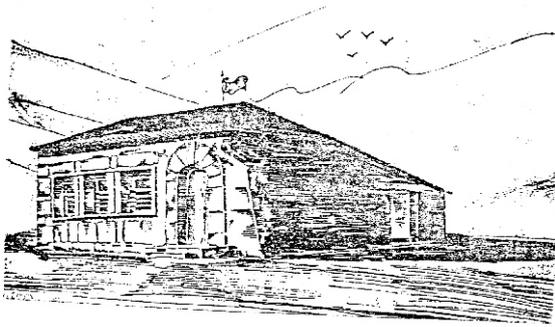


Fig. 143 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projectos-Tipo Alto Minho - uma sala, duas salas, duas salas sobrepostas, três salas e quatro salas. Perspectivas, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 255-256.

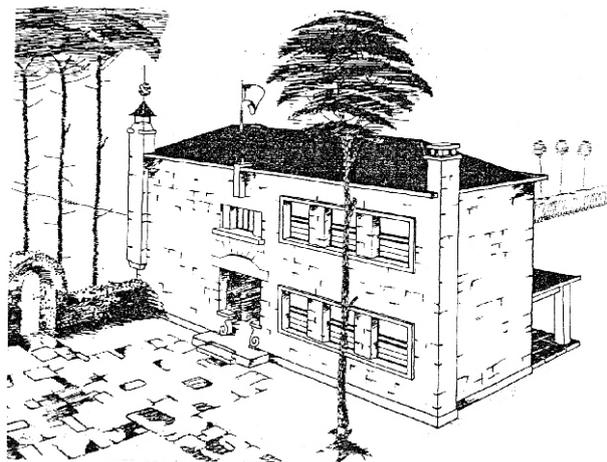
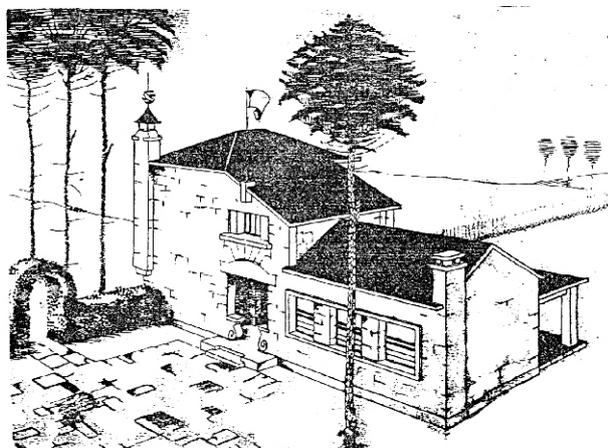
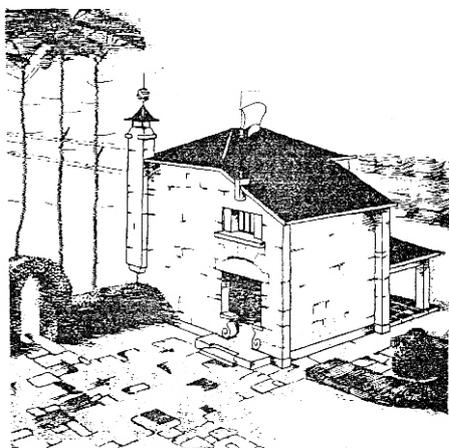
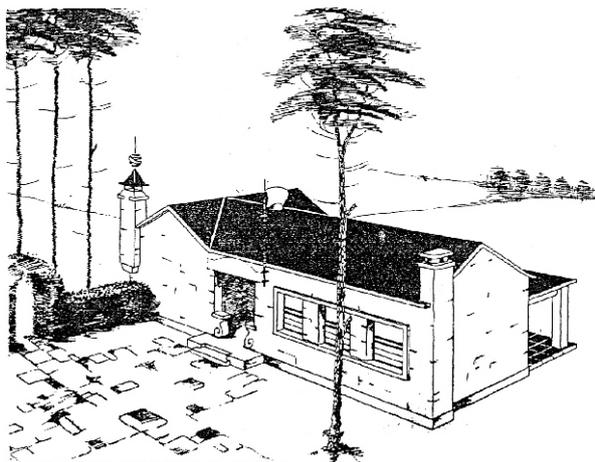
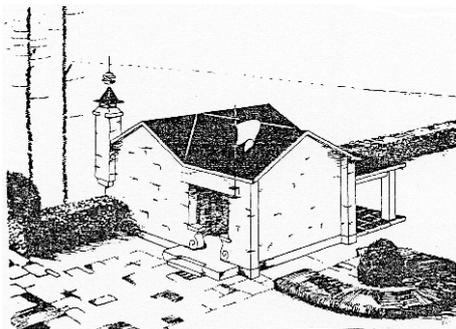


Fig. 144 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projectos-Tipo Douro - uma sala, duas salas, duas salas sobrepostas, três salas e quatro salas. Perspectivas, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 257-259.

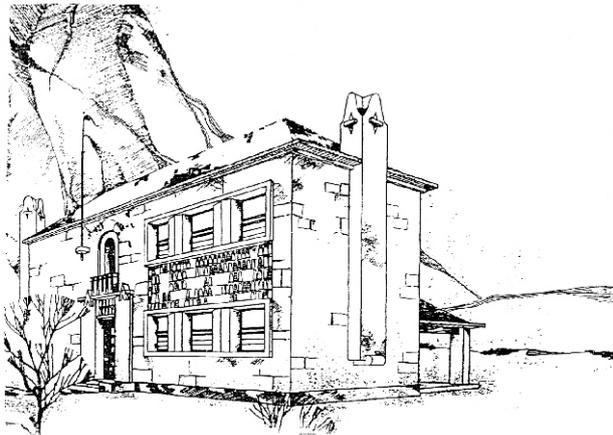
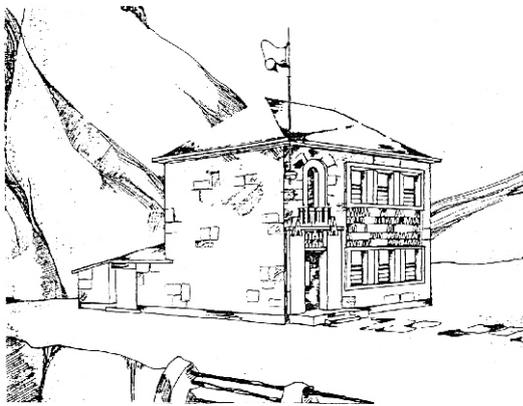
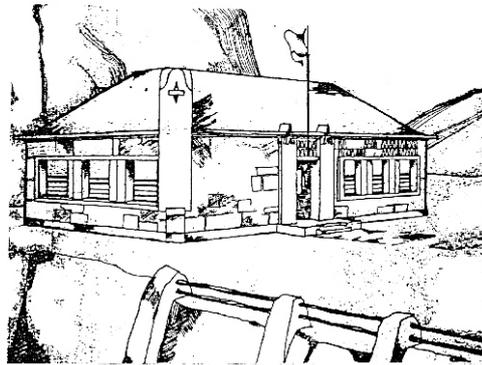
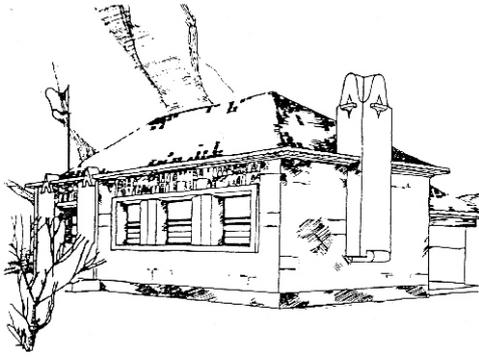


Fig. 145 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projectos-Tipo Beira Alta - uma sala, duas salas e duas salas sobrepostas, três salas e quatro salas. Perspectivas, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 260-262.

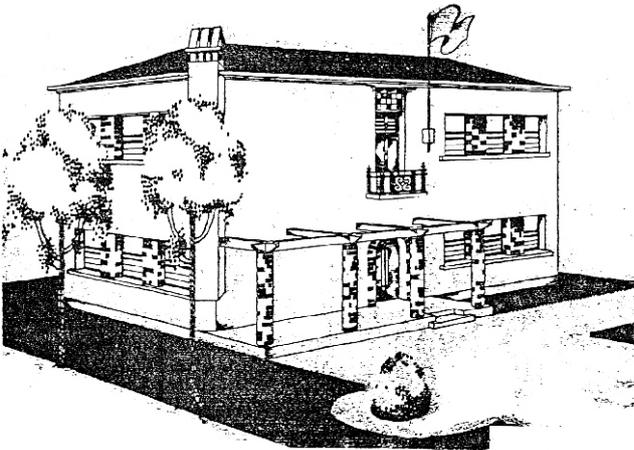
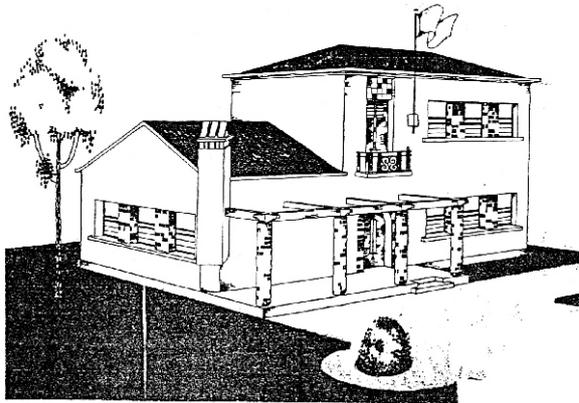
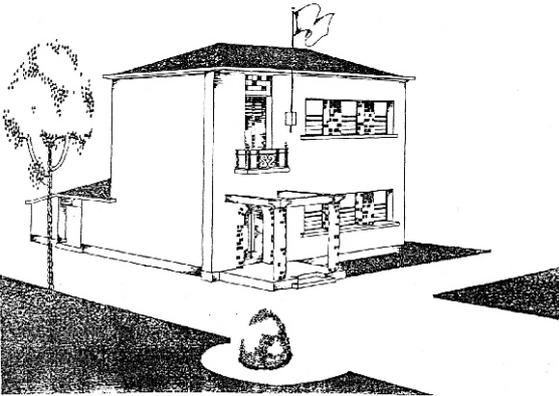
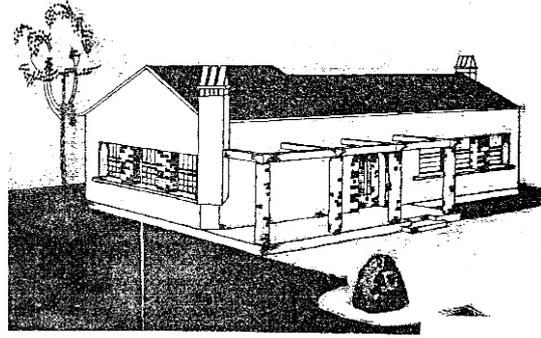
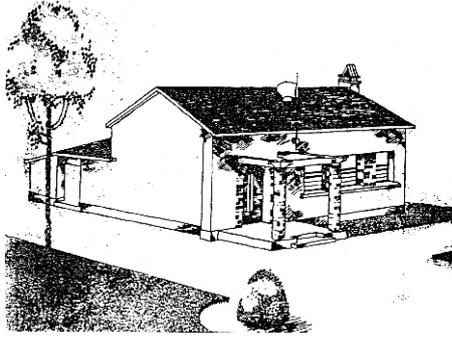


Fig. 146 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projectos-Tipo Beira Litoral - uma sala, duas salas, duas salas sobrepostas, três salas e quatro salas. Perspectivas, 1933-35. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 262-264.

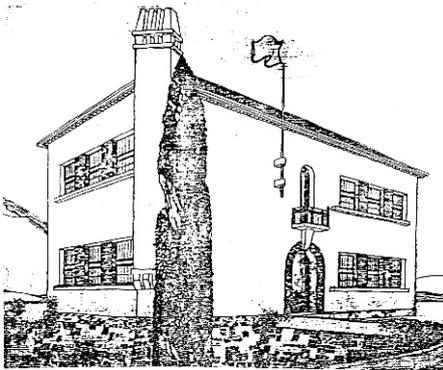
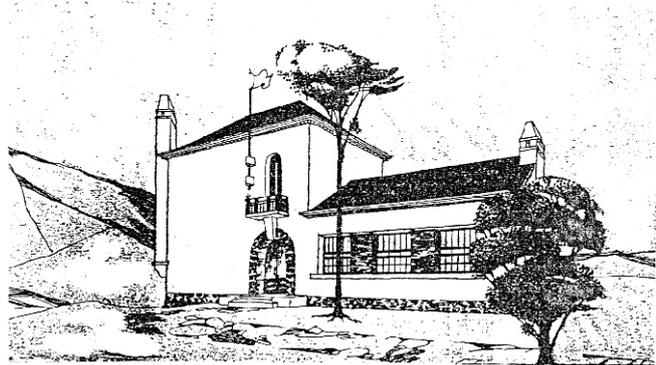
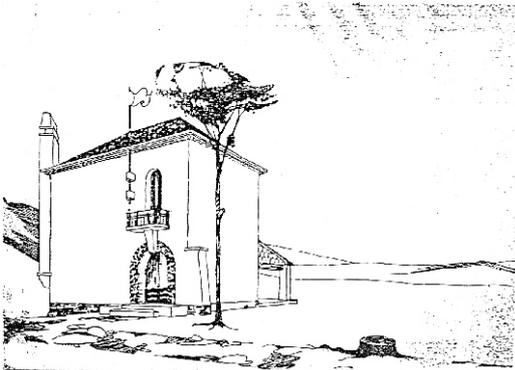
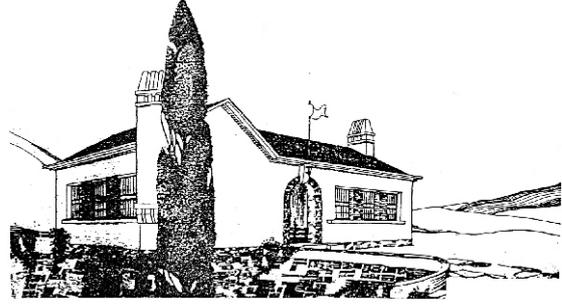
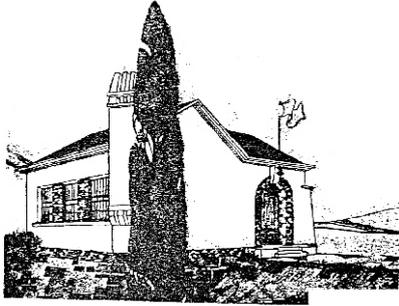


Fig. 147 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projectos-Tipo Trás-os-Montes - uma sala, duas salas, duas salas sobrepostas, três salas e quatro salas. Perspectivas, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, pp. 265-267.

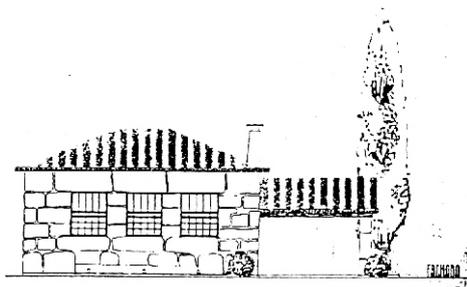
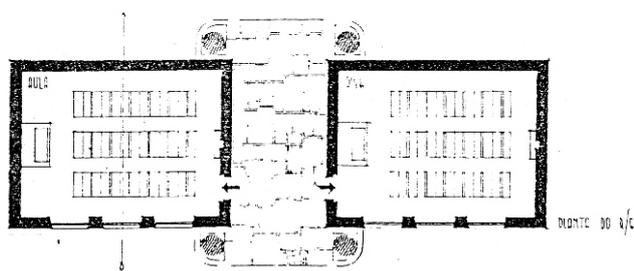
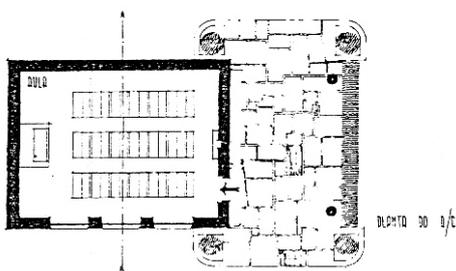
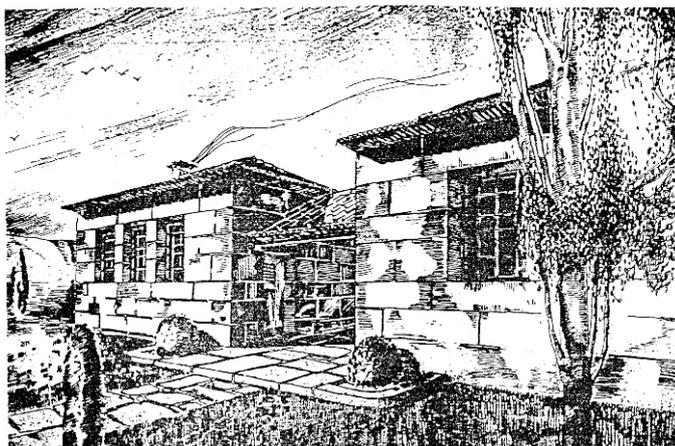
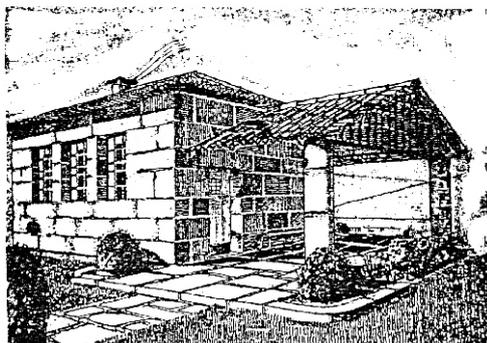


Fig. 148 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projecto-Tipo Rural - uma sala. Perspectiva, plantas do r/c e alçado lateral, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, p. 268.

Fig. 149 – PROJECTOS-TIPO REGIONALIZADOS. Rogério de Azevedo. Projecto-Tipo Rural - duas salas. Perspectiva e plantas do r/c, 1933-35. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, 1990, p. 268.



Fig. 150 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária de Apúlia, Braga, Esposende, Apúlia. Escola-tipo Alto Minho. Foto actual. IHRU: SIPA. n.º IPA PT010306020065, Foto.00832042



Fig. 151 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária de Carvalhosa, Porto, Paços de Ferreira, Carvalhosa. Escola-tipo Minho. Foto de época. IHRU: SIPA. n.º IPA PT011309020019, Foto.00667005



Fig. 152 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária de Santa Eulália, Vila Real, Ribeira de Pena, Salvador. Escola-tipo Trás-os-Montes. Foto de 1940. IHRU: SIPA. n.º IPA PT011709050008, Foto.00674045.



Fig. 153 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária de Gondim. Porto, Maia, Gondim. Escola-tipo Douro. Foto de 1940. IHRU: SIPA. n.º IPA PT011306050034, Foto.00666857



Fig. 154 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária de Maceira. Fornos de Algodres. Escola-tipo Beira Alta. Foto actual. Fotografia publ. in iapXX C100196.



Fig. 155 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária em Salvaterra de Magos. Santarém, Salvaterra de Magos. Escola-tipo Beira Litoral. Foto actual. IHRU: SIPA. n.º IPA PT031415040041, Foto.00673288

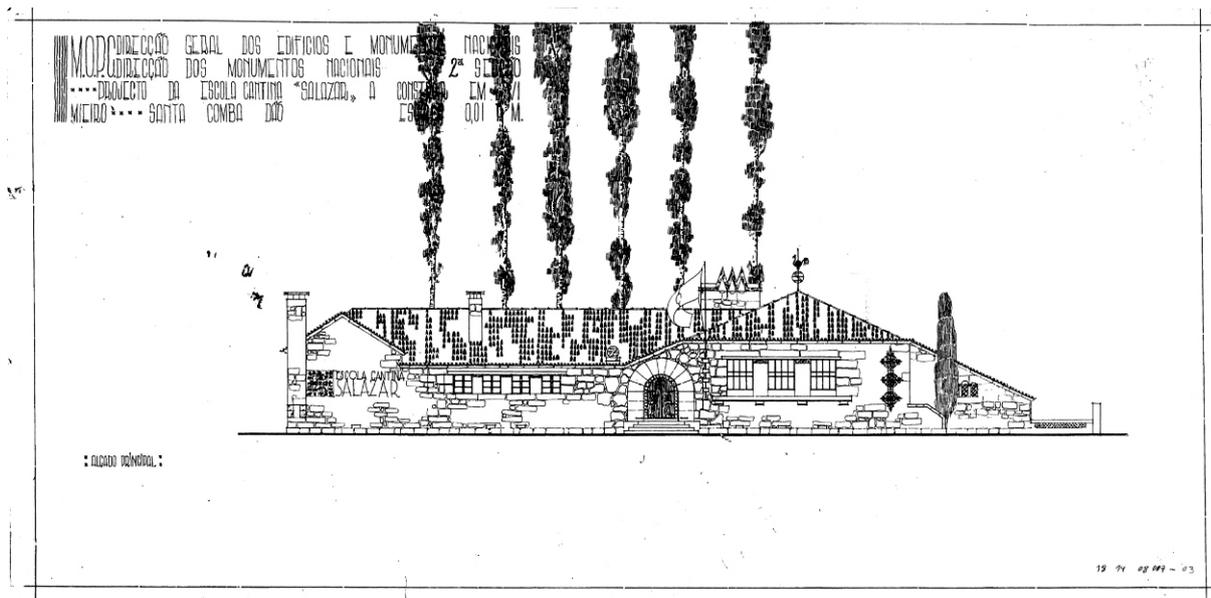


Fig. 156 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Alçado principal, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT021814080009. Desenho.009487.

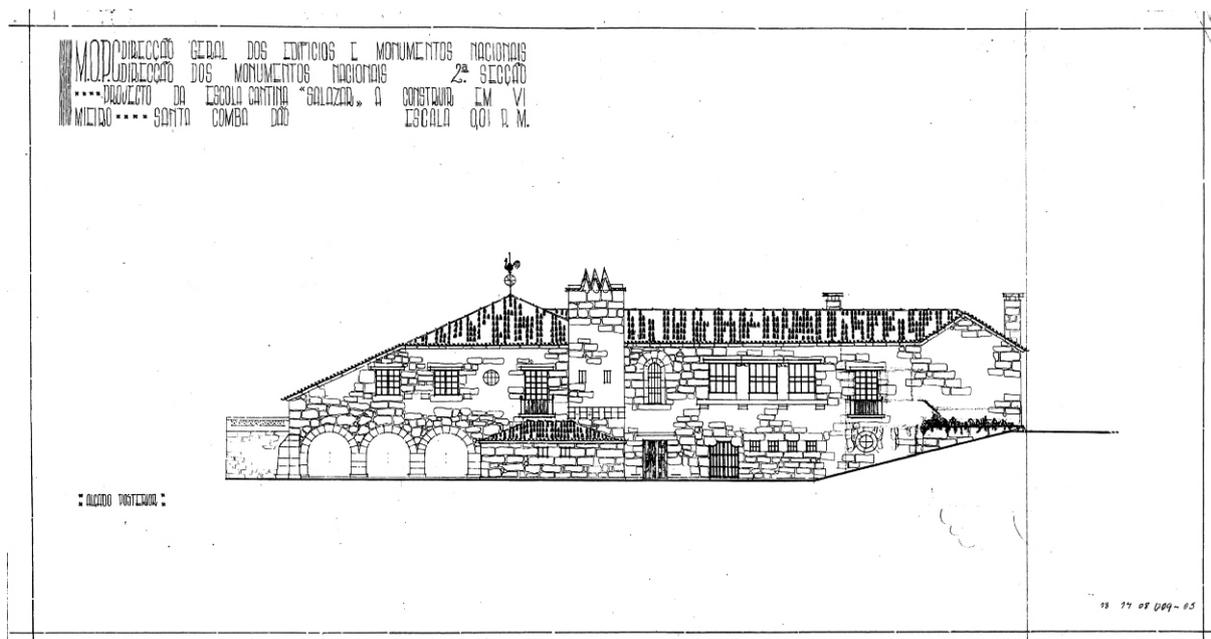


Fig. 157 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Alçado posterior, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT021814080009. Desenho.009489.

Fig. 158 – ESCOLA-CANTINA
 SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão.
 Rogério de Azevedo. Alçado lateral
 direito, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU:
 SIPA. IPA n.º PT021814080009.
 Desenho.009488.

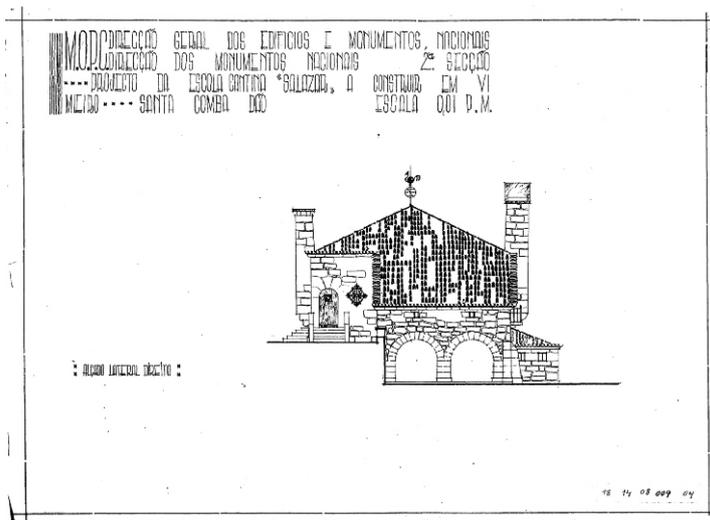


Fig. 159 – ESCOLA-CANTINA
 SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão.
 Rogério de Azevedo. Alçado lateral
 esquerdo, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU:
 SIPA. IPA n.º PT021814080009.
 Desenho.009490.

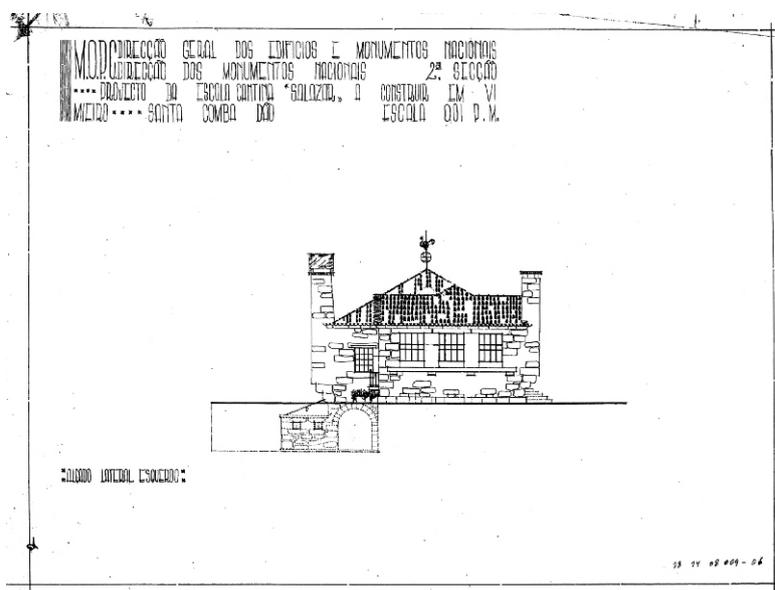
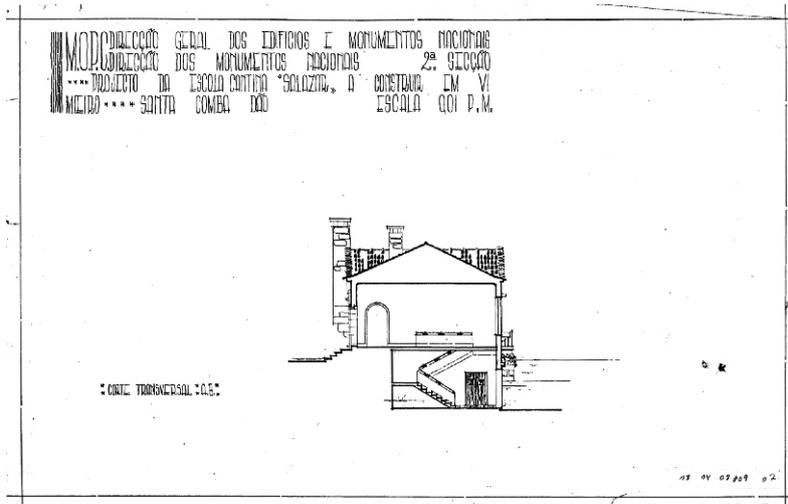


Fig. 160 – ESCOLA-CANTINA
 SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão.
 Rogério de Azevedo. Corte transversal
 AB, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA.
 IPA n.º PT021814080009.



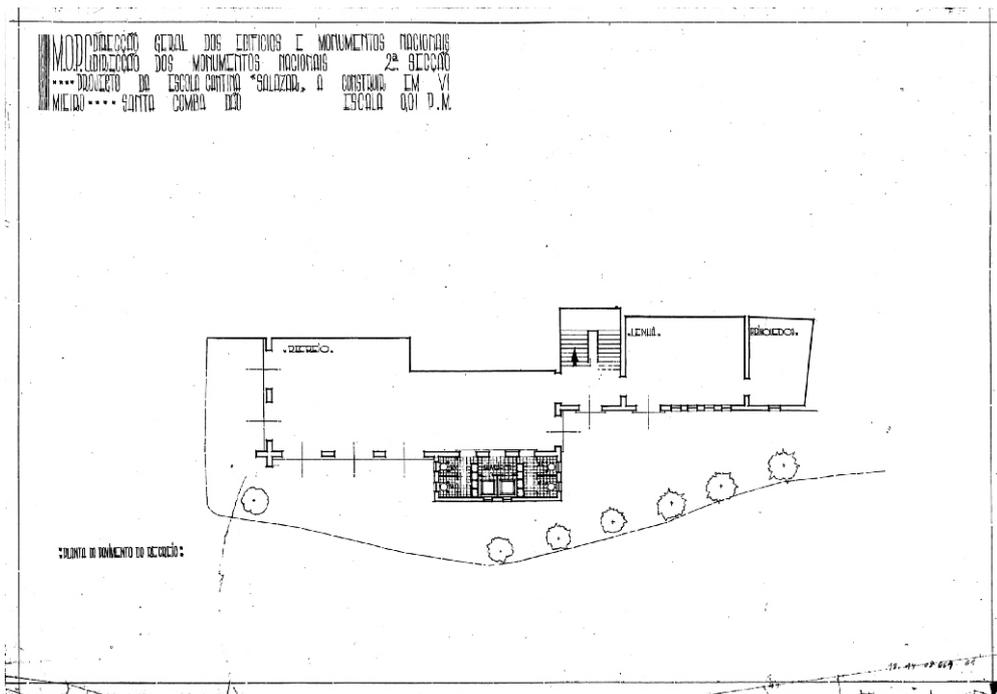


Fig. 161 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Planta do pavimento do recreio, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT021814080009. Desenho.009485.

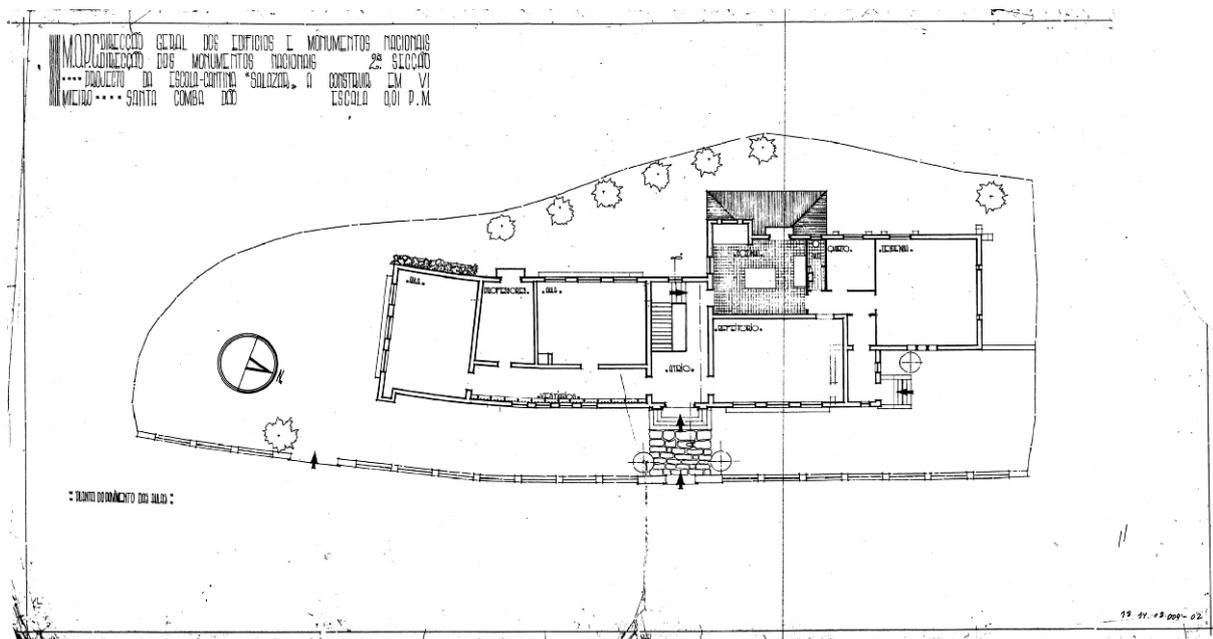


Fig. 162 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Planta do pavimento das aulas, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT021814080009.

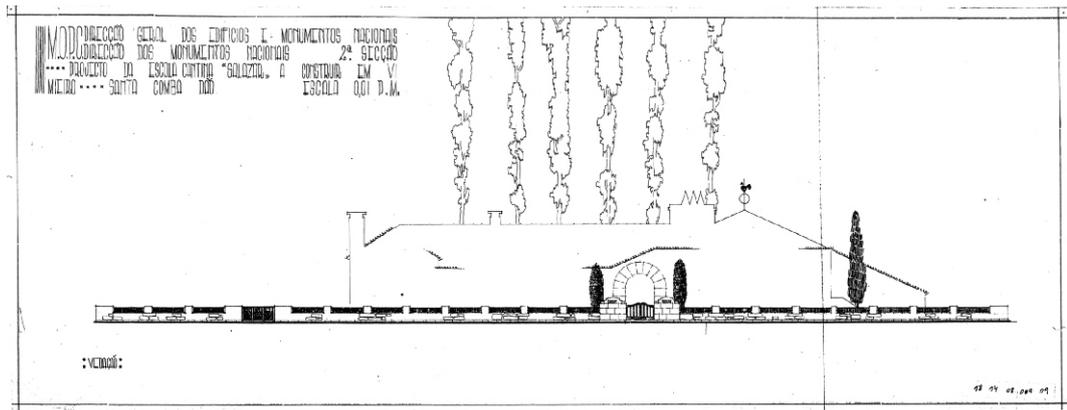


Fig. 163 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Alçado da vedação, 1936. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT02181408009. Desenho.009493.

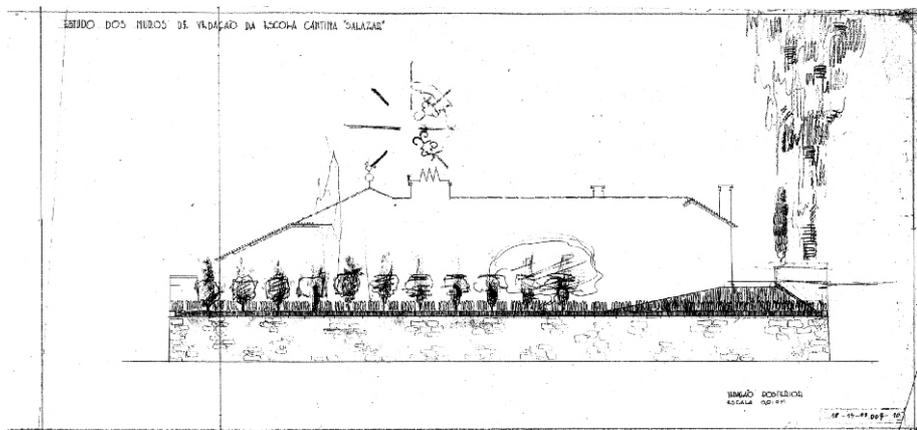


Fig. 164 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Vedação posterior, 1936. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT02181408009. Desenho.009494.

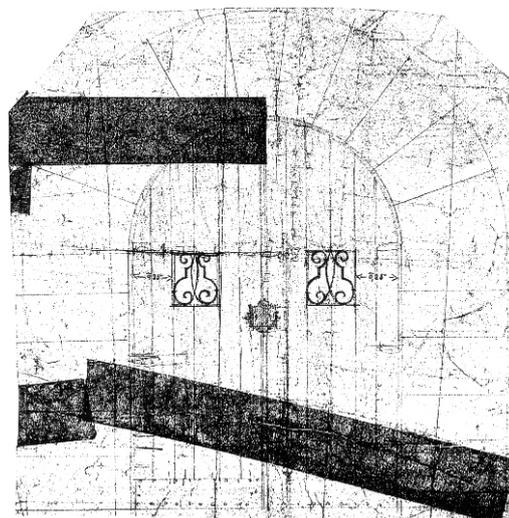
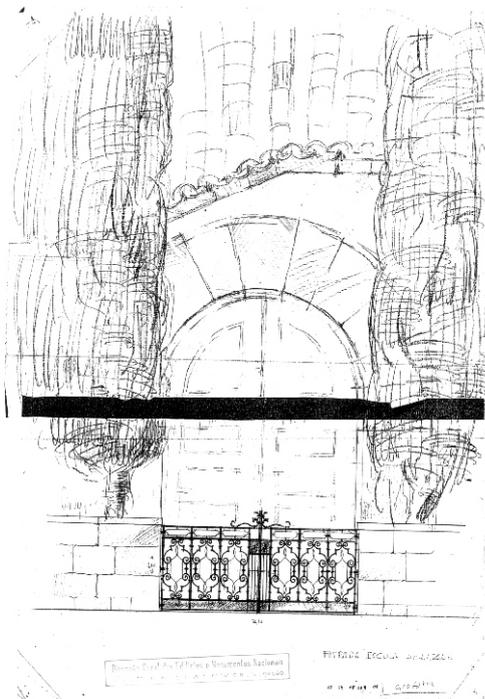


Fig. 165 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Estudo do gradeamento frente á entrada principal, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT02181408009. Desenho.009495.

Fig. 166 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Rogério de Azevedo. Estudo da porta da escola, 1938. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT02181408009.



Fig. 167 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Foto actual. IHRU, SIPA. IPA n.º PT021814080009. Foto.015502.



Fig. 168 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Foto actual. IHRU, SIPA. IPA n.º PT021814080009. Foto.015503.



Fig. 169 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Foto actual. IHRU, SIPA. IPA n.º PT021814080009. Foto.015496.



Fig. 170 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Foto actual. IHRU, SIPA. IPA n.º PT021814080009. Foto.015499.



Fig. 171 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Foto actual. IHRU, SIPA. IPA n.º PT021814080009. Foto.015500.



Fig. 172 – ESCOLA-CANTINA SALAZAR. Vimieiro, Santa Comba Dão. Foto actual. IHRU, SIPA. IPA n.º PT021814080009. Foto.015498.

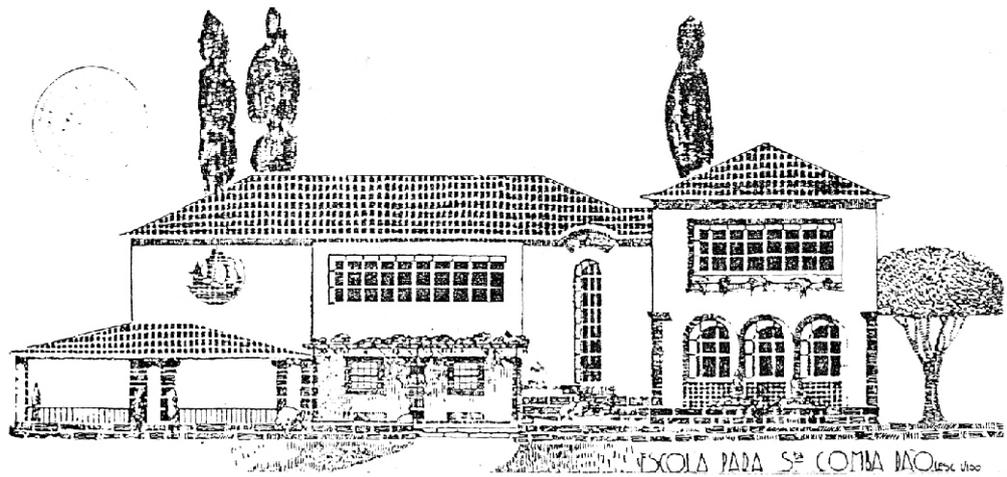


Fig. 173 – ESCOLA MASCULINA DE SANTA COMBA DÃO, Viseu. Rogério de Azevedo / Baltazar de Castro. Projecto. Alçado principal, 1932. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 1 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Centro de Documentação e Informação, p. 281.



Fig. 174 – ESCOLA MASCULINA DE SANTA COMBA DÃO, Viseu. Fotografia publ. in iapXX C100538.



Fig. 175 – ESCOLA MASCULINA DE SANTA COMBA DÃO, Viseu. Fotografia publ. in http://www.eb1-sta-comba-dao-n1.rcts.pt/n_escola.htm, 24-07-2012, 17h00.

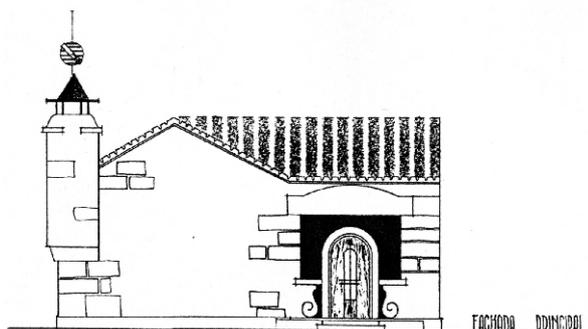


Fig. 176 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Rogério de Azevedo. Projecto-Tipo Douro de 1 sala, 1935. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 29.

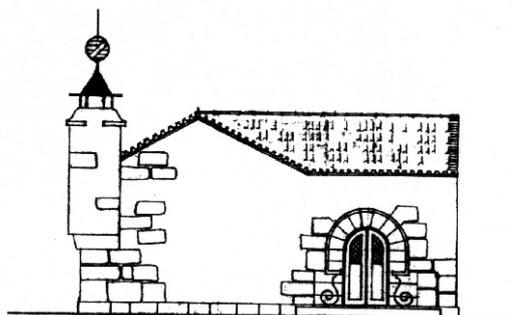


Fig. 177 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Projecto-Tipo Douro de 1 sala, depois da alteração da entrada realizada pela Direcção de Edifícios Nacionais do Norte, 1941. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 29.



Fig. 178 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária de Porto Bom. Gondim, Maia. Edifício Tipo Douro de 1 sala, de acordo com o projecto de Rogério de Azevedo de 1935. Foto de época. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 34.



Fig. 179 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Feminina de Terroso. Porto, Póvoa do Varzim, S. Salvador. Edifício Tipo Douro de 1 sala, com alterações na zona de entrada. Foto de época. Foto publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 34.

Fig. 180 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária do Bairro de Casas Económicas de Ramalde. Porto, Ramalde. Edifícios Tipo Douro de 4 salas, com alterações na zona de entrada. Foto de 1940. IHRU, SIPA. IPA n.º PT011312110460, Foto.551320.

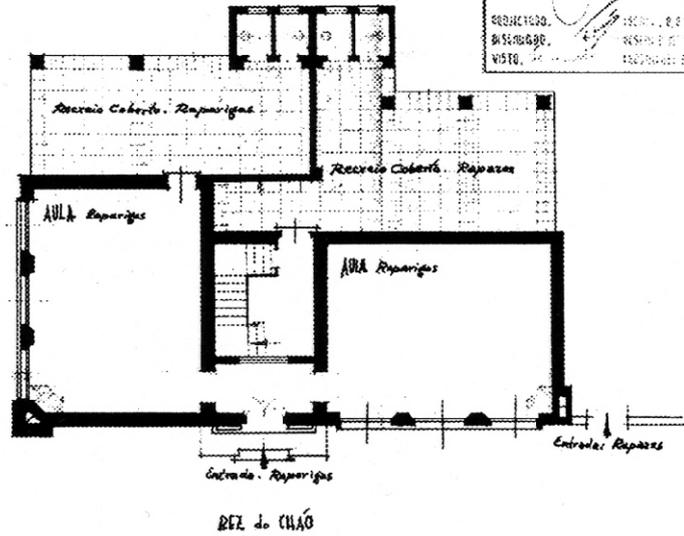


Fig. 181 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária do Bairro da Azenha. Porto, Paranhos. Edifício Tipo Douro de 4 salas, com alterações na zona de entrada. Foto actual. IHRU, SIPA. IPA n.º PT011312100461, Foto.00841722

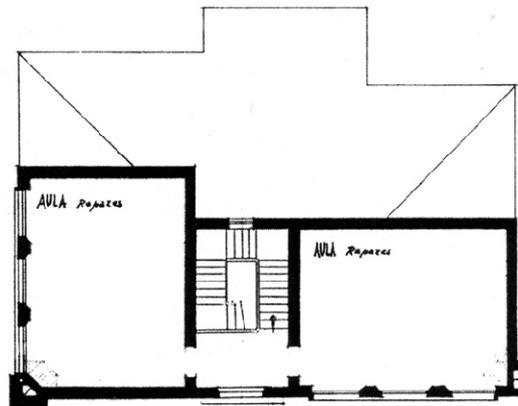


Fig. 182 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária do Bairro de Casas Económicas de Paranhos. Porto, Paranhos. Edifício Tipo Douro de 4 salas, com alterações na zona de entrada. Foto de época. IHRU, SIPA. IPA n.º PT011312100438, Foto.00551327

"ESCOLA TIPO DOURO"
ESTUDO DE ADAPTAÇÃO A SEPARAÇÃO DE SEXOS



BEZ do CHÃO



1º ANDAR.

Fig. 183 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Fernandes de Sá. Separação de sexos no Projecto-Tipo Douro de Rogério de Azevedo de 4 salas. Estudo para a adaptação das escolas dos Bairros de Casas Económicas da Cidade do Porto, 1939-40. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 30.

Fig. 184 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS.
 Geminação do edifício de 1 sala, Projecto-Tipo Alto Minho de Rogério de Azevedo, DGEMN. Alçado principal e planta, 1941. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 31.

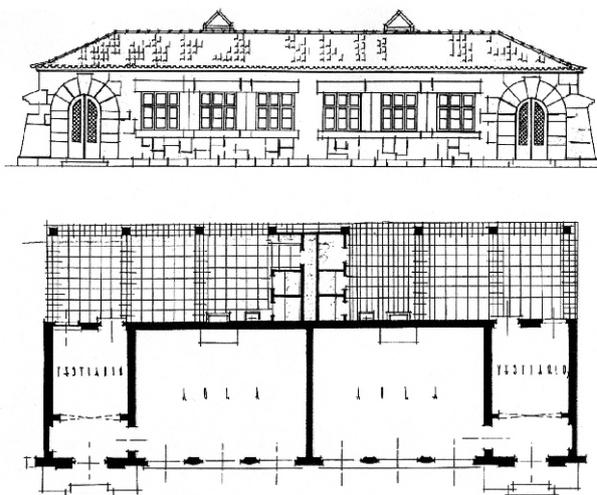


Fig. 185 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS.
 Geminação dos edifícios de 1 sala e de 2 salas, Projecto-Tipo Douro de Rogério de Azevedo, DGEMN. Alçados principais, 1941. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 32.

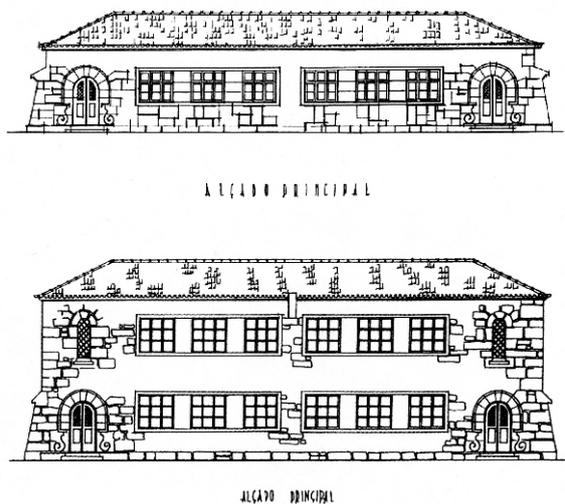


Fig. 186 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS.
 Geminação do edifício de 1 sala, Projecto-Tipo Beira Litoral de Rogério de Azevedo, DGEMN. Alçado principal e planta, 1941. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 33.

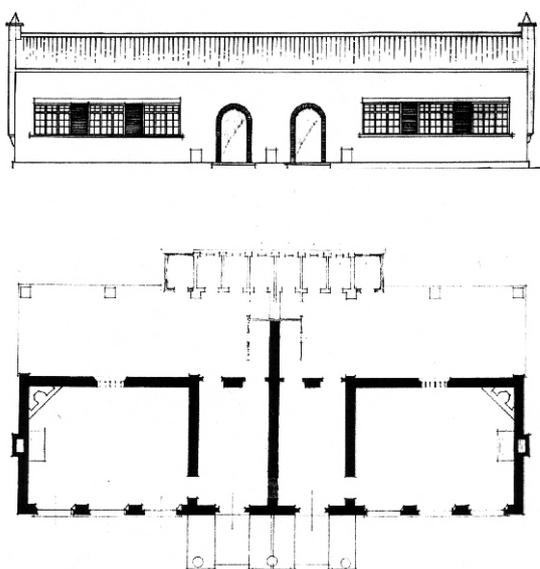




Fig. 187 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária de S. Bartolomeu do Mar, Esposende. Edifícios geminados Tipo Alto Minho, de 2 salas. Fotografia publ. in iapXX N100390.

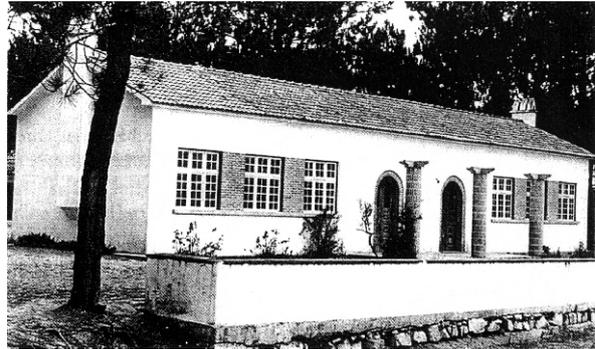
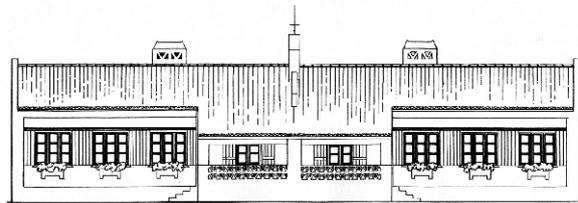


Fig. 188 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Escola Primária de Varziela, Cantanhede. Edifícios geminados Tipo Beira Litoral de 2 sala. Foto de época. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 35.

Fig. 189 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Estudo de geminação do edifício de 1 sala, Projecto-Tipo Alentejo-Ribatejo de Raul Lino, feito em 1942 pela Direcção dos Monumentos Nacionais do Sul. Alçado principal. Desenho publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 37.

TIPO DE ESCOLA PRIMÁRIA PARA AS REGIÕES DO ALENTEJO E RIBATEJO (TEJOLO)
DUAS AULAS (GEMEO)



EDIFÍCIO ESCOLAR DE 2 AULAS (GÊMEO) – ALENTEJO
ALÇADO À ESCALA DE 0.01 P. M.

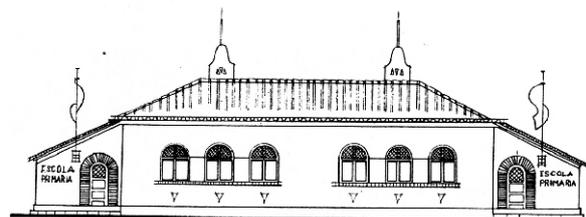


Fig. 190 – ESCOLAS-TIPO REGIONALIZADAS. Projecto especial do arquitecto Alberto de Sousa, para a Escola Primária de Monte Branco, Vendas Novas (Alentejo). Alçado principal e planta, 1942. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 38.

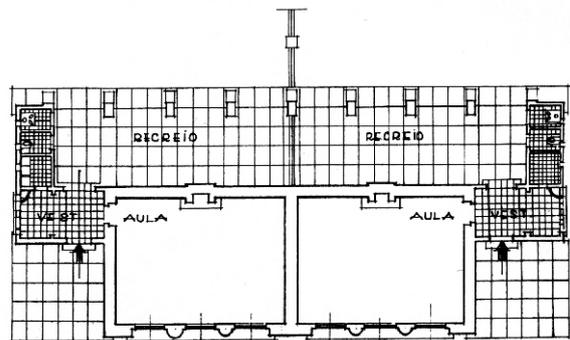
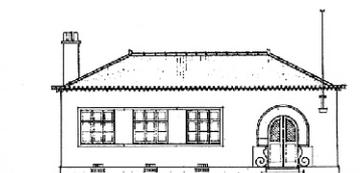
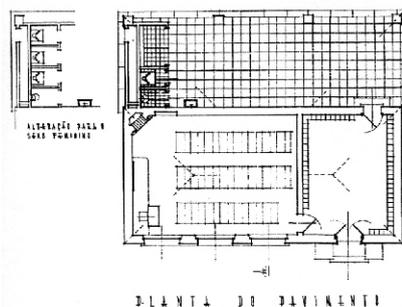
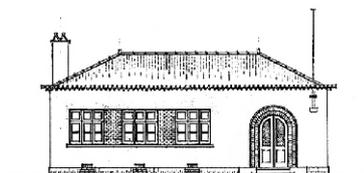


Fig. 191 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Manuel Fernandes de Sá, Direcção dos Edifícios do Norte. Edifícios de 1 sala. Planta do pavimento e alçados Tipos Minho-granito, Douro-granito, tijolo e xisto. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 46.

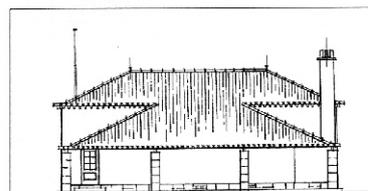


DOURO-GRANITO

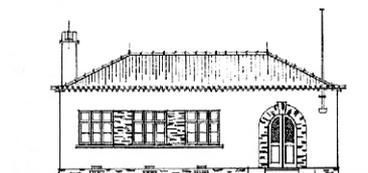


TIJOLO

EDIFÍCIOS DE 1 SALA

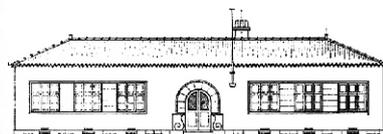
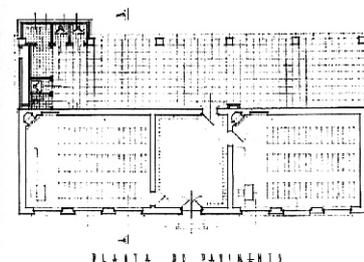


MINHO-GRANITO

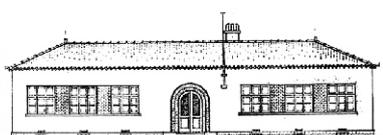


XISTO

Fig. 192 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Manuel Fernandes de Sá, Direcção dos Edifícios do Norte. Edifícios de 2 salas, 1 sexo. Planta do pavimento e alçados Tipos Minho-granito, Douro-granito, tijolo e xisto. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 49.

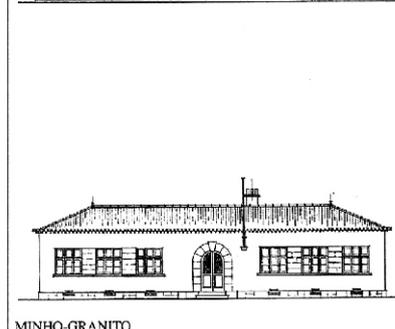
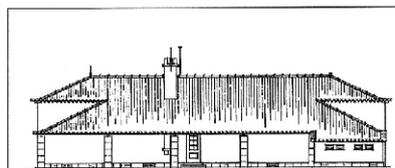


DOURO-GRANITO

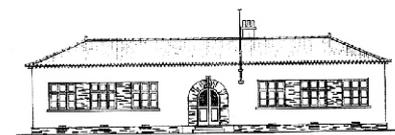


TIJOLO

EDIFÍCIOS DE 2 SALAS, 1 SEXO

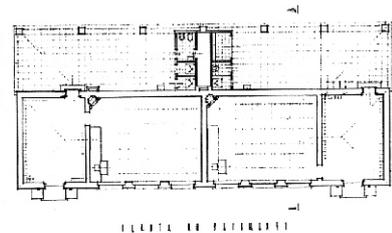


MINHO-GRANITO

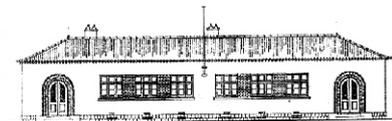


XISTO

Fig. 193 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Manuel Fernandes de Sá, Direcção dos Edifícios do Norte. Edifícios de 2 salas, 2 sexos. Planta do pavimento e alçados Tipos Minho-granito, Douro-granito, tijolo e xisto. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 50.

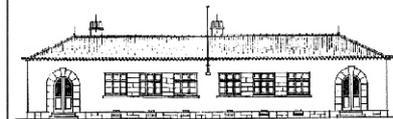
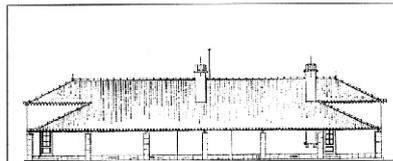


DOURO-GRANITO

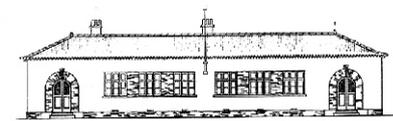


TIJOLO

EDIFÍCIOS DE 2 SALAS, 2 SEXOS

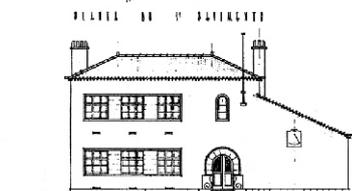
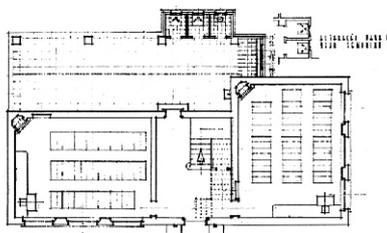
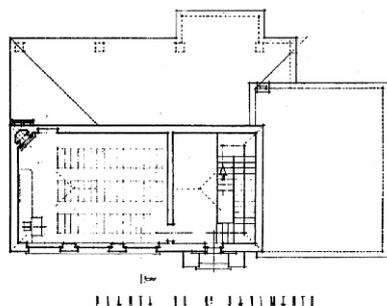


MINHO-GRANITO



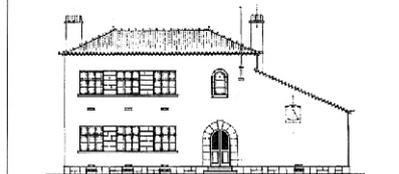
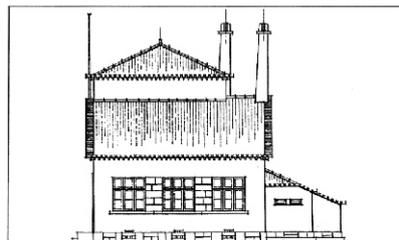
XISTO

Fig. 194 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Manuel Fernandes de Sá, Direcção dos Edifícios do Norte. Edifícios de 3 salas. Plantas dos 1º e 2º pavimentos e alçados Tipos Minho-granito, Douro-granito e xisto. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 53.

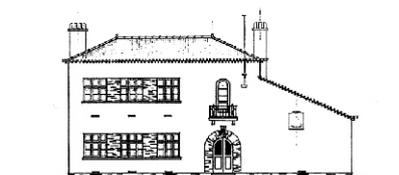


DOURO-GRANITO

EDIFÍCIOS DE 3 SALAS



MINHO-GRANITO



XISTO

Fig. 195 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Manuel Fernandes de Sá, Direcção dos Edifícios do Norte. Edifícios de 4 salas, 1 sexo. Plantas dos 1º e 2º pavimentos e alçados Tipos Minho-granito, Douro-granito e xisto. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 55.

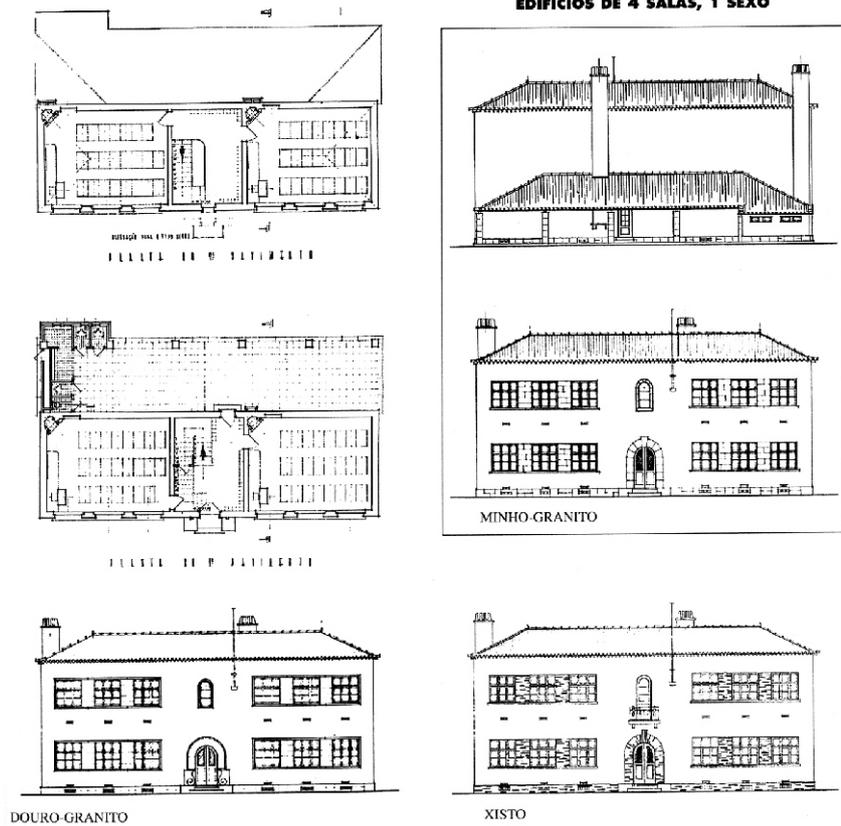


Fig. 196 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Manuel Fernandes de Sá, Direcção dos Edifícios do Norte. Edifícios de 4 salas, 2 sexos. Plantas dos 1º e 2º pavimentos e alçados Tipos Minho-granito, Douro-granito e xisto. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 56.

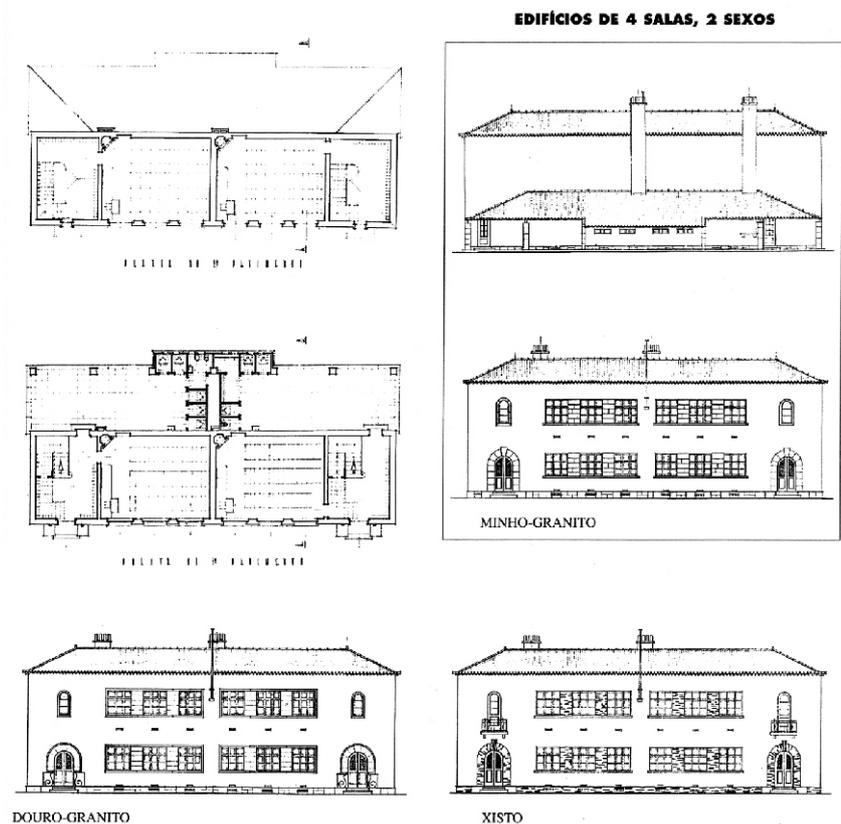
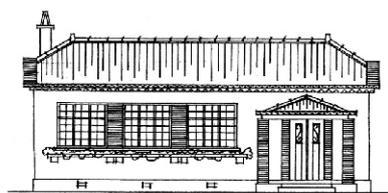
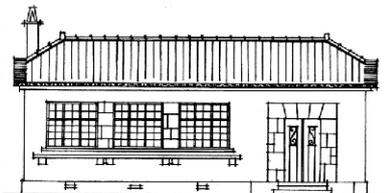


Fig. 197 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Joaquim Areal, Direcção dos Edifícios do Centro. Edifícios de 1 sala. Alçados Tipos Beira Alta-granito e xisto, Beira Litoral-tijolo e cantaria. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 60.

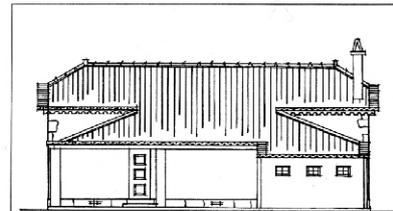


BEIRA LITORAL-TIJOLO

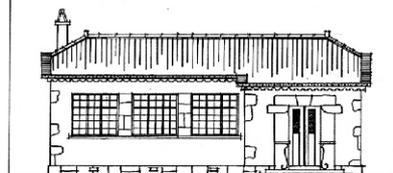


BEIRA LITORAL-CANTARIA

EDIFÍCIOS DE 1 SALA



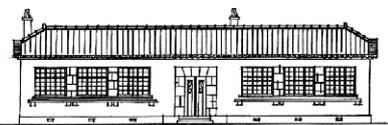
BEIRA ALTA-GRANITO



BEIRA ALTA-XISTO

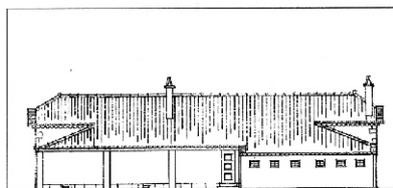


BEIRA LITORAL-TIJOLO

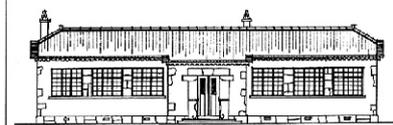


BEIRA LITORAL-CANTARIA

EDIFÍCIOS DE 2 SALAS, 1 SEXO

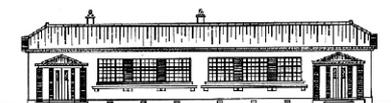


BEIRA ALTA-GRANITO

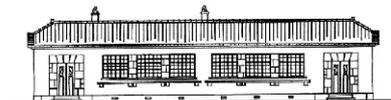


BEIRA ALTA-XISTO

Fig. 198 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Joaquim Areal, Direcção dos Edifícios do Centro. Edifícios de 2 salas, 1 sexo. Alçados Tipos Beira Alta-granito e xisto, Beira Litoral-tijolo e cantaria. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 62.

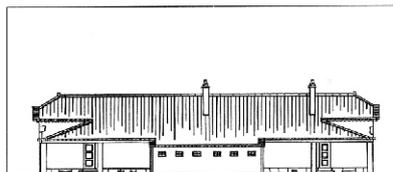


BEIRA LITORAL-TIJOLO

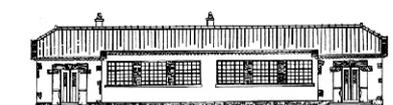


BEIRA LITORAL-CANTARIA

EDIFÍCIOS DE 2 SALAS, 2 SEXOS

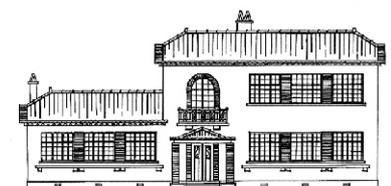


BEIRA ALTA-GRANITO

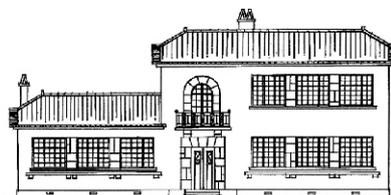


BEIRA ALTA-XISTO

Fig. 199 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Joaquim Areal, Direcção dos Edifícios do Centro. Edifícios de 2 salas, 2 sexos. Alçados Tipos Beira Alta-granito e xisto, Beira Litoral-tijolo e cantaria. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 63.

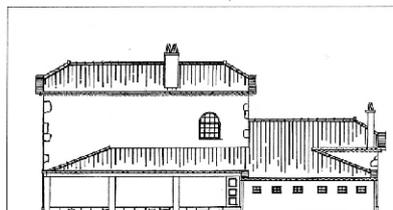


BEIRA LITORALTIJOLO



BEIRA LITORAL CANTARIA

EDIFÍCIOS DE 3 SALAS



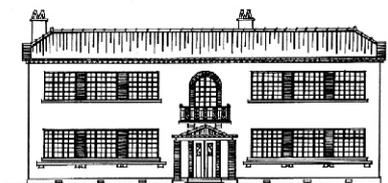
BEIRA ALTA-GRANITO



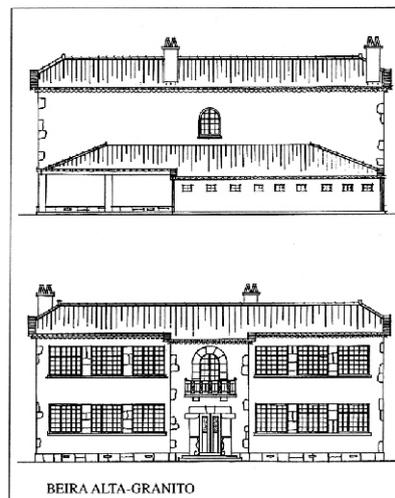
BEIRA ALTA — XISTO

Fig. 200 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Joaquim Areal, Direcção dos Edifícios do Centro. Edifícios de 3 salas. Alçados Tipos Beira Alta-granito e xisto, Beira Litoral-tijolo e cantaria. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 66.

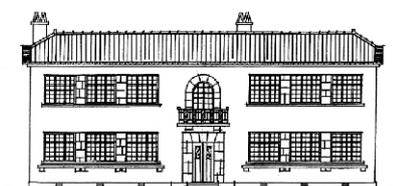
EDIFÍCIOS DE 4 SALAS, 1 SEXO



BEIRA LITORAL-TIJOLO



BEIRA ALTA-GRANITO



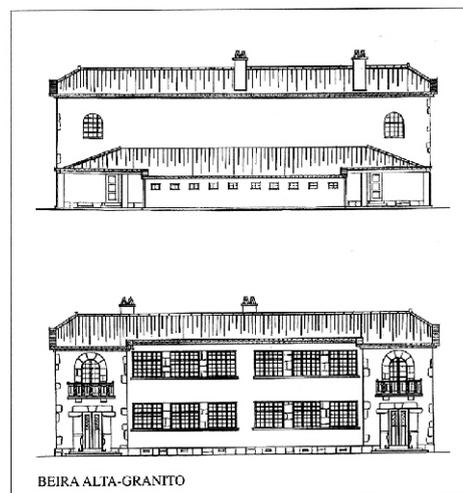
BEIRA LITORAL-CANTARIA



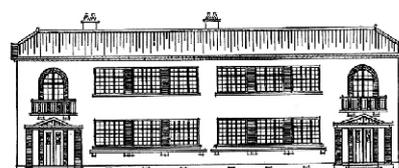
BEIRA ALTA-XISTO

Fig. 201 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Joaquim Areal, Direcção dos Edifícios do Centro. Edifícios de 4 salas, 1 sexo. Alçados Tipos Beira Alta-granito e xisto, Beira Litoral-tijolo e cantaria. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 68.

EDIFÍCIOS DE 4 SALAS, 2 SEXOS



BEIRA ALTA-GRANITO

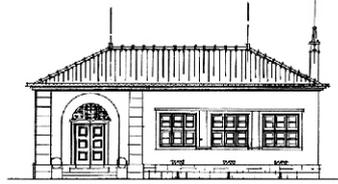


BEIRA LITORAL-TIJOLO

Fig. 202 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Joaquim Areal, Direcção dos Edifícios do Centro. Edifícios de 4 salas, 2 sexos. Alçados Tipos Beira Alta-granito, Beira Litoral-tijolo. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 69.

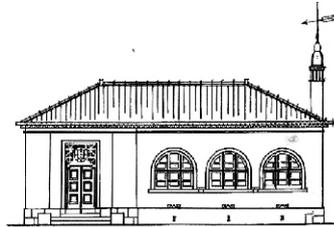
EDIFÍCIOS DE 1 SALA

MOPC · DGEMN
DIRECÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE LISBOA
EDIFÍCIO ESCOLAR DE 1-AULA
UM SEXO
TIPO - EXTREMADURA
A



EXTREMADURA

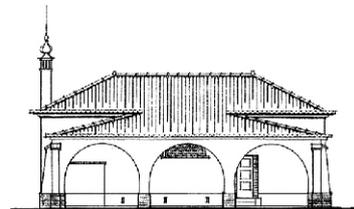
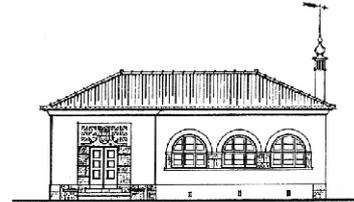
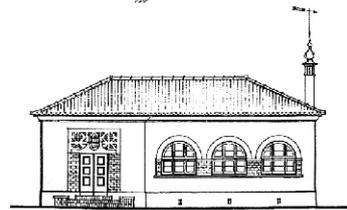
MOPC · DGEMN
DIRECÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE LISBOA
EDIFÍCIO ESCOLAR DE 1-AULA
UM SEXO
TIPO - RIBATEJO
H



RIBATEJO

Fig. 203 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Eduardo Moreira dos Santos, Direcção dos Edifícios de Lisboa. Edifícios de 1 sala. Alçados Tipos Extremadura, Ribatejo, Alto Alentejo. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 74.

MOPC · DGEMN
DIRECÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE LISBOA
EDIFÍCIO ESCOLAR DE 1-AULA
UM SEXO
TIPO - ALTO-ALENTEJO
O



ALTO ALENTEJO

EDIFÍCIOS DE 2 SALAS, 1 SEXO

MOPC · DGEMN
DIRECÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE LISBOA
EDIFÍCIO ESCOLAR DE 2-AULAS
UM SEXO
TIPO - EXTREMADURA
B



EXTREMADURA

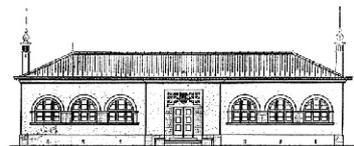
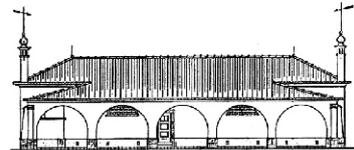
MOPC · DGEMN
DIRECÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE LISBOA
EDIFÍCIO ESCOLAR DE 2-AULAS
UM SEXO
TIPO - RIBATEJO
I



RIBATEJO

Fig. 204 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Eduardo Moreira dos Santos, Direcção dos Edifícios de Lisboa. Edifícios de 2 salas, 1 sexo. Alçados Tipos Extremadura, Ribatejo, Alto Alentejo. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 78.

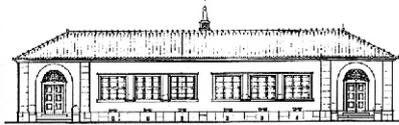
MOPC · DGEMN
DIRECÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE LISBOA
EDIFÍCIO ESCOLAR DE 2-AULAS
UM SEXO
TIPO - ALTO-ALENTEJO
P



ALTO ALENTEJO

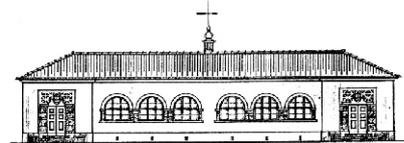
EDIFÍCIOS DE 2 SALAS, 2 SEXOS

MOPC · DGEMN.
DIRECÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE LISBOA
EDIFÍCIO ESCOLAR DE 2 AULAS
DOS 2 SEXOS
TIPO - ESTREMADURA
1947-48
L. S. A. A. A. A.



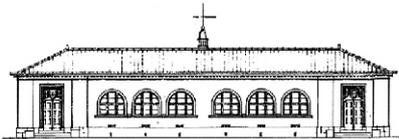
ESTREMADURA

MOPC · DGEMN.
DIRECÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE LISBOA
EDIFÍCIO ESCOLAR DE 2 AULAS
DOS 2 SEXOS
TIPO - ALTO-ALENTEJO
1947-48
L. S. A. A. A.



ALTO ALENTEJO

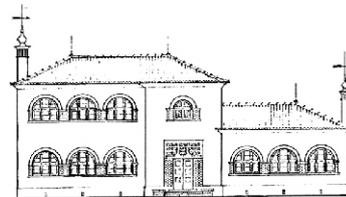
MOPC · DGEMN.
DIRECÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE LISBOA
EDIFÍCIO ESCOLAR DE 2 AULAS
DOS 2 SEXOS
TIPO - RIBATEJO
1947-48
L. S. A. A. A.



RIBATEJO

Fig. 205 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Eduardo Moreira dos Santos, Direcção dos Edifícios de Lisboa. Edifícios de 2 salas, 2 sexos. Alçados Tipos Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 79.

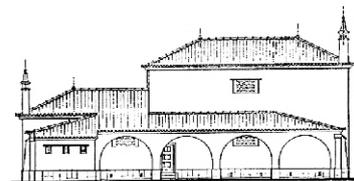
MOPC · DGEMN.
DIRECÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE LISBOA
EDIFÍCIO ESCOLAR DE 3 AULAS
UM SEXO
TIPO - ALTO-ALENTEJO
1947-48
L. S. A. A. A.



ALTO ALENTEJO

EDIFÍCIOS DE 3 SALAS

MOPC · DGEMN.
DIRECÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE LISBOA
EDIFÍCIO ESCOLAR DE 3 AULAS
UM SEXO
TIPO - ESTREMADURA
1947-48
L. S. A. A. A.



ALÇADO POSTERIOR



ALÇADO PRINCIPAL

ESTREMADURA

MOPC · DGEMN.
DIRECÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE LISBOA
EDIFÍCIO ESCOLAR DE 3 AULAS
UM SEXO
TIPO - RIBATEJO
1947-48
L. S. A. A. A.



RIBATEJO

Fig. 206 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Eduardo Moreira dos Santos, Direcção dos Edifícios de Lisboa. Edifícios de 3 salas. Alçados Tipos Alto Alentejo, Ribatejo, Estremadura. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 82.

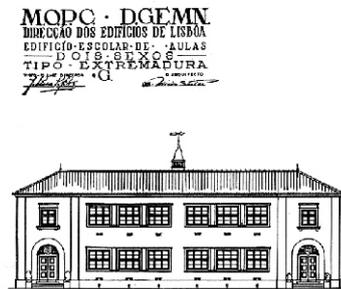
Fig. 207 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Eduardo Moreira dos Santos, Direcção dos Edifícios de Lisboa. Edifícios de 4 salas, 1 sexo. Alçados Tipos Alto Alentejo, Ribatejo, Estremadura. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 84.



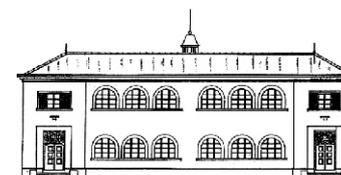
ALTO ALENTEJO



RIBATEJO

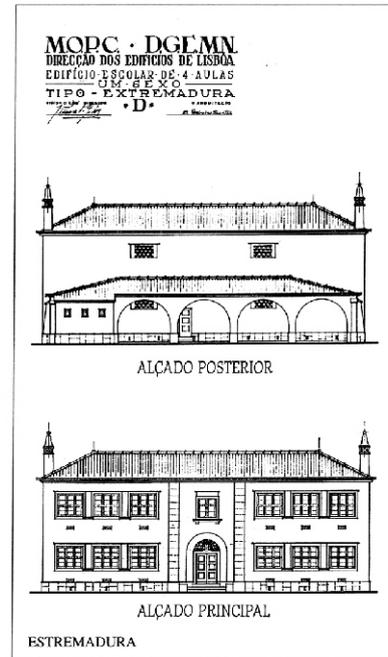


ESTREMADURA



RIBATEJO

EDIFÍCIOS DE 4 SALAS, 1 SEXO



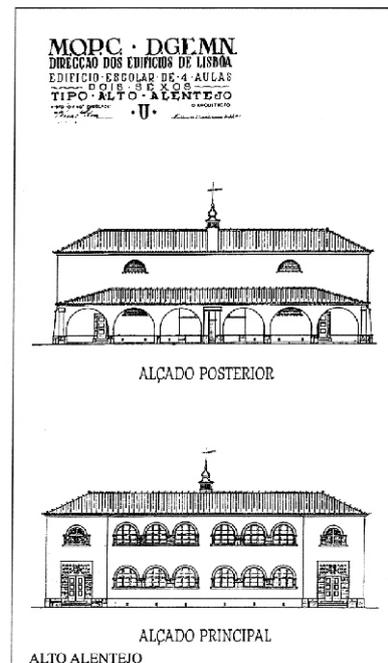
ALÇADO POSTERIOR



ALÇADO PRINCIPAL

ESTREMADURA

EDIFÍCIOS DE 4 SALAS, 2 SEXOS



ALÇADO POSTERIOR

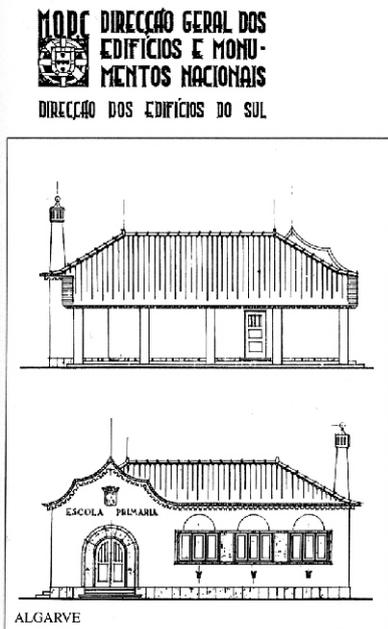


ALÇADO PRINCIPAL

ALTO ALENTEJO

Fig. 208 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Eduardo Moreira dos Santos, Direcção dos Edifícios de Lisboa. Edifícios de 4 salas, 2 sexos. Alçados Tipos Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 85.

Fig. 209 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Alberto Braga de Sousa, Direcção dos Edifícios do Sul. Edifícios de 1 sala. Alçados Tipos Algarve, Alentejo. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 88.



EDIFÍCIOS DE 1 SALA

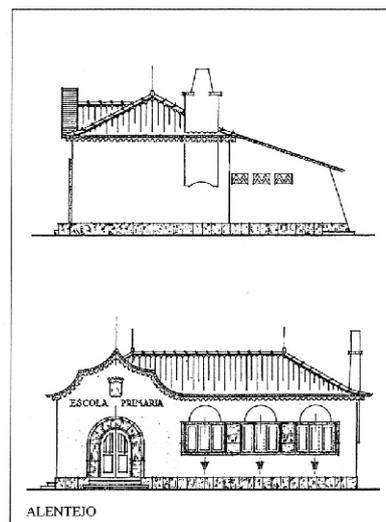
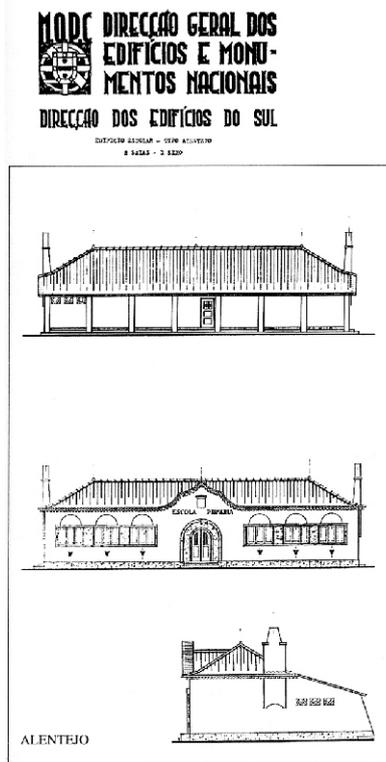
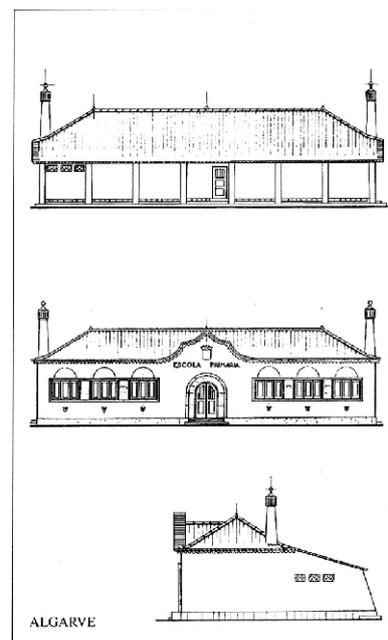


Fig. 210 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Alberto Braga de Sousa, Direcção dos Edifícios do Sul. Edifícios de 2 salas, 1 sexo. Alçados Tipos Alentejo, Algarve. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 91.



EDIFÍCIOS DE 2 SALAS, 1 SEXO



MOC DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS EDIFÍCIOS DO SUL

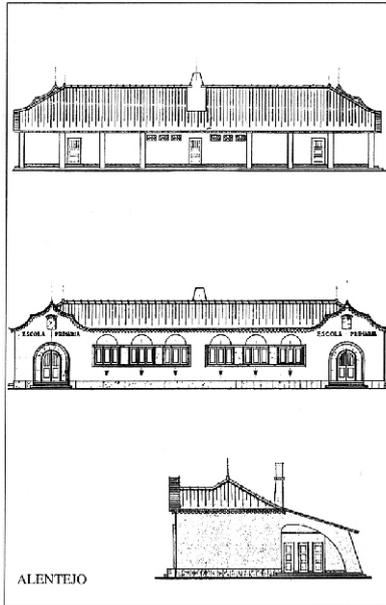
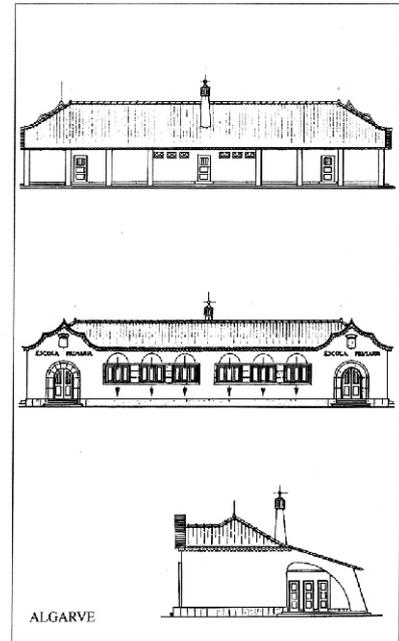


Fig. 211 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Alberto Braga de Sousa, Direcção dos Edifícios do Sul. Edifícios de 2 salas, 2 sexos. Alçados Tipos Alentejo, Algarve. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 92.

EDIFÍCIOS DE 2 SALAS, 2 SEXOS



MOC DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS EDIFÍCIOS DO SUL
Associação Brasileira - Nova e Lusa
 2. Edição - 3.ª Versão

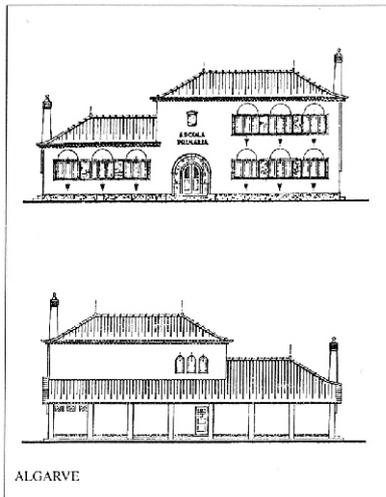
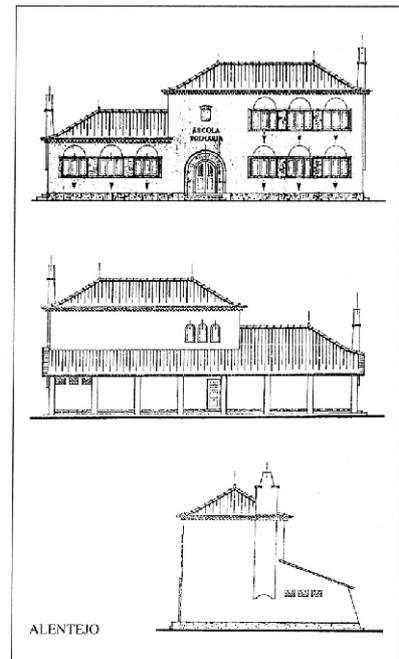
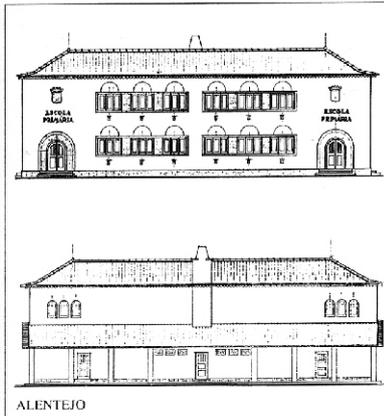


Fig. 212 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Alberto Braga de Sousa, Direcção dos Edifícios do Sul. Edifícios de 3 salas. Alçados Tipos Algarve, Alentejo. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70.* Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 95.

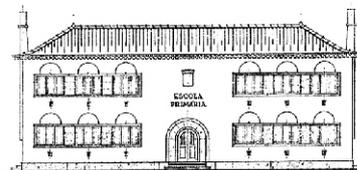
EDIFÍCIOS DE 3 SALAS



EDIFÍCIOS DE 4 SALAS, 2 SEXOS



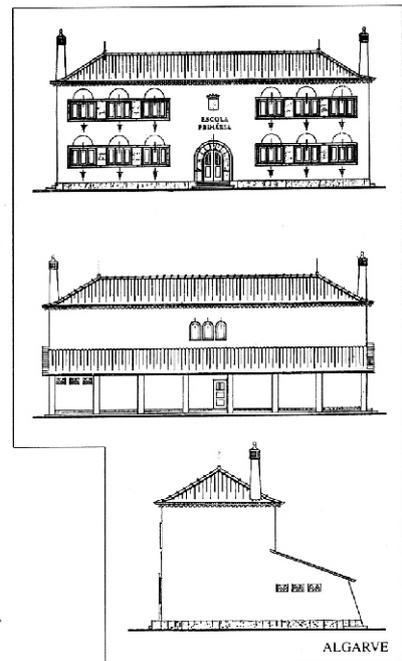
ALENTEJO



4 SALAS, 1 SEXO

ALENTEJO

EDIFÍCIOS DE 4 SALAS, 1 SEXO



ALGARVE

Fig. 213 – PROJECTOS-TIPO DAS ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Alberto Braga de Sousa, Direcção dos Edifícios do Sul. Edifícios de 4 salas, 1 e 2 sexos. Alçados Tipos Alentejo. Edifícios de 4 salas, 1 sexo. Alçados Tipos Algarve. Desenhos publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 97.



Fig. 214 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Primária e Cantina Escolar de Águas Frias, Vila Real, Chaves, Águas Frias. Escola Tipo Minho - granito de 1 sala. Foto actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011703010150, Foto.00715040.



Fig. 215 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Primária de Carrazeda de Ansiães, Bragança, Carrazeda de Ansiães. Escola Tipo Douro - granito de 4 salas, 2 sexos. Foto actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT010403040076, Foto.00837822.



Fig. 216 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Primária de Lamas de Orelhão, Bragança, Mirandela, Lamas de Orelhão. Escola Tipo Douro - granito, 2 salas, 2 sexos. Foto actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT010407180186, Foto.00836239.

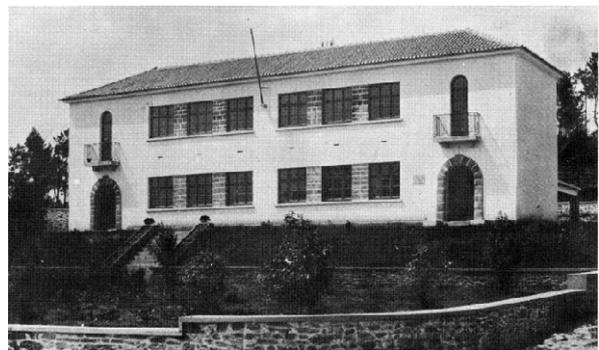


Fig. 217 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Primária de Crestins, Porto. Escola Tipo Douro - xisto, 4 salas, 2 sexos. Fotografia publ. in *Os Anos 40 na Arte Portuguesa*, vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 151.



Fig. 218 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Primária, Maia, Porto. Escola Tipo Douro - granito, 1 sala. Fotografia publ. in *Os Anos 40 na Arte Portuguesa*, vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 151.



Fig. 219 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Primária de Enxames, Castelo Branco, Fundão, Enxames. Escola Tipo Beira Litoral - cantaria, 4 salas, 2 sexos. Foto actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020504310278, Foto.00799308.



Fig. 220 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola do Ensino Básico de Meimão, Castelo Branco, Penamacor, Meimão. Escola Tipo Beira Alta - granito de 2s alas, 2 sexos. Foto actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020507070088, Foto.00566043.



Fig. 221 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola de Santa Catarina, Aveiro, Vagos. Edifício Tipo Beira Litoral - tijolo, 2 salas, 2 sexos, com modificação do telhado. Foto de época. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 65.



Fig. 222 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Feminina de Vila Meda, Guarda. Edifício Tipo Beira Alta - granito, 3 salas. Foto de 1970. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 67.

Fig. 223 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola de Pinheiro, Veiros, Aveiro, Estarreja. Edifício Tipo Beira Litoral - tijolo, 4 salas, 2 sexos. Foto de 1970. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 70.





Fig. 224 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola em Arruda dos Vinhos, Lisboa. Edifício Tipo Estremadura, 1 sala. Foto de 1949. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 75.



Fig. 225 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola de Moita Redonda, Santarém, Vila Nova de Ourém, Fátima. Edifício Tipo Ribatejo, 1 sala. Foto de 1971. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 75.



Fig. 226 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola de Velada S. Matias, Portalegre, Nisa. Edifício Tipo Alto Alentejo, 1 sala. Foto de 1971. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 76.



Fig. 227 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola de Ordem, Marinha Grande. Edifício Tipo Estremadura, 2 salas, 2 sexos. Foto de 1969. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 80.

Fig. 228 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola de Monforte, Portalegre. Edifício Tipo Alto Alentejo, 2 salas, 1 sexo. Foto de 1950. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 81.





Fig. 229 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Primária de Courela da Boa Vista, Setúbal, Grândola, Azinheira Barros e São Mamede S. Escola Tipo Alentejo, 1 sala. Foto actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT041505010017, FOTO.00719761.



Fig. 230 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. ESCOLA Primária de São Teotónio, Odemira. Escola Tipo Algarve, 2 salas, 2 sexos. Foto actual. Fotografia publ. in José Manuel FERNANDES - *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003, p. 85.



Fig. 231 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola Primária de Tavira, Faro, Tavira, Santiago. Escola Tipo Algarve, 4 salas, 1 sexo. Foto actual. IHRU: SIPA. IPA n.º PT050814060097, FOTO.00716950.

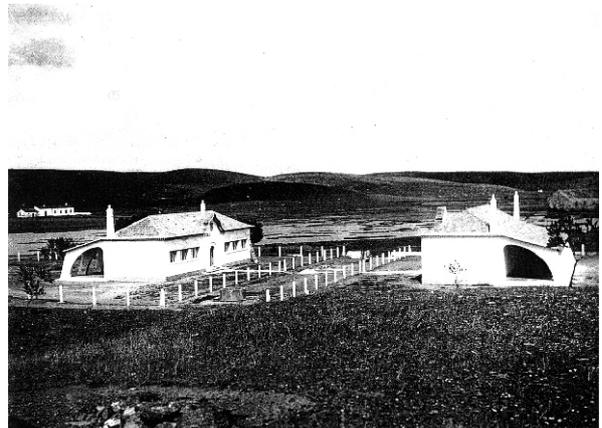


Fig. 232 – ESCOLAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS. Escola de Castro Marim. Edifícios Tipo Algarve, 2 salas, 1 sexo. Foto de época. Fotografia publ. in Maria Filomena BEJA - *Muitos Anos de Escolas: Vol. 2 - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos, 1996, p. 94.



Fig. 233 – EXPOSIÇÃO ITINERANTE DO "HOTEL MODELO". Desenho publ. in Paulo PINA - *Portugal, o Turismo no Século XX*. Lisboa: Lucidus Publicações, 1988, p. 62.

Minho, Manuel Marques



Douro, Adelino Nunes



Trás-os-Montes, Raul Tojal



Beira Alta, Luís Benavente



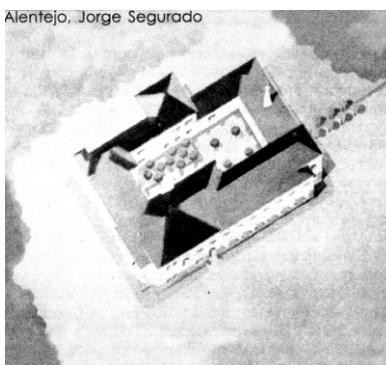
Beira Baixa, António Lino



Estremadura, Ernesto Korrodi (Filho)



Alentejo, Jorge Segurado



Algarve, Faria da Costa



Fig. 234 – EXPOSIÇÃO ITINERANTE DO "HOTEL MODELO". Projectos: Minho / Manuel Marques, Douro / Adelino Nunes, Trás-os-Montes / Raul Tojal, Beira-Alta / Luís Benavente, Beira-Baixa / António Lino, Estremadura / Ernesto Korrodi (Filho), Alentejo / Jorge Segurado, Algarve / Faria da Costa. Desenhos publ. in Susana LOBO - *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arqitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 23.

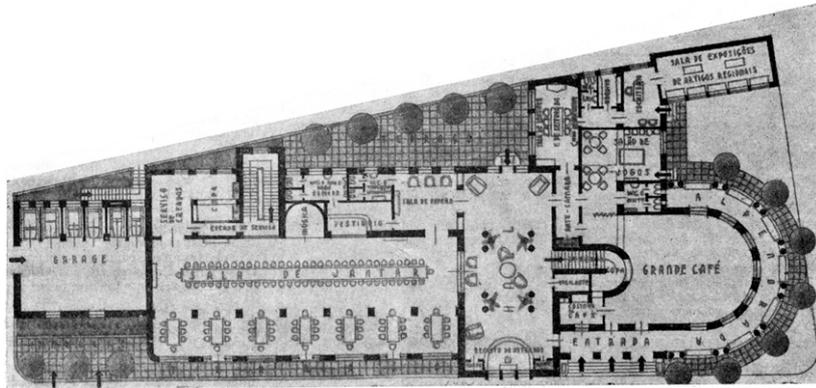
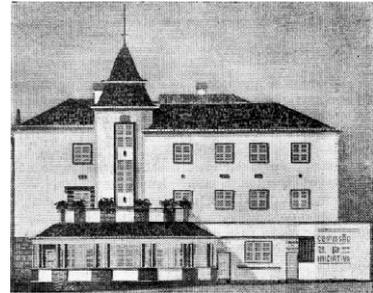
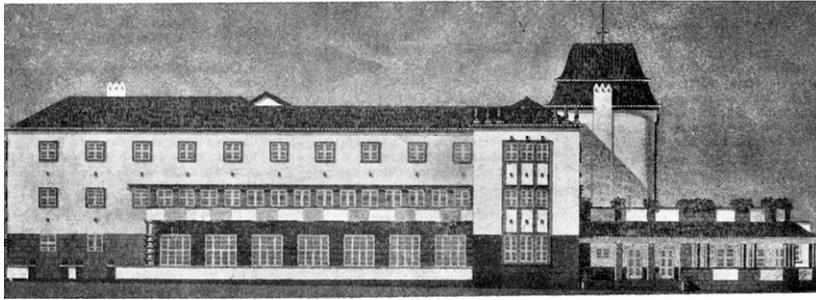


Fig. 235 – HOTEL TURISMO, CASTELO BRANCO. Veloso Reis Camelo. Alçados lateral e principal e planta do r/chão. Desenhos publ. in *Cerâmica e Edificação*, 1º ano, n.º2, Fevereiro de 1933, pp. 42-43.

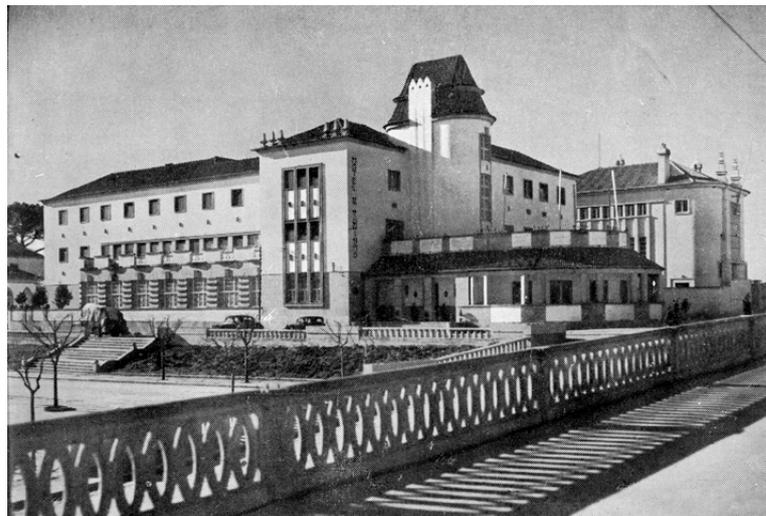


Fig. 236 – HOTEL TURISMO, CASTELO BRANCO. Fotografia publ. in António FERRO - *Turismo, fonte de riqueza e de poesia*. Lisboa: Edições do SNI, 1949, encarte na pág. 89.

Fig. 237 – HOTEL TURISMO, GUARDA. Bilhete postal, edição Adox, s/local, s/dat.. Fotografia publ. in http://www.postaisportugal.canalblog.com/albums/region_guarda/photos/2953310-feb12_62.html , 27 de Agosto de 2008, 16h57.

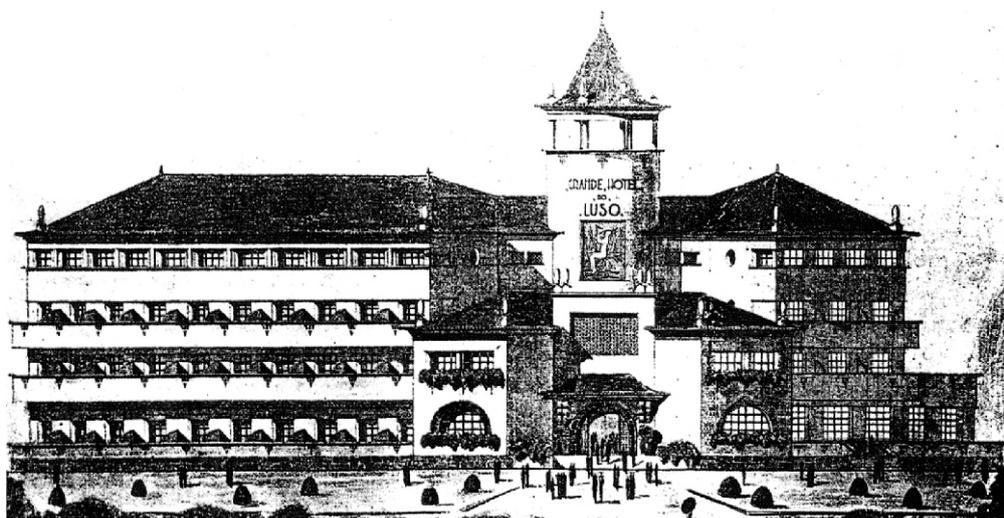


Fig. 238 – HOTEL DO LUSO. Cassiano Branco. Desenho do alçado, 1938. Desenho publ. in Paulo Tormenta PINTO - Cassiano Branco, 1897-1970 - *arquitectura e artificio*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, p. 94.

Fig. 239 – HOTEL DO LUSO, Luso. Bilhete postal, edição de Adelino de Carvalho - Luso/Foto Beleza, Porto. Fotografia publ. in José Manuel FERNANDES - *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003, p. 74.



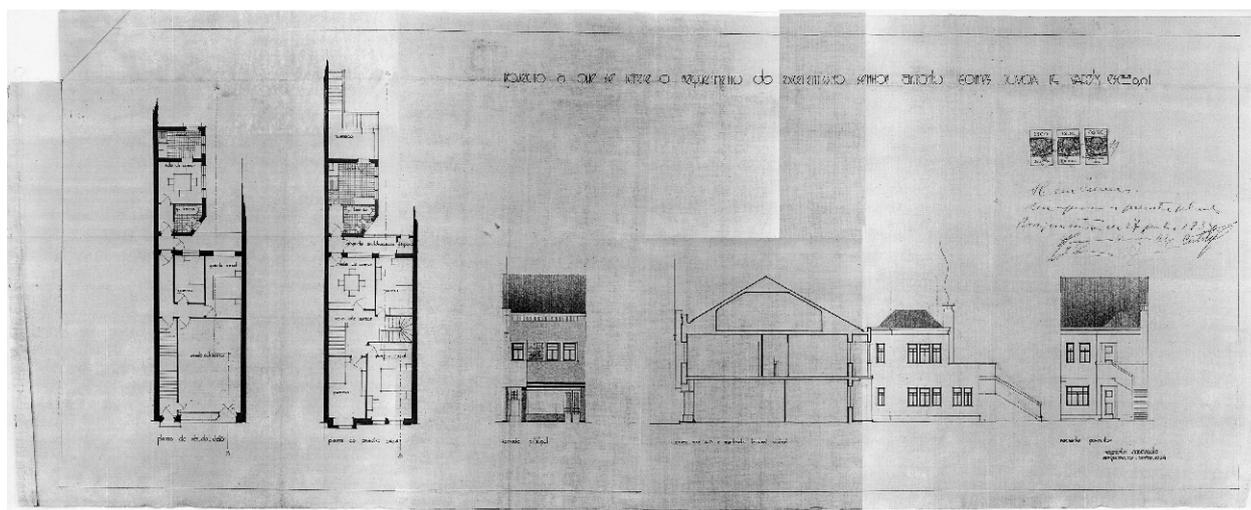


Fig. 240 – CASA DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO NA RUA 5 DE OUTUBRO (actual rua da Junqueira), Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Projecto, 1934. Ass. e dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto, Porto, 1934. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, POP/72 (150). Inédito.

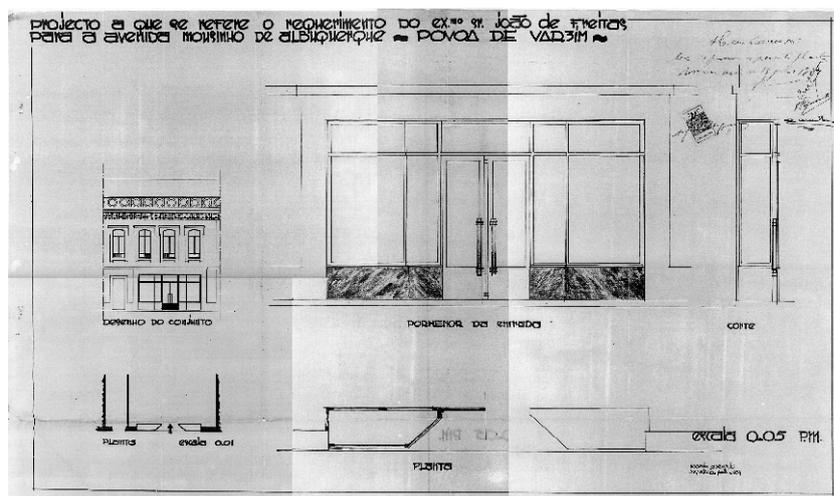


Fig. 241 – LOJA EM PRÉDIO DE HABITAÇÃO NA AV. MOUZINHO DE ALBUQUERQUE n.º 7, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Projecto, 1934. Ass. e dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto, Porto, 1934. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, POP/74 (21). Inédito.

Fig. 242 – PALÁCIO HOTEL, Póvoa de Varzim. Vista a seguir à sua inauguração, [1939?]. Fotografia publ. in <http://media.photobucket.com/image/povoa%20hotel%20old020/banithor/Portugal/Povoa%20de%20Varzim/Hotel%20Palacio/PovoaHotelOld020.jpg>. 28/9/2009, 15h30.



Fig. 243 – PALÁCIO HOTEL, Póvoa de Varzim. Fachada principal. Postal ilustrado, [1939?]. Fotografia publ. in http://www.aphort.com/nm_quemsomos.php?id=111&m_flash=1, 23/9/2009, 19h00.



Fig. 244 – PALÁCIO HOTEL e Casino, Póvoa de Varzim. Vistos a partir do porto de abrigo. Fotografia de época posterior à reforma do Hotel em 1949. Fotografia publ. in *Única/Expresso* n.º 1599, 21 Julho 2003, p. 82.



Fig. 245 – PALÁCIO HOTEL, Póvoa de Varzim. Alfredo A. de Magalhães. Projecto de reforma de 1949, desenhado a partir do traçado original de Rogério de Azevedo [de 1932?]. Alçado poente. Ass., n/dat.. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.



Fig. 246 – PALÁCIO HOTEL, Póvoa de Varzim. Alfredo A. de Magalhães. Projecto de reforma de 1949, desenhado a partir do traçado original de Rogério de Azevedo [de 1932?]. Alçado norte. Ass., n/dat.. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

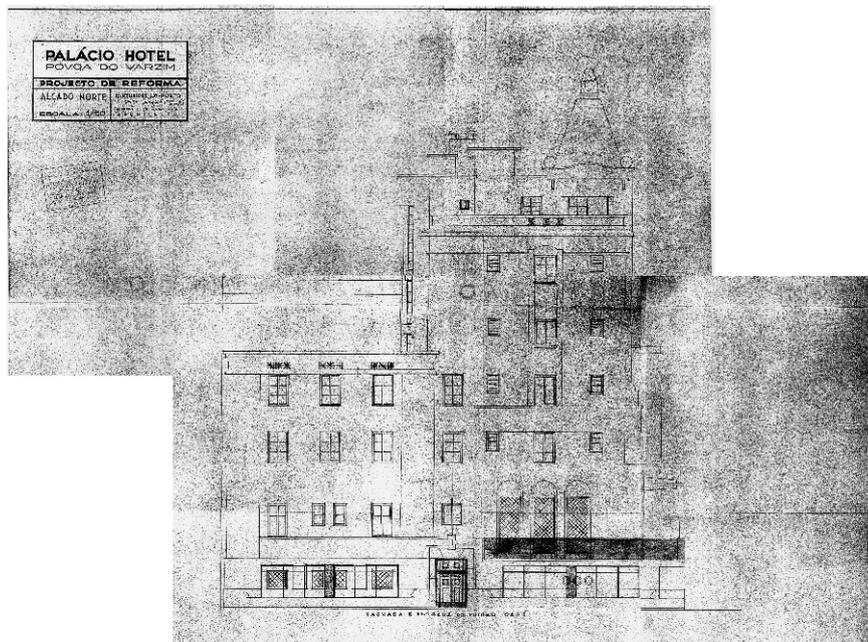


Fig. 247 – PALÁCIO HOTEL, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Planta do 1º andar. Desenho publ. in *Arquitetura Portuguesa e Cerâmica e Edificação*, N.º 54, 1939, p. 11.

Fig. 248 – PALÁCIO HOTEL, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Planta dos outros andares. Desenho publ. in *Arquitetura Portuguesa e Cerâmica e Edificação*, N.º 54, 1939, p. 12.

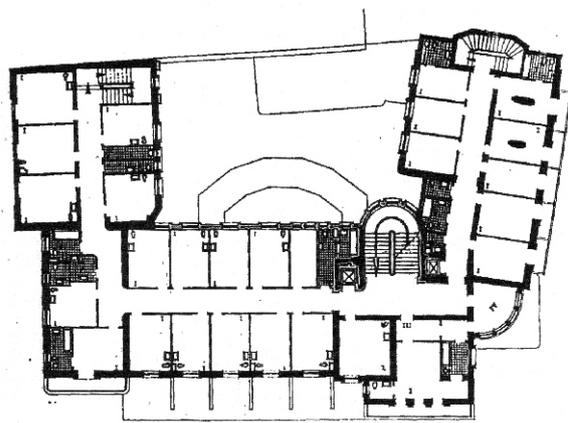
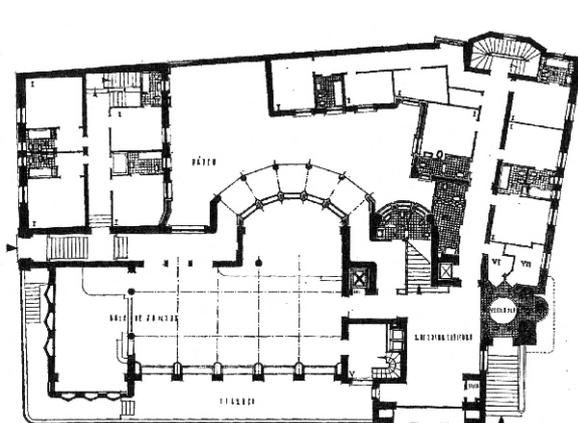




Fig. 249 – CINE-TEATRO GARRETT, Póvoa de Varzim. Foto de época. Fotografia publ. in <http://anossapovoa.blogspot.pt/2010/07/teatro-garrett-segundo-balcao-o-piolho.html>. 10/05/2013, 18h00.

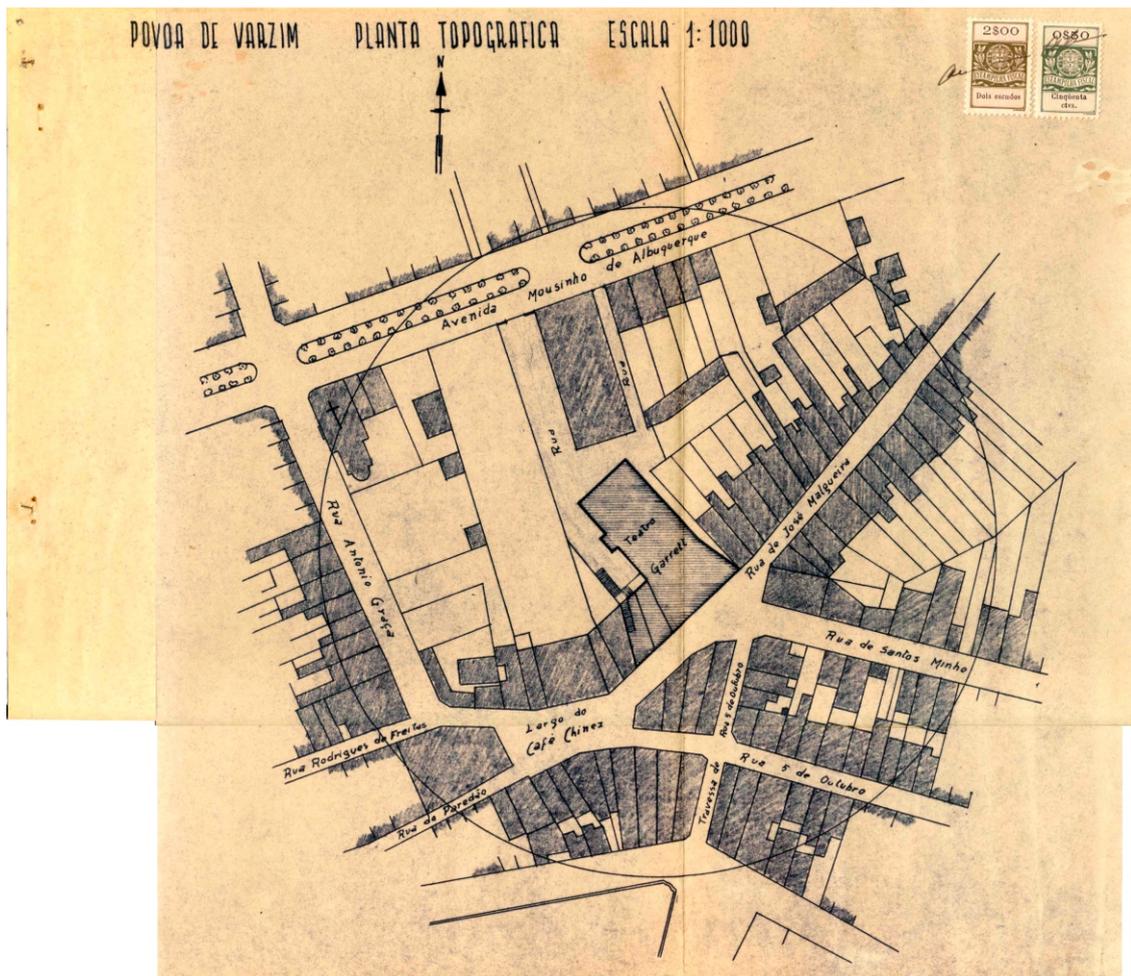


Fig. 250 – CINE-TEATRO GARRETT, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Planta topográfica, 1938. S/ass., s/dat. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

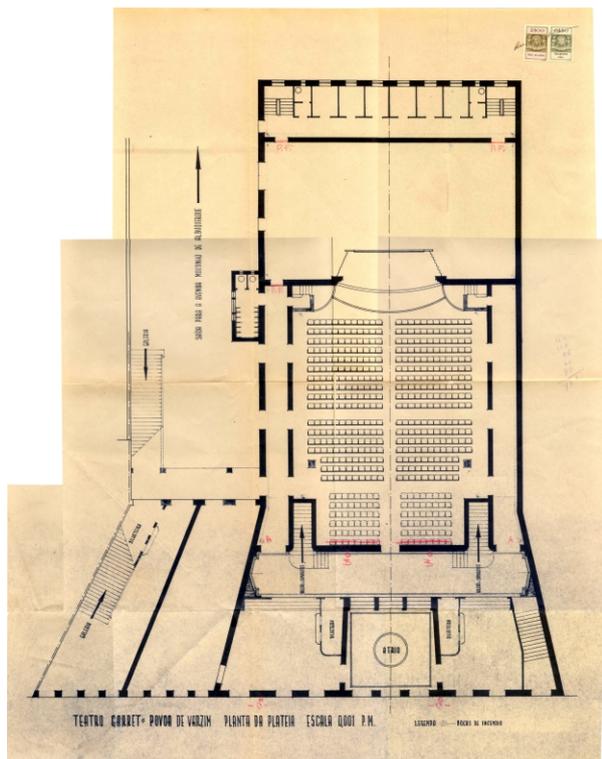


Fig. 251 – CINE-TEATRO GARRETT, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Planta da Plateia, 1938. S/ass., s/dat. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

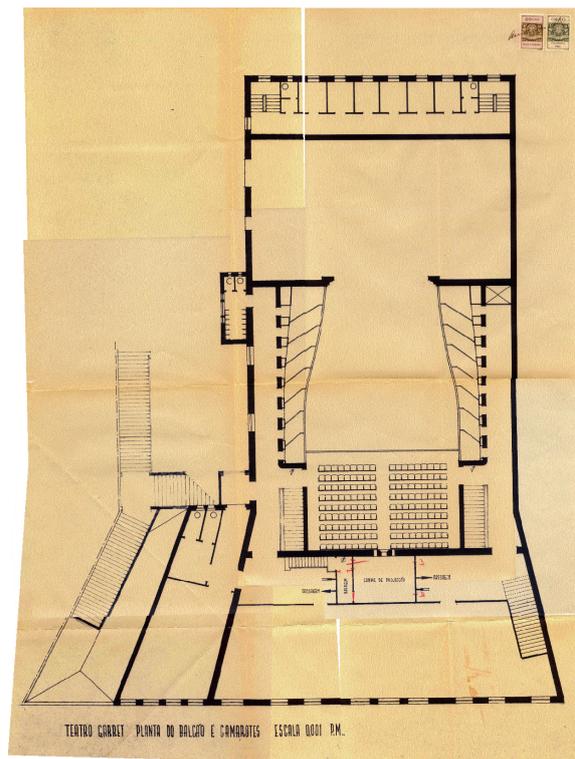


Fig. 252 – CINE-TEATRO GARRETT, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Planta do 1º Balcão e camarotes, 1938. S/ass., s/dat. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

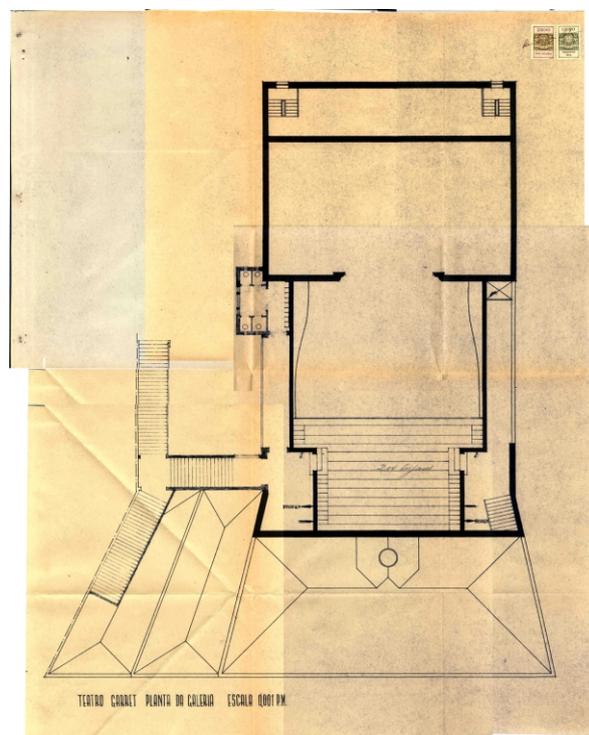


Fig. 253 – CINE-TEATRO GARRETT, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Planta da galeria, 1938. S/ass., s/dat. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

Fig. 254 – CINE-TEATRO GARRETT, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Alçado lateral, 1938. S/ass., s/dat. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

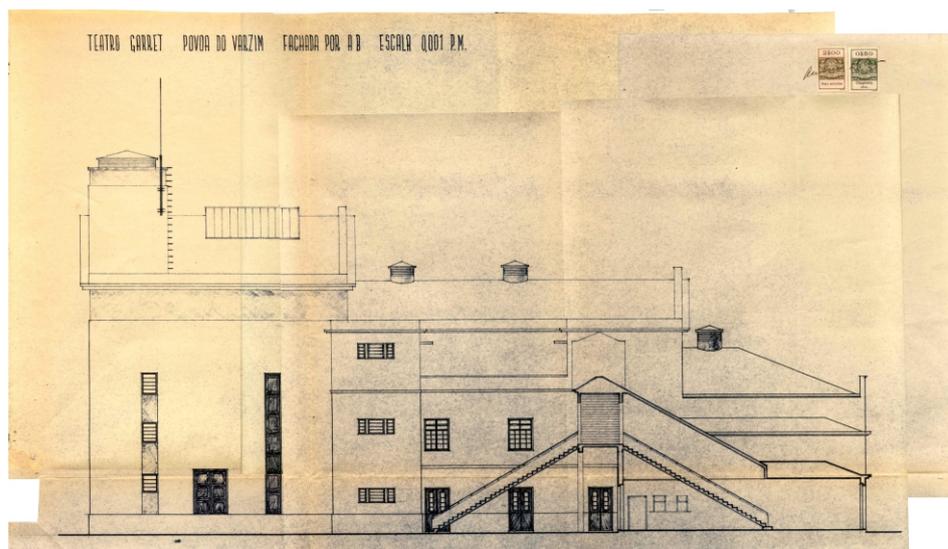


Fig. 255 – CINE-TEATRO GARRETT, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Corte longitudinal, 1938. S/ass., s/dat. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

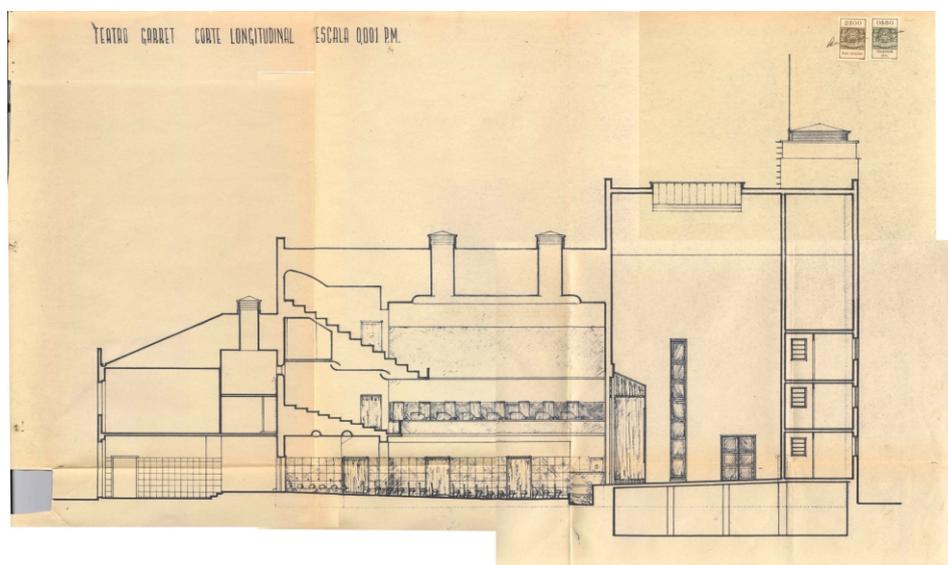


Fig. 256 – CINE-TEATRO GARRETT, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Corte transversal, 1938. S/ass., s/dat. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Inédito.

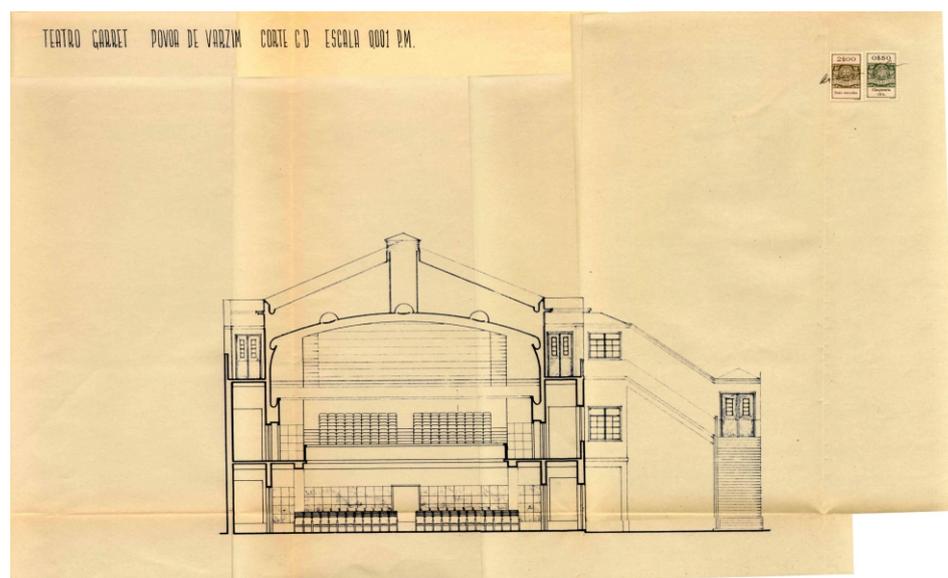
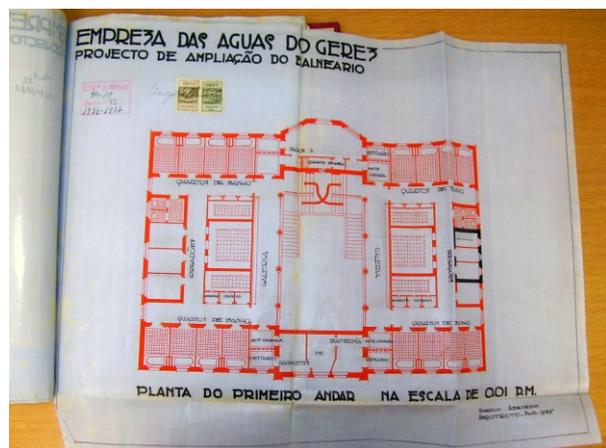
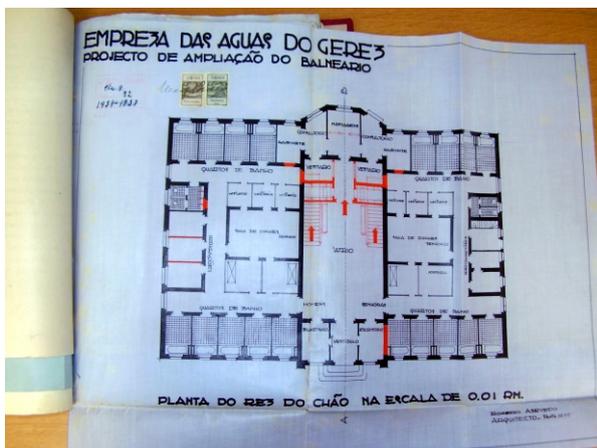


Fig. 257 – BALNEÁRIO DE 1ª CLASSE DAS CALDAS DO GERÊS. Postal ilustrado. Foto de época. Fotografia publ. in http://www.aphort.com/nm_quemsomos.php?id=111&m_flash=1,23/9/2009,19h00.



Fig. 258 – BALNEÁRIO DE 1ª CLASSE DAS CALDAS DO GERÊS. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, alçados principal, lateral direito, posterior e lateral esquerdo; plantas do rés-do-chão e do primeiro andar, 1935. Ass., dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto, Porto, 1935. Pasta XIX do Processo HM-31/Caldas do Gerês, Arquivo do Ministério da Economia, Direcção Geral da Geologia e Energia. Processo nº 82 CSMinas Fls 2 (1934-1937). Fotos de Isabel Matias. Inédito.



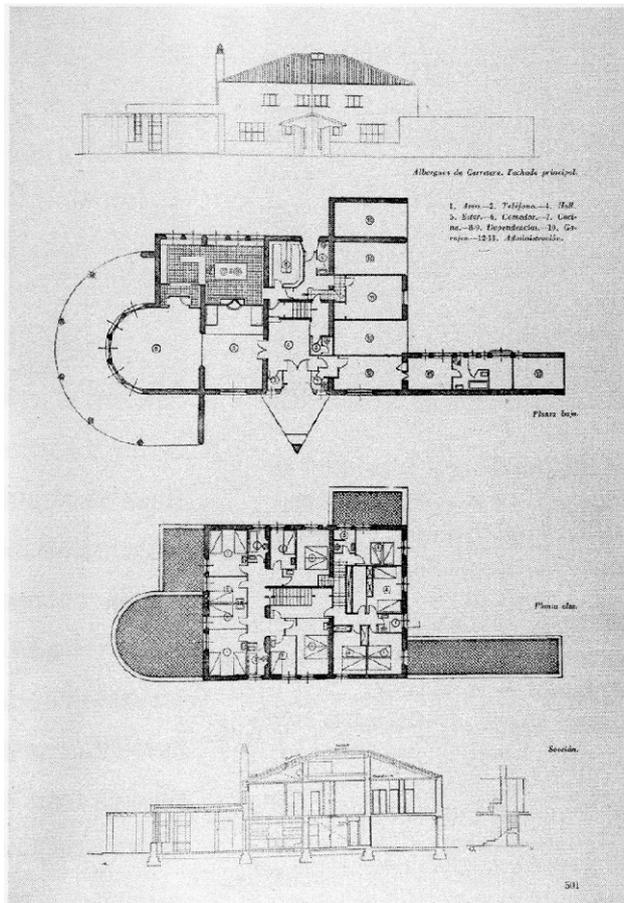


Fig. 259 – ALBERGUE DE CARRETERA. Carlos Arniches e Martín Domínguez. Ante-proyecto, 1928. Desenho publ. in Víctor Pérez ESCOLANO - "En los orígenes del turismo moderno. Arquitectura para el ocio en el tránsito a la sociedad de masas", in *Arquitectura Moderna e Turismo: 1925-1965. Actas, IV Congreso Fundación DOCOMOMO Ibérico*, València, 6/7/8 de Novembro 2003, p. 22.

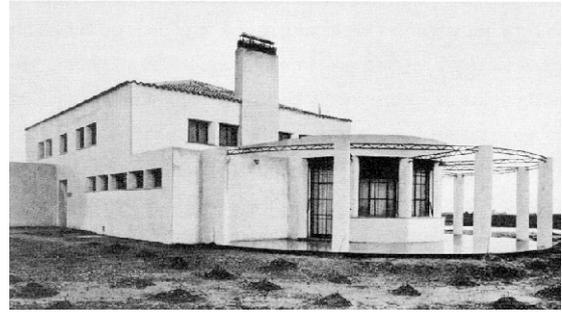


Fig. 260 – ALBERGUE DE CARRETERA, Manzanares. Fotografia publ. in Víctor Pérez ESCOLANO - "En los orígenes del turismo moderno. Arquitectura para el ocio en el tránsito a la sociedad de masas", in *Arquitectura Moderna e Turismo: 1925-1965. Actas, IV Congreso Fundación DOCOMOMO Ibérico*, València, 6/7/8 de Novembro 2003, p. 22.

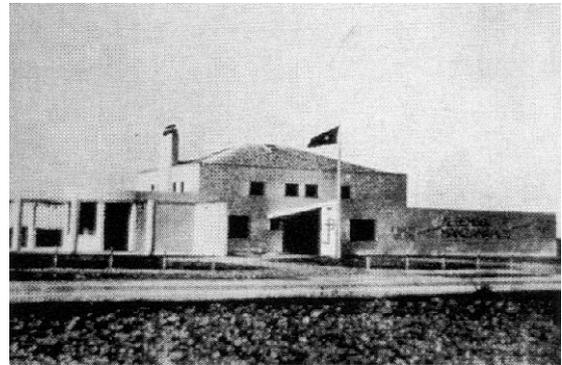


Fig. 261 – ALBERGUE DE CARRETERA, Manzanares. Fotografia publ. in Salvador Guerrero LÓPEZ - "Carreteras, turismo y arquitectura moderna: los albergues de automovilistas del Patronato Nacional de Turismo (1928-1946)", in *Arquitectura Moderna e Turismo: 1925-1965. Actas, IV Congreso Fundación DOCOMOMO Ibérico*, València, 6/7/8 de Novembro 2003, p. 73.

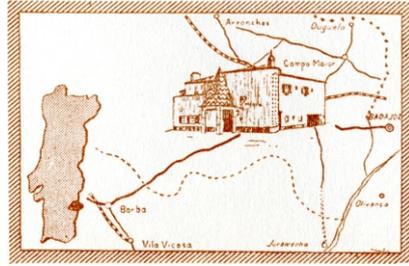


Fig. 262 – POUSADA DE SANTA LUZIA, Elvas. Fotografia e desenho publ. in *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: Edições SNI, 1948, p. s/n.

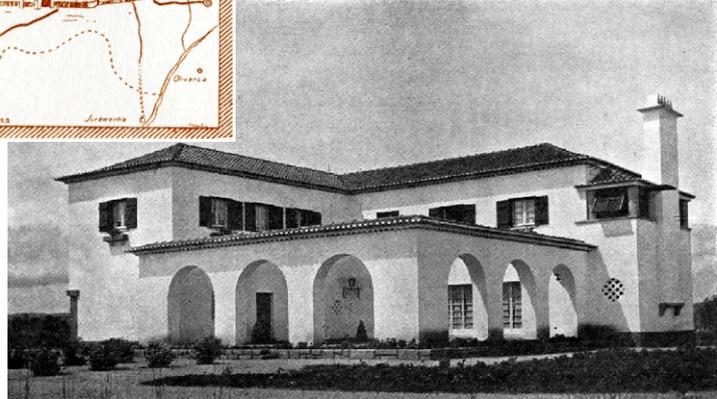
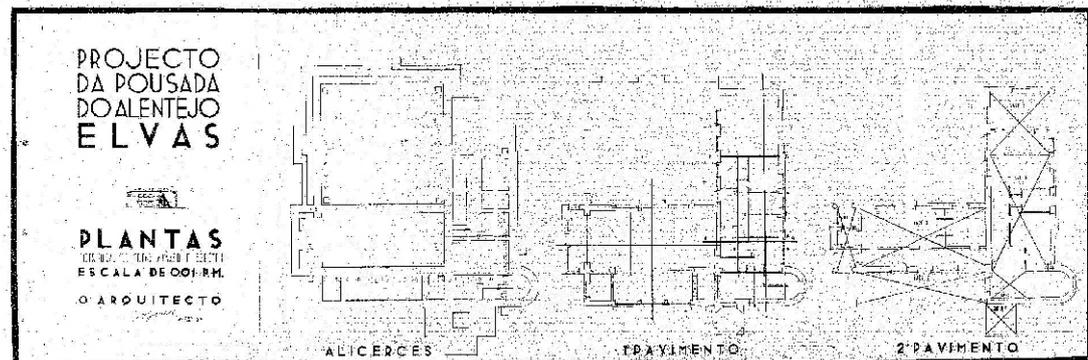
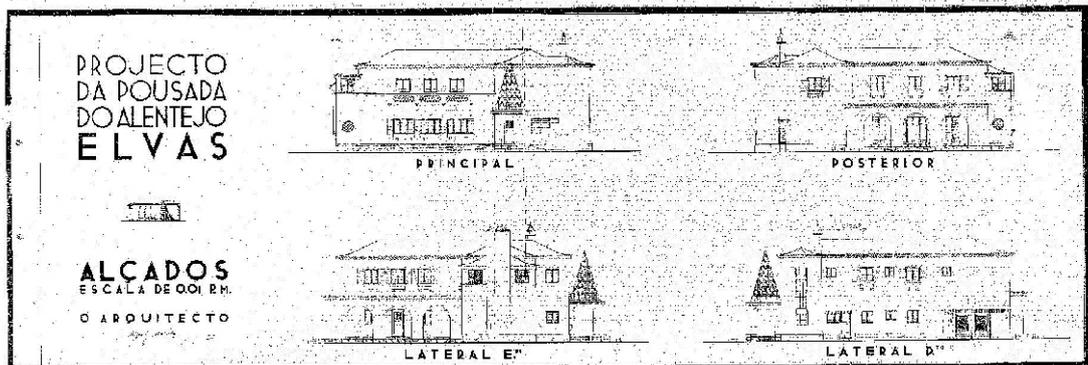


Fig. 263 – POUSADA DE SANTA LUZIA, Elvas. Imagem de arquivo. Fotografia publ. in Ana TOSTÕES (coord.) - *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa: IPPAR, 2004, p. 88.



Fig. 264 – POUSADA DE SANTA LUZIA, Elvas. Miguel Jacobetty. Alçados, 1939. Ass., dat.. IHRU, SIPA. IPA n.º PT041207030048. DES.8031063.

Fig. 265 – POUSADA DE SANTA LUZIA, Elvas. Miguel Jacobetty. Plantas. Distribuição do betão armado e esgotos, 1939. Ass., dat.. IHRU, SIPA. IPA n.º PT041207030048. DES.8031064.



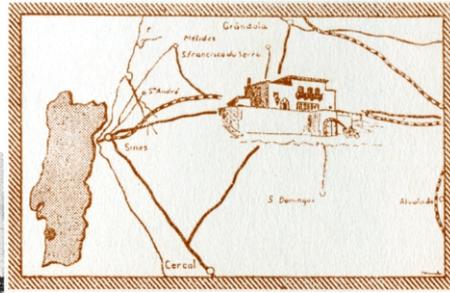
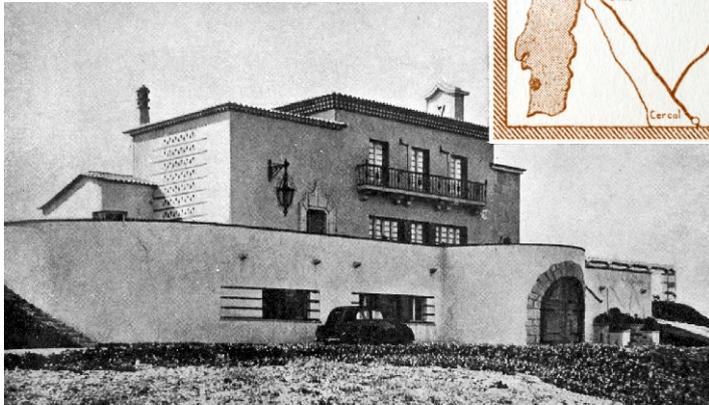


Fig. 266 – POUSADA DE SANTIAGO, Cacém. Fotografia e desenho publ. in *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: Edições SNI, 1948, p. s/n.

Fig. 267 – POUSADA DE SANTIAGO, Cacém. Miguel Jacobetty. Alçado principal, [1939?]. N/ass., n/dat.. IHRU, SIPA. IPA n.º PT041509060054. DES.8193198.

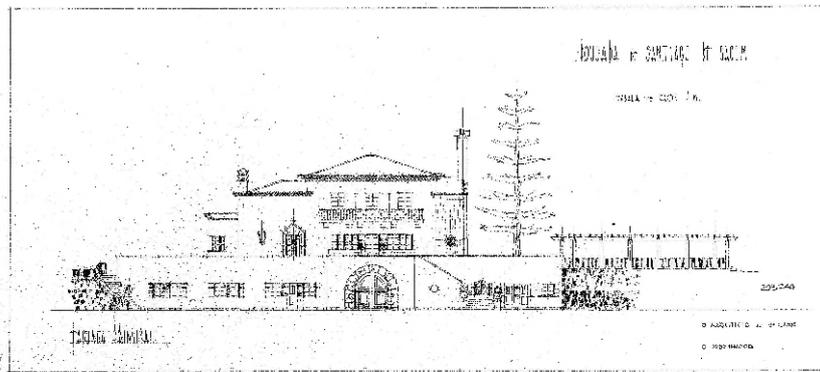
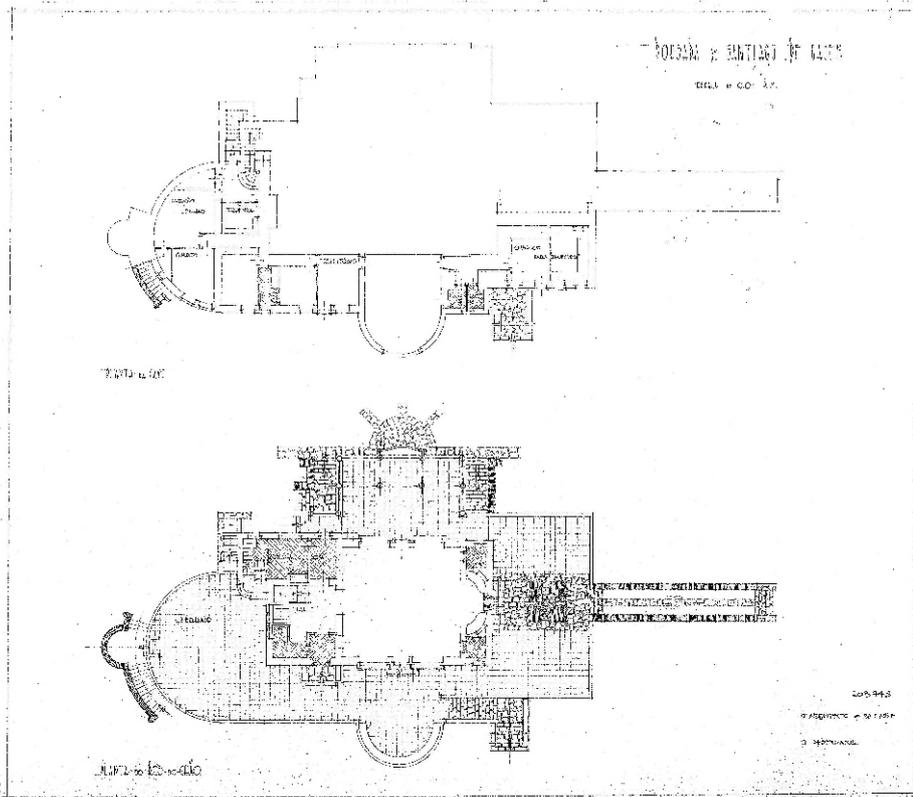


Fig. 268 – POUSADA DE SANTIAGO, Cacém. Miguel Jacobetty. Plantas da cave e do rés-do-chão, [1939?]. N/ass., n/dat.. IHRU, SIPA. IPA n.º PT041509060054. DES.8193199.



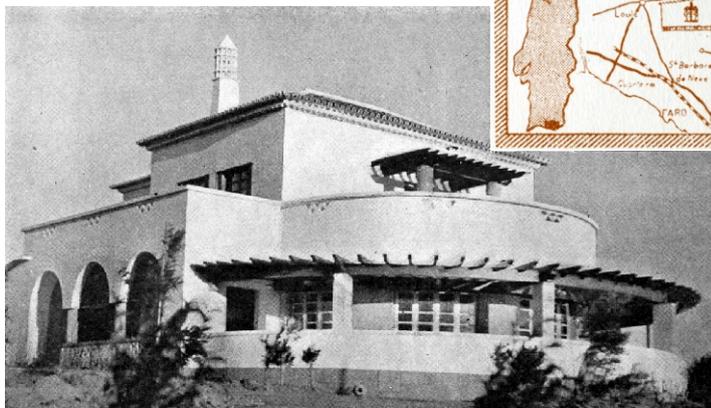
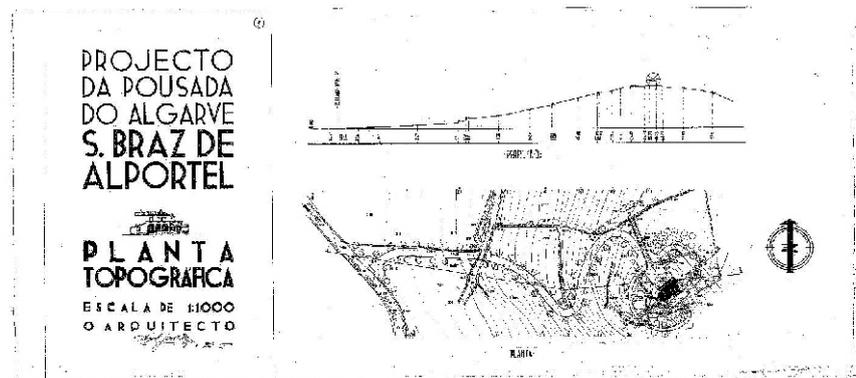


Fig. 269 – POUSADA DE SÃO BRÁS, Alportel. Fotografia e desenho publ. in *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: Edições SNI, 1948, p. s/n.

Fig. 270 – POUSADA DE SÃO BRÁS, Alportel. Miguel Jacobetty. Planta topográfica, 1939. Ass., dat.. IHRU, SIPA. IPA nº PT050812010001. DES.8031101.



PROJECTO
DA POUSADA
DO ALGARVE
S. BRAZ DE
ALPORTEL

ALÇADOS
ESCALA DE 0,01 RM.
O ARQUITECTO

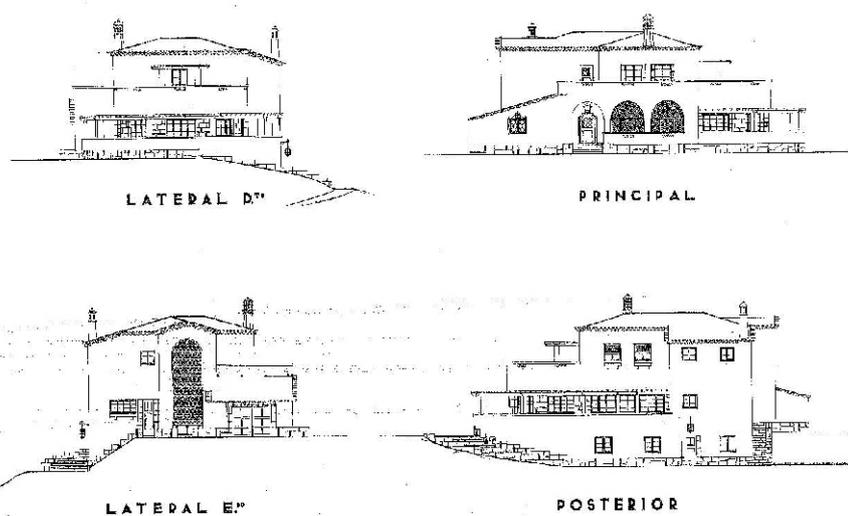


Fig. 271 – POUSADA DE SÃO BRÁS, Alportel. Miguel Jacobetty. Alçados, 1939. Ass., dat.. IHRU, SIPA. IPA nº PT050812010001. DES.8031105.

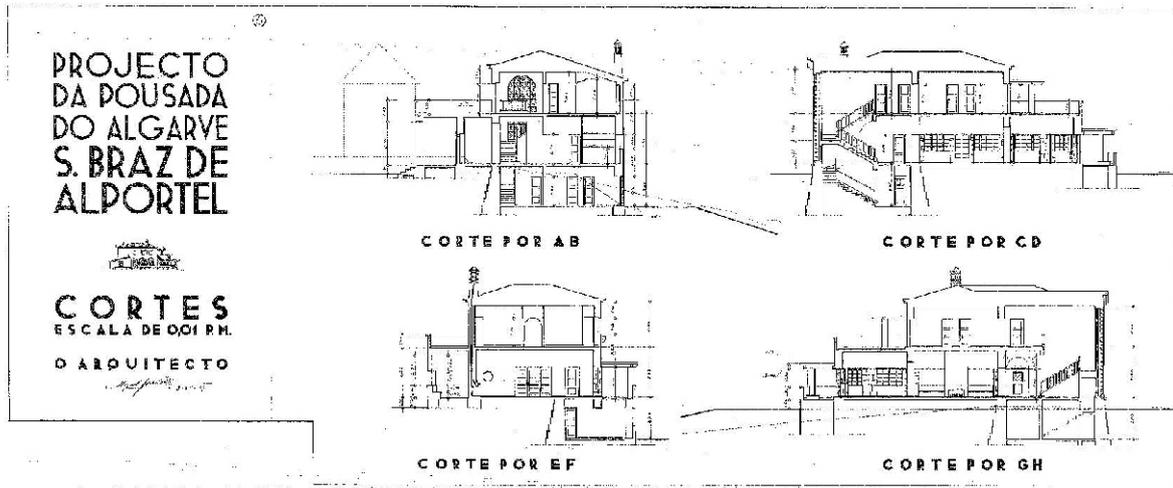


Fig. 272 – POUSADA DE SÃO BRÁS, Alportel. Miguel Jacobetty. Cortes, 1939. Ass., dat.. IHRU, SIPA. IPA nº PT050812010001. DES.8031106.

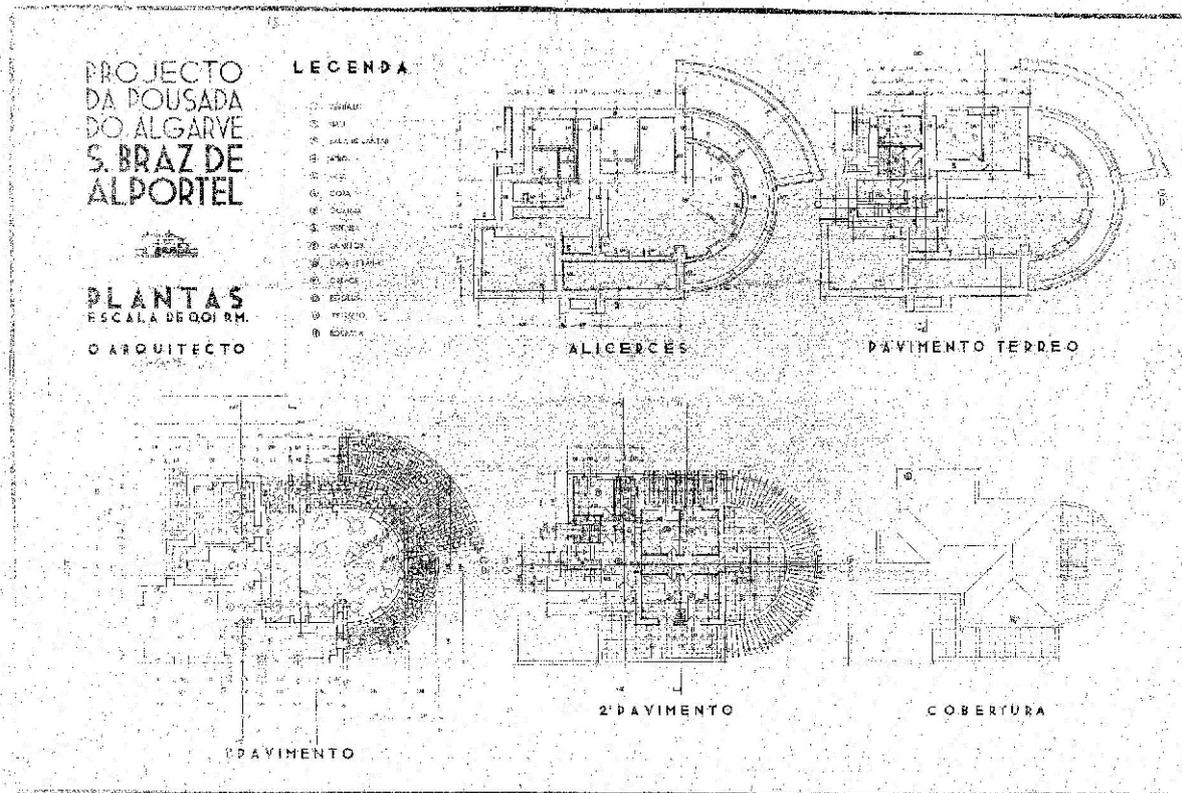


Fig. 273 – POUSADA DE SÃO BRÁS, Alportel. Miguel Jacobetty. Plantas, 1939. Ass., dat.. IHRU, SIPA. IPA nº PT050812010001. DES.8031098.

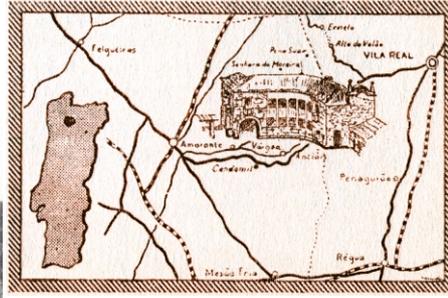
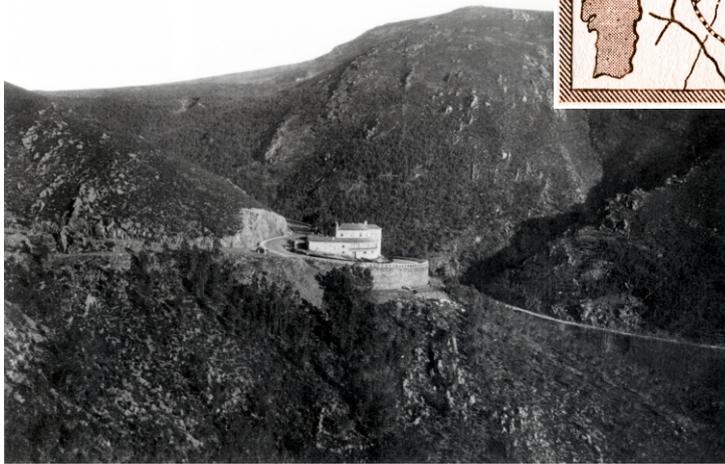


Fig. 274 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Fotografia publ. in Ana TOSTÕES (coord.) - *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa: IPPAR, 2004, p. 194. Desenho publ. in *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: Edições SNI, 1948, p. s/n.

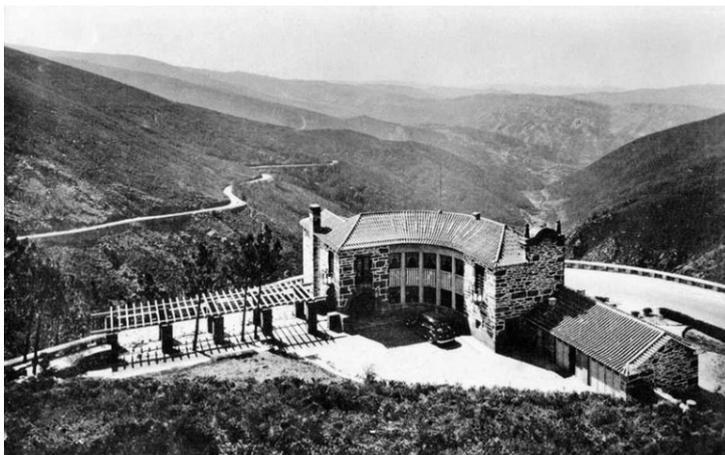


Fig. 275 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Imagem de arquivo. Fotografia publ. in <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/01/primeiras-pousadas-de-portugal.html> , 21 de Maio de 2012, 18h00.

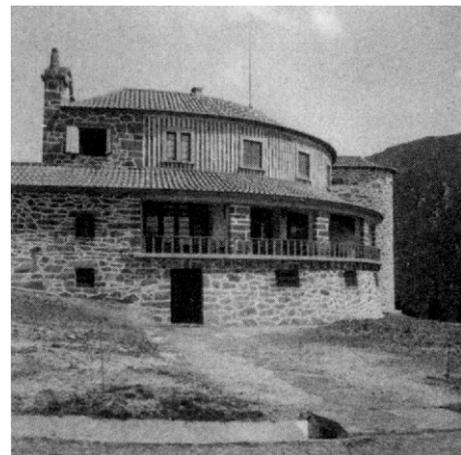


Fig. 276 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Imagem de arquivo. Fotografia publ. in Susana LOBO - *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 46.

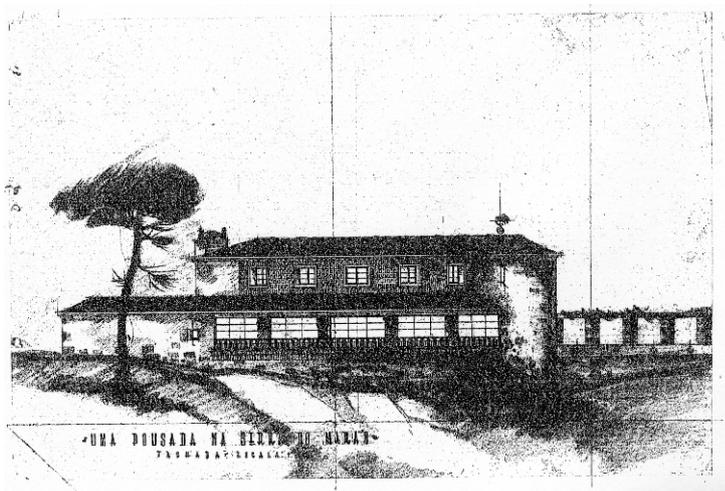


Fig. 277 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Alçado poente, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156. DES.181572.

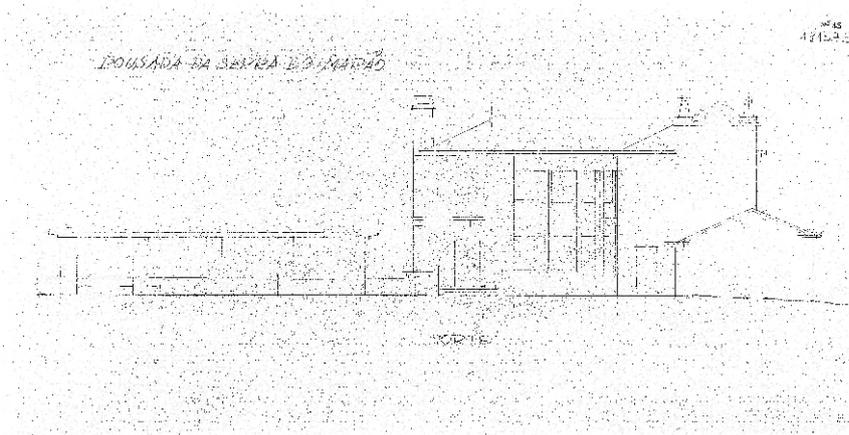


Fig. 278 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Projecto final, alçado Norte, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156. DES.181575.

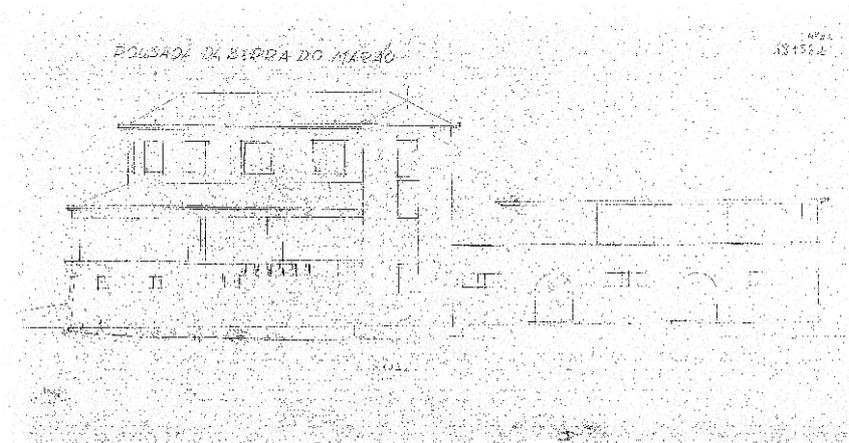


Fig. 279 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Projecto final, alçado sul, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156. DES.181582.

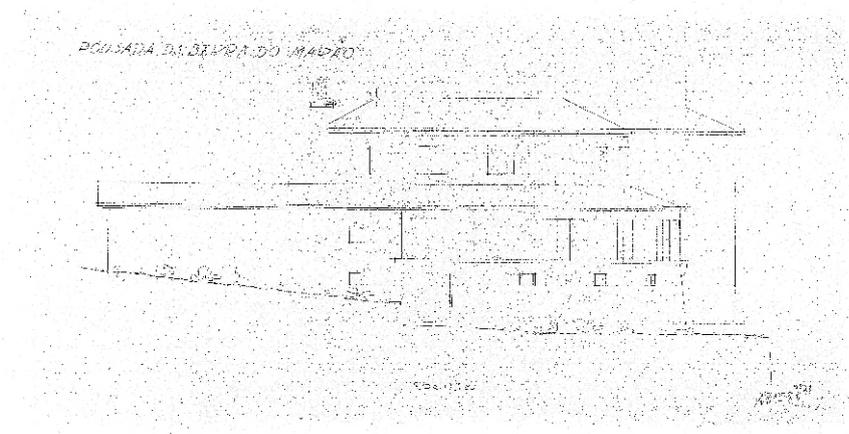


Fig. 280 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Projecto final, alçado poente, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156. DES.181588.

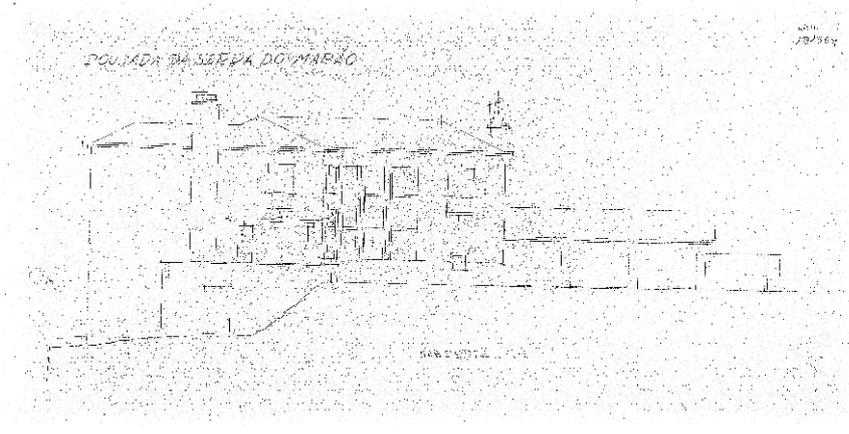


Fig. 281 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Projecto final, alçado nascente, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156. DES.181564.

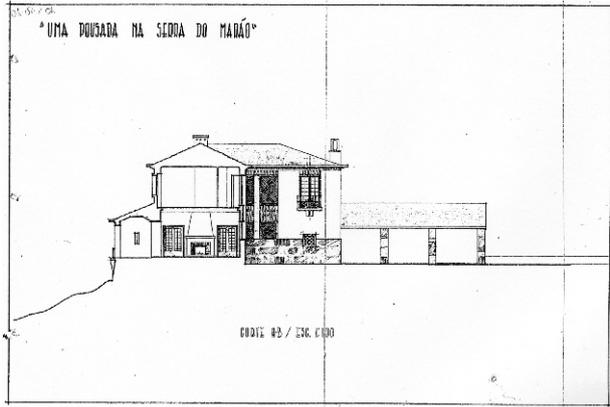


Fig. 282 – Pousada de São Gonçalo, Serra do Marão. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Projecto final, corte, 1940. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

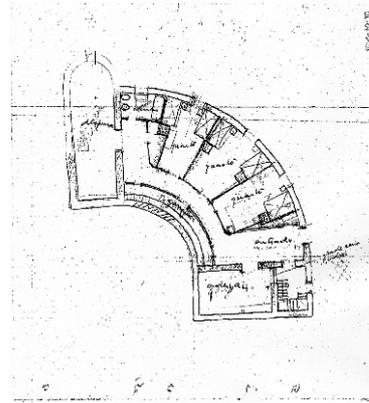
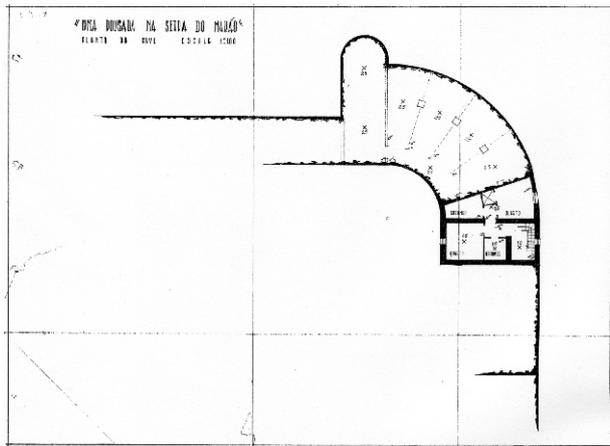


Fig. 283 – Pousada de São Gonçalo, Serra do Marão. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Projecto final, planta da cave, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

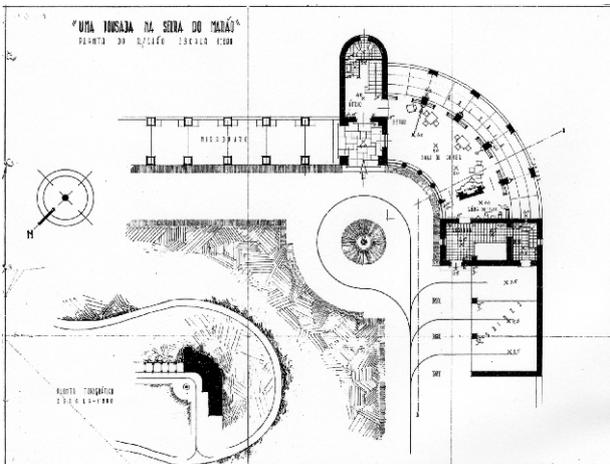


Fig. 284 – Pousada de São Gonçalo, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Estudo para reformulação da planta da cave, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

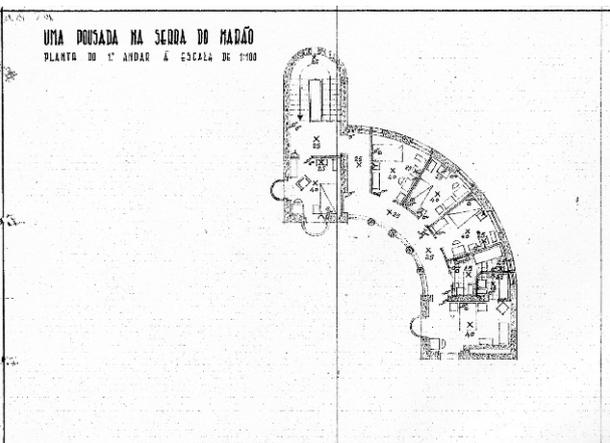


Fig. 285 – Pousada de São Gonçalo, Serra do Marão. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Projecto final, planta do r/chão, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

Fig. 286 – Pousada de São Gonçalo, Serra do Marão. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Projecto final, planta do 1º andar, 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

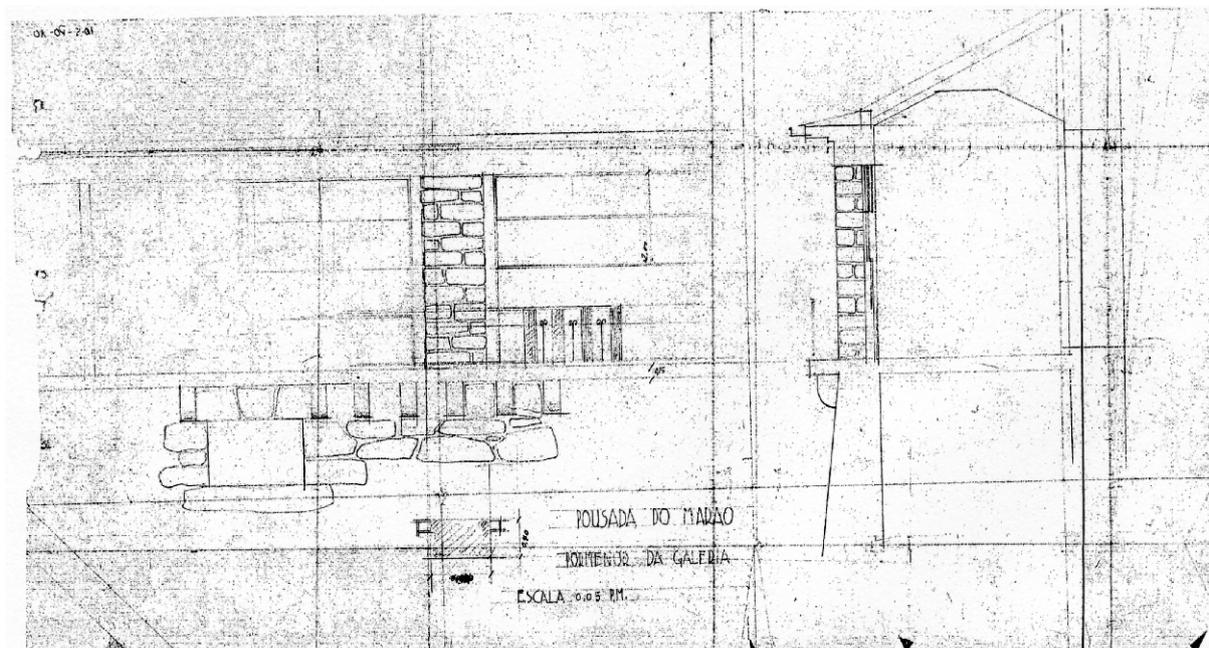


Fig. 287 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenor da Galeria, 1940. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

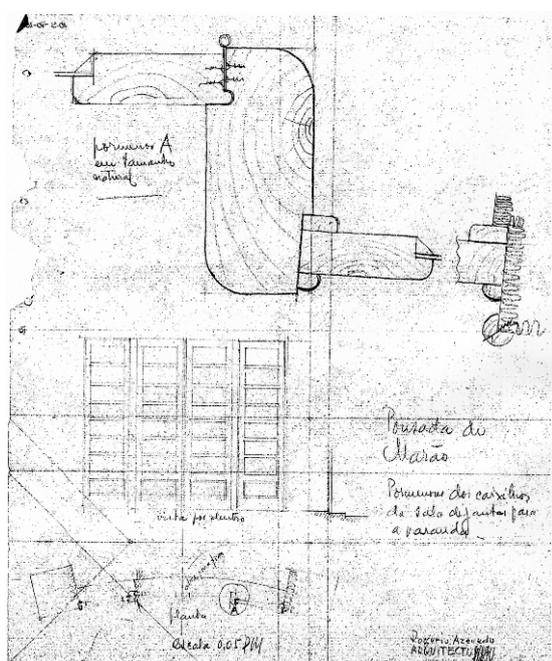


Fig. 288 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenores das caixilharias da sala de jantar para a varanda, 1940. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

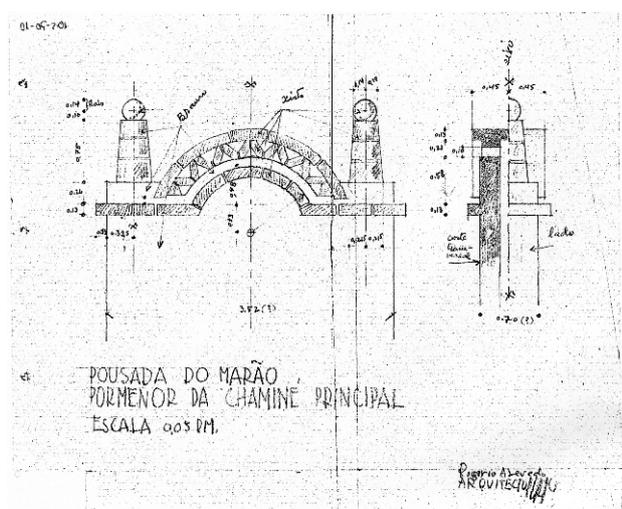


Fig. 289 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenor da chaminé principal, 1940. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

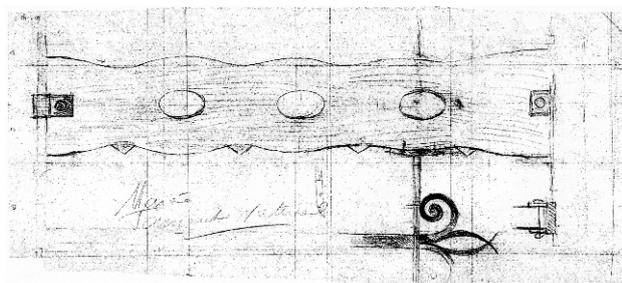


Fig. 290 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenores, 1940. N/ass., n/dat. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

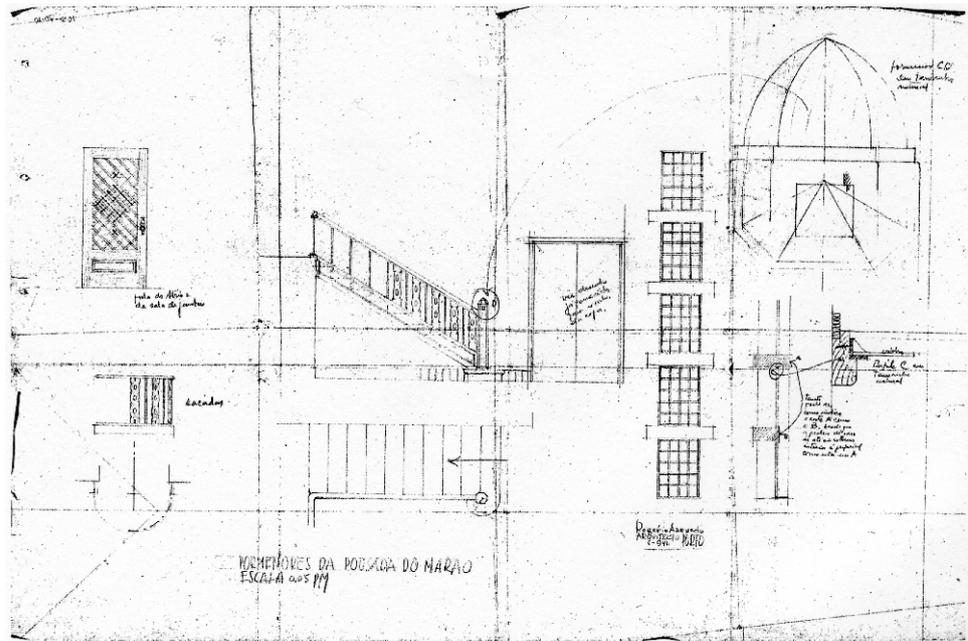


Fig. 291 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenores, 1940. Ass., dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto 6-940. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

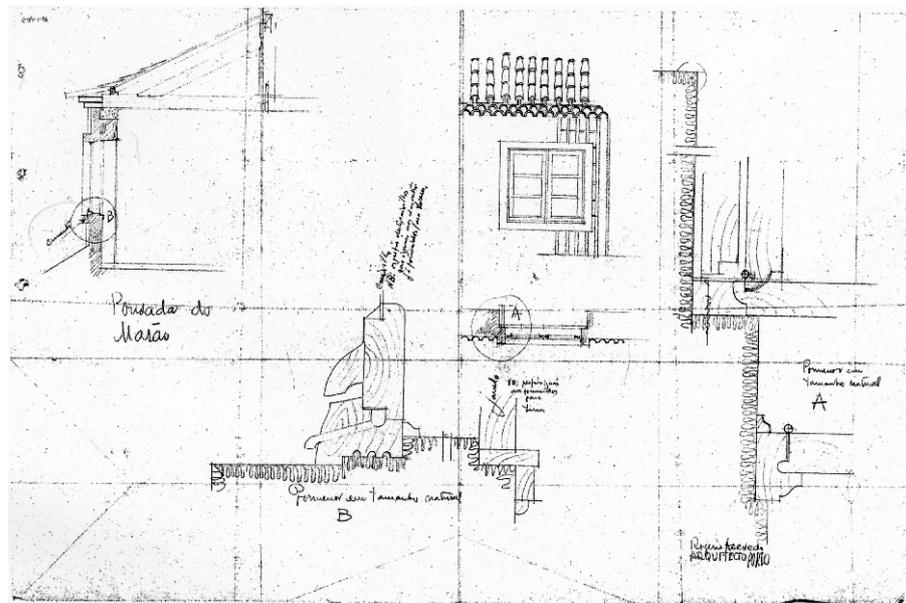


Fig. 292 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenores de caixilharia, 1940. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

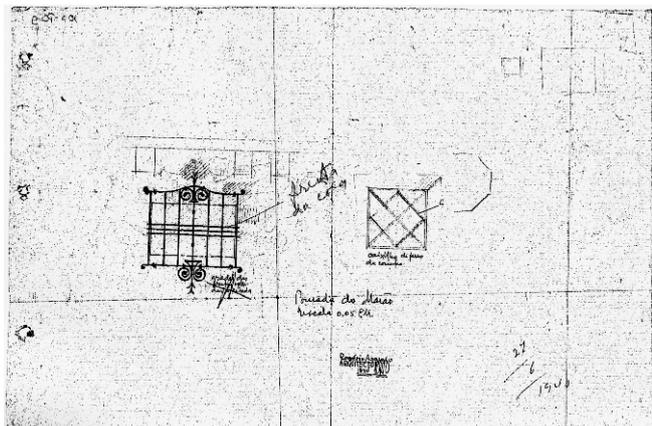


Fig. 293 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenores, 1940. Ass., dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto 1940. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156.

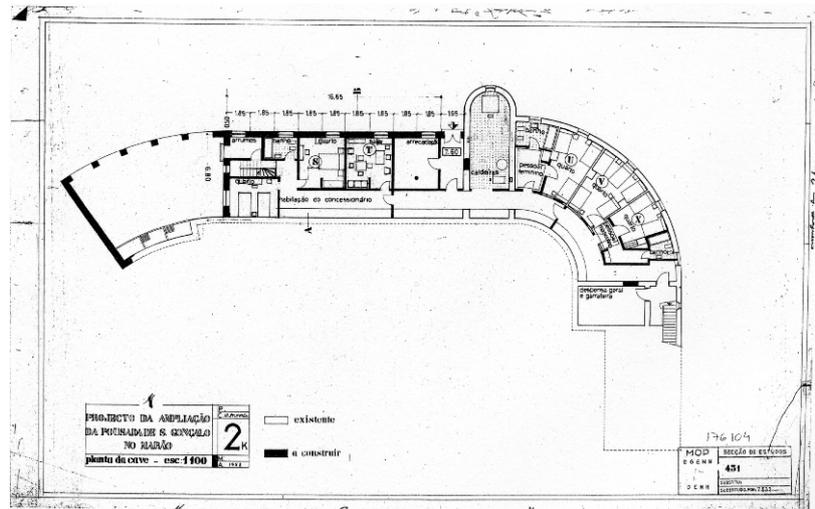
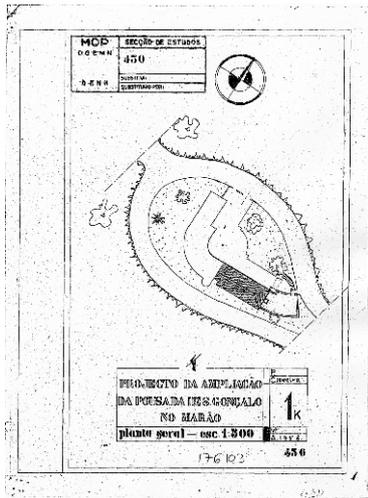


Fig. 294 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, planta geral, 1958. N/ass., dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176103.

Fig. 295 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, planta da cave, 1958. N/ass., dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176104.

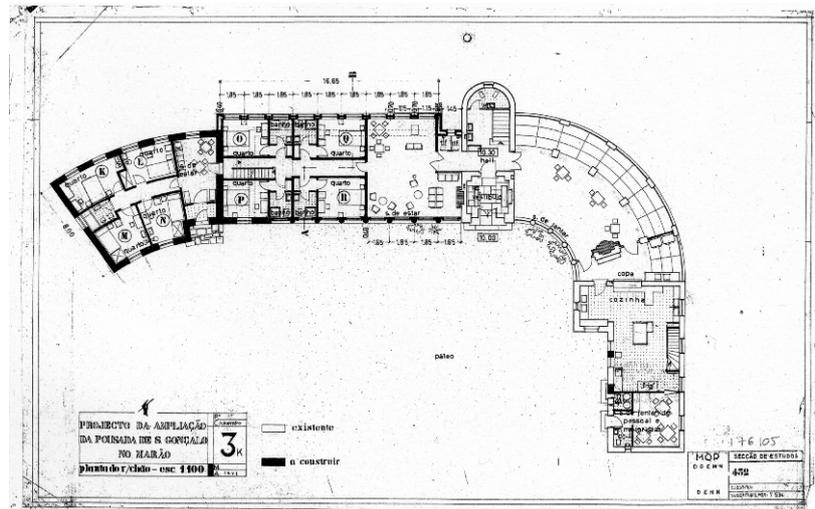


Fig. 296 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, planta do r/chão, 1958. N/ass., dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176105.

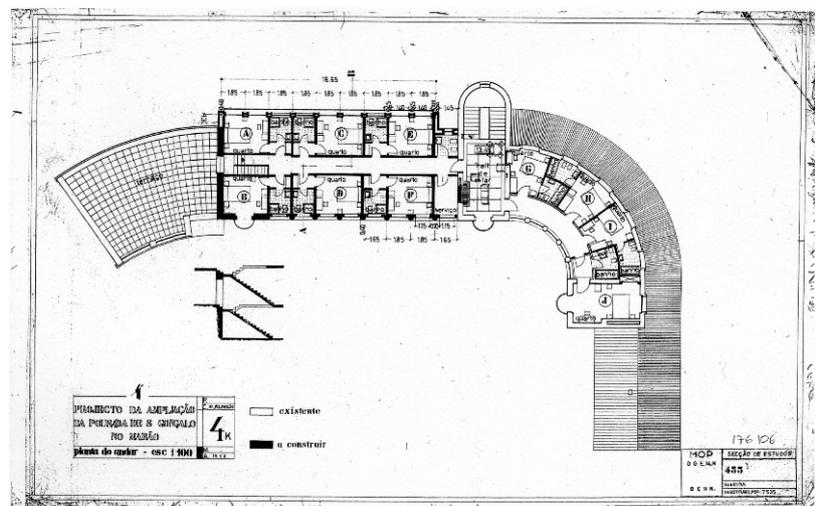


Fig. 297 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, planta do andar, 1958. N/ass., dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176106.

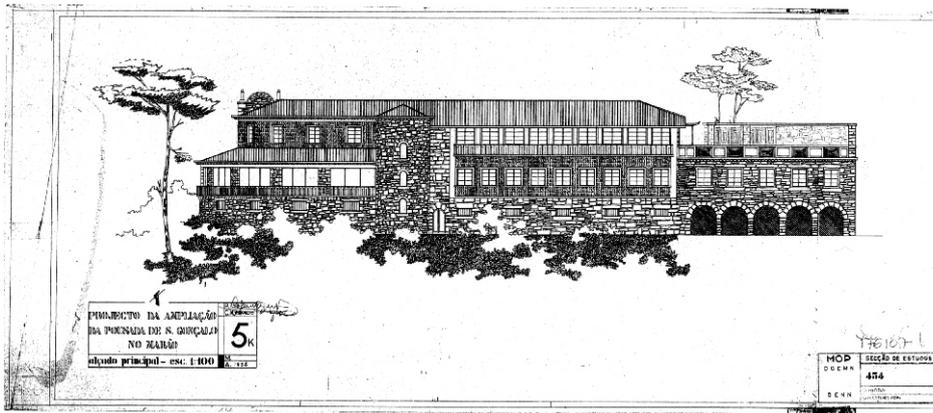


Fig. 298 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, alçado principal, 1958. Ass., dat.: Rogério Azevedo 1958 IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176107.

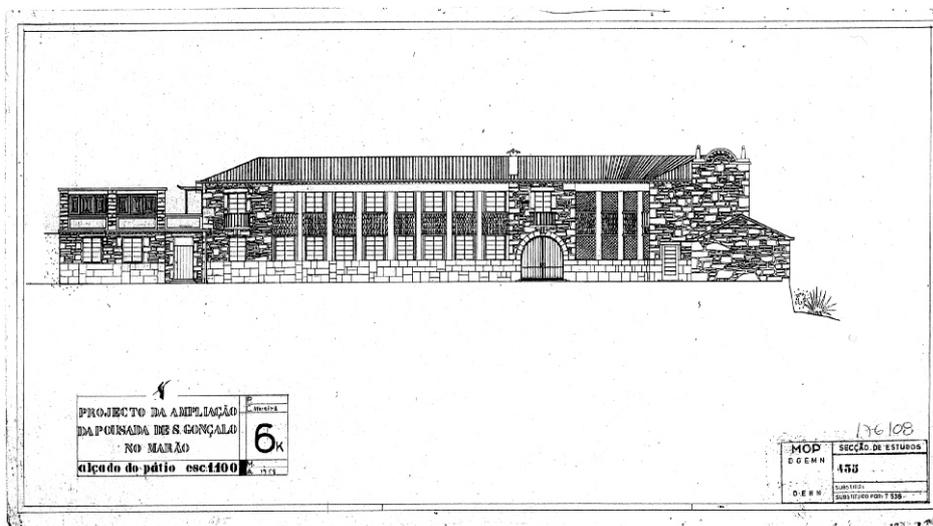


Fig. 299 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, alçado do pátio, 1958. N/ass., dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176108.

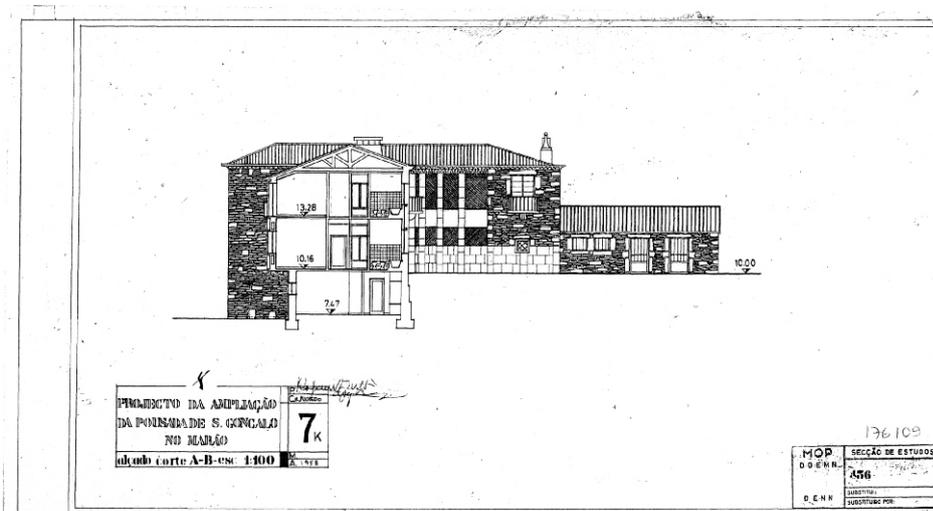


Fig. 300 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, alçado corte A-B, 1958. Ass., dat.: Rogério Azevedo 1958. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176109.

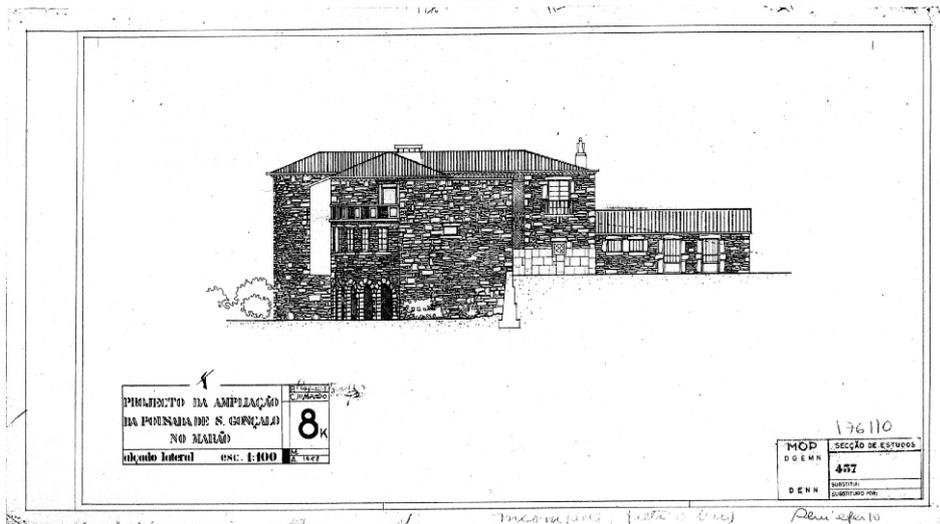


Fig. 301 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, alçado lateral, 1958. Ass., dat.: Rogério Azevedo 1958. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176110.

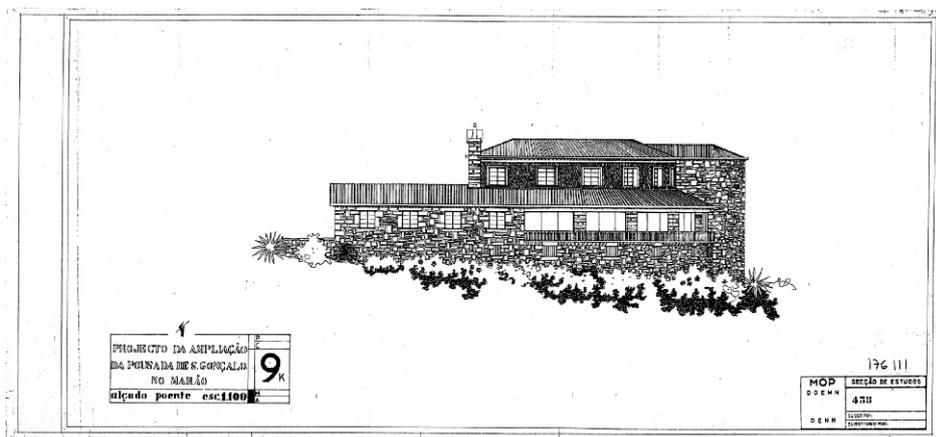


Fig. 302 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Rogério de Azevedo. Projecto de ampliação, alçado ponte, 1958. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, DES.176111.



Fig. 303 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Obras de ampliação da Pousada, 1963. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, Foto.134787.



Fig. 304 – POUSADA DE SÃO GONÇALO, Serra do Marão. Obras de ampliação da Pousada, 1963. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011301030156, Foto.134788.

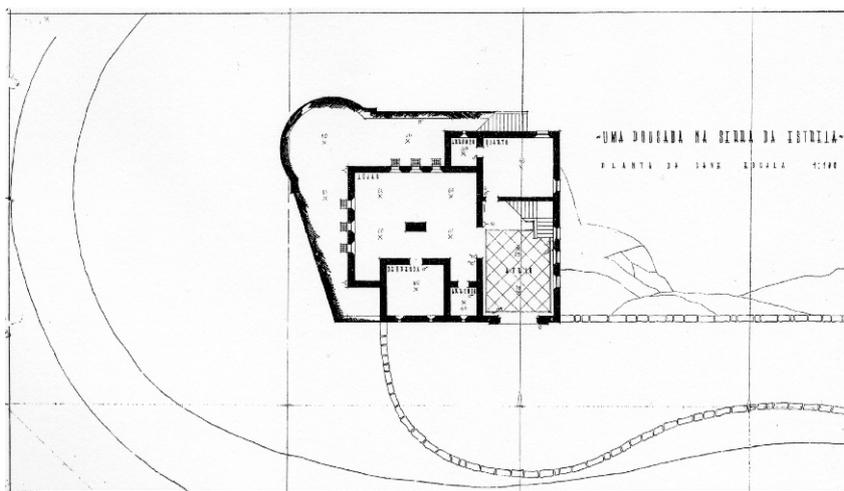


Fig. 309 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Planta da cave, 1938/39. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005, DES.031197.

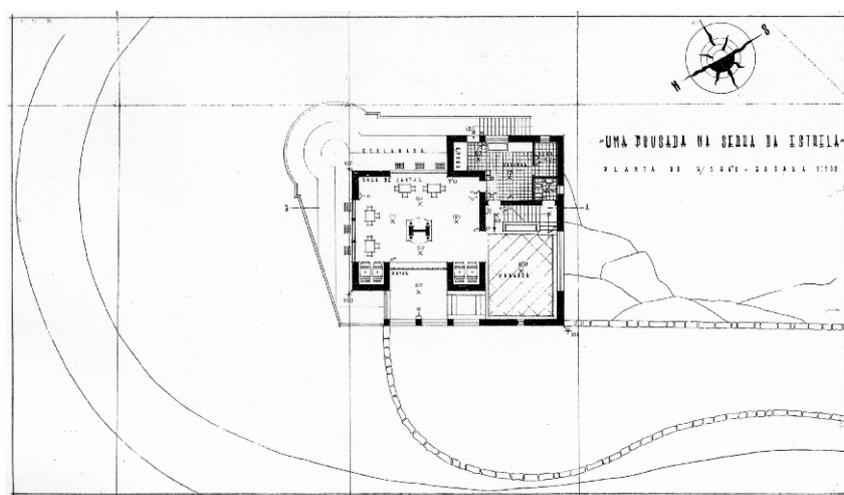


Fig. 310 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Planta do r/chão, 1938/39. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005, DES.031196.

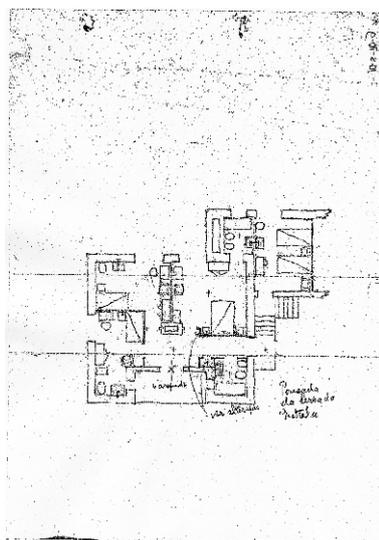


Fig. 311 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Estudo da planta do 1º andar, 1938/39. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005.

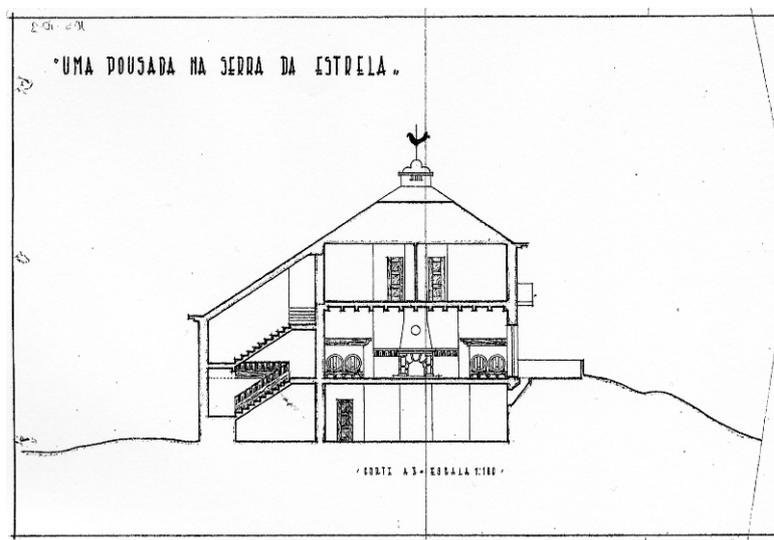


Fig. 312 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Corte A-B, 1938/39. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005.

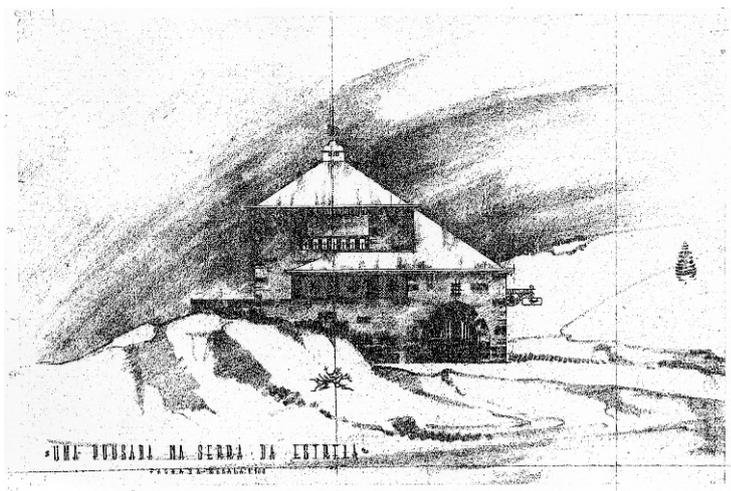


Fig. 313 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Projecto final, fachada principal, 1938/39. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005, DES.031187.



Fig. 314 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Projecto final, fachada principal, [1941?]. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005, DES.155568.

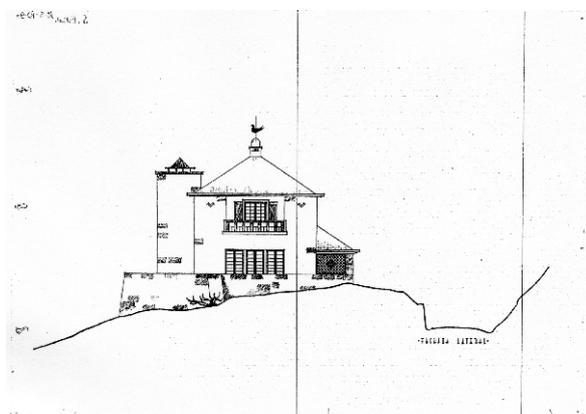


Fig. 315 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Projecto final, fachada lateral, [1941?]. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005, DES.155569.

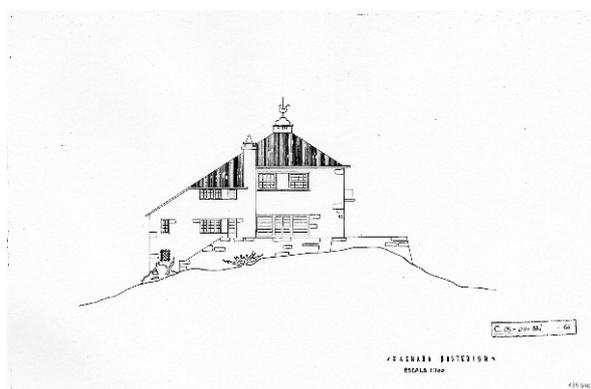


Fig. 316 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Projecto final, fachada posterior, [1941?]. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005, DES.155570.



Fig. 317 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Projecto final, fachada lateral, [1941?]. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005, DES.155571.

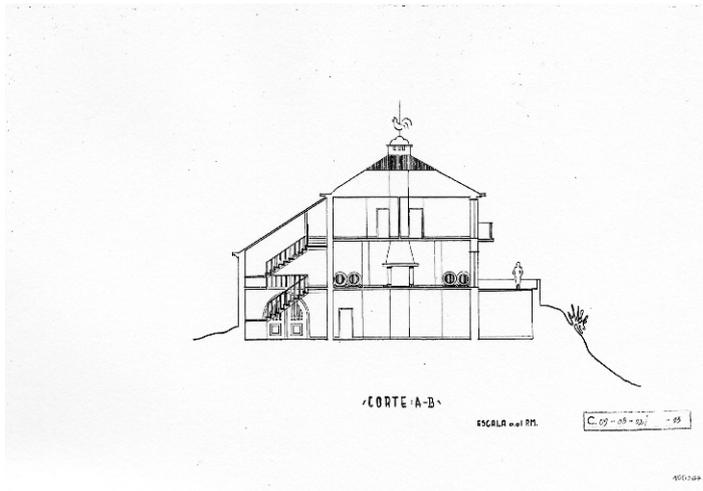


Fig. 318 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Projecto final, corte A-B, [1941?]. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005.

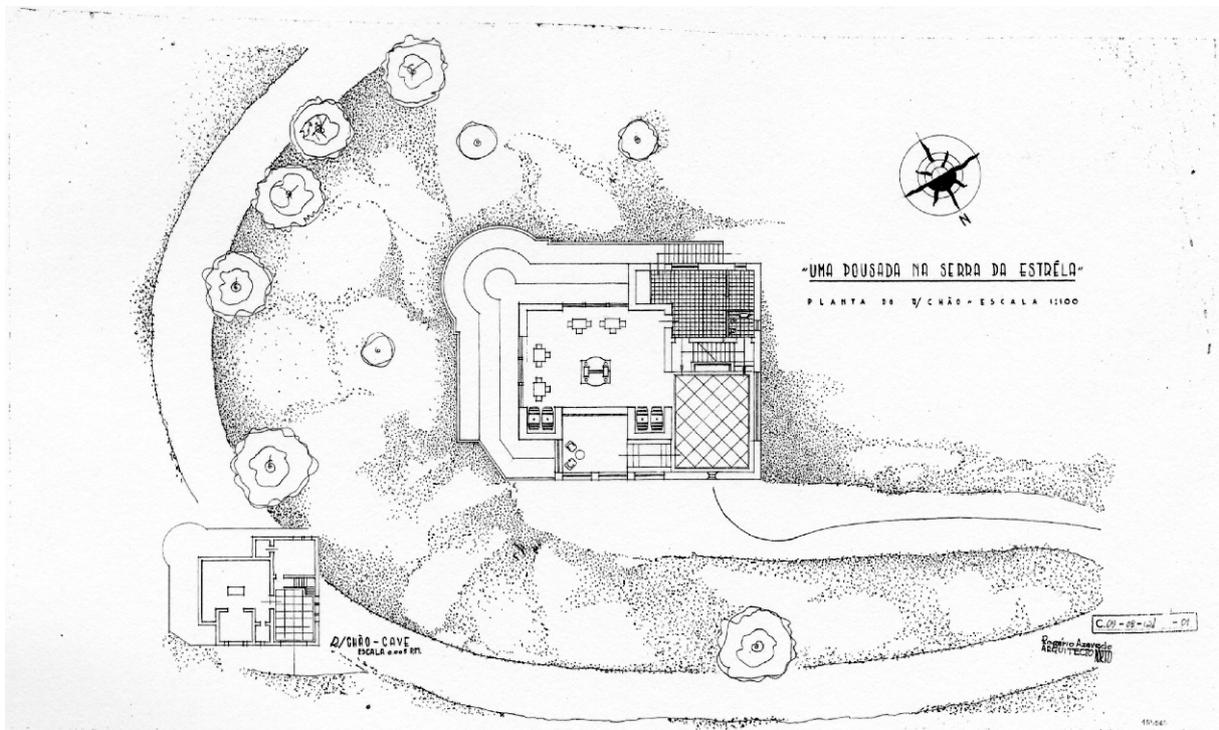


Fig. 319 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Projecto final, plantas da cave e do r/chão, [1941?]. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005.

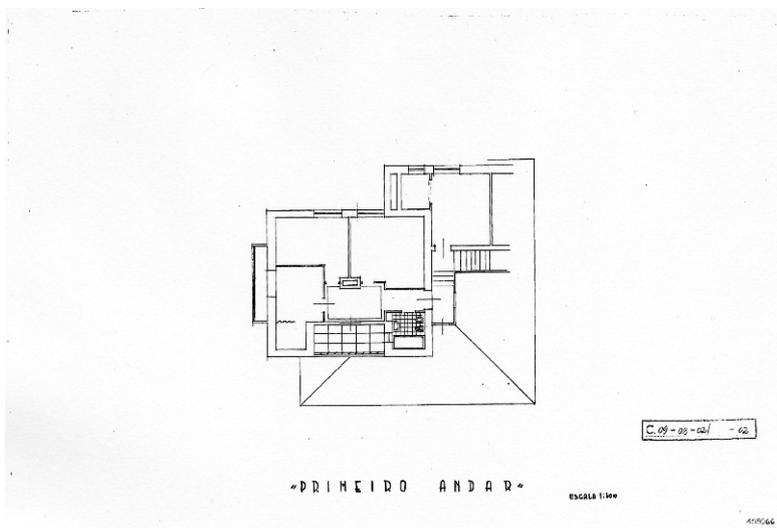


Fig. 320 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Projecto final, planta do primeiro andar, [1941?]. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005.

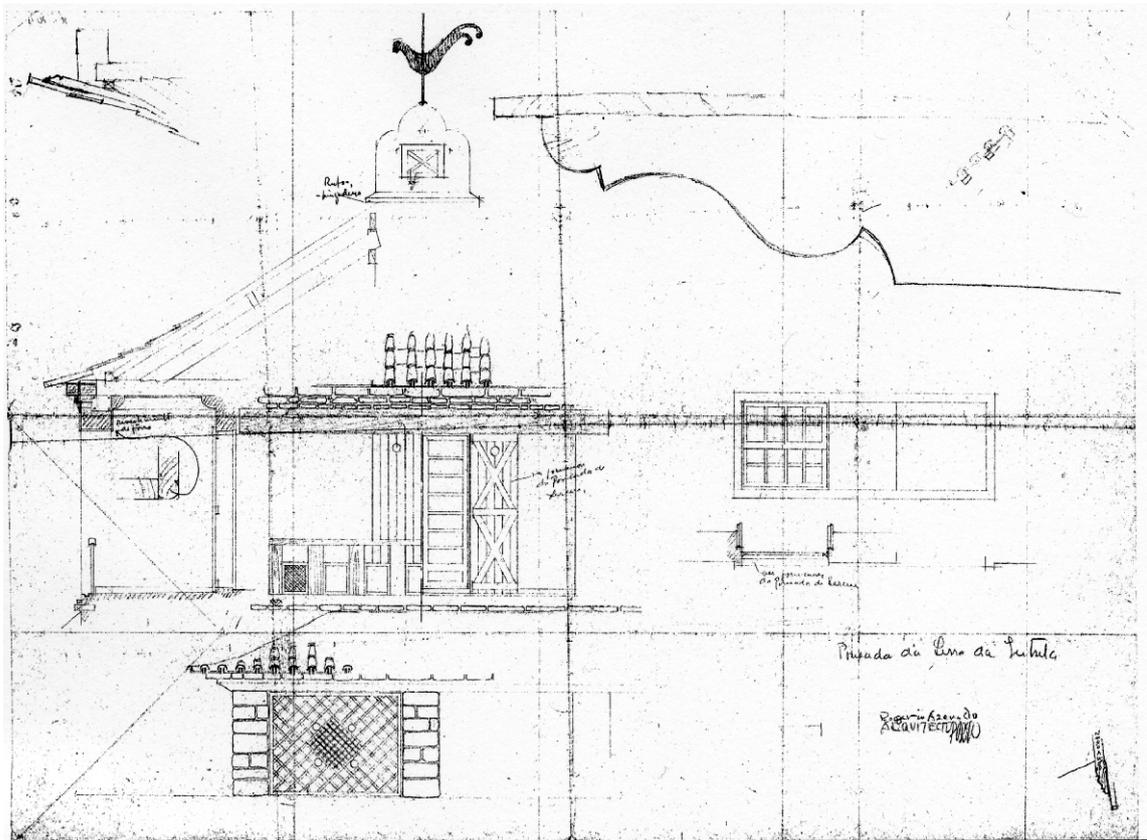


Fig. 321 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Estudos de pormenores, 1940. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005.

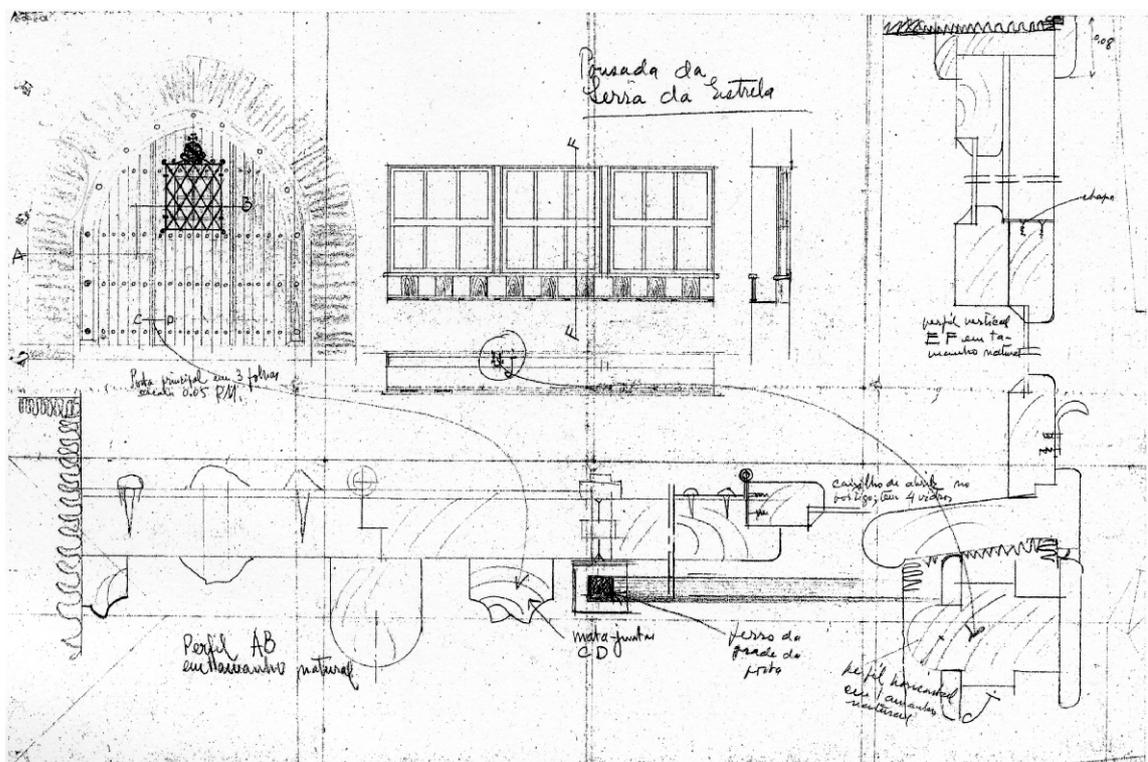


Fig. 322 – POUSADA DE SÃO LOURENÇO, Serra da Estrela/Manteigas. Rogério de Azevedo. Estudos de pormenores da porta principal e de caixilhos, 1940. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT020908020005.

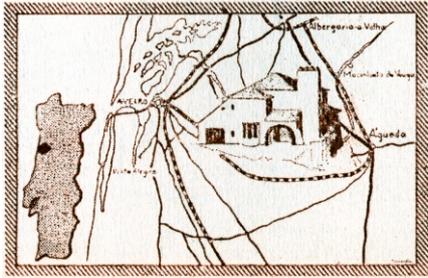


Fig. 325 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Desenho publ. in *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: Edições SNI, 1948, p. s/n.



Fig. 326 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian, Coleções, Estúdio Mário Novais: 1933-1983, CFT003 006084.ic



Fig. 327 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Imagem de arquivo. Fotografia publ. in Susana, LOBO - *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 41.



Fig. 328 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian, Coleções, Estúdio Mário Novais: 1933-1983, CFT003 006086.ic



Fig. 329 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém.
Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian, Coleções,
Estúdio Mário Novais: 1933-1983, CFT003 006085.ic



Fig. 330 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém.
Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian, Coleções,
Estúdio Mário Novais: 1933-1983, CFT003 006091.ic



Fig. 331 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém.
Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian, Coleções,
Estúdio Mário Novais: 1933-1983, CFT003 006090.ic



Fig. 332 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém.
Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian, Coleções,
Estúdio Mário Novais: 1933-1983, CFT003 006089.ic



Fig. 333 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém.
Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian, Coleções,
Estúdio Mário Novais: 1933-1983, CFT003 006093.ic

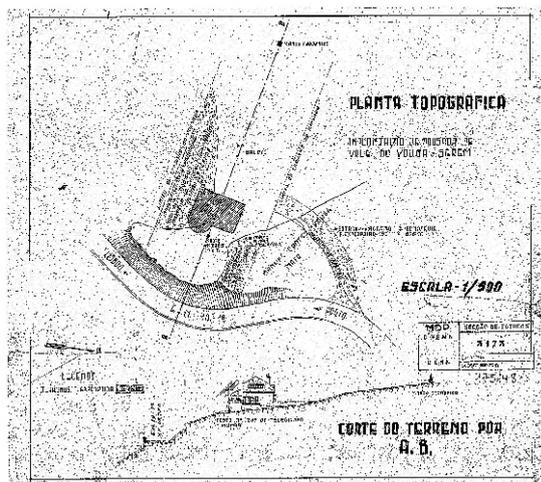


Fig. 334 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Planta topográfica. Implantação da Pousada de Vale do Vouga-Serém, [1938/39?]. IHRU, SIPA. IPA n.º PT020101120043, DES.175143.

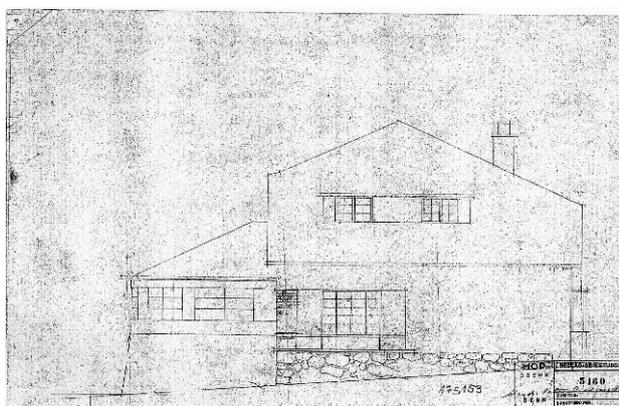
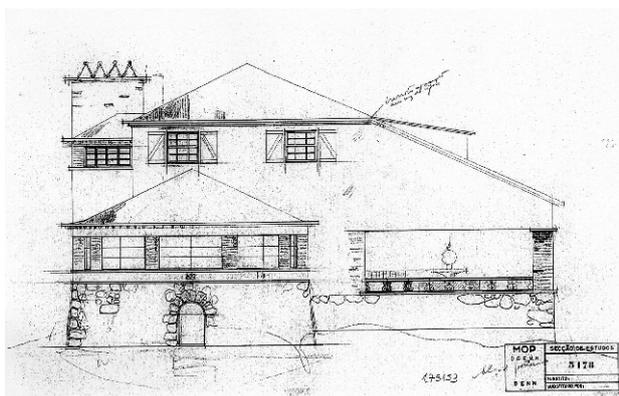
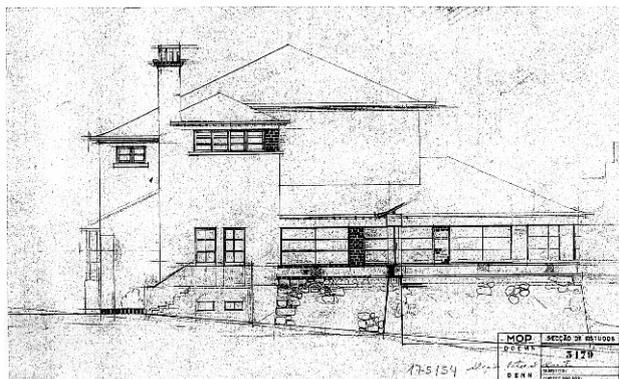
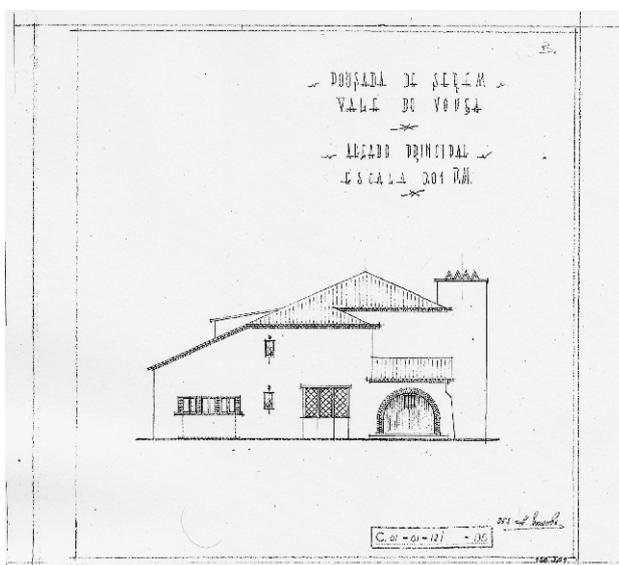


Fig. 335 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Alçado lateral direito, [1938?]. N/ass.; n/dat.. IHRU, DIPA. IPA n.º PT020101120043, DES.175154.

Fig. 336 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Alçado posterior, [1938?]. N/ass.; n/dat.. IHRU, SIPA. IPA N.º PT020101120043, DES.175153.

Fig. 337 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Rogério de Azevedo (desenho atribuído a). Alçado lateral esquerdo, [1938?]. N/ass.; n/dat.. IHRU, SIPA. IPA n.º PT020101120043, DES.175155.

Fig. 338 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Levantamento do alçado principal, posterior a 1943. IHRU, SIPA. IPA N.º PT020101120043, DES.150251.



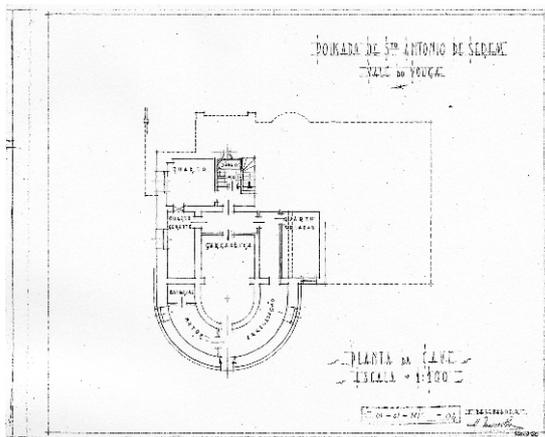


Fig. 339 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Levantamento da planta da cave, posterior a 1943. IHRU, SIPA. IPA n.º PT020101120043, DES.150250.

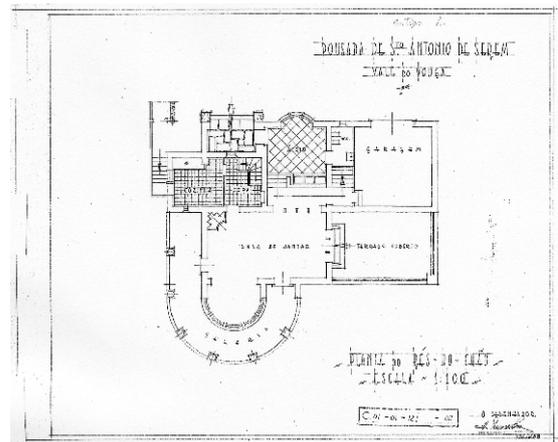


Fig. 340 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Levantamento da planta do rés-do-chão, posterior a 1943. IHRU, SIPA. IPA n.º PT020101120043, DES.150248.

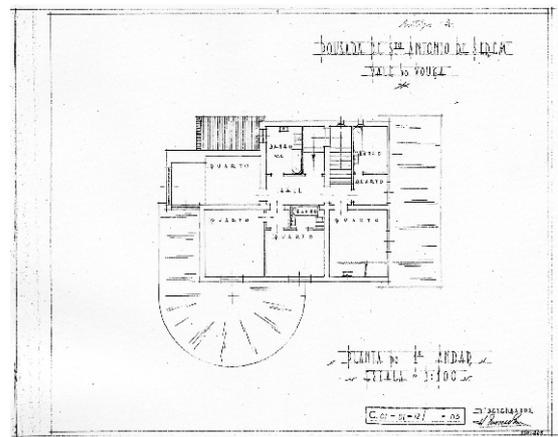


Fig. 341 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Levantamento da planta do 1º andar, posterior a 1943. IHRU, SIPA. IPA n.º PT020101120043, DES.150249.

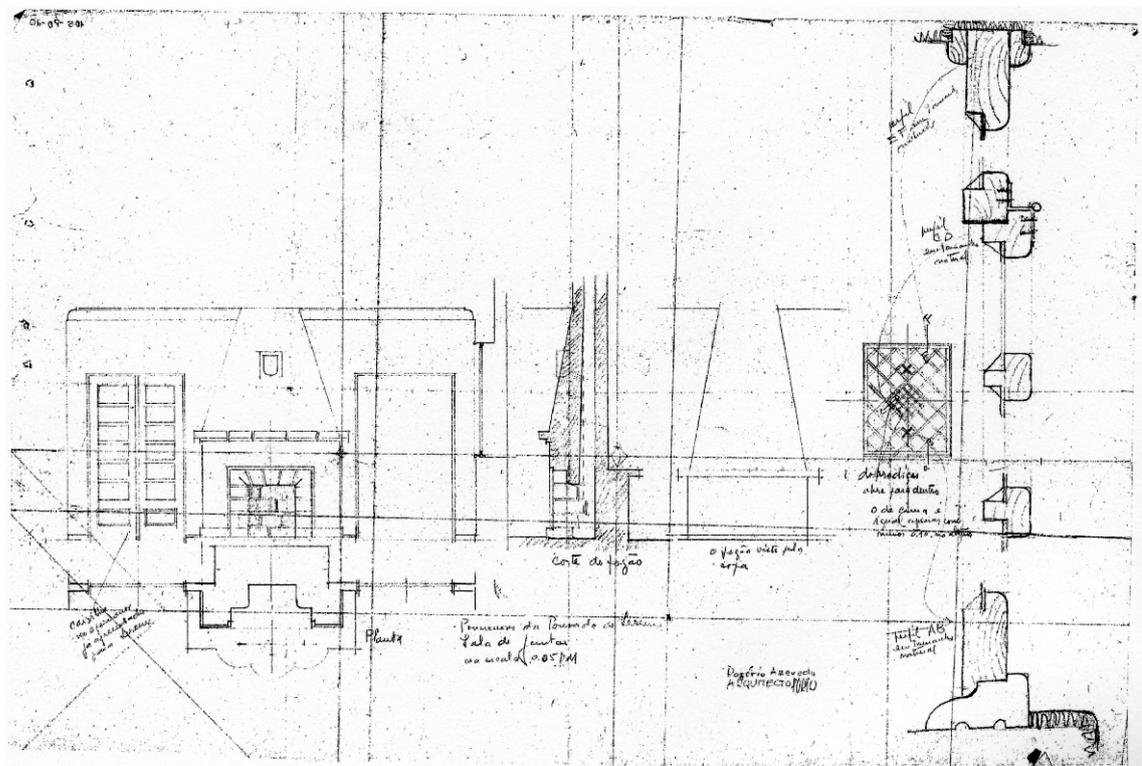


Fig. 342 – POUSADA DE SANTO ANTÓNIO, Serém. Rogério de Azevedo. Estudo de pormenores da Sala de Jantar, 1940. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo Arquitecto Porto. IHRU, SIPA. IPA n.º PT011301030156.

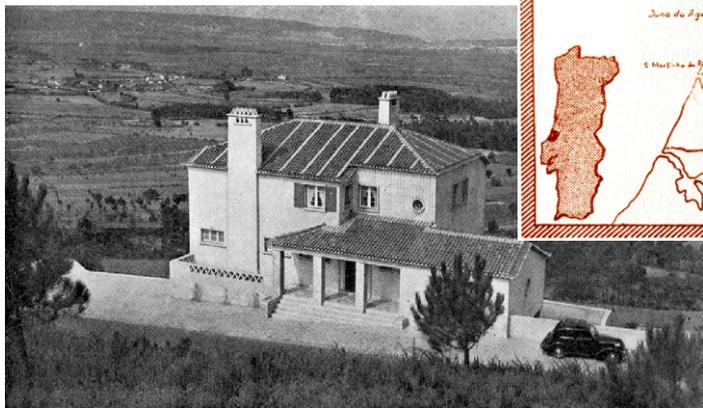


Fig. 343 – POUSADA DE SÃO MARTINHO, Alfeizerão, São Martinho do Porto. Fotografia e desenho publ. in *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: Edições SNI, 1948, p. s/n.

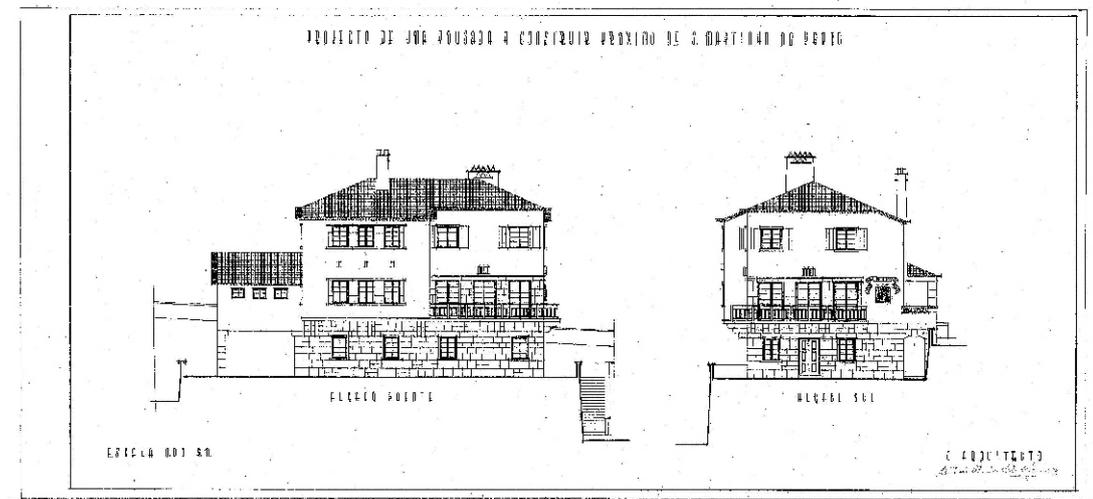


Fig. 344 – POUSADA DE SÃO MARTINHO, Alfeizerão, São Martinho do Porto. Veloso Reis Camelo. Alçados ponte e sul, 1939. Ass., n/dat.. IHRU, SIPA. IPA nº PT031001020088. DES.8031150.

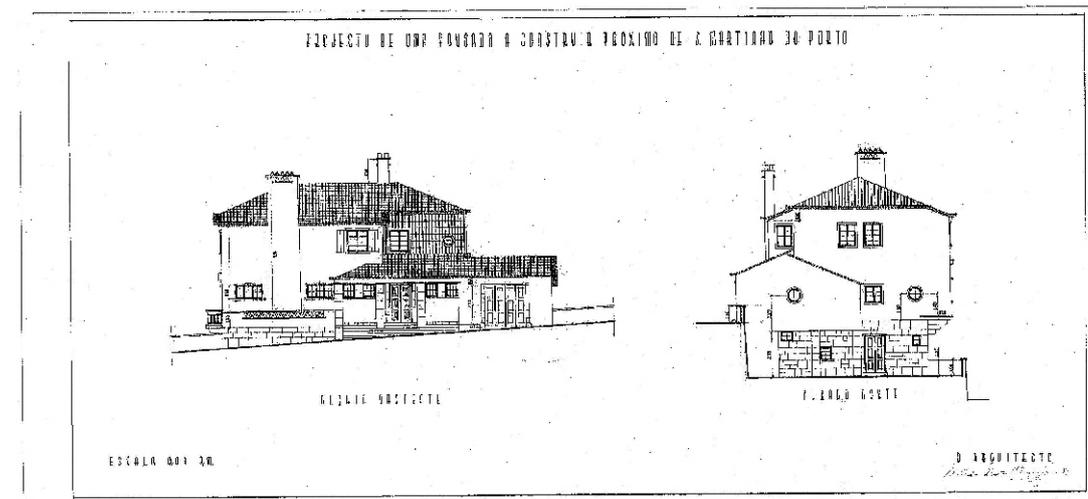


Fig. 345 – POUSADA DE SÃO MARTINHO, Alfeizerão, São Martinho do Porto. Veloso Reis Camelo. Alçados nascente e norte, 1939. Ass., n/dat.. IHRU, SIPA. IPA nº PT031001020088. DES.8031151.

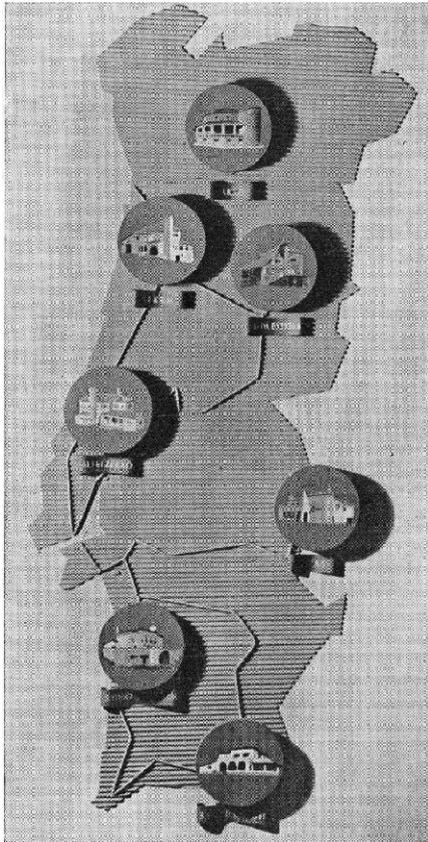


Fig. 346 – LOCALIZAÇÃO DAS POUSADAS DO S.N.I.. Desenho publ. in *Pousadas do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo*. Lisboa: SNI, 1948.

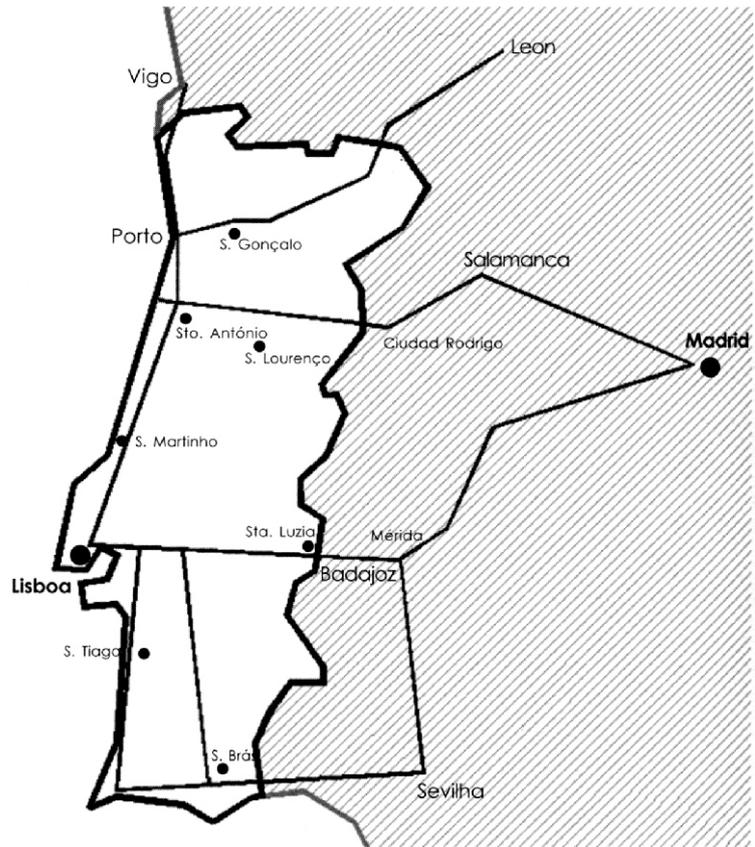


Fig. 347 – LOCALIZAÇÃO DAS POUSADAS DO S.N.I. e sua relação com os principais itinerários em Portugal e de ligação a Espanha. Desenho publ. in LOBO, Susana - *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 44.

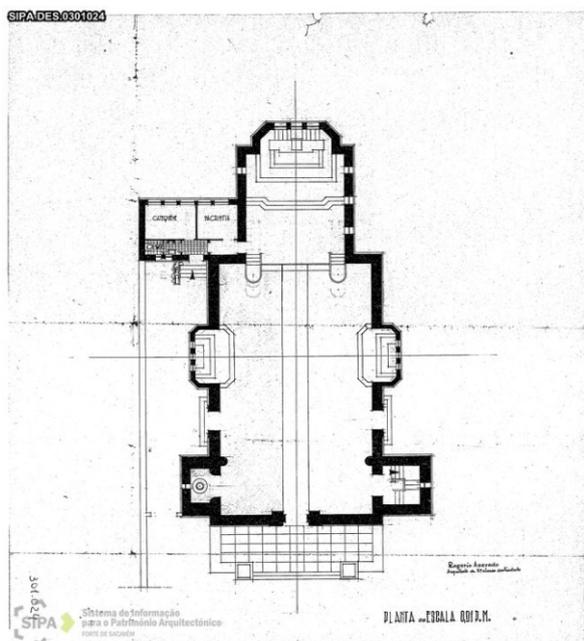


Fig. 348 – IGREJA DE MADAIL, Oliveira de Azemeis. Rogério de Azevedo. Planta, 1939. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU, SIPA, IPA Nº PTPT010113070019. DES.0301024.

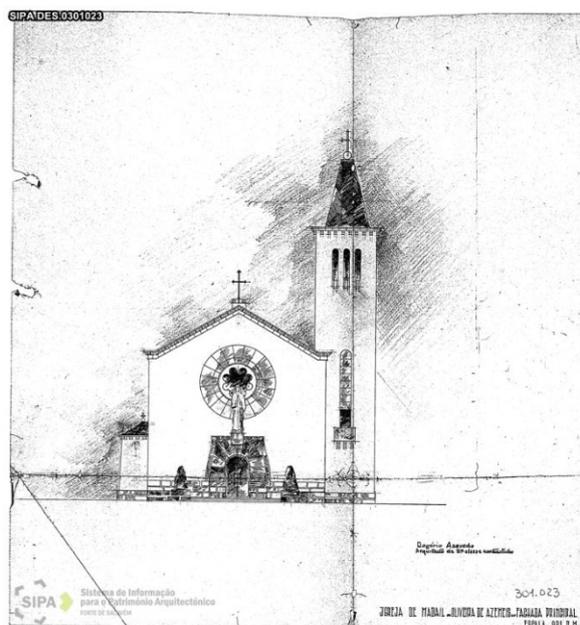


Fig. 349 – IGREJA DE MADAIL, Oliveira de Azemeis. Rogério de Azevedo. Alçado principal, 1939. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU, SIPA, IPA Nº PTPT010113070019. DES.0301023.

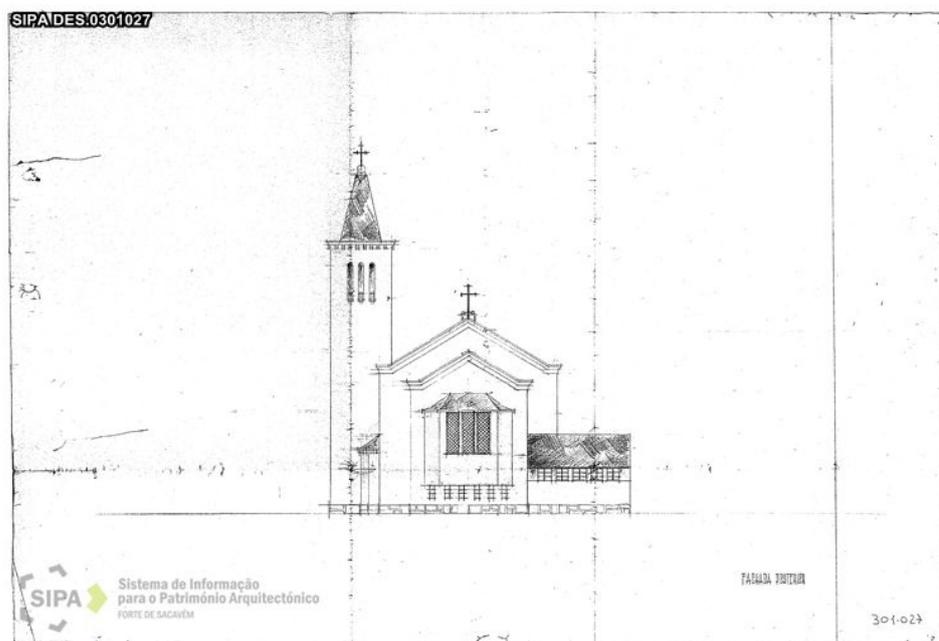


Fig. 350 – IGREJA DE MADAIL, Oliveira de Azemeis. Rogério de Azevedo. Alçado posterior, 1939. N/ass., n/dat. Igreja Paroquial de São Mamede. Processo Administrativo. IHRU, SIPA, IPA Nº PTPT010113070019. DES.0301027.

Fig. 351 – IGREJA DE MADAIL, Oliveira de Azemeis. Rogério de Azevedo. Alçado lateral direito, 1939. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU, SIPA, IPA Nº PTPT010113070019. DES.0301025.



Fig. 352 – IGREJA DE MADAIL, Oliveira de Azemeis. Rogério de Azevedo. Alçado lateral esquerdo, 1939. N/ass., n/dat.: IHRU, SIPA, IPA Nº PTPT010113070019. DES.0301026.



Fig. 353 – IGREJA DE MADAIL, Oliveira de Azemeis. Vista actual do exterior. IHRU, SIPA, IPA Nº PTPT010113070019. FOTO.4162249.

Fig. 354 – IGREJA DE MADAIL, Oliveira de Azemeis. Vista actual do exterior. IHRU, SIPA, IPA Nº PTPT010113070019. FOTO.4162245.

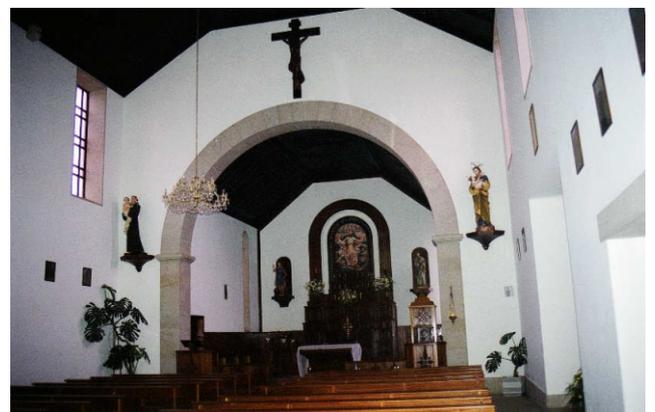


Fig. 355 – CEMITÉRIO DE BRAVÃES, Ponte da Barca. Rogério de Azevedo. Projecto do novo cemitério a construir em Bravães, 1938. N/ass.; n/dat.. IHRU: SIPA, IPA nº PT011606030001, DES.003893.

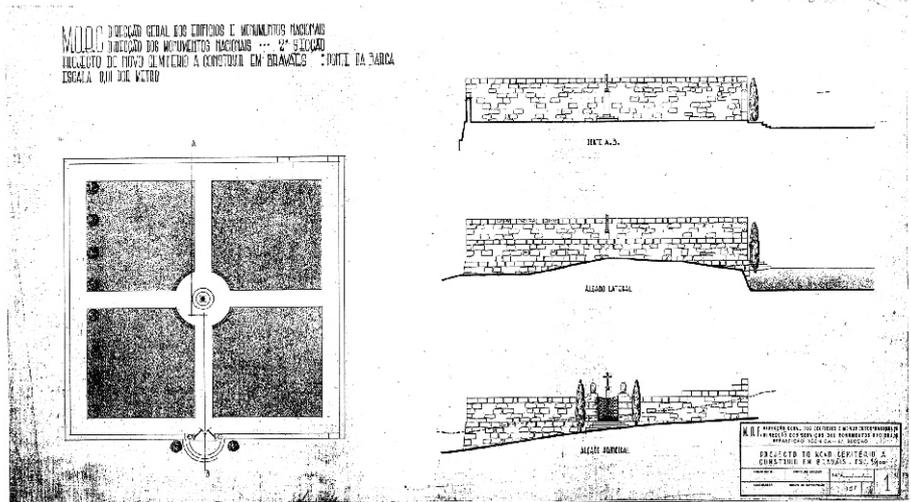


Fig. 356 – CEMITÉRIO DE BRAVÃES, Ponte da Barca. Rogério de Azevedo. Localização do novo cemitério a construir em Bravães, 1938. N/ass.; n/dat.. IHRU: SIPA, IPA nº PT011606030001, DES.003894.

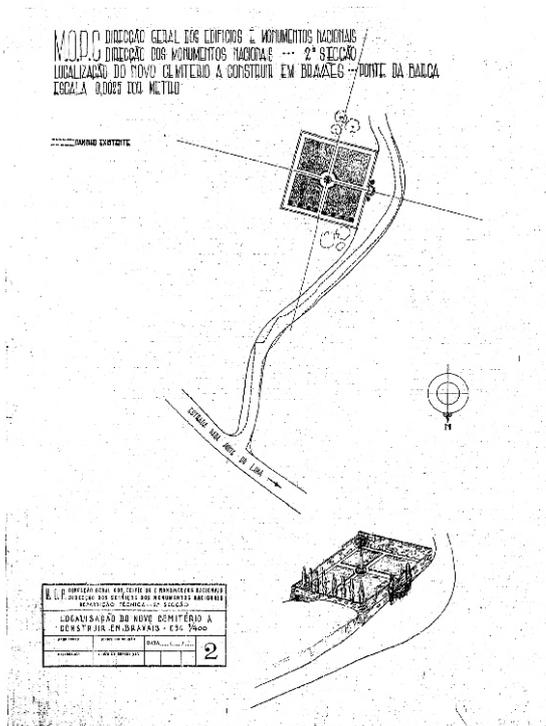


Fig. 357 – CAMPANÁRIO DA IGREJA DE BRAVÃES, Ponte da Barca. Rogério de Azevedo. Projecto do novo campanário, 1937. Ass., dat.: Rogério de Azevedo 1937. IHRU: SIPA, IPA nº PT011606030001, DES.003895.

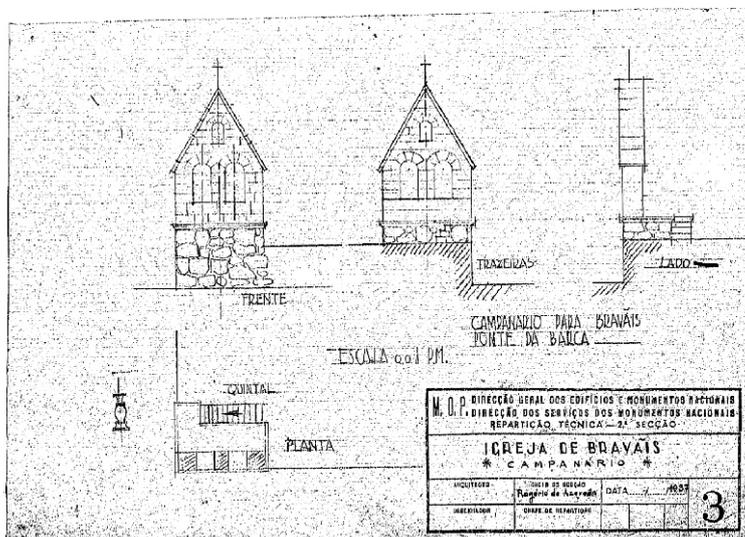


Fig. 358 – MONUMENTO A D. ANTÓNIO BARROSO, Praça Municipal de Barcelos. Rogério de Azevedo. Planta, 1938. N/ass.; n/dat.. IHRU: SIPA. IPA n.º PT010302140007, DES.00005584.

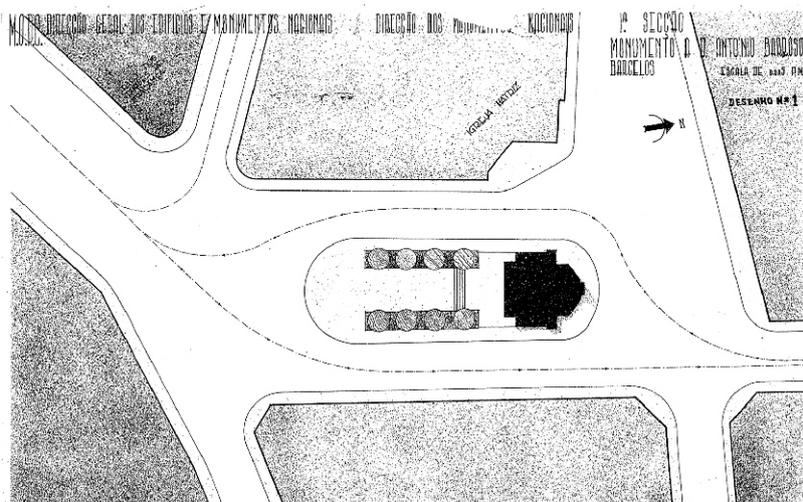


Fig. 359 – MONUMENTO A D. ANTÓNIO BARROSO, Barcelos. Planta topográfica. IHRU: SIPA. IPA n.º PT010302140007.

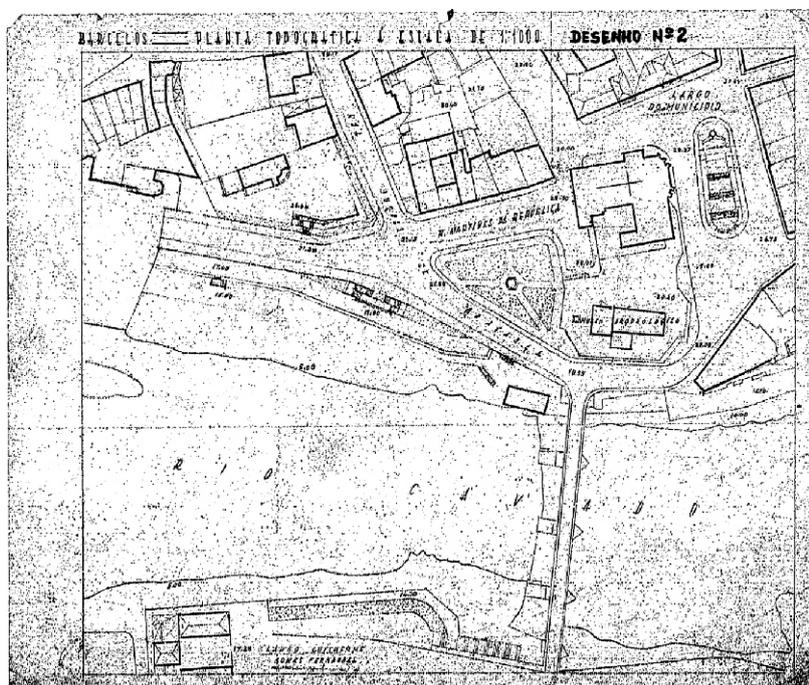


Fig. 360 – MONUMENTO A D. ANTÓNIO BARROSO, Praça Municipal de Barcelos. Projecto de Marques da Silva. Foto de época. Fotografia publ. in António CARDOSO - *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*. Porto: FAUP, 1997, p. 428.



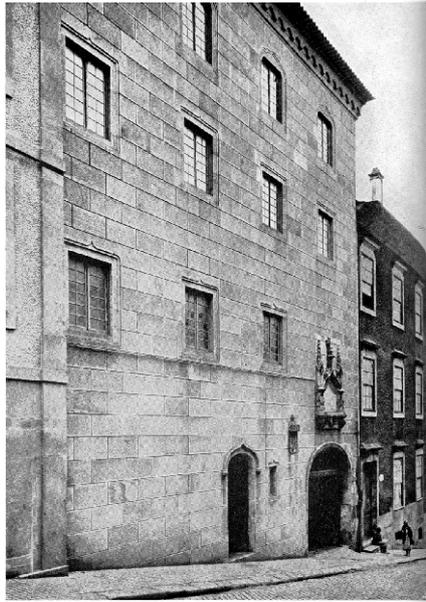


Fig. 361 – CASA DO INFANTE, Porto. A fachada principal antes das obras. Fotografia publ. in *Casa da Rua da Alfândega Velha, Porto. Boletim da DGEMN*, n.º 103, Março de 1961.

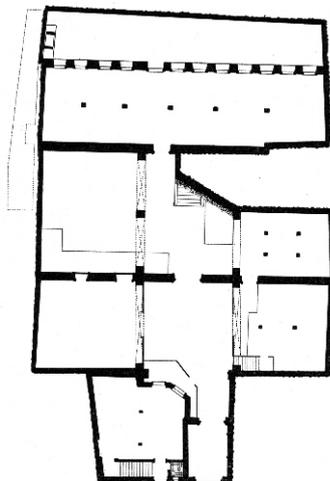


Fig. 362 – CASA DO INFANTE, Porto. Planta do primeiro pavimento antes das obras. Desenho publ. in *Casa da Rua da Alfândega Velha, Porto. Boletim da DGEMN*, n.º 103, Março de 1961.

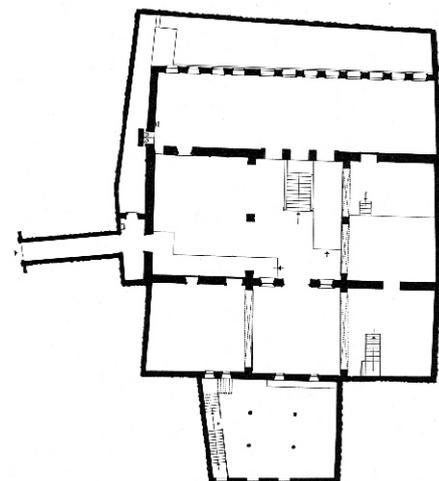


Fig. 363 – CASA DO INFANTE, Porto. Planta do segundo pavimento antes das obras. Desenho publ. in *Casa da Rua da Alfândega Velha, Porto. Boletim da DGEMN*, n.º 103, Março de 1961.

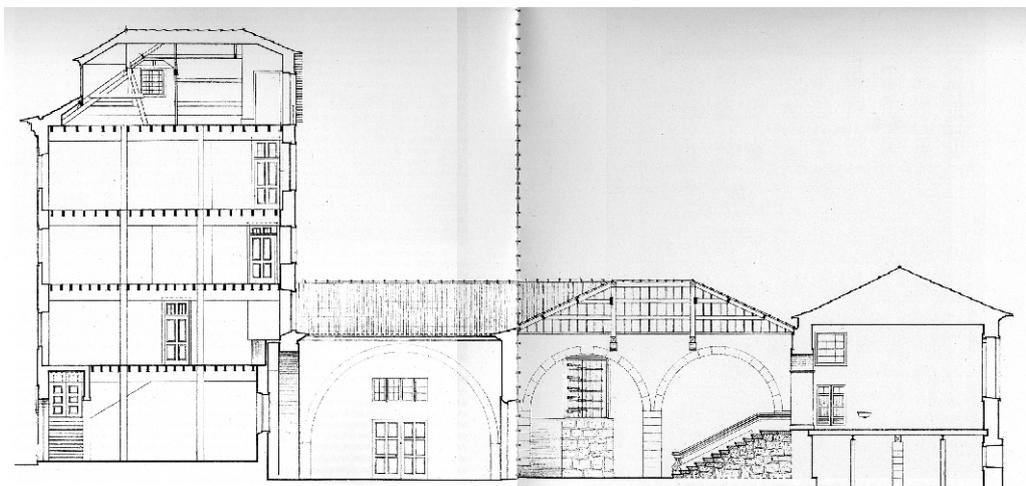


Fig. 364 – CASA DO INFANTE, Porto. Corte longitudinal. Desenho de Francisco Braz, 1958. Desenho publ. in *A Alfândega do Porto e o Despacho Aduaneiro*. Porto: Casa do Infante, 1990, pp. 54-55.

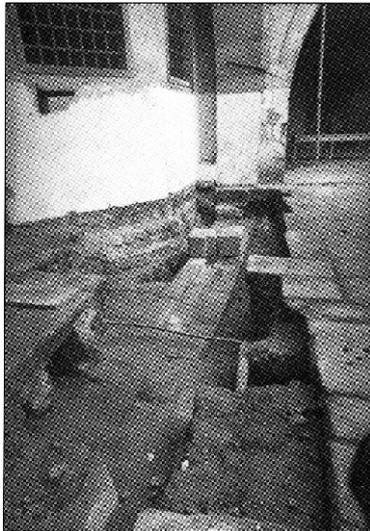


Fig. 365 – CASA DO INFANTE, Porto. Alicerce da parede ocidental e soleira da porta principal da Alfândega Velha, descoberta em 1958. DGEMN, Casa da Rua da Alfândega Velha, Processo Fotográfico, Proc. n.º 253/27.



Fig. 366 – CASA DO INFANTE, Porto. Alfândega Velha, reconstrução. Lugar onde estava o nicho. Fotografia publ. in Rogério de AZEVEDO - "A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstrução", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, p. 270.

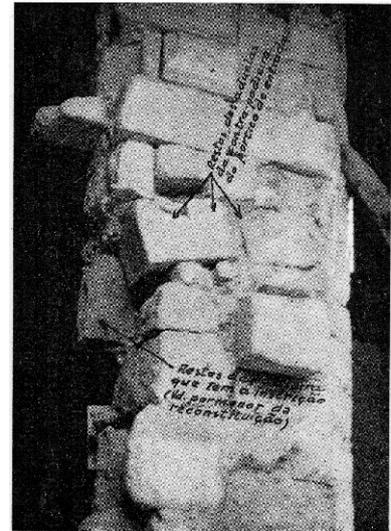


Fig. 367 – CASA DO INFANTE, Porto. Alfândega Velha, reconstrução. O que resta da contra-padreira do pórtico de entrada. Fotografia publ. in Rogério de AZEVEDO - "A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstrução", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, p. 270.



Fig. 368 – CASA DO INFANTE, Porto. Rogério de Azevedo. Alfândega Velha, reconstrução. Pormenor do pórtico de entrada, reconstruído, com a inscrição. Desenho publ. in Rogério de AZEVEDO - "A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstrução", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, p. 267.

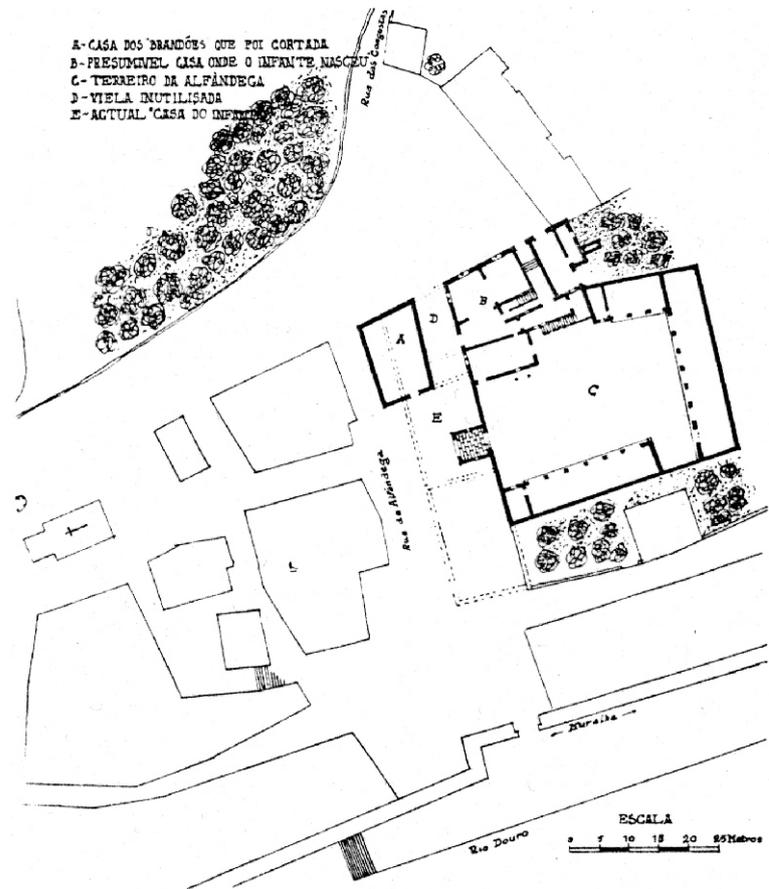


Fig. 369 – CASA DO INFANTE, Porto. Rogério de Azevedo. Alfândega Velha, reconstituição. Vista de conjunto desde a Rua das Congostas até ao Cais da Ribeira. Desenho publ. in Rogério de AZEVEDO - "A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstituição", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, p. 265.

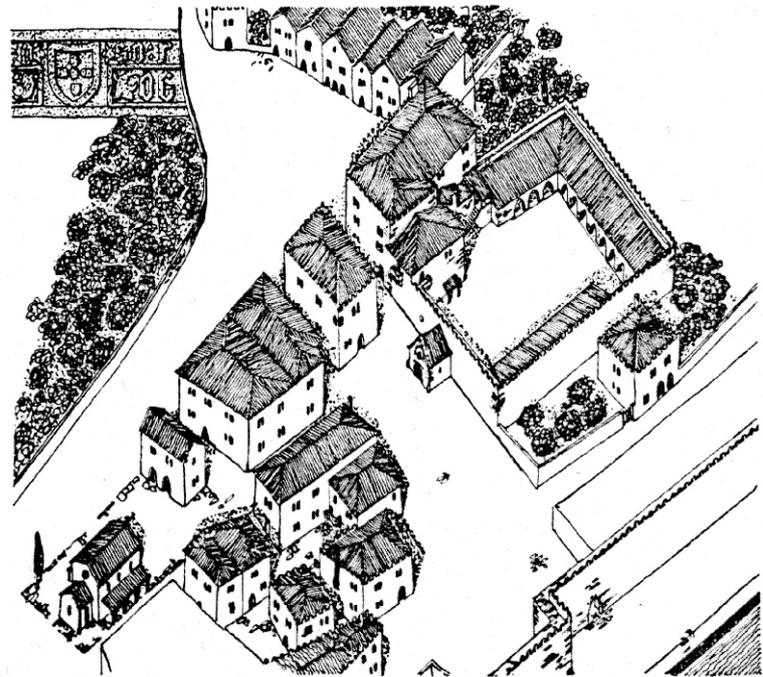


Fig. 370 – CASA DO INFANTE, Porto. Rogério de Azevedo. Alfândega Velha, reconstituição. Vista aérea do conjunto da figura anterior. Desenho publ. in Rogério de AZEVEDO - "A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstituição", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, p. 266.

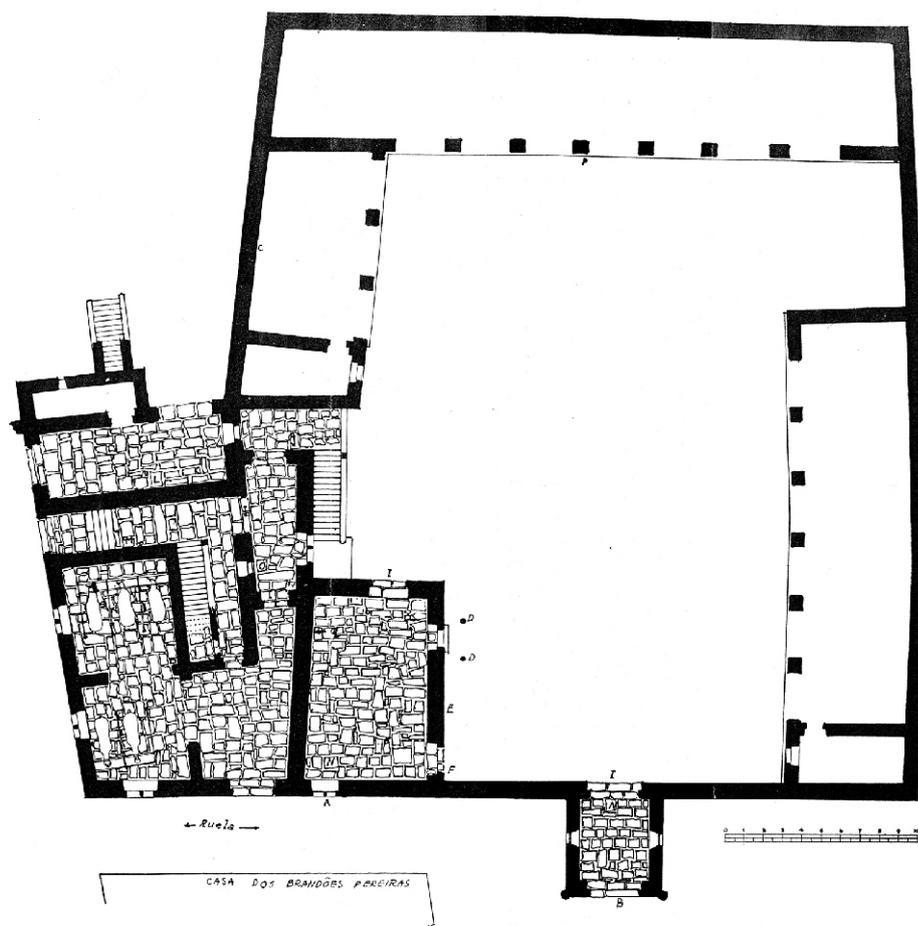


Fig. 371 – CASA DO INFANTE, Porto. Rogério de Azevedo. Alfândega Velha, reconstituição. Planta do primeiro pavimento. Desenho publ. in Rogério de AZEVEDO - "A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstituição", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, est. I.

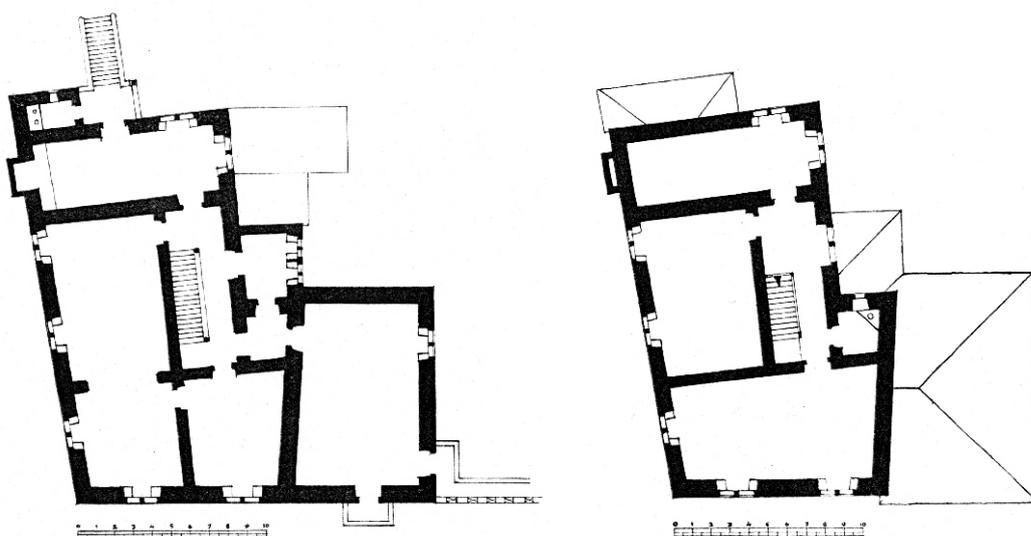


Fig. 372 – CASA DO INFANTE, Porto. Rogério de Azevedo. Alfândega Velha, reconstituição. Plantas do segundo e terceiro pavimentos. Desenhos publ. in Rogério de AZEVEDO - "A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstituição", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, est. II e III.

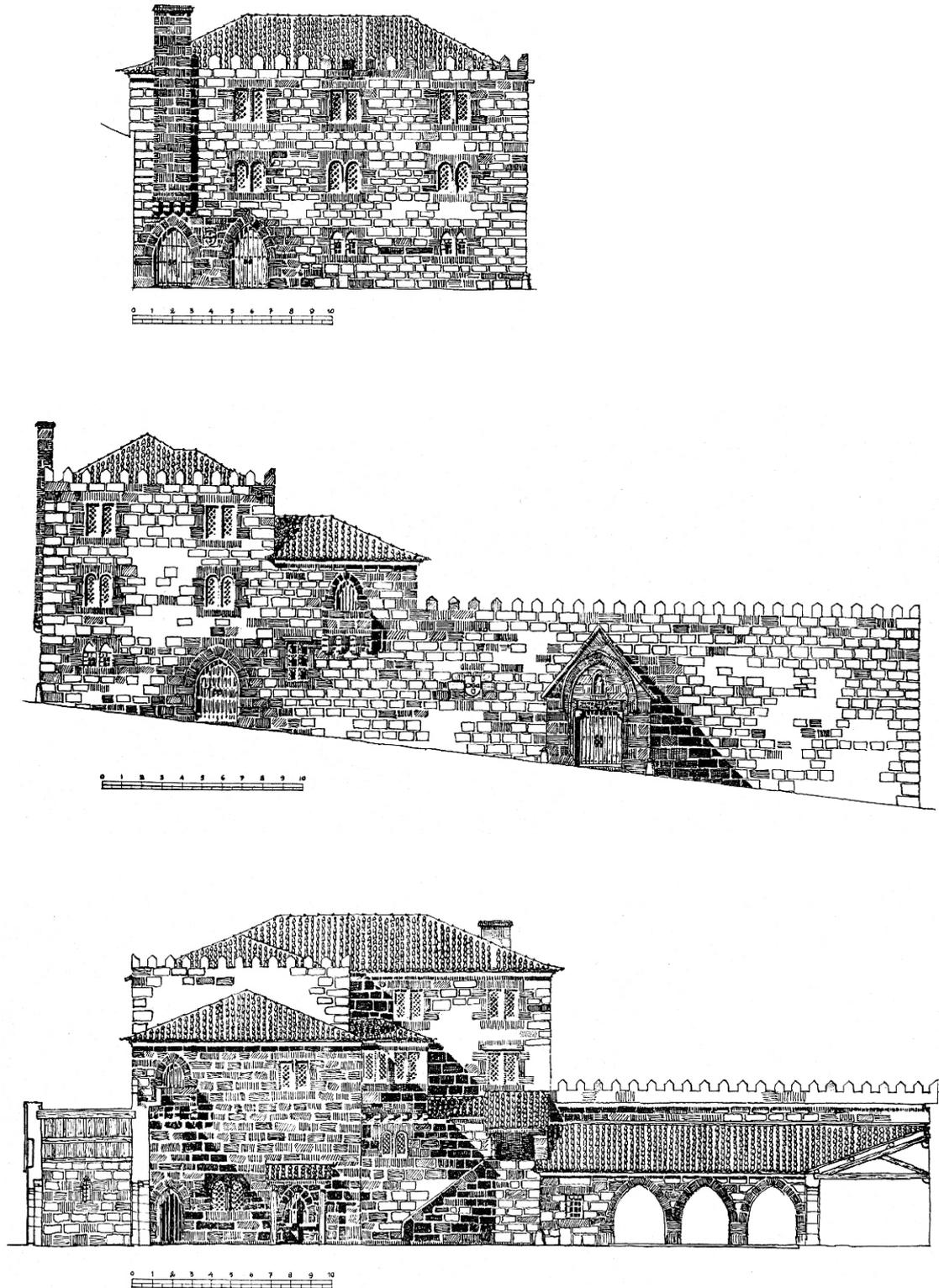
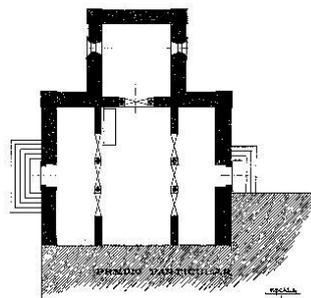


Fig. 373 – CASA DO INFANTE, Porto. Rogério de Azevedo. Alfândega Velha, reconstituição. Alçado voltado à Praça do Infante D. Henrique. Alçado voltado à Rua da Alfândega. Alçado voltado ao pátio da Alfândega (corte longitudinal). Desenhos publ. in Rogério de AZEVEDO - "A Casa do Infante. Elementos para o estudo da sua reconstituição", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIII, 1960, est. IV, V e VI.

Obras de reparação e de conservação
da Capela de São Pedro de Balsemão em
Lamego

S. PEDRO DE BALSEMÃO



PLANTA

C. 21-55-271004-00

Fig. 374 – CAPELA DE SÃO PEDRO DE BALSEMÃO, Lamego. Planta, 1927. IHRU: SIPA. IPA n.º PT011805210004. DES.00009734.



Fig. 375 – CAPELA DE SÃO PEDRO DE BALSEMÃO, Lamego, 1950. DGEMN: Capela de São Pedro de Balsemão, Processo fotográfico, Proc. n.º 557/2.



Fig. 376 – CAPELA DE SÃO PEDRO DE BALSEMÃO, Lamego. Vista interior, tirada da Capela-mor. Fotografia publ. in Joaquim de VASCONCELOS - *Arte Românica em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992 (1918), est. 41.

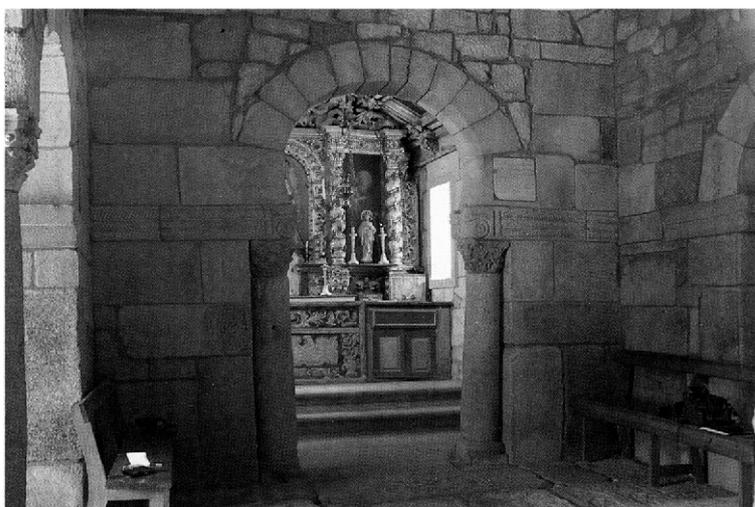


Fig. 377 – CAPELA DE SÃO PEDRO DE BALSEMÃO, Lamego. Aspecto actual do lado sul da igreja de Balsemão. Fotografia publ. in Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA - "Arte da Alta Idade Média", in *História da Arte em Portugal*, Vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 104.

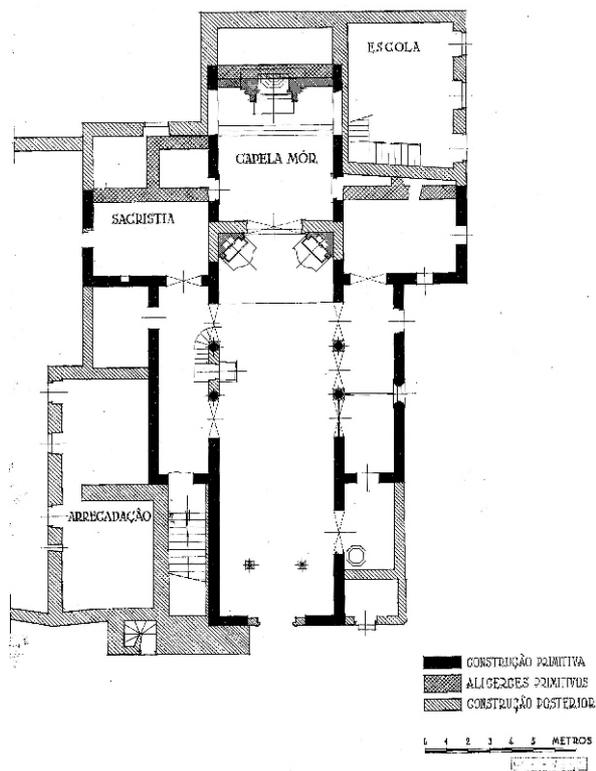


Fig. 378 – IGREJA DE S. PEDRO DE LOUROSА, Oliveira do Hospital. Planta ao nível das entradas antes das obras. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT020611090002, DES.00007893.

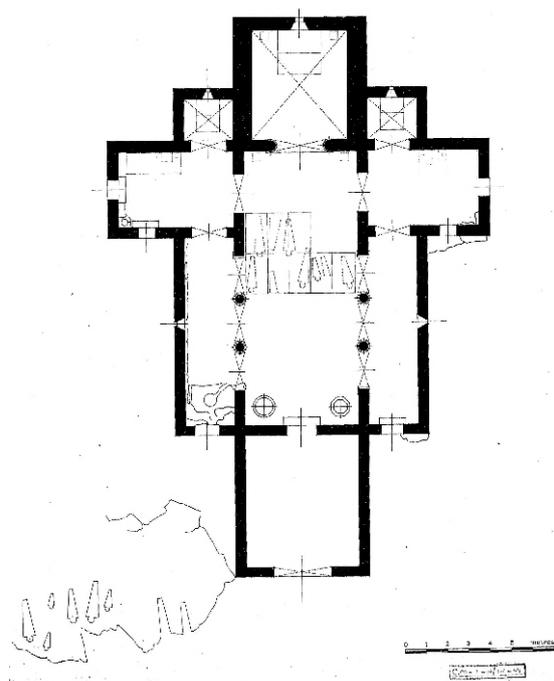


Fig. 379 – IGREJA DE S. PEDRO DE LOUROSА, Oliveira do Hospital. A mesma planta no seu estado actual. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT020611090002, DES.00007894.



Fig. 380 – IGREJA DE S. PEDRO DE LOUROSА, Oliveira do Hospital. Vista geral no início das obras. Fotografia publ. in *Igreja Matriz de Lourosa, Oliveira do Hospital. Boletim da DGEMN*, n.º 55, Março de 1949.

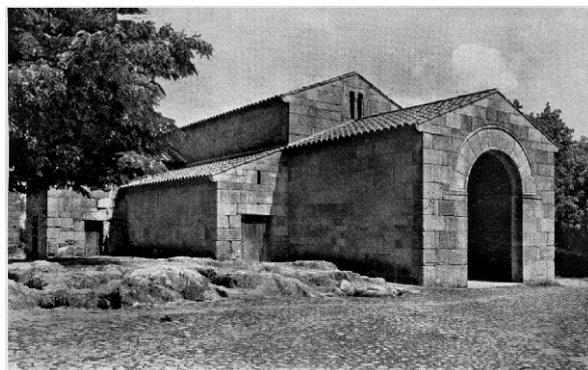


Fig. 381 – IGREJA DE S. PEDRO DE LOUROSА, Oliveira do Hospital. A mesma vista no estado actual. Fotografia publ. in *Igreja Matriz de Lourosa, Oliveira do Hospital. Boletim da DGEMN*, n.º 55, Março de 1949.

Fig. 382 – IGREJA DE S. PEDRO DE LOUROSА, Oliveira do Hospital. Ângulo noroeste da fachada posterior depois das obras. Fotografia publ. in *Igreja Matriz de Lourosa, Oliveira do Hospital. Boletim da DGEMN*, n.º 55, Março de 1949.

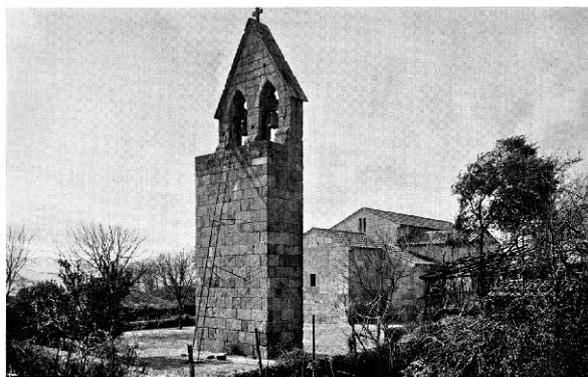


Fig. 383 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Ernesto Korrodi. Conjecturas sobre a sua forma primitiva, c. de 1890-1894. Planta, cortes transversal e longitudinal. Gravura publ. in Ernesto KORRODI - "Um Monumento Bizantino-Latino em Portugal", *Boletim de Architectura e Archiologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, 3ª série, Tomo VIII, n.º 1-2, 1898, p. 19.

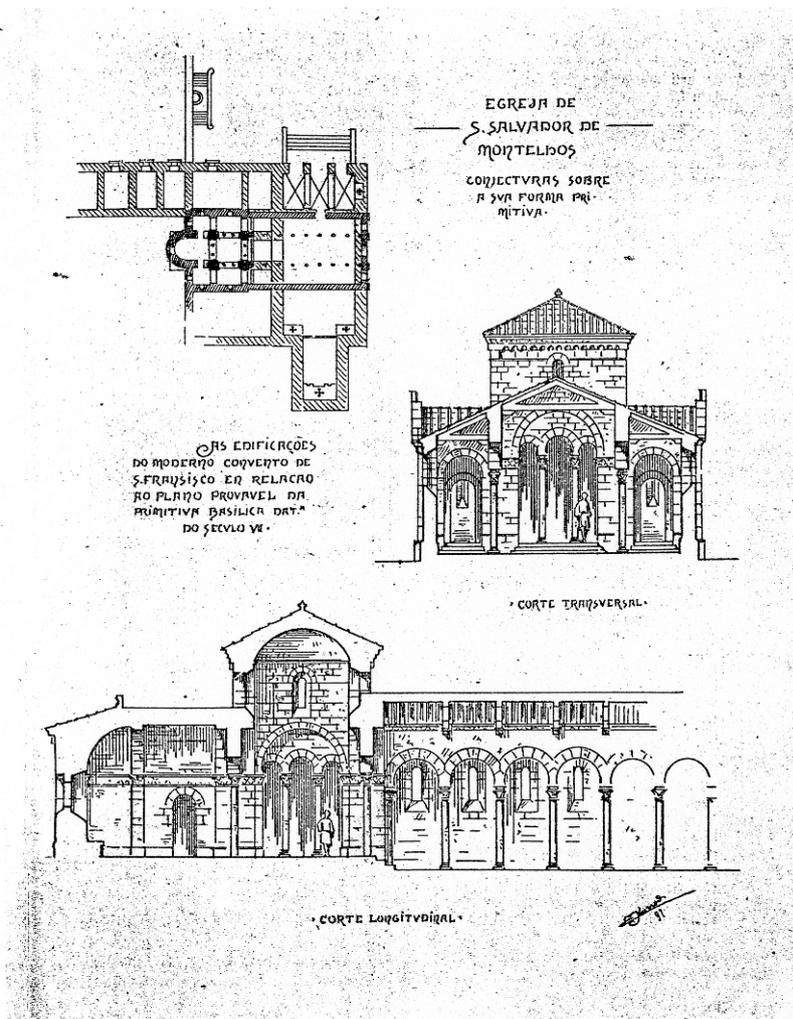


Fig. 384 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Igreja de S. Francisco, vendo-se à direita, anexa ao templo, a Capela de S. Frutuoso. Fotografia publ. in Aarão de LACERDA - *História da Arte em Portugal*, Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1942, p. 110.

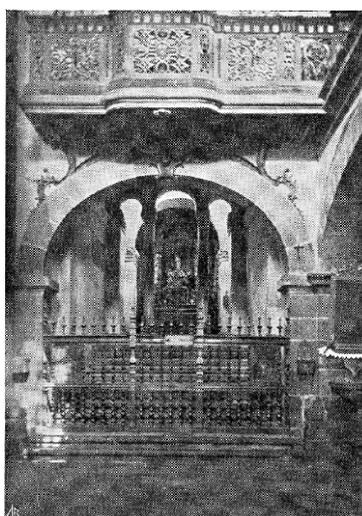


Fig. 385 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Interior da Igreja de S. Francisco, vendo-se a escada de comunicação entre o templo e a Capela de S. Frutuoso. Fotografia publ. in Aarão de LACERDA - *História da Arte em Portugal*, Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1942, p. 111.



Fig. 386 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Interior da Capela de S. Frutuoso antes das obras de restauro. Fotografia publ. in Aarão de LACERDA - *História da Arte em Portugal*, Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1942, p. 112.

Fig. 387 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Interior da Capela de S. Frutuoso. Fotografia publ. in P. Manuel de Aguiar BARREIRO - *Braga Monumental. A Catedral, a Capela dos Coimbras e a Capela de S. Frutuoso*. Porto: Marques Abreu Editor, 1927.

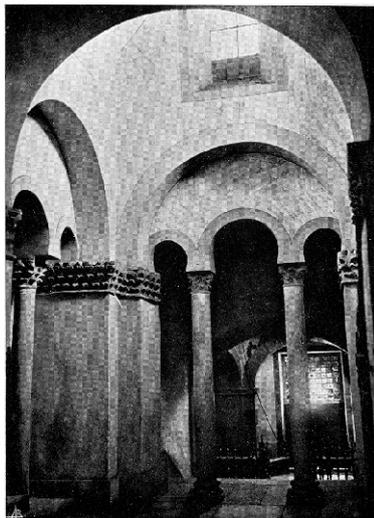


Fig. 388 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Interior da Capela de S. Frutuoso, vendo-se a escada de comunicação com a Igreja de S. Francisco. Fotografia publ. in Joaquim de VASCONCELOS - *Arte Românica em Portugal* (1918). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992, est. 185.

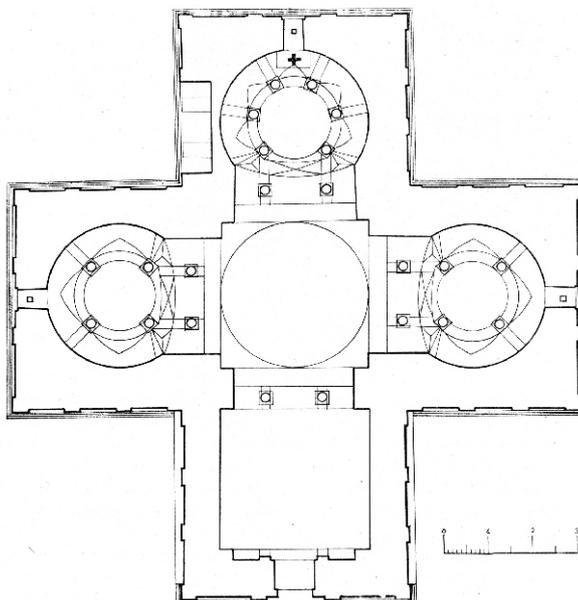


Fig. 389 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. João de Moura Coutinho e Sousa Louro. Planta. Desenho publ. in Aarão de LACERDA - *História da Arte em Portugal*, Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1942, p. 109.

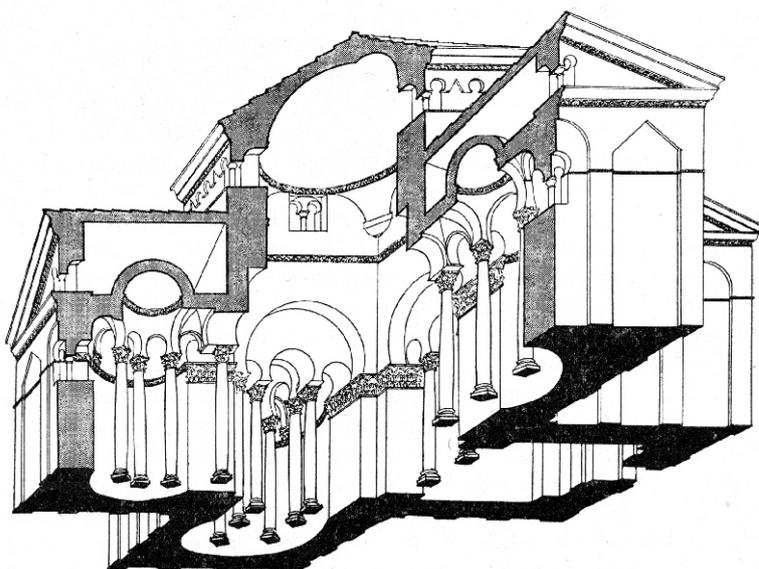


Fig. 390 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. João de Moura Coutinho e Sousa Louro. Perspectiva isométrica. Desenho publ. in Aarão de LACERDA - *História da Arte em Portugal*, Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1942, p. 108.

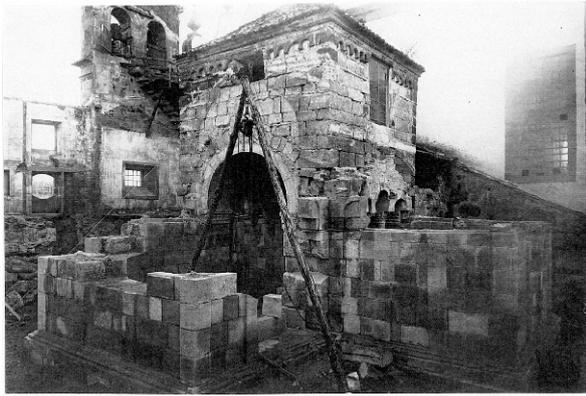


Fig. 391 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Início das obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.042029.

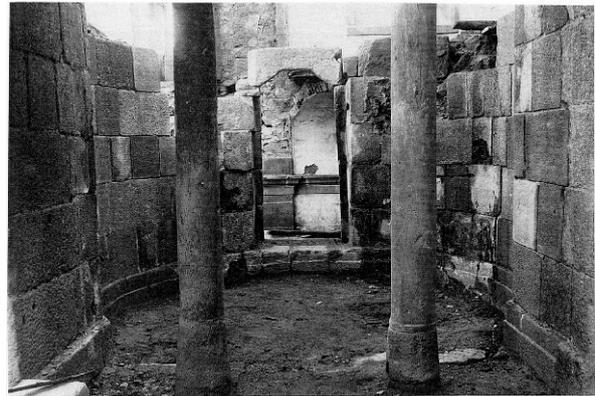


Fig. 392 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Braço Sul, início das obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.042033.

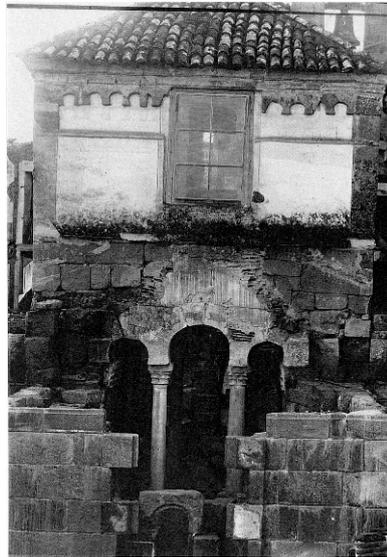


Fig. 393 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Início das obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.042030.

Fig. 394 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Interior, início das obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.042028.

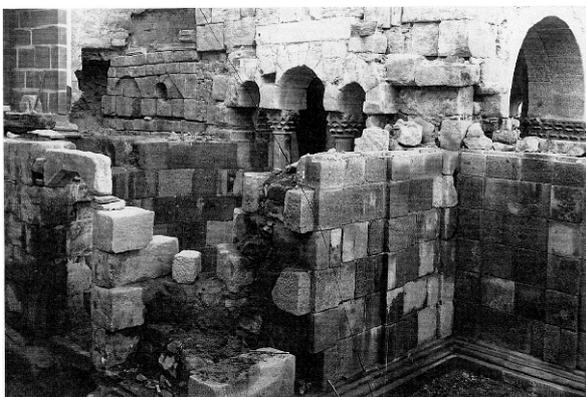
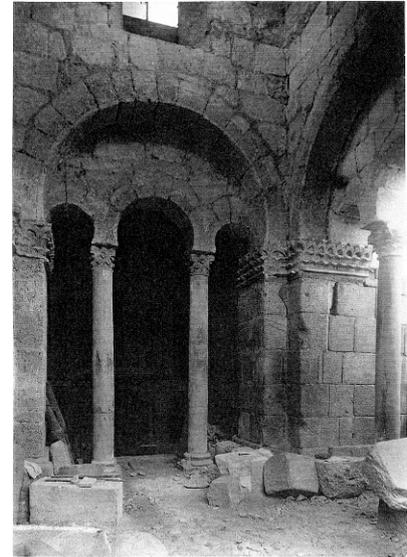


Fig. 395 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Braço Sul, durante as obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.539623.

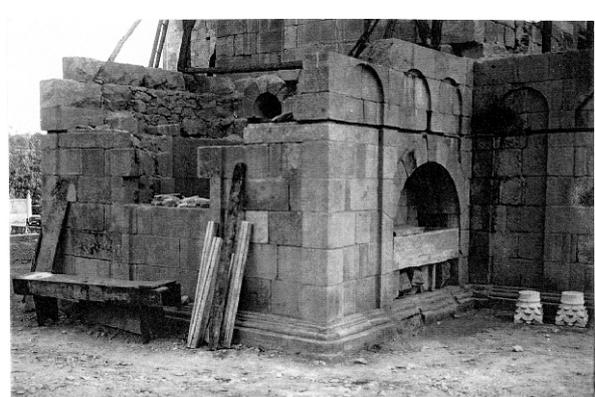


Fig. 396 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Braço Este, durante as obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.042027.

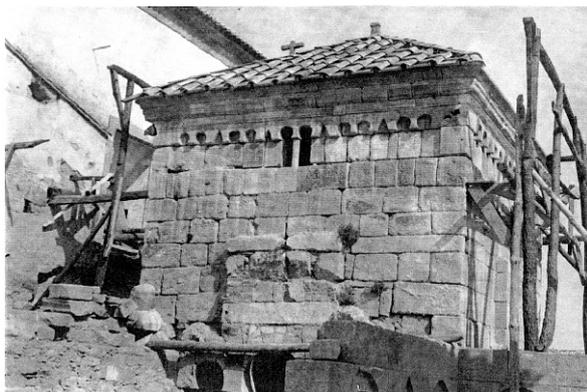


Fig. 397 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Torre, durante as obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.042018.



Fig. 398 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Braços Este e Norte, durante as obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.042019.



Fig. 399 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Exterior da capela depois do restauro efectuado por Moura Coutinho, 1938. Fotografia publ. in Aarão de LACERDA - *História da Arte em Portugal*, Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1942, p. 112a.

Fig. 400 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Rogério de Azevedo. Esboceto de estudo de restauro. Axonometria. N/dat.; n/ass.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, DES.005703.

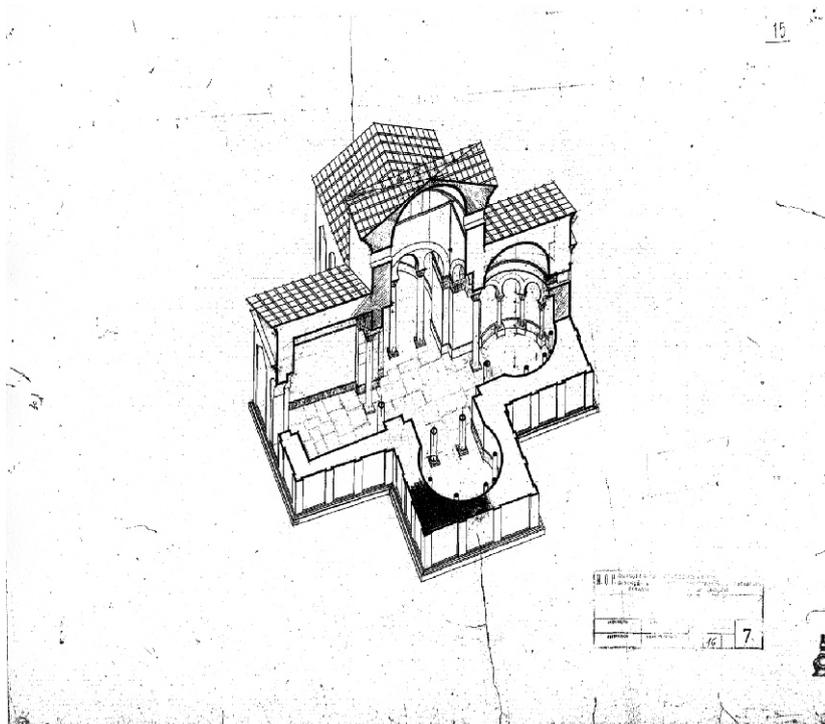
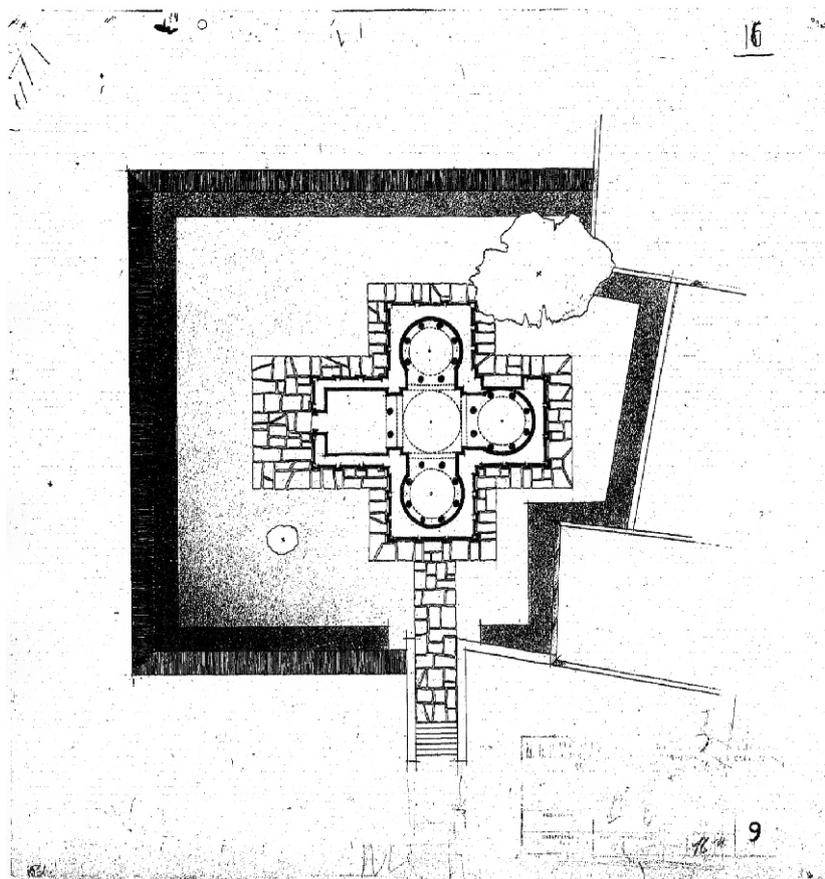


Fig. 401 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Rogério de Azevedo. Estudo de restauro. Planta. N/dat.; n/ass.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, DES.005704.



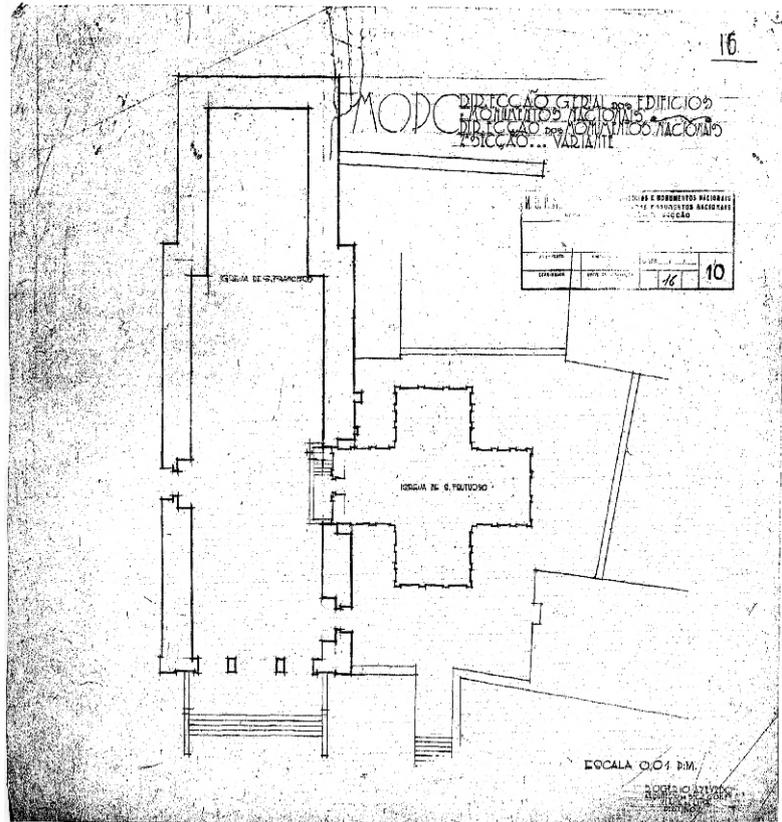


Fig. 402 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Rogério de Azevedo. Variante ao acesso de ligação da Igreja de S. Frutuoso de Montélios com a Igreja de S. Francisco, 1939. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo, Arquitecto; Viana de Lima, desenhou. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, DES.005705.



Fig. 403 – MAUSOLÉU DE GALLA PLACÍDIA, Ravenna. Postal dirigido e enviado a Rogério de Azevedo, anexo ao Processo de S. Frutuoso de Montélios. DGEMN, Proc. n.º 32/58.



Fig. 404 – EGLISE DE MONTIERNEUF, Poitiers. Absidiolo. Postal anexo ao Processo de S. Frutuoso de Montélios. DGEMN.

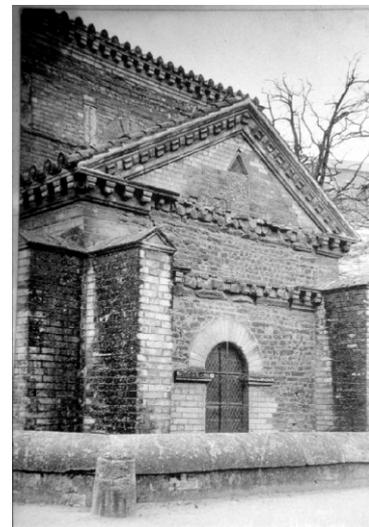


Fig. 405 – BAPTISTERE SAINT-JEAN, Poitiers. "Vue prise du sud-est". Postal anexo ao Processo de S. Frutuoso de Montélios. DGEMN.



Fig. 406 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. A capela em 1959. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010303370014, FOTO.042037.

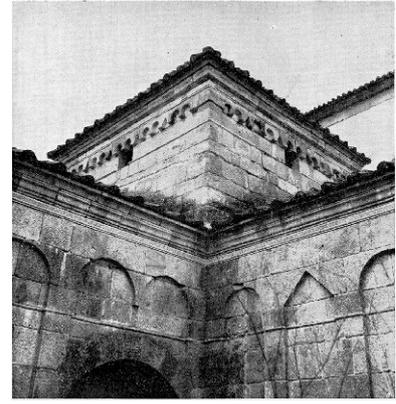


Fig. 407 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Torreão central. Fotografia publ. in António de AZEVEDO - *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: s/ed., 1965, s/n.



Fig. 408 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Capela-mor (exterior). Fotografia publ. in António de AZEVEDO - *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: s/ed., 1965, s/n.

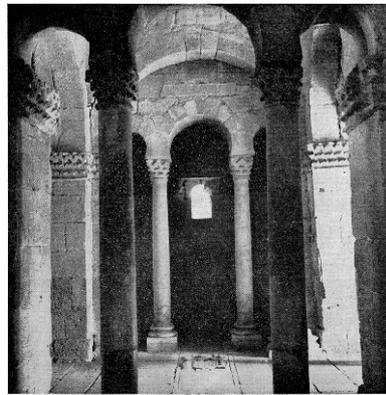


Fig. 409 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Capela-mor (interior) e sepultura do séc. XVI. Fotografia publ. in António de AZEVEDO - *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: s/ed., 1965, s/n.



Fig. 410 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Capela de entrada (interior, com abóbada de berço). Fotografia publ. in António de AZEVEDO - *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: s/ed., 1965, s/n.

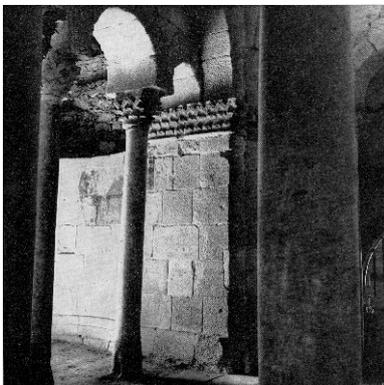


Fig. 411 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Interior. Fotografia publ. in António de AZEVEDO - *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: s/ed., 1965, s/n.

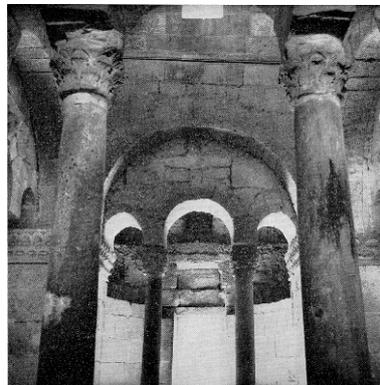


Fig. 412 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Timpano fechado. Fotografia publ. in António de AZEVEDO - *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: s/ed., 1965, s/n.

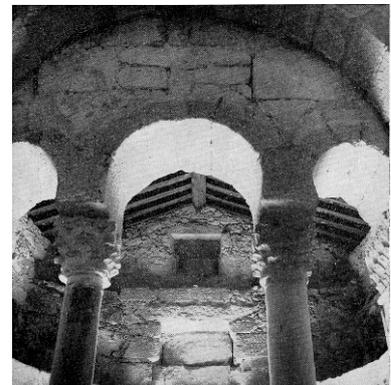


Fig. 413 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Timpano fechado. Fotografia publ. in António de AZEVEDO - *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: s/ed., 1965, s/n.

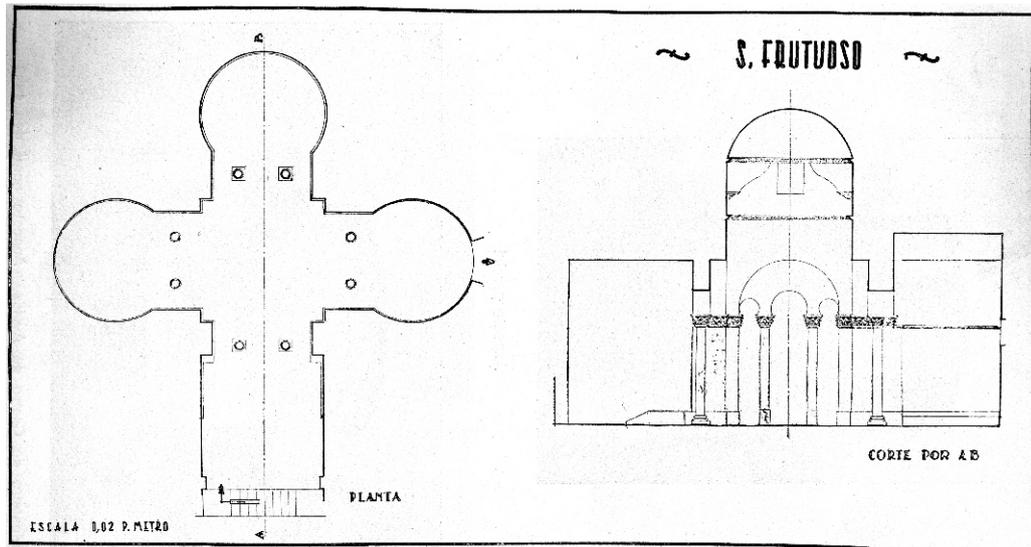


Fig. 414 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. “Planta da Capela de S. Frutuoso”. Desenho publ. in Manuel MONTEIRO - *Dispensos*, vol. 1. Braga: Ed. da ASPA, 1980, est. CXXI.

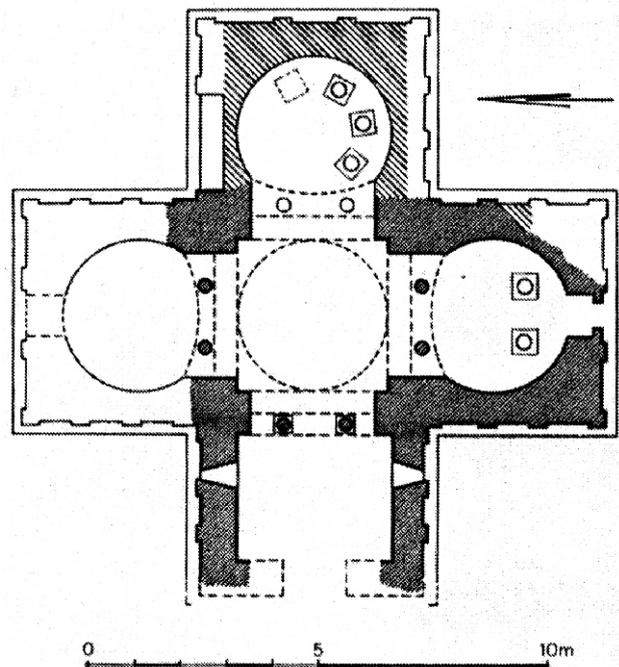


Fig. 415 – CAPELA DE SÃO FRUTUOSO DE MONTÉLIOS, Braga, Real. Planta (seg. Th. Hauschild). Assinalam-se a preto os muros primitivos que subsistiam aquando do seu restauro e marcam-se a tracejado as parcelas de alicerces antigos que se encontraram. Em branco aparecem-nos as restantes partes que as obras de restauro de Moura Coutinho e da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais restabeleceram. Desenho publ. in M. Justino MACIEL - “A Época Clássica e a Antiguidade Tardia” in *História da Arte Portuguesa*, Vol. I. Direcção de Paulo PEREIRA. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, p. 136.



Fig. 416 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. A aldeia de S. Pedro de Rates, vista por Pier Maria Baldi em 1669. Desenho publ. in Flávio Gonçalves - "Notas sobre a Igreja românica de São Pedro de Rates", *O Tripeiro*, n.º 12, Abril de 1959, V Série, Ano XIV, p. 357.

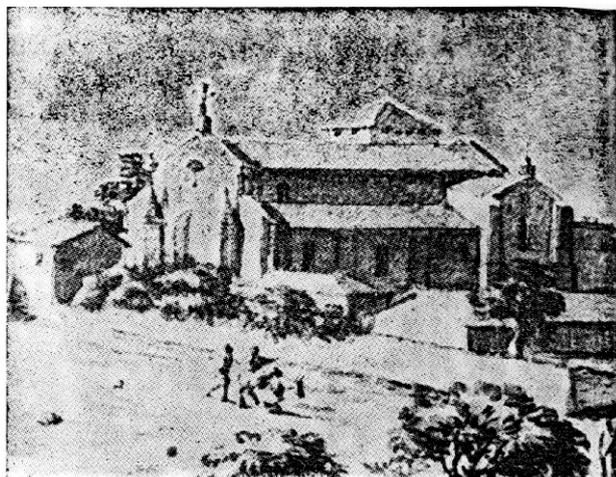


Fig. 417 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. A aldeia de S. Pedro de Rates, vista por Pier Maria Baldi em 1669 - pormenor. Desenho publ. in Flávio Gonçalves - "Notas sobre a Igreja românica de São Pedro de Rates", *O Tripeiro*, n.º 12, Abril de 1959, V Série, Ano XIV, p. 357.

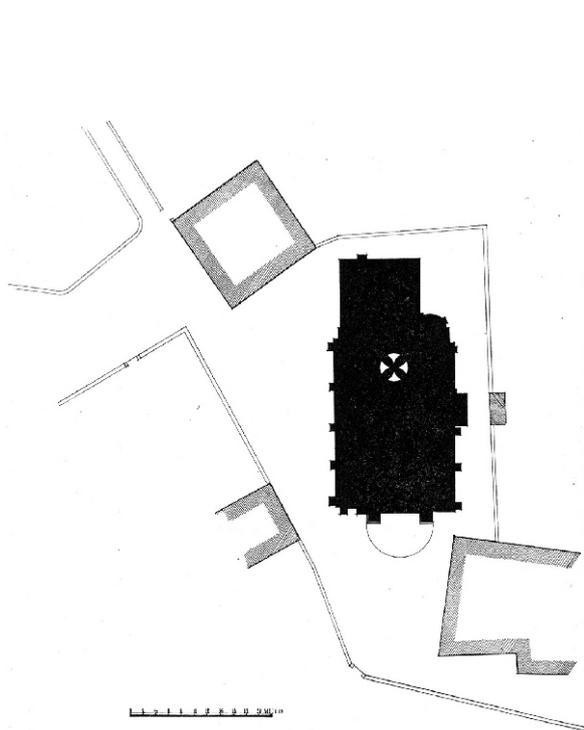


Fig. 418 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Planta topográfica do local da igreja, antes das obras. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

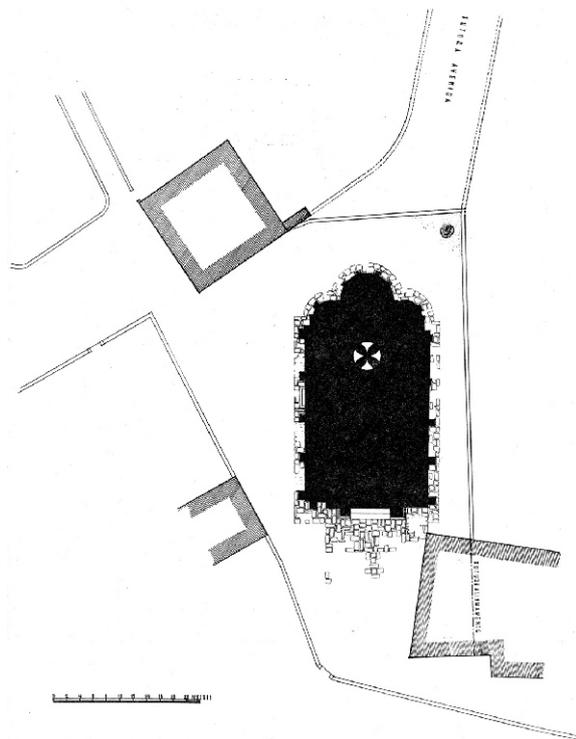


Fig. 419 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. A mesma planta com a indicação dos futuros alinhamentos. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

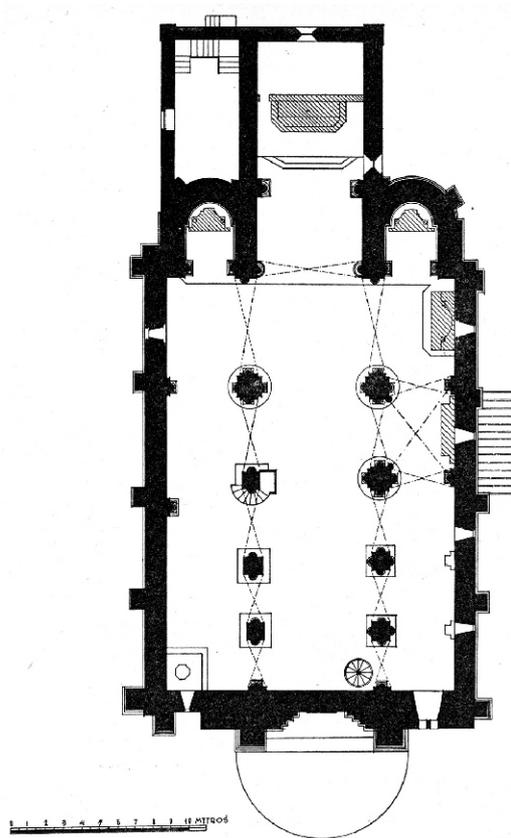
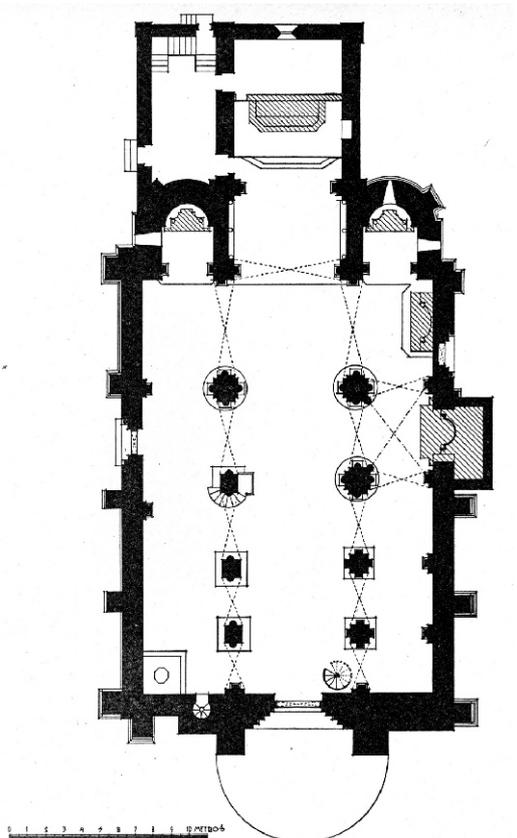
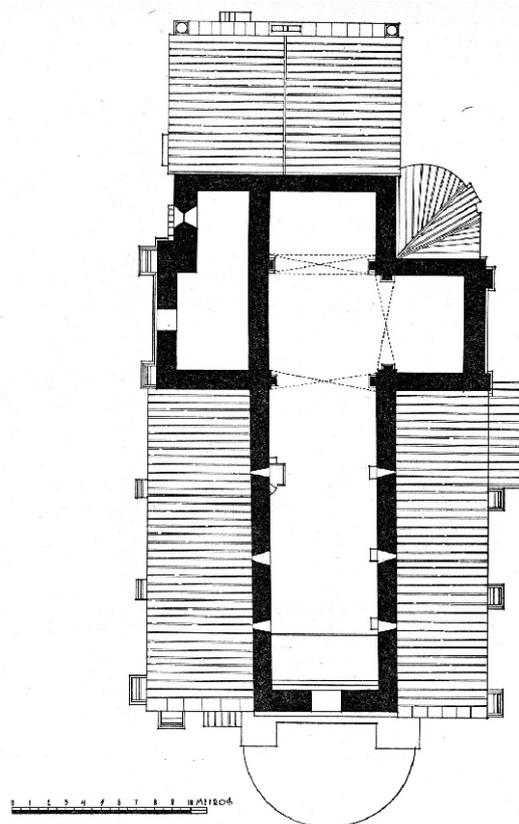


Fig. 420 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Planta baixa da igreja, antes dos trabalhos. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010520.

Fig. 421 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Planta ao nível das portas inferiores, antes dos trabalhos. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010524.

Fig. 422 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Planta ao nível das frestas da nave central, antes dos trabalhos. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010526.



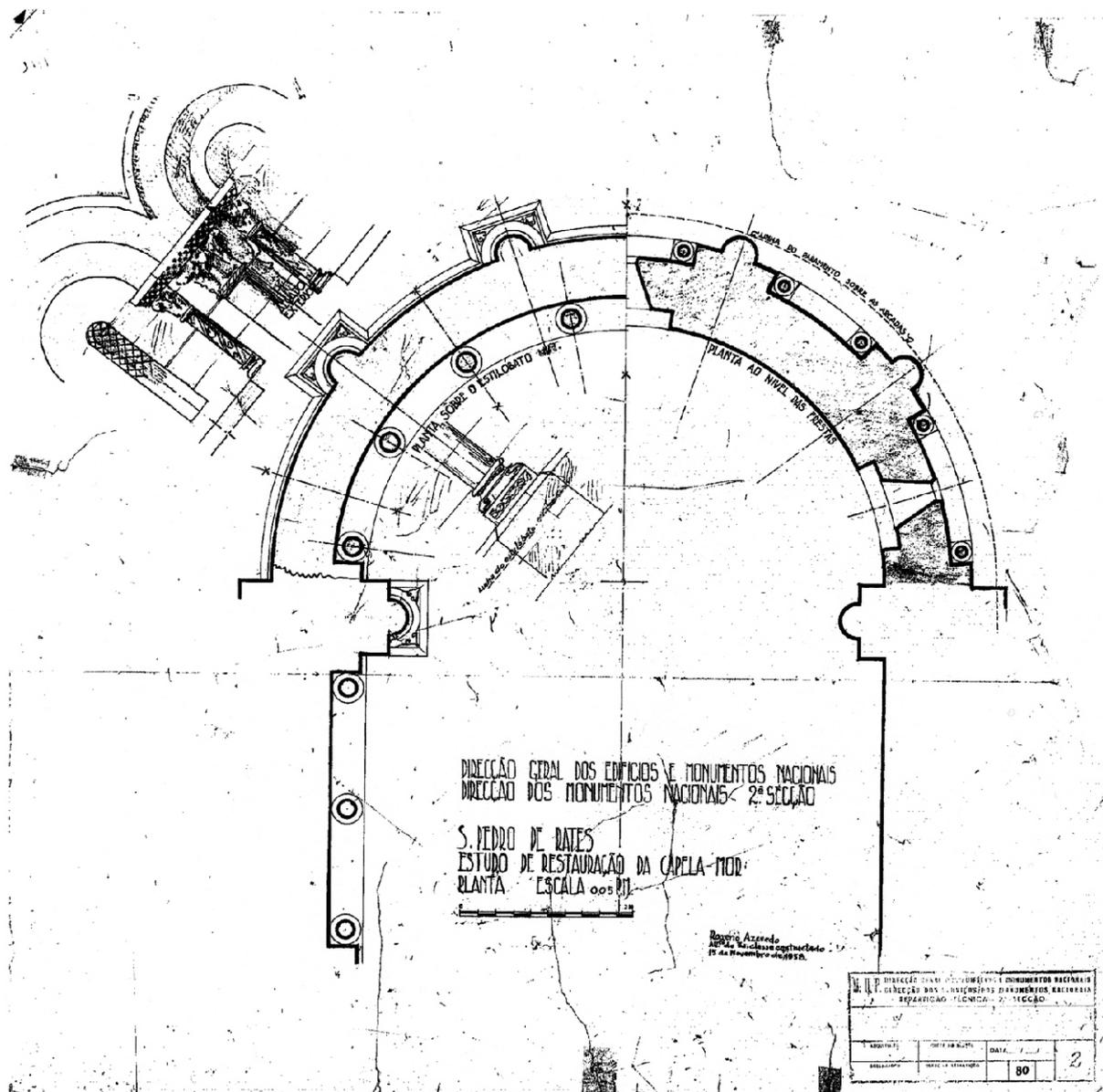


Fig. 423 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Rogério de Azevedo. Estudo de restauração da capela-mor. Planta, corte e alçado. Ass., dat.: Rogério Azevedo, arq. de 3ª classe contratado, 15 de Novembro de 1938. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.003319.

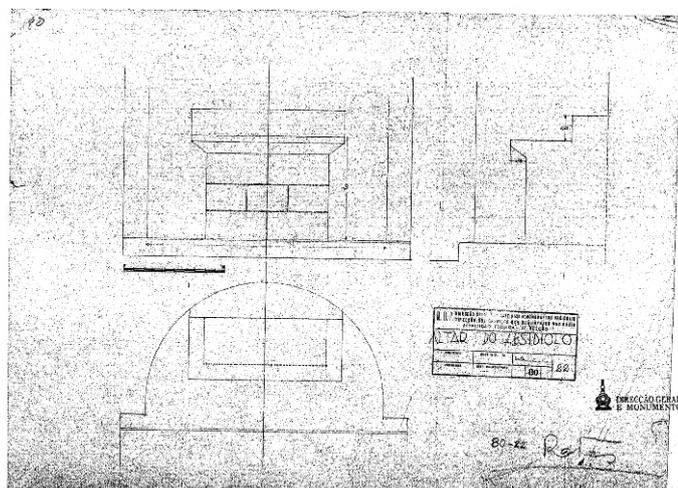


Fig. 424 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Altar do absidiolo. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.003325.

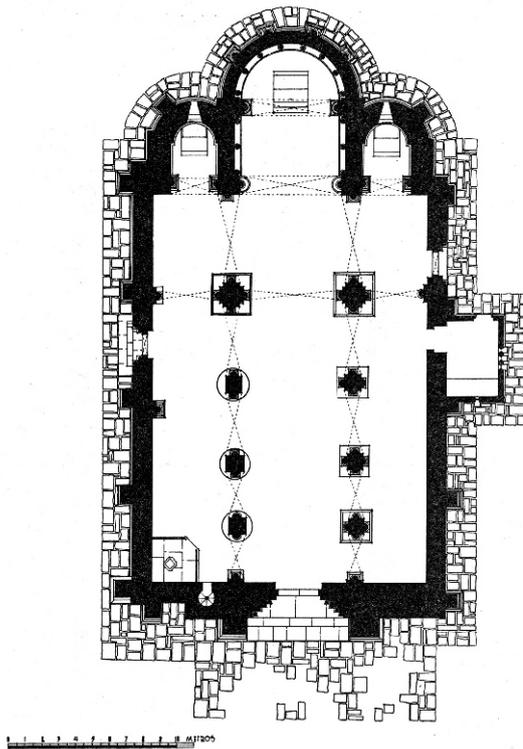


Fig. 425 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Planta baixa da igreja após a conclusão das obras. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010523.

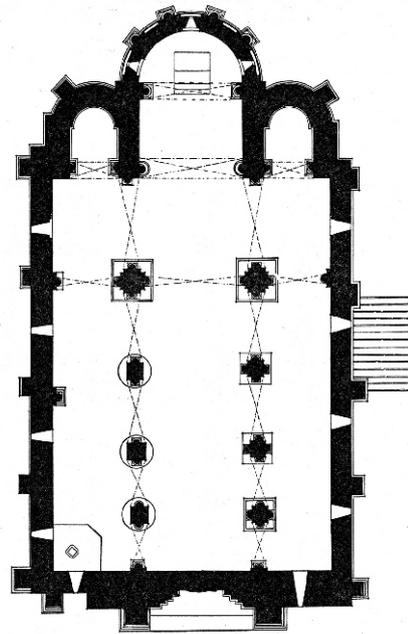


Fig. 426 - IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Planta ao nível das portas inferiores depois de terminados os trabalhos. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010525.

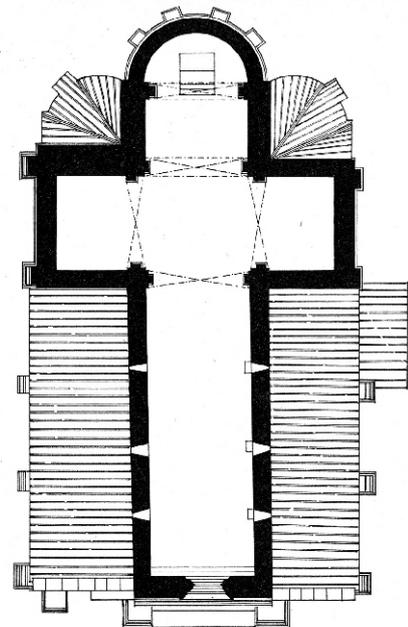


Fig. 427 - IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Planta ao nível das frestas da nave central depois dos trabalhos. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010523.

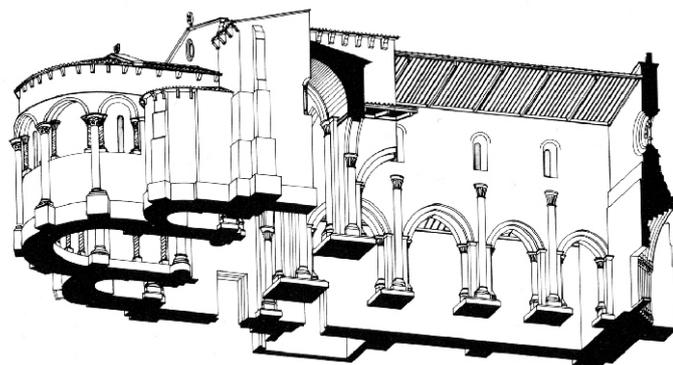


Fig. 428 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Axonometria. Desenho publ. in *Os antecedentes medievais dos descobrimentos*. Lisboa: XVII Exposição Europeiade Arte, Ciência e Cultura / Convento da Madre de Deus, 1983, p. 150.

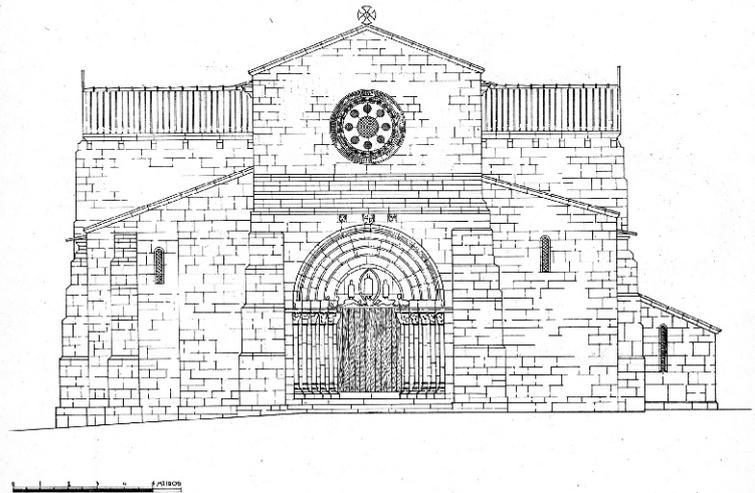


Fig. 429 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Fachada principal da igreja, depois dos trabalhos. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010517.

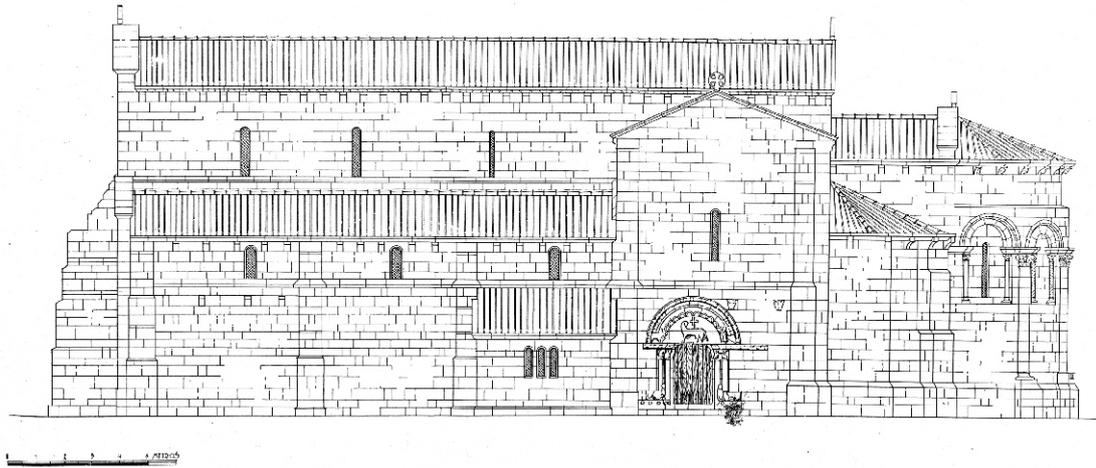


Fig. 430 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Fachada sul restaurada. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010518.

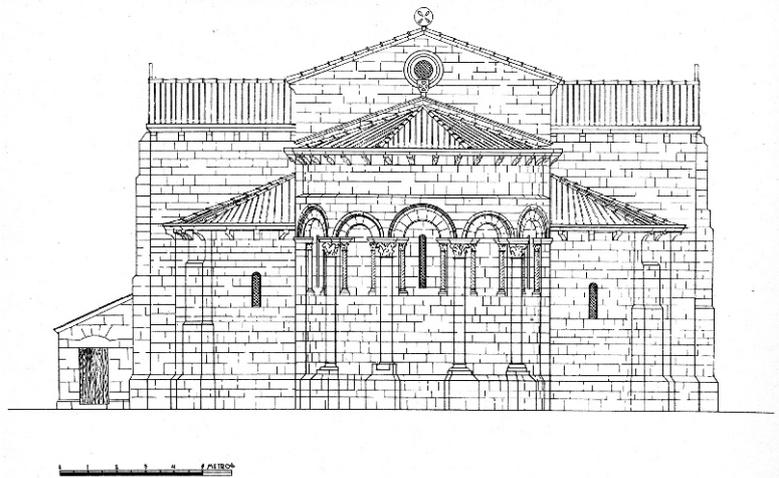


Fig. 431 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Fachada posterior restaurada. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010521.

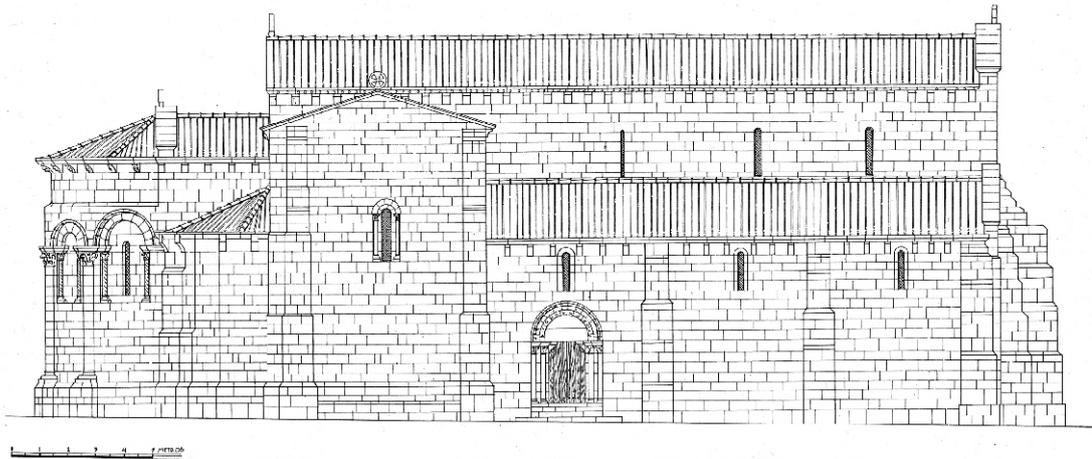


Fig. 432 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Fachada norte após os trabalhos de restauro. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010528.

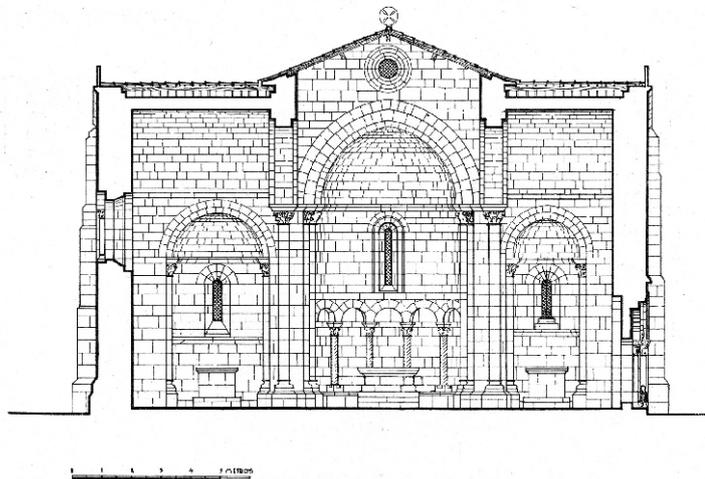


Fig. 433 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Corte transversal pelo transepto, depois da restauração. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010527.

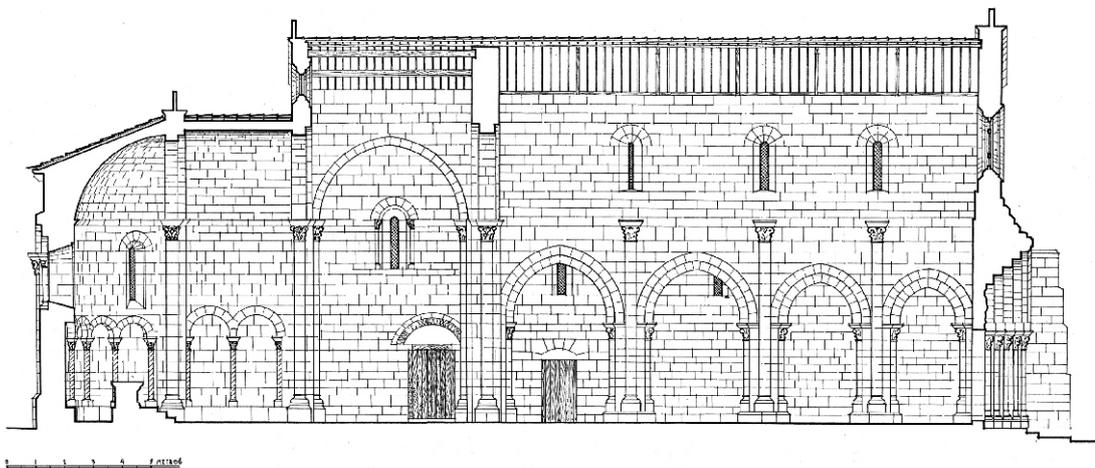


Fig. 434 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Corte longitudinal depois da restauração. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, DES.010516.



Fig. 435 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Fachada principal da igreja, antes das obras de restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.



Fig. 436 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. A mesma fachada depois de terminados os trabalhos. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.



Fig. 437 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Fachada norte da igreja, antes da restauração, destacando-se a torre que se erguia sobre o transepto. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

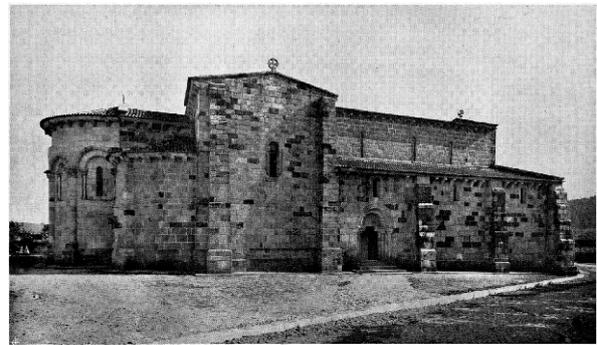


Fig. 438 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. A mesma fachada depois de demolida a tórre e concluída a restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.



Fig. 439 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Aspecto exterior da capela-mor no início das obras de restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.



Fig. 440 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Outro aspecto da igreja, depois da restauração vendo-se a capela-mor primitiva, reconstituída. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

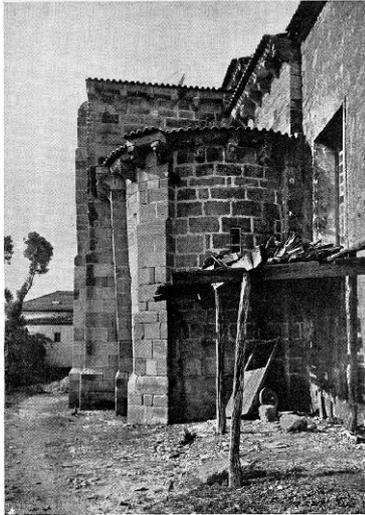


Fig. 441 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Um dos absidiolos da igreja, antes dos trabalhos da restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.



Fig. 442 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. O absidiolo sul e a abóbada do transepto durante as obras. Fotografia publ. in *Cais*, n.º 53, Dezembro de 2000, p. 39.

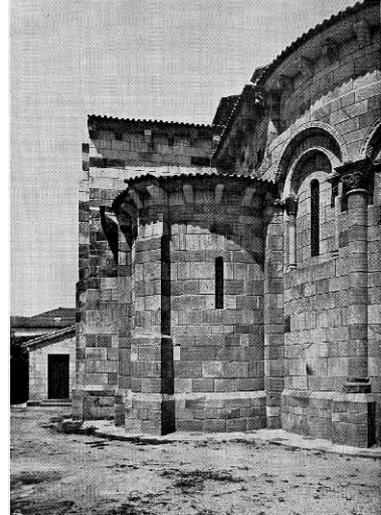


Fig. 443 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. O absidiolo sul, depois de concluídos os trabalhos. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

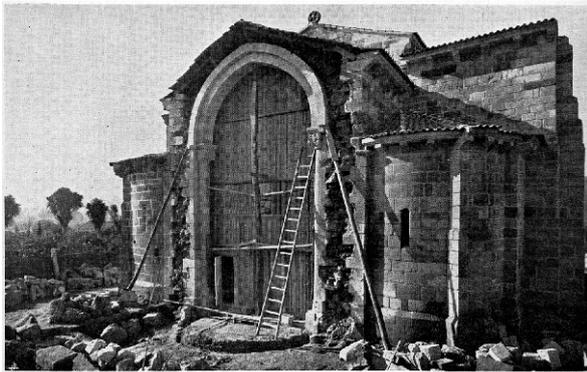


Fig. 444 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Aspecto posterior da igreja durante a restauração vendo-se o alicerce primitivo da capela-mor. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, FOTO.043033.

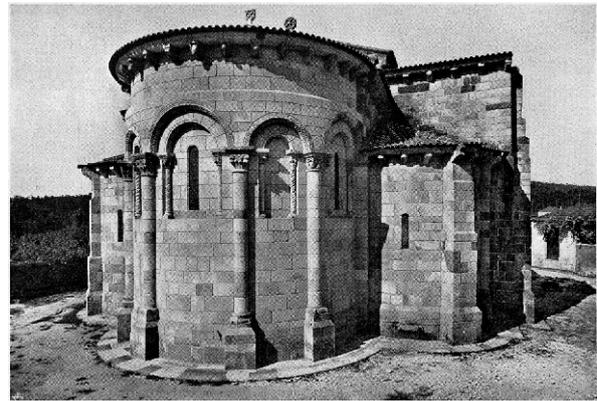


Fig. 445 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. O mesmo aspecto com a capela-mor reconstituída. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, FOTO.043034.

Fig. 446 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Conjunto interior da igreja e capela-mor, antes da restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.



Fig. 447 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. O mesmo conjunto depois de concluída a restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

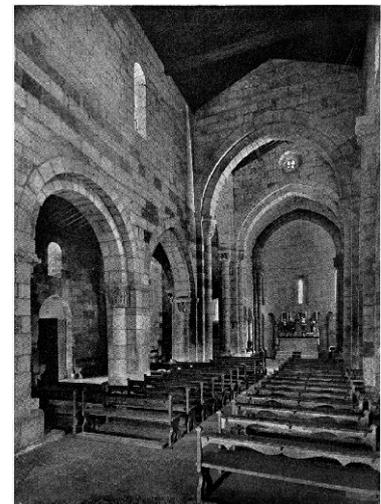




Fig. 448 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Pormenor do interior da igreja, antes das obras. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

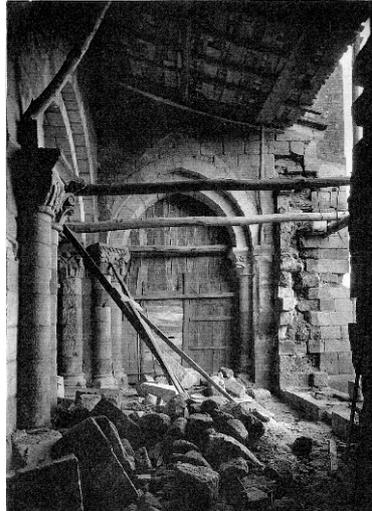


Fig. 449 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Destruição da abóbada artesoada na nave lateral sul e retirada das colunas que a sustentavam. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, FOTO.043006.

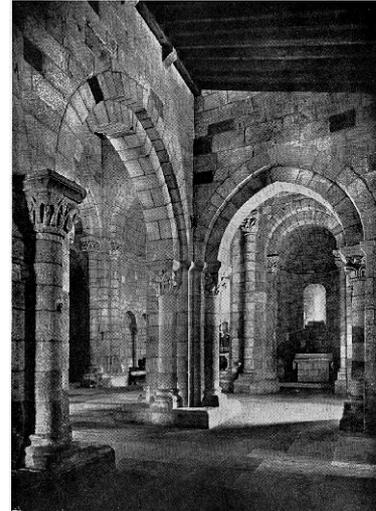


Fig. 450 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Pormenor do interior da igreja depois da conclusão dos trabalhos de restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.



Fig. 451 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. O interior da capela-mor existente antes das obras. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

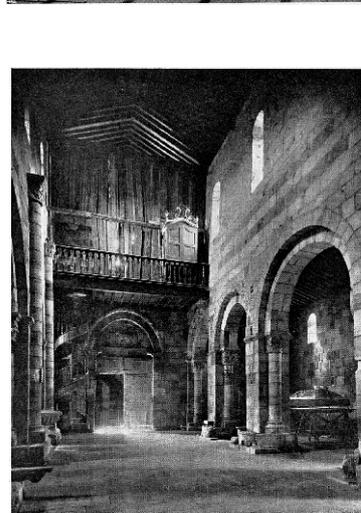


Fig. 452 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. O interior da capela-mor após a sua reconstituição. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.



Fig. 453 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Outro conjunto do interior da igreja, antes da restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011313110001, FOTO.043044.

Fig. 454 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. O mesmo conjunto depois das obras. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

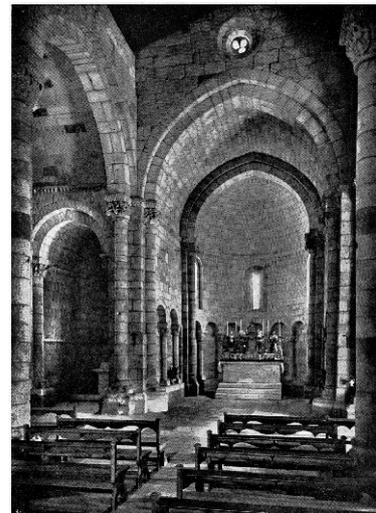


Fig. 455 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Outro conjunto do interior da igreja, depois da restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

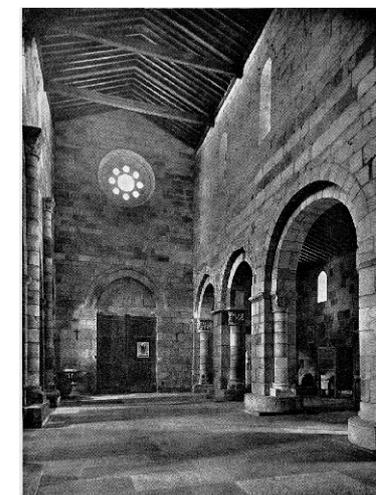


Fig. 456 – IGREJA DE S. PEDRO DE RATES, Póvoa de Varzim. Outro conjunto do interior da igreja, depois da restauração. Fotografia publ. in *S. Pedro de Rates. Boletim da DGEMN*, n.º 23, Março de 1941.

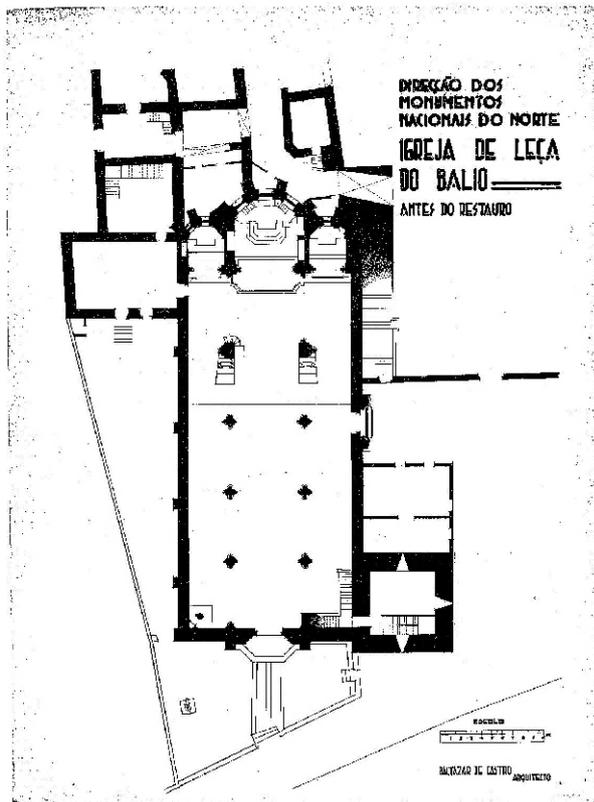


Fig. 455 – IGREJA DE LEÇA DO BALIO. Baltazar de Castro. Planta antes do restauro. Ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011308040001, DES.010337.

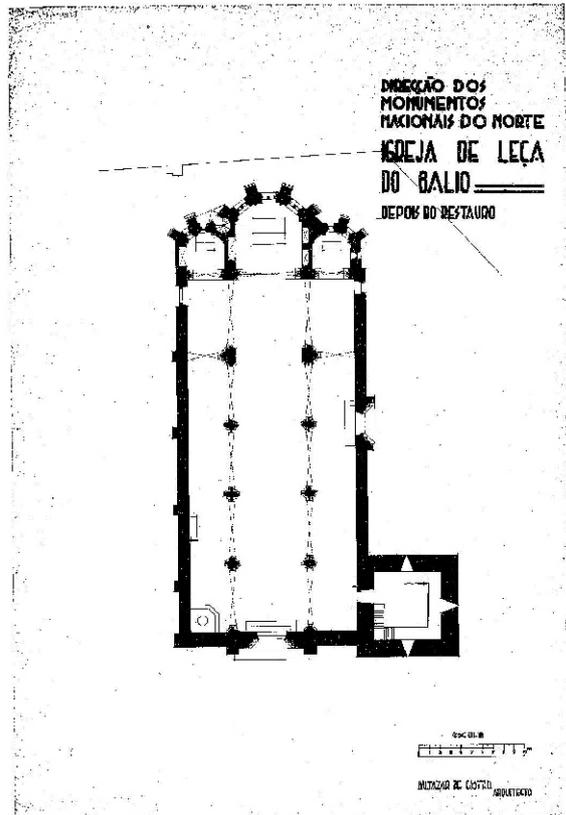


Fig. 456 – IGREJA DE LEÇA DO BALIO. Baltazar de Castro. Planta depois do restauro. Ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011308040001, DES.010334.



Fig. 457 – IGREJA DE LEÇA DO BALIO. A vivenda antiga que circundava a cabeceira do monumento. Fotografia publ. in *Igreja de Leça do Bailio. Boletim da DGEMN*, n.º 1, Setembro de 1935.

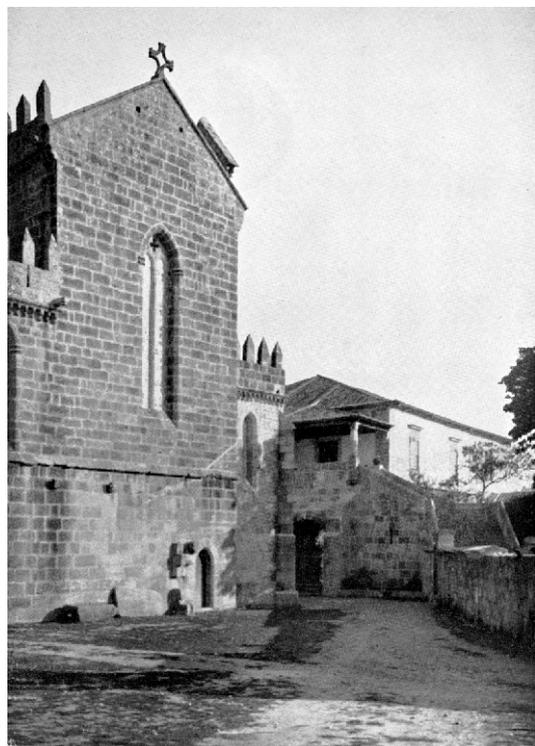


Fig. 458 – IGREJA DE LEÇA DO BALIO. Vista da cabeceira isolada. Fotografia publ. in *Igreja de Leça do Bailio. Boletim da DGEMN*, n.º 1, Setembro de 1935.

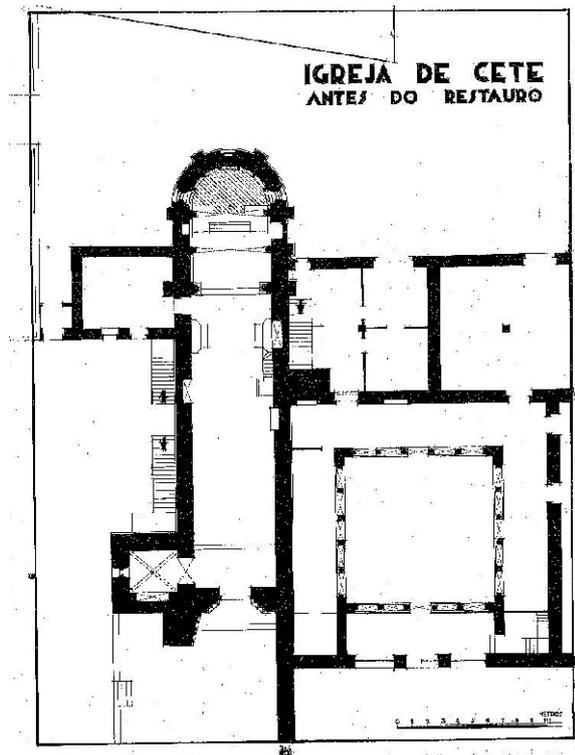


Fig. 459 – IGREJA DE CETE. Planta ao nível das entradas antes do restauro. Ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011308040001, DES.010350.

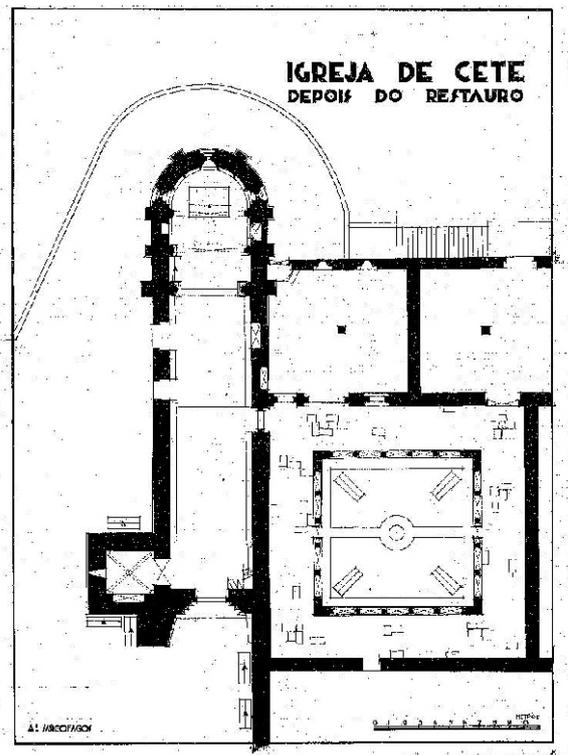


Fig. 460 – IGREJA DE CETE. Planta ao nível das entradas depois do restauro. Ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011308040001, DES.010355.



Fig. 461 – IGREJA DE CETE. Demolição de um arco manuelino de sanefa, sotoposto a um arco primitivo. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011308040001, FOTO.060853.

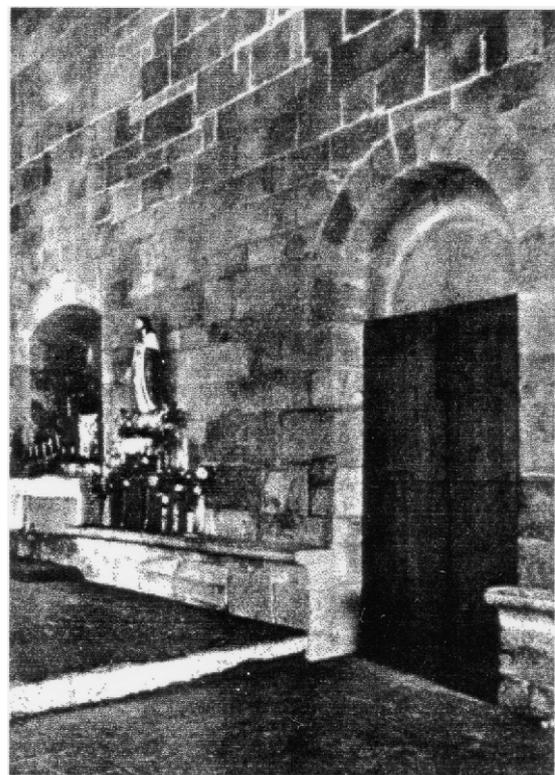


Fig. 462 – IGREJA DE CETE. O arco primitivo após a restauração. Fotografia publ. in *Igreja de Cete, Boletim da DGEMN*, n.º 3, Março de 1936.

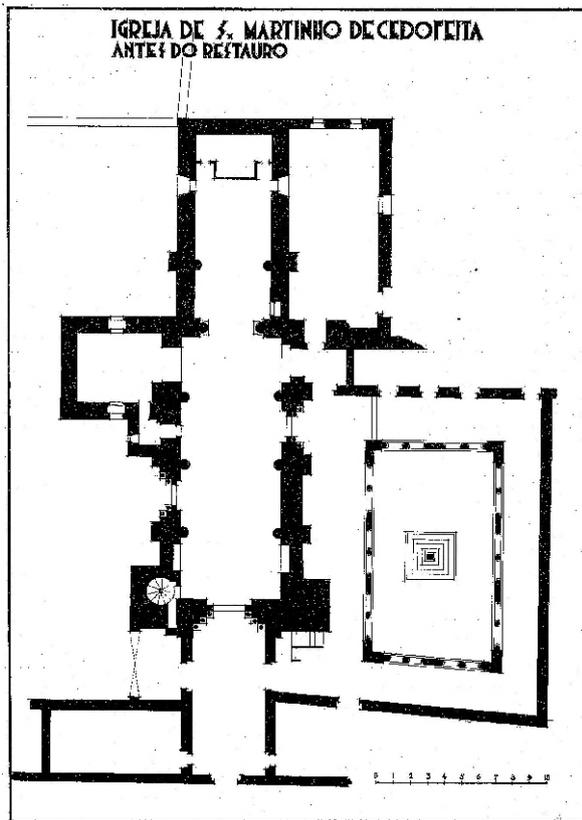


Fig. 463 – IGREJA DE CEDOFEITA, Porto. Planta ao nível das entradas antes do restauro. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312040002, DES.010346.

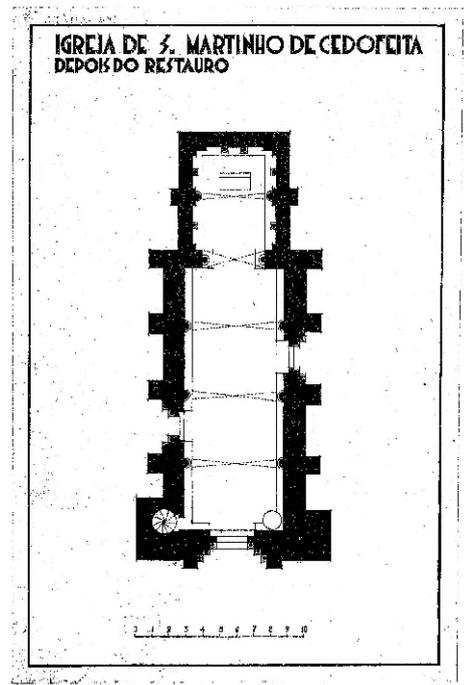


Fig. 464 – IGREJA DE CEDOFEITA, Porto. Planta ao nível das entradas depois do restauro. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312040002, DES.010343.

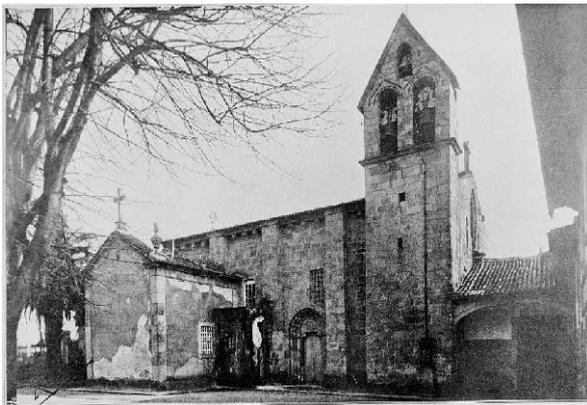


Fig. 465 – IGREJA DE CEDOFEITA, Porto. Aspecto da Igreja de Cedofeita, anteriormente à restauração. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312040002, FOTO.055665.



Fig. 466 – IGREJA DE CEDOFEITA, Porto. A igreja restaurada e isolada, vista de noroeste. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011312040002, FOTO.055666.

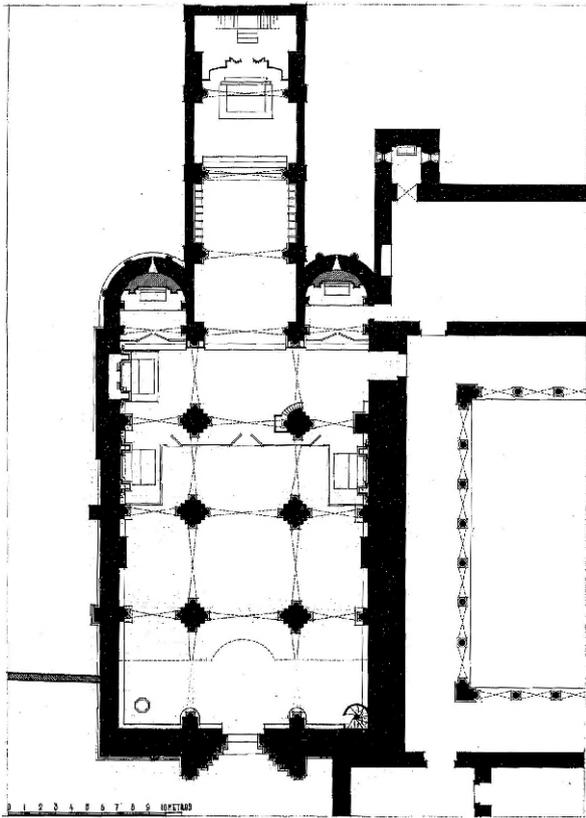


Fig. 467 – IGREJA DE PAÇO DE SOUSA. Planta da igreja antes do começo dos trabalhos. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011311220003, DES.010483.

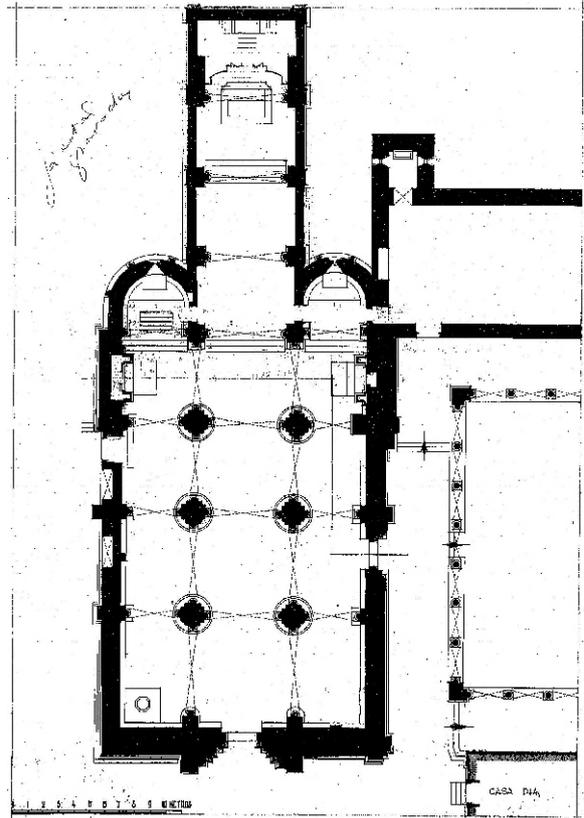


Fig. 468 – IGREJA DE PAÇO DE SOUSA. A mesma planta depois dos trabalhos de limpeza e restauração. IHRU: SIPA, IPA n.º PT011311220003, DES.01046.



Fig. 469 – IGREJA DE PAÇO DE SOUSA. Vista de conjunto da igreja e mosteiro, antes do incêndio, que marcou o começo dos trabalhos de restauro. Fotografia publ. in *Igreja de Paço de Sousa, Boletim da DGEMN*, n.º 17, Setembro de 1939.



Fig. 470 – IGREJA DE PAÇO DE SOUSA. A mesma vista de conjunto após o restauro. Fotografia publ. in *Igreja de Paço de Sousa, Boletim da DGEMN*, n.º 17, Setembro de 1939.

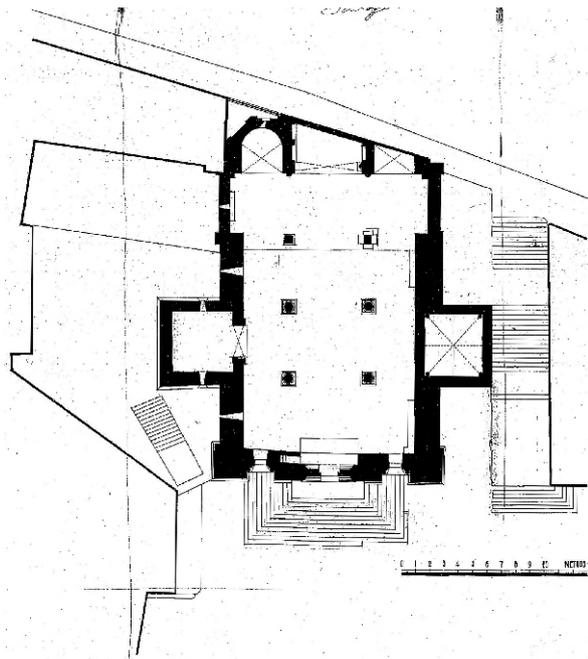


Fig. 471 – IGREJA DE S. TIAGO, Coimbra. Planta da igreja antes das obras. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT020603190008, DES.010587.

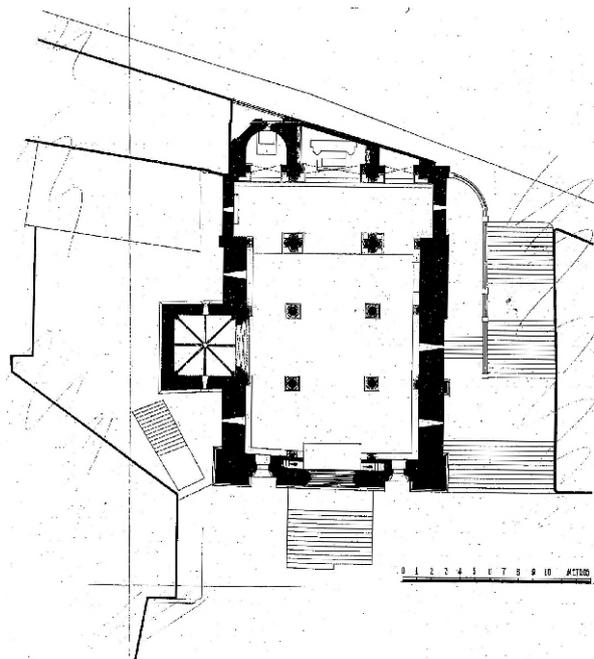


Fig. 472 – IGREJA DE S. TIAGO, Coimbra. A mesma planta depois da conclusão dos trabalhos. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT020603190008, DES.010588.

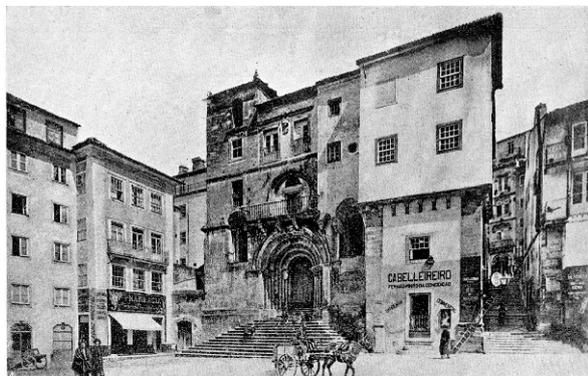


Fig. 473 – IGREJA DE S. TIAGO, Coimbra. Aspecto da fachada principal da igreja, antes das primeiras obras de restauração. IHRU: SIPA, IPA n.º PT020603190008, FOTO.096277.



Fig. 474 – IGREJA DE S. TIAGO, Coimbra. O mesmo aspecto da igreja, no seu estado actual. IHRU: SIPA, IPA n.º PT020603190008, FOTO.096292.



Fig. 475 – CASTELO, IGREJA DE S. MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Ortofotografias do Monte Latito ou Falperra, 1995. Centro Nacional de Informação Geográfica.



Fig. 476 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Vista aérea actual. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, FOTO.0308013.

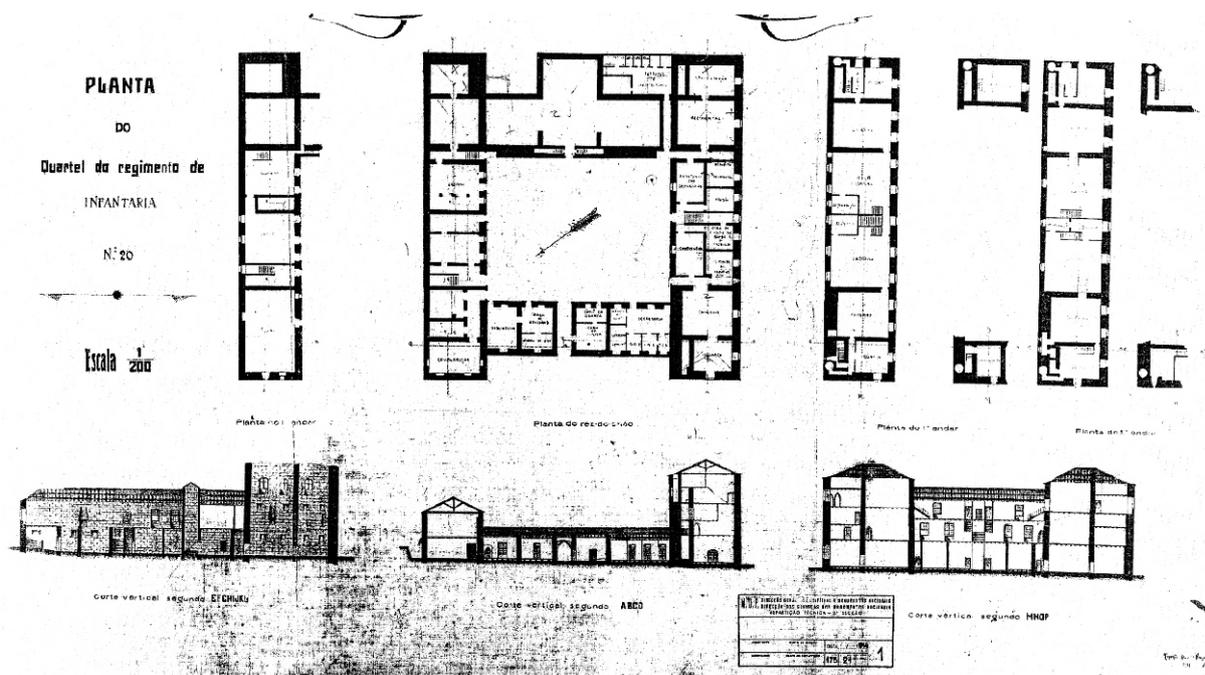


Fig. 477 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Planta do Quartel do regimento de Infantaria N.º 20, 1914. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013.

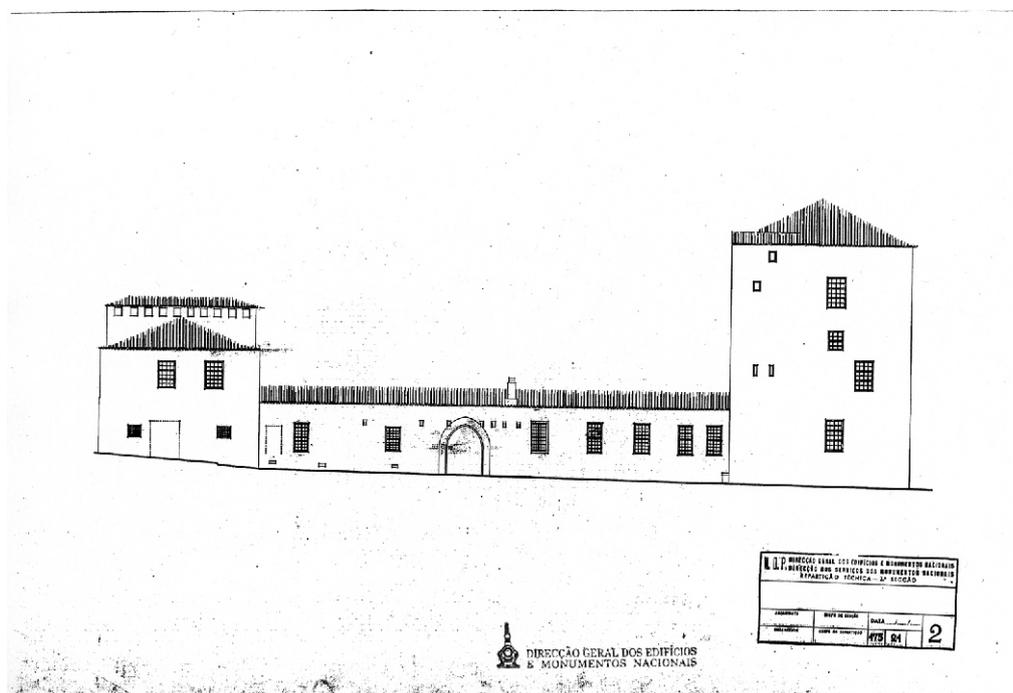


Fig. 478 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Levantamento do alçado principal (noroeste) antes das obras, 1937(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006515.

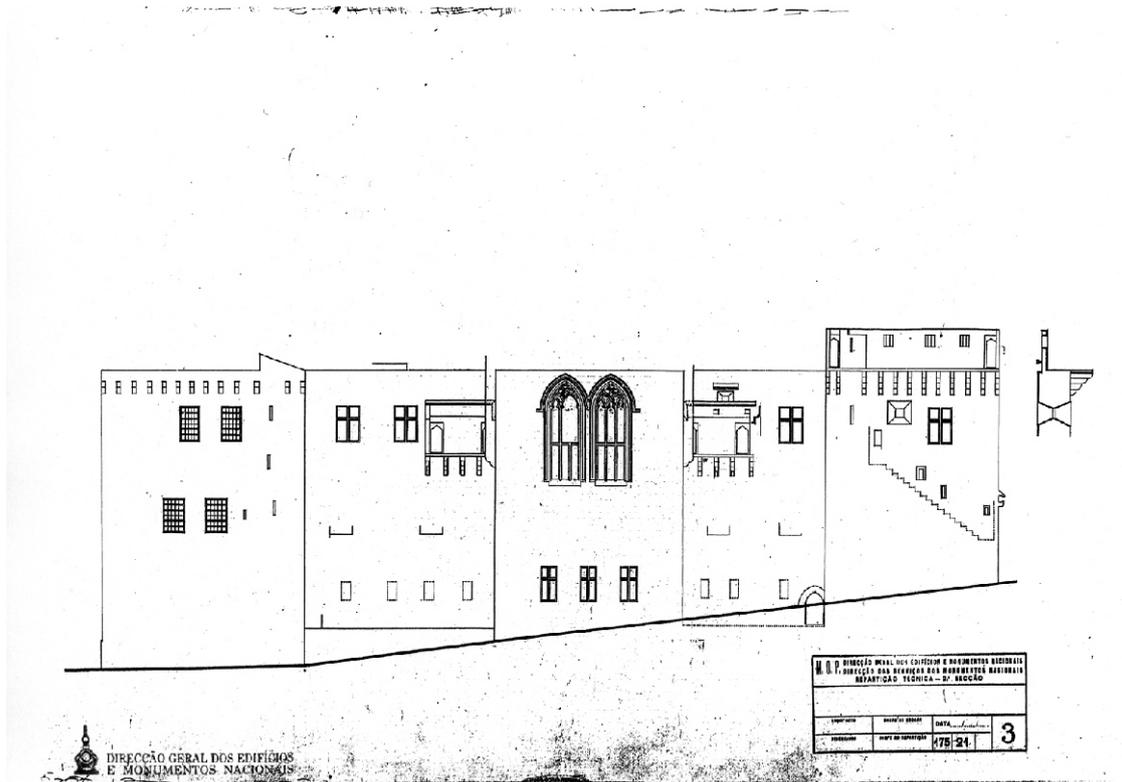


Fig. 479 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Levantamento do alçado posterior (sudeste) antes das obras, 1937(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006516.

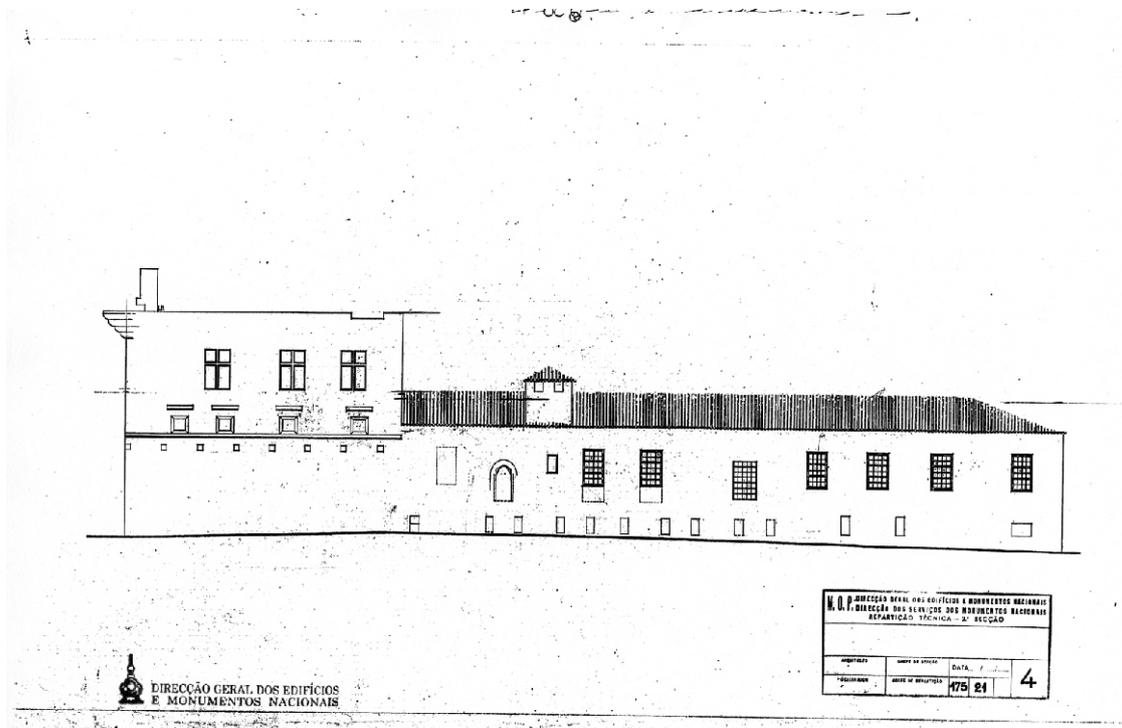


Fig. 480 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Levantamento do alçado lateral nordeste antes das obras, 1937(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340012, DES.006517.

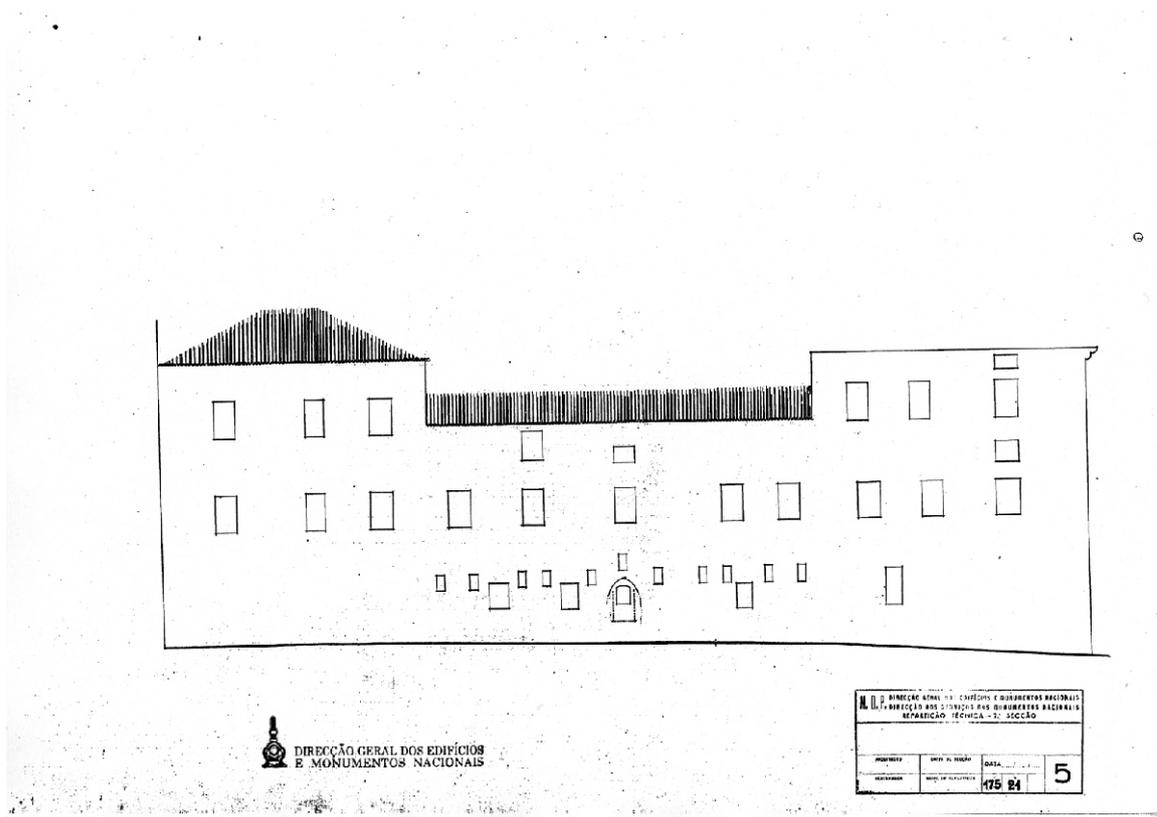


Fig. 481 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Levantamento do alçado lateral sudoeste antes das obras, 1937(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340012, DES.006518.

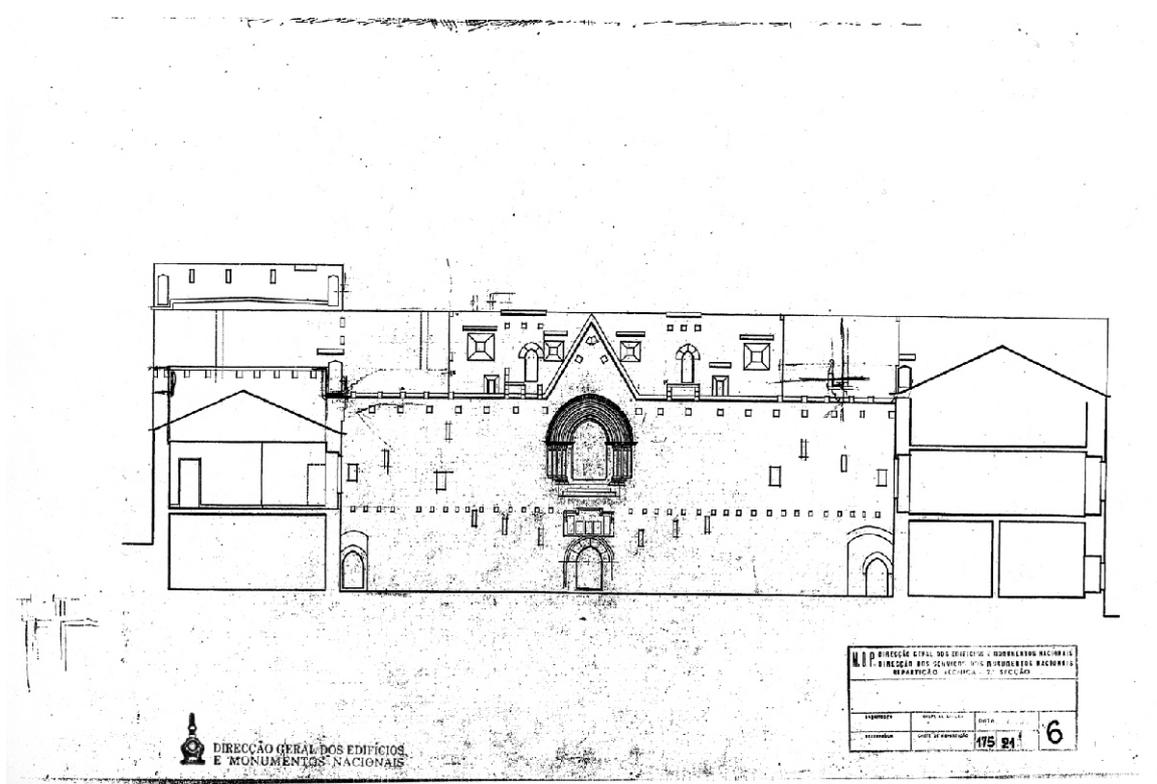


Fig. 482 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Levantamento. Corte transversa antes das obras, 1937(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340012, DES.006519.

Fig. 483 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Aspecto da fachada principal durante o período em que o edifício esteve ocupado pelo Regimento de Infantaria 20. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, FOTO.050333.

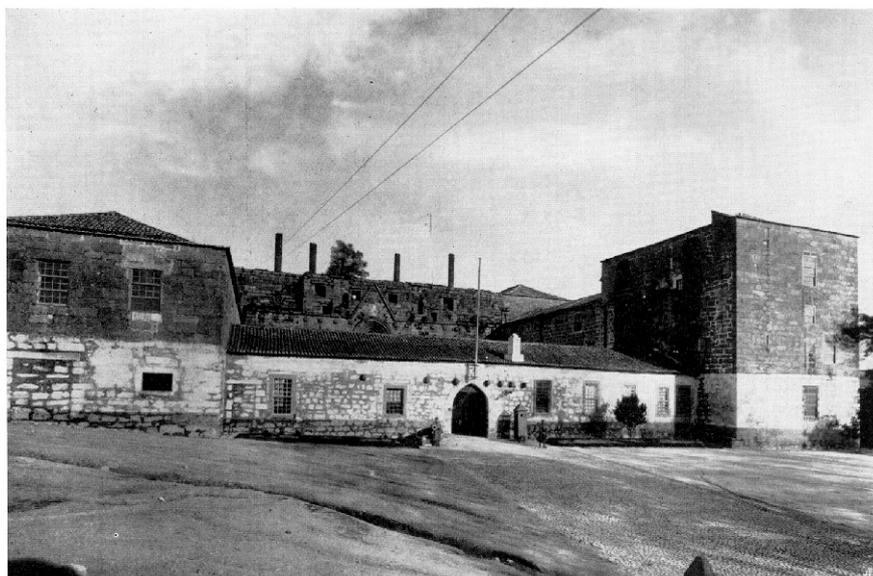


Fig. 484 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Ângulo das fachadas nordeste e principal antes das obras. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

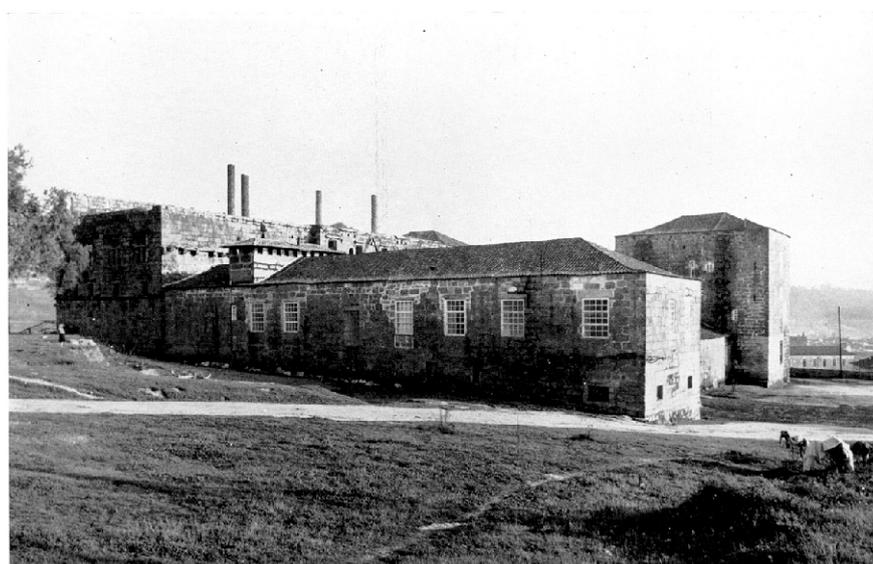


Fig. 485 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Parte da fachada posterior ao serem iniciados os trabalhos. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

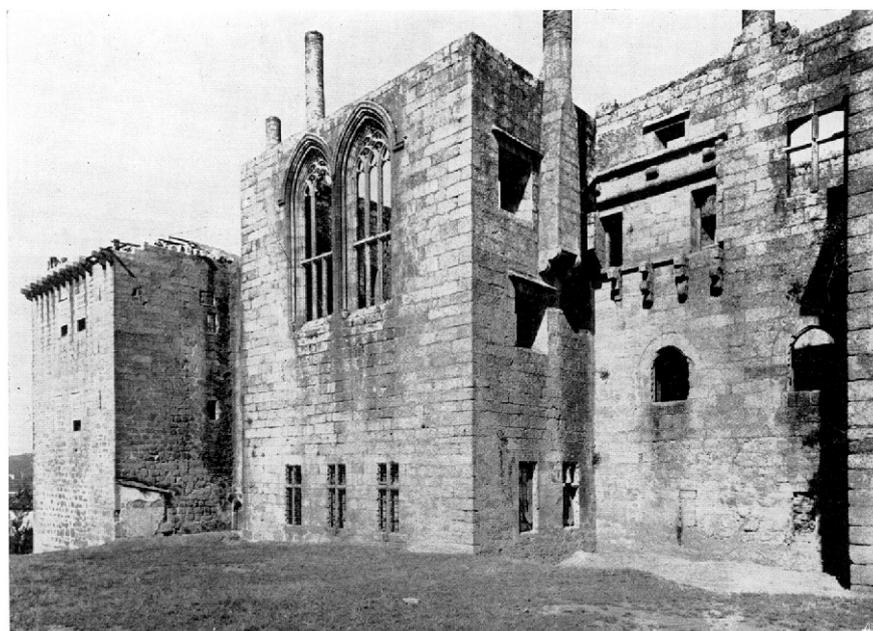


Fig. 486 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Fachada principal do pátio antes das obras. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

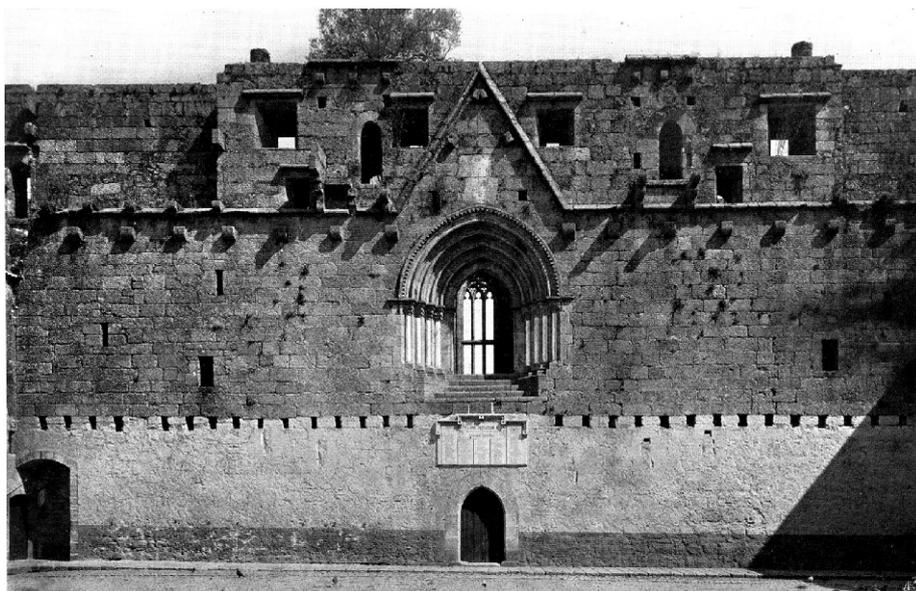


Fig. 487 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Aspecto das fachadas do pátio vistas de sudoeste antes das obras. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

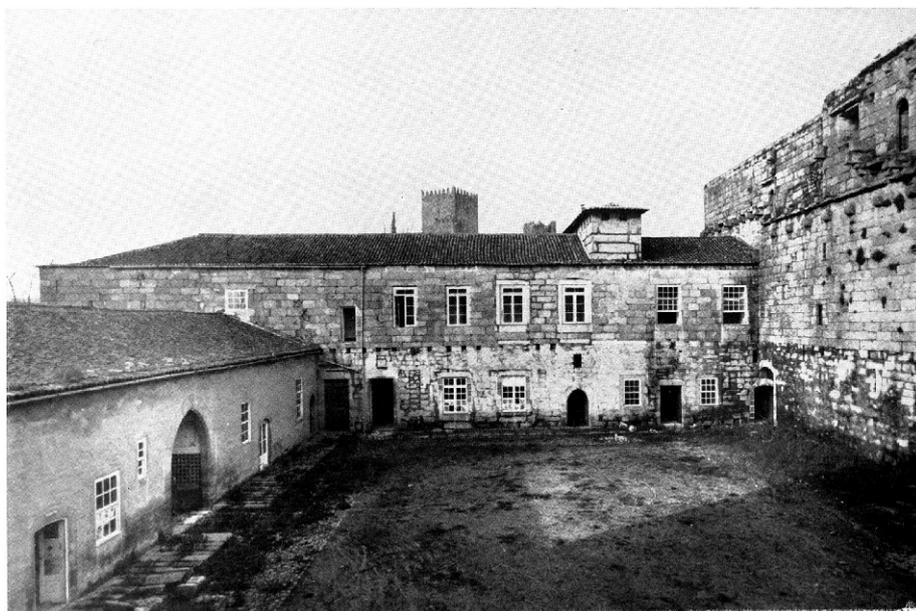
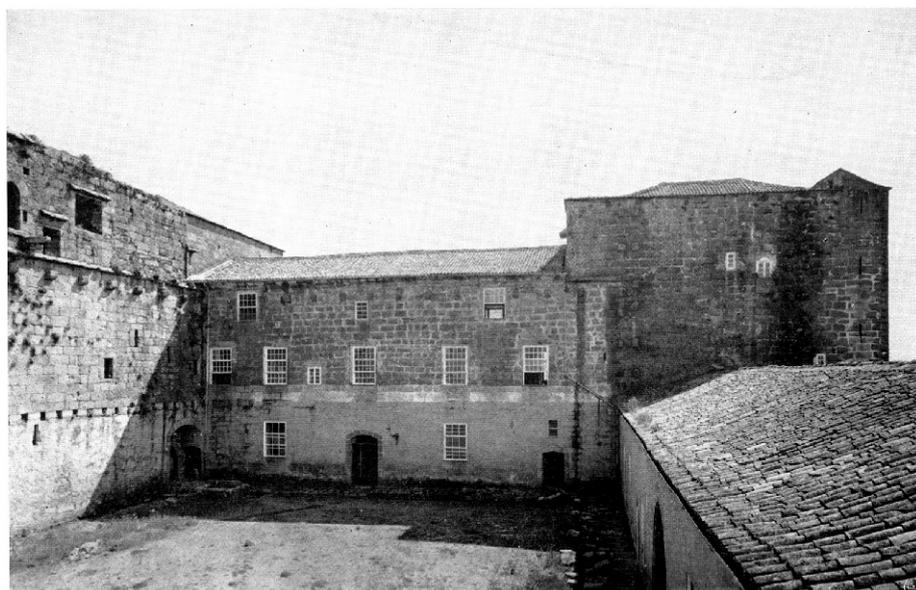


Fig. 488 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Aspecto das fachadas do pátio vistas de nordeste antes das obras. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, FOTO.050209.



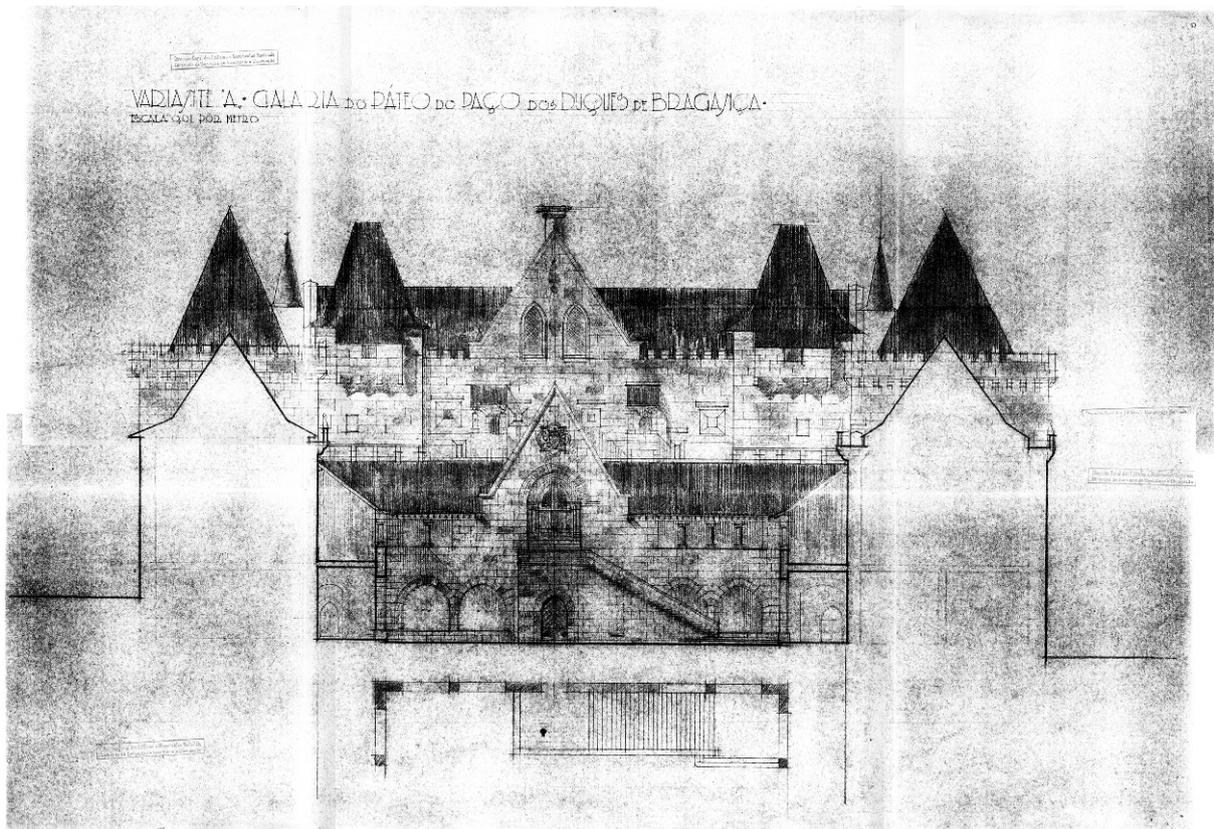


Fig. 489 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Variante 'A'. Galeria do pátio do Paço dos Duques de Bragança, 1939. N/ass., n/dat. DGEMN, DSID 266: Paço dos Duques de Bragança, Processo Administrativo.

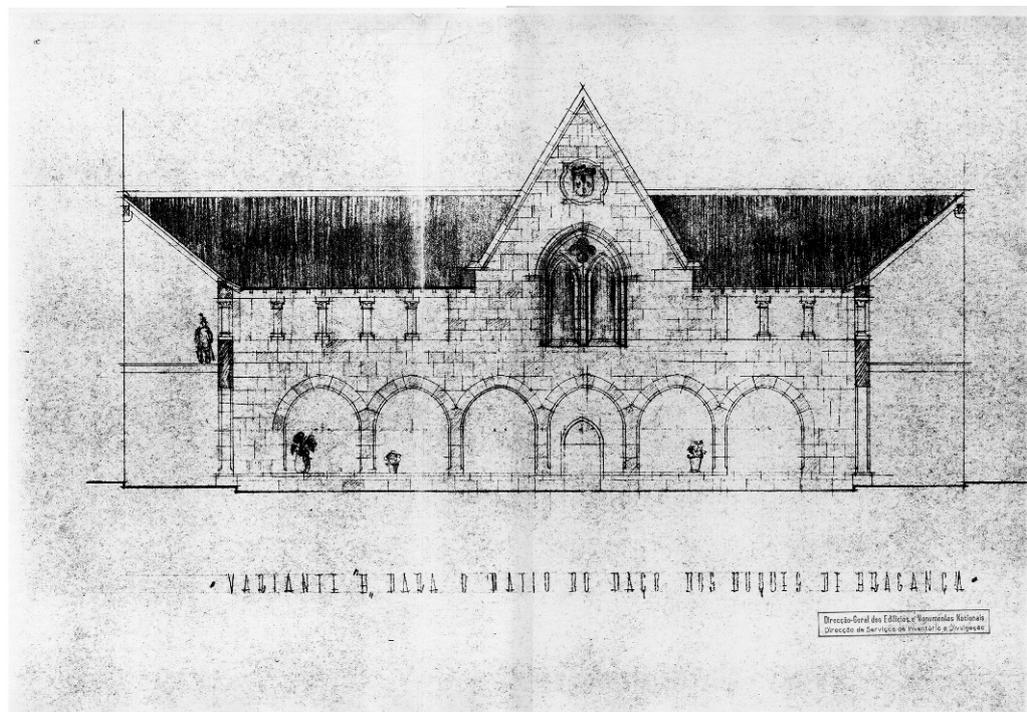


Fig. 490 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Variante 'B' para o pátio do Paço dos Duques de Bragança, 1939. N/ass., n/dat. DGEMN, DSID 266: Paço dos Duques de Bragança. Processo Administrativo.

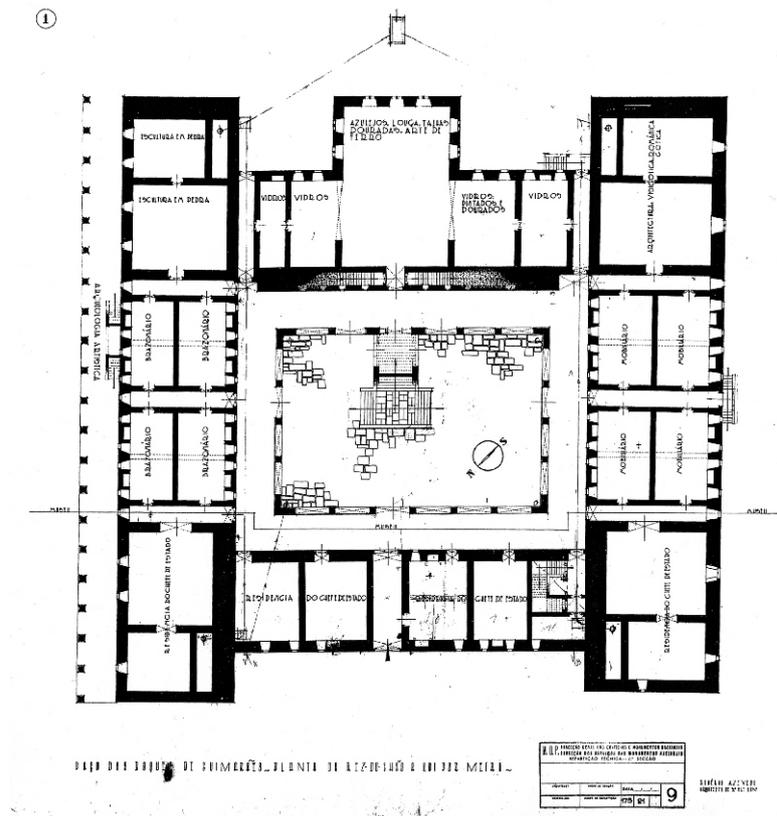


Fig. 491 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, planta do rés-do-chão, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. DGEMN, DSID.

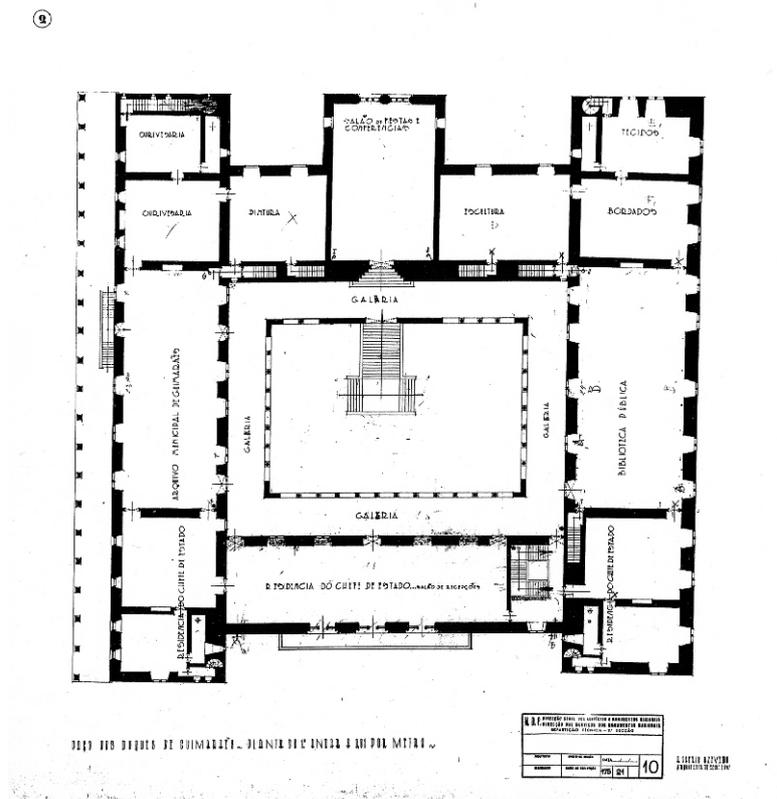
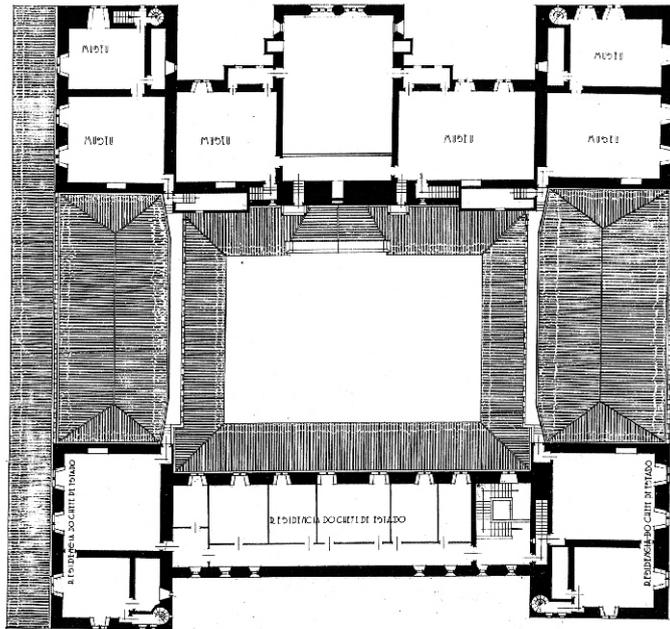


Fig. 492 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, planta do 1º andar, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. DGEMN, DSID.



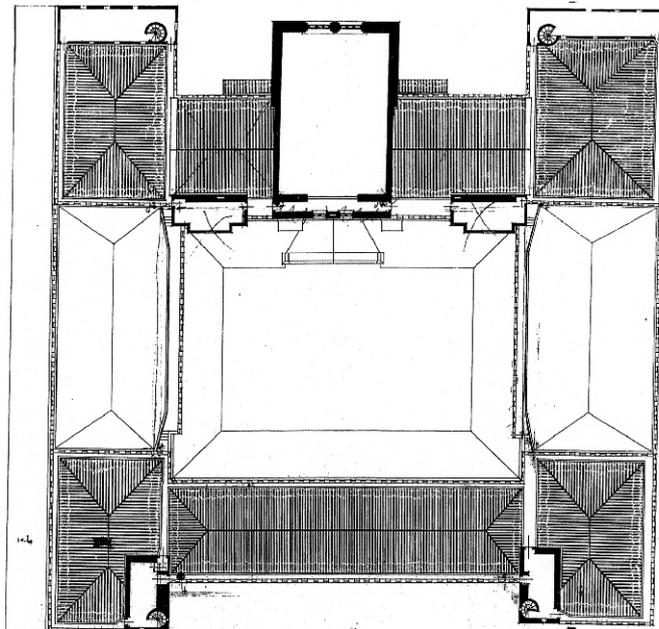
PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA... PLANTA DO 2º ANDAR A 1/100 METROS...

INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARQUITECTÓNICO SERVIÇOS DE PROJECTO E EXECUÇÃO	
PROJETO	1939
FECHA	1939
NUM. PROJ.	41

ROGÉRIO AZEVEDO
ARQUITECTO DE 3ª CLASSE

Fig. 493 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, planta do 2º andar, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. DGEMN, DSID.

4



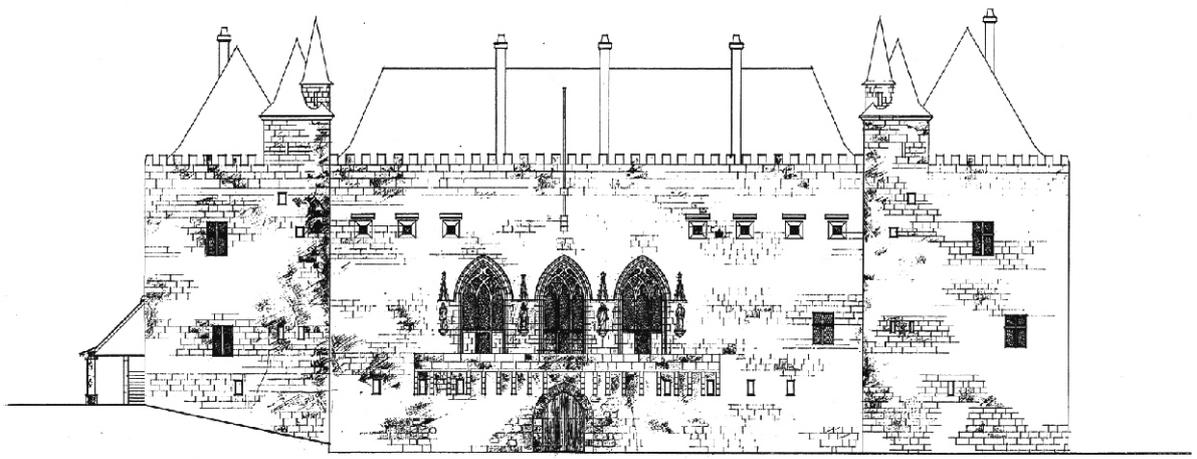
PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA... PLANTA DOS PASSADIZOS A 1/100 METROS...

INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARQUITECTÓNICO SERVIÇOS DE PROJECTO E EXECUÇÃO	
PROJETO	1939
FECHA	1939
NUM. PROJ.	42

ROGÉRIO AZEVEDO
ARQUITECTO DE 3ª CLASSE

Fig. 494 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, planta dos passadizos, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. DGEMN, DSID.

5



PAÇO DOS DUQUES DE GUIMARÃES - FACHADA PRINCIPAL A 101 300 METROS

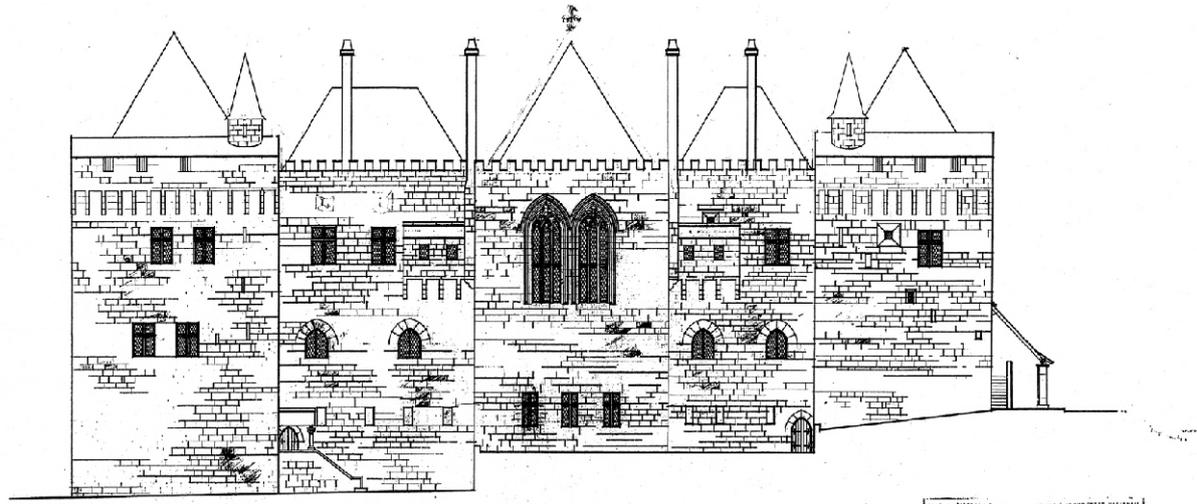
M.O.T. DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS E SECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS BARRAQUEiros (FACTÓRIA) REPARTIÇÃO TÉCNICA - 2ª SECÇÃO			
PROPOSTA	DATA	14	
PROJECCÃO	CLASSIFICAÇÃO	170	21

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

ROGÉRIO AZEVEDO
ARQUITECTO

Fig. 495 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, fachada principal, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006527.

6



PAÇO DOS DUQUES DE GUIMARÃES - FACHADA POSTERIOR A 101 300 METROS

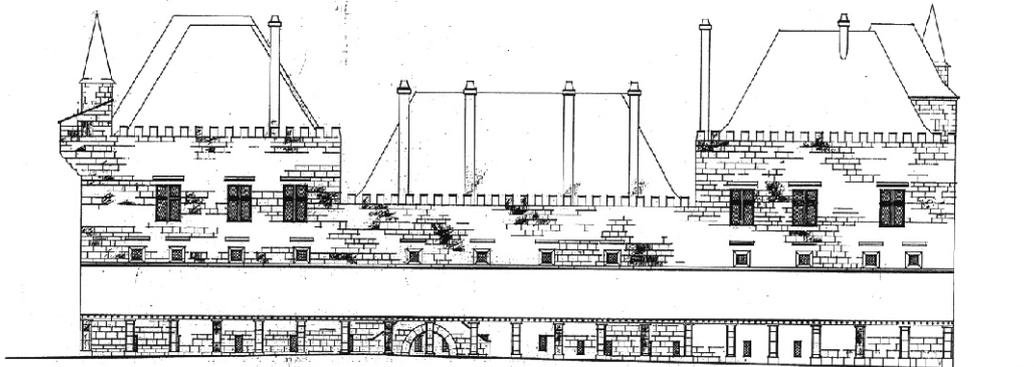
M.O.T. DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS E SECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS BARRAQUEiros (FACTÓRIA) REPARTIÇÃO TÉCNICA - 2ª SECÇÃO			
PROPOSTA	DATA	15	
PROJECCÃO	CLASSIFICAÇÃO	170	21

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

ROGÉRIO AZEVEDO
ARQUITECTO

Fig. 496 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, fachada posterior, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006528.

7



PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, FACHADA LATERAL NORTE, 4 QUI POR METRO.

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS			
PROJETO	REVISÃO	DATA	16
475	24		

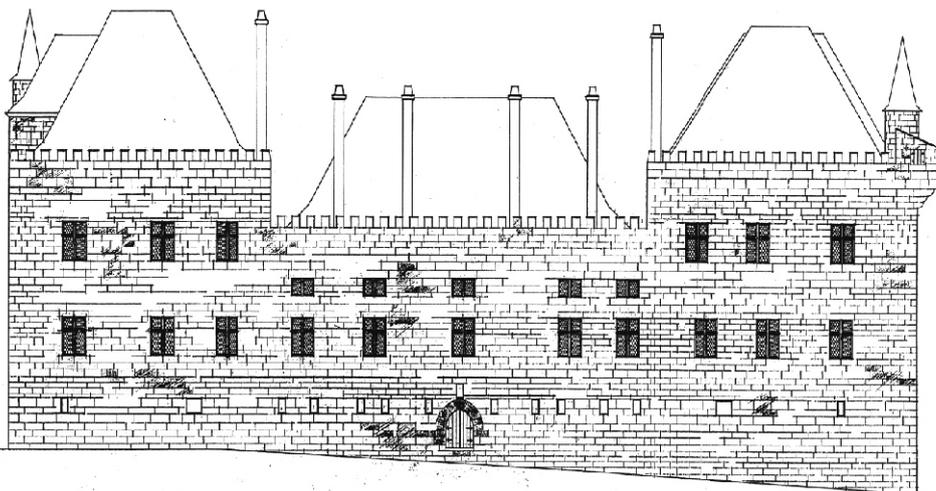
ROGÉRIO AZEVEDO
ARQUITECTO



DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

Fig. 497 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, fachada lateral norte, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006529.

6



FACHADA LATERAL SUL, 4 QUI POR METRO.

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS			
PROJETO	REVISÃO	DATA	17
475	24		

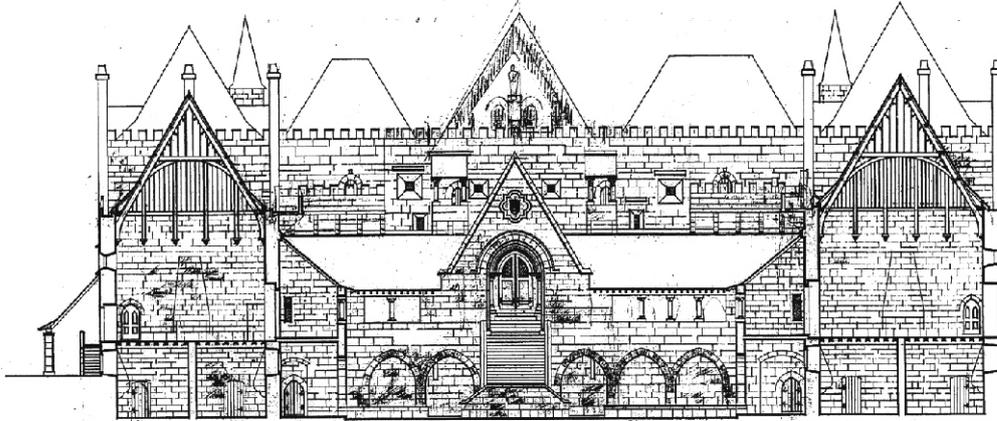
ROGÉRIO AZEVEDO
ARQUITECTO



DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

Fig. 498 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, fachada lateral sul, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006530.

10



PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, CORTE TRANSVERSAL POR A-B QUE TEM METROS

V. O. O. DIRECTOR DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUITECTURA E URBANISMO	
DIPLOMA Nº 1178 21	
20	

ROGÉRIO AZEVEDO
ARQUITECTO

Fig. 501 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Projecto de restauro, corte transversal por A B, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério de Azevedo, arquitecto de 3ª classe contratado. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006533.

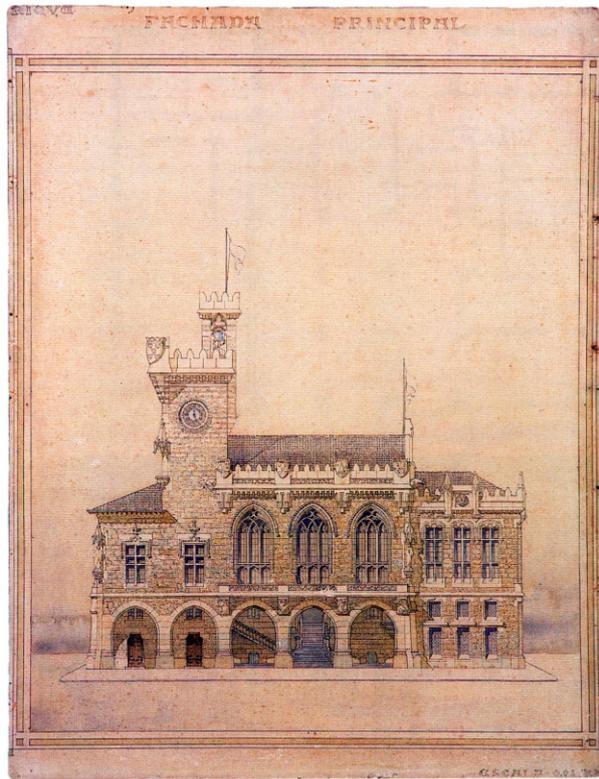


Fig. 502 – PROJECTO PARA O NOVO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE GUIMARÃES. José Marques da Silva. Fachada principal do projecto concurso. Desenho publ. in António CARDOSO - *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*. Porto: FAUP Publicações, 1997, p. 381.

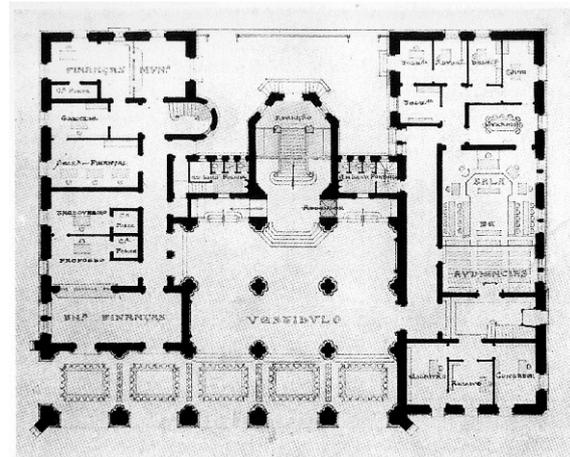
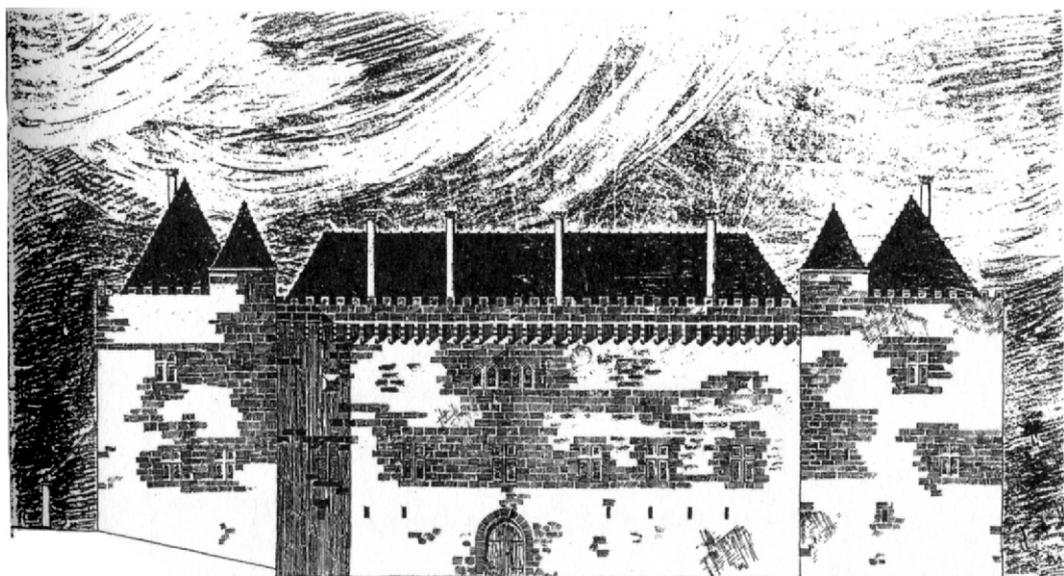


Fig. 503 – PROJECTO PARA O NOVO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE GUIMARÃES. José Marques da Silva. Planta do rés-do-chão. Desenho publ. in António CARDOSO - *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*. Porto: FAUP Publicações, 1997, p. 382.



ESCALA DE 1:1000. PAÇO DOS DUQUES DE GUIMARÃES. VARIANTE À FACHADA PRINCIPAL

Fig. 504 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Variante à fachada principal, 1940(?). N/ass., N/dat.. Desenho publ. in Miguel TOMÉ - *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP publicações, 2002, p. 399.

Fig. 505 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Maquete. Modelo do restauro, 1940(?). DGEMN: DSID, Paço dos Duques de Bragança, Processo fotográfico, Proc. n.º 175/61.

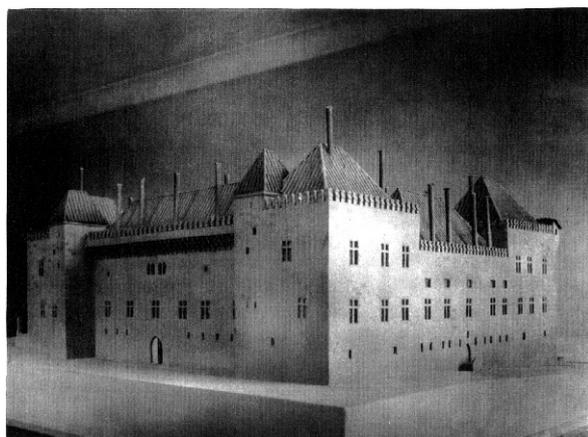
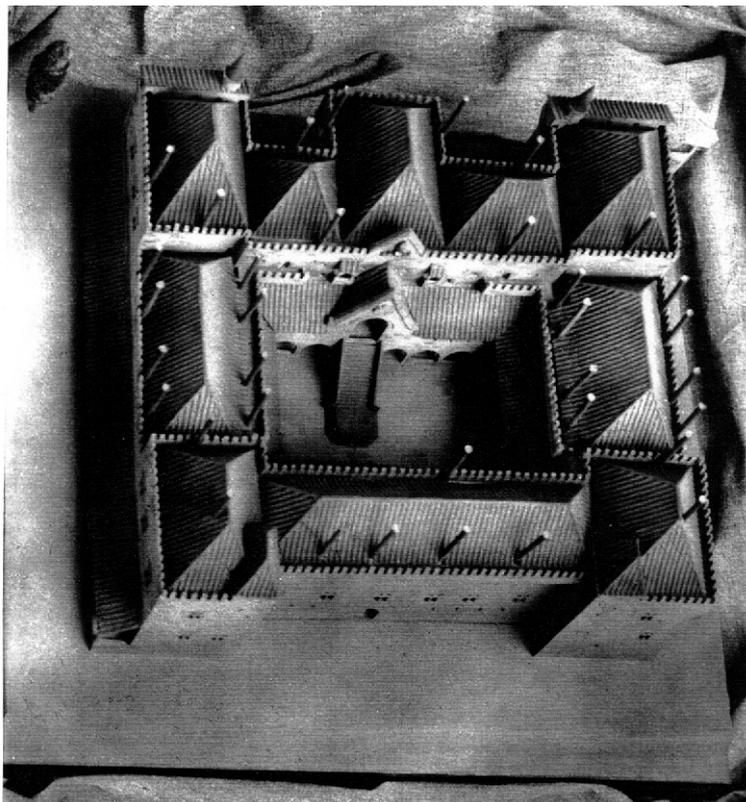


Fig. 506 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Maquete. Ângulo poente do modelo de restauro, 1940(?). DGEMN: DSID, Paço dos Duques de Bragança, Processo fotográfico, Proc. n.º 175/84.

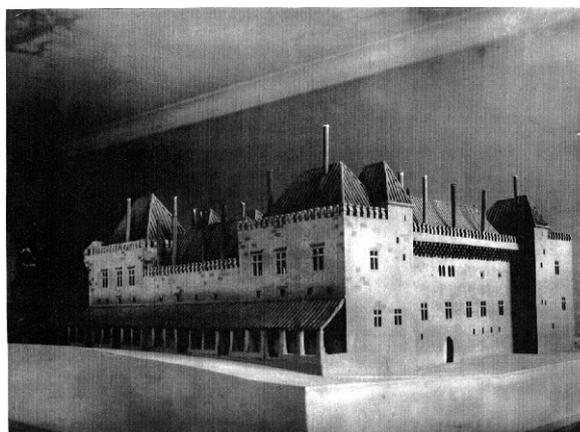


Fig. 507 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Maquete. Ângulo norte do modelo de restauro, 1940(?). DGEMN: DSID, Paço dos Duques de Bragança, Processo fotográfico, Proc. n.º 175/63.

Fig. 508 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Maquete. Ângulo sul do modelo de restauro, 1940(?). DGEMN: DSID, Paço dos Duques de Bragança, Processo fotográfico, Proc. n.º 175/60.

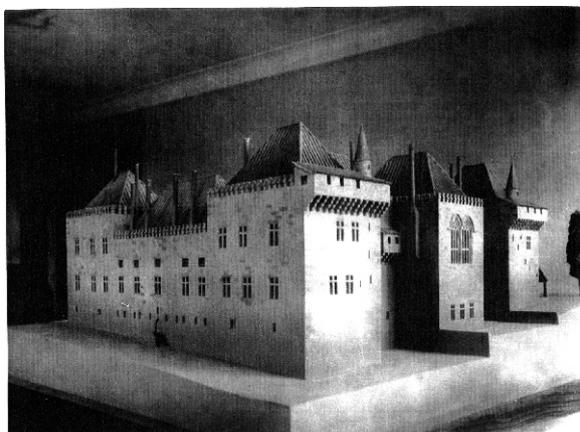


Fig. 509 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo (?). Empena da capela e escada de acesso à galeria superior, 1939(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006581.

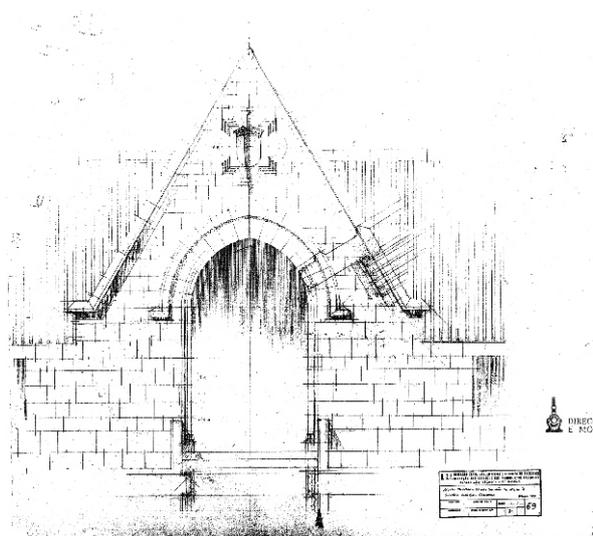
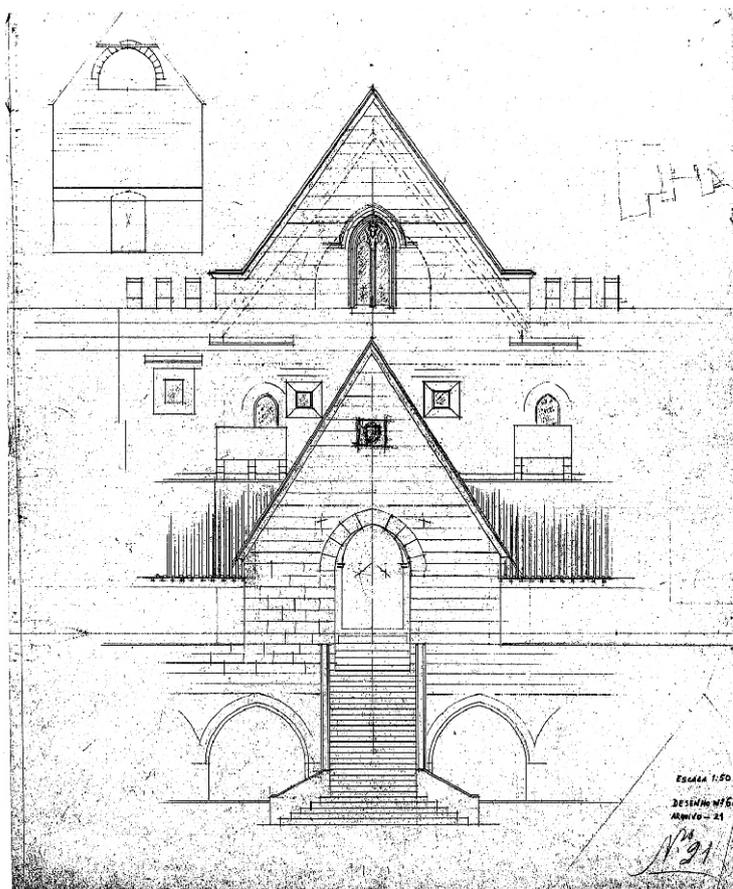


Fig. 510 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Alçado parcial, estudo da entrada na galeria superior do pátio, frente ao pórtico da capela, 1939(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006582.

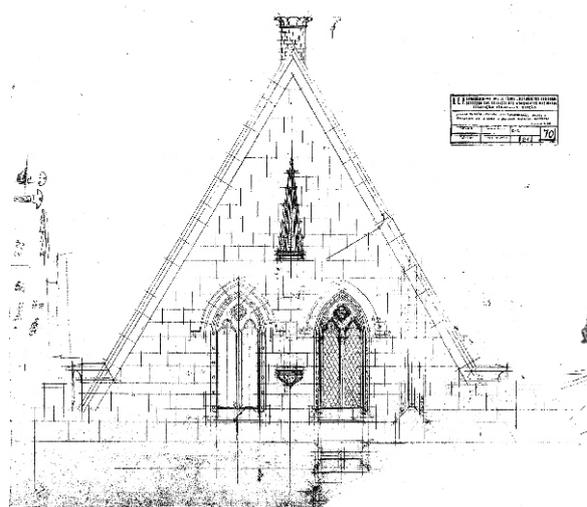


Fig. 511 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Alçado parcial, estudo das fenestrações na empena da capela, 1939(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.006583.



Fig. 512 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Perspectiva do pátio, 1938-39(?). N/ass., N/dat.. Desenho publ. in Miguel TOMÉ - *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP publicações, 2002, p. 401.



Fig. 513 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Perspectiva do pátio, 1939(?). N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, DES.301030.

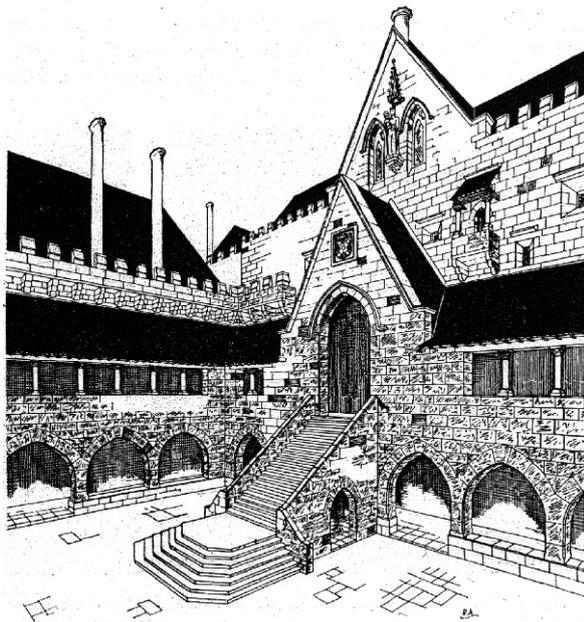


Fig. 514 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Perspectiva dum canto do pátio. Desenho publ. in Rogério AZEVEDO - *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 60.

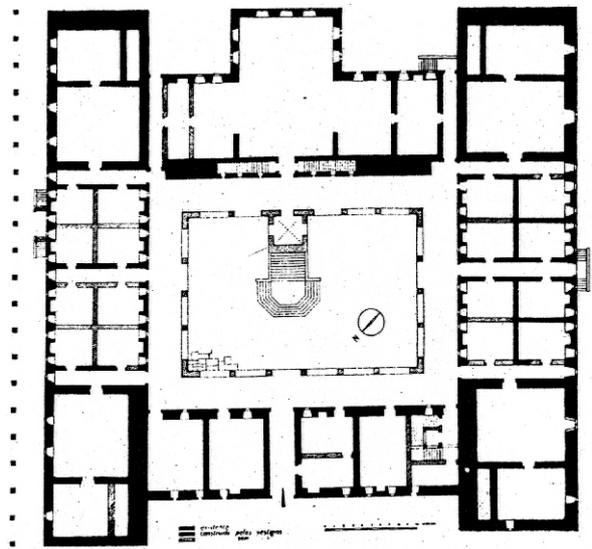


Fig. 515 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Plano do Paço de Guimarães (r/c). Desenho publ. in Rogério AZEVEDO - *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 45.

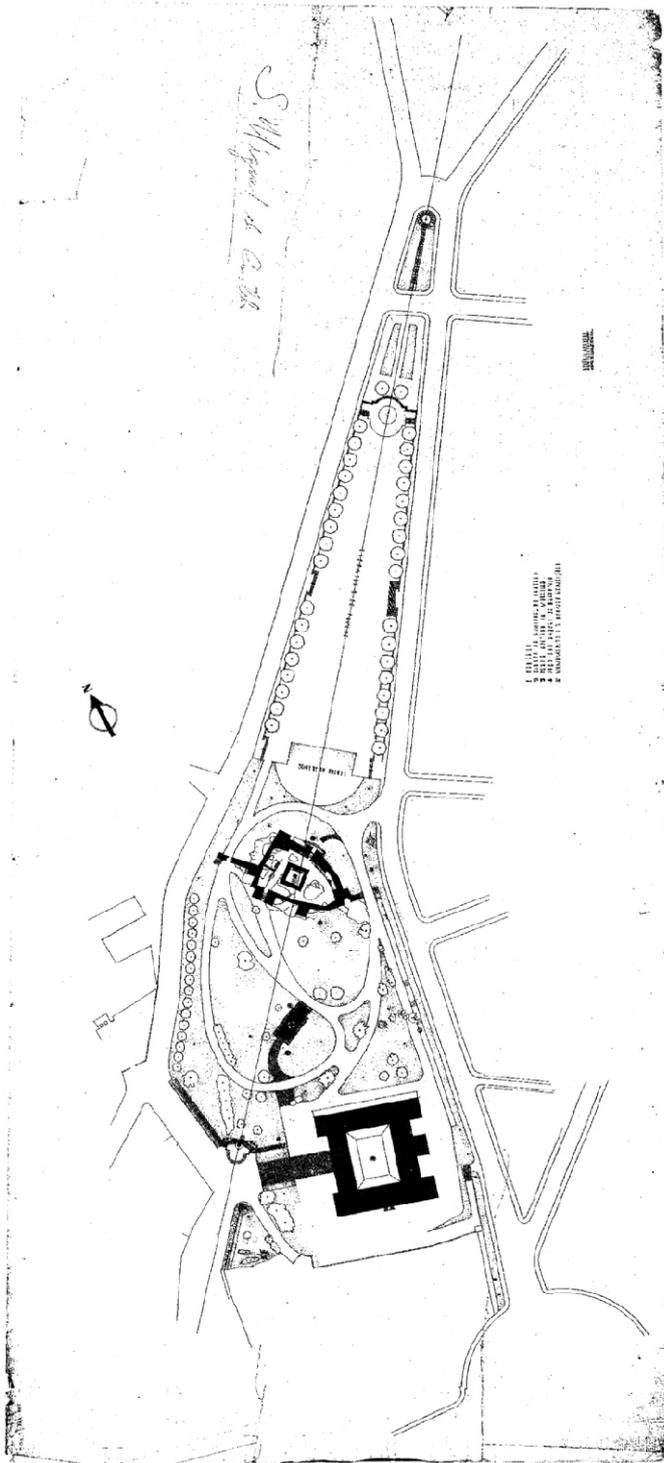


Fig. 519 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Urbanização em volta do Castelo de Guimarães, planta. 1939. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo, arquitecto; Viana de Lima, desenhou. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340006, DES.041724.

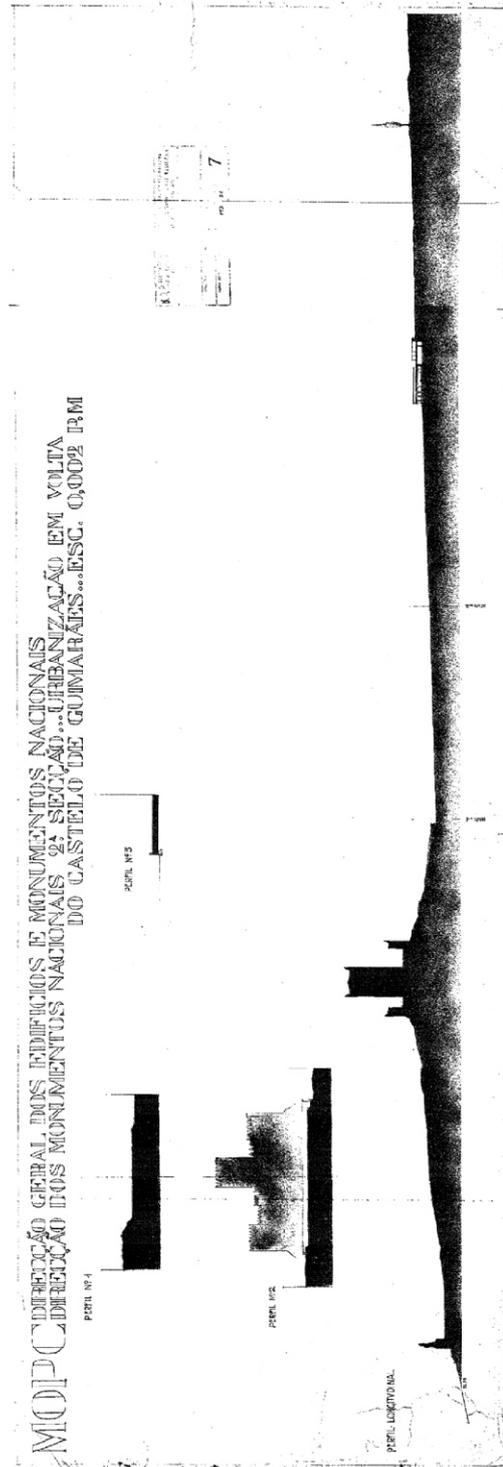


Fig. 520 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Urbanização em volta do Castelo de Guimarães, perfil longitudinal e outros perfis. 1939. N/ass., n/dat.. IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340011, DES.006326.

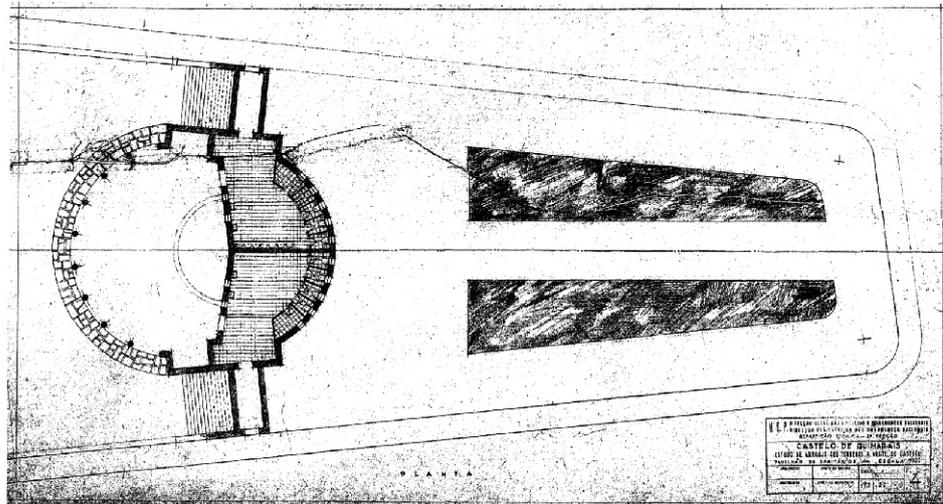


Fig. 521 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Estudo de arranjo dos terrenos a norte do Castelo. Pavilhão de sanitários - planta, 1939. N/ass., n/dat.. DGEMN: DSID, Processo do Castelo de Guimarães.

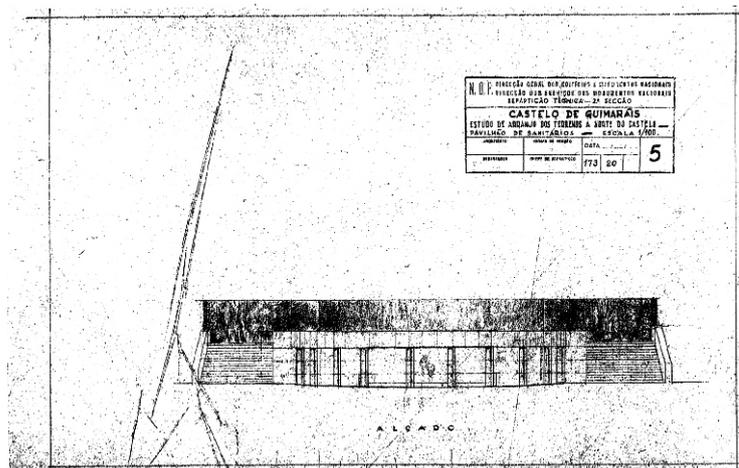


Fig. 522 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Estudo de arranjo dos terrenos a norte do Castelo. Pavilhão de sanitários - alçado, 1939. N/ass., n/dat.. DGEMN: DSID, Processo do Castelo de Guimarães.

Fig. 523 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Esbocetos de estudo para a nova implantação do Monumento a D. Afonso Henriques, 1939(?). N/ass., n/dat. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340101, DESENHO.028186.

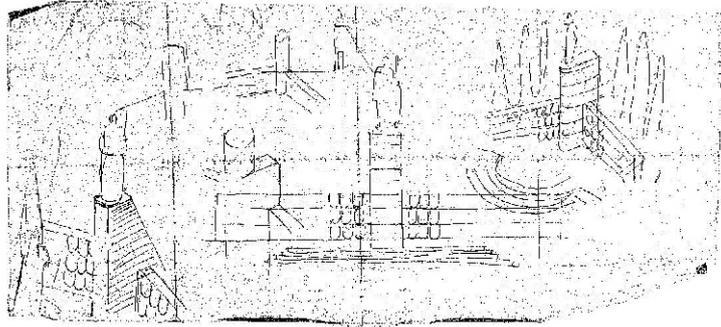


Fig. 524 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Sugestão para a nova implantação do Monumento a D. Afonso Henriques, 1939(?). Ass., n/dat.: Rogério Azevedo, arquitecto 3ª classe contratado. DGEMN, DSID, IPA n.º PT010308340101, DESENHO.028185.

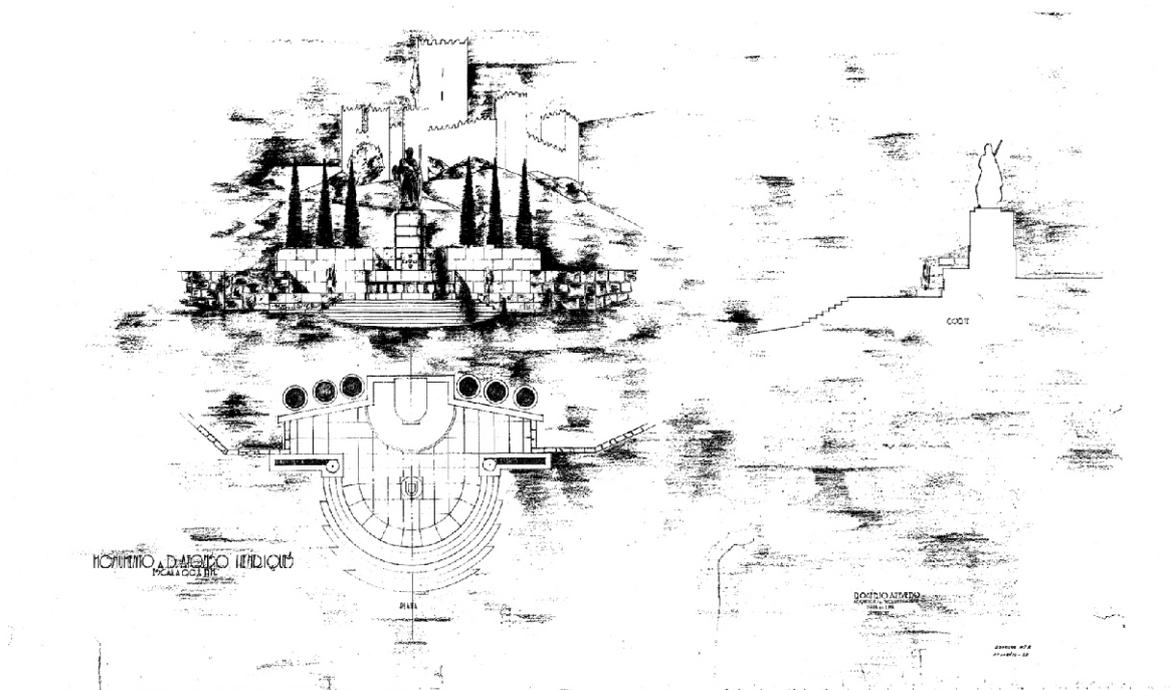
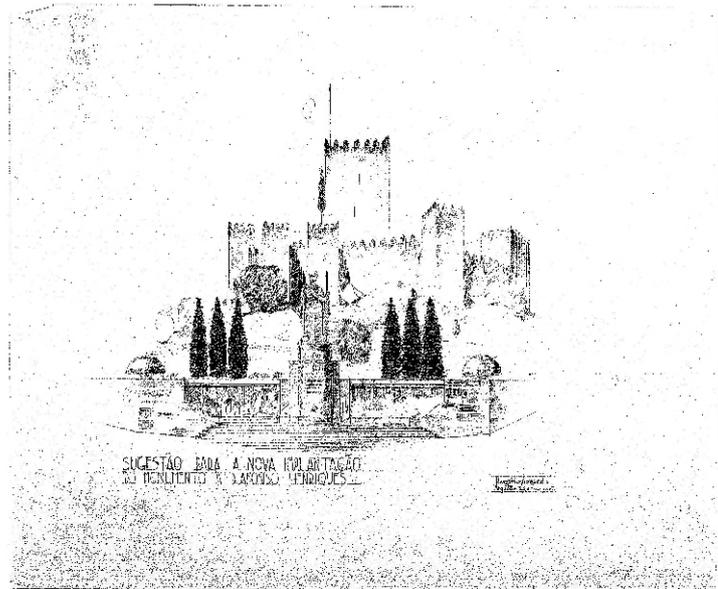


Fig. 525 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Monumento a D. Afonso Henriques, planta, corte e alçado, 1939. Ass., n/dat.: Rogério Azevedo, arquitecto 3ª classe contratado; Viana de Lima, desenhou. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340011, DESENHO.006327.



Fig. 526 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Monumento a D. Afonso Henriques, 1940(?). DGEMN: SIPA, IPA n.º PT010308340013, FOTO.050402.

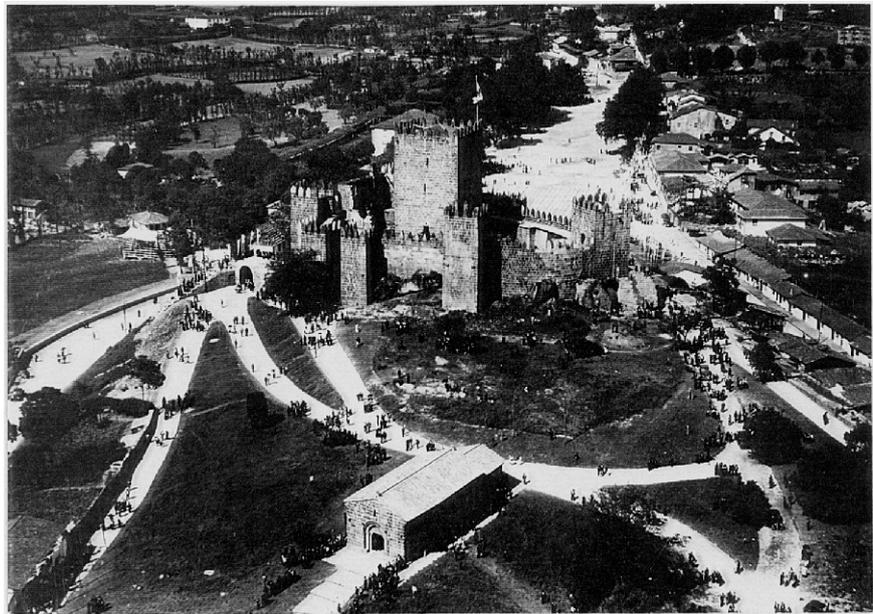


Fig. 527 – CASTELO, IGREJA DE SÃO MIGUEL DO CASTELO E PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Arranjos de urbanização e parque à volta do Castelo, 1940(?). DGEMN: DSID, Castelo de Guimarães, Processo fotográfico, Proc. n.º 173/20.

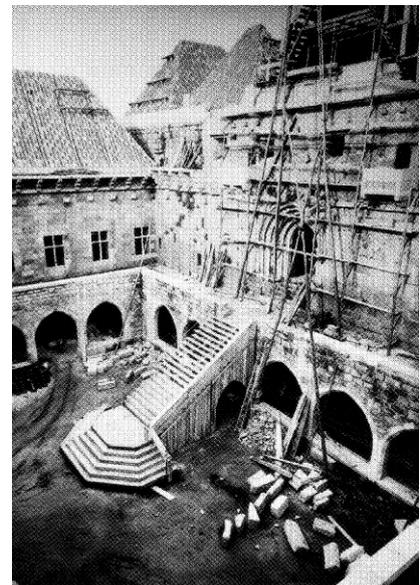


Fig. 528 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Construção da escada projectada por Rogério de Azevedo, 1943(?). IHRU: SIPA, IPA n.º PT010308340013, FOTO.598669.

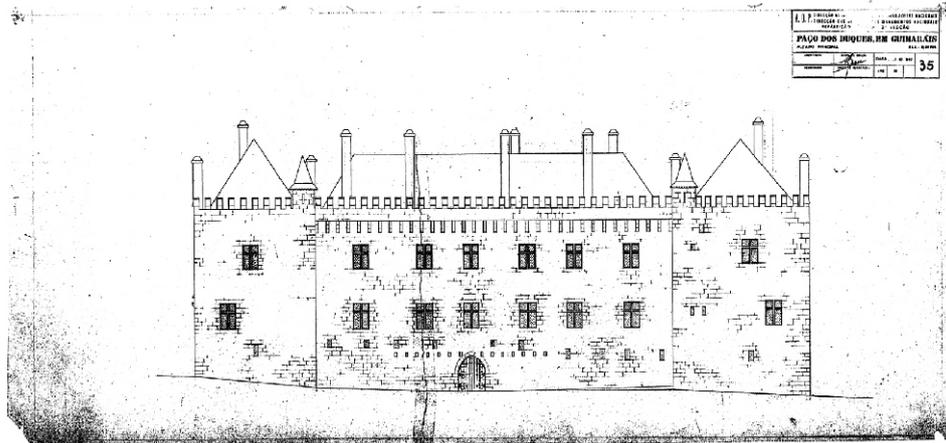


Fig. 529 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Alçado principal, 1947. N/ass., dat.. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006548.

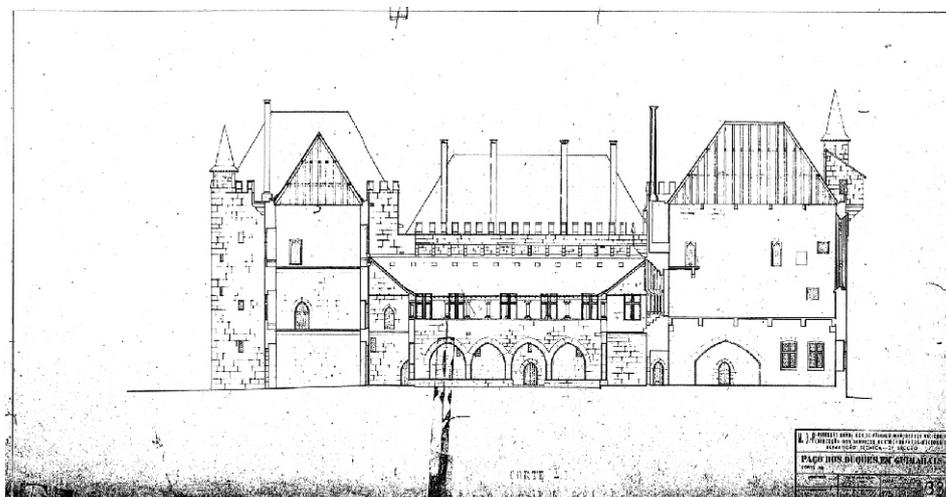


Fig. 530 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Corte longitudinal, 1947. N/ass., dat.. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006546.

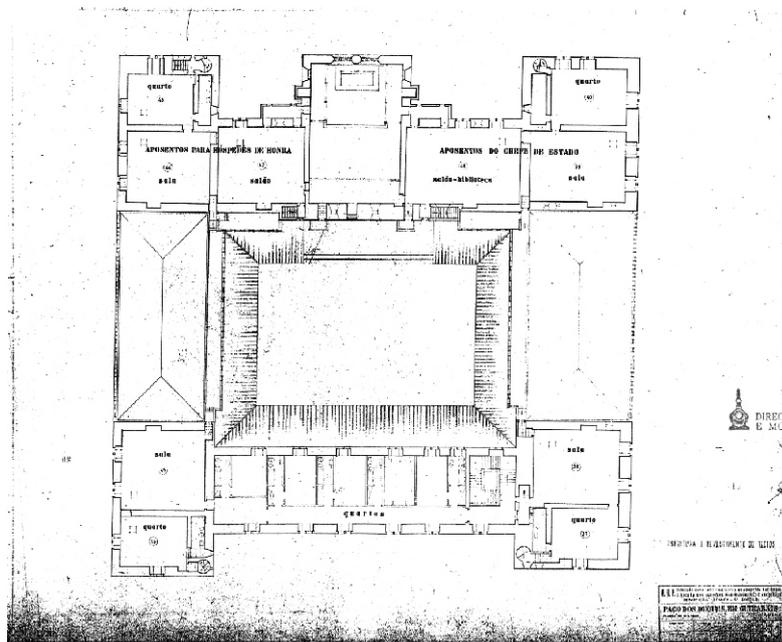


Fig. 531 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Planta do segundo piso, 1947. N/ass., dat.. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013

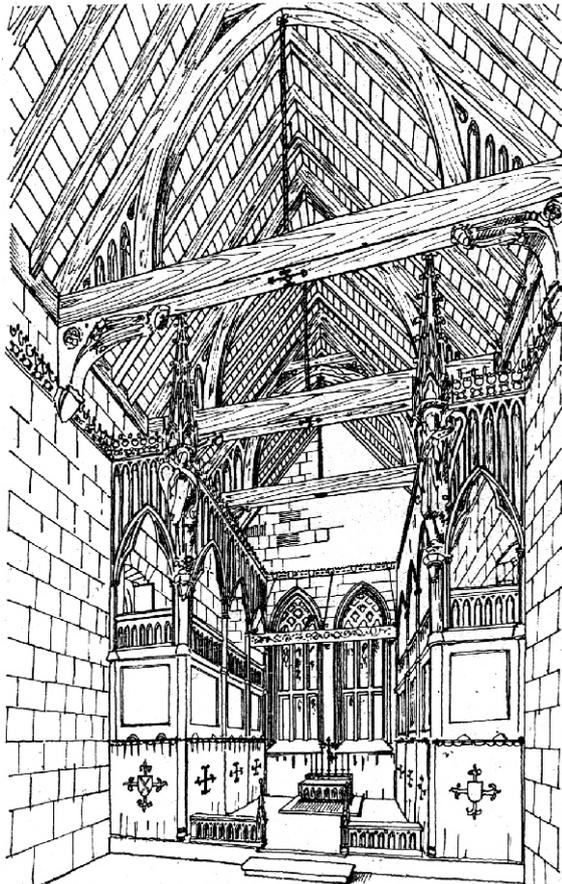


Fig. 535 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Reconstituição ideal e segundo os vestígios, da capela, vendo-se o altar. Desenho publ. in Rogério AZEVEDO - *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 63.

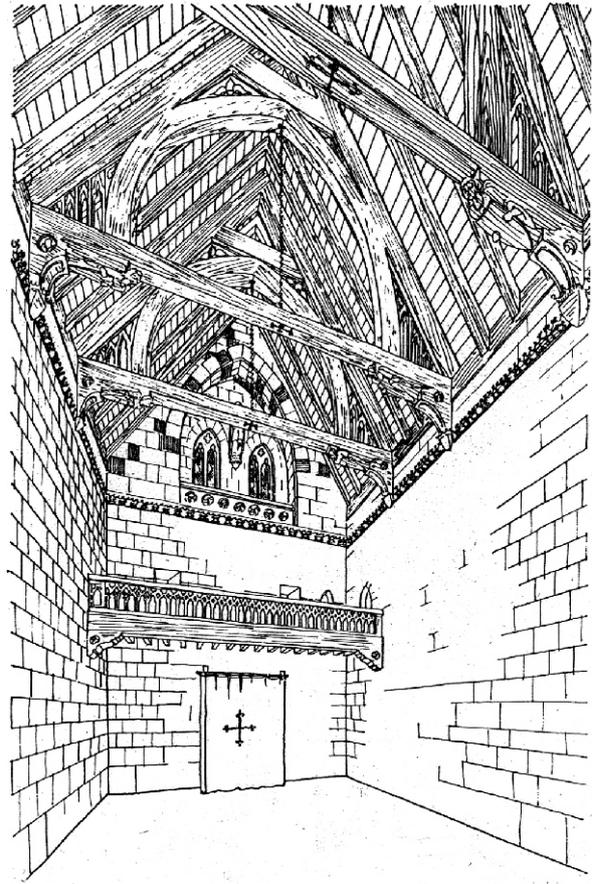


Fig. 536 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Rogério de Azevedo. Reconstituição ideal e segundo os vestígios, da capela, vendo-se a tribuna. Desenho publ. in Rogério AZEVEDO - *O Paço dos Duques de Guimarães: preâmbulo à memória do projecto de restauro*. Porto: Liv. de Fernando Machado [depos.], 1942, p. 64.

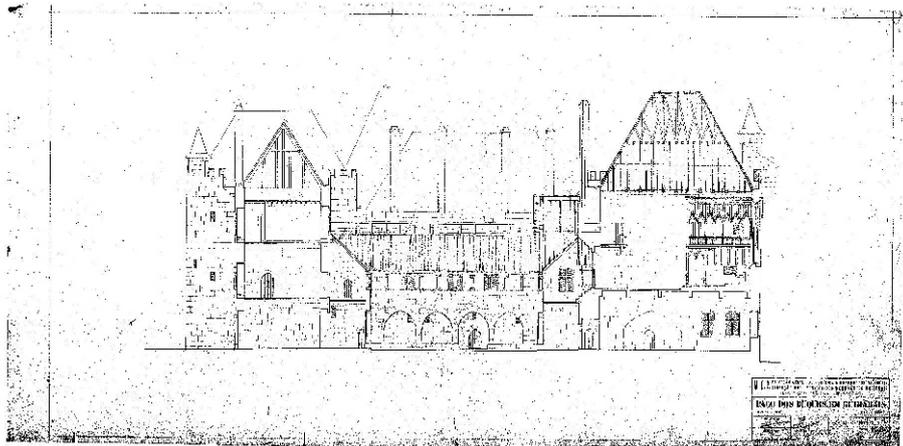


Fig. 537 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Corte longitudinal, 1955. N/ass., dat.. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006651.

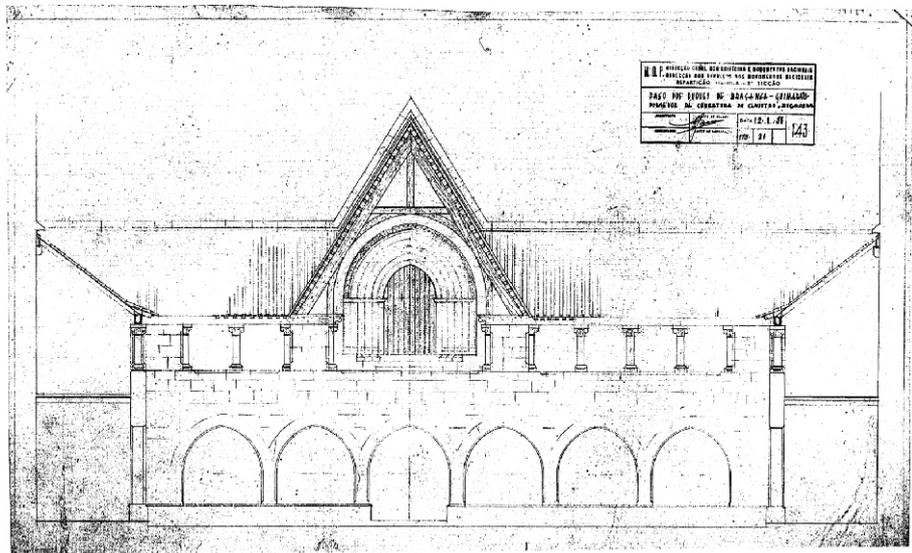


Fig. 538 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Pormenor da cobertura do claustro, 1956. N/ass., dat.. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013, DESENHO.006556.

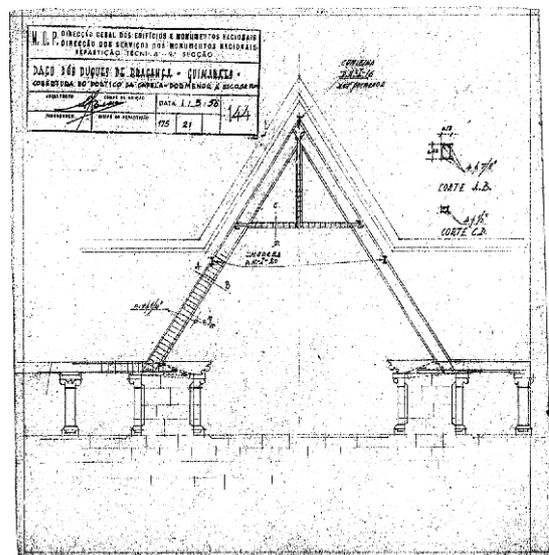


Fig. 539 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Cobertura do pórtico da capela - pormenor, 1956. N/ass., dat.. DGEMN: DSID, IPA n.º PT010308340013.

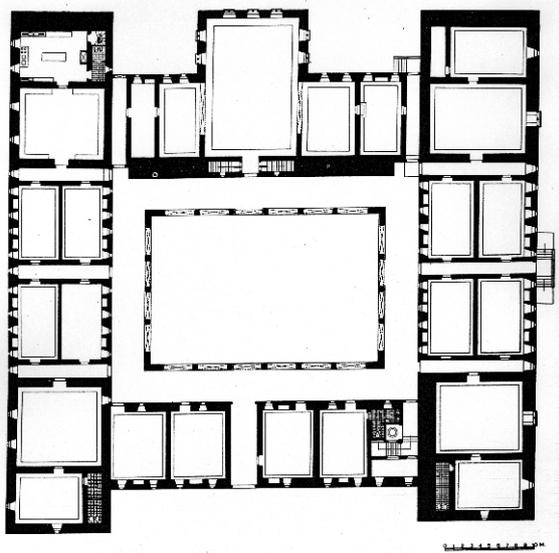


Fig. 540 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Planta térrea depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

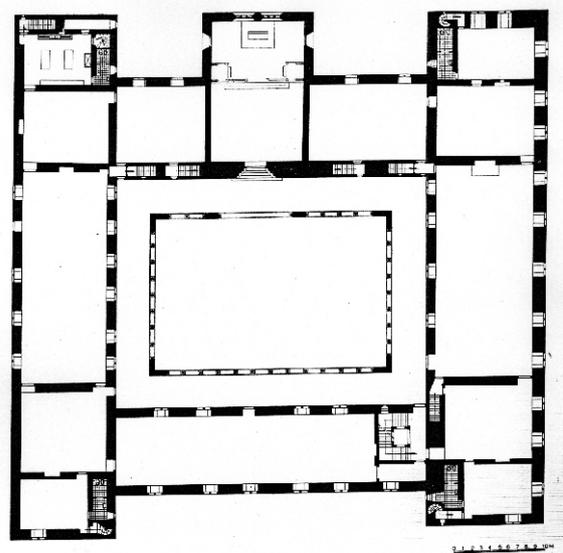


Fig. 541 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Planta do primeiro andar depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

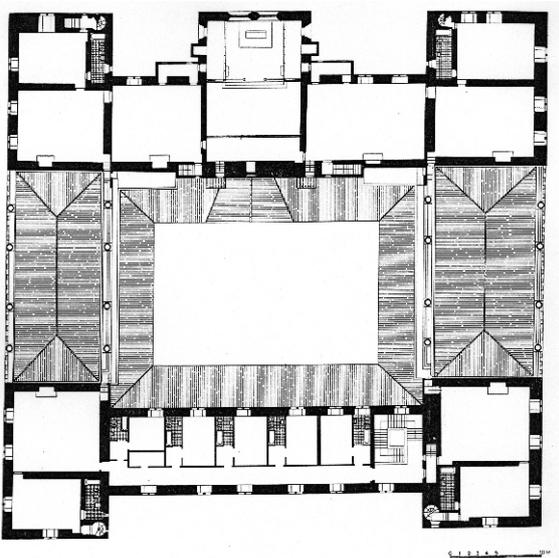


Fig. 542 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Planta do segundo andar depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

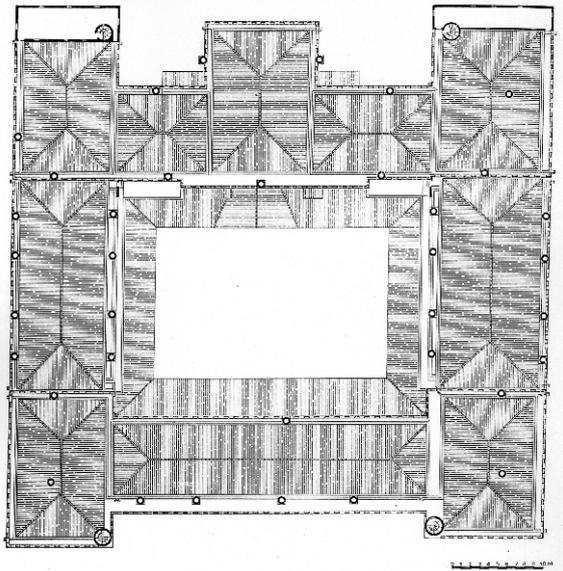


Fig. 543 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Planta das coberturas depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

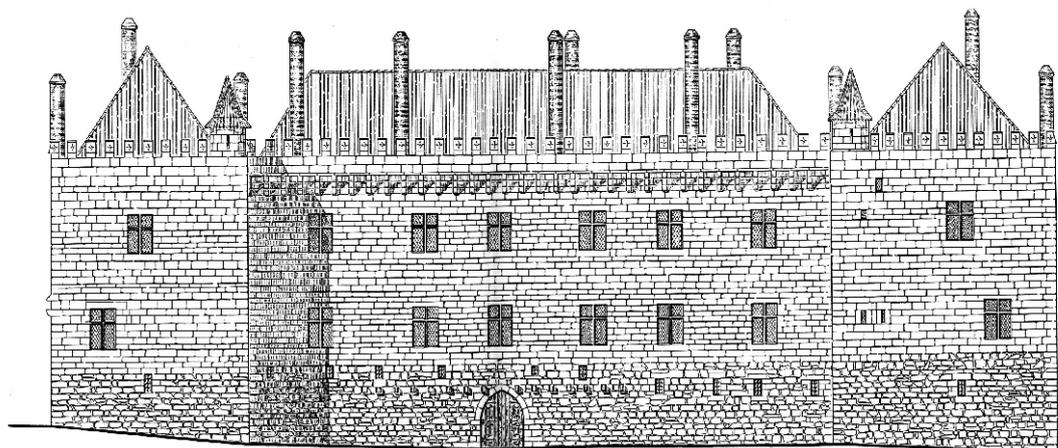


Fig. 544 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Alçado principal depois das obras, 1959. N/ass., n/dat..
 Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

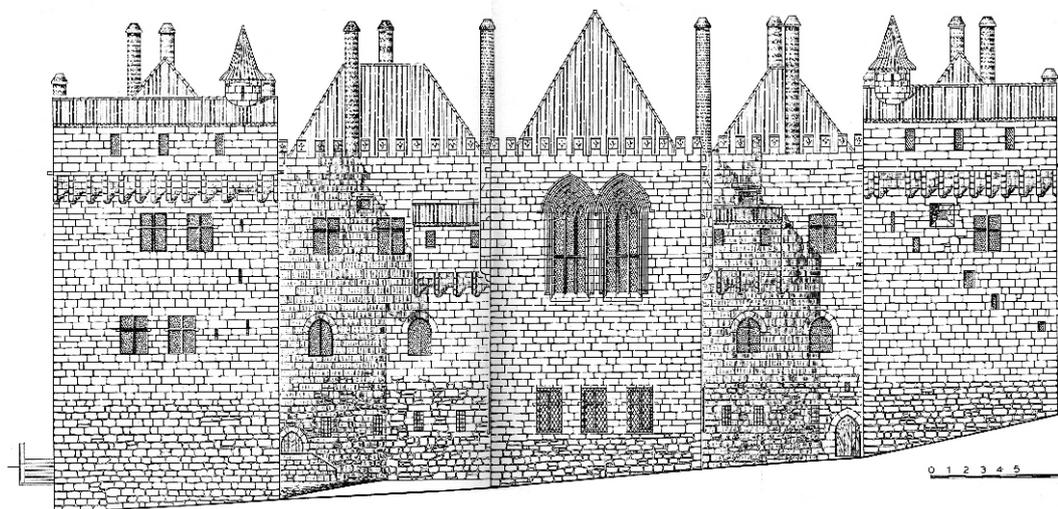


Fig. 545 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Alçado posterior depois das obras, 1959. N/ass., n/dat..
 Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

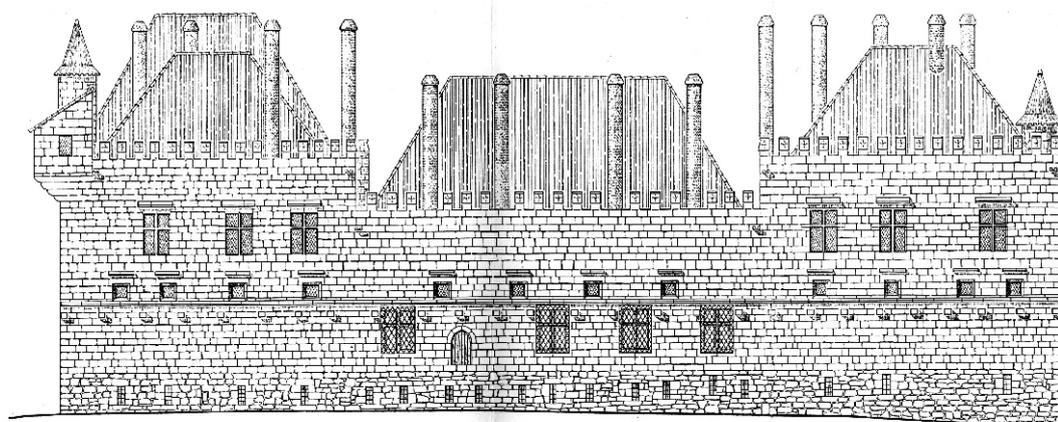


Fig. 546 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Alçado lateral nordeste depois das obras, 1959. N/ass., n/dat..
 Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

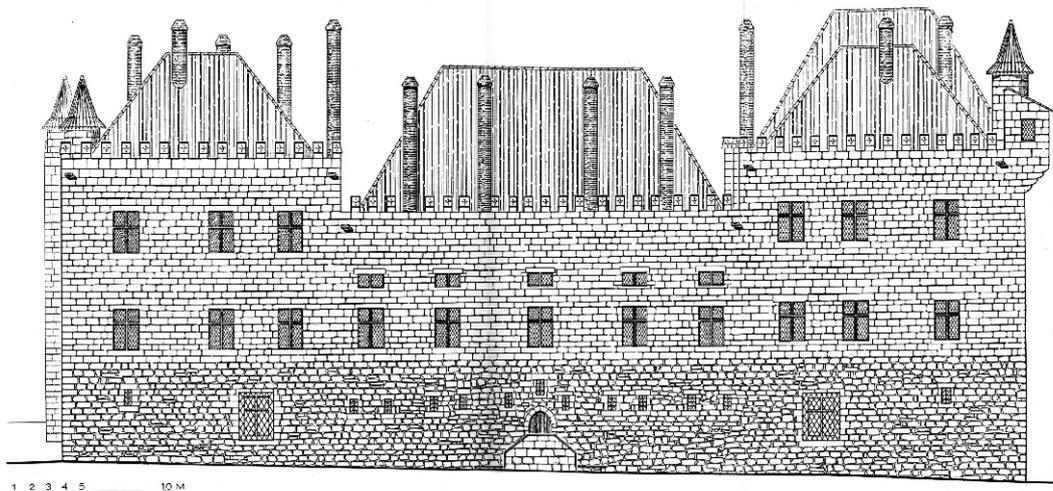


Fig. 547 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Alçado lateral sudoeste depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

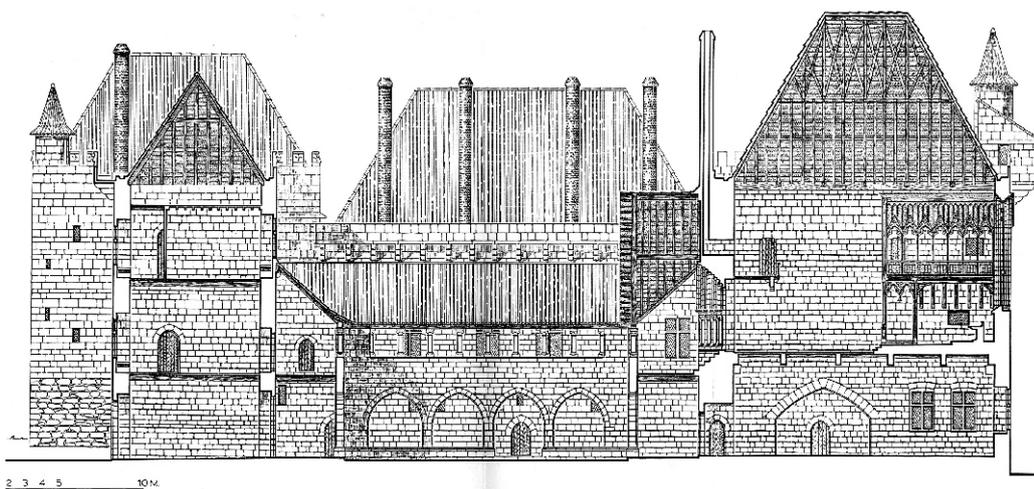


Fig. 548 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Corte longitudinal depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

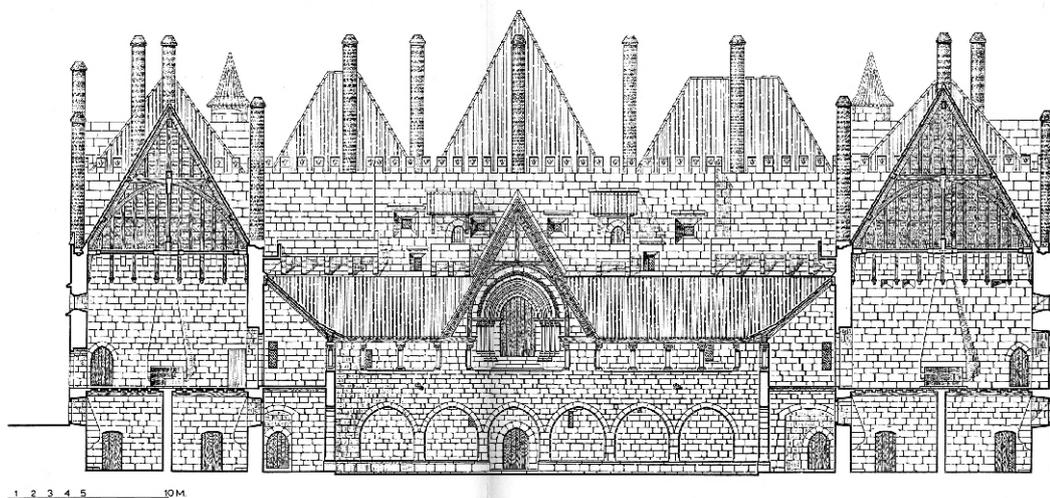


Fig. 549 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Corte transversal depois das obras, 1959. N/ass., n/dat.. Desenho publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

Fig. 550 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Aspecto da fachada principal depois das obras. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

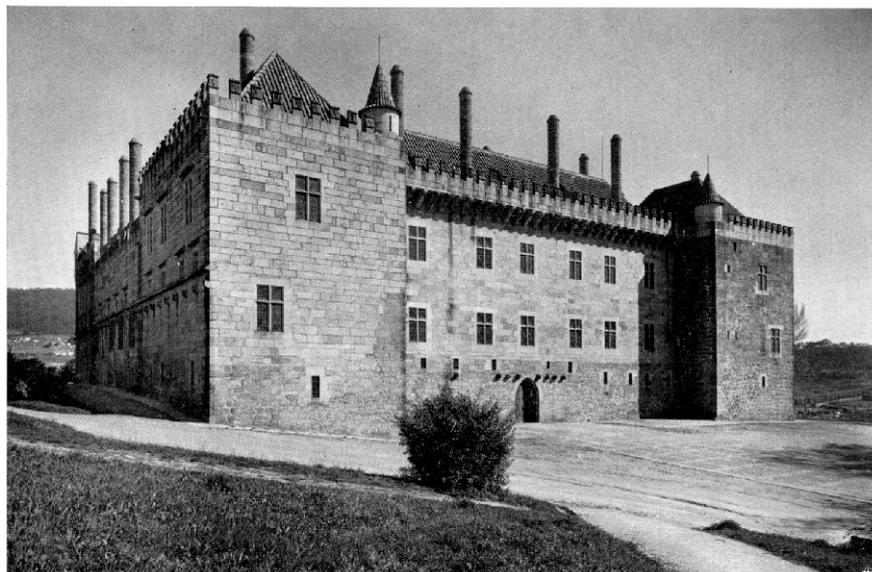


Fig. 551 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Parte da fachada posterior depois dos trabalhos. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

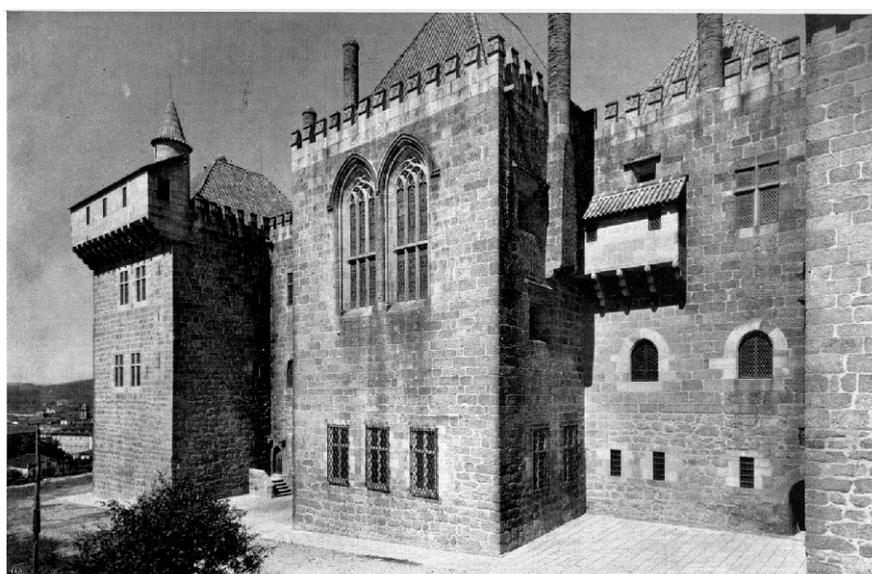


Fig. 552 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Ângulo das fachadas posterior e nordeste depois das obras. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

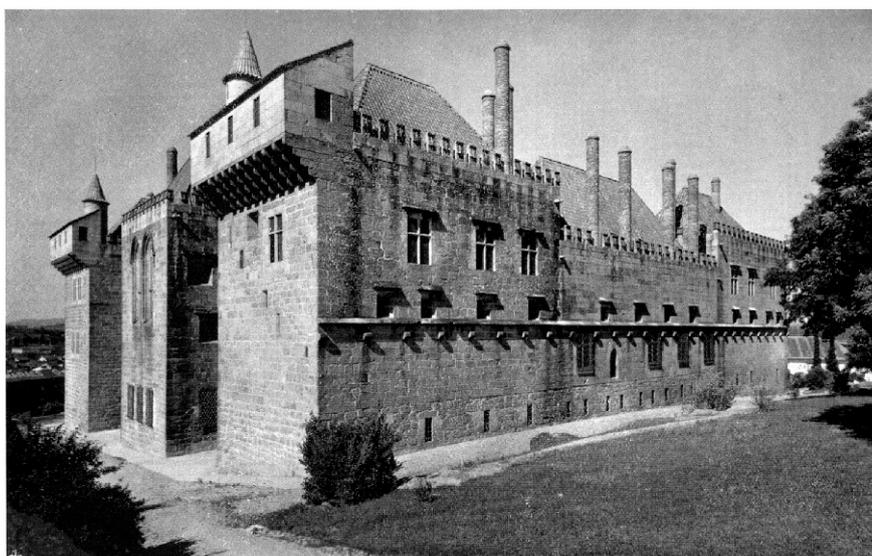


Fig. 553 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Fachada principal do pátio depois das obras. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

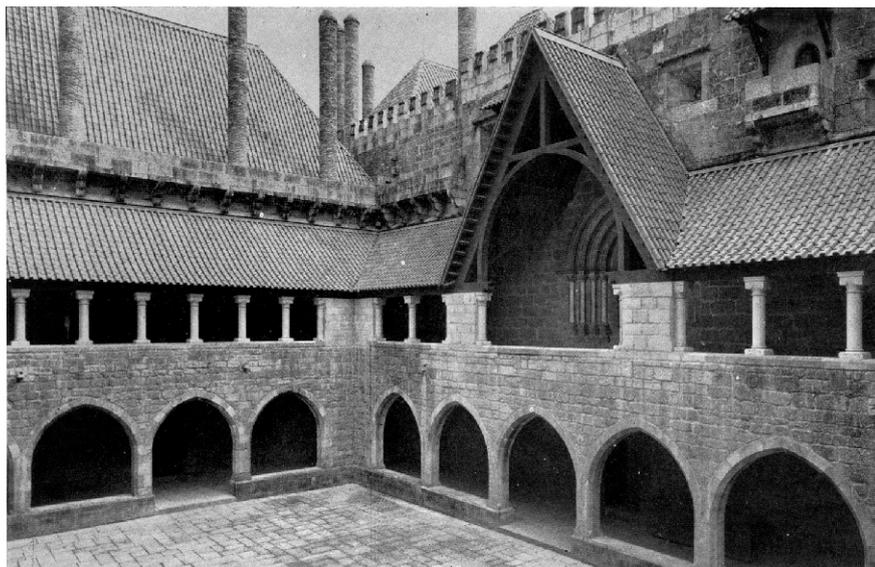


Fig. 554 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Parte da fachada do pátio fronteira à capela depois das obras. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

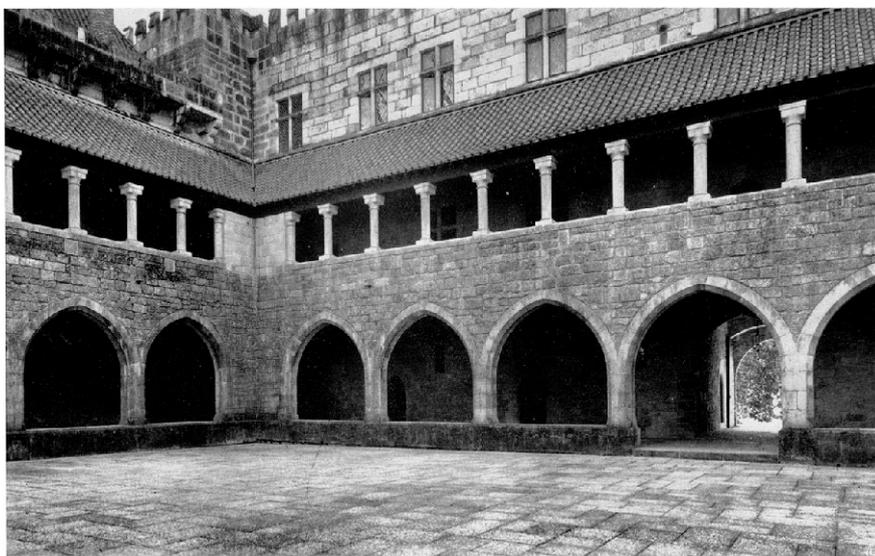


Fig. 555 – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, Guimarães. Vista do interior da capela depois das obras. Fotografia publ. in *Paço dos Duques de Bragança, Guimarães. Boletim da DGEMN*, n.º 102, Dezembro de 1960.

